



Pedro Júlio de Pezarat Correia

... DA DESCOLONIZAÇÃO

Do protonacionalismo ao pós-colonialismo

Tese de doutoramento em Relações Internacionais – Política Internacional e Resolução de Conflitos,
apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Maio de 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Pedro Júlio de Pezarat Correia

... DA DESCOLONIZAÇÃO

Do protonacionalismo ao pós-colonialismo

Tese de Doutoramento em Relações Internacionais - Política Internacional
e Resolução de Conflitos, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor

Coimbra, Maio de 2017

SUMÁRIO

	Pg.
SUMÁRIO	i
LISTA DE ACRÓNIMOS	v
DEDICATÓRIA	xiii
AGRADECIMENTO	xv
RESUMO/ABSTRACT	xvii
INTRODUÇÃO GERAL	1
PARTE PRIMEIRA - COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO	7
1. DUAS FACES DA MESMA MOEDA – O COLONIALISMO	9
Enquadramento conceptual	9
Colonização	12
Descolonização	22
Despertar africano	31
A perspetiva viciada do colonizador	41
2. EMERGÊNCIA DO NACIONALISMO NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS	45
Culminar de um conflito permanente	45
Protonacionalismo e tomada de consciência	56
3. LUTA DE LIBERTAÇÃO – PATAMAR POLÍTICO	69
Oportunidade perdida	69
Avisos e orelhas moucas	76
4. GUERRA COLONIAL – NÓ GÓRDIO DA DESCOLONIZAÇÃO	85
Guerra complexa – três frentes e quatro conflitos cruzados	85
Guerra colonial, guerra do ultramar – polémica que não é semântica	101
A oposição portuguesa acorda sobressaltada	104
O regime atingido nos seus pilares	115
Cercado pela sua própria guerra	131
Capitães de Abril – geração da guerra colonial	142
5. PORTUGAL ENTRA NA DESCOLONIZAÇÃO	169
25 de Abril – clarificação difícil	169
Círculo vicioso e impasse	177
Lei 7/74 – o momento decisivo	186
Negociações em ritmo frenético e em ambiente agitado	191
Transições e transferências de soberania	198
O papel de Ernesto Melo Antunes	204
6. TENTAÇÕES CELERADAS	213
Exercício Alcora	215
Opção <i>Tar Baby</i>	217
Programa de Lusaka	219
Plano Massangano	223
Novo Brasil em África	226
7. INDEPENDÊNCIAS	229
Independências e consolidações das identidades nacionais	229
Incidência geoestratégica da descolonização da África Austral	235
8. NÃO-DESCOLONIZAÇÃO DAS COLÓNIAS DO EXTREMO ORIENTE	243
Índia	243
Macau	252
Timor	259

PARTE SEGUNDA – TRANSFERÊNCIA DO PODER EM ANGOLA	271
1. DA JOIA DA COROA AO RUBICÃO DA DESCOLONIZAÇÃO	273
A joia da coroa do império africano	273
O rubicão da descolonização	277
2. O 25 DE ABRIL CHEGA A ANGOLA	285
MFA em Angola	285
Inflação partidária	291
Angolanos brancos pela independência	293
Movimentos de libertação nacional	297
Uma partida antecipada e uma falsa partida	323
3. JULHO DE 1974 – O MÊS DA VIRAGEM	331
MFA contra Silvério Marques	331
Angola, agora é comigo	333
Um governo para Angola	336
4. NEGOCIAÇÕES	341
Uma intrincada teia negocial	341
Tentação rodesiana	345
Cabinda	350
Cimeira e acordo no Alvor	357
5. TRANSFERÊNCIA DO PODER	365
Duraram pouco as expetativas	365
Cimeira dos Movimentos de Libertação em Nakuru	371
Fracassa o Acordo do Alvor	374
Intervenções externas	379
Forças Armadas Portuguesas, bode expiatório	390
6. INDEPENDÊNCIA	395
Luanda chave da independência	397
Reconhecimento da República Popular de Angola	401
Por que regressaram os portugueses	404
7. DIFÍCIL CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL	413
A mesma guerra prolongada	414
Tentativas negociais	419
Acordo em Bicesse	422
8. REGRESSO A UMA GUERRA QUE NUNCA ACABARA	433
Das urnas à guerra	436
Batalha de Luanda	439
Ofensiva da UNITA num novo quadro conflitual – novas guerras	441
Viragem estratégica	444
9. O ACORDO DE LUSAKA	449
Negociações – a paciência internacional à beira do esgotamento	450
Protocolo de Lusaka	454
O modelo sul-africano	457
Savimbi faz <i>mea culpa</i> ... mas o impasse persiste	461
10. GUERRA ÚLTIMO ATO – RECOMEÇO E FIM	469
11. COMUNIDADE INTERNACIONAL	475
Organização das Nações Unidas	476
Outras instâncias internacionais	483
Estados Unidos da América	486
Portugal	491

PARTE TERCEIRA	499
CONCLUSÕES	501
BIBLIOGRAFIA	513

LISTA DE ACRÓNIMOS

ACP-CEE - Países da África Caraíbas e Pacífico e da Comunidade Económica Europeia

ADA - Aliança Democrática de Angola

ADIM - Associação para a Defesa dos Interesses de Macau

AFDL - Forças Democráticas de Libertação do Congo-Zaire

AIEC - Associação dos Indígenas de Cabinda

ALIAZO - Aliança do Povo do Zombo

ALLIAMA - Aliança Nacional do Maiombe

AMA - Ação Moçambique Armada

ANANGOLA - Associação dos Naturais de Angola

ANC - Congresso Nacional Africano

ANP - Ação Nacional Popular

AOECA - Associação dos Originários do Enclave de Cabinda

APA - Associação dos Povos de Angola

APODETI - Associação para a Integração de Timor na Indonésia (depois Associação Popular Democrática de Timor)

ARA - Ação Revolucionária Armada

ASDT - Associação Social Democrática Timorense

AST - Associação Socialista de Timor

BIR - *Bureau of Intelligence and Research*

BR - Brigadas Revolucionárias

BRTT - Frente do Povo de Timor-Leste

CAUNC - Comité de Ação da União Nacional dos Cabindas

CCPA - Comissão Coordenadora do Programa em Angola

CCPM - Comissão Conjunta Político-Militar

CDE - Comissão Democrática Eleitoral

CDM - Centro Democrático de Macau

CDS - Centro Democrático e Social

CEA - Centro de Estudos Africanos

CEE - Comunidade Económica Europeia

CEI - Casa dos Estudantes do Império

CEUD - Comissão Eleitoral de Unidade Democrática

CFB - Caminho-de-Ferro de Benguela

CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

CIA - Central Intelligence Agency

CIR - Centro de Instrução Revolucionário

CITA - Centro de Informação e Turismo de Angola

CLSTP - Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe

CNRT - Conselho Nacional da Resistência Timorense

COMDEL - Comando de Defesa de Luanda

CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

CONSAS - *Constellation of Southern African States*

COPCON - Comando Operacional do Continente

COREMO - Comité Revolucionário de Moçambique

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CS - Conselho de Segurança (da ONU)

DGS - Direção Geral de Segurança

DRIL - Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação

EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio

ELNA - Exército de Libertação Nacional de Angola

ESINA - Exército Secreto de Intervenção Nacional

EUA - Estados Unidos da América

FAA - Forças Armadas de Angola

FALA - Forças Armadas de Libertação de Angola

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FAPLA - Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FAR - Forças Armadas Revolucionárias

FAU - Frente de Apoio à UNITA

FDA - Forum Democrático Angolano

FICO - Frente Independente de Convergência Ocidental

FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FLING - Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné

FLNG - Libertação Nacional da Guiné

FMM - Forças Militares Mistas

FNAFP - Frente Nacional Anti-Fascista Portuguesa

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FPLN - Frente Patriótica de Libertação Nacional

FRA - Frente de Resistência Angolana

FRAIN - Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas

FRECOMO - Frente Comum de Moçambique

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

FRETILIN - Revolucionária de Timor Leste Independente

FUA - Frente de Unidade Angolana

FUICO - Frente Unida para a Independência na Comunidade

GE - Grupos Especiais

GPLF - Grupo dos Países da Linha da Frente

GRAE - Governo da República de Angola no Exílio

GT - Governo de Transição

GURN - Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

IAEM - Instituto de Altos Estudos Militares

IARN - Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais

IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

IN - Inimigo

INE - Instituto Nacional de Estatística

INTERFET - Força Internacional para Timor-Leste

JDDA - Junta de Defesa dos Direitos d'África

JG - Junta Governativa

JSN - Junta de Salvação Nacional

LUAR - Liga de União e Ação Revolucionária

MAC - Movimento Anti-Colonial

MAC - Movimento Anti-Comunista

MANU - *Maconde African National Union ou Mozambique African National Union*

MDIA - Movimento de Defesa dos Interesses de Angola

MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral

MES - Movimento de Esquerda Socialista

MFA - Movimento das Forças Armadas

MIA - Movimento para a Independência de Angola

MINA - Movimento para a Independência Nacional de Angola

MING - Movimento para a Independência Nacional da Guiné

MLA - Movimento de Libertação de Angola

MLEC - Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda

MLG - Movimento de Libertação da Guiné

MLN - Movimento de Libertação Nacional

MLNA - Movimento de Libertação Nacional de Angola

MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MMI - Movimento Militar Independente

MML - Movimento Moçambique Livre

MNI - Movimento Nacional Independente

MOCAP - Movimento dos Capitães

MONUA - Missão de Observação das Nações Unidas em Angola

MOPUA - Movimento Popular de Unidade Angolana

MPC - Movimento dos Povos de Cabinda

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MPM - Movimento Popular Monárquico

MRPP - Movimento Reorganizativo do Partido do proletariado

MUD - Movimento de Unidade Democrática

NSSM39 - National Security Study Memorandum 39

NT - Nossas tropas

ONU - Organização das Nações Unidas

OSA - Organização Socialista Angolana

OTAN (ou NATO) - Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA - Organização da Unidade Africana

PAI - Partido Africano da Independência

PAICV - Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCA - Partido Comunista Angolano

PCDA - Partido Cristão Democrata de Angola

PCP - Partido Comunista Português

PDPC - Partido Democrático dos Povos de Cabinda

PE - Parlamento Europeu

PIDE - Polícia de Investigação e Defesa do Estado

PLUA (ou PLUAA) - Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

PNA - Partido Nacional Africano

PPD - Partido Popular Democrático

PPM - Partido Popular Monárquico

PRP - Partido Revolucionário do Proletariado

PRPA - Partido para a Reunificação do Povo Angolano

PS - Partido Socialista

PSP - Polícia de Segurança Pública

PV - Pacto de Varsóvia

RAM - Revolução nos Assuntos Militares

RDA - República Democrática de Angola

RDC - República Democrática do Congo

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

RPA - República Popular de Angola

RPC - República Popular da China

RPCo - República Popular do Congo

SACOM - Mercado Comum da África Austral

SADCC - *Southern African Development Coordination Confederation*

SADF - *South African Defense Forces*

SATO - *South Atlantic Treaty Organization*

SCA - Sociedade Cultural de Angola

SDN - Sociedade das Nações

SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social

SPE - Sociedade Portuguesa de Escritores

SWAPO - Organização Popular do Sudoeste Africano

TAAG - Transportes Aéreos de Angola

TE - Tropas Especiais

TIJ - Tribunal Internacional de Haia

TRD - Tendência de Reflexão Democrática

UCD - União Democrática Cabo-Verdiana

UCID - União Cabo-Verdiana Independente e Democrática

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UDG - União Democrática da Guiné

UDPC - União Democrática dos Povos de Cabinda

UDT - União Democrática Timorense

UGEAN - União Geral dos Estudantes da África Negra sob Domínio Colonial Português

UN - União Nacional

UNA - União Nacional de Angola

UNAMET - Missão Administrativa das Nações Unidas em Timor-Leste

UNAMI - União Nacional Africana de Moçambique

UNAVEM - Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIF - Frente Unida Pró-Autonomia de Timor-Leste

UNOA - Gabinete da ONU para Angola

UNTAET - Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste

UPA - União dos Povos de Angola

UPICV - União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde

UPNA - União das Populações do Norte de Angola

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZANU - *Zimbabwe African National Union*

ZAPU - *Zimbabwe African Popular Union*

ZML - Zona Militar Leste

DEDICATÓRIA

À Lúcia, companheira da minha vida. A falta definitiva é uma ausência que dói. A lembrança constante é uma presença que conforta.

Aos nossos filhos e aos nossos netos.

AGRADECIMENTO

Este trabalho é produto de uma vida. Inúmeros foram os contributos que fiquei a dever a familiares, a amizades, a camaradas militares de todas as patentes, a colegas, discentes e colaboradores das universidades, a solidariedades da militância cívica em Portugal e nas colónias, quando o eram e quando já não o eram. Grande parte já só sobrevive nas nossas memórias. Não os denomino porque seria exaustivo. Elas e eles sabem quem são. A todas e a todos o meu preito de gratidão.

Abro apenas uma exceção.

O Prof. Doutor José Manuel Pureza, amigo, colega na Universidade de Coimbra, cúmplice de esperanças e desesperanças, de projetos e de realizações, de utopias e desilusões, sempre numa base de total solidariedade e confiança mútua, aceitou disponibilizar parte do seu preenchidíssimo tempo, para me orientar neste trabalho. A sua ajuda e o seu conselho foram inestimáveis, ajustados, criteriosos, lúcidos, competentes. O que de positivo esta reflexão possa conter, em boa parte se lhe deve.

MUITO OBRIGADO.

RESUMO

Colonização e descolonização, duas faces de uma mesma moeda. Essa moeda é o colonialismo. Descolonização que tende a ser encarada na antiga potência colonial numa perspectiva viciada: condicionada pela incapacidade de a entender como um processo prolongado e faseado que é conduzido pelo colonizado e compreende a tomada de consciência, a luta de libertação, a transferência do poder, a independência e a consolidação da identidade nacional; redutora porque a confunde com a mera transferência do poder, única fase em que participou pela positiva; distorcida porque pretende colocar-se no centro de um processo cujo protagonista foi, de facto, o colonizado, o único que a viveu na sua globalidade. O colonizador opôs-se-lhe enquanto pôde e só quando se confrontou com a inevitabilidade de um desfecho que lhe era desfavorável, aceitou participar. A descolonização começa como resposta do colonizado à colonização, a colonização encerra-se como resultado da descolonização. Busca-se aqui a compreensão para a forma como a descolonização das colónias africanas de Portugal se inscreveu nesta lógica: como a ditadura colonial, incapaz de aceitar que chegara a hora de reconhecer o direito à autodeterminação e independência dos povos colonizados, conduziu inevitavelmente à guerra colonial; como a guerra, culminando uma relação que foi sempre violenta, se tornou a condicionante mais trágica da transferência do poder e das fases subsequentes; nomeadamente como a guerra colonial esteve na origem de guerras civis e de intervenções armadas externas, causas mais diretas das guerras prolongadas com que se encerrou a império colonial português; e ainda como, ironicamente, a guerra colonial acabou determinar a queda do próprio regime colonial, proporcionando a entrada de Portugal no processo de descolonização. Angola, pela sua especificidade, terá sido um caso paradigmático da colonização e da descolonização das colónias portuguesas, porque era a “joia da coroa” do império português em África e, por isso mesmo, veio a tornar-se o “rubicão da descolonização”. Para concluir que, se sem o 25 de Abril de 1974 Portugal teria falhado o seu encontro com a descolonização, sem a descolonização Portugal teria falhado o seu encontro com a liberdade.

ABSTRACT

Colonization and decolonization are two sides of the same issue. This issue is colonialism. Decolonization tends to be seen in the old colonial power in a vitiated perspective: conditioned by the inability to understand it as an prolonged and multi-phased process that is conducted by the colonized and includes the awareness, the fight for liberation, the transfer of power, the independency and the consolidation of national identity; reductive because confounds it with only the transfer of power, the only phase where it participated in the positive; distorted because aims to place itself at the heart of a process whose protagonist was, in fact, the colonized, the only one who lived it in its entirety. The colonizer objected to him while he could, and only when he was confronted with the inescapability of an unfavorable outcome he accepted to participate. Decolonization begins as an answer of the colonized to the colonization, and the colonization ends as a result of decolonization. Our aim is understand how the decolonization of the African colonies of Portugal entered this logic: how the colonial dictatorship, unable to accept that the time had come to recognize the right to self-determination and independence of the colonized populations, inevitably led to the colonial war; how the war, in the sequence of a relationship that was always violent, became the most tragic conditioner of power transference and subsequent phases; namely how the colonial war was in the origin of civil wars and external armed conflicts, which were direct factors for the lengthy wars that ended the Portuguese colonial empery; and as, ironically, the colonial war determined the fall of the colonial regime itself, providing Portugal entry in the decolonization process. Angola, due to its particularities, was an paradigmatic case of colonization and decolonization of Portuguese colonies, since it was the “crown jewel” of the Portuguese empire in Africa and so it became the "Rubicon” of decolonization. In conclusion, without the April 25 1974 Portugal would have missed its encounter with decolonization, and without decolonization Portugal would have missed its encounter with freedom.

INTRODUÇÃO GERAL

Proponho-me, com esta tese, baseado numa aturada investigação e análise de fontes documentais e bibliográficas, enriquecida com uma experiência de participação pessoal na guerra colonial nas quatro frentes (Goa, Moçambique, Angola e Guiné), no processo revolucionário decorrente do 25 de Abril de 1974 e na participação de Portugal no processo de descolonização, nomeadamente na fase da transferência do poder em Angola, desenvolver uma elaboração conceptual e temática que contribua para a clarificação epistemológica e histórico-política da problemática da descolonização em geral e das colónias portuguesas em particular.

Passadas mais de quatro décadas sobre a participação de Portugal nos processos de descolonização das suas colónias em África e no Extremo Oriente, apesar de já se contar com abundante intervenção bibliográfica e mediática na ex-potência colonial, continua a verificar-se um tratamento desta matéria nos media, nos meios políticos, militares e, mesmo, académicos que, evidencia vícios e equívocos de base que distorcem o seu contexto.

O objetivo essencial desta tese é identificar esses vícios e contrariar esses equívocos, contribuindo para clarificar o entendimento do contexto. Na linha de uma preocupação que há muito vem dominando as minhas intervenções públicas sobre esta temática pretendo, com esta tese, acolhendo e interpretando novas abordagens, acrescentar novos dados e reunir, atualizar e sistematizar, toda a investigação e reflexão sobre ela acumuladas, conferindo-lhe o tratamento e a dignidade de uma dissertação académica.

Há, no entanto, uma ressalva que importa aqui introduzir. O que se vai tratar não é a descolonização das colónias portuguesas em África na sua extensão global mas, no essencial, a participação portuguesa nesse processo e encarada sob um ponto de vista português. Um tratamento completo e exaustivo da descolonização não dispensará pontos de vista das várias partes diretamente envolvidas, de Portugal e de cada um dos países antigas colónias, nomeadamente dos respetivos movimentos de libertação. Para isso este trabalho pretende ser, tão só, um mero contributo de um observador que se situava do lado do colonizador.

* * *

O trabalho, para além dos preliminares pré-textuais – Sumário, Lista de Acrónimos, Dedicatória, Agradecimento e Resumo –, compreende três Partes.

Na PARTE PRIMEIRA, tendo como base de partida o reconhecimento de que colonização e descolonização são dinâmicas de um mesmo processo histórico e sociológico, que convivem no tempo e no espaço em conflito permanente, o tema em análise corresponde ao terceiro ciclo do império colonial português, o africano, decorrente da Conferência de Berlim de 1885, durante o qual sobreviveram algumas parcelas residuais do ciclo asiático, Estado da Índia, Macau e Timor, nos quais o termo da soberania portuguesa passou por processos atípicos. Depois do despertar dos povos africanos para a sua condição de marginalizados na sua própria terra, que se verificou nas primeiras décadas do século XX, a fase mais crítica do confronto entre as dinâmicas da colonização e da descolonização teve lugar nos anos 60 e 70.

A análise, inscrevendo-se numa perspetiva holística na qual se cruzarão diversos ramos das ciências sociais, políticas e militares, com aflorações à geopolítica e à história, à geoestratégia e à polemologia, procura explorar as seguintes questões:

- Como a colonização portuguesa nos três ciclos do império, do oriente, sul-americano e africano, se bem que afetada pela condição semiperiférica e dependente de Portugal, se inseriu no fenómeno global das colonizações europeias que se seguiram aos “descobrimentos” do Renascimento.
- Como o encerramento da colonização portuguesa se inscreveu, ainda que tardiamente, no fenómeno global do termo dos impérios coloniais europeus no continente africano, apesar dos esforços do governo de Lisboa para manter o “caso português” à margem desse processo.
- A descolonização como processo prolongado e faseado cujo protagonismo coube ao colonizado e que, para este, incluiu a tomada de consciência, a luta de libertação, a transferência do poder, a independência e a consolidação da identidade nacional; a descolonização conviveu no tempo e em confronto com a colonização que a ignorou enquanto pôde, se lhe opôs quando já não a podia ignorar e a aceitou quando já não se lhe podia opor.
- A perspetiva viciada do colonizador, bloqueadora de uma rigorosa perceção da globalidade do processo de descolonização, resultante da tendência para o confundir, numa visão redutora, condicionada e distorcida, com a mera fase da transferência do poder, a única em que, assumidamente, participou.
- A guerra colonial, patamar armado da luta de libertação que o colonizado procurou manter confinada ao patamar político; a responsabilidade pelo seu desencadeamento; culminar violento de um processo, a colonização, todo

ele marcado pela violência que, por contágio, tornaria igualmente violenta a descolonização; as quatro componentes da guerra colonial, complementares mas distintas, luta de libertação, conflito regional, guerra-fria, guerra civil.

- Guerra colonial, o nó górdio da descolonização; seu papel decisivo enquanto fator determinante do processo e na forma como terá condicionado, negativamente, todas as fases subsequentes:
 - na legitimação dos movimentos de libertação que, por terem assumido a condução das lutas armadas de libertação nacional viriam a ser reconhecidos pela ONU, pela OUA e por Portugal, como exclusivos representantes dos seus povos para as negociações;
 - na motivação, alimentação e agudização de contradições e conflitos internos no seio dos povos colónias, que estiveram na origem das guerras civis que se prolongaram para além das independências;
 - na solicitação e promoção de intervenções armadas externas que perturbaram e, em alguns casos, até inviabilizaram transferências de soberania negociadas e acordadas entre as partes, portuguesa e nacionalistas;
 - no contributo para despertar a consciência dos portugueses para a realidade colonial, até aí alheada do seu verdadeiro contexto, maioritariamente indiferente ou mesmo favorável à manutenção do império;
 - como o seu prolongamento e deterioração, sem soluções à vista, minou o regime ditatorial e colonial, atingindo-o nos seus próprios pilares, o partido único, a igreja, a instituição militar e como terá inviabilizado qualquer projeto de abertura política na metrópole;
 - no isolamento externo de Portugal, nas relações Estado a Estado e nas instâncias internacionais da ONU, da OUA e mesmo da OTAN, remetido ao apoio de Estados diplomaticamente marginalizados;
 - na criação das condições imediatas para o surgimento da geração dos “capitães de Abril”, na sua sensibilização para a injustiça e inviabilidade da guerra e para a inevitabilidade de lhe pôr termo; como a guerra estaria na base do derrube do regime ditatorial e colonial que introduziria Portugal no processo de descolonização;

- como, tornando urgente a obtenção da paz, condicionou e fragilizou a capacidade negocial portuguesa, nas conversações para as transferências da soberania.
- Os dois momentos decisivos para a entrada de Portugal no processo de descolonização e para a transferência do poder:
 - o momento da rotura: 25 de Abril de 1974, com o derrube da ditadura colonial e o Programa do MFA; as contradições da Junta de Salvação Nacional que terão estado na origem do círculo vicioso que bloqueava as negociações (Portugal exigindo que os movimentos de libertação aceitassem o cessar-fogo como condição para se negociar o futuro das colónias, os movimentos de libertação exigindo que Portugal reconhecesse o direito das colónias à independência como condição para negociarem o cessar-fogo);
 - o momento da clarificação: 27 de Julho de 1974, com a aprovação da Lei Constitucional 7/74; desbloqueamento do círculo vicioso e criação do clima de mútua confiança propiciador da dinâmica negocial.
- A descolonização e o processo revolucionário português, duas dinâmicas intimamente relacionadas, influências recíprocas e afetações mútuas nos respetivos percursos.
- As manobras obscuras, na fase terminal do regime colonial português, envolvendo tentativas unilaterais de independências pelas minorias brancas:
 - em consequência ou em relação com “alianças celeradas”, predominando influências e opções dos EUA e da África do Sul;
 - geradoras dos mais graves obstáculos à transferência do poder e à normalização pós-colonial, nomeadamente em Moçambique e Angola.

Marginalmente, incluem-se breves referências às transferências do poder nas possessões do extremo oriente, que não se inscreveram no processo de descolonização: normalização de um facto consumado na Índia herdado do salazarismo; transição pacífica e cordial em Macau; processo inviabilizado em Timor pela anexação violenta da Indonésia e resistência dos timorenses, coroada com a independência.

*

A PARTE SEGUNDA corresponde a um estudo de caso. Trata-se de uma reflexão aprofundada sobre a particularidade da transferência do poder em Angola e da

justificação para que fosse distinguida como paradigmática no processo de descolonização das colónias africanas:

- Caracterização da sua própria especificidade geoestratégica e do conjunto de fatores, estruturais e conjunturais, geográficos, económicos, humanos e históricos, que terão contribuído para que se evidenciasse como a “joia da coroa” do colonialismo português em África e alvo privilegiado da atenção e intervenção das superpotências e das potências regionais.
- Análise das razões porque, tendo sido pioneira na luta de libertação, terá vindo a constituir-se como o caso mais complexo da transferência do poder, da independência e da consolidação da identidade nacional, isto é, o “rubicão” da descolonização: consequência de ser a joia da coroa do império português e objeto de ambições externas; pela incapacidade do movimento nacionalista em encontrar uma base unitária, cindindo-se em vários movimentos de libertação antagónicos que se conflitaram numa guerra civil prolongada, durante e depois da guerra colonial; enfrentando movimentações cisionistas em Cabinda; porque atraindo manobras visando soluções neocoloniais ou de independência liderada pela minoria branca.
- Registo das formas como, fracassado o Acordo do Alvor que deveria ter regulado a transferência do poder e a independência, em consequência de cisões internas, da fragilidade da parte portuguesa e de intervenções externas, se prolongou a guerra civil, o conflito regional e a guerra-fria em Angola, perturbando dramaticamente a consolidação da identidade nacional; e como a ONU, depois de assumir com o Acordo de Bicesse o compromisso de velar pela manutenção da paz e da instauração de um sistema democrático, fracassou todos os seus propósitos, de tal fora que o processo angolano só se viria a encerrar pela força das armas.

*

A PARTE TERCEIRA será a das Conclusões, que contém sínteses das Partes Primeira e Segunda: recusa as teses da “descolonização exemplar” ou da “descolonização possível”; pelo contrário, acolhe a tese de que, tendo em conta os condicionamentos (Resoluções da ONU, paradigmas políticos da época assentes no nacionalismo negro, guerra colonial e urgência de lhe pôr fim, crise do fim da ditadura e do processo revolucionário), a participação portuguesa na descolonização foi a que tinha

de ser feita, isto é, reconhecer o direito à independência, negociar com os movimentos nacionalistas que tinham travado a guerra de libertação, recusar modelos neocoloniais ou de tipo *apartheid*, assegurar a cooperação futura com os novos Estados independentes. A paz como resultante de tudo isto. Foi este o pensamento estratégico que presidiu ao envolvimento de Portugal na descolonização, de que Melo Antunes foi o principal artífice e que só o 25 de Abril de 1974 tornara possível.

Por fim, esta Parte inclui a referência a toda a bibliografia consultada e que serviu de suporte à investigação.

PARTE PRIMEIRA

COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO

1. DUAS FACES DA MESMA MOEDA – O COLONIALISMO

Enquadramento conceptual

Colonização e descolonização inscrevem-se num mesmo fenómeno histórico, o colonialismo, cuja análise tem cabimento no campo das ciências políticas e sociais, no qual também se inserem a geopolítica e a geoestratégia. Quando se procura entender o que foi a colonização ela apresenta-se, de pronto, como a busca, pelos decisores políticos, de novos horizontes geográficos onde pudessem prolongar o seu poder. Colonização era uma forma particular de afirmação de poder num processo de expansão territorial. A descolonização será o reverso, a decisão política dos poderes locais de resistirem, no seu espaço geográfico e na sua defesa contra as incursões e ocupações estrangeiras e, uma vez consumadas estas, combatê-las e pôr-lhes fim. A descolonização nasce com a aspiração de um povo a ser soberano na sua terra ocupada, prossegue com a luta pela sua libertação, passa pela assunção do poder no espaço que consideram seu, pela substituição do edifício do poder colonial por estruturas do seu próprio poder, conclui-se com a consolidação da sua identidade nacional. E traduz-se, para o colonizador, numa alteração substancial no espaço onde exerce soberania, numa mudança definitiva na forma como o seu poder e o seu povo se relacionam com a sua geografia. Há aqui, portanto, uma conexão íntima entre espaço e poder, entre geografia e política. É, então, óbvio que ao tratarmos de colonização e descolonização nos situamos no domínio da geopolítica que, numa definição muito sintética, é o estudo do espaço geográfico em função e em proveito da decisão do poder político.

A conexão colonização versus descolonização estabelece-se pela negação recíproca. A colonização nega a descolonização ignorando-a, a descolonização nega a colonização confrontando-a. Colonização e descolonização relacionam-se em conflito permanente e estratégia é gestão de conflitos. E, como escreveu um dos mais conceituados mestres da estratégia, Jean-Paul Charnay, “A estratégia na sua essência mais profunda é negação.” (p. 149) Estamos, então, também no campo da estratégia.

Sendo a geoestratégia o estudo dos fatores geográficos em proveito da estratégia, a abordagem do processo dialético da colonização versus descolonização também se inscreve na área da geoestratégia. O general italiano Giacomo Durando foi, em 1846, o criador do termo geoestratégia, ao escrever que a geoestratégia deve ser entendida “[...] como uma ciência que estuda e demonstra a influência determinante dos dados e dos

fatores macrogeográficos e de carácter histórico sobre a expansão económica e política dos povos [...]” (p. 130). Ora, sendo a colonização um processo de expansão territorial, económica e política, ela cabe também no âmbito da geoestratégia.

Quando Rudolf Kjellén, considerado o fundador da geopolítica, publicou em 22 de Março de 1901 o seu artigo “A política como ciência”¹ e, pela primeira vez, usou o neologismo geopolítica, a colonização do continente africano a sul do Sahara ensaiava os primeiros passos, e estava-se em plena era imperial da colonização europeia da Ásia do Sul e da Oceânia. E, para além das experiências coloniais europeias da Antiguidade, de gregos e romanos na bacia do Mediterrâneo, que já só tinham interesse histórico, a geração de Kjellén ainda tinha presente a memória da colonização no continente americano que terminara no fim do primeiro quartel do século XIX e de que ainda restavam alguns resíduos nas Caraíbas. O professor sueco não seria indiferente aos projetos coloniais que se entrelaçavam com a curiosidade que a geografia despertara nos meios culturais, empresariais e políticos europeus, com a proliferação de institutos e sociedades de geografia nas grandes cidades. E Rudolf Kjellén era um geógrafo.

Kjellén afirmava-se como um discípulo do alemão Friedrich Ratzel, mestre da geografia e teorizador da geografia política, que só não tem lugar na galeria dos geopolíticos porque a sua obra precedeu o neologismo. Ratzel foi o introdutor dos conceitos de espaço vital e de fronteira segura, segundo os quais é da natureza dos Estados expandirem-se para territórios que considerem necessários à sua realização como entidade política forte e respeitada, à conquista de fronteiras seguras e facilmente defensáveis. Ou seja, o espaço vital “legítima” que os Estados fortes se expandam à custa dos mais fracos. Quando este conceito se somava com a necessidade de expansão para sul da Europa, para aquisição de matérias-primas e garantia de mercados necessários à revolução industrial europeia, estava encontrada a justificação para a ocupação colonial da África.

Mais recentemente, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a instalação do sistema bipolar dominado pelas duas superpotências, Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS) e com a emergência dos países não-alinhados, destacou-se na teorização geopolítica o conceito de “zona de influência”, que eram áreas de disputa entre as superpotências. O historiador congolês Elikia M’Bokolo escreve que foi com a partilha de África, depois da Conferência de Berlim, que apareceu

¹ Admite-se que possa ter havido uma publicação anterior em 1899.

a noção de zona de influência, aplicada a vastas áreas que haviam sido excluídas da demarcação das fronteiras coloniais (p. 314). Isto é, zona de influência é uma figura geopolítica recente que também radica no contexto da colonização e da descolonização.

Rudolf Kjellén compreendeu o alcance geopolítico da colonização e referiu-o no seu livro de referência, *O Estado como forma de vida*. Mas fê-lo em termos críticos e não apologéticos. Escreveu o professor sueco que a exigência de espaços cada vez maiores pelos Estados, ao longo da História, pode ser claramente demonstrada na enumeração das potências comerciais dominantes. E acrescentou: “Desta enumeração podemos somente concluir que os Estados cheios de vitalidade cujo espaço é limitado, têm como imperativo categórico alargar o seu território através da colonização, da anexação ou conquista de diversos tipos.” (p. 75) Mais adiante alargou este imperativo ao problema demográfico:

“Para povos que verificam um forte aumento [...] enchem primeiro o seu espaço mas depois ficam a abarrotar, chega uma altura em que no território há mais pessoas do que aí podem ter espaço com comodidade. Então o estado deve orientar a sua política para a tarefa primitiva, isto é, procurar “pão no deserto” para as suas massas populares excessivas. É aqui que reside efetivamente uma grande parte do segredo da atual aspiração imperialista.” (p. 133)

Kjellén não se coibiu de caracterizar a expansão imperialista como uma “[...] política de roubo das grandes potências [...] subordinadas à lei dura da necessidade que lhes ordena que tratem do bem-estar dos seus fora das suas fronteiras.” (p. 134)

O enquadramento geopolítico e geoestratégico de um estudo sobre a colonização e a descolonização conta, expressamente, com o patrocínio dos fundadores da geopolítica e da geoestratégia.

As escolas clássicas do pensamento geopolítico que, aliás, mais rigorosamente se deviam designar geoestratégicas e que proliferaram no início do século XIX, a norte-americana de Alfred Mahan, a britânica de Halford Mackinder, ou a alemã da Escola de Munique de Karl Haushofer, todas se encarregaram de dar razão a Durando, Kjellén e Ratzel. A Escola de Munique, em particular, é assumidamente inspirada em Ratzel e, na divisão que faz do mundo em pan-regiões estendidas segundo os meridianos e com os polos diretores centrados no hemisfério norte, coloca a África como uma extensão da Europa e sob domínio desta. Chamou-lhe a Pan-Região Euráfrica. Afinal, fora isso que resultara da Conferência de Berlim de 1885, que formalizou a partilha da África pelas potências europeias. Em Berlim não esteve presente qualquer representante dos povos

africanos, era um fórum geopolítico no qual só tinham assento os senhores que dominavam o mundo.

Os grandes projetos geopolíticos e geoestratégicos que sustentaram as ambições imperialistas e expansionistas das potências do eixo e que estiveram na origem da Segunda Guerra Mundial, não sendo meramente colonialistas também incluíam objetivos coloniais. Hitler inspirou-se na Escola de Munique e ambicionava recuperar e alargar as colónias africanas perdidas com a derrota na Primeira Guerra Mundial, Mussolini quis ampliar o seu império no norte de África e lançou-se na aventura na Etiópia, e o Japão pretendeu subjugar todo o Pacífico Ocidental e substituir-se às potências europeias na colonização do sudeste asiático.

A generalidade dos autores clássicos que trataram da problemática da colonização e da descolonização, nunca o fizeram num enquadramento geopolítico e geoestratégico, mas as suas reflexões acolhiam, em boa medida, o que delas escreveram Giacomo Durando e Rudolf Kjellén, bem como as análises dos teorizadores clássicos, todos comprometidos com os desígnios imperialistas dos respetivos Estados.

Temos, então e como conclusão introdutória, que a colonização e a descolonização se desenvolveram numa área de interceção do poder e do espaço, da política e da geopolítica, da estratégia e da geoestratégia. É nessa perspetiva multidisciplinar que se inscreve a reflexão que aqui nos propomos fazer.

Colonização

O fenómeno da colonização esfuma-se na memória dos tempos com a colonização grega da Antiguidade Clássica, a primeira que como tal foi entendida. Tratou-se então da fundação de novas comunidades de cidadãos gregos emigrados, em terras desabitadas ou de baixo índice de povoamento, que com a mãe-pátria apenas mantinham elos culturais e afetivos, mas que davam origem a entidades políticas com vocação para se tornarem autónomas. Estava-se em plena era da cidade-Estado e o sentido de império era-lhe alheio. Diferente foi logo a seguir a experiência romana que já nasceu da conquista e não da emigração, segundo modelos muito mais próximos do que viriam a ser os impérios coloniais das potências europeias que, depois dos descobrimentos marítimos, se instalaram nos continentes asiático, americano e africano, a partir do século XVI. Mas mesmo estes foram muito diversos nos seus modelos políticos, porque diferentes foram as épocas históricas, os espaços geográficos e os meios humanos em

que se desenvolveram. E distintos eram os objetivos que visavam. Se, inicialmente, eram dominados por objetivos geoestratégicos, orientados para a afirmação de poder e para o controlo das rotas comerciais, com a Revolução Industrial vieram a predominar os objetivos económicos, a exploração de recursos e do baixo custo da mão-de-obra servil, a reserva de mercados, a ocupação.

Alguns aspetos há, porém, comuns a todas as experiências coloniais modernas e que permitem traçar um quadro geral de identificação do que é uma relação colonial.

Em primeiro lugar, está intimamente associada à ocupação de uma terra distante, por grupos de cidadãos partidos de uma metrópole com a qual não há continuidade territorial e em relação à qual mantém um estatuto de dependência política, jurídica, económica, cultural e militar. Considera Philippe Moreau Défarges que, para o colonizador, “[...] ter colónias, é dispor de mercados, de matérias-primas, é ser grande e respeitado.” (p. 111) Esta relação de dependência é o traço dominante da relação colonial e, quando cessa, esgota-se o estatuto colonial, ainda que se mantenham alguns laços de relacionamento.

Politicamente caracterizavam-se por estruturas de poder e decisão instaladas a partir da metrópole, mantidos por dirigentes e funcionários dela oriundos, segundo um quadro jurídico-institucional estabelecido pela mesma metrópole e destinado a preservar essa situação. As populações locais eram mantidas em regime de menoridade e marginalidade cívica, rigidamente controladas por um apertado funcionalismo administrativo, hierarquizado e inscrito no aparelho de Estado dependente da metrópole. O colonizado era transformado num estrangeiro marginal na sua própria terra.

Havia algumas *nuances* entre os vários modelos coloniais, consoante as potências, das quais se distinguiam: a política de sujeição, dominante até à II Guerra Mundial, em que a colónia era um mero espaço de exploração; a política de assimilação ou de associação, anunciada pela França e por Portugal a partir dos anos 50, baseadas numa pretensa, mas não real, integração da colónia no todo nacional centrado na metrópole; e a política de autonomia, perfilhada pelo Reino Unido depois da Guerra 1939-1945 e que aceitava uma progressiva emancipação das colónias.

Outra distinção se poderá fazer entre colónias de exploração, de plantação ou de enquadramento e colónias de fixação ou de povoamento. Nas primeiras a metrópole não facilitava a emigração de nacionais, limitando-se ao deslocamento temporário de quadros, políticos, administrativos e económicos. Nas segundas a metrópole fomentava a exportação de excedentes populacionais, a comunidade dela oriunda tornava-se

proporcionalmente significativa. Nestas, a formação de grandes comunidades colonas e mestiças que tomavam consciência de serem camadas intermédias mas também exploradas pela metrópole, vinha, por seu lado, alimentar reivindicações autonómicas de tipo diferente das dos nativos.

Militarmente a colónia assentava numa situação de ocupação militar, a partir da metrópole, ainda que em grande parte o contingente de base fosse recrutado entre a população local o que, face ao enquadramento hierárquico metropolitano, não lhe alterava a natureza. O dispositivo militar era reforçado com contingentes metropolitanos sempre que a situação, interna ou internacional, se deteriorava. Fanon chamou a atenção para o facto de que, “Nas colónias, o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o polícia e o soldado [...]” (p. 34). A polícia e a força armada foram, de facto, frequentemente, a par do quadro administrativo, o instrumento da repressão a que o colonizado estava sujeito.

A economia era o sector mais vincadamente caracterizador do sistema, assente na exploração sistemática de um território e dos seus habitantes, por estranhos. A exploração económica, a apropriação das riquezas, compreendia dois modelos globais e ambos chegaram a coexistir: a exploração direta, pela empresa estatal; e a exploração indireta, através de grandes companhias concessionárias, nacionais ou estrangeiras.

José Manuel Zenha Rela, invocando Franz Heimer, referia-se aos

“[...] mecanismos de dominação colonial [...] característicos de todas as situações coloniais [...]: apropriação de terras [...]; implantação de um sistema de recrutamento de força de trabalho [...]; imposição de culturas obrigatórias [...]; imposição fiscal [...]; desmembramento absoluto das redes comerciais locais [...]” (pp. 27 e 28)

Era o modelo clássico do sistema económico colonial.

A colónia era encarada como reserva de matérias-primas e, sujeita a regimes de exceção e exclusividade, exportava esses produtos para a metrópole a preços por esta impostos, onde eram transformados e devolvidos à colónia como produtos acabados, também a preços que a metrópole definia. O colonialismo moderno aparece, assim, intimamente associado à Revolução Industrial e à necessidade de matérias-primas, sendo, por isso, a economia colonial uma das suas molas decisivas. Frantz Fanon citava Jules Ferry que afirmava ser a política colonial filha da política industrial. A exploração colonial foi um fator fundamental para o surto de desenvolvimento europeu da era industrial. Fanon tinha razão quando denunciava, cruamente, o facto de que “O bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e os cadáveres dos negros,

dos árabes, dos índios e dos amarelos.” (p. 93) Nas antigas metrópoles invoca-se, frequentemente, o surto de desenvolvimento que o colonizador promoveu nas colónias, mas Marc Ferro evidencia uma realidade diferente:

“A diferença entre o nível de vida da Europa e o das suas colónias, pelo menos na Ásia era, à partida, da ordem de 1 a 1,5 [...] Para os colonizados a deterioração sobreveio brutalmente com os efeitos da Revolução Industrial e o imperialismo [...] a desproporção de níveis de vida passou de 1,9 para 1, por volta de 1860, a 3,4 por volta de 1914 e a 5,2 por volta de 1950 [...] esta desproporção, em perpétuo crescimento, mostrou ser o efeito das mudanças estruturais que a colonização implicava e da mudança, também, das relações de força.” (pp. 38 e 39)

No campo sociocultural o colonialismo caracterizou-se pela redução do colonizado a um estatuto marginal, por vezes raiando mesmo a desumanização, a sua classificação mais como uma coisa do que como um ser humano.

A manutenção de regimes jurídicos de indigenato que persistiram, de facto, mesmo para além da sua abolição legal, correspondia, na prática, a medidas efetivas de uma violentíssima e insultuosa discriminação. Nele se incluíam os métodos de trabalho forçado, às claras ou mais ou menos camuflado, de recrutamento e deslocamento de mão-de-obra para tarefas que não correspondiam à preparação e vocação natural dos deslocados, de transferência e desapossamento de terras, de culturas obrigatórias em sistema de latifúndio e monocultura com prejuízo do cultivo de subsistência, de licenças de circulação, de discriminação racial, de castigos corporais, de desculturação e privação de identidade nacional.

O sistema colonial assentava, segundo Richard Wright, nos “[...] missionários brancos, militares brancos, traficantes brancos – os três grupos de brancos que os asiáticos e os africanos chamavam os três “M” do imperialismo (*Missionaries, Military, Mercenary*).” (p. 191) Eduardo Lourenço escreveu que “O colonialismo [...] é [...] objetivamente, um estatuto de privilégio histórico, social, político e cultural, usufruído pela minoria branca.” (1976, p. 83)

A colonização da África Negra, derradeira etapa da expansão do homem branco pelo mundo, inicia-se algumas décadas depois das independências no continente americano. Os europeus começaram por utilizar o continente africano como plataforma na expansão para o Oriente e para as Américas, depois como fonte de receitas de escravos e do ouro e, pouco a pouco, penetravam no interior predominantemente com objetivos comerciais. Nos ciclos oriental e americano da moderna colonização europeia, a África funcionara como instrumento, como base dos pontos de apoio à navegação e,

no caso americano, como fonte do recrutamento de escravos. Mas no século XIX o papel geopolítico do continente negro ia mudar radicalmente. O continente africano, que se inscreveu no âmbito global do colonialismo europeu pós-renascentista desde o seu início, primeiro como mero instrumento, passava depois da Conferência de Berlim a ser um objetivo. O fim dos impérios americanos nos anos 20 e a abertura do Canal do Suez em 1869 tinham retirado importância à costa africana como mera escala das rotas para oriente e ocidente. As grandes expedições de penetração e exploração do interior, que se iniciaram a partir dos meados do século, revelaram as suas potencialidades em matérias-primas. O clima era hostil e as doenças faziam mais mortos do que a resistência dos nativos, mas a difusão do quinino, que se processou por essa mesma altura, tornava menos penosa a fixação dos europeus e a África Subsariana deixava de ser o “túmulo do homem branco”. A máquina a vapor retirava importância à mão-de-obra escrava como fonte de energia e novas ideologias conquistavam espaço na condenação da escravatura. A curiosidade científica e o interesse pela geografia, fomentado por instituições tipo Sociedades de Geografia que proliferaram pelas capitais europeias, as necessidades de matérias-primas e de mercados para satisfazer a lógica da revolução industrial, a euforia das ideologias imperialistas, tudo empurrava os europeus para África.

A Conferência de Berlim, convocada por Bismark, que decorreu entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, ia formalizar a divisão da África pelas potências europeias e dar início à ocupação colonial no continente, parte de um processo imperial e de monopólio capitalista à dimensão mundial. Iniciava-se a corrida ao continente africano e no continente africano. As primeiras três décadas, até ao fim da I Guerra Mundial, seriam as da instalação e arranque do sistema. As quatro seguintes, correspondentes ao intervalo entre as duas guerras mundiais e que se prolongou até ao fim da década de 50, foi a “idade de ouro” da colonização em África. O ano de 1960 seria o crepúsculo para as potências coloniais e a alvorada para os africanos. Ficaria registado como o “ano da África”, ao longo do qual se tornaram independentes 18 países. 15 anos mais tarde nenhum país europeu detinha colónias em África.

* * *

O conjunto de possessões ultramarinas portuguesas inscreveu-se neste modelo global dos sistemas coloniais europeus e na evolução que sofreu ao longo dos tempos.

Depois das primeiras empresas da expansão portuguesa no Norte de África, onde criou algumas feitorias mas onde não chegou a construir um império nem a implantar um sistema colonial, Portugal lançou-se, no século XV, na busca de outras

paragens mais remotas, iniciando um projeto imperial que só veio a terminar nos anos 70 do século XX. Este projeto compreende três ciclos que se sucederam, cada um deles perfeitamente integrado na época histórica em que se inscreveu.

O ciclo do oriente não correspondeu a um império colonial no significado rigoroso da expressão. Carecia de continuidade territorial e de ocupação humana a partir da metrópole – com a exceção de Goa e mesmo esta em número reduzido. Ainda não se esboçava a Revolução Industrial, mola impulsionadora do moderno sistema de exploração colonial. Foi um império de possessões dispersas, feitorias de apoio a uma política comercial e de transporte, e praças-fortes que asseguravam o controlo daquelas feitorias e garantiam a liberdade de navegação e domínio do Oceano Índico a que Portugal, com aspirações a potência marítima, se sentia com direito. Aproximou-se do modelo de colónia de exploração e da política de sujeição.

Encerrado o ciclo do oriente Portugal voltou-se para o Brasil. Aí procedeu à verdadeira colonização de um império, de grande extensão e continuidade territorial, onde fixou significativo número de colonos que penetraram no interior e lançaram as estruturas de uma economia colonial assente na energia produzida pelo trabalho escravo. Aplicou o modelo de colónia de povoamento e da política de assimilação, que depois derrapou para a política de autonomia.

Concluído o ciclo americano, quando as potências coloniais se viravam para África e esta se tornou a nova arena das disputas das hegemonias europeias, Portugal tinha aí interesses que queria preservar. Iniciava-se o terceiro ciclo do império, o africano, já ajustado à busca das matérias-primas que a Revolução Industrial requeria.

Até aos finais do século XIX Portugal limitou-se a ocupar algumas regiões da faixa costeira africana e algumas ilhas junto à costa. Eram, no essencial, feitorias de apoio à navegação para o Oriente e para o Brasil e pontos de apoio ao comércio com os reinos africanos, muito em especial do tráfico de escravos.

Apenas nos arquipélagos que encontrou inabitados, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, Portugal procedeu, logo após a descoberta, a uma política de povoamento à semelhança do que tinha já feito com a Madeira e os Açores. Povoamento a partir da metrópole europeia mas, principalmente, a partir do continente africano cuja miscigenação, em Cabo Verde, daria lugar a uma identidade própria, a mestiçagem cabo-verdiana. A partir do século XVI os portugueses iniciaram algumas explorações pelo interior do continente, mas ainda não tinham em vista uma empresa de ocupação. Apenas pretendiam alargar os seus contatos para melhor atingirem os seus objetivos na

angariação de escravos e na busca do ouro e de outras matérias-primas. A Conferência de Berlim de 1885 obrigaria Portugal à penetração no interior, só então se iniciando uma verdadeira política de ocupação e colonização.

No apogeu do período imperial europeu, do final do século XIX até à II Guerra Mundial, Portugal assumia, em África, a sua condição de potência colonial, sem complexos. O projeto africano fora uma bandeira do regime republicano, estivera na origem da participação de Portugal na I Guerra Mundial e foi com a República que Portugal avançou, deliberadamente, no desenvolvimento do regime colonial em África, ocupação do interior, implantação de um aparelho de poder através de um quadro administrativo com integração dos chefes tradicionais indígenas que assegurasse, nomeadamente, uma eficaz cobrança de impostos e recrutamento de mão-de-obra. Até então o poder da coroa portuguesa não chegava a atingir 10% das áreas das colónias do continente africano mas, quando o regime republicano e liberal foi deposto em 1926, a soberania já se estendia à totalidade dos territórios. Política que ria ser prosseguida pela ditadura, a militar e a salazarista. O Ato Colonial, aprovado em 1930 e, mais tarde, incorporado na Constituição Política de 1933, seria a expressão jurídica dessa política do Estado Novo, imperial, centralizadora, protecionista dos interesses económicos metropolitanos. As colónias dependiam em absoluto, política, administrativa e financeiramente do governo da metrópole, através do ministro das colónias. Salazar era, pela sua formação conservadora e opção anti-inovadora, um apologista do desígnio providencial do império, e estava ligado à elite económica e financeira, os “donos de Portugal”, na quase totalidade grandes beneficiários da exploração colonial (Costa et al, 2010). Portugal investia na propaganda da sua imagem colonizadora, imperial, numa perspectiva épica e civilizadora, cujos marcos foram a Exposição Colonial do Porto em 1934 e a Exposição do Mundo Português em Lisboa, em 1940.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, quando o anticolonialismo adquiriu uma dinâmica e uma legitimidade irreversíveis e a ONU acolheu esses objetivos, o governo de Salazar procurou, sem mudar o essencial, salvar as aparências. A isso foi forçado pela sua pretensão de ser aceite na ONU. E, assim, introduziu alterações à letra da Constituição eliminando toda a terminologia colonial e substituindo-a pela ultramarina. Mas mantinha os fundamentos do relacionamento que configurava o modelo colonial. O império português do ciclo africano inscrevia-se, a rigor, no quadro político, jurídico, militar e económico acima descrito e que correspondia ao conceito colonial. Os esforços de prestidigitação semântica de Salazar só tiveram efeitos para

consumo interno. Este ciclo, até meados do século XX, correspondeu ao modelo de colónia de exploração e política de sujeição, evoluindo depois para o modelo de colónia de povoamento e política de assimilação.

Rui Ferreira da Silva chama a atenção para o modelo económico contido na Lei do Condicionamento Industrial das Colónias, de 1936, revelador de um relacionamento colonial típico, e põe em destaque as palavras de Salazar da mesma época: “[...] que as colónias produzam e vendam na metrópole as matérias-primas e com o preço destas lhe adquiram os produtos manufacturados [...]” (1990, p. 107). O mesmo autor salienta as posições coloniais do regime expressas em 1944 por António Vicente Ferreira, que fora o primeiro alto-comissário em Angola da ditadura, na sua comunicação ao II Congresso da União Nacional. Vicente Ferreira preconizava medidas para concretizar a política já aprovada na Câmara Corporativa, segundo as quais

“[...] os indígenas dos planaltos angolanos deverem, pouco a pouco, ser relegados para as zonas de clima tropical onde a mão-de-obra escasseia [...] Para conseguir esta transferência, sem segregação violenta, três meios devem bastar: 1. não fornecer trabalho aos indígenas nas zonas de colonização europeia; 2. fornecer-lhes trabalho e maior paga, nas zonas de clima megatérmico, onde vigora o regime de latifúndio; 3. incitar os sobas a transferirem as suas povoações para fora das zonas de povoamento branco [...]” (1995, p. 26).

Estas medidas espelhavam o que foi sempre a política rural das colónias portuguesas perfeitamente adequada ao modelo colonial, desapossamento das terras mais produtivas para as atribuir aos colonos, desprezo pelas culturas de subsistência, recrutamento e deslocamento de mão-de-obra para as culturas obrigatórias de latifúndio, trabalho forçado em regime de contratado ou em regime correcional.

Esta componente sociocultural do colonialismo não desaparecia, era até agravada, quando se pretendia atenuá-la através de uma pretensa ação civilizadora, paternalista, em que o indígena era sempre considerado como uma criança grande. Invocavam-se então regimes de exceção, como sistemas protecionistas mas que, afinal, se destinavam a perpetuar uma estratificação social que assegurasse a sobrevivência do modelo colonial. Cesar Oliveira citava as palavras clarificadoras de Armindo Monteiro, que foi responsável pelo Ministério das Colónias de Salazar:

“[...] colonizar (para o Estado Novo) [...] é essencialmente tratar do negro [...] este é a grande força de produção, o abundante e dócil elemento de consumo que a África oferece. Para ele têm de ir as mais extremas atenções: para que o seu número aumente, para que a sua saúde melhore, para que o seu poder de trabalho se acrescente com novos conhecimentos, para que o seu bem-estar cresça e o nível moral da sua vida se eleve, para que as suas necessidades se multipliquem.

Tratando-o como se ele fosse um precioso reservatório de energia, teremos servido melhor que de outro modo a causa da civilização.” (p. 33)

Era a aplicação textual da biopolítica na sua mais pérfida componente instrumental, que Michel Foucault denuncia com todo o vigor como um poder cuja mais alta função é a gestão calculista da vida, como produto das técnicas de um biopoder destinadas a obter a sujeição dos corpos e o controlo das populações (p. 142).

Figuras gradas e com responsabilidade no regime, como Marcello Caetano ou Kaúlza de Arriaga, nunca esconderam uma visão racista da superioridade do branco sobre o negro, justificando o seu entendimento de que a África devia ser dirigida por brancos, enquanto os negros deveriam ser meros produtores enquadrados por europeus.

Em 1954, já bem depois de terminada a II Guerra Mundial, Marcello Caetano pronunciava-se sobre o papel que, em sua opinião, devia ser reservado aos africanos nas colónias, de que é exemplar a citação feita por Aniceto Afonso: “Os negros em África devem ser olhados como elementos produtores enquadrados ou a enquadrar numa economia dirigida por brancos.” (1988, p. 216) E Caetano, enquanto professor de direito de reconhecido mérito, tinha perfeita consciência da natureza colonial do regime, pelo que a adaptação semântica a que recorreu enquanto governante, só pode ser encarada como uma conveniente cedência do jurista ao político. Em 1944, escrevia no seu *Tratado Elementar de Direito Administrativo*: “A Nação Portuguesa compreende, além da comunidade inicial, fixada no extremo ocidente da Europa, outras comunidades constituídas por irradiação da Metrópole em territórios dispersos pelo mundo mas também sujeitos à soberania exercida pelo seu governo: são as colónias.” E logo a seguir dava a definição de colónia: “[...] comunidade formada por dois ou mais grupos étnicos de civilização diferente, estabelecida em parte do território do estado geograficamente separada da Metrópole, e governada por representantes do governo metropolitano [...]” (1944, p. 129).

Era uma definição geral que, aliás, correspondia fielmente à que faria vencimento na ONU mas o professor, quando a elaborou, tinha certamente no pensamento as colónias portuguesas, de tal maneira o conceito se lhes ajustava.

De Kaúlza de Arriaga é paradigmático o pensamento que revelava nas suas controversas *Lições de Estratégia* do Instituto de Altos Estudos Militares, que reproduziu na conferência que proferiu, em 1966, na comemoração do 40.º aniversário do 28 de Maio sob o título “A defesa nacional portuguesa nos últimos 40 anos e no futuro”, publicada na *Revista Militar* no ano de 1966. Os desajeitados esclarecimentos

que deixou, posteriormente, no seu livro *Guerra e Política*, apenas acentuaram a sua perspectiva racista e colonialista. Afirmou, naquela conferência: “Com o atual ritmo a colocação desejável de um milhão de metropolitanos em cada uma daquelas províncias ultramarinas (Angola e Moçambique) necessitaria, pelo menos, de um século. É, pois, problema que tem de ser encarado com muita determinação e grandeza [...]” Noutro lugar das *Lições de Estratégia* Kaúlza desenvolvia este conceito: “Só seremos capazes de manter o domínio branco em Angola e Moçambique, que é um objetivo nacional, se o povoamento branco for em ritmo que acompanhe e ultrapasse ligeiramente, pelo menos, a produção de negros evoluídos [...]” De resto, as soluções racistas que Kaúlza preconizava não se limitavam à necessidade fortuita ditada pelas exigências da guerra ou da pressão dos ventos descolonizadores, mas assentavam na sua própria perceção racista da humanidade, que não escondia, quando, no mesmo texto, escreveu: “[...] Não há dúvida nenhuma de que a raça negra tem características inferiores à raça branca, como nós, latinos, temos certas características inferiores aos nórdicos.”

O ideário “estadonovista” fazia questão em enaltecer a especificidade portuguesa para justificar a sua argumentação negadora do colonialismo português, quando se tornou conveniente perante a pressão anticolonial do pós-Segunda Guerra Mundial. No que foi apoiado pelas teses lusotropicalistas de Gilberto Freyre. Especificidade que, se a houve, foi, na opinião de Boaventura de Sousa Santos, pela negativa, consequência da sua condição semiperiférica e dependente.

No seu ensaio “Entre Próspero e Caliban”, publicado na revista brasileira *Novos Estudos*, o sociólogo português equaciona a posição de Portugal no sistema capitalista, entre o desenvolvido e o subdesenvolvido, entre o centro e a periferia da economia mundo, que se terá reproduzido no sistema colonial: o colonialismo português terá sido semiperiférico e subalterno (pp. 23 e 24). Como semiperiférico Portugal era dependente, uma “quase colónia” informal da Inglaterra. O colonialismo global era dominado pela Inglaterra e, neste contexto, a posição de Portugal foi dúplice, colonizador e colonizado. Daí também as suas colónias terem sido duplamente colonizadas. O subdesenvolvimento do colonizador agravava o subdesenvolvimento do colonizado (p. 25). O autor joga com a metáfora de Próspero e Caliban² para caracterizar a condição semiperiférica e dependente do colonialismo português, para questionar como o

² Próspero e Caliban são personagens da peça shakespeariana “A Tempestade”: Próspero símbolo da prosperidade que escravizara e “civilizara” Caliban (corruptela de canibal), de cuja ilha se apropriara. É lida como uma crítica severa ao colonialismo europeu e capitalista.

português terá sido um Próspero calibanizado e mesmo um Caliban, na perspectiva dos Super-Prósperos europeus (p. 27).

Amílcar Cabral, em discurso proferido em Helsínquia em 20 de Outubro de 1970 e que é em parte reproduzido no livro de Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein, *Quem é o inimigo?*, expressara a mesma ideia: “[...] Portugal, após o tratado de Methuen de 1711, tornou-se uma semicolónia da Inglaterra e, ao nível da exploração em África não passa de um intermediário da exploração imperialista dos nossos povos.” (I Vol, p. 70) Ideia que sobressai de alguns dos textos reunidos pelos autores e que Melo Antunes, no prefácio, também acolhe quando salienta “[...] as causas do atraso português [...] as causas da diferente natureza do colonialismo português [...] colocando-se a burguesia nacional em estado de crónica dependência e subalternização em relação às burguesias avançadas da Europa.” (pp. 12 e 13)

Mas Boaventura de Sousa Santos também salienta que a condição de Próspero calibanizado terá influenciado a relação dos portugueses com os nativos, mais próxima, menos negadora do outro (p. 30). O Caliban europeu foi, nas colónias, não apenas Próspero mas também Caliban (p. 35). Esta foi uma especificidade da colonização portuguesa e que haveria de se refletir na descolonização, porque prevaleceram as interferências externas dos novos Prósperos da globalização, regional e global.

Os artificios semânticos a que a ditadura do autodesignado Estado Novo recorreu, a partir do momento que foi confrontado com as exigências da Organização das Nações Unidas (ONU), não iludem o essencial da questão. E não resultaram, porque assentavam numa ficção em que nem os próprios autores acreditavam.

Descolonização

Frantz Fanon, Henri Grimal, ou François Luchaire, situaram o início da descolonização numa determinada colónia, ou num conjunto de colónias com afinidades regionais e sujeitas à mesma potência colonial, quando se começava a manifestar o desejo de independência dos povos colonizados, o qual surgia no culminar um longo percurso e em resultado da acumulação de diversos ressentimentos, frustrações, aspirações e reivindicações. Nesta mesma perspectiva se inscreviam dirigentes nacionalistas das colónias portuguesas, como Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral e Agostinho Neto.

Fanon salientou “[...] o papel que desempenha, nesse fenómeno de maturidade, a história de resistência nacional à conquista [...]” (pp. 64 e 65), insistindo mais à frente:

“[...] o combate anticolonialista não se inscreve de repente numa perspetiva nacionalista [...] Durante muito tempo o colonizado dirige os seus esforços para a supressão de certas injustiças: trabalho forçado, sanções corporais, desigualdades nos salários, limitação dos direitos políticos, etc. [...] Este combate [...] vai [...] desembocar [...] na reivindicação nacional [...]” (p. 145).

Idêntica é a conclusão de François Luchaire:

“A primeira reivindicação da sociedade colonizada é, em geral, paz e justiça [...] Depois vem a igualdade dos indivíduos [...] A terceira reivindicação [...] é a autonomia [...] O somatório destas aspirações conduz ideologicamente ao desejo de independência.” (pp. 18 e 19)

E também para Henri Grimal:

“[...] a fonte [...] da descolonização encontra-se no nacionalismo colonial [...] inicialmente alimentado essencialmente pela ideia da desigualdade e pela aspiração de lhe pôr fim [...] a rotura dos laços de sujeição [...] não foi mais do que uma das etapas da descolonização [...]” (pp. 392 e 395)

Marc Ferro faz uma leitura semelhante da descolonização enquanto processo prolongado e cumulativo e vai mesmo mais longe, na identificação das suas origens, ao considerar que “[...] em África a resistência à colonização teria começado com a própria colonização – desde que esta foi sentida como uma agressão, como uma opressão.” (p. 236) É, como disse Fanon, “[...] o encontro de duas forças congenitamente antagónicas [...]” (p. 32). M’Bokolo usa terminologia semelhante à de Fanon, “Conquistadores e resistentes representam [...] os dois lados de um mesmo episódio [...] a dominação teve por corolário a resistência.” (pp. 321 e 331)

O pensamento dos dirigentes das colónias portuguesas acima referidos foi bem expresso por Amílcar Cabral, citado por Norrie Mac Queen: “[...] a descolonização era um processo contínuo mais do que um simples acontecimento e cujo alcance transcendia a formal transferência do poder pelo Estado colonial.” (p. 21) Na longa entrevista que Aristides Pereira concedeu a José Vicente Lopes e que este reproduz no seu livro *Aristides Pereira, minha vida nossa história*, o primeiro presidente da República de Cabo Verde deixa implícita, sem margem para dúvidas, esta mesma ideia incluindo a luta de libertação no processo de descolonização que poderia ter sido bem diferente se o governo português tivesse encarado de outra forma o direito dos povos das colónias à independência (pp. 217, 218 e 236).

De acordo com estes e outros autores, colonização e descolonização marcharam, então, a par, conviveram no tempo, foram duas faces da mesma moeda, duas dinâmicas em confronto, movimentos opostos de ação e reação de um mesmo fenómeno. Fanon

sintetizava este antagonismo de forma exemplar, “O trabalho do colono é tornar impossível todos os sonhos de liberdade do colonizado. O trabalho do colonizado é imaginar todas as combinações eventuais para aniquilar o colono.” (p. 89)

Assim sendo, não é possível compreender e analisar o problema da descolonização sem considerar também o problema da colonização, colonização e descolonização são indissociáveis na análise de um mesmo processo histórico, do qual a independência da colônia é o seu culminar, pelo que a descolonização só pode ser compreendida no contexto do percurso histórico que começa com a colonização. A resistência dos povos colonizados à colonização, desde que esta tem início, já é descolonização. Todo o convívio entre colonizado e colonizador é um processo de antagonismos, de resistência e de conflito, colonização é conflito permanente e, nesse conflito, o outro é a descolonização. E é um conflito que tem antecedentes porque, sendo o sistema colonial uma fase avançada de um processo de ocupação, a fase anterior já é marcada pela resistência dos ocupados.

Há quem pense que a história das civilizações é a história de conflitos permanentes, ou valorize, no processo histórico, o papel dos conflitos armados. Aceitando ou não esta perspectiva a verdade é que em África – da mesma maneira que, nos outros períodos do ciclo imperial europeu na Ásia, na Oceânia e na América, mas é em África que, aqui, centraremos a nossa atenção –, desde a chegada do homem branco que, depois dos primeiros contatos, em que prevaleceu o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais num clima cordial e pacífico, se instalou a tendência dos Estados europeus para a imposição de situações de domínio com recurso à força armada. Daí resultou que os conflitos violentos com os povos locais se tornaram uma constante. Impunha-se a lógica incontornável da violência que sempre predominou nas relações de ocupação e, obviamente, nas relações coloniais.

Entre nós, Luís Filipe Thomaz dá-nos uma definição da descolonização:

“[...] consistirá [...] essencialmente na anulação do colonialismo, ou seja, na anulação de toda a relação de dependência, excessiva em relação as necessidades, ou já dispensável nas condições de momento. Não é portanto um facto, mas um processo que se desenrola mais ou menos rapidamente, no tempo, conforme as circunstâncias.” (1975, pp. 21 e 22)

É conciliável com o conceito atrás expresso se considerarmos a anulação do colonialismo, a que se refere, num sentido amplo, não apenas do fim do poder político colonial, mas também na luta que levou ao seu termo, na eliminação das suas estruturas administrativas, económicas, sociais, culturais, mentais. Não há, então, dois períodos

distintos no tempo, um da colonização e outro da descolonização, a descolonização como um processo e uma dinâmica que se seguiu à colonização. A descolonização é uma resposta à colonização mas são dois processos que se confundem no tempo. O que difere são as perspectivas com que são encarados pelo colonizado e pelo colonizador. E, nesta ordem de ideias, a descolonização não se limita a ser uma mera mudança de soberania, como se é inclinado a considerá-la na potência colonial, mas um fenómeno muito mais longo e complexo, em grande parte do qual convive, em conflito, com a colonização enquanto não é assumido como tal pelo colonizador, durante o período em que este ainda está unicamente empenhado em preservar o estatuto colonial.

Foi contra a relação de sujeição pela violência, implícita à dominação colonial, que a descolonização se desenvolveu. Mas o sistema colonial foi precedido por outras formas de ocupação, de penetração, de usurpação, de recrutamento forçado, de escravatura, que também foram objeto de resistência. Não a inscrevemos, porém, no processo da descolonização porque ainda não era uma resistência contra a colonização, dado que o sistema colonial ainda não tinha sido implantado em África. O historiador francês René Pélissier, cujas obras são as que mais exaustivamente relatam e analisam as permanentes campanhas que Portugal conduziu nas suas colónias antes e durante o período colonial, invoca o caso da Guiné como exemplo, para denunciar os equívocos que normalmente distorcem o discurso sobre os cinco séculos de presença lusa no continente negro:

“O caso [...] da Guiné, onde quem fala de cinco séculos de colonização ou de exploração ou é um ignorante ou um charlatão, visto que confunde, ou quer confundir, alguns ancoradouros ameaçados com o país atual, que representa 600 vezes os microtrapolins da conquista [...]” (2006, p. 38).

Franz Wilhelm Heimer refere-se a este discurso distorcido como “[...] estas ideias erróneas que formam parte da mistificação colonial [...]” (p. 15).

Assim, em rigor, só depois de vigorar um sistema com os contornos coloniais é que é legítimo falar de resistência anticolonial, logo de descolonização.

* * *

Pode então considerar-se que, para um povo sujeito a dominação colonial, a descolonização tem início quando um grupo, normalmente reduzido a algumas elites dos meios urbanos, desperta para a realidade da sua condição, toma consciência de que é possível dela libertar-se assumindo a expressão da ânsia de liberdade desse povo, em geral silenciosa porque silenciada, e dá os primeiros passos para se organizar para a luta

que vai desencadear a seguir. Revelam preocupações predominantemente culturais, reivindicando a justiça e a igualdade de direitos, inscrevendo-se no movimento a que alguns, entre eles Mário Pinto de Andrade, chamam protonacionalismo. É um período em que a resistência dos povos colonizados, que já se manifesta de variadas formas, não pode ainda ser classificada como luta de libertação nacional, com o conteúdo que posteriormente assumiria. Faltava-lhe uma definição clara de objetivos e o carácter sistemático que caracteriza uma luta de libertação. Ainda que, por vezes, a oposição do colonizado ao colonizador contivesse expressões de sentido nacionalista pela recusa do invasor estrangeiro, enquadrava-se, frequentemente, em disputas tribais, com os ocupantes a apoiarem uma das partes, ou em formas de resistência às medidas repressivas na implantação do sistema colonial, como o recrutamento e transferência de mão-de-obra, a usurpação de terras, as culturas obrigatórias, a cobrança de impostos, os castigos corporais. M'Bokolo diz que, entre as comunidades camponesas, esta resistência se revelava de forma difusa, muitas vezes passiva, outras através de fuga para as florestas e as matas, de migrações definitivas (p. 333). É a fase da tomada de consciência para a qual, segundo este mesmo historiador, foram determinantes as resistências à conquista colonial que constituíram os principais fatores fundadores do nacionalismo africano (p. 321).

Nesta fase da tomada de consciência, colonizado e colonizador situavam-se já em posições antagónicas, conflituantes, em relação à dinâmica descolonizadora em fermentação. O colonizador, empenhado no aprofundamento do projeto colonial, procurava ignorá-la e, quando tal já não era possível, tentava contrariá-la, reprimi-la e neutralizá-la. Sem que o assumisse como tal estava a participar na descolonização pela negativa, enquanto o colonizado estava já nela empenhado pela positiva e ia, em breve, assumi-la como um desígnio vital.

Amílcar Cabral proferiu, na sessão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que decorreu em Paris entre 3 e 7 de Julho de 1972, uma notável conferência com o título “Sobre o papel da cultura na luta pela independência”, onde definia uma posição muito clara sobre a tomada de consciência, na qual conferia importância decisiva à componente cultural. Dizia Cabral que “[...] os movimentos pela independência são geralmente marcados, mesmo na sua fase inicial, por um desenvolvimento de manifestações de carácter cultural [...]” E considerava que “[...] é no seio da pequena burguesia nativa, categoria social saída da própria colonização, que aparecem as primeiras iniciativas consequentes visando a mobilização

e a organização das massas populares para a luta contra a potência colonial.” Essas iniciativas resultam de “[...] um sentimento de amargura ou um complexo de frustração e, paralelamente, uma necessidade premente de que toma consciência a pouco e pouco, de contestar a sua própria condição de marginal e de descobrir uma identidade [...]”³

José Vicente Lopes, em *Cabo Verde as causas da independência*, equaciona esta questão exatamente nestes termos:

“Tal como noutras partes de Africa, também em Cabo Verde o campo nacionalista é precedido por um profundo movimento de descoberta ou de afirmação cultural em relação à metrópole colonial [...] Daí que o sonho de independência das colónias africanas tenha sido quase sempre antecedido por um amplo movimento de consciencialização das elites colonizadas [...]” (2012, pp. 50 e 51)

À fase da tomada de consciência segue-se aquilo a que podemos chamar a fase da luta de libertação. A luta de libertação é sempre um processo conflitual mais ou menos violento, mas que pode manter-se no patamar do conflito político ou ascender ao patamar do conflito armado ou mesmo de uma guerra de libertação colonial, consoante a atitude que a potência colonial assume nesta fase, ou seja, conforme reconhece ao povo colonizado o direito a alguma atividade cívica e à discussão e participação na definição do seu futuro, ou lhe nega esse direito e reprime severa e violentamente a atividade política. A guerra colonial, a que os colonizados chamavam guerra de libertação, não será, então, mais do que a resposta violenta do colonizado à violência desencadeada pelo colonizador, o recurso extremo para o qual o colonizado foi empurrado quando a resposta do colonizador às suas propostas políticas foi uma violenta e intolerável repressão policial e militar. A guerra colonial é o patamar armado da luta de libertação. É ao colonizador que cabe a responsabilidade pelo início da luta armada e pelas suas consequências futuras.

Nelson Mandela refere recorrentemente a responsabilidade que cabe ao opressor pela passagem da luta de libertação ao patamar da violência. É exemplar a conversa que manteve, logo nas primeiras reuniões formais, preliminares e secretas, em 1988, com o grupo de trabalho designado para as negociações pelo governo do *apartheid*:

“A primeira questão a ser levantada era sob muitos aspetos a mais importante, o problema da luta armada. Passámos alguns meses a discuti-la. Os meus interlocutores insistiam em que o ANC devia renunciar à luta armada antes de o Governo aceitar quaisquer negociações – e antes de eu me encontrar com o presidente Botha. Segundo eles, os atos de violência eram comportamentos criminosos que não podiam ser tolerados pelo Estado. Respondi-lhes que o

³ Texto integral em Arquivo pessoal do A.

responsável por essa violência era o próprio Estado, e que é sempre o opressor e não o oprimido, quem dita as condições do combate. Se o opressor recorre à violência, o oprimido não tem alternativa senão responder com a violência. No nosso caso era simplesmente um gesto de legítima defesa [...] Pôr termos à violência está nas vossas mãos, não nas nossas [...]” (2012, p. 502)

O mundo viria a reconhecer que Nelson Mandela tinha razão, como já a haviam tido os movimentos de libertação.

A terceira fase é a da transferência do poder. Quer a anterior se tenha mantido ao nível da luta política, quer se tenha elevado ao patamar duma luta armada, esta fase inicia-se quando o país colonizador reconhece o direito do povo colonizado à independência e aceita negociar com os seus representantes. O colonizador enfrenta de imediato, à partida, condicionamentos que, na maior parte, resultam da fase anterior, incidindo sobre com quem negociar, o quê negociar, quando negociar. É nesta fase que a potência colonial entra no processo de descolonização já que, até aí, a sua participação se manifestava pela negativa, opondo-se ou dificultando esse processo.

E é óbvio que a sua força negocial depende de as conversações culminarem apenas uma luta política ou contemplarem negociações de cessar-fogo, por a luta ter atingido o patamar da guerra de libertação. Neste caso o país colonizador apresentava-se fragilizado, até porque só a consciência da sua fraqueza o levou a negociar. Esta fraqueza pode até resultar da sua derrota, não necessariamente traduzida em derrota militar perante o movimento de libertação, mas uma derrota interna, pela substituição violenta do regime colonial por um outro que reconhece ao povo colonizado o direito à independência. Quando assim acontece o novo regime herda a fraqueza do regime derrubado e é condicionado por ela que se senta à mesa das negociações.

Mas o processo não termina aqui para o país anteriormente colonizado. As tarefas subsequentes de substituição do aparelho colonial pelas estruturas do novo Estado inscrevem-se, ainda, no processo de descolonização. É não apenas a substituição do modelo e dos homens do aparelho político, como ainda o preenchimento da máquina burocrático-administrativa esvaziada pela saída dos quadros coloniais, da estrutura militar, do complexo económico-productivo, da rede de ensino, enfim de todo o edifício do Estado. Frequentemente esta fase do processo, a que chamaremos da independência, envolve simultaneamente uma aguda luta interna pelo poder, quantas vezes luta armada, fruto das contradições geradas no período colonial ou na luta de libertação. Luta interna que pode desenvolver-se em paralelo, ou mesmo em resultado, com pretensões neocoloniais, partindo ou não da antiga potência colonial, com o objetivo de preservar,

ainda que por métodos diferentes, privilégios e hegemonias desfrutados no período colonial. Tinha, pois, razão Amílcar Cabral quando, com raro esclarecimento e previsão política, afirmava que a etapa mais difícil viria depois da vitória sobre o colonialismo.

Verdadeiramente, para o novo país ex-colonizado, o processo de descolonização só terminará com a consolidação de uma identidade nacional. Constitui um processo cultural lento, mas não apenas cultural.

Em teoria a tendência histórica natural, particularmente nos países europeus, terá sido a nação preceder o Estado moderno, que se consolidava como organização política da nação. Na realidade as coisas não são bem assim e, mesmo na Europa, ainda são muitos os Estados, hoje, em que as fronteiras dos Estados e das nações não coincidem.

Os países independentes saídos de estatutos coloniais, nomeadamente em África, herdaram fronteiras que não respeitavam as comunidades nacionais, tendo sido traçadas arbitrariamente, partilhadas pelas potências coloniais à luz de critérios que apenas tinham em vista os seus interesses, com total desprezo pelas realidades históricas, étnicas, geográficas e culturais das comunidades regionais que, obviamente, não tiveram qualquer participação naqueles traçados. Muito menos se preocuparam com os problemas que futuramente poderiam acarretar para esses mesmos povos. Quando ascenderam à independência, cada um dos novos Estados estava longe de representar uma nação, ou mesmo um conjunto de nações, com afinidades mais ou menos harmónicas. Foi um problema delicado que se colocou quando da vaga da ascensão à independência das colónias africanas. Os dirigentes dos povos das colónias tiveram, porém, a percepção de que, se durante a fase da luta pela independência ou na da sua consolidação, entrassem em disputas fronteiriças, ou em conflitos que conduzissem à balcanização dos respetivos territórios, estariam a canalizar os seus esforços para guerras fratricidas, enfraqueceriam as lutas de libertação e desviar-se-iam do objetivo principal que era a luta contra o dominador colonial. A resolução dos problemas de fronteiras teria o seu tempo próprio e esse seria depois de consolidadas as independências, a tratar entre Estados soberanos.

Este assunto foi tratado na primeira Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana (OUA), ocorrida no Cairo em 1964 (a OUA tinha sido constituída em 1963), que aprovou a Resolução 16/I intitulada “Litígios entre Estados Africanos acerca das fronteiras”. Nessa resolução pode ler-se: “[...] 2.º Declaram solenemente que todos os Estados membros se comprometem a respeitar as fronteiras existentes no momento em que ascenderam à independência.” Vigorou o

respeito pelo princípio jurídico do *Uti possidetis*, que já tinha regulado idêntica questão nas independências das colônias da América do Sul no princípio do século XIX e que foi aceite, com o único voto contra da Somália. E que foi também acolhido pela ONU. A Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral classificava incompatível com os objetivos e princípios da Carta da ONU “[...] qualquer tentativa que vise a rotura, parcial ou total da unidade nacional e a integridade territorial do país [...]”. A resolução referia-se a “países que ainda não atingiram a independência”.

É, sem dúvida, uma questão controversa, na medida em que uma vez consolidado nenhum Estado aceita abrir mão de território, nomeadamente quando pela sua riqueza, pelo seu valor posicional, ou pelo seu significado simbólico, é estrategicamente importante. Mas foi então uma inteligente e prudente medida de prevenção de potenciais conflitos fronteiriços, nas delicadas fases da transição para a independência e da sua consolidação.

O Estado precedeu a nação e terá de, a partir dele, construir a nação ou correr o risco de se desintegrar. Alguns países de África ainda hoje enfrentam problemas difíceis, identificáveis com esta fase de consolidação da sua identidade nacional, justificando que, nesses casos, se afirme que o processo de descolonização ainda não terminou.

Parece pacífico o entendimento de que a forma como se desenvolveu em cada uma das fases acima descritas, o tipo de relacionamento que promoveu, os conflitos que gerou, tudo isto condicionou de forma determinante a fase que se lhe seguiu. Nenhuma das fases é entendível só por si, como se não fosse uma consequência imediata da que a antecedeu e uma causa direta da que se lhe seguiria.

Assim, a luta de libertação seria mais ou menos eficaz, mobilizaria mais ou menos adesões, seria mais ou menos unitária, consoante a forma como se desenvolvera a fase da tomada de consciência, ideologias que a enformaram, grupos que a promoveram, líderes que a orientaram, apoios com que contou, meios de que dispôs.

A fase da transferência do poder foi sempre o reflexo vivo da forma como se processou a luta de libertação. A força negocial da potência colonial e do(s) movimento(s) de libertação, a legitimidade política das partes, a unidade ou divisão dos movimentos, a natureza da luta desenvolvida conforme se confinou a formas políticas ou se evoluiu para a luta armada, o grau de violência por esta atingido, constituíram um conjunto de fatores decisivos para determinarem o que se ia negociar, entre quem, quais os objetivos, que condicionantes. Quando era imperativa a necessidade de negociar

previamente um cessar-fogo para pôr termo à fase da luta de libertação, o cessar-fogo podia implicar imediatas cedências políticas que iam condicionar o posterior quadro de negociação da transferência do poder.

Também a fase da independência, de substituição das estruturas coloniais pelas do novo Estado independente, dependeria da forma como se dera a transferência do poder. Se houve ou não órgãos de poder eleitos, se havia roturas internas, a capacidade em quadros humanos nacionais para assumirem responsabilidades nos novos aparelhos de Estado e económico-produtivo, o comportamento dos anteriores quadros coloniais, as hipóteses abertas no campo da cooperação com outros países nomeadamente com a ex-potência colonial, nenhum destes aspetos era estranho à forma como se implantariam as novas estruturas.

Por último, a consolidação da identidade nacional ia depender da forma como se tinha instalado o novo aparelho de Estado e da capacidade que este iria revelar para orientar a sua ação para os problemas de natureza sociocultural, que se mostrariam decisivos para acelerar aquela tomada de consciência. Ou da eventualidade de ter de enfrentar fatores de rutura e de confrontação que poderiam até desembocar em ameaças de balcanização do país.

Despertar africano

Marc Ferro chama pré-história do movimento de libertação africano a toda a resistência das populações do continente no período pré-colonial, primeiro contra a presença europeia e a construção de feitorias costeiras, depois contra a busca do ouro e o recrutamento e tráfico de escravos e, mais tarde, já no final do século XIX, contra a penetração estrangeira para o interior e sua posterior fixação. Segundo este historiador,

“[...] para explicar o que no século XVI travou os conquistadores é necessário fazer o balanço da resistência africana, que a historiografia europeia tem ocultado [...] Não foi [...] a falta de interesse pela África que fez parar o avanço dos diversos colonizadores e mesmo as suas opções comerciais, desde o século XV até ao século XIX - mas sim a capacidade de defesa da África [...]” (p. 237)

Na sua opinião os europeus encontraram maior resistência e sofreram maiores desaires militares, e não apenas em África, onde encontraram verdadeiros Estados organizados, alguns multiseculares. Quando estes desabaram a resistência armada sofreu uma paragem, sem que tivesse desaparecido a ideia da independência (pp. 239 a 241).

O escritor zambiano David Birmingham vai mais longe, revelando que esse nascente nacionalismo não se limitou aos africanos negros, alargando-se a comunidades brancas e crioulas:

“[...] o nacionalismo do século dezanove começou a florir no extremo sul onde se formaram alianças entre a velha aristocracia negra e a nascente geração de líderes africanos educados nas missões. Na África Austral também se desenvolveu uma corrente paralela de virulento nacionalismo branco que se opunha à ideologia assimilacionista do Império Britânico. Uma terceira origem distinta de proto-nacionalismo evoluiu na África Ocidental. Comunidades crioulas predominantemente de herança africana adquiriram traços culturais franceses no Senegal, portugueses na Guiné, americanos na Libéria e britânicos na Serra Leoa. Os seus líderes inspiraram um novo movimento abrangente de auto-estima africana em desafio duma visão do mundo eurocêntrica que se formou nos princípios do século vinte.” (p. 2)

O historiador português Fernando Tavares Pimenta também se refere a esta questão, a que chama euronacionalismo. Mais à frente a ele voltaremos.

Se está geralmente aceite que o colonialismo em África começa após a partilha formalizada na Conferência de Berlim, de 1885, então só depois dela se pode situar o início do ciclo descolonizador. De facto, não tardará muito a esboçar os primeiros passos, a aprofundar o seu conteúdo, a ampliar os seus horizontes e a resistência dos povos africanos ia assumir os contornos de reivindicações com sentido nacionalista.

No princípio do século XX surgia o movimento pan-africano que, curiosamente, nem sequer nasceu em África. Foi nas Caraíbas que emergiu, dinamizado por algumas personalidades afro-americanas, da comunidade que descendia dos escravos que, séculos antes, tinham sido arrancados das suas terras e das suas sociedades e forçados a seguir para as Américas no maior, mais prolongado e mais desumano empreendimento escravocrata que a humanidade conheceu. Numa iniciativa em que será possível detetar manifestações de solidariedade nacionalista com os seus irmãos de raça do continente de onde eram originários, e de recuperação tardia de um sentimento de revolta contra o sistema que havia desterrado e escravizado os seus antepassados, esses descendentes dos escravos negros das Caraíbas lançaram um movimento que tinha algo de redentor e, simultaneamente, objetivos antirracistas e anticolonialistas. Eles, que haviam conquistado mais cedo uma relativa emancipação queriam, agora, estendê-la à terra e à gente das suas raízes.

Marc Ferro salienta que o pan-africanismo foi motor da emancipação das populações do continente negro, foi a ideologia da descolonização na África Negra.

Proveniente do início do Século XX, da Conferência de Londres de 1900, esta conferência foi, também um ponto de chegada, uma vez o movimento de libertação africano tinha a sua pré-história no Século XVIII (p. 306).

No seu seio conflituavam-se, desde a origem, duas tendências, o Pan-Africanismo cuja figura mais conhecida seria o padre William Du Bois e o Pan-Negrismo, mais radical, liderado por Marcus Garvey.

Em 1914 rebentava a I Guerra Mundial, na Europa, mas sendo as potências em confronto as principais potências coloniais em África, a guerra rapidamente se estendeu às colónias. Depois dos conflitos de bastidores, diplomáticos, entre os que haviam partilhado o bolo na Conferência de Berlim e que, por vezes, assumiam sinais menos pacíficos da diplomacia da canhoneira, as colónias de África tornaram-se teatros da guerra convencional entre potências europeias. Arrastaram os povos africanos para conflitos e sacrifícios que não lhes diziam respeito, recrutando-os até e incorporando-os em unidades militares para combaterem, não apenas nas colónias, mas mesmo na frente europeia. E isso deixaria marcas, contribuindo para acelerar a consciencialização dos povos colonizados, que já estava em marcha. A. W. Singham e Shirley Hune afirmam que a I Guerra Mundial alterara o sistema internacional, dando início ao desmantelamento do sistema colonial europeu, processo que, embora acelerado, só se completaria depois da II Guerra Mundial:

“[...] centenas de milhares de homens provenientes dos países coloniais, que haviam sido conduzidos para a guerra juntamente com os seus amos colonos, perceberam que as declarações a favor da autodeterminação não se lhes aplicavam. Esta tomada de consciência, a experiência bélica e os contatos internacionais exerceram uma profunda influência em muitos asiáticos e africanos que voltaram às suas terras para se converterem em líderes nacionalistas.” (pp. 54 e 55)

Também Sophie Le Calennec refere os efeitos produzidos nos colonizados mobilizados para a guerra, pelo incumprimento das promessas feitas, como os brancos se encarregaram de estilhaçar a sua imagem pondo negros a matar outros brancos, como isso alimentou frustrações, descontentamentos, revoltas e favoreceu o recrutamento de ativistas para o nacionalismo africano. A I Guerra Mundial foi, nas suas palavras, um momento fundamental da viragem na colonização africana (Tomo II, pp. 384 a 386).

Este efeito de *boomerang*, a influência resultante da participação da juventude das colónias numa guerra que só aos colonos interessava, repetir-se-ia, em grau muito mais elevado, com contornos mais diversificados e com resultados muito mais palpáveis, na II Guerra Mundial 1939-1945.

O investigador nigeriano Olisanwuche Esedebe considerava que o pan-africanismo remonta aos meados do século XVIII, mas que a sua institucionalização só se iniciaria em 1900, quando da I Conferência Pan-Africana em Londres. Em 1919 realizava-se o I Congresso Pan-Africano em Paris, seguido em 1921 pelo II Congresso em Bruxelas e Paris tendo uma secção funcionado em Lisboa e, em 1923, pelo III Congresso em Londres do qual também funcionou uma secção em Lisboa. Mas estes quatro primeiros Congressos Pan-Africanos, entre 1919 e 1927, ainda foram prioritariamente orientados para temas relacionados com questões humanitárias.

Da dolorosa experiência da Guerra 1914-1918 ia resultar a formação da Sociedade das Nações (SDN), primeira tentativa de criar, no seio da comunidade das nações e do sistema internacional, uma instituição capaz de assegurar a paz internacional e que os conflitos pudessem ser solucionados pacificamente.

O presidente norte-americano Woodrow Wilson, cujo contributo fora decisivo para a vitória dos aliados na Europa, foi um dos grandes impulsionadores da SDN (nos EUA chamaram-lhe *League of Nations*), com os seus célebres 14 pontos que muitos consideram ser o embrião da Carta da SDN. Rezava o n.º 5 desses 14 pontos:

“Reajuste livre, aberto e absolutamente imparcial da política colonialista, baseado na observação estrita do princípio de que a soberania dos interesses das populações colonizadas deve ter o mesmo peso dos pedidos equiparáveis das nações colonizadoras.”

Os EUA tinham na memória o seu passado colonizado e a guerra de libertação e pela independência, e Wilson era seu intérprete quando o país fazia a entrada como ator de relevo no palco da política internacional. Ironicamente a tendência isolacionista viria a impor-se em Washington e, em 8 de Janeiro de 1918, o Congresso dos EUA rejeitava a sua entrada na SDN.

A organização fazia o seu trajeto e, em 28 de Abril de 1919, em Versalhes, onde decorriam as negociações para o Acordo de Paz, foi aprovada a formação da SDN cuja Carta foi subscrita por 44 Estados fundadores.

Aconteceu porém que, embora o anticolonialismo, logo o processo de descolonização, já estivesse em marcha na Ásia e em África, o momento ainda era favorável às potências coloniais europeias, vencedoras da guerra. A Alemanha, a grande derrotada, via aí esfumar-se o seu sonho colonial em África.

Foi em relação às colónias da Alemanha e aos territórios do extinto Império Otomano na bacia do Mediterrâneo que a SDN inovou, dando um sentido ao princípio

de que o colonialismo era transitório, só aceitável enquanto não estivessem criadas as condições para o seu termo. O Art. 22 da Carta estipulava:

“Os princípios seguintes aplicam-se às colónias e territórios que, em consequência da guerra, cessaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e são habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma missão sagrada de civilização [...] O melhor método de realizar praticamente esse princípio é confiar a tutela desses povos às nações desenvolvidas [...] elas exerceriam a tutela na qualidade de mandatários e em nome da Sociedade [...] O grau de desenvolvimento em que se encontram outros povos, especialmente os da África Central, exige que o mandatário assuma o governo do território em condições que [...] garantam a liberdade de consciência e de religião [...].”

Enfim, era uma linguagem extremamente ambígua face aos valores que depois se impuseram mas, à luz da realidade da época, tinha pelo menos a virtude de afirmar a transitoriedade do sistema colonial.

Foi assim que foram criados os regimes de mandatos, ou protetorados, mas a generalidade das colónias ficou com os seus regimes intocáveis tendo-se frustrado, por oposição do governo britânico no que foi acompanhado pelas restantes potências coloniais, a tentativa de alguns países europeus que não dispunham de colónias de converter todas as colónias em mandatos (Caetano, 1971, p. 213). Ia mesmo entrar-se no período áureo do colonialismo europeu na Ásia e em África.

As sementes estavam lançadas e iam germinar nos meios nacionalistas e independentistas.

Em 1929, ainda em consequência da Guerra 1914-1918, o mundo ia confrontar-se com a grande depressão que se arrastaria até 1933 e que, conforme Eric Hobsbawm, “[...] iria ser um marco milenar da história do anti-imperialismo e dos movimentos de libertação do Terceiro Mundo.” (p. 204)

Da II Guerra Mundial iriam resultar vários fatores que estariam, decisivamente, na origem do avanço das reivindicações nacionalistas e independentistas dos povos colonizados e do acolhimento com que iriam contar a nível internacional.

O primeiro fator foi a Carta do Atlântico, negociada entre o presidente norte-americano Franklin Roosevelt e o primeiro-ministro britânico Winston Churchill, em Agosto de 1941. Nela se definiam os grandes princípios em que deveria assentar a nova ordem mundial do pós-guerra, entre os quais a vaga fórmula “libertação de todas as tiranias”. Mas, em termos muito mais concretos, afirmava o direito ao “autogoverno

para todos os povos e nações”. Churchill terá reagido negativamente, argumentando que a Grã-Bretanha não se tinha envolvido na guerra para ver dissolver-se o seu império, procurando que a incidência destas cláusulas se limitasse aos povos que iriam libertar-se da sujeição à tirania nazi-fascista das potências do eixo. Mas Roosevelt foi firme na exigência da sua aplicação aos impérios coloniais europeus, recuperando os objetivos do seu antecessor Woodrow Wilson, que já tentara fazer vingar os mesmos princípios depois da I Guerra Mundial, nas negociações de Versailles, mas sem êxito, porque a hora das independências das colónias asiáticas e africanas ainda não tinha soado. Roosevelt dispunha então de um argumento muito mais forte, pois ainda não tinha entrado na guerra e, a sua eventual futura entrada, dependia de ver assegurados alguns pressupostos que a Carta do Atlântico contemplasse. A vitória dos aliados iria abrir caminho ao fim do colonialismo moderno e, assim, acolher a o princípio da descolonização. Nelson Mandela releva a importância da Carta do Atlântico para os africanos, a qual inspirou mesmo o Congresso Nacional Africano (ANC) a criar a sua própria Carta, “Reivindicações Africanas”, reclamando integrais direitos de cidadania para todos os africanos (p. 102).

O segundo fator foi a reposição, ampliada, da contradição gerada pela Guerra 1914-1918 – a participação na guerra, incorporados nas forças aliadas, de centenas de milhares de homens das colónias. O embaixador José Calvet de Magalhães refere que “Nas fileiras dos exércitos aliados vitoriosos participaram nada menos que 500 mil africanos e 2 milhões de indianos” (p. 7). Terminada a guerra, face às tentativas dilatórias das potências coloniais para contrariarem as reivindicações nacionalistas, estes jovens desmobilizados concluíram que tinham combatido na guerra pela liberdade, mas não pela sua própria liberdade, e era por esta que agora se dispunham a lutar. A guerra constituíra a pedra final na edificação da sua tomada de consciência.

Vários autores africanos, entre eles Chinua Achebe, Elikia M’Bokolo, Sophie Le Callennec e David Birmingham, registam esta contradição que era sentida entre os povos colonizados e os efeitos que viria a ter nos anos 50, quando estava no auge o fermento da liberdade. A Índia e o Paquistão já eram independentes, a oportunidade estava a chegar à África negra. E faziam eco da reivindicação generalizada, na guerra mundial tinham combatido pela liberdade, tinham contribuído para o esforço da guerra contra Hitler, mas ao regressarem a casa interrogavam-se pela liberdade de que lhes falavam. O contexto em que a guerra decorrera e o novo ambiente mundial que o fim da guerra gerara tinham contribuído decisivamente para o fim do colonialismo e a

emancipação das colónias. Birmingham recorda um acontecimento marcante de 1948, a marcha dos negros desmobilizados da Costa do Ouro, veteranos das guerras na Europa, que disciplinadamente desfilaram até ao palácio do governador e exigiram a aplicação em África dos direitos civis e humanos pelos quais haviam lutado na Europa (pp. 4 e 5). Em várias colónias eclodiram revoltas e, na Europa, registaram-se violentas manifestações de militares africanos enquanto aguardavam o seu repatriamento. Os povos colonizados tinham sido chamados a combater contra a tirania hitleriana, não pelos seus direitos, não pela sua liberdade, mas pelos direitos e a liberdade dos brancos que, afinal, continuavam a ser os opressores nas suas terras. A liberdade dos povos submetidos ao regime colonial na Ásia e em África, essa teria de ser conquistada por eles próprios contra os colonizadores.

Um terceiro fator, este destacado por Philippe Moreau Défarges, residiu no facto de a guerra no extremo-orient, com a vaga inicial das vitórias japonesas, desalojando das suas colónias britânicos, franceses, holandeses e até os portugueses do minúsculo Timor-Leste, ter influenciado a “[...] Ásia dominada, colonizada, que vendo a supremacia branca lançada por terra, obteria, a seguir à guerra e não sem conflitos sangrentos, a independência.” (p. 125) O facto foi também reconhecido por outros autores, Eric Hobsbawm, Henri Grimal e até, mais recentemente, pelo general Rupert Smith. Os povos colonizados constatavam que, afinal, o colonialismo europeu não era invencível nem irreversível e isso reforçou a sua determinação na luta de libertação. A África não deixaria, também, de ser atingida por esta imagem do estilhaçamento do mito da invencibilidade do homem branco.

Um quarto fator residiu no facto de a vitória na guerra ter dado origem a um novo quadro geopolítico mundial, bipolar, com a constituição da ONU, a predominância de duas superpotências, os EUA e a URSS, declaradamente anticolonialistas, a emergência do Terceiro Mundo e do Movimento dos Países Não-Alinhados, geneticamente anticolonialista. Quando os povos colonizados sentiram chegado o momento de reivindicarem a fatia que lhes cabia pelo contributo para a vitória comum, isto é, o direito à sua própria libertação, as duas superpotências, as grandes vencedoras da guerra, hegemónicas em cada um dos blocos antagónicos, ainda que com motivações diferentes, afirmavam-se deliberadamente empenhadas no apoio aos movimentos independentistas e ao termo dos regimes coloniais. E o grupo dos Países Não-Alinhados iria constituir um fortíssimo bloco de pressão na Assembleia Geral da ONU.

Em 1945, quando terminou a II Guerra Mundial, mais de 750 milhões de pessoas, cerca de um terço da população mundial, ainda viviam em territórios dependentes. A Carta da ONU aprovada em São Francisco em Junho de 1945, o instrumento jurídico mundial que formalizava o resultado da guerra anunciava, logo no Artigo 1.º, os objetivos da ONU que, o n.º 2, particularizava: “Desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos [...]” A autodeterminação seria um pilar da política da ONU face aos territórios ainda colonizados. Todo um capítulo, o XI, era uma “Declaração Relativa a Territórios Não-Autónomos”, cujo Artigo 73.º era claro:

“Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não atingiram a capacidade para se governarem completamente a si mesmos [...] aceitam [...];

a. Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra qualquer abuso;

b. Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres [...];

e. Transmitir regularmente ao secretário-geral [...] informações estatísticas ou de outro caráter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respetivamente responsáveis [...].”

Em síntese, o contributo que a participação dos colonizados nas fileiras das forças aliadas fornecera ao despertar das suas consciências para a sua própria libertação, o ruir do mito da invencibilidade do colonizador europeu, a emergência do mundo bipolar dominado por duas superpotências hostis ao colonialismo, a formalização da ONU, configuram, no seu conjunto, o quadro dos fatores que tornaram a II Guerra Mundial decisiva para o processo descolonizador. Lúcio Lara, que viveu intensamente a luta de libertação de Angola e nas outras colónias portuguesas, abre o seu livro *Um amplo movimento...*, afirmando que a primeira e segunda guerras mundiais exerceram profundas influências no continente africano (p. 1). E explica bem porquê, na mesma linha que aqui fica registada.

Com o termo da guerra em 1945 e o cenário que ia fazer das independências das colónias asiáticas e africanas uma prioridade, ia entrar-se na fase da luta de libertação. O arranque verificava-se logo em Outubro desse mesmo ano de 1945 em que se reunia, na cidade inglesa de Manchester, o V Congresso Pan-Africano. Dele saiu um apelo vigoroso, a todos os povos da África colonizada, para que se empenhassem decisivamente na luta pela independência. E dirigia uma advertência clara às potências

coloniais, de que os africanos poderiam ver-se obrigados, em último recurso, a recorrer à força para conquistar a liberdade, se o ocidente continuasse determinado a, pela força, governar a humanidade. “Nós estamos decididos a ser livres [...] Nós exigimos para a África negra a autonomia e a independência”, proclamavam. O Congresso constituiu um impulso decisivo para os movimentos nacionalistas que, a partir de 1950, de forma quase nunca coordenada, se lançaram nas lutas de libertação.

Algumas potências coloniais recusavam-se a aceitar a inevitabilidade histórica da nova era, procurando que os seus impérios coloniais se mantivessem fora dela. As potências coloniais que tinham optado pela política de autonomia, tinham preparado as condições que lhes permitiu passar rapidamente à fase da transferência do poder. Ao contrário, as que tinham prosseguido políticas de assimilação, foram mais resistentes, insistiram na repressão violenta e armada em resposta às manifestações políticas da luta dos colonizados, que ia assumindo contornos de luta de libertação nacional e se viram forçados a recorrer, também, à solução militar, organizando-se em movimentos de libertação. Nesses casos a fase da luta de libertação ascendia ao patamar da luta armada.

A tensão da bipolaridade da ordem mundial pós-II Guerra Mundial depressa derrapou para o quadro da guerra-fria e nele também se iriam projetar as guerras de libertação colonial. Em algumas destas a guerra-fria exerceria uma enorme influência. Frantz Fanon considerou mesmo que cada rebelião, cada sedição no Terceiro Mundo, se inseria no quadro da guerra-fria (p. 71). Opinião que foi perfilhada por Philippe Braillard e Pierre de Senarclens: “O sucesso da descolonização tem como pano de fundo a guerra-fria [...] A descolonização é, sem dúvida, acelerada pela confrontação este-oeste.” (pp. 69 a 71)

Com o fim da II Guerra Mundial e a vitória dos Aliados soou a hora da independência para a Ásia ainda colonizada e para a África inteira. O pan-africanismo ia desenvolver-se e jogar, nesse contexto, um papel importante. Em Abril de 1955 realizar-se-ia em Bandung a célebre conferência da qual saiu o Movimento dos Não-Alinhados. Bandung condenou o colonialismo e apelou à unidade dos povos contra a dominação colonial, ação que o Movimento dos Não-Alinhados se propunha coordenar, não apenas em África, mas estendendo-se a todos os países do mundo ainda sob um estatuto não autónomo. Os não-alinhados constituíam-se, assim, como um forte grupo de pressão junto da ONU para cumprimento da resolução sobre territórios não autónomos constante do artigo 73.º da sua Carta, que obrigava todos os países membros, detentores de colónias, a desenvolver aí sistemas de autogoverno, de acordo com as

aspirações políticas dos respectivos povos.

Com a ascensão dos primeiros países africanos à independência multiplicaram-se as reuniões e conferências pan-africanas, em 1958 em Abril em Acra, capital do Gana, em Julho em Cotonou, capital do Benim, em Dezembro de novo em Acra. Prosseguiram nos anos seguintes, em Agosto de 1959 em Monróvia, capital da Libéria, em Julho de 1960 em Adis Abeba, capital da Etiópia, em Março de 1961 no Cairo, capital do Egipto.

Na sequência destas reuniões viria a ter lugar, em Maio de 1963, em Adis Abeba, uma conferência de chefes de Estado e de governo de 31 países, que proclamou a criação da OUA. Organização de Estados soberanos e independentes foi entendida como o culminar dos movimentos pan-africanos e viria a desempenhar um papel de vulto no apoio aos movimentos que ainda se batiam pela libertação dos seus países que continuavam sujeitos à dominação colonial. Desde a sua origem que se orientou para pôr fim ao colonialismo sob todas as suas formas, objetivo que inscreveu na sua Carta e a esta dinâmica não escapavam, como é óbvio, as colónias portuguesas, cujos movimentos de libertação sempre contaram com o apoio dos Estados membros. A primeira resolução, aprovada na assembleia fundadora, entre 22 e 25 de Maio de 1963, referia a urgência da descolonização e da independência nacional dos territórios ainda sob administração estrangeira, citando expressamente Portugal com quem todos os Estados africanos anunciavam a decisão de cortarem relações diplomáticas e boicotarem o comércio externo. Propunha-se ainda intervir junto das grandes potências para que cessassem todo o apoio aos países que se recusavam a pôr termo aos regimes coloniais.

A entrada na década de 60 e a vaga de independências, porém, nomeadamente com o assassinato de Patrice Lumumba no Congo, em 1961, que a generalidade dos líderes africanos considerou, com razão, produto de manobras neocolonialistas de países do bloco ocidental como a França, a Bélgica, os EUA e Portugal, viria a criar cisões entre países mais e menos radicais, quanto ao apoio à luta pela descolonização. A fratura entre os Estados mais progressistas, conhecidos pelo “grupo de Casablanca”, cidade onde nesse mesmo ano se tinham reunido em apoio de Lumumba e onde sobressaía a figura do presidente ganês Kwame Nkrumah, pioneiro da unidade africana, e os Estados mais moderados do “grupo de Monróvia”, mais sensíveis a influências de França e dos EUA para que deixassem nas mãos da ONU o protagonismo do apoio à descolonização, da qual os africanos ficariam marginalizados, foi transposta para o interior da OUA.

Estas contradições entre Estados africanos acentuaram-se ao longo da década de 60, com a declaração unilateral da independência da Rodésia pela minoria branca em 1965, com a intensificação do *apartheid* na África do Sul e com a tolerância que alguns setores ocidentais iam encarando a resistência de Portugal na preservação das suas colónias. Como afirmara Fanon, era uma fratura que resultava dos choques da guerra-fria, da disputa das superpotências por áreas de influência.

A perspetiva viciada do colonizador

A generalidade dos analistas dos países que tinham sido potências coloniais, tem evidenciado dificuldade em abordar a problemática da descolonização nesta perspetiva alargada. Tenho, insistentemente, denunciado esta distorção analítica, a que chamo os três vícios de perspetiva com que o ex-colonizador tende a observar o fenómeno da descolonização.

O primeiro vício é o de uma perspetiva condicionada porque, não tendo a antiga potência colonial participado na globalidade do percurso, os ex-colonizadores têm dificuldades em interpretar o processo da descolonização em toda a sua complexidade. Há um condicionamento cultural que bloqueia a capacidade para reconhecer que todo o período colonial foi, decisivamente, influenciado por uma dinâmica que o colonizador não controlava, conduzida por um outro a quem se recusava a reconhecer estatuto, mas que tinha uma estratégia que se opunha ao projeto colonial, que conseguiu travá-lo e destruí-lo. Na antiga potência colonial há resistência a entender que a descolonização era um processo que o colonizado tinha já posto em marcha.

O segundo vício é o de uma perspetiva redutora, que decorre da anterior e leva o ex-colonizador a confundir a globalidade da descolonização com a fase da transferência do poder, que é a única em que colabora. Isto é, confunde a parte com o todo, sendo levado a esquecer que a transferência do poder teve antecedentes, que a condicionaram, e que ela própria vai, por sua vez, condicionar as fases subsequentes e que todas elas, antecedentes e subsequentes, configuram o percurso da descolonização na qual só o colonizado está empenhado desde o início. Em Portugal, por exemplo, vulgarizou-se o entendimento de que a descolonização foi o que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, o que se sucedeu à guerra colonial e que se concluiu com as independências das colónias. É um entendimento que não tem qualquer sustentação na realidade.

O terceiro vício, que até certo ponto também está presente nos outros dois, é o de uma perspectiva distorcida, porque o ex-colonizador tem dificuldade em despojar-se do ancestral e etnocêntrico complexo de superioridade, que herda da relação colonial, tendendo a equacionar toda a sua reflexão sobre a descolonização colocando-se no centro do processo, como se a sua marcha tivesse dependido exclusivamente da sua vontade e dos seus interesses. É o que está na base do discurso da “descolonização que nós fizemos”, ignorando que, neste contexto, o protagonista é o colonizado, que participa na globalidade do processo e o conduz e não o colonizador, que nele entra tardiamente, depois de o ter contrariado e quando já não lhe restava alternativa. Na ex-potência colonial esquece-se que, no seu próprio processo de descolonização, um povo não é descolonizado, descoloniza-se, é um sujeito ativo e não passivo, porque a descolonização é de sua iniciativa e não da potência colonial. A descolonização é uma revolução, do colonizado contra o colonizador, pelo que é insólito admitir que seja deste a iniciativa e o protagonismo. É também o equívoco que o leva a interpretar a independência como uma dádiva que o dominador concedeu ao antigo dominado, donde as invocações pomposas da “independência que nós concedemos”. Aqui reside a incapacidade de compreender que a independência foi uma conquista do colonizado e não uma dádiva do colonizador, à qual este só cedeu quando já não dispunha de capacidade para se lhe opor.

Mia Couto, numa conferência na Universidade de Faro, foi taxativo sobre esta matéria: “Não foi Portugal que descolonizou os africanos. A descolonização só pode ser feita pelos próprios colonizados.” (2013, p. 192) Anos depois volta ao tema na tentativa de desfazer o equívoco vulgar entre a intelectualidade portuguesa sobre quem libertou quem e que está na origem de algumas reservas com que, nos novos países independentes, se encara o tema descolonização:

“Para um largo sector de opinião em Portugal (incluindo parte das forças de esquerda) [...] Não foi a luta armada dos movimentos de libertação que, juntamente com a luta do povo português, fez acontecer o 25 de Abril. Não, o que aconteceu, para essa leitura da História, foi que os portugueses libertaram os africanos. Essa interpretação sedimentou-se naquilo que hoje é designado em Portugal por descolonização. A palavra esconde uma briga em volta da definição do sujeito: quem descoloniza quem? Os africanos resolveram o assunto cirurgicamente: expulsaram a palavra do vocabulário.” (2004)

Joaquim Chissano, dirigente destacado da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e que foi presidente da República de Moçambique disse, lapidarmente, numa entrevista à revista *Única* do semanário *Expresso* de 18 de Dezembro de 2004:

“Não foi Portugal que descolonizou. Foram os moçambicanos que lutaram pela independência.”

Na mesma linha crítica vai o escritor angolano Alberto Oliveira Pinto:

“[...] a aceitação destes termos – descolonizar e descolonização – representa (...) uma persistência do etnocentrismo atávico [...] Quem descoloniza é o Estado português, pois é ele quem concede a independência às suas colónias, sendo secundário, ou pura e simplesmente ignorado, o esforço secular empreendido pelos naturais desses mesmos territórios para se libertarem da tutela colonial.” (p. 36)

E acrescenta o ponto de vista expresso pelo sociólogo Alfredo Margarido:

“A descolonização quer simplesmente dizer que foram os portugueses, os colonizadores, que libertaram os colonizados, descolonizando-os [...] Vistas assim as coisas, os portugueses aparecem como os únicos atores do processo político: colonizadores graças às malhas que o império tece, mas também descolonizadores, quando se trata de destecer as mesmas malhas.” (Id, nota 9)

Daqui resulta, como diz Mia Couto que, nos meios intelectuais e políticos dos países que foram colónias portuguesas, há certa tendência para evitar o termo descolonização. É uma manifestação de repulsa pela abusiva apropriação que dele se faz na antiga potência colonial. Por nós preferimos insistir em utilizá-lo respeitando o rigor do conceito que lhe é próprio.

Em qualquer caso, certo é que não se pode refletir sobre a descolonização sem nessa reflexão incluir a colonização, porque uma não é entendível sem a outra. Sem colonização não haveria descolonização e esta é sempre condicionada por aquela. Colonizações diferentes deram lugar a diferentes processos de descolonização. Foram duas faces de uma mesma moeda, com os mesmos atores mas diferentes protagonismos.

2. EMERGÊNCIA DO NACIONALISMO NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS

Culminar de um conflito permanente

A descolonização das colónias portuguesas no continente africano inscreveu-se, rigorosamente, no quadro geral atrás desenhado. Alguns casos podem mesmo considerar-se paradigmáticos das contradições, das potencialidades, dos dramas ocorridos com o encerramento dos impérios europeus na África negra.

Os portugueses, durante os cinco séculos da sua permanência em África, sempre tiveram de se confrontar com a resistência e oposição e, mais tarde, com a rebeldia ou com a insubmissão de grupos de naturais. Confrontações que assumiram maior dimensão e significado a partir dos finais do século XIX, quando Portugal se lançou na ocupação do interior e começou, de facto, o período da dominação colonial.

Oliveira Marques escreveu, no Volume II da sua *História de Portugal*, com razão, que “A história interna de Angola, Moçambique e Guiné até começos do século XX caracterizou-se por uma atividade guerreira quase permanente, motivada pelas operações de conquista e de subjugação das tribos africanas.” (Vol. II, p. 177) A bibliografia monumental mais dedicada aos problemas da expansão portuguesa, entre as quais podemos citar obras como as de Ferreira Martins, Carlos Selvagem ou Luís Albuquerque, mesmo quando conferem à expansão um sentido épico, ou por isso mesmo, registam abundantemente esta ininterrupta resistência, passiva e armada, dos povos dos respetivos territórios.

Até à Conferência de Berlim essas lutas ainda não tinham a marca da libertação nacional, com o conceito que hoje lhe é atribuído. Inicialmente as confrontações tinham, na sua génese, a recusa ao invasor estrangeiro, outras vezes enquadravam-se em disputas tribais com os portugueses aliados a uma das partes, depois foram-se transformando em ações de resistência às progressivas medidas coercivas para implantação do domínio do homem branco, à implantação das primeiras feitorias costeiras, à penetração para o interior na busca do ouro e outras matérias-primas, à captura de escravos, à usurpação de terras para fixação, à transferência de mão-de-obra, à cobrança de impostos. Por vezes resultavam de confrontos com expedições de outros países europeus e com tribos por eles aliciadas, que disputavam os mesmos interesses.

Elias Alexandre da Silva Corrêa, nascido no Brasil e que, como muitos outros portugueses do Brasil daquela época, participou em expedições a Angola e combateu nas campanhas no norte desta conquista no século XVIII, é autor de uma interessante *História de Angola*⁴, obra que tem hoje um enorme valor histórico. O livro reúne, na prática, crônicas dos mandatos dos 58 governadores, desde Paulo Dias de Novais, em 1574, até aos finais do século XVIII, data da sua publicação. São, sem exceção, relatos de permanentes campanhas contra os insubmissos reinos negros, ou ajudando uns contra outros. Escreve o autor:

“E sendo em todos os tempos a guerra dos negros, o entretenimento dos governadores desta Conquista [...] Determinava Henriques huma expedição de gente armada para combater no certão os sovas inobedientes, e levantados: guerra perpetua [...] Esta insessante guerra da Costa d’África, nasce sem dúvida da incompatibilidade, q. tem o branco com o negro [...]” (Vol. I, pp. 242, 270 e 366)

No Volume II, os relatos das campanhas e batalhas são muito mais detalhados porque correspondem ao tempo em que o autor nelas terá participado pessoalmente ou tido testemunho direto. Descreve as fortificações das zonas residenciais de europeus que mostram como as preocupações da segurança estavam viradas para dentro do território ocupado e não para o seu exterior:

“Vasconcellos (D. António de Vasconcellos foi governador entre 1758 e 1764) pediu Engenheiros ao Rio de Janeiro: Gomes Freire de Andrade lhe mandou hum Jezuíta [...] O jezuitico engenheiro, passou a mostrar a necessidade, q. havia de fortificar alguns Lugares, q. cobrissem a Cidade das irrupçoens de ataque pelo lado de terra [...] hum cadeamento de batarias capaz de impedir o passo para a Cidade, a qualquer inimigo, q. pretendesse hostilizalla pela parte de terra.” (Vol, II, pp. 24 e 25)

Cesar Oliveira era rigoroso quando afirmava que nunca foi pacífica ou apática a posição dos naturais da Guiné, de Angola e de Moçambique perante as tentativas de penetração dos portugueses para o interior de África, a partir das costas marítimas. E lembrava que em Angola, a partir de 1872, com a primeira revolta dos povos dos Dembos, do Caxito e do Colungo Alto, a resistência foi uma constante. Que na Guiné, desde 1856, se travaram sucessivos confrontos com os papéis, os mandingas, bijagós, biafadas, felupes, fulas, que só terminaram em 1936 com o esmagamento da sublevação

⁴ A primeira edição tem na capa a data de 1782 mas é certamente um lapso porque, como se depreende da leitura do livro, deve ser 1792 (ver Nota Prévia); foi reeditado em 1937 pela Coleção dos Clássicos. Na Dedicatória o autor chama-lhe *Hystoria da Conquista de Angola*. Conquistas era o termo pelo qual se denominavam então os territórios ocupados por Portugal em África. Pela curiosidade que suscita mantemos nas citações a ortografia original.

de Canhabaque. E que em Moçambique as operações militares chamadas de pacificação, que se haviam iniciado em 1854, só terminariam em 1918, as últimas já no quadro da guerra de 1914-1918 na Zambézia (pp. 27 e 28).

Já atrás citámos o historiador francês René Pélissier que, com os seus livros *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941* e *História das campanhas de Angola, resistência e revoltas 1845-1941* é, sem dúvida, quem melhor e em mais profundidade trata estas campanhas, que se estendem de 1844 a 1941. Isto é, quase um século que vai de quatro décadas antes da Conferência de Berlim até cinco décadas e meia depois. Na primeira metade deste período que precede a Conferência de Berlim já eram óbvias as preocupações das potências com ambições coloniais em marcar presença no interior, que viria a ser necessária, nos termos da Conferência, para reivindicar a posse. Na segunda metade, depois de Berlim, a formalização da posse exigiu as campanhas de ocupação, a demarcação de fronteiras e a implantação das estruturas coloniais. Portugal, a de mais limitados recursos de todas as potências com colónias a sul do Sahara, terá sido a que se viu obrigada a desenvolver maior esforço militar.

Segundo Pélissier, na Guiné os portugueses

“[...] terão de passar por 81 campanhas ou, melhor, expedições, entre 1841 e 1936 [...] o exército colonial e os seus aliados da época somam durante este período um número de 65 meses de campanhas efetivas, o que quer dizer que, ao longo de 95 anos, seis por cento do tempo o exército esteve ocupado em lutas [...]” (2006, pp. 42 e 43)

Os aliados que o autor refere foram, entre 1900 e 1910, mercenários senegaleses que Portugal preferiu ao recrutamento de indígenas guineenses (p. 46).

Ainda relativamente à Guiné e ao mesmo período, João Freire, na sua mais recente obra *A colonização portuguesa da Guiné 1880-1960*, na qual dedica um capítulo às “Revoltas nativas e operações militares...”, corrobora Pélissier, aliás fonte destacada da sua investigação, assinalando 76 eventos e campanhas de guerra, que faz questão de distinguir entre 13 “grandes” e 63 “pequenos” (p. 138). Só se concluíram em 1936, com a campanha de Canhabaque, no arquipélago dos Bijagós. Apenas 27 anos depois iniciava-se a guerra colonial na Guiné.

Em Angola o esforço terá sido muito mais intenso. Continuemos com Pélissier:

“[...] registam-se cerca de 80 meses de campanhas entre 1848 e 1878, ou seja, 22 por cento do período considerado [...] Entre 1879 e 1926, a escalada é irreprimível e todos os governadores-gerais deste período – salvo um – enviarão o exército para se bater em qualquer parte de Angola (considerada nas suas fronteiras atuais). É o tempo da pacificação geral: no mínimo 254 meses de campanha, ou seja, a incrível

percentagem de 44 por cento do período acima indicado [...] Se recapitularmos o período de 1848 a 1926, podemos calcular que o Exército se bate durante mais de 330 meses – uma guerra de 27 anos seguidos se os juntarmos –, ou seja, 35 por cento de todo o período analisado! Nenhuma etnia angolana [...] escapará a esta pressão, lenta e indecisa, mas inexorável, da fronteira portuguesa.” (2006, pp. 61 e 62)

O único governador-geral que, segundo o autor, não envolveu o exército em combates foi Vasco Guedes de Carvalho e Meneses, cujo mandato decorreu de 1878 a 1880. As revoltas em Angola só se interromperão em 1941, com o esmagamento dos hereros. O interregno duraria uns meros 20 anos.

Em Moçambique o panorama não diferia muito do de Angola, se bem que ligeiramente menos intenso:

“[...] 160 ações no mínimo, recenseadas em Moçambique entre 1854 e 1916, e que durarão 163 meses [...] os Portugueses terão tido, entre 1854 e 1918 inclusive, de se bater contra os seus “súbditos” ou vizinhos africanos um mínimo de 196 meses, o equivalente a uma guerra que tivesse durado mais de dezasseis anos [...] em 65 anos, mais de 25 por cento desse período foi ocupado por pelo menos 167 operações desenvolvidas contra colonizados, reais ou potenciais [...]” (2006, pp. 74 e 75)

São Tomé e Príncipe não escapara a esta vaga de resistência permanente, tendo sido constantes as campanhas, na maioria na busca e detenção dos “emigrantes espontâneos”, como se refere à escravatura camuflada para S. Tomé (2006, p. 266).

E, já agora, podemos incluir também as referências do historiador a Timor e à Índia, tantas vezes invocados como paradigmas de portuguesismo. Em Timor:

“[...] os portugueses [...] terão de organizar entre 1847 e 1913 um mínimo de 56 ações militares contra os “seus” timorenses. Aqui as distâncias são pequenas [...] e as campanhas breves (63 meses no mínimo, ou seja, 7-8 por cento da duração do período) mas, pela primeira vez na sua história (com algumas exceções de menor importância em Angola, em Moçambique e na Índia), os portugueses vêm-se confrontados com uma resistência de montanhese agueridos, batendo-se cada um no cume do seu monte.” (2006, p. 89)

Na Índia:

“Na noite de 13 para 14 de Setembro de 1895 [...] 200 a 300 soldados maratas amotinam-se em Pangim (Nova Goa), porque se recusam a embarcar para Moçambique [...] Não é a primeira vez que soldados da Índia se revoltam [...] Tradicionalmente, refugiam-se nas Novas Conquistas do Nordeste, no Sanquelim, onde habitam os ranes, sempre prontos a tomar a cabeça daqueles que se opõem aos portugueses. E no Satari, onde a natureza e as fortificações (forte de Nanus) se prestam a uma resistência um pouco menos frouxa.” (2006, pp. 225 e 226)

As campanhas em Goa contra os Ranês vão prolongar-se pelos anos de 1895 a 1897, 1901 e 1912.

No período mais intenso do início da implantação do sistema colonial, com as campanhas de ocupação, Pélissier regista que, entre 1895 e 1910, Portugal não conheceu um trimestre em que as suas forças nas colónias e, por vezes, os reforços enviados da metrópole, não fossem obrigados a combater em algum lugar, sendo que, por vezes, teve mesmo de conduzir operações de grande envergadura e em mais do que uma colónia simultaneamente (2006, p. 95).

O historiador descreve em pormenor a sucessão interminável de campanhas dando destaque a algumas, quer pela sua dimensão quer porque, depois, se reacenderam na última guerra colonial iniciada em 1961.

Em Angola, os Dembos, perto de Luanda, várias vezes declarados independentes, só foram dominados em 1918-1919. As campanhas no sul, na terra dos ovambos, cuanhamas e cuamatos, foram das mais prolongadas e que mais efetivos portugueses empenharam. O autor dá especial relevo à batalha de Môngua, entre 18 e 20 de Agosto de 1915:

“[...] constitui a maior batalha campal jamais realizada por um colonizador europeu contra um poder ou um Estado negro-africano a sul do Sahara desde a vitória etíope contra os italianos a 1 de Março de 1896 [...] a única vitória franca e decisiva do Exército Português metropolitano em África, entre 1914 e 1918 [...] o general Pereira D’Eça [...] eliminou de forma radical o único Estado ainda capaz de contestar a colonização.” (2006, pp. 361 a 376)

Pélissier dedica várias páginas às campanhas do Amboim e Seles, região de plantações de café no Cuanza Sul e, muito a propósito, põe em evidência as semelhanças, na verdade chocantes, destas ações com as que vieram, tragicamente, a assinalar o reinício da guerra nas zonas do café no norte de Angola, em 1961:

“[...] de tradições belicosas [...] e talvez alguns fermentos protonacionalistas [...] tudo está reunido para uma explosão. Esta acontece a 28 de Abril de 1917 [...] numerosas fazendas (de café) são saqueadas, tendo os seus patrões ou gerentes sido abatidos pelos criados ou envenenados pelos cozinheiros. Início de Maio, 2000 insurretos descem para a planície litoral e atacam povoações [...] em Julho de 1917 há uma revolta quase geral no Libolo [...] são os colonos que, pela sua cupidez e abusos, provocam os seus carrascos [...]” (2006, pp. 394 a 398)

Reforça estas ideias no seu outro livro especialmente dedicado às campanhas de Angola, salientando que em nenhuma outra parte da África tropical uma potência

colonial teria de empenhar tantos homens durante tanto tempo para vencer tão poucos adversários (1997, pp. 141 e 142).

Em relação à Guiné Pélissier destaca as guerras de Bissau contra os papéis e a campanha de Bolor e, em Moçambique, as dificuldades encontradas pelos portugueses na bacia do Zambeze, por pressão do Bonga e as ameaças sobre Lourenço Marques.

Uma equipa de historiadores angolanos, na sua maioria militares, publicou uma *História Militar de Angola*, em 2015, coordenada por Miguel Júnior e Manuel Maria Difuíla, na qual o denominador comum da generalidade das participações é o conflito permanente, desde a chegada dos portugueses. Primeiro os conflitos entre os reinos africanos em todo o longo período do século XVI ao século XIX, com ou sem a intervenção dos portugueses que ora se aliavam a uns, ora se aliavam a outros. Os autores chamam guerras de ocupação as que ocorreram nos finais do século XIX no contexto da Conferência de Berlim. Finalmente, a partir de 1900 e até 1940, as campanhas de resistência ao colonialismo. Depois de um interregno de 20 anos, seria a guerra colonial. O general Sachipengo Nunda, chefe de estado-maior das Forças Armadas Angolanas, em prefácio ao livro, frisa que “Na verdade, a história de Angola é uma história de guerras, resistências e embates.” (p. 15)

Mas Portugal teve de enfrentar também, nas suas colónias, conflitos com outras potências coloniais, que acabavam por envolver os povos nativos. Oliveira Marques refere os acordos celebrados pela Grã-Bretanha e Alemanha, em 1898, prevendo a partilha entre si de Angola, de Moçambique e de Timor. Em 1904 a Alemanha terá encarado, unilateralmente, a hipótese de ocupar a totalidade das colónias portuguesas. O que terá impedido britânicos e alemães de concretizarem os seus acordos terá sido a rivalidade mútua, que nunca conseguiram ultrapassar (Vol. II pp. 110 e 111). Este historiador português considera mesmo que “O que levou Portugal à conquista de Angola, Moçambique e Guiné foi, sobretudo, a concorrência estrangeira e o receio crescente de ser “roubado” daquilo que considerava território seu.” (Vol. II, p. 128)

Os britânicos, os sempre invocados mais velhos aliados de Portugal, nunca deixaram de olhar os portugueses como súbditos. E, em África, muitas vezes, se não como inimigos pelo menos como adversários e obstáculos para os seus interesses. Em 1852 os ingleses chegaram a ocupar a ilha de Bolama, na Guiné, com o fim de a integrar nas suas dependências da África Ocidental, contencioso que só seria resolvido 18 anos depois com a mediação do presidente norte-americano Ulisses Grant. Depois da Conferência de Berlim o projeto geoestratégico britânico, “Do Cabo ao Cairo”,

conflituava com o projeto português, “Da Costa à Contracosta”, que a delegação portuguesa em Berlim apresentara através do “mapa cor-de-rosa”. Chocavam-se no *interland* rodesiano e foi esta disputa que esteve na origem do ultimato britânico de 11 de Janeiro de 1890. As guerras em Moçambique, na Zambézia contra os bongas e na região de Gaza contra os thongas de Gungunhana, além de terem a marca da resistência contra o ocupante tinham, na sua retaguarda, o apoio britânico aos régulos africanos. Gungunhana era neto de Manicusse, o grande senhor do reino de Manica dos angunes, o mais importante da África Austral, que se estendia pela Rodésia do Sul e que, desde 1835, tentava levar o seu domínio até ao Índico. Gungunhana herdou a coroa em 1883 quando a capital já se localizava em Manjacaze e, na sequência da Conferência de Berlim, mantinha boas relações com a coroa portuguesa, à qual declarara lealdade em troca do reconhecimento do seu reinado. Mas no território dos angunes havia um problema, que se chamava ouro, as minas de ouro de Manica, cuja exploração era objeto de litígio entre Lisboa e Londres. O conflito arrastou a disputa pela aliança de Gungunhana que os ingleses ganharam, passando a apoiá-lo na guerra contra Portugal. As chamadas campanhas de pacificação em Moçambique, afinal as campanhas de ocupação colonial, também passaram pelos conflitos entre potências coloniais rivais.

Mas a ambição portuguesa da ligação das duas costas, atlântica e índica, da África Austral, é muito anterior à Conferência de Berlim e às motivações que esta começou a despertar nas potências coloniais. Vem da época em que Portugal ainda só ocupava, e não em continuidade, algumas faixas em ambas as costas. Elias Alexandre da Silva Corrêa já escrevia que

“Intentou Forjaz (governador entre 1606 e 1611) [...] abrir pelo certão comunicação com os habitantes da contracosta oriental [...] Nota (1) Mania, q. ainda modernamente se tem visto inquietar a mente de alguns governadores, para fazer comunicavel o comercio, e haveres, que laborão nos rios de Senna.” (Vol I, p. 221)

Este projeto de penetração em profundidade para ligar as costas ocidental de Angola e oriental de Moçambique terá sido recuperado no tempo do Marquês de Pombal. Segundo Oliveira Marques, o grande plano de Sousa Coutinho, ministro dos Estrangeiros do governo pombalino, era estabelecer comunicações terrestres entre Angola e Moçambique. Pouco depois de 1790 levou-se a efeito a primeira ligação terrestre entre os dois territórios quando os pombeiros Pedro João Baptista e Amaro José, saindo de Cassanje, alcançaram Tete, regressando depois à costa ocidental pelo

mesmo caminho. Outra expedição comandada pelo médico Lacerda de Almeida fazia o percurso em sentido inverso, partindo de Tete em 1798, mas que não conseguiu ir além de Cazembe por morte do doutor Lacerda (Vol. I, pp. 636 e 638).

Eram, na verdade, objetivos comerciais que estavam na base dos projetos iniciais, como comerciais eram então os objetivos da presença de Portugal em África, cujas iniciativas tanto partiam da costa ocidental como da costa oriental. O livro *O muata Cazembe e os povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral*, que constitui o diário de uma expedição comandada pelo major Monteiro que decorreu nos anos 1831 e 1832 e na qual se incorporava, como segundo comandante o autor, major A. C. P. Gamito, é elucidativo nesta matéria. Vale a pena citá-lo na ortografia original:

“[...] Ha já muitos annos que o Governo de Portugal, em todas as instrucções dadas aos capitães generaes de Moçambique, e em particular aos governadores de Rios de Sena, tem recomendado a exploração dos sertões d’África, e com especialidade d’aquelles por onde se pode fazer o transitio para Angola, atravessando o império do Cazembe, querendo que se fizesse com o potentado que o rege um tratado de commercio e se completassem os trabalhos de descoberta, começados no fim do seculo passado pelo Dr. Lacerda, que ficaram malogrados por ter fallecido na capital Cazembe.” (Volume I, p. 9)

E acrescentava:

“[...] o que se acha escripto a pag. 298 e seguintes das Memórias de Fêo sobre Angola, etc. tratando este auctor do governo do capitão general Saldanha da Gama, diz: “Foi no seu tempo que se estabeleceu a communicacão directa com a nação dos Moluas, por cujo intermédio se veiu a ter conhecimento da contracosta. O projecto da communicacão das duas costas, oriental e occidental da África, já tinha tido no tempo do governo de D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho (no meado do seculo ultimo), mas havia sido abandonado”. E fallando do projecto principiado a executar em 1798, diz: “Duas expedições deviam partir ao mesmo tempo para aquelle fim, de Moçambique e de Angola, a encontrar-se no sertão. A de Moçambique, dirigida pelo naturalista Lacerda, partiu com effeito do Rio de Sena, mas aquele sabio portuguez succumbiu à insalubridade do clima, etc.” E referindo-se ao tenente-coronel de milícias Francisco Honorato da Costa, que, residindo no presidio de Pungo Andondo, fora encarregado pelo dito capitão general de abrir a communicacão de Angola com Moçambique atravez do sertão, o que effectivamente praticaram dois pombeiros, ou agentes commerciaes, do mesmo tenente-coronel, que partindo de Angola em 1806, e demorando-se entre os Moluas e os Cazembes, chegaram a Tete em 1811, d’onde voltaram pelo mesmo caminho [...]” (pp. 88 e 89).

Estas explorações começaram a visar também objetivos religiosos e científicos, para além dos comerciais, mas nunca deixaram de envolver combates sistemáticos até

porque, mesmo quando contavam com o acordo de chefes locais, atravessavam territórios de chefes em conflito o que levava os portugueses a tomarem partido.

Mais tarde, Silva Porto comandou uma exploração que iniciou a sua marcha a partir de Benguela com a missão de chegar à costa oriental. Os objetivos eram ainda comerciais mas já contemplavam a exploração do fértil planalto central de Angola com o fim de aí iniciar a fixação europeia. Doente, acabou por ficar no Bié, mas os seus companheiros prosseguiram e atingiram a Ilha de Moçambique.

As posteriores penetrações, iniciadas em 1877, já podem ser classificadas de expedições armadas que tinham como pano de fundo os projetos de colonização europeia em África, concorrendo com outros exploradores ao serviço de coroas europeias, como Livingston, Stanley, Brazza, procurando marcar posições para a conferência internacional que viria a realizar-se em Berlim em 1884-1885. De Benguela saiu uma expedição liderada por Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, que atingiu o Bié onde se encontraram com Silva Porto. Aqui vieram a separar-se, seguindo Serpa Pinto para sudeste. Minado pela doença encontrar-se-ia com uma expedição britânica que o acolheu e com a qual seguiu para o Transval, chegando a Durban em 1879. Atingia o Índico mas não na costa moçambicana. Capelo e Ivens infletiram para nordeste mas não foram além das terras de Iaca na fronteira com as Lundas. Em 1884 os mesmos Capelo e Ivens lideraram nova expedição que partiu de Porto Alexandre e atingiu a contracosta em Quelimane em 1885.

Os portugueses conseguiram chegar do Atlântico ao Índico, enfrentando enormes resistências e sacrifícios, mas não foram compensados. O riquíssimo *interland* da África Austral seria colonizado pelos ingleses ali constituindo a Federação das Rodésias e Niassalândia.

Os conflitos entre potências coloniais agravaram-se quando a Primeira Guerra Mundial se estendeu ao continente africano, nomeadamente às regiões onde colónias alemãs tinham fronteiras com colónias dos seus inimigos, entre os quais se contava Portugal. Fora, aliás, para preservar o seu império colonial, que Portugal entrara na guerra. As potências coloniais, ao estenderem à África a sua própria guerra europeia, disputando influência, território e matérias-primas, envolveram nela os povos naturais, recrutados para os exércitos das várias potências em confronto e que, por isso, se viram obrigados a combater-se uns aos outros dentro das suas tradicionais unidades políticas ou tribais, por vezes mudando de bandeira consoante, com as flutuações das frentes, as suas terras mudavam de mão. Porque as bandeiras pelas quais combatiam não eram as

suas, mas as dos seus ocupantes. Num livro muito curioso, *É o inimigo que fala*, o tenente Mário Costa, que fez parte da expedição a Moçambique das tropas do general Ferreira Gil, tece considerações sobre as tropas indígenas, os ascaris, de ambas as partes em confronto, portugueses e alemães, que vale a pena reter: “[...] por ancestralidade ou por apatia – ou ainda porque não era nada com ele – não foi o elemento indígena o melhor da campanha [...]” (p. 67)

Essas campanhas tiveram especial incidência no norte de Moçambique e no sul de Angola. Em Moçambique, já cerca de 20 anos antes, em 1894, os alemães tinham feito incursões a sul do Rovuma e ocupado a região de Quionga onde se mantiveram até serem desalojados em Abril de 1916 por tropas portuguesas, já em plena Guerra 1914-1918. Em resposta os alemães lançaram uma ofensiva em toda a frente do Rovuma desde o mar até ao Lago Niassa, atacando guarnições fronteiriças portuguesas. As forças portuguesas ensaiaram uma contraofensiva em território da África Oriental Alemã (Tanzânia) na região de Nevala, mas foram as forças alemãs que, atravessando o Rovuma em 25 de Novembro de 1917, acabaram por penetrar profundamente em território moçambicano chegando até Quelimane. Os ingleses acabaram por vir em reforço dos portugueses mas os alemães só vieram a retirar e a atravessar o Rovuma para norte, em 28 de Setembro de 1918, quando na Europa a derrota já estava iminente.

Mário Costa cita uma frase de um velho boer do exército alemão que o general Von Lettow, comandante das forças germânicas, incluiu no seu livro *As minhas memórias da África Oriental*. Teria dito o soldado boer “Esta guerra tem graça! Nós andamos à caça dos portugueses e os ingleses à caça de nós!” (p. 68)

Mário Costa inclui ainda extratos do *Diário de campanha* atribuído ao próprio Von Lettow – daí o título do livro – que ilustra bem o drama das populações envolvidas numa guerra que lhes era estranha. Escrevia o general alemão, quando Nevala passou para as mãos dos portugueses:

“Os indígenas das vizinhanças de Nevala provaram bem ser os maiores inimigos das nossas forças, informando os portugueses de todos os nossos movimentos [...] Os portugueses fizeram com que os indígenas trabalhassem para eles de boa vontade [...] O comandante das forças portuguesas prometeu [...] que, durante muitos anos, ficariam isentos de pagar o imposto de palhota.” (p. 137)

Mas a situação do lado português também não era diferente, conforme Von Lettow registava, quando estava a preparar a ofensiva: “Dizem que grande número de ascaris tem desertado. Os indígenas não nos são hostis [...] Muitas tropas de ascaris portugueses andam em correrias através da região em revolta [...]” (p. 148) E dava

instruções a um seu comandante subordinado para que se servissem da revolta dos maviás contra os portugueses (p. 153). Já em plena campanha, bem no interior de Moçambique, confirmava que os indígenas das áreas que os alemães conquistavam aos portugueses se diziam quase todos germanófilos, porque tinham sido presos pelos portugueses na cobrança do imposto de palhota (p. 164). Mas quando já estava em retirada, em Setembro de 1918, também reconhecia que os indígenas da colónia portuguesa não se queriam alistar como ascaris das tropas alemãs (p. 182). Enfim, os naturais não estavam com uns nem com os outros, porque a guerra não era deles.

René Pélissier refere-se à guerra no norte de Moçambique de forma muito severa para os portugueses:

“[...] os portugueses, que vão agora assistir como espectadores moribundos a uma guerra que já não lhes diz muito respeito, uma vez que opõe Alemães a tropas imperiais britânicas, muito maioritariamente africanas neste ponto. Não se sabe quem dos oficiais britânicos ou alemães despreza então mais os portugueses que, quase por toda a parte, verificam que os “seus” indígenas acolhem os Alemães como libertadores e colaborarão com eles durante meses [...] O certo é que se experimenta uma forte sensação desagradável ao ler os relatos triunfalistas dos alemães em Moçambique e em certas obras muito posteriores (1960-1990) de autores britânicos, americanos e mesmo franceses, glorificando esta “guerra de gentlemen” em África, mas deixando na sombra dezenas de milhar de moçambicanos mortos de esgotamento neste confronto interminável e incompreensível para eles [...] recuperação por parte dos portugueses de 1917-1918 das regiões revoltosas no Angoche e no Sancul, antigos emiratos hostis para com as autoridades de Moçambique, dos quais alguns chefes, perante a deliquescência dos portugueses, acreditaram em 1918 ter chegado o momento de se livrarem deles para sempre.” (2006, pp. 379 a 382 e 389 a 394)

No sul de Angola, na fronteira com a Sudoeste Africano (Namíbia), então também colónia alemã, as últimas campanhas contra os Ovambos inscreveram-se no quadro da guerra entre as potências coloniais. E na Guiné, ainda segundo Pélissier, a última campanha de Teixeira Pinto, em Junho de 1915, enfrentou em Bissau uma sublevação que acalentava a ideia de expulsar os portugueses e proclamar a República na ilha, colocando-se sob protecção de uma potência estrangeira, que poderia ser a Alemanha ou a França, sendo que os primeiros eram mais bem vistos pelos civilizados locais e cabo-verdianos, que constituíam os grupos onde já germinavam as sementes protonacionalistas da época (p. 358).

Estas campanhas entre potências coloniais tiveram duas consequências determinantes, antagónicas mas dentro da mesma lógica: por um lado atrasaram a implantação do sistema colonial nas suas componentes político-administrativa e

económica, que só depois da guerra se viria a consolidar; por outro conferiram ao nacionalismo nascente os condimentos que lhe permitiu evoluir para a luta anticolonial e de libertação nacional.

Protonacionalismo e tomada de consciência

Foi no princípio do século XX que os povos das colónias portuguesas, como aliás os da generalidade da chamada África negra, despertaram para a independência e deram início aos seus processos de descolonização. A entrada do século fora marcada pelos movimentos Pan-Africano e Pan-Negro e, nos anos 20, William Du Bois estabeleceu contatos com líderes das colónias portuguesas que começavam a preparar-se e organizar-se para a luta anticolonial, nomeadamente da Liga Africana que um grupo de estudantes fundara, em Lisboa, em 1920. Era o movimento protonacionalista que precedeu a tomada de consciência nacionalista, correspondente à primeira fase do processo de descolonização.

Deve notar-se, no entanto, que houve alguns casos de manifestações precoces de um protonacionalismo pré-colonial, designadamente em Angola, na sequência da independência do Brasil, ao qual esteve sempre muito ligada. Parte significativa da população brasileira tinha as suas raízes em Angola, durante os reinados dos Filipes, entre 1580 e 1640, Angola dependia mais do Brasil do que de Lisboa, foi a partir do Brasil que seguiram as expedições que asseguraram a presença portuguesa em Luanda contra os holandeses que, naquela época, aí procuraram substituir-se aos portugueses. Com as invasões francesas e a fixação da coroa portuguesa no Brasil, entre 1807 e 1821, a metrópole colonial estava no Brasil e não em Portugal. Foi esta relação do Brasil com Angola que levou Marc Ferro a classificar o Brasil de então como “colónia colonizadora” (pp. 179 e 180). Não tanto porque, parafraseando Boaventura de Sousa Santos, o Brasil se estivesse a impor-se como novo Próspero em Angola, mas porque Portugal era cada vez mais Caliban no Brasil, na Europa e mesmo em África (Santos, 2003). O historiador angolano Alberto Oliveira Pinto conta-nos que, entre os anos de 1822 e 1824, apareceu em Angola um projeto de ligação política ao Brasil, registando-se tentativas de revoltas nas principais cidades, Luanda e Benguela, contra o governo colonial e em favor de um partido brasileiro. Manda a verdade que se diga que essa ligação era, no essencial, do interesse da poderosa burguesia brasileira, que queria garantir a fonte principal de recrutamento da mão-de-obra escrava mas, de facto, atingiu

o imaginário popular de um e outro lado.

A partir de 1885, quando se iniciou a ocupação efetiva do interior africano na sequência da Conferência de Berlim, incrementou-se o aumento dos colonos portugueses que correspondia a uma maior marginalização dos “filhos de Angola”, brancos, mestiços e negros. Fomentou protestos dos brancos e mestiços e deu lugar a múltiplas manifestações de nativismo, entre os letrados e aculturados de uma pequena burguesia negra (“civilizados” na perspectiva colonial que assim os distinguiu dos “indígenas”), que seriam o embrião do nacionalismo africano. Oliveira Pinto sugere que “O documento escrito mais antigo reivindicativo da independência de Angola é, porventura, um panfleto manuscrito apreendido em Luanda em 1874, assinado por um tal Dom Ferrabraz rei d’Alexandria, possivelmente um pseudónimo coletivo.” (p. 76) A ambiguidade da argumentação e a ausência de identificação da sua autoria, justifica suspeitas de que, por detrás, estariam interesses cruzados de um nativismo embrionário e de uma recusa da sujeição ao domínio português, mas não do colonialismo *tout court*.

Mário Pinto de Andrade, Edmundo Rocha, Alberto de Oliveira Pinto e Sérgio Neto disponibilizam-nos as referências que nos permitem, com alguma segurança, definir o quadro em que nas colónias portuguesas de África se desenvolveram o nativismo e o protonacionalismo que, depois, evoluíram para o nacionalismo.

Nas últimas décadas do século XIX quando, com a Conferência de Berlim, se iniciou verdadeiramente o ciclo colonial africano, surgiram nas colónias portuguesas vários órgãos de comunicação social, na maioria de efêmera duração, que se preocupavam com a situação dos naturais, com as injustiças de que eram alvo, com os aviltantes regimes de trabalho, com as suas condições de vida e, em contraponto, com os seus direitos. Como pioneiro dinamizador deste movimento é geralmente apontado o mestiço José Fontes Pereira, advogado, decano e patriarca do jornalismo angolano que, entre 1870 e 1890, colaborou em jornais de Luanda como o *Arauto Africano*, mas também em jornais de Lisboa e do Porto, com artigos em que denunciava as prepotências coloniais, defendia uma maior autonomia e falava, até, em nacionalidade angolana. Mas, um tanto paradoxalmente e como manifestação de revolta contra a administração portuguesa, admitia a sua substituição por outro poder colonial. Ainda não seria a perversidade do colonialismo, em si, que o movia, mas a incapacidade da administração portuguesa que considerava ter-se esgotado.

O primeiro jornal alinhado com esta dinâmica foi *A Justiça*, que surgiu em Cabo Verde em 1881. Em 1887 aparecia na cidade da Praia o *Independente*, cujas

preocupações editoriais iam para a reivindicação das igualdades perante a lei, na admissão à função pública, no acesso ao ensino, nas soluções para os problemas da economia. Mais de uma década depois, em 1899, José Lopes já manifestava, na *Revista de Cabo Verde*, os seus desejos de ver o arquipélago independente. Era um anseio mas ainda não uma linha de ação. Esta ansiedade tinha eco nos cabo-verdianos emigrados nos Estados Unidos onde, no jornal *Alvorada* que se publicava em New Bedford, em 1900, Eugénio Tavares invocava a doutrina de Monroe e proclamava a África para os africanos.⁵ Outras vezes, fazendo eco da diáspora cabo-verdiana, batiam-se pela associação ao Brasil ou aos EUA. Em 1903, no *Notícias de Cabo Verde* do Mindelo, o diretor Manuel Ribeiro de Almeida advogava mesmo a luta armada pela independência (Lopes, *Cabo Verde...*, 2012, p. 22).

Por essa mesma altura, em Moçambique, Alfredo Augusto de Brito Aguiar, aliás mestiço natural de Angola mas que se tinha fixado em Moçambique depois de para aí ter ido mobilizado num contingente militar, fundava vários jornais entre 1885 e 1893 em Quelimane, *O Imparcial*, o *Correio da Zambézia*, a *Gazeta do Sul*, o *Clamor Africano*. O seu tema predominante era a defesa da independência da Zambézia face ao centralismo da Ilha de Moçambique, então a capital do território. Principalmente nos dois últimos jornais, os que mais terão durado, o espírito da autonomia já envolvia a ideia da emancipação do colonialismo. Alguns anos mais tarde, em 1908, os irmãos Albasini, de uma família abastada da burguesia mestiça de Lourenço Marques, fundam nesta cidade o jornal *O Africano*, que se publicava em língua portuguesa e língua ronga e defendia ideais republicanos, os direitos das comunidades mestiça e assimilada mas dentro da sociedade portuguesa e contra os abusos dos asiáticos, chineses e indianos que tinham importância no meio local, principalmente no comércio. Mas também levantava a sua voz contra os abusos coloniais, a cobrança de impostos, o trabalho forçado, o deslocamento da mão-de-obra.

Em Angola, na linha de Fontes Pereira, Carlos Silva escrevia no *Arauto Africano*, em 1889, artigos em que se debruçava sobre a nacionalidade angolana. Joaquim Dias Cordeiro da Matta publicou algumas obras entre 1891 e 1893, focadas em problemas culturais numa perspetiva identitária, língua, tradições, literatura. Em 1901 foi editada em Lisboa uma obra de múltipla autoria com o título *Voz d'Angola clamando no*

⁵ Era um conceito obviamente carregado de ambiguidade pois a expressão de Monroe, “a América para os americanos”, tinha uma implicação anticolonialista mas racista, era para os americanos brancos e não para os escravos negros nem para os marginalizados ameríndios.

deserto, na qual um texto de Eusébio Velasco Galiano Júnior já referia o desejo da independência por parte dos nativos e invocava os exemplos do Haiti e da Libéria, países já governados por negros nas Caraíbas e na África Subsaariana. Mário de Andrade considera que eram textos que já atingiam um elevado grau de consciência nativista.

A partir de 1910 e aproveitando a maior abertura política proporcionada pelo novo regime republicano, entrava-se no período do movimento protonacionalista, que ia ter desenvolvimento em Portugal e em todas as colónias de África. Segundo Mário de Andrade, que estudou esta movimentação e que Edmundo Rocha confirma, terá começado em 1911 com *O Negro*, jornal de estudantes africanos em Lisboa e propriedade da Liga Académica Internacional dos Negros. Contava com correspondentes em todas as colónias e no estrangeiro, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, França e Rússia. As suas preocupações centravam-se no anticolonialismo, na emancipação, inserindo-se nas motivações dos movimentos libertadores da época e propunha-se formar um Partido Africano, o que iria ser um tema polémico e fraturante. *O Negro* só teria três edições, nas quais divulgou um discurso abertamente anticolonial. O editorial do último número encerrava com um “Viva a Liberdade”.

O movimento protonacionalista ia confrontar-se com algumas contradições, quando a dinâmica nacionalista africana começava a impor-se. Os primeiros alvares nacionalistas chocavam-se com os princípios dos ideais republicanos perfilhados pelo protonacionalismo, que advogava a sua extensão às colónias num quadro para-federal. Para Mário de Andrade o discurso protonacionalista era fragmentado no pensamento e na ação, descontínuo no tempo e ambivalente no seu posicionamento face ao sistema colonial (p. 77).

As contradições protonacionalistas foram salientes em Cabo Verde. As elites crioulas, filhos da terra, dada a sua especificidade etnocultural e o facto de já terem acesso à hierarquia eclesiástica e ao aparelho administrativo, com exceção dos escalões mais elevados, à escolaridade e ao estatuto de cidadania desde 1822, de disporem de uma imprensa dinâmica desde 1842, centravam as suas reivindicações na igualdade de direitos enquanto portugueses, na luta contra a subalternidade e na valorização dos seus recursos. Os seus projetos não iam além da autonomia e da “adjacência”. Vicente Lopes considera que, já na fase da tomada de consciência nos princípios do século XX, alguns intelectuais de Cabo Verde não se deram conta de que o colonialismo era um sistema de domínio e não um mundo em que tivesse lugar a igualdade entre dominadores e dominados. Daí o título do capítulo respetivo, “*O equívoco dos protonacionalistas*”

(Cabo Verde..., 2012, pp. 17 a 20, 25 e 41 a 43).

À proliferação editorial protonacionalista ia corresponder uma grande atividade associativa de africanos, nas colónias e na metrópole, onde assumia uma dimensão abrangente englobando associados das várias colónias. Nesta matéria o pioneirismo ia caber a São Tomé e Príncipe onde, em 1905, se fundava uma Caixa Económica, em 1906 o Grémio de São Tomé e, em 1910, a Liga dos Interesses Indígenas de São Tomé e Príncipe. Em Moçambique o Grémio Africano de Lourenço Marques surgia em 1908, ainda que os seus estatutos só viessem a ser aprovados em 1920 e mudaria mais tarde o seu nome para Associação Africana da Colónia de Moçambique. Em 1913 era criado o Instituto Negrófilo que viria depois a chamar-se Centro Associativo dos Negros de Moçambique. Em 1911 era na Guiné que aparecia o Centro Escolar Republicano e a Liga Guineense. Em Angola criava-se a Liga Angolana em 1912 e o Grémio Africano em 1913 que, mais tarde, daria lugar à Associação Africana. Neste mesmo ano de 1913 era em Cabo Verde que se formava a Associação Operária 1.º de Dezembro.

As preocupações destas associações orientavam-se, principalmente, para o domínio social e, com exceção da Associação Operária 1.º de Dezembro, vieram a alinhar com os movimentos abrangentes que surgiam em Lisboa, o primeiro dos quais foi a Junta de Defesa dos Direitos d'África (JDDA), federação que foi fundada em 1912 e que, para além das finalidades sociais, culturais e de justiça, proclamava objetivos federativos e autonomistas e advogava uma ação baseada em campanhas de protesto. A JDDA publicava o jornal *A Voz de África*, no qual denunciava a permanência de formas sofisticadas de escravatura e se propunha revolucionar as consciências, proclamando o sagrado direito à insurreição.

Nas colónias as associações eram alvos de perseguição e repressão, de tal forma que, em 1915, Norton de Matos encerrou a Liga Angolana e Teixeira Pinto dissolveu a Liga Guineense. Não se deve estranhar estas subversões aos ideais libertários republicanos nas colónias, eram contradições inerentes à própria natureza dos regimes coloniais. Democracias solidamente implantadas e respeitadoras dos direitos humanos nas metrópoles eram, nas colónias, ditaduras sem o mínimo respeito pela cidadania dos indígenas, sem que isso tirasse o sono aos democratas. Nenhuma colónia resistiria, enquanto tal, se o povo colonizado dispusesse de liberdade plena. Colonização e liberdade para o colonizado eram absolutamente incompatíveis e é, por isso, vazio de qualquer fundamento, considerar a liberdade do colonizado uma dádiva do colonizador. Nunca o foi. Foi sempre uma conquista arduamente conseguida pelo colonizado.

A I Guerra Mundial veio criar perturbações ambíguas na vida destas associações e do movimento protonacionalista porque, face às ameaças das ambições estrangeiras nas colónias, destacaram-se alguns publicistas nativos com discursos nacionalistas portugueses. Nos anos que se seguiram à guerra o protonacionalismo ia conhecer cisões e contradições no seu seio, roturas que tinham a ver com a evolução para nacionalismos mais avançados. Na JDDA apareceu outro jornal a desafiar a *Voz de África*, o *Tribuna de África*, passando ambos a invocar a legitimidade de órgão oficial da Junta. E havia divergências, quer entre personalidades, quer entre os núcleos das várias colónias.

Em 1921 fundava-se em Lisboa a Liga Africana que tinha como filiadas a Liga dos Interesses Indígenas de São Tomé e Príncipe, o Grémio Africano de Lourenço Marques e a Liga Guineense. Os seus dirigentes eram personalidades representativas de uma burguesia africana letrada e culta, em grande parte licenciados, médicos, engenheiros, professores, estudantes, jornalistas, proprietários, que seriam os agentes dinamizadores da tomada de consciência nacionalista. No mesmo ano, representantes de todas as colónias, reunidos em Convenção Nacional em Lisboa, formavam o Partido Nacional Africano (PNA). O PNA considerava-se herdeiro da JDDA, que se dissolvia e se transformava numa União dos Povos Africanos, cuja estrutura política era o PNA. A União assumia-se como representante da raça africana e como Movimento de Salvação Africano, proclamando que os seus membros efetivos não eram as associações mas os povos de Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné, Cabo Verde e Moçambique. O PNA, porém, não conseguiu implantar-se e ia eclipsar-se em benefício da Liga Africana.

Se bem que, inicialmente, a Liga Africana revelasse uma linha de continuidade com a JDDA, inserindo-se no legalismo republicano e nos valores dos direitos, da igualdade, do progresso, tal não impediu que o poder colonial reagisse repressivamente às suas reivindicações, como aconteceu por exemplo em Angola em 1917 no Colungo Alto e em 1922 em Catete, face aos protestos contra arbitrariedades laborais, castigos corporais ou cobrança de impostos.

Todos estes grupos entrariam em contato com os movimentos Pan-Africano e Pan-Negro assinalando, assim, os preliminares do início do ciclo da descolonização das colónias portuguesas de África, que ia entrar na fase da tomada de consciência. Corresponhia à ação de algumas elites culturais, herdeiras das dinâmicas nativista e protonacionalista, que iam aprofundando o sentimento nacionalista e se organizavam em núcleos que seriam os embriões de futuras estruturas políticas. Quando da realização do II Congresso Pan-Africano em Bruxelas e Paris, em 1921 e, dois anos depois, do III

Congresso de Londres, funcionaram em Lisboa secções dos Congressos e nelas participaram delegados portugueses da Liga Africana.

* * *

Entretanto, paralelamente ao nacionalismo africano emergia, nas colónias de povoamento – Angola e Moçambique no que às colónias portuguesas se refere, alinhadas com idênticas dinâmicas na África do Sul, Rodésia do Sul e Quênia –, o fenómeno do chamado euronacionalismo (ou leuconacionalismo). Fernando Tavares Pimenta chama a este movimento nacionalista branco a “[...] “terceira força” representada pelos colonos brancos no processo de gestação de emergência e de afirmação do fenómeno nacionalista em Angola [...]” (2008, p. 17).

Foi assumido por uma minoria muito restrita de brancos nascidos nas colónias, filhos e netos de colonos, que se consideravam “filhos da terra” e, até, os “verdadeiros homens do país”. Era um nacionalismo de matriz europeia, inspirado nas independências norte-americana e brasileira, que não se confundia com o nacionalismo embrionário de um nativismo negro, então a ensaiar os primeiros passos. Nomeadamente em Angola, mais diretamente influenciados pela independência do Brasil, alimentaram o mito do “novo Brasil em África” e, até, de uma “Nova Lusitânia” (2008, p. 21). Teve algum desenvolvimento com a I República, era, aliás, um movimento claramente de raiz republicana, de comerciantes, agricultores, funcionários, jornalistas, intelectuais, apoiados em associações de interesses económicos e de contornos maçónicos (2008, pp. 78 e 79). As principais razões de queixas contra a metrópole residiam no facto de, verdadeiramente, os colonos não participarem na governação das colónias. A lógica do regime colonial impunha um centralismo metropolitano, administrado nas colónias por funcionários nomeados pela metrópole e dela destacados.

Os protestos destes euronacionalistas evoluíram de reivindicações autonómicas para aspirações separatistas, mas de domínio branco, recusando mesmo medidas que, na I República, apontavam no sentido da regularização do trabalho assalariado livre que protegesse a mão-de-obra nativa. Eram os seus interesses económicos que estavam em causa – eram esses, afinal, que estavam na génese do euronacionalismo – pelo que exigiam a manutenção do trabalho indígena obrigatório e semi-esclavagista, base dos seus avultados proventos.

Certo é que os euronacionalistas já não se identificavam como colonos, mas como africanos brancos, viam-se como vítimas e não como agentes do colonialismo.

Mas, para eles, a independência era um projeto a longo prazo, que deveria ser prosseguido em cooperação e não de “costas-viradas” com a metrópole (2008, p. 157).

O movimento euronacionalista conheceu um forte impulso com as eleições portuguesas para a presidência da República de 1958 e com o apoio que Humberto Delgado suscitou em importantes meios urbanos de Angola e Moçambique. Houve entendimentos com nacionalistas negros, então já em fase avançada de organização da luta pela independência. Os grupos euronacionalistas mais dinâmicos contavam com influentes marxistas e destacaram-se em Angola, pelo que a eles voltaremos na Parte Segunda deste trabalho.

Com o início da guerra colonial, em 1961, o euronacionalismo iria dispersar-se em várias tendências. Uns, mais preocupados com a violência e segurança, mostraram abertura para colaborar com o governo, alinhando com a grande maioria dos brancos. Outros, com uma consciência nacionalista mais consolidada, aproximaram-se dos movimentos de libertação nascentes que passaram a liderar o nacionalismo negro, e aos quais reconheciam a iniciativa da revolta contra a opressão colonial. Outros ainda organizaram-se em movimentos cívicos de base euronacionalista, mas prontos a acolherem formas de se abrirem a africanos negros e mestiços e a colaborar com os movimentos de libertação. Estes dois últimos enfrentaram a perseguição das autoridades e das forças policiais na metrópole e nas respectivas colónias.

* * *

Com o 28 de Maio de 1926 em Portugal e a instauração da ditadura, também endurecera a política repressiva nas colónias, pondo-se fim à relativa abertura que a República permitira. O movimento associativista ressentiu-se com isso e o protonacionalismo entrava em declínio. Mas os tempos já eram outros e era na clandestinidade que ia desenvolver-se o movimento nacionalista, aliás também impulsionado pelo Pan-Africanismo e pelo Pan-Negrismo. O protonacionalismo era ultrapassado, não através de uma evolução, mas de uma rutura. Mário de Andrade cita o senegalês Olivier Sagna, que afirmara que o período de 1926 a 1933 fora a idade de ouro das organizações anticolonialistas negras.

Em 1930 foi aprovado o Ato Colonial que, em 1933, Salazar veio a integrar na Constituição e constituiria o quadro político global para as colónias portuguesas. Nele se dizia, expressamente:

“É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos [...] os domínios ultramarinos de

Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português [...] As funções legislativas dos governadores coloniais [...] são sempre exercidas sob fiscalização da metrópole [...]"

Era a opção por uma política rigidamente integracionista e centralizadora, num claro recuo em relação à política colonialista da I República que, sem abrir mão do império, procurara assegurá-lo dentro de um espírito mais liberal. Com a promulgação da Carta Orgânica do Império Colonial Português e da Reforma Administrativa do Ultramar, o poder nas colónias passava a residir, de facto, no Ministério das Colónias. Mas constituía, também, um regime protecionista à economia metropolitana, à custa dos recursos e mercados coloniais e em prejuízo das indústrias e exportações das colónias.

Os republicanos, no exílio, criticariam duramente o Ato Colonial. Bernardino Machado, ministro dos estrangeiros do primeiro governo republicano, presidente do ministério, presidente da República duas vezes eleito e duas vezes derrubado por golpes militares (Sidónio Pais em 1917 e 28 de Maio de 1926), colonialista convicto, numa brochura intitulada *O Acto Colonial da ditadura*, de sua autoria e por si editada em Agosto de 1930, acusava a ditadura de ter aprovado o Ato Colonial com receio de insurreições separatistas, mas que só iria favorecer o separatismo. Contrapunha ao “nacionalismo reaccionário, despótico e militarista” da ditadura o “nacionalismo liberal, democrático e pacífico” da República porque, tentar contrariar a evolução nas colónias seria incitá-las às hostilidades e às revoltas. E, premonitoriamente, alertava para o clima de conflito que, então, se vivia em Angola e alastrava a todo o domínio colonial, não tardando, nas suas palavras, “[...] que o infeste a mais dissolvente anarquia.” De qualquer forma era um discurso que, naquela época, já se chocava com o nacionalismo nascente entre os colonizados.

A ação repressiva do Estado Novo atingiria as liberdades, em geral e a liberdade de associação, em particular. O movimento associativo nas colónias que, durante a República, já fora condicionado quando ia demasiado longe, foi duramente atingido. Nos anos 30 só sobreviveram, em Angola e Moçambique, a Liga Nacional Africana herdeira da Liga Angolana e a Associação dos Naturais de Angola que substituiu o Grémio Africano, a Associação Africana da Colónia de Moçambique que rendeu o Grémio Africano de Lourenço Marques e o Centro Associativo dos Negros de Moçambique, nova designação do antigo Instituto Negrófilo. Entre elas havia fraturas étnicas, de raiz socioeconómica e, não assumidamente, de natureza política, conforme as posições face ao nacionalismo. E havia ligações preferenciais entre as associações

angolanas e moçambicanas de acordo com as mútuas afinidades, a Liga Nacional de Angola mais perto do Centro Associativo dos Negros de Moçambique e a Associação dos Naturais de Angola mais próxima da Associação Africana da Colónia de Moçambique.

Em Cabo Verde, mesmo um movimento relativamente moderado, os chamados “claridosos” (porque publicavam a revista *Claridade* que fora fundada em 1936), que só se manifestavam no plano cultural pela identidade literária do cabo-verdiano, não escaparam às medidas repressivas e viram a publicação da revista suspensa em 1941, limitando-se, depois disso, a publicações eventuais até 1960. Os claridosos, aos quais se reconhece uma inegável qualidade literária, foram acusados, quando se entrou na fase da luta de libertação, de se terem deixado envolver em compromissos com o colonialismo, de ausência de objetivos políticos claros e de compactuarem com projetos meramente autonomistas ou “adjacentivistas” (Lopes, *Cabo Verde...*, 2012, pp 51 a 55). Muito crítico dos claridosos foi Onésimo Silveira, uma voz sempre incómoda no PAIGC, partido de que depois se afastou. Na entrevista a José Vicente Lopes censura-os por não terem tido uma postura assumidamente política, por terem sido apreciados pelos ministros do Ultramar, por não terem sido capazes de distinguir entre o opressor e o oprimido (Lopes, 2004, pp. 175 a 179). Sérgio Neto também considera que o projeto dos claridosos não ia além da adjacência e da autonomia e que constituíram um parêntesis na evolução do protonacionalismo para o nacionalismo que chegaria com a geração de Cabral (pp. 202 e 203). Nem assim o movimento Claridade se livrou da perseguição do regime colonialista de Salazar.

Nas colónias vizinhas onde, apesar de tudo, se dispunha de outras liberdades cívicas, de maior abertura na imprensa e na rádio, de condições para o exercício de atividade associativa e política, o ideal anticolonialista progredia. E ia atingir as centenas de milhares de emigrados das colónias portuguesas que, a partir da década de 40, fugiam da repressão e das difíceis condições de vida. O contato com a dinâmica libertadora, além-fronteiras, teria enorme influência na tomada de consciência nas colónias portuguesas.

A esperança de que, com a vitória dos Aliados na guerra em 1945, a aragem da liberdade e da democracia também chegaria a Portugal, estendeu-se às camadas mais cultas das colónias africanas que, na fase da tomada de consciência, haviam começado a despertar para as aspirações da independência. Entre estas distinguiram-se alguns sectores religiosos, nomeadamente os ligados às missões protestantes e, principalmente,

os sectores estudantis, quer nos meios universitários em Portugal, onde conviviam estudantes oriundos das várias colónias, quer nos reduzidos meios liceais nas próprias colónias, onde os núcleos mais ativos se dissimulavam atrás de associações de natureza recreativa, cultural, desportiva, ou mesmo de solidariedade humanitária, procurando dinamizar e ampliar a sua audiência através de meios de comunicação escrita. A repressão intensificou-se e estes órgãos eram, frequentemente, silenciados e encerrados. Em 1952 um apelo à ONU, subscrito por mais de cinco centenas de angolanos, recusava a manutenção do país sob soberania portuguesa, propondo uma forma de protetorado sob supervisão dos EUA como via provisória para a independência.

Papel muito importante, na fase da tomada de consciência em Portugal e como trampolim para a fase seguinte da luta de libertação, teve a Casa dos Estudantes do Império (CEI). Fundada em 1944 por iniciativa do regime que pretendia controlá-la através da organização de juventude do Estado Novo, a Mocidade Portuguesa, com sede em Lisboa e delegações no Porto e em Coimbra, reuniu estudantes de todas as colónias assumindo o nome com que se tornou um marco da luta nacionalista nas colónias portuguesas. Criada com o objetivo de dispor de um local de acolhimento para estudantes universitários das colónias, onde então não havia qualquer ensino superior, que se transformasse num centro de formação de uma elite intelectual oriunda das burguesias coloniais e ideologicamente fiel, que constituísse a estrutura da perpetuação do regime, o projeto saiu completamente defraudado pois, rapidamente, se tornou num foco de politização que se ligou aos setores oposicionistas portugueses e a núcleos africanos estrangeiros, tornando-se a base da organização e contestação anticolonialista.

A Casa dos Estudantes do Império resultara da união das Casas dos Estudantes de Angola, de Moçambique, da Índia e de Cabo Verde, que haviam sido abertas em 1943, e também herdou o espírito que já animava os estudantes nas anteriores casas regionais e que fugiam às malhas do controlo governamental. Tavares Pimenta conta, por exemplo, como a Casa dos Estudantes de Angola fora fundada por iniciativa de estudantes ligados à Organização Socialista Angolana (OSA), formação política de ideais progressistas datada de 1930, a partir de uma iniciativa nascida no Huambo (2005, pp. 137 a 139).

Em 1946 membros dos corpos diretivos da CEI aderiam ao MUD Juvenil, a organização de juventude do Movimento de Unidade Democrática (MUD), a frente democrática que se formou em Portugal depois da Segunda Guerra Mundial e se integrou na luta pelo fim da ditadura. A luta dos nacionalistas das colónias em Portugal

ainda se travava no seio da oposição portuguesa. A Casa, como lhe chamou Pepetela no seu livro *A geração da utopia*, tornava-se um importante espaço de convívio lúdico e cultural, de apoio social e de dinamização política. Em *A geração da utopia*, embora obra de ficção, Pepetela retrata bem o ambiente e a vivência da Casa, o clima conspirativo predominante na fase mais avançada. Nos finais da década de 40 passou a publicar as revistas *Mensagem*, em Lisboa, *Momento* e *Meridiano* em Coimbra e, em 1951, formava-se no seu seio o Centro de Estudos Africanos (CEA), dinamizador de atividade literária de autores africanos, onde já se destacavam futuros dirigentes da luta de libertação como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Marcelino dos Santos, Aquino de Bragança. Entretanto, nas colónias, surgiam os primeiros partidos políticos, na clandestinidade, alguns dos quais estariam na génese dos futuros movimentos de libertação.

Em 1953 ocorria um episódio significativo, que seria o marco de autonomização da luta dos nacionalistas das colónias em Portugal face aos seus companheiros portugueses da oposição. Uma delegação do MUD Juvenil, que incluía elementos representantes das várias colónias – Agostinho Neto, por exemplo, representava Angola – participava, em Bucareste, no IV Festival Mundial da Juventude. Ao preparar-se o desfile inaugural os jovens representantes das colónias chocaram os colegas portugueses quando recusaram desfilar integrados na delegação portuguesa e exigiram mesmo que cada um representasse o seu próprio país, exibindo a respetiva placa identificativa, o que a organização aceitou. Os portugueses, democratas embora, apanhados de surpresa, não estavam preparados para tal passo em frente, pois ainda encaravam a luta dos nacionalistas das colónias no quadro global da oposição portuguesa. Na realidade, o nacionalismo africano em Portugal alimentara-se do antifascismo, mas chegava o momento de se lhe sobrepor. Foi um episódio importante, os ventos da descolonização vinham contribuir para arejar as mentes oposicionistas, para consciencializar os portugueses, o que ainda levaria algum tempo. Mas aqueles jovens portugueses foram sensibilizados e, no regresso, difundiram um manifesto favorável à independência das colónias, a primeira posição nesse sentido conhecida e que ia ao encontro dos clamores anticolonialistas que então já varriam o mundo. Para a generalidade da opinião pública, porém, passou completamente despercebida. A censura calara-o.

A formação política dos jovens africanos, em contato estreito com núcleos de compatriotas emigrados noutras capitais europeias e no norte de África e com os meios clandestinos que, nas respetivas colónias, enfrentando elevados riscos, encetavam a

tarefa de formação de organizações políticas, ia-se tornando mais consistente.

Na década de 50, com os acontecimentos em Goa Damão e Diu que abriram as hostilidades contra o colonialismo português, a CEI tomou posição desfavorável à política salazarista. E ia-se tornando um autêntico viveiro de líderes que viriam a dinamizar em Portugal a luta pela independência. Já se destacavam jovens que se tornariam nomes de referência, Amílcar Cabral, Vasco Cabral, Pedro Pires e Fidelis Cabral d'Almada, da Guiné e Cabo Verde, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Américo Boavida, Diógenes Boavida, Eduardo dos Santos, Lúcio Lara, Paulo Jorge, Iko Carreira, França Van Dunem, Alda Lara, Rui Mingas e Pepetela, de Angola, Manuel Pinto da Costa, Miguel Trovoada, Alda Espírito Santo, Maria Manuela Margarido e Francisco Tenreiro, de São Tomé e Príncipe, Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano, Noémia de Sousa, Pascoal Mocumbi e Mário Machungo, de Moçambique, entre muito outros, todos passaram pela CEI.

Em 1964, já em plena fase da luta de libertação e com a guerra colonial em curso em Angola, na Guiné e em Moçambique, a CEI teve um papel fundamental no apoio à fuga espetacular de centena e meia de estudantes que se foram alistar nos movimentos de libertação das várias colónias, o que esteve na base da decisão do Governo Português de determinar o seu encerramento.

3. LUTA DE LIBERTAÇÃO – PATAMAR POLÍTICO

Oportunidade perdida

A tomada de consciência amadurecera nos espíritos e as aspirações nacionalistas iam tornar irreversível a passagem à fase da luta de libertação nas colónias portuguesas. A partir do momento que era desencadeada podia, como ressaltava das posições expressas no Congresso de Manchester de Outubro de 1945, assumir duas modalidades: manter-se ao nível da organização e pressão política, ou passar ao patamar violento da luta armada. Seria a forma como a potência colonial reagiria às iniciativas nacionalistas que iria determinar o seu desenvolvimento. Da parte do colonizado era compreensível a preocupação inicial de se manter dentro dos limites da luta política, até porque a desproporção militar lhe era totalmente desfavorável e, dizia a experiência noutras colónias, uma luta de libertação armada é sempre muito prolongada, é desgastante e exige um enorme sacrifício da parte do mais fraco que leva muito tempo a conseguir equilibrar, minimamente, a correlação de forças. No caso das colónias portuguesas foi pelo combate político que a luta de libertação se iniciou e sucederam-se tentativas para a manter nesse patamar.

Foi numa colónia asiática que a fase da luta de libertação das colónias portuguesas tomou a dianteira, influenciada pelo exemplo da independência da Índia e do Paquistão, em 1947. Os seus reflexos fizeram-se sentir imediatamente nos pequenos territórios de Goa Damão e Diu, que formavam o Estado Português da Índia. Em 1954, um grupo de civis com alguns elementos armados, integrando militantes que se anunciavam como pertencentes ao Congresso de Libertação de Goa, ocupou os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, incluídos no Distrito de Damão, donde expulsaram as autoridades portuguesas. Estes territórios nunca mais voltaram à administração portuguesa. Portugal tentou obter o apoio dos países aliados na defesa dos seus interesses, mas não conseguiu mais do que declarações de circunstância, recebendo aí o primeiro sinal de que não iria contar com aliados, nem com as instâncias internacionais, para a defesa das suas posições coloniais contrárias à Carta da ONU.

Portugal sofria o primeiro desaire colonial depois da Guerra 1939-1945. O governo, porém, não quis interpretar este sinal que anunciava o processo de descolonização já em marcha, até numa fase relativamente adiantada. Permaneceu intransigentemente alheio aos “ventos da história”. A sua resposta seria a da única

linguagem que conhecia, a mobilização militar, a violência, com uma repressão cada vez mais acentuada, ao contrário dos nacionalistas que se esforçavam por manterem a sua luta nos limites do patamar político.

Nas colónias africanas intensificava-se a movimentação organizativa dos grupos nacionalistas com vista à formação de partidos políticos que dessem substância às suas aspirações. Na clandestinidade, obviamente. Os partidos, ou seus embriões, que merecem especial relevo, foram aqueles que, pela força inicial da sua mensagem, pela persistência dos seus dirigentes e pelos apoios que conseguiram reunir no interior e no exterior, conseguiram resistir aos duríssimos obstáculos levantados pelo aparelho repressivo português e vieram a transformar-se, ou a associar-se, em movimentos de libertação, quando foi necessário passar ao patamar da luta armada. E foram estes que vieram a ser os protagonistas da descolonização e da independência dos seus países.

O primeiro sinal registara-se em Angola com o tocoísmo, nome que recolhe do seu dinamizador Simão Toco, um movimento de raiz tribal com uma mensagem de base messiânica, religiosa, mas promovendo a ideia da libertação nacional que, em 1949, alastrou entre os bacongos no distrito do Congo, no saliente norte.

Em 1953 formava-se, na clandestinidade, o primeiro partido político angolano, o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA ou PLUAA) e, no ano seguinte, surgiam em Nova Lisboa (hoje cidade do Huambo) a Associação Africana do Sul de Angola e, em Luanda, a Sociedade Cultural de Angola. Dinamizados por estas e outras associações foram aparecendo algumas publicações de carácter cultural e nacionalista, como a *Mensagem*, em 1949 e a *Cultura*, em 1957.

Foi da aliança do PLUA com o Partido Comunista Angolano (PCA), formado em 1955, e com o Movimento para a Independência de Angola (MIA), também acabado de constituir-se que nasceu, em 1956, segundo a sua versão oficial, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cujo manifesto terá sido apresentado em Dezembro desse ano. Em 1958 viria a juntar-se-lhe o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA). Esta versão oficial da fundação do MPLA não é pacificamente aceite por todos os fundadores, mantendo-se a questão como um assunto controverso. A polémica acentuou-se com o livro de Carlos Pacheco *MPLA - Um nascimento Polémico* ao qual, até certo ponto, responde o livro de Lúcio Lara *Um amplo movimento...* A obra mais detalhada sobre esta matéria creio ser o livro de Edmundo Rocha, *Angola – contribuição ao estudo da génese do nacionalismo angolano (período de 1950 a 1964)*. Do que parece não haver dúvidas é que, na

fundação do MPLA, estiveram dirigentes do PLUA, o primeiro agrupamento político surgido em Angola.

Entretanto, no então Congo Belga surgia, em 1954, a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), um partido regionalista dos bacongos do norte, como o próprio nome deixa perceber. Para ultrapassar esta imagem redutora veio a mudar o seu nome para União dos Povos de Angola (UPA) procurando estender-se a outras regiões, cujo principal dirigente, Holden Roberto, em Agosto de 1958 estivera presente na Conferência dos Estados Independentes, em Monróvia. Em 1956 muitos dos bacongos do movimento tocoísta que se haviam refugiado no Congo Belga, fugidos da perseguição que as autoridades coloniais portuguesas lhe haviam movido, tinham aí criado a Aliança do Povo do Zombo (ALIAZO). Todos estes partidos e movimentos estiveram na origem da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que se constituiria já depois do início da guerra.⁶

O historiador e investigador espanhol Josep Sanchés Cervelló fez um meritório esforço de sistematização da fundação do MPLA e da FNLA, nem sempre fácil, dada a dispersão de fontes, muitas delas ainda por trabalhar e que fornecem dados contraditórios. Estas contradições são compreensíveis dado que, por força da rigorosa clandestinidade e das perseguições a que estavam sujeitos, os fundadores dos partidos – e isto foi especialmente visível no MPLA – estavam dispersos por vários países e continentes e o contato entre eles, numa altura em que a informação e comunicação estava muito longe de atingir a instantaneidade que hoje a caracteriza, era morosa e quase sempre informal. As reuniões, as atas, a correspondência, os arquivos, eram artesanais, deficientemente processados, nem sempre seguros e muitos documentos ou simples apontamentos ter-se-ão perdido. Daí que a formalização jurídica do nascimento de partidos nas colónias, nem sempre coincida com o verdadeiro ato fundador, que pode ser legitimamente invocado como o momento político em que a ideia vingou.

Em Angola merece ainda referência, mais pela importância que viria a assumir mais tarde na fase da independência e na que se lhe seguiu, do que pelo seu papel na luta de libertação, que foi nula, o aparecimento de movimentos regionalistas cabindas.

⁶ Em 1965, a partir de uma dissidência na FNLA de um seu dirigente, Jonas Malheiro Savimbi, formarse-ia um novo movimento, a União para a Independência Total de Angola (UNITA), com exclusiva implantação na região dos ovimbundos no planalto central e tendo aí limitado o seu papel na luta armada de libertação. Trataremos dele na Parte Segunda, não o referindo neste capítulo porque a sua ação nunca passou pelo patamar político da luta de libertação.

Em 1960 surgiu no Congo Belga o Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC) que esteve na origem da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

Na Guiné o primeiro partido de que houve sinal foi o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING), aparecido em 1955. Este partido extinguiu-se rapidamente e, em 1956, foi fundado o Partido Africano da Independência (PAI) que, em 1960, se passou a chamar Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Este associava a luta pela independência das duas colónias na qual, apesar de o palco principal ter sido a Guiné, assumiram papel destacado diversos quadros cabo-verdianos. Uma polémica sobre o ano da fundação, 1956 ou 1959, parece não se justificar até porque todos os principais fundadores, Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Rafael Barbosa, Abílio Duarte, Elysée Turpin, Júlio Almeida, assumem a data de 19 de Setembro de 1956.

Outros grupos exclusivamente surgidos na Guiné, como a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING), ou o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), ainda se envolveram, de passagem, na luta armada, mas cedo a abandonaram, deixando o PAIGC como único movimento de libertação a conduzir a luta armada.

Contra o objetivo deste partido pela unidade de Cabo Verde e Guiné emigrantes nos EUA formaram, nos finais dos anos 50, a União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde (UPICV). A proliferação partidária não ficaria por aqui pois, segundo Vicente Lopes, entre 1960 e 1962, em Dakar e Conackry apareceram 18, para todos os gostos, comuns à Guiné e Cabo Verde, e exclusivos de um e outro país (*Cabo Verde...*, 2012, p. 88). A Frente de Libertação de Cabo Verde e Guiné preconizava uma associação a uma Federação do Mali, constituída pelos países da África Ocidental (Lopes, *As causas...*, 2012, pp. 24 e 32). Mas nenhum deles deixou marca na luta e libertação.

Em Moçambique o primeiro partido a surgir, em 1959, na Tanzânia, foi o Maconde African National Union (MANU), que posteriormente se transformou no Mozambique African National Union, mantendo a sigla mas ultrapassando o significado regionalista que resultava da inclusão do termo maconde. Em 1960 fundou-se, na então Rodésia do Sul, a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e, em 1961, na então ainda Niassalândia (depois da independência em 1964 seria o Malawi), a União Nacional Africana de Moçambique (UNAMI). Estes três movimentos acabaram por se fundir, em 1962, na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e foi esta que teria o exclusivo da condução da luta armada de libertação nesta colónia.

Em São Tomé e Príncipe foi fundado, em 1960, o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) que em 1972 se transformou no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP).

Os vários movimentos começaram cedo a estruturar espaços de coordenação intercolonial, que procuraram estabelecer objetivos e práticas comuns, o que se justificava pelo facto de muitos dos seus fundadores terem um passado de luta conjunta na Casa dos Estudantes do Império e no Centro de Estudos Africanos, e por enfrentarem um mesmo inimigo que tinha uma política única para com todos eles. Se bem que nunca tenha sido referido, é provável que para tal também tenha contribuído a memória da experiência de quatro décadas passadas da Junta de Defesa dos Direitos d'África e da Liga Africana, que haviam constituído ativas plataformas intercoloniais no início da fase da tomada de consciência.

Em plena transição da fase da tomada de consciência para fase da luta de libertação, em 1954, tinha-se formado em Lisboa, dinamizado pela CEI e em ligação com grupos de emigrantes africanos em Paris, o Movimento Democrático Colonial, depois chamado Movimento Democrático das Colónias Portuguesas e que, em 1956, passava a designar-se Movimento de Libertação dos Povos das Colónias Portuguesas. Não deixaram história e, três anos depois, nascia o Movimento Anti-Colonial (MAC). Este, que se apresentava com uma ação mais consequente, reunia representantes das diversas colónias mas ainda não em representação de partidos ou movimentos. Aliás, a maioria dos partidos que depois vieram a integrar os movimentos de libertação ainda nem sequer existiam, mas no MAC já se destacavam dirigentes que viriam a ser os principais líderes dos movimentos de libertação das várias colónias. Em Janeiro de 1960 nascia, em Túnis, a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN), que se anunciava a si própria como sucessora do MAC, mas já representava dois partidos, o PAIGC da Guiné e o MPLA de Angola. Em Abril de 1961, em Marrocos, uma nova evolução dava lugar à Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), que se alargava à UPA, ao CLSTP e à UDENAMO. Esta última já anunciava a formação da FRELIMO, que viria a formalizar-se uns meses mais tarde e a representar Moçambique na CONCP.

Esta frente comum dos movimentos de libertação perduraria até às independências e viria a ter uma grande importância nas fases do processo de descolonização que se seguiram, particularmente na fase da transferência do poder porque, como veremos à frente, conferiu às colónias que não passaram pelo patamar da

luta armada, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde – se bem que esta última pudesse argumentar, com fundamento, que travara a luta armada na Guiné-Bissau através do movimento comum, o PAIGC –, um valor acrescido nas negociações para a independência, através das reivindicações que, em seu nome, os movimentos que estiveram envolvidos na guerra colonial colocavam em cima da mesa das conversações. O espírito solidário no seio da CONCP está bem expresso nas palavras de Pedro Pires, que integrou a delegação do PAIGC que logo a seguir ao 25 Abril encetou as primeiras negociações com Portugal e que, à partida, dispunha de trunfos negociais mais favoráveis, quando revelou que iam conscientes da preocupação de, nesse primeiro passo das conversações, não assumirem posições que pudessem prejudicar Angola e Moçambique (Lopes, 2004, p. 109).

As lutas de libertação nas várias colónias portuguesas de África não eram, portanto, processos estanques e isolados uns dos outros. Ainda que cada uma tivesse as suas especificidades, integravam-se numa ação coordenada e esta, por sua vez, inscrevia-se no processo mais amplo da independência de todas as colónias africanas e, em última análise, no movimento de descolonização à dimensão mundial, que o fim da Segunda Guerra Mundial tornara irreversível. Era bem o fenómeno que viria a caracterizar as décadas de 50 e 60 do século XX e que só o Estado português se recusava a reconhecer.

Com o avanço da organização política dos nacionalistas africanos crescia, nas colónias, a agitação, a que as estruturas coloniais respondiam com o reforço dos instrumentos e das práticas repressivas. Em 1954 a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), estendia a sua estrutura às colónias, o que correspondia a uma forte intensificação da sua atividade, aí e na metrópole. O problema colonial passava para o centro das suas preocupações.

Enquanto isso registavam-se alguns acontecimentos que se revestiram já de características prenunciadoras de um clima insurrecional, ainda que fossem mais motivados por reivindicações de natureza social do que por motivações político-nacionalistas. Mas a influência da agitação clandestina dos grupos em formação, ou já atuantes, não terá sido estranha à importância que os acontecimentos assumiram e não foi, seguramente, alheia ao aproveitamento que deles foi feito. Foi o caso de Batepã, em São Tomé, no ano de 1953, em que trabalhadores das roças de cacau se levantaram contra as condições de trabalho. Ou as greves dos estivadores de Lourenço Marques, em 1956. Ou os graves incidentes no cais de Pidjiguiti em Bissau, em 1959, envolvendo

estivadores e marinheiros que tentaram uma greve geral, na sequência de uma outra em 1956, por aumento de salários e que fora bem sucedida. Ou ainda a sublevação em Mueda, no planalto dos Macondes, em 1960, relacionado com o abastecimento de água e com a cultura algodoeira. Finalmente em Angola, Catete em meados de 1960, na sequência da prisão de Agostinho Neto, na Baixa do Cassange em Janeiro de 1961 (um mês antes do começo da guerra), uma revolta contra as condições laborais da cultura do algodão para as grandes concessionárias. O incidente de Catete terá já sido mais influenciado por motivações políticas, relacionadas com a prisão em Luanda de Agostinho Neto, natural daquela região, e a revolta da Baixa do Cassange foi incentivada pela recente independência do Congo Belga e já tinha claros sinais políticos. Alguns autores consideram mesmo o dia 4 de Janeiro, em que teve início, a data fundadora da luta de libertação contra o colonialismo português (Paredes, 2015, p. 194). Em Portugal e nas colónias o poder caprichava em caracterizar politicamente estas movimentações, o que favorecia a dinâmica nacionalista em curso.

Todas estas movimentações foram sistemática e duramente reprimidas pelas autoridades coloniais, administrativas e policiais, originando mesmo intervenções das forças militares, numa antecipação da guerra que estava a germinar e a qual, durante muito tempo, o governo português preferia catalogar como ações de polícia.

Enquanto os líderes dos movimentos africanos, primeiro do MAC e depois da FRAIN, faziam convites e lançavam verdadeiros apelos a Portugal para que aceitasse iniciar negociações, Salazar e o governo de Lisboa respondiam com o silêncio e com mais repressão. Salazar empurrou, deliberadamente, as colónias para o patamar armado da luta de libertação, para a guerra colonial.

Lúcio Lara cita a Declaração que, em Junho de 1960, a direção do movimento enviou ao Governo Português no qual denunciava “[...] perante a opinião mundial, que a política que o Governo Português vem praticando em Angola, é uma política de preparação febril de uma guerra colonial.” Depois de avançar com várias propostas para a “[...] solução pacífica do problema colonial em Angola [...]”, a declaração terminava sugerindo a “Convocação, até ao fim do ano de 1960, de uma Mesa Redonda constituída por representantes de todos os partidos políticos angolanos e por representantes do Governo Português [...]” E, premonitoriamente, advertia que “[...] o povo angolano e o MPLA responsabilizarão o Governo Português de todos os acontecimentos sangrentos que venham a dar-se em Angola.” (pp. 352 e 353) A resposta do governo, dada através do jornal oficial do regime *Diário da Manhã*, era

encabeçada por um título concludente: “Nem mesa redonda nem quadrada”. E teve tradução prática num imediato aumento da repressão policial e no prosseguimento da total recusa de diálogo.

Em Março de 1960 Amílcar Cabral promove uma conferência de imprensa em Londres, na qual apresenta o manifesto “A verdade sobre as colónias africanas de Portugal”. Nele denuncia a intransigência do governo de Salazar e o sistemático aumento da repressão em resposta às propostas dos nacionalistas e prenuncia a inevitabilidade da elevação da luta de libertação ao patamar armado. A passagem à “ação direta”, ou seja à luta armada de libertação, é anunciada na mesma cidade de Londres em conferência de imprensa da FRAIN, portanto para todas as colónias, em 6 de Dezembro do mesmo ano.

José Pedro Castanheira aponta as várias tentativas do PAIGC para levar Portugal a negociar. Num memorando de Novembro de 1960 este partido alertava que “A via pela qual vai ser feita a liquidação total do colonialismo português depende exclusivamente do Governo Português [...] Ainda não é tarde para proceder à liquidação pacífica da dominação colonial.” José Pedro Castanheira acrescenta que “Salazar permaneceu mudo.” (p. 39)

No mês seguinte o angolano Mário Pinto de Andrade, na qualidade de dirigente da FRAIN, à frente de uma delegação era recebido em Londres na Câmara dos Comuns e, em conferência de imprensa que se seguiu, fez o ponto de situação da luta nas colónias portuguesas, afirmando que o Governo Português não tinha deixado aos povos das colónias senão o recurso à ação direta, isto é, o recurso à luta armada.

É um facto que o Governo Português, ignorando estes convites dos movimentos de libertação, deixou que se perdesse a última oportunidade para que o grave e complexo problema da descolonização das colónias portuguesas, que se tornara uma inevitabilidade, pudesse encontrar soluções que não passassem pelo recurso à luta armada de libertação. E, como atrás abundantemente se demonstrou, não lhe faltaram interlocutores dispostos a dialogar e negociar pacificamente.

Avisos e orelhas moucas

O Estado português, ao assumir como inquestionável o mito, por si próprio criado, de que o império português era um caso especial, a merecer tratamento diferente, em cuja definição não cabia a voz dos próprios colonizados, pretendeu ignorar que o ciclo

colonial atingira o seu termo e foi indiferente aos sinais que vinham das colónias. Além disso desprezou as vozes inconformadas do interior do país, não acolheu as pressões internacionais e as experiências das restantes potências coloniais, aliás suas aliadas. Só lhe restou a opção da repressão à luta política que despontava.

Foi esta intransigência e a resposta através de medidas punitivas, administrativas e policiais, por vezes mesmo militares, às propostas organizativas e dialogantes dos grupos nacionalistas das colónias, que levou os movimentos de libertação a radicalizarem a sua luta, passando à preparação da luta armada. Uma análise desapaixionada e descomprometida demonstra, irrefutavelmente, que o desencadeamento da guerra colonial é da inteira responsabilidade do Estado Português e, acima de todos, do governo de Salazar.

Em Portugal, com uma opinião pública silenciada, foram escassos os avisos ao perigo de guerra que se desenhava. Mas houve avisos. Significativo, porque exceção no aparente conformismo e obscurantismo generalizado que precedeu a eclosão da guerra, foi o que surgiu no meio militar. Um restrito grupo de oficiais, sensibilizados pela campanha eleitoral de Humberto Delgado, alguns dos quais se haviam envolvido na fracassada tentativa que ficou conhecida como Golpe da Sé, de 12 de Março de 1959, tinham-se organizado no Movimento Militar Independente (MMI) que publicava, desde Janeiro de 1960, um boletim de carácter formativo e informativo, a *Tribuna Militar* que, clandestinamente, distribuía e fazia circular entre os seus camaradas. O número relativo aos meses de Agosto a Outubro de 1960 abria com um artigo, na primeira página, sob o título “Situação Africana” que, premonitoriamente, alertava para os acontecimentos que, alguns meses depois, viriam a deflagrar no norte de Angola: “Prepara-se a gente salazarista para deixar em África um rasto de sangue, que fará a memória de Portugal ser odiada e banida [...]”

Já depois do início da guerra em Luanda, mas ainda antes do seu alastramento trágico ao norte de Angola, vários responsáveis diplomáticos dos EUA contactaram os governantes portugueses, procurando sensibilizá-los para a iminência do agravamento do conflito armado e para a necessidade de Portugal dar sinais de aceitar a autodeterminação nas colónias. Militares portugueses nessa altura bem colocados nos níveis de decisão, Viana de Lemos no gabinete do ministro da Defesa Botelho Moniz e Fernando Valença no gabinete do ministro do Exército Almeida Fernandes contam, nos livros que posteriormente publicaram, como a cúpula militar portuguesa foi recetiva aos avisos externos e aos sinais que se perfilavam nas colónias, deles deu conta a Salazar e

procurou, sem êxito, corrigir a situação. Como veremos no capítulo seguinte, com mais detalhe, Salazar recusou os avisos, antecipou-se aos preparativos para forçar a sua demissão e substituiu, com poucas exceções, toda a estrutura superior, política e funcional, da estrutura militar. Foi a conspiração fracassada que ficou conhecida como “Abrilada”, ou “Golpe Botelho Moniz”, de Abril de 1961. Botelho Moniz era ministro da Defesa Nacional e tinha com ele quase toda a cúpula político-militar e a maior parte da hierarquia das Forças Armadas. Costa Gomes, então subsecretário de estado do Exército e um dos principais apoiantes de Botelho Moniz, demitido após o fracasso da conspiração, publicou uma carta aberta no *Diário Popular* de 22 de Abril desse ano, na qual afirmava: “[...] o problema de Angola, como aliás o de todas as províncias africanas não é um problema simples, mas sim um complexo de problemas do qual o militar está longe de ser o mais importante.” Era, implicitamente e com a clareza possível para poder passar na censura, a denúncia da opção belicista do regime. E o conceito viria a fazer escola, entre os militares.

Na edição de Abril de 1961 a *Tribuna Militar*, já com a guerra no seu início e coincidindo com o pronunciamento de Botelho Moniz, sob o título “Ponhamos fim à guerra em Angola”, lançava uma autêntica pedrada no pântano do conformismo informativo da época: “A causa colonial é uma causa perdida, deixemo-nos de sofismas e de mentiras que nada escondem [...] Se persistirmos em contrariar a história, faremos derramar rios de sangue e acabaremos por ser derrotados de qualquer forma”. E prosseguiria no mesmo tom neste e nos números seguintes, até ao final de 1961 quando, depois do fracasso do Golpe de Beja, deixou de se publicar.

Merece ser colocado em destaque que os militares do MMI previram a eclosão da guerra e as suas consequências e apontaram os responsáveis. Outros artigos, aqui não citados, demonstram como, 13 anos antes do 25 de Abril, se apresentavam já com ideias claras sobre a paz e o direito dos povos das colónias à independência e, com assinalável lucidez, compreenderam que o problema da guerra colonial só viria a ter solução no quadro do derrube da ditadura e da restauração da democracia em Portugal.

Uma voz que se fazia ouvir em Moçambique era a de Almeida Santos, advogado e figura ativa de oposicionista, que naquela colónia assumira posições públicas contra a política geral da ditadura e, nomeadamente, contra a sua intransigência colonial ainda que, então, como posteriormente ele próprio veio a reconhecer, perfilhasse alternativas excessivamente moderadas. Mais recentemente, referindo-se à cegueira da política colonial dos governos do Estado Novo, salientava: “Os avisos à navegação política

portuguesa foram tantos, tão frequentes e tão significativos, que foi crime de lesa-Pátria e lesa-Humanidade, não terem sido tomados em conta.” (1998, p. 386) Nesse mesmo livro enumerava os principais avisos vindos do exterior, nomeadamente da Carta da ONU e das sucessivas advertências e Resoluções do CS e da AG, que estabeleceram o quadro doutrinário e programático do termo da descolonização africana. Avisos constituíram também, segundo Almeida Santos, as independências das colónias asiáticas e as pressões sobre Goa Damão e Diu, a Conferência de Bandung de 1955, os exemplos da Grã-Bretanha, da França, da Holanda e da Bélgica e a impressionante sequência dos povos que ascendiam à independência em África, as posições da Igreja Católica. E acrescentava os sinais que, mesmo já depois da guerra se ter iniciado, podiam ter levado o Estado Português a infletir a sua posição: “[...] o isolamento internacional do nosso país [...] o início da guerra em Angola [...] o seu alastramento à Guiné e Moçambique; a breve evidência de que não poderíamos ganhar essas guerras [...]” (1998, pp. 386 e 387). E rematava o enunciado desses avisos com a conclusão óbvia: “O erro maior [...] esteve aí. Tudo o mais disso decorre.” (1998, p. 387) São teses que Almeida Santos desenvolve com mais detalhe na sua obra mais recente, *Quase memórias*, no capítulo a que deu, precisamente, o título “Os avisos à navegação que o homem do leme desprezou”.

Na grande colónia da costa ocidental também um angolano branco, Fernando Falcão, lançou em 15 de Janeiro de 1961, o manifesto “À população de Angola”, anunciando a criação da Frente de Unidade Angolana (FUA), que se apresentava como movimento de libertação nacional e propunha negociações para se encontrar uma solução pacífica que conduzisse à autodeterminação. Era um alerta que fez questão de entregar ao governador-geral, quando a guerra já incendiava o norte de Angola. A resposta do governo não se fez esperar: encerramento da FUA, prisão dos seus dirigentes, deportação de Fernando Falcão para Portugal.

O sistema colonial português, de resto na lógica da ditadura que vigorava na própria metrópole, nunca permitiu o desenvolvimento da luta política nacionalista. Todos os esforços de organização, de doutrinação, de informação, de diálogo, foram severa e violentamente reprimidos, impedindo que a fase da luta de libertação se quedasse pelo nível da luta política. Ao contrário, os movimentos de libertação, que tinham desenvolvido sucessivos esforços para que a luta pela independência se mantivesse dentro dos limites do patamar político sem terem de recorrer à luta armada, mesmo depois da guerra ter começado continuaram a tomar frequentes iniciativas e a

dirigirem repetidas propostas de negociações ao governo da metrópole, ainda que não alimentassem demasiadas ilusões.

No dia imediato aos incidentes de Luanda de 4 de Fevereiro de 1961 o MPLA mantinha os avisos e publicava um comunicado responsabilizando o Governo Português por qualquer conflito sangrento generalizado que a situação pudesse provocar.

José Pedro Castanheira recorda como Amílcar Cabral insistia, através de uma carta aberta em Outubro de 1961, quando a guerra em Angola já ia adiantada, reclamando a aplicação do programa de descolonização que avançara no ano anterior e propondo a realização urgente de uma conferência entre representantes do Governo Português e da Guiné e Cabo Verde. Carta que mais uma vez não teria resposta. Em Dezembro de 1962 em comunicação apresentada na IV Comissão da Assembleia Geral da ONU, Amílcar Cabral continuava a insistir: “[...] da nossa parte, estamos prontos para os contatos e para as negociações, com os seus intermediários. Declaramo-nos ainda prontos a negociar em qualquer local, inclusive Portugal.” (pp. 39 a 41)

No comunicado do ataque a Tite, em 23 de Janeiro de 1963 que, depois de algumas ações esporádicas e sem continuidade do MLG no noroeste do território, em Julho de 1961, é considerado o ato iniciador a guerra na Guiné-Bissau, o PAIGC mostrava-se ainda disposto ao diálogo. Proposta que retomava em Fevereiro e em Setembro seguintes, mas que o governo continuava a ignorar.

A única exceção, em que a parte portuguesa deu mostras de se dispor a negociar, resultou de um equívoco. Por isso não teve continuidade. Em 1963 estava fixado em Leopoldville um capitão reformado do Exército Português, de nome Luís Demyony, que ali representava de uma empresa estrangeira. O governador-geral de Angola, o então tenente-coronel Silvino Silvério Marques, encarregou-o de, em sua representação, contactar com Agostinho Neto e outros dirigentes do MPLA no sentido de o sensibilizar para um possível acordo com este movimento. As diligências não foram além das meras abordagens iniciais porque o MPLA, logo de início, colocou a questão da independência, palavra que os responsáveis portugueses nem podiam ouvir. Agostinho Neto tinha chegado a Leopoldville pouco tempo antes, no final de 1962 e, na 1ª Conferência Nacional do MPLA, em que foi confirmado presidente, fizera declarações críticas à forma como a UPA iniciara o levantamento armado no norte de Angola, considerando-a um erro estratégico e que seria prejudicial aos objetivos da luta de libertação. Estas declarações poderão ter levado a interpretações incorretas dos responsáveis portugueses em Angola, que as entenderam como uma demarcação da própria luta armada de

libertação. Daí a diligência, frustrada, de que foi encarregado Luís Demony.

Depois da substituição de Salazar por Marcello Caetano, em 1969, o PAIGC procurou explorar os sinais da anunciada abertura e insistia nas suas propostas, em Fevereiro, em Março e noutras ocasiões, em que os seus dirigentes aparecem a tomar posições públicas. Em Outubro de 1971 Cabral dava uma entrevista na qual revelava abertura para o caso de em Portugal se instalar um regime democrático e progressista que reconhecesse o direito dos povos à autodeterminação e à independência, cenário em que, afirmava, a sua luta deixaria de ter razão de ser. E até no seu último relatório intitulado *Situation de la lutte du PAIGC*, que se destinava a ser apresentado na 20.^a sessão do Conselho de Ministros da OUA, a realizar de 5 a 9 de Fevereiro em Addis Abeba, concluído no próprio dia do seu assassinato em Janeiro de 1973, com uma situação militar que lhe era já francamente favorável, continuava a mostrar-se pronto a negociar. Repetia o que sempre afirmava, que não estavam em guerra contra Portugal mas contra o colonialismo português e que desejavam manter as melhores relações com Portugal depois da independência. Propunham o diálogo, a que o Governo Português sempre respondia pelas armas mas, mesmo assim, continuavam prontos a negociar.

Era nesse mesmo discurso que Cabral, ao encerrar, anunciava a intenção do PAIGC de proclamar unilateralmente o Estado da Guiné-Bissau, o que viria a acontecer já depois da sua morte.

Dos países aliados de Portugal, depois de iniciada a guerra de Angola, os avisos não paravam de chegar. Os EUA mantiveram, desde 1961, pressão sobre o Governo Português e, em Setembro de 1965, segundo relata Norrie MacQueen, o embaixador George Anderson apresentou ao ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira, um plano que ficou conhecido por Plano Anderson, no sentido de promover negociações entre Portugal e os movimentos de libertação com vista à definição de um calendário para a autodeterminação. Este plano previa um período de transição de oito a dez anos, que terminaria com um referendo sobre várias alternativas, incluindo a independência, a manutenção do *statu quo* imperial, ou uma solução federal ou confederal de tipo *commonwealth*. Lisboa, mais uma vez, recusou a iniciativa (p. 54). Muito provavelmente também já era demasiado tardia para ser aceite pelos movimentos que, com a guerra em expansão nas três frentes, recusariam soluções referendárias que teriam sido, eventualmente, possíveis antes de a guerra começar.

A posição dos EUA viria, porém, mais tarde, na época de Nixon e Kissinger, a evoluir favoravelmente ao poder em Portugal, quando concluíram que o bloco dos

países brancos na África Austral tinha condições para aguentar a guerra e que tal convinha à geoestratégia global norte-americana.

O general Humberto Delgado, quando partiu para o exílio, em 1959, ainda não tinha amadurecido as suas posições sobre o problema colonial. Começou a ver o problema com outros olhos quando foi visitado no Rio de Janeiro, em meados de Junho de 1961, por Pundalik D. Gaitonde, que era presidente do Congresso Nacional de Goa, o mais importante partido político de Goa na clandestinidade e era, então, também secretário-geral da CONCP. António Figueiredo cita a entrevista que o general deu ao jornal *New York Times*, em Casablanca, em 3 de Dezembro de 1961, portanto nas vésperas da invasão de Goa Damão e Diu. Entrevista que revela como, já com a guerra em Angola em marcha, Delgado radicalizava o seu discurso: “Aqueles oficiais que querem demonstrar a heroica coragem dos seus antepassados, matando africanos, melhor fariam revoltando-se contra a tirania.” (pp. 248 e 249) Em 1964, já em Argel e com a guerra aberta nas três frentes, nos debates no âmbito da Frente Patriótica de Libertação Nacional, dizia Delgado que “[...] Era imperativo abrir uma Quarta Frente, na mesma luta aberta pelos africanos em Angola, Guiné e Moçambique.” (p. 390) A quarta frente era, obviamente, a metropolitana.

Cunha Leal, uma voz incómoda e sempre ativa na oposição moderada, através dos seus artigos na imprensa e livros de edição do autor, rapidamente apreendidos pela censura, alertava para os perigos do imobilismo do regime, mas não tomou posição clara sobre as responsabilidades da guerra e, só com esta em estágio avançado, é que a condenou expressamente.

O Estado Português, olímpicamente, ignorou todos estes avisos e os sucessivos apelos que os movimentos insistiriam em dirigir-lhe, direta ou indiretamente, através de intervenções nas mais variadas instâncias internacionais. Os movimentos de libertação, porém, não desistiam de tentar a via do diálogo, mesmo depois da luta armada já ter entrado numa dinâmica e atingido uma extensão e intensidade que parecia irreversível, até começar a inclinar-se para um dos lados.

Dentro do regime tinha-se consciência disto. Cai assim, pela base, o argumento da “guerra que nos foi imposta”, tornado *slogan* obrigatório da máquina de propaganda e desinformação do regime, mas que se esvazia quando confrontado com os factos que, então, eram subtraídos ao conhecimento dos portugueses.

Jorge Jardim, uma figura central, ainda que não institucional, na política colonial durante o consulado salazarista, veio a denunciá-lo mais tarde: “Ao fim e ao cabo foram

estes (os grupos de pressão que recusaram qualquer transigência em relação ao ultramar) [...] os verdadeiros responsáveis pelo que veio a acontecer em África.” (p. 145)

Adriano Moreira, que Salazar chamara para o governo em 1961 depois do início da guerra em Angola e que seria um dos seus ministros mais ousados dentro das estreitas margens que o regime permitia, apercebera-se de que o termo do regime colonial era inevitável, mas a sua preocupação era impedir que fosse a violência a gerir a mudança. Era razoável, esta preocupação. Só que a responsabilidade da passagem ao patamar violento no inevitável processo de mudança que a descolonização impunha, não é aos movimentos de libertação que deve ser atribuída.

A determinação nacionalista e independentista assumira uma dinâmica irreversível e a violenta repressão do poder colonial empurrou-a, sem remédio, para o patamar da luta armada, que evoluiria para uma prolongada guerra de libertação nacional. A ditadura salazarista e a sua componente colonial, a recusa em ouvir os avisos que de todo o lado, de dentro e de fora lhe chegavam, seriam os grandes responsáveis pela natureza violenta e pelo radicalismo que caracterizou essa fase do processo de descolonização, que o lado português ainda se recusava a classificar como tal e que, tão negativamente, viria a influenciar a fase seguinte da transferência do poder.

4. GUERRA COLONIAL – NÓ GÓRDIO DA DESCOLONIZAÇÃO

A guerra colonial, ou guerra de libertação nacional na terminologia dos países africanos que foram colónias portuguesas, foi o patamar armado da fase da luta de libertação do processo de descolonização. O governo de Salazar, ao recusar o direito à autodeterminação dos povos colonizados, reprimindo violentamente, incluindo com o recurso aos meios militares, as suas iniciativas políticas e propostas de negociações, apenas deixou aos movimentos nacionalistas o recurso à luta armada.

Tornada inevitável, como produto da forma como o Estado Português se posicionara face às primeiras fases da descolonização, para além das tragédias humanas e dos prejuízos materiais que todos os conflitos armados comportam, a guerra colonial viria a transformar-se no fator determinante, no problema central de toda a descolonização. Influenciaria, decididamente, a forma como se processaram as fases seguintes, radicalizou posições, espoletou conflitos internos e regionais, fez despertar, em sobressalto, a sociedade portuguesa para a questão colonial, gerou os fatores que mais condicionaram as negociações, isolou Portugal internacionalmente, atingiu os pilares do próprio regime ditatorial e colonial e alimentou as contradições que acabaram por o derrubar. O Estado Português, do salazarismo e do marcelismo, que conduziu a guerra e a prolongou até aos seus limites, não pode furtar-se ao ónus da responsabilidade pelos condicionamentos, incontornáveis, que a guerra colonial acabou por introduzir na descolonização, na fase da transferência do poder, na fase da independência e, mesmo, na derradeira fase da consolidação da identidade nacional. No julgamento político do processo de descolonização, de todo o processo de descolonização, os réus são os responsáveis políticos do Estado colonial.

A guerra colonial acabou por se virar contra o próprio regime que a desencadeara e tornou-se o “nó górdio” da descolonização que era preciso desatar, ou cortar num golpe de imaginação, para que o processo de descolonização avançasse. Ao 25 de Abril e ao Movimento das Forças Armadas (MFA) viria a caber, aí, um importante papel.

Guerra complexa – três frentes e quatro conflitos cruzados

A passagem ao patamar armado da luta de libertação, nas colónias portuguesas de África, teve o seu início no ano de 1961, no norte de Angola, estendeu-se à Guiné

em 1963 e a Moçambique em 1964. Na altura não foi assim entendida mas, em boa verdade, foi a continuação dos conflitos e das guerras em que Portugal esteve envolvido em África nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. No seu termo, em 1974, a guerra já abrangia a totalidade do território da Guiné, em Moçambique alastrara do norte até Tete, ultrapassara o Zambeze e começava a afetar Manica, no centro do território e, em Angola, além da frente norte e de Cabinda, estava aberta a frente leste, desde 1966, que se alongava até à fronteira sul. Foram os três teatros das operações militares da guerra colonial que, em África, opôs Portugal e os movimentos de libertação durante 13 anos. Guerra colonial para Portugal, guerra de libertação para os nacionalistas, designações distintas para um mesmo conflito.

A data que, historicamente, regista o início da última guerra, é o 4 de Fevereiro de 1961. Há em Angola quem admita que a luta armada começara antes, em 4 de Janeiro desse ano, com o levantamento dos cultivadores de algodão na Baixa do Cassange porque, para além de ter sido duramente reprimido pela intervenção das autoridades administrativas e policiais, já implicou um empenhamento significativo de forças militares. Outros consideram que este acontecimento, sem dúvida importante na luta de libertação, ainda tinha características mais identificáveis com a contestação social do que com a insurreição armada e, por isso, acolhem preferentemente a posição institucionalizada que considera o 4 de Fevereiro como o início da luta armada de libertação. Inclino-nos para esta interpretação.

Nessa noite de 3 para 4 de Fevereiro, pequenos grupos de angolanos lançaram-se em ações de guerrilha urbana na cidade de Luanda, atacando simultaneamente a Casa de Reclusão Militar, a Cadeia Civil de São Paulo, a estação de rádio e a esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP) anexa e o quartel da Companhia Móvel da PSP. Destas ações resultaram alguns mortos das forças da ordem portuguesas. No dia seguinte, durante o funeral e já dentro do cemitério, soaram alguns tiros que, num ambiente de grande tensão emocional, geraram uma situação de pânico descontrolada, de que resultou o linchamento de alguns africanos. Na noite de 10-11 do mesmo mês registava-se uma nova ação guerrilheira, agora contra o Posto Administrativo de São Paulo, ainda na cidade de Luanda.

Embora contasse com militantes do MPLA e com ativistas da região do Ícolo-Bengo, Catete, terra de Agostinho Neto e que, desde 1959, se encontrava em agitação permanente, o 4 de Fevereiro não foi uma ação do MPLA. O cónego Manuel das Neves, seu principal mentor, era próximo da UPA e a maior parte dos participantes eram seus

militantes. Durante muito tempo o MPLA reivindicou a sua autoria que pouco a pouco deixou cair, passando a comemorá-lo como data emblemática do início da luta armada dos nacionalistas angolanos.

Apanhadas de surpresa, as autoridades portuguesas tiveram dificuldade em identificar o tipo de ações violentas, inclinando-se inicialmente para as incluir no âmbito da mera criminalidade. No quadro de uma guerra de guerrilhas, que ainda não era interiorizada pelos responsáveis portugueses, já teriam sido, porém, classificáveis como ações militares.

A guerra em grande escala começaria em 15 de Março, com a vaga de terrorismo indiscriminado desencadeado pela UPA no norte de Angola, na sequência do que ocupou algumas regiões, povoações e fazendas, dos distritos de Luanda, Cuanza Norte, Uíge e Zaire. Foi um levantamento popular que teve contornos muito semelhantes às revoltas que tinham ocorrido nas fazendas de café no Cuanza Sul, nas regiões de Amboim, Seles e Libolo, nos anos de 1916 a 1918. Explorando, inicialmente, a carência de efetivos militares portugueses e a sua quase inexistência nos meios rurais, levaria a uma resposta massiva de Lisboa, com o envio de unidades de reforço entretanto mobilizadas na metrópole que, numa manobra montada em superfície com forças terrestres, predominantemente do Exército e com apoio de meios aéreos da Força Aérea, vieram a reocupar todas as povoações, sedes de poder administrativo da área afetada, até 3 de Outubro.

No teatro de operações, então circunscrito ao norte de Angola, as forças armadas portuguesas passavam a ocupar todos os centros urbanos, mesmo os de diminuta dimensão, através de um dispositivo de quadrícula cuja malha se foi apertando, conforme iam chegando mais reforços. As forças guerrilheiras confinaram-se a bases em zonas de refúgio nas matas do interior, nas regiões de mais difícil acesso para as forças portuguesas, ou nos países limítrofes que as apoiavam, República do Congo⁷ e República Popular do Congo (RPCo), a partir das quais lançavam ações armadas contra as forças portuguesas.

A conduta operacional das tropas portuguesas passou a visar o controlo das áreas de responsabilidade e vias de comunicação pelas unidades em quadrícula, a

⁷ Quando da independência, em 1960, assumiu a designação de República do Congo à qual, para se distinguir da República do Congo (Brazaville), se acrescentava o nome da capital, Leopoldville (depois Kinshasa). Em 1964 passou a designar-se República Democrática do Congo (RDC). Em 1971 Mobutu alterou a designação para República do Zaire, ou simplesmente Zaire. Com a queda de Mobutu, em 1997, recuperou a designação de República Democrática do Congo (RDC).

proteção das populações que se concentraram junto dos estacionamento, flagelações e incursões nas áreas de refúgio dos guerrilheiros através de ações de forças de intervenção, contando com o possível apoio aéreo e naval, este nas guarnições costeiras ou nas margens dos grandes rios. Os guerrilheiros orientaram a sua atividade para as tentativas de flagelações a instalações militares portuguesas, emboscadas às tropas e colunas em movimento, sabotagens e minas nas vias de comunicação e resistência às incursões nas suas áreas de refúgio ou seu abandono quando a resistência não era viável, como quase sempre acontecia.

Foi semelhante o quadro operacional que caracterizou o início da guerra nas frentes da Guiné, de Moçambique e do Leste de Angola. Em 3 de Agosto de 1962 Amílcar Cabral anuncia publicamente que o PAIGC vai passar à ação direta e, nos primeiros dias de 1963, a guerra tinha-se estendido à Guiné-Bissau com as primeiras intervenções do PAIGC em Tite, bem no interior e não numa zona fronteiriça como os comandos portugueses previam. Em Julho de 1961 já tinham ocorrido ações armadas na fronteira noroeste, por iniciativa do MLG, em S. Domingos e entre Varela e Susana, mas não tiveram continuidade. O PAIGC, com fortes apoios no exterior, nomeadamente nos países limítrofes do Senegal e da Guiné-Conackry, manter-se-ia como único movimento de libertação em guerra contra Portugal e, em pouco tempo, estendia as operações à totalidade do território, do qual veio a manter vastas áreas e respetivas populações sob seu controlo.

Em 1964 a FRELIMO desencadeava a primeira emboscada em Moçambique, na região dos tradicionalmente insubmissos macondes, no nordeste, contando com decidido apoio da Tanzânia. Nos anos seguintes foi alargando as suas áreas de atuação, primeiro à generalidade do distrito nordestino de Cabo Delgado, em seguida ao Niassa, no noroeste, depois no saliente de Tete e, em 1974, ensaiava as primeiras ações no centro do território, na região de Manica. Além da Tanzânia contava com apoios no exterior, se bem que, de certa maneira, ambíguos da parte dos governos do Malawi e da Zâmbia, que dependiam de Moçambique para o acesso ao Oceano Índico.

Em 1966 o MPLA abria a frente leste o que iria ampliar, radicalmente, o teatro de operações em Angola e, na sua cola, iniciavam-se as operações da UNITA que se fixou no interior leste a sul do Caminho de Ferro de Benguela. A FNLA ensaiou também uma tentativa de atuação junto à fronteira nordeste, nas Lundas. Alterava-se, profundamente, o quadro conflitual em Angola.

Entrou-se, assim, numa fase de guerra de guerrilha e contra guerrilha típica. O terrorismo da UPA em 15 de Março fora um caso excepcional nas estratégias dos movimentos de libertação nas colónias portuguesas, que não se repetiu em nenhuma delas. Alguns atos classificáveis de terrorismo, quer da iniciativa dos movimentos de libertação, quer de Portugal, foram atípicos, em todas as frentes. A guerra colonial nas colónias portuguesas não foi, de forma alguma, uma guerra de terrorismo generalizado. E isto apesar de se ter oficializado a designação depreciativa dos guerrilheiros como terroristas, os “turras” no calão mais vulgarizado, mas que não tinha correspondência com a verdadeira natureza do conflito que se travava.

Em termos polemológicos tratou-se, com algumas flutuações e evoluções, daquilo a que, na teoria dos conflitos, se chama uma guerra irregular, porque não se inscrevia nos padrões da guerra clássica, ou convencional, enquadrando-se no que, modernamente, se designa como uma guerra dissimétrica e assimétrica. Estrategicamente a dissimetria assenta no desequilíbrio de potencial militar entre as partes em confronto, isto é, quando um dos antagonistas dispõe de uma manifesta superioridade qualitativa e/ou quantitativa de meios. Já a assimetria significa o recurso a modalidades estratégicas, a táticas e a técnicas, atípicas pela parte que se sente em desvantagem dissimétrica, por forma a explorar as fragilidades que, apesar de mais poderoso, o adversário expõe. Como regra a dissimetria é um trunfo da parte mais forte, rentabilizando a sua superioridade de meios, o que leva o mais fraco a procurar na assimetria a compensação para a sua inferioridade. Através da guerra assimétrica, recorrendo a modalidades de ação consideradas não ortodoxas pelas doutrinas clássicas, o oponente mais fraco procura equilibrar a batalha.

Inicialmente, quando os movimentos de libertação tentaram a ocupação de território libertado e estavam ainda rudimentarmente armados e equipados, a dissimetria favoreceu a parte portuguesa mas, logo que aqueles optaram pela estratégia assimétrica da guerrilha, Portugal apercebeu-se que a mera dissimetria deixava de lhe conferir vantagem. Por isso ensaiou uma viragem na sua conduta operacional, investindo na contra guerrilha. Revelou uma notável capacidade de adaptação, elaborando doutrina que aplicou nas áreas operacional, logística e administrativa, produzindo um quadro conceptual ajustado e inovador. Rentabilizou a rusticidade generalizada dos seus combatentes dos amplos contingentes de tropas localmente recrutadas e das forças auxiliares e a reduzida sofisticação tecnológica do seu armamento.

Quando tomou consciência plena de que a guerra em que estava mergulhado era uma guerra por populações e não por território, Portugal investiu de forma planificada na ação psicológica, tendo por alvo preferencial, mas não exclusivo, as populações, estivessem sob seu controlo, sob controlo do inimigo⁸ ou sob duplo controlo. Alvos da ação psicológica eram, também, as forças do inimigo e as nossas tropas. A grande contradição da ação psicológica residia no facto de lhe estar vedado ir ao cerne da questão, que era político. Os responsáveis militares portugueses, nos escalões intermédios, não tardaram a aperceber-se disso.

Estrategicamente Portugal continuava a ter servidões que lhe exigiam o prosseguimento de atividades mais próximas da guerra convencional, como eram a necessidade de assegurar o controlo de um território em superfície, as responsabilidades políticas e administrativas, o apoio a populações, a garantia da atividade de estruturas estatais, urbanas, económicas e sociais, a manutenção de pesadas infraestruturas logísticas, administrativas e de instrução do aparelho territorial militar, o controlo dos espaços marítimo e aéreo.

Entretanto, as ajudas externas aos movimentos de libertação foram-lhes permitindo melhorar os seus potenciais militares, chegando a ultrapassar as forças portuguesas na qualidade de armamentos individuais e coletivos. Mas a dissimetria manteve-se favorável a Portugal em capacidade de transporte, de comunicações e, acima de tudo, em meios aéreos. Na Guiné o avanço do PAIGC chegou a traduzir-se no controlo de vastas áreas do território que as forças armadas portuguesas, forçadas a um recuo estratégico, tiveram de abandonar e, quando os guerrilheiros passaram a dispor dos mísseis terra-ar com que abateram vários aviões portugueses, até a superioridade aérea portuguesa pôs em causa. Aristides Pereira, que foi o secretário-geral do PAIGC depois do assassinato de Amílcar Cabral e o primeiro presidente da República de Cabo Verde, na longa entrevista a José Vicente Lopes que este publicou no seu livro, diz que, quando da proclamação da independência em 1973, já tinham estudantes cabo-verdianos a formarem-se para pilotos de aviões MIG e de helicópteros e estavam em vésperas de receberem blindados (pp. 212 e 213). Isto é, com a adaptação parcial das

⁸Em terminologia militar a designação de inimigo (IN) não deve ser entendida com um sentido calunioso ou depreciativo, nem subentende qualquer valorização, como por vezes, fora do meio militar, se tende, erradamente, a interpretar. Em ambiente de guerra o inimigo é o outro, o que se opõe às nossas tropas (NT) e que é sempre identificado pela sigla IN. Aliás, nas várias frentes da guerra colonial, os militares portugueses respeitavam os movimentos de libertação e os seus combatentes como guerrilheiros valerosos que, apesar de serem apelidados, na linguagem corrente da época, de terroristas, na realidade não fizeram das ações terroristas a base da sua conduta operacional.

forças portuguesas à contraguerrilha e a melhoria material e operacional dos movimentos de libertação, foi-se esbatendo a dissimetria em potencial bélico e a assimetria na conduta operacional. A guerra tornava-se cada vez mais simétrica, num nível de baixa intensidade.

Por princípio a situação de simetria favorece o mais forte, nomeadamente se se tiver em consideração que a força é o resultado do produto de dois fatores, capacidade material e vontade anímica. Mas a força começava a pender, cada vez mais, para os movimentos de libertação porque, para além da melhoria dos seus meios, estes conflitos prolongados tendem a desgastar o moral da potência ocupante. Os seus exércitos convencionais confrontam-se com uma opinião pública interna e internacional cada vez mais adversa e os militares tendem a revelar uma crescente frustração por não vislumbrarem saídas para o seu esforço e por verem os objetivos da guerra cada vez mais postos em causa. Na Guiné esta tendencial deterioração da situação para as forças portuguesas era óbvia. Poderá haver algum exagero de Aristides Pereira quando diz que “Hoje ninguém tem dúvidas que Portugal foi salvo de um Diem Bien Phu graças ao 25 de Abril.” (*Aristides...*, 2012, p. 181) Mas, aplicada à Guiné, como era o caso, a afirmação não é de todo irrealista. Em Moçambique, registava-se um agravamento acelerado. Só em Angola a situação parecia, temporariamente, mais favorável a Portugal, que beneficiava de fatores diversos, em especial o facto de os três movimentos de libertação se combaterem mutuamente, por vezes mesmo com mais dureza do que contra as forças portuguesas. Na frente leste a UNITA chegou mesmo a aliar-se às forças portuguesas no combate à FNLA e ao MPLA, aliança que recebera o nome de código Operação Madeira. Mas a guerra com a UNITA tinha-se reiniciado em Janeiro de 1974, com a substituição do comandante da Zona Militar Leste por um general português que não aceitara aquele compromisso com a UNITA estabelecido pelo seu antecessor. A situação em Angola estava em vésperas de se agravar. Trataremos o assunto da Operação Madeira, que acabou por influenciar negativamente a fase seguinte da transferência do poder em Angola, com mais detalhe, na Parte Segunda desta tese.

* * *

Fanon salientou que a descolonização é sempre um fenómeno violento, porque violenta era também a colonização a que está intimamente associada (p. 31). Nesta constatação é acompanhado pela generalidade dos estudiosos desta matéria. Os dirigentes do pan-africanismo e do pan-negrismo que, nos princípios do século XX, tiveram uma influência determinante na tomada de consciência dos africanos para a sua

libertação, cedo se aperceberam que a África nada alcançaria sem violência. Violência que já caracterizara toda a relação colonial e pré-colonial.

Johan Galtung distinguiu, ao nível do poder institucional, três tipos de violência, a violência direta, normalmente manifestada através do poder militar, a violência estrutural, predominantemente exercida através do poder económico e a violência cultural, produto de uma discriminação sociocultural que legitima os outros dois tipos de violência, porque as vítimas das violências direta e estrutural são encaradas como pagãos, selvagens, ateus, comunistas, ou qualquer outra forma de “inferioridade” (pp. 252 e 253). Nesta perspectiva a violência colonial pode ser encarada como uma combinação dos três tipos de violência “galtungiana”, mais visível a direta, mais sofisticada a estrutural, mais perversa a cultural. A descolonização, enquanto resposta à colonização está, desde a sua origem, marcada pelo ferrete da violência, podendo afirmar-se que, no quadro do pensamento de Galtung, as guerras coloniais foram a expressão mais visível da violência direta da descolonização.

O caso português não diferiu, também neste particular, do fenómeno global em que se inseriu, porque violento foi ao longo de todo o seu percurso. A descolonização das colónias portuguesas de África deu razão a Fanon. Foi violenta a repressão administrativa e policial nas fases da tomada de consciência e no patamar político da luta de libertação. Foram violentos os vários conflitos que se cruzaram na guerra colonial na fase da luta armada de libertação. Foram violentas as fases da transferência do poder, com o prosseguimento das guerras civis e as intervenções armadas nos quadros dos conflitos regional e leste-oeste. Foram violentas as fases das independências, conduzidas por regimes militares saídos dos movimentos de libertação. A violência foi uma constante e atingiu a sua expressão máxima nos países que foram vítimas de invasões estrangeiras armadas. Porque foi, exclusivamente, nas colónias sujeitas a agressões externas nas fases da transferência do poder e da consolidação da identidade nacional, que as independências assumiram contornos que podem classificar-se de trágicos.

A estas formas de violência direta devem acrescentar-se as formas de violência estrutural e cultural, inerentes à própria lógica colonial, o racismo, a discriminação social, económica, política e cultural, a condição infra-humana a que os naturais estavam votados nas suas próprias terras.

A violência armada, na descolonização das colónias portuguesas, prolongar-se-ia pelas fases da independência e da consolidação da identidade nacional, com a

persistência dos conflitos herdados das fases anteriores. Também nesta matéria se cultivam equívocos, pretendendo-se que as guerras civis, os conflitos regionais e os derivados da guerra-fria que devastaram Angola e Moçambique nas décadas de 70 a 90 e que, em Angola, se prolongaram mesmo até 2002, tinham tido início com as independências e eram delas consequências. A realidade é, pelo contrário, bem outra. Guerras civis, conflitos regionais, confrontos derivados da guerra-fria, todos tiveram as suas raízes no período colonial e foram agudizados com a guerra colonial. Os conflitos que prosseguiram naquelas colónias depois das independências não podem, por isso, deixar de ser considerados como as fases terminais dos seus processos de descolonização.

Já atrás assinalámos que, no contexto das campanhas de penetração e ocupação do interior africano e da Guerra 1914-18, além dos conflitos que opuseram europeus e africanos, se verificaram conflitos entre europeus e conflitos entre africanos, quer no interior de cada colónia quer à dimensão regional. Entre os povos submetidos sempre houve, em todas os lugares e em todas as épocas, grupos e indivíduos que se aliaram aos ocupantes, por rivalidades identitárias ou políticas, por interesses materiais, ou por mera tendência oportunista para se juntarem a quem pensavam ser mais forte. Na guerra colonial de 1961-1974 o fenómeno repetir-se-ia, de forma até mais vincada e de acordo com a conjuntura regional e internacional da época.

Deste complexo mosaico resultou que, em todos os teatros de operações, ainda que nuns mais claramente do que noutros, na guerra colonial se cruzaram quatro conflitos, complementares, mas distintos.

O primeiro era a luta de libertação nacional que opunha os movimentos nacionalistas ao regime colonial português e, no terreno, os movimentos de libertação às forças militares portuguesas. Foi uma guerra de guerrilhas típica, que percorreu as sucessivas fases que os compêndios assinalam, sem nunca ter chegado à última fase, aquela em que os guerrilheiros estão prontos a organizar-se em unidades militares de tipo convencional. Em Angola só a FNLA, apoiada na República do Congo, ameaçava e dispunha de condições para poder passar a esse patamar, mas carecia de áreas libertadas suficientemente seguras, no interior de Angola, para que a entrada nessa fase tivesse significado. Na Guiné o PAIGC estava em melhores condições para, a breve prazo, poder ascender a esse patamar, pois já controlava áreas significativas no interior do território, dispunha de mísseis terra-ar que limitavam a liberdade de voo, a grande vantagem estratégica portuguesa e estava em vésperas de dispor de blindados e de

meios aéreos.

O segundo era o conflito regional, materializado nos apoios antagónicos e cruzados entre os movimentos de libertação das colónias portuguesas e os movimentos anti-*apartheid* dos países vizinhos e na colaboração, inclusive no plano militar, da África do Sul e da Rodésia com Portugal. Portugal procurava beneficiar das divisões e dos conflitos internos numa África em convulsão, depois da libertação do colonialismo no Catanga, no Biafra, na Rodésia. Mas o conflito regional também se manifestava no aproveitamento, por Portugal, como forma de pressão sobre governos vizinhos que apoiavam os movimentos de libertação, de alguns dissidentes refugiados em Angola, zairenses (os antigos gendarmes catangueses) e zambianos e que, como forças auxiliares, cooperavam com o Exército Português. Com os nomes de código Fiéis (os catangueses) e Leais (os zambianos), foram organizados em unidades de tipo companhia de caçadores, receberam preparação militar e, particularmente os primeiros, atingiram um valor significativo, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos, chegando a constituir pedras importantes para a manobra operacional da Zona Militar Leste, em proveito da qual eram utilizados. A manutenção destas tropas em estado de prontidão, particularmente os catangueses, conferia a Portugal um instrumento de dissuasão sobre os governos vizinhos, mantendo uma permanente ameaça de intervenção nos seus países, em caso de agravamento da situação em Angola a partir das suas fronteiras. Mobutu receava, seriamente, as unidades catanguesas. Enquadráveis no conflito regional eram ainda as ligações do MPLA e da UNITA com a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO), em luta pela independência da Namíbia, do MPLA e da FRELIMO ao ANC, no seu combate contra o *apartheid* na África do Sul e da FRELIMO à União Popular Africana do Zimbabwe (ZAPU) e à União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU), movimentos de libertação da Rodésia. Estes apoios tiveram, como resposta, os apoios que a Rodésia e a África do Sul forneceram à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e à UNITA, depois das independências de Moçambique e Angola e que devastaram estes países durante largos anos. A expressão maior e a nível estratégico do conflito regional residiu na colaboração da Rodésia e da África do Sul com Portugal, em Angola e Moçambique, que passou mesmo pela sua intervenção operacional, que assumiu maior dimensão a partir do final da década de 60 com o chamado Exercício Alcora, uma verdadeira aliança militar envolvendo os três países para manterem o domínio branco na África Austral, que à frente trataremos com mais detalhe tendo por base trabalhos de Aniceto Afonso e Carlos

Matos Gomes. Na abordagem ao Exercício Alcora Luís Barroso salienta como ele se inscrevia no mais amplo conflito regional e Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins referem expressamente:

“[...] o conflito que opôs Portugal, a Rodésia e a África do Sul aos movimentos nacionalistas, emerge como parte de um conflito regional – luta contra independências negras na África Austral –, e como parte de um conflito global – parte do sistema da guerra fria na África Austral [...]” (p. 21).

A terceira componente da guerra colonial era o conflito leste-oeste no quadro geral da guerra-fria, com as duas superpotências a disputarem o alargamento das suas áreas de influência na África Austral. Esta disputa foi conduzida através dos apoios, diversificados e antagónicos, aos movimentos de libertação por países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia (PV), mas também de alguns compromissos dos primeiros com Portugal, especialmente a partir dos finais da década de 60, quando nos EUA pontificava a dupla Nixon-Kissinger. Aqui se insere a Opção *Tar Baby*, que a Casa Branca assumiria como sua política para a África Austral, e que também trataremos à frente. Luís Barroso salienta a relação direta entre o Exercício Alcora e a Opção *Tar Baby* (p. 358) e Maria Paula Meneses e Sena Martins também inscrevem o Exercício Alcora como parte do sistema da guerra-fria na África Austral. Portugal desenvolveu, durante todo o período da guerra colonial, junto dos seus aliados, um enorme esforço para que o seu empenhamento em África fosse entendido no quadro da guerra-fria, argumentando que ali defendia os valores do ocidente contra o comunismo, que a luta de libertação dos povos das colónias se inseria na estratégia expansionista global da URSS mas, quase sempre, sem sucesso. Tentou mesmo que a Carta da OTAN pudesse ser revista e a sua área alargada para sul, para incluir as colónias portuguesas. O único aliado fiel e permanente com que contou nesta luta foi a África do Sul e, já na parte final, os EUA, quando estes inverteram a sua política para a África Austral. Na maioria dos seus parceiros da OTAN e nas instâncias internacionais, esta tese não fez vencimento. A guerra-fria teve, de facto, as colónias portuguesas por palco na guerra colonial, numa disputa por áreas de influência entre as duas superpotências, mas numa perspetiva de conquistas clientelares de Estados independentes e não de colónias. Para a maioria dos Estados ocidentais a política colonial de um membro da OTAN, Portugal, era um ónus que só prejudicava os seus interesses, porque favorecia a imagem da URSS junto dos países não-alinhados do Terceiro Mundo.

Por último, o quarto conflito implícito na guerra colonial, uma guerra civil opondo movimentos armados das várias colónias, esta também comportando vários elementos caracterizadores. O primeiro desses elementos era a clivagem entre os movimentos de libertação e a luta armada entre eles, que teve especial expressão em Angola, única colónia africana onde Portugal enfrentou mais do que um movimento. FNLA e MPLA travaram combates violentos nos distritos do Zaire e do Uíge e mesmo em território da República do Congo, sempre que o MPLA procurava passar com as suas colunas das suas bases na República Popular do Congo – na República do Congo eram-lhe negadas – para a sua Primeira Região Militar, nos Dembos. A partir de 1966, quando foi aberta a frente leste, a UNITA e o MPLA e, em menor grau a FNLA, em disputa pela sua implantação confrontaram-se militarmente no interior centro-leste.

Savimbi, presidente da UNITA, sentindo-se em desvantagem crescente, tentou e conseguiu uma aproximação ao comando português da Zona Militar Leste (ZML) para chegar a um acordo. Este acordo, que iria vigorar de 1971 até finais de 1973, teve a cobertura do comandante-chefe, general Costa Gomes, do governador-geral, Rebocho Vaz e do próprio governo de Lisboa, foi negociado e aplicado pelo comandante da ZML, brigadeiro Bettencourt Rodrigues e ficou conhecido por Operação Madeira. Em 1971, através de madeireiros que trabalhavam perto da região de refúgio da UNITA, tinham sido estabelecidos contatos indiretos entre o comando da ZML e Savimbi, servindo de intermediário um padre, de nome António Araújo de Oliveira. Chegou-se a um acordo de não hostilização mútua que garantia à UNITA que, em troca de cessação de ações contra as forças portuguesas, não era importunada na sua zona de refúgio no interior de Angola, na região do rio Lungué-Bungo e que aí receberia algum apoio logístico da ZML. Savimbi comprometia-se a cooperar com as forças portuguesas no combate aos guerrilheiros do MPLA e da FNLA, nomeadamente fornecendo informações sobre as suas bases e atividades. Constituiu um precioso contributo para a total eliminação das bases daqueles dois movimentos no interior da área da ZML, os quais se viram obrigados a refugiarem-se em bases na Zâmbia e na República do Congo, a partir das quais passaram a atuar. Em 1973 mudou o comando português da ZML, o novo comandante não se conformou com a Operação Madeira, as relações com Savimbi deterioraram-se e a guerra com a UNITA recomeçou em Janeiro de 1974. A Operação Madeira estivera na base do ostracismo a que, até às vésperas da cimeira do Alvor, a FNLA e o MPLA, apoiados pela OUA e pelos movimentos de libertação das outras colónias, associados na CONCP, votaram a UNITA, recusando reconhecê-la

como movimento de libertação angolano. O tema será mais desenvolvidamente tratado na Parte Segunda deste trabalho.

Outro elemento, caracterizador da guerra civil em plena guerra de libertação e, este, com igual incidência em todas as colónias, residia no facto de a guerra colonial colocar nacionais dos movimentos de libertação contra nacionais incorporados nas Forças Armadas Portuguesas e nas Forças Auxiliares (Grupos Especiais, Tropas Especiais, Flechas, Milícias, Pisteiros, etc.) que participavam nas operações integrados nas forças portuguesas. Não foi um caso específico das colónias portuguesas, nem daquela época. Em todo o mundo, em todas as épocas históricas, intervenções em territórios estrangeiros sempre contaram com a colaboração de nacionais dos países objeto da intervenção. Pedro Aires de Oliveira cita Malyn Newit, que vem ao encontro da tese que aqui defendemos:

“Explorar as divisões dos adversários e alistar colaboradores para a sua causa (de forma voluntária ou forçada) terá, aliás, sido um dos principais trunfos dos europeus nesta fase do sistema imperial e os portugueses não foram exceção. Consequentemente, muitas das campanhas de conquista continham em si dinâmicas típicas de uma guerra civil.” (p. 421)

Desde o início da administração colonial em África, nos finais do século XIX, até mesmo antes, a estrutura militar portuguesa assentava no recrutamento local, com especificidades próprias em cada uma das colónias. Mais do que forças armadas, eram uma força armada para garantirem o exercício da administração e a ordem pública e não tanto a soberania, quer face às ameaças internas quer às do exterior. O sistema colonial funcionava de acordo com uma lógica de projeção de poder a partir de uma metrópole longínqua pelo que, quando surgiam exigências militares de afirmação de soberania, recorria-se a forças expedicionárias mobilizadas na metrópole.

Em 1961, quando começou a guerra colonial em Angola, as guarnições nas colónias ainda eram baseadas no recrutamento local, absolutamente insuficiente, e nas habituais unidades da Marinha, apenas reforçadas com umas, poucas, companhias de caçadores especiais do Exército, que se tinham começado a preparar em 1959 e com as primeiras estruturas e meios da Força Aérea, que iniciava a sua instalação nas colónias. Por isso se procedeu, então, a uma maciça mobilização de tropas metropolitanas dos três ramos das Forças Armadas. Quando findou o ano de 1961, como o esforço de guerra se localizava em Angola, fora para esta colónia que se orientara a grande maioria da mobilização metropolitana. As percentagens dos efetivos do recrutamento local passaram a ficar, então, em desvantagem, cerca de 15% em Angola, 27% em

Moçambique e 21% na Guiné.

No ano de 1964, quando a guerra já se estendera aos três teatros de operações e Portugal já recorria a um maior esforço de mobilização nas colónias, face ao quase esgotamento das capacidades metropolitanas, aquelas percentagens sofreram grandes alterações relativas passando para cerca de 29% em Angola, 44% em Moçambique e 15% na Guiné. No final de 1973 a percentagem do recrutamento local era ainda maior, cerca de 42% em Angola, de 54% em Moçambique e 20% na Guiné. Isto é, no conjunto de Angola e Moçambique aproximava-se dos 40%. Em números, num total de 65.592 militares em Angola 27.819 eram do recrutamento local, em Moçambique num total de 51.463 eram 27.572 e na Guiné em 32.035 eram 6.425 (Correia, 2000, p. 154).

Se, a estes números, juntarmos os das forças auxiliares, das quais não há registos exatos, é legítimo dizer que, nos três teatros de operações os contingentes totais, mobilizados na metrópole e recrutados localmente eram equivalentes, na ordem dos 87.000 cada. Se é verdade que as forças auxiliares eram permanentes, apenas com ligeiras renovações periódicas de efetivos, os militares das tropas regulares eram recrutados anualmente permanecendo cerca de três anos nas fileiras pelo que, numa estimativa grosseira, se pode dizer que, durante os 13 anos de guerra, terão passado pelas fileiras das Forças Armadas Portuguesas mais de 80.000 angolanos, 76.000 moçambicanos e 17.000 guineenses.

Alguns autores designam esta evolução das Forças Armadas Portuguesas por africanização da guerra. Foram homens que lutaram de armas na mão contra os seus compatriotas, alguns já então conscientes de que estavam do lado errado da guerra, outros que só tomaram essa consciência depois do 25 de Abril. Os que optaram por manter a nacionalidade portuguesa vieram para Portugal, para muitos dos que ficaram foi difícil a integração nas novas sociedades depois da saída da potência colonial, alguns foram mesmo rejeitados e perseguidos. Nas colónias em que se agudizou a guerra civil nas fases da transferência do poder, da independência e da consolidação da identidade nacional, foram objeto de assédio para se alistarem nas forças militares dos diferentes movimentos de libertação. Iam prosseguir o envolvimento em combates fratricidas, agora sob outras bandeiras.

Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins dizem, com inteira propriedade, que “[...] a concomitante africanização na guerra [...] permite-nos prefigurar a violência que assolou as ex-colónias após as independências.” (pp. 26 e 27) No mesmo sentido vai o historiador moçambicano João Paulo Borges Coelho:

“É quase um truísmo dizer que a colonização do continente africano teria sido impossível sem colaboração local [...] Muito perto da realidade é a imagem dos oficiais europeus capazes de alimentar e manobrar contradições internas, atraindo forças africanas para a sua órbita fazendo-as combater outras forças africanas em ordem a instalar e preservar a ordem colonial [...] a africanização [...] profundas marcas que o processo deixou como uma herança passada para os novos países independentes.” (p. 130)

E, mais adiante:

“A herança dos fortemente armados, disciplinados e militarizados contingentes das tropas africanas deixados pelo precipitado processo de descolonização português, juntamente com as diversas mas limitadas condições de integração oferecidas pelos novos regimes independentes, foram os dois fatores que, sem dúvida, criaram uma ponte entre as guerras coloniais e as guerras civis depois da independência [...]” (p. 150)

Estava-se, portanto, perante várias guerras civis cruzadas, ainda que camufladas atrás de um conflito mais visível, a guerra de libertação. Não seriam guerras civis clássicas, face à doutrina da natureza dos conflitos, porque nem todas as forças que se confrontavam eram forças militares institucionalizadas e porque se verificavam dentro de um quadro político ele próprio não institucional, condições necessárias para se poder incluir um conflito na definição de guerra civil. Mas comportavam muitos dos condimentos das guerras civis, conflitos internos armados, prolongados no tempo, visando a conquista do poder. E, mesmo tendo em vista as forças militares em presença, algumas até dos próprios movimentos de libertação, iam adquirindo progressivamente um estatuto próximo da institucionalização, na medida em que conquistavam cada vez maiores apoios e reconhecimentos institucionais.

Em síntese, as guerras civis começaram bem antes da independência, foram alimentadas pela guerra colonial com a qual se confundiram, a ela sobreviveram e prolongaram-se pelas fases da transferência do poder, da independência e da consolidação da identidade nacional.

Com a entrada nas fases da transferência do poder e a conclusão dos acordos de paz e de passagem de soberania, dos vários conflitos que integravam a complexidade da guerra colonial apenas se pôs termo à componente da luta de libertação. Os restantes conflitos perduraram e, por vezes, agravaram-se, nalguns países mais intensamente do que noutros. Nas guerras que, depois das independências e com particular gravidade e dramatismo, devastaram Angola e Moçambique, inseridas nas várias dimensões dos conflitos leste-oeste, regional e interno, são perfeitamente identificáveis os mesmos

fatores e agentes que já haviam alimentado as idênticas componentes durante a guerra colonial. Obviamente que novos fatores se lhes juntaram, com o aparecimento de novas entidades e realidades políticas, mas os anteriores continuaram lá bem presentes.

* * *

As várias componentes da guerra colonial projetar-se-iam nos condicionamentos que agravaram as fases que se seguiram, da transferência do poder, da independência e da consolidação da identidade nacional. A guerra civil prosseguiu com as divergências internas que se agudizaram na disputa pelo poder, atingindo níveis dramáticos. Os conflitos regionais e a guerra-fria estiveram na base das diversas e antagônicas interferências militares externas, em apoio de movimentos rivais.

As consequências da guerra colonial na fase da transferência do poder foram determinantes e particularmente perturbadoras para Portugal que teve de enfrentar, como condição *sine qua non*, a urgência de lhe pôr fim e em condições muito desfavoráveis. Por outro lado a guerra colonial promoveu os movimentos de libertação enquanto representantes dos seus povos, tornando incontornável a sua legitimação na qualidade de interlocutores exclusivos das colónias para negociarem a transferência do poder. Reconhecidos na ONU e na OUA, tinham conquistado nos campos de batalha o estatuto de únicos e legítimos representantes dos seus povos, que Portugal teve de aceitar. De resto, a paz negocia-se com quem se está em guerra, e era com os movimentos de libertação que as forças portuguesas combatiam. Como lucidamente frisou António Ramalho Eanes:

“Na situação a que o poder político conduziu o processo colonial, só um tipo de descolonização era possível [...] entregar o poder aos movimentos revolucionários armados [...] descolonizar imediatamente, entregando, com acertada e exigente negociação, o poder aos movimentos de libertação, aos quais tínhamos concedido o “privilégio histórico” de serem as únicas forças políticas ativas nas colónias da Guiné, Angola e Moçambique.” (Ademar, 2015, pp. 20 e 21)

A guerra colonial com as suas diversas componentes, ponto culminante da fase da luta de libertação, condicionaria também, decisiva e tragicamente, as fases da independência e da consolidação da identidade nacional em Moçambique e Angola. Os conflitos fratricidas, os envoltimentos da Rodésia e da África do Sul e as interferências das superpotências depois das independências, foram os prolongamentos das guerras civis, dos conflitos regionais e da guerra-fria em plena guerra colonial. Mesmo na Guiné-Bissau, que iniciava um início de independência tranquilo, o governo do PAIGC cedo se viu envolvido em conflitos com antigos militares das forças armadas

portuguesas e em cisões entre guineenses e cabo-verdianos, que tinham a sua génese na guerra colonial. No conjunto dos vários países, a instabilidade política que se prolongou, dificultando a normalização institucional, teve muito a ver com a hegemonia política de estruturas baseadas na lógica de movimentos de libertação que fizeram a guerra colonial, frentistas, centralizadores, hierarquizados, que não são bem entendidos nas tradições democráticas ocidentais.

A herança da guerra colonial impôs a sua lógica para além das independências.

Guerra colonial, guerra do ultramar – polémica que não é semântica

Assim que a guerra começou, em 1961, o Governo tudo tentou para distorcer os seus contornos. Inicialmente, recusando-se mesmo a reconhecer a sua existência, referindo-se a meras ações de polícia, depois procurando sabotar os dados identificadores da responsabilidade pelo seu desencadeamento, por último esforçando-se por descaracterizar a sua verdadeira natureza. Ainda hoje, mais de 40 anos volvidos sobre o seu termo, os saudosistas da ditadura salazarista ou aqueles que, nomeadamente no meio militar, continuam, preconceituosamente, a recusar reconhecer o carácter pérfido da guerra, evitam qualquer referência explícita à guerra colonial e refugiam-se em sucedâneos terminológicos – “guerra do ultramar”, “guerra de África” – de significados inconclusivos e de conteúdos polemológicos ou sociológicos equívocos e pouco rigorosos. É uma mera manobra de diversão que se inscreve na mesma linha que já levava o governo a alterar a designação das colónias para províncias ultramarinas, à qual ainda continuam a recorrer os que pretendem contornar o incómodo de ter de reconhecer o carácter injusto do conflito em que estiveram envolvidos.

Quando, mais recentemente, o termo “guerra do ultramar” começou a ter um sabor passadista e a ser deixado cair, enquanto o termo “guerra colonial” conquistava um estatuto oficioso e mesmo oficial nos meios académicos, literários, políticos, mediáticos e até na terminologia corrente, aqueles para quem o termo ainda soa como um anátema passaram a recorrer à expressão “guerra de África”. No fundo, o artifício é o mesmo, o que importa é evitar um discurso que, implicitamente, corresponda ao reconhecimento de que o sistema ultramarino assentava num modelo colonial.

Evidentemente que as campanhas de 1961 a 1975 foram, na maioria, guerras em África, mas esta designação não é suficientemente identificadora, pois guerras de África foram também todas as outras campanhas em que Portugal esteve envolvido naquele

continente desde a expansão, as da instalação de feitorias costeiras, as das incursões limitadas ao longo das bacias dos rios na busca de ouro e escravos, as de penetração e ocupação do interior, a Primeira Guerra Mundial de 1914-1918. Pelo contrário, guerra colonial identifica o conflito que se travou entre os movimentos de libertação e o regime português quando estavam em causa, através da força militar, dois projetos antagónicos: de um lado o fim do sistema colonial, do outro a sua preservação.

Poderá dizer-se que também as anteriores campanhas africanas nos finais do século XIX e princípios do século XX foram guerras coloniais. Foram-no, na medida em que tiveram lugar nas colónias. Mas não foram guerras em que o cerne do conflito fosse a questão colonial. Já vimos que o sistema colonial em África se começou a implantar, e lentamente, depois da Conferência de Berlim em 1885, mas as campanhas que se seguiram até princípios do século XX ainda se relacionaram com a penetração e ocupação do interior e com as disputas com outras potências coloniais. E, sendo certo que a resistência contra o colonialismo começou de imediato, os povos colonizados ainda estavam na fase protonacionalista, as ações de resistência eram fragmentadas, tribal, temporal e regionalmente. Só no início da década de 60 o conflito entre colonizador e colonizado assumiu características e dimensões armadas de uma guerra de libertação nacional contra um sistema e um poder coloniais, agora sim, uma guerra colonial.

O facto de os povos colonizados, nos seus combates pela libertação do jugo colonial, terem sido forçados a passarem ao patamar da luta armada, deu lugar a conflitos que resultaram da radicalização da disputa entre colonizados e colonizador. Foi o patamar em que o confronto entre a colonização e a descolonização atingiu a expressão mais dramática e mais violenta, o zénite do trajeto de duas dinâmicas que evoluíram em conflito permanente. Quando o conflito atinge o patamar armado é a guerra, se é um conflito colonial que entra nesse patamar chama-se, polemologicamente, guerra colonial.

Sabem os políticos e sabem os quadros militares que é da essência da guerra que a mesma não pode ser desligada da política que serve. É de bom-tom aceitar e fazer mesmo questão de, com frequência, invocar aquilo a que Raymond Aron chamou a “fórmula de Clausewitz”, segundo a qual “A guerra é a continuação da política por outros meios.” De acordo com este princípio, uma guerra que procura servir uma política de manutenção de um sistema colonial define-se, de acordo com a teoria dos

conflitos, como guerra colonial. Não há artifícios semânticos que alterem a sua natureza.

A opção pela terminologia “guerra do ultramar” em detrimento de “guerra colonial” e o recurso tardio a “guerra de África”, tem um óbvio conteúdo ideológico, que não resiste a uma análise histórica e sociológica da presença de Portugal no além-mar. Apenas recursos oportunistas para tentaram iludir, na ONU, a obrigatoriedade de reconhecer o direito à autodeterminação dos povos das colónias, aliás sem qualquer sucesso, motivaram a derivação terminológica de províncias ultramarinas. Num ápice, num golpe de mágica, sem que nada se tenha alterado na realidade social e política das sociedades sob domínio colonial, uma revisão constitucional sem qualquer participação popular, em 1951, faz tábua rasa de toda a formulação do Ato Colonial aprovado apenas 21 anos antes e incluído na Constituição três anos depois, e expurga da Lei Fundamental toda a terminologia colonialista, substituindo-a pelo léxico ultramarino. Dentro do próprio regime se tinham erguido vozes, de personalidades altamente comprometidas com o regime, contra as alterações semânticas. Armindo Monteiro, que fora ministro das colónias e embaixador em Londres e que tinha, então, assento na Câmara Corporativa, justificou o seu voto contra por considerar que colónia era o termo que, com rigor, se ajustava aos territórios portugueses não-europeus e nenhuma outra palavra o poderia substituir. A verdade é que nada mudara na natureza das coisas.

A polémica, que ainda subsiste se bem que cada vez mais atenuada, entre os que usam a terminologia “guerra colonial” e os que a evitam refugiando-se nos artifícios semânticos de “guerra do ultramar” ou “guerra de África”, tem um sentido político claro: de um lado os que, sem complexos, entendem que os territórios de África e da Ásia sob administração portuguesa eram colónias; do outro os apologistas das teses integracionistas do salazarismo, do Portugal uno do Minho a Timor, que teimam em iludir o modelo colonial do regime.

Para a outra parte, os colonizados, a guerra foi a passagem ao nível armado da luta de libertação nacional, pelo que preferem chamar-lhe “guerra de libertação nacional”. “Guerra colonial” e “guerra de libertação nacional” são as duas expressões que, vistas dos dois lados que se combateram, melhor caracterizam o conflito a favor e contra o sistema colonial e que, concetualmente, se complementam.

João Freire chama-lhes “guerras da descolonização” (p. 214). É, porventura, a designação mais apropriada, com o senão de poder desfocar a iniciativa e a responsabilidade pelo desencadeamento das guerras para os colonizados. A verdade é

que a descolonização poderia ser feita sem o recurso à guerra e os movimentos nacionalistas tentaram que assim fosse. Ao contrário o prosseguimento da colonização exigiu o recurso à guerra. A iniciativa e a responsabilidade da guerra foi do colonizador, por isso continuamos a optar pela designação guerra colonial.

A opção de João Freire levanta uma outra questão que pode ainda, legitimamente, colocar-se: deve falar-se de “guerra colonial” ou de “guerras coloniais”. Para os movimentos de libertação, as guerras de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, eram guerras distintas. Se bem que tivessem afinidades, enfrentassem um inimigo comum, contassem com os mesmos apoios externos, tivessem estabelecido estruturas supranacionais de coordenação, a verdade é que dispunham de estruturas políticas e militares próprias, enfrentavam condicionamentos diferenciados e cada um tinha o seu objetivo estratégico, ainda que todos fossem convergentes. Nessa perspetiva houve várias guerras coloniais, uma em cada colónia. Ao contrário, para Portugal é correto falar numa guerra única em três teatros de operações diferentes, porque havia apenas uma direção política e comando supremo, o objetivo estratégico era um só, as forças armadas eram únicas se bem que com componentes regionais próprias, e os êxitos ou fracassos numa das frentes refletiam-se, inevitavelmente, nas outras. Por isso, porque é numa perspetiva portuguesa que se desenvolve esta reflexão, justifica-se a designação no singular, de guerra colonial.

A oposição portuguesa acorda sobressaltada

As limitações impostas pela ditadura salazarista à livre circulação da informação, à reflexão e ao debate dos fenómenos políticos que pusessem em causa ou, simplesmente, questionassem os dogmas do regime, fizeram com que a sociedade portuguesa acordasse tarde para a questão da descolonização, quando esta já ia numa etapa avançada, em plena fase da luta de libertação.

Os portugueses viviam embalados no mito da superioridade do homem branco, cristão e ocidental, do “bom colono”, educador, missionário, paternalista, investido de uma missão civilizadora face ao indígena ingénuo, atrasado, a criança grande, o “bom selvagem” que era imperioso proteger, evangelizar, civilizar, mas salvaguardando o estatuto de inferioridade que convinha ao funcionamento do sistema. Era a versão alienante mas oficial do regime, cultivada nas escolas, nos quartéis, nas igrejas, difundida pela comunicação social, que se impunha perante a insensibilidade face à

realidade. Os poucos portugueses que conheciam as colónias porque lá viviam ou por lá tinham passado, entendiam a mentira oficial e não a contrariavam, porque ela era conveniente. Apesar de tudo houve exceções, vozes que denunciaram a fraude. Mas estas eram silenciadas e reprimidas até às últimas consequências.

Em Janeiro de 1947 Henrique Galvão, inspetor superior colonial, então ainda afeto ao regime e deputado à Assembleia Nacional pelo círculo de Angola, chocou-se com as condições inumanas que encontrou na exploração do trabalho indígena e denunciou-as ao seu ministro, em relatório oficial que circulou na Assembleia Nacional. Foi a causa suficiente para uma perseguição feroz que lhe foi movida e que terminou na prisão, donde fugiria para o exílio.

Mesmo os acontecimentos que deram início à agitação no Estado da Índia, em 1954, com a ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e que provocaram as primeiras mobilizações militares para as colónias posteriores à Segunda Guerra Mundial, foram habilmente manipuladas pela máquina de propaganda do regime e orientadas para o culto da personalidade de Salazar e da sua máxima “a pátria não se discute”. Não chegaram para fazer soar os alarmes da opinião pública.

Nas suas diligências para ser admitido na ONU, o que viria a ocorrer em 1955, Portugal tivera necessidade de expurgar da Constituição e da legislação corrente a terminologia incómoda e comprometedora do Ato Colonial, que chocava com o espírito anticolonialista da Carta da ONU. Fora, então, adotado o léxico ultramarino, que passaria a constituir a base da argumentação negando que Portugal administrasse territórios não autónomos. A opinião pública portuguesa, desinformada, desatenta, desinteressada, amorfa, passiva, ignorante, não revelou, sequer, curiosidade em saber das razões das alterações semânticas.

No final da década de 50 e início da década de 60, o surto de independências em África e as convulsões na metrópole e nas colónias portuguesas, iriam agitar a sociedade portuguesa. Em 1957 o Partido Comunista Português, único partido político organizado da oposição, mas forçado a uma rigorosa clandestinidade adotou, no seu V Congresso, uma resolução reconhecendo o direito das colónias à independência, mas que só chegou ao conhecimento dos meios restritos que tinham contato com as estruturas ou com os órgãos e meios clandestinos do partido.

Na campanha eleitoral para a presidência da República de 1958, que fez tremer o regime, a questão colonial esteve absolutamente ausente. Só em 1960, já no exílio a que fora forçado, em São Paulo, intervindo nas comemorações do 5 de Outubro,

Humberto Delgado se referiu a um Plano Colonial da Oposição, que reconhecia o direito dos povos das colónias à autodeterminação, mas no quadro de uma República Federal dos Estados Unidos de Portugal. O pensamento de Humberto Delgado sobre a questão colonial estava já em franca evolução e, para isso, segundo António de Figueiredo, muito terá contribuído a visita que, em meados de Junho de 1961, no Rio de Janeiro, lhe fez o político goês Pundalik Gaitonde, então secretário-geral da CONCP (p. 226).

O ato espetacular do assalto ao paquete Santa Maria no Mar das Caraíbas, levado a cabo por um comando do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) liderado por Henrique Galvão e com a cobertura política de Humberto Delgado, em 22 de Janeiro de 1961, que manteve o controlo do navio durante 12 dias, chegou a ser interpretado como tendo ligações aos movimentos de libertação de Angola, destino que os revoltosos desejariam atingir. Tal ligação nunca se confirmou, mas a especulação que motivou foi suficiente para atrair a Luanda muitos jornalistas estrangeiros que puderam aperceber-se do clima de instabilidade que se vivia na colónia. Estava-se a poucos dias do 4 de Fevereiro que assinalaria o início da luta armada e a oposição portuguesa não deu sinais de compreender o que se estava a passar.

A oposição ao Estado Novo, que se invocava republicana, democrática e herdeira ideológica da I República, impedida de manter estruturas partidárias permanentes e organizadas que lhe facultassem uma reflexão política elaborada, sistemática e atualizada tinha, em relação às colónias, posições dúbias, conservadoras e, no mínimo, hesitantes. Os seus dirigentes continuavam condicionados pelo peso histórico do argumento colonial e imperial na contestação contra a monarquia, contra a humilhação do ultimato inglês, contra as ambições das outras potências coloniais europeias, que tinham constituído o fermento e base da fundamentação da agitação republicana dos finais do século XIX e princípios do século XX, que viria a culminar na implantação da República em 1910. Os democratas e republicanos ainda invocavam o ideal do império, que estivera na base da participação de Portugal na Guerra de 1914-1918.

A referência republicana da oposição era a figura de Norton de Matos, que fora o seu candidato à presidência da República em 1949 e estava fortemente vinculada ao imaginário colonial. Governador-geral e alto-comissário em Angola durante a Primeira República tinha, em relação ao problema colonial, as posições republicanas tradicionais, ampla autonomia, liberdades cívicas ainda que condicionadas conforme o estrato social,

promoção cultural, desenvolvimento económico, mas nada que se aproximasse da independência. Aliás, no tempo dos seus consulados em Angola, ainda se estava em pleno período protonacionalista em África, em que o fenómeno da descolonização ainda não preocupava os colonos nem os detentores do poder económico, que tinham nas colónias os baluartes das suas fortalezas industriais, comerciais e de transportes.

Quando, já na fase da luta de libertação, personalidades destacadas dos movimentos nacionalistas se referiam à política colonial da Primeira República e, nomeadamente a Norton de Matos, estavam atentos a estas contradições e eram-lhe muito pouco favoráveis. Lúcio Lara transcreve uma sua carta a Hugo Azancot de Menezes, como ele fundador do MPLA, de 3 de Janeiro de 1959, em que eram bem claras as suas desconfianças:

“A chamada oposição portuguesa é, como tu sabes, tão colonialista como o fascista Salazar. Apenas o Partido Comunista Português, bem recentemente (1957 fins), num comunicado saído do V Congresso, se pronunciou pelo direito que as colónias tinham à ascensão imediata à independência [...] Quanto à outra oposição, não tenhamos grandes ilusões; pelo contrário necessitamos da maior cautela. Se eles hoje colaboram connosco, é apenas com o fim de deitar o Salazar abaixo. Uma vez que isso aconteça, eles procurarão tratar-nos da saúde.” (p. 59)

Castro Soromenho, cidadão português mas “angolense” (na sua própria terminologia) de coração e solidário com a luta de libertação, escritor de crónicas dos confins do interior de África e hoje adotado como um nome da literatura de Angola, fazia a mesma crítica à generalidade da oposição. Em carta a Lúcio Lara, remetida de Paris em Junho de 1959, que este transcreve, chamava-lhe

“[...] uma oposição salazarista que é, no fundo, face ao problema colonial, tão nacionalista como os salazarentos [...] Um pequeno sector da oposição, onde me coloco, vem tentando [...] fazer um esclarecimento da situação colonial com vista a uma tomada de consciência. Mas todos nós sentimos que, no fundo da consciência dos mais esclarecidos, a mentalidade colonial, desperta quando menos se espera [...]” (p. 61)

Quando se estava a entrar na fase da luta de libertação um número significativo de personalidades republicanas, opositores a Salazar, não revelaram capacidade para se aperceberem de que a política colonial da Primeira República correspondia a uma realidade temporal já obsoleta. Nem foram capazes de ultrapassar a mera perceção emotiva e de assumirem uma atitude racional, que distinguisse o que fora a reacção e a resistência contra o espírito de rapina de outras potências coloniais europeias, que era o que estava em causa nos fins do século XIX e princípios do século XX, da luta dos

povos colonizados pelo direito à sua liberdade e pelo fim do colonialismo, que fora anunciado com a vitória dos Aliados na Guerra de 1939-1945 e era o que predominava no início da década de 60.

O Capítulo V do Programa para a Democratização da República apresentado pela oposição democrática às eleições legislativas previstas para finais de 1961, incluía 20 pontos sobre a política ultramarina, orientados para um quadro de reivindicações de liberdades democráticas, encaradas uniformemente para todo o espaço dito nacional, para a descentralização administrativa, para o repúdio do imperialismo e da discriminação política e racial. Era um programa anacronicamente inspirado no ideário colonial da Primeira República. A maioria das colónias europeias em África já eram independentes ou estavam a caminho de o ser mas, cautelosamente, o programa eleitoral da oposição omitia qualquer referência a independência, autodeterminação, ou mesmo autonomia dos territórios do ultramar. Aconteceu, porém, o que não previam os seus autores. Atrasos na sua publicação fizeram com que o documento só viesse a ser difundido depois do início da guerra em Angola, pelo que lhe foi acrescentada uma observação final que, reconhecendo que o Capítulo V estava ultrapassado pelos acontecimentos, condenava a guerra e propunha a abertura do diálogo para lhe pôr fim. Mas não ia aos fundamentos das causas da guerra.

A oposição republicana e democrática demonstrava, assim, um absoluto alheamento de toda a fecunda movimentação nacionalista nas colónias ou, a partir delas, na própria metrópole e no estrangeiro, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A efervescência no Estado da Índia, os partidos e movimentos emergentes nas colónias, a ação do MAC e da FRAIN, as sucessivas propostas de diálogo dos nacionalistas ao Governo Português, as pressões internacionais da ONU e da OUA, a Conferência de Bandung, os prenúncios da guerra inevitável, nada despertara a oposição tradicional portuguesa que, até ao início da guerra colonial, não diferia das posições da situação quanto aos “avisos e orelhas moucas”, como atrás caracterizámos a atitude governamental. Mário Soares, que participara na elaboração do programa da oposição, quando anos mais tarde, em 1972, publicou em França o seu livro *Portugal Amordaçado*, não escondia a frustração por quele texto equívoco:

“O Programa para a Democratização da República é, em alguns pontos, demasiado timorato. Noutros, como o que se refere à política ultramarina, está definitivamente ultrapassado, pois foi feito meses antes dos acontecimentos de Angola e, assim, propõe soluções que hoje não podem mais ter cabimento.” (p. 286)

O início da guerra em Angola iria a chamar atenção dos portugueses para a questão colonial e, até, contribuir para separar as águas, despertando as fileiras da oposição e atingindo, mesmo, as da situação, incluindo setores institucionais que eram, supostamente, pilares de suporte do regime. A guerra colonial acabou por tocar a sensibilidade dos que estavam recetivos para esta questão, demarcando a fronteira entre os que estavam a favor e os que estavam contra o sistema reinante nas colónias. Fronteira que, até ao início da guerra, passava pelo interior da oposição mas que, com o seu arrastamento e agravamento, se foi deslocando e, nomeadamente depois da substituição de Salazar por Marcello Caetano na chefia do governo, se transferiu para o seio da própria situação.

Quando a guerra se iniciou em Angola, em 4 de Fevereiro de 1961 e, mais concretamente, com os massacres e a vaga de terrorismo indiscriminado conduzida pela UPA no norte, no mês seguinte, a propaganda salazarista encontrou espaço argumentativo para manipular a opinião pública e conseguiu-o, mobilizando-a emocionalmente para a necessidade de travar a onda de violência. Evitou, assim, um debate racional sobre o que estava em jogo.

Agostinho Neto, presidente do MPLA, apercebeu-se de que a forma como estas ações tinham sido desencadeadas favorecia a campanha de intoxicação do Governo Português. Nos finais de 1962, depois da atribulada fuga de Portugal onde se encontrava com residência fixa, chegou a Leopoldville sendo eleito, na 1.^a Conferência Nacional do MPLA, presidente do movimento. Nessa altura, provocou algum escândalo ao declarar e tornar pública a condenação dos massacres da UPA de Março de 1961 porque, afirmou, prejudicaram os objetivos estratégicos da luta de libertação. Repetiu, várias vezes estas críticas, atribuindo o que se passara à falta de organização e de uma justa orientação política. Representou também o primeiro sinal público de uma clivagem entre os movimentos de libertação, que perduraria e se agravaria em toda a fase da luta armada de libertação e nas fases seguintes, e constituiria um dos fatores mais dramáticos e perturbadores das fases da transferência do poder, da independência e da consolidação da identidade nacional em Angola.

A verdade é que a larga difusão, pelas agências portuguesas e internacionais, de notícias e fotografias destes massacres, surtiram efeito desejado pelo Governo Português e chocaram a generalidade da opinião pública portuguesa, mais recetiva a uma reação emocional do que racional. Algumas figuras destacadas da oposição republicana apareceram, publicamente, a apoiarem o governo de Salazar, o que este

aproveitou como um trunfo que exibiu insistentemente. Em Angola e Moçambique, em especial, setores das minorias brancas, mais identificados como euronacionalistas e opositoristas à ditadura centralista do salazarismo, deixaram-se aliciar pelo dramatismo do apelo “para Angola, depressa e em força”. As preocupações de Neto eram justificadas.

No final desse ano de 1961, porém, no período de propaganda eleitoral em Portugal, a oposição já apareceu, em relação às colónias, com propostas bem mais ousadas do que as que inscrevera no Programa para a Democratização da República, defendendo soluções negociadas para se pôr termo à guerra em Angola e o reconhecimento do direito à autodeterminação. Entretanto dava-se, a 18 de Dezembro, a invasão pela Índia dos territórios de Goa Damão e Diu, que viriam a constituir as primeiras parcelas significativas do império retiradas, integralmente, ao domínio português no ciclo descolonizador do século XX, ainda que através de um processo que nada tinha a ver com o que estava em marcha nas colónias africanas. Já antes, em Julho do mesmo ano, Portugal fora obrigado a abandonar a simbólica Fortaleza de São João Baptista de Ajudá, cedendo a ultimato do Daomé e, este caso, tudo tinha a ver com a guerra em Angola. Foram humilhações pelas quais a oposição começava a apontar o dedo acusador a Salazar.

A tentativa de golpe de estado que seria protagonizada pelo assalto ao quartel militar de Beja, na noite de 31 de Dezembro de 1961 para 1 de Janeiro de 1962, na sequência imediata de mais uma fraude eleitoral para a Assembleia Nacional, que se inscreveu na série de conspirações inspiradas em Humberto Delgado, já pode também ser entendida como a expressão de uma atitude radical contra a guerra. Nela participaram dois núcleos, o civil liderado por Manuel Serra que já tivera papel destacado no Golpe da Sé de 12 de Março de 1959 e o militar, liderado por Varela Gomes, um dos mais ativos “capitães de Delgado”, que já tivera o atrevimento de se apresentar como candidato a deputado pela oposição, em cuja campanha desferira os mais virulentos ataques ao regime. Varela Gomes era dos mais ousados militares do MMI, que publicava e difundia a *Tribuna Militar*, através da qual eram veiculadas posições muito mais avançadas, contra a guerra e a política colonial de Salazar, do que as tímidas reivindicações da oposição republicana. Obviamente que as precárias condições de clandestinidade, que condicionavam a sua redação e distribuição, limitavam o alcance do seu impacto no meio militar e na opinião pública em geral, mas sem dúvida que, dado o esforço de guerra do regime e a intoxicação da opinião pública

focada na unidade nacional em apoio desse esforço, um ato de rebelião com participação militar e com aqueles sinais não podia deixar de ser interpretado como uma clara contestação da política colonial.

No exílio, Humberto Delgado, depois do encontro com P. Gaitonde, adotava progressivamente um discurso mais claramente anticolonial e evoluía nas soluções que propunha, passando a aceitar o pleno direito dos povos das colónias à independência. Começou mesmo a ter ligações com os movimentos de libertação chegando a estabelecer, com Mário Pinto de Andrade, um acordo para uma Frente Unida entre portugueses e africanos das colónias, contra o regime de Salazar. Em Argel, onde conviviam núcleos importantes de refugiados portugueses e dos movimentos de libertação, estabeleceram-se laços de identificação e colaboração política, de apoio mútuo ao derrube do fascismo em Portugal e do colonialismo nas colónias, que passaram a ser encarados como lutas convergentes.

Em 11 de Novembro de 1962 o Movimento Nacional Independente (MNI), que fora criado no Brasil por Humberto Delgado e Henrique Galvão, difundia um comunicado no qual se afirmava: “No que se refere à questão do colonialismo português, a nossa política é de negociações imediatas entre o Governo Português e os movimentos de libertação africanos para o autogoverno.” Nesse mesmo comunicado dava-se conta de diligências para promoção de uma conferência com representantes dos movimentos de libertação, cujos objetivos passavam por uma “[...] declaração conjunta sobre os direitos de autogoverno [...]” e por um “[...] compromisso de cessar-fogo na eventualidade da queda do regime de Salazar, imediatamente seguida de negociações sobre a forma como o autogoverno se processará.” No mês seguinte Delgado fazia-se representar numa conferência em Roma, na qual se fundou a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), que tinha como objetivo promover uma base unitária anticolonialista e antifascista para o derrube do regime. E, passado um mês, o general acolhia uma sugestão de Agostinho Neto para uma conferência entre a oposição portuguesa e os movimentos de libertação das colónias. Tomava forma a convicção de que as lutas, pelas independências das colónias e contra a ditadura em Portugal, estavam intimamente associadas, que era uma tese cara aos líderes dos movimentos de libertação.

O prolongamento da guerra, que não parava de se agravar e se alastrar à Guiné, a Moçambique e ao leste de Angola, as vagas de emigrantes que nos países de acolhimento tinham acesso a uma informação livre severamente crítica da política

colonial e da guerra em que os seus governantes haviam lançado o país, o regresso das sucessivas levas de milhares de jovens mobilizados que haviam tomado contato com a realidade colonial, com os interesses em jogo, com a mentira das teses oficiais do regime, que haviam identificado quem beneficiava com o sacrifício da juventude portuguesa na guerra, afinal os mesmos que, na metrópole, sustentavam o regime de ditadura que os oprimia, foram contributos decisivos para que a oposição, progressivamente, ampliasse as suas fileiras e alterasse e endurecesse o seu discurso.

Setores anteriormente mais moderados começaram a subir o tom das suas críticas. Cunha Leal, entre 1961 e 1964, publicava cinco livros que espelhavam bem esta evolução. No primeiro, *O colonialismo dos antigos colonialistas*, publicado em 1961 mas concluído em Dezembro de 1960, portanto ainda antes do início da guerra em Angola, as suas preocupações dirigiam-se mais para o problema da Índia, muito alinhadas com o governo, se bem que já abordasse a questão africana com base numa interpretação, aliás muito superficial e tendenciosa, das experiências das primeiras independências africanas. Propunha uma solução identificável com as posições euronacionalistas, autonomia e descentralização para as colónias num espaço confederado, como o que sugerira em 1954 quando do problema de Dadrá e Nagar-Aveli, em que as colónias seriam administradas por sistemas dominados pelas minorias brancas de colonos. Concluía com um tom proclamatório de teor nacionalista, mas claramente desajustado da realidade: “É preferível, mil vezes preferível, o nosso colonialismo, honrado e progressivo, ao colonialismo de certos anticolonialistas, em especial ao da Rússia [...] e ao dos Estados Unidos [...]” (p. 153) Mas, de livro para livro, de *A gadanha da morte*, em 1961, em que ainda advogava o modelo confederal a *A pátria em perigo*, em 1962, em que já reconhecia a irreversibilidade da descolonização, do *Cântaro que vai à fonte*, em 1963, que passa quase ao lado da questão colonial com exceção de uma breve crítica ao modelo integracionista de Salazar até ao *Ilusões macabras*, de 1964, no qual já admitia a independência com salvaguarda dos laços intelectuais e morais e da colaboração económica, Cunha Leal ia reconhecendo que as suas teses estavam a ser ultrapassadas pela dinâmica do confronto entre a guerra e o radicalismo salazarista. Acabou por aceitar, como inevitável, a independência política das colónias.

No manifesto eleitoral para as eleições legislativas de 1965, já era visível uma evolução acentuada nas propostas da oposição, reconhecendo-se que o Programa para a

Democratização da República de 1961 se encontrava desatualizado perante a conjuntura decorrente da guerra. Lia-se no manifesto:

“Sustentamos a tese de que o problema ultramarino não pode ter a solução militar que está em curso, no decorrer da qual o país se esvai [...] é a solução política com base no princípio da autodeterminação, processada por princípios democráticos, aquela que se requiere. Ela se nos impõe à consciência de homens livres, que pretendem ser do seu tempo e que julgam fenómeno irreversível a descolonização e a dignificação dos povos colonizados [...]”

Em 1966 mais de uma centena de oposicionistas republicanos pronunciava-se abertamente pela autodeterminação das colónias, que consideravam um princípio moral indiscutível. Em Maio do ano seguinte saía o primeiro número do jornal *Portugal Socialista*, onde se subia o tom da contestação, afirmando que se tornava imperioso acabar com a guerra para a qual não havia outra saída.

Dois anos depois, para as eleições de 1969, perante o novo quadro político em que Marcello Caetano substituíra Salazar na chefia do governo e ainda suscitava alguma expectativa, o discurso da oposição, apesar de em alguns círculos aparecer dividida entre a Comissão Democrática Eleitoral (CDE) e a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), radicalizava-se em torno da questão colonial. Sempre num tom muito crítico à política do governo ambas recolocavam a necessidade de um amplo debate para uma solução política, defendiam o reconhecimento do direito à autodeterminação, já sugeriam medidas que apontavam a via da independência e propunham negociações com os movimentos de libertação, que reconheciam como legítimos representantes dos movimentos insurreccionais, com vista a pôr fim à guerra. A única resposta que o fundamentalismo do regime encontrava para estas propostas era colar aos signatários o rótulo de traidores, anátema que justificava o prosseguimento e endurecimento das medidas repressivas e persecutórias, quer políticas quer policiais, a que as figuras destacadas da oposição eram sujeitas. Os tímidos sinais de abertura de Marcello Caetano, quando se confrontaram com as contradições decorrentes da guerra colonial, esboroavam-se. E não conseguiam resistir à intransigente barreira que lhes opunham os ultras das alas mais radicais do regime.

Setores influentes da sociedade portuguesa tinham, entretanto, sido atingidos por fenómenos sociais que contribuiriam para as roturas que a guerra vinha alimentando. A crise de Maio de 1968 em França tocara as centenas de milhares de emigrantes portugueses ali radicados, entre os quais se contavam muitos dos que se tinham furtado à participação na guerra. As lutas estudantis em Portugal, em toda a década de 60 e com

os seus pontos altos em 1962 e 1969, tiveram sempre na mira a mobilização para a guerra colonial, qual espada de Dâmocles suspensa sobre a juventude escolar. Quando, em Fevereiro de 1965, os estudantes se concentraram em frente à Embaixada dos Estados Unidos manifestando-se contra a Guerra no Vietnam era, principalmente, a guerra nas colónias que pretendiam atingir. Nos meios intelectuais era generalizada a condenação da política do regime e, muito em especial, da política colonial e da guerra. Em Fevereiro desse mesmo ano a Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) tinha atribuído o Grande Prémio de Novelística ao livro *Luuanda*, do escritor angolano Luandino Vieira, militante do MPLA, ativista da luta de libertação, então preso no Tarrafal. Este gesto foi uma insofismável manifestação de solidariedade com os movimentos de libertação das colónias e assim o entendeu o regime, cujos homens de mão da Legião Portuguesa invadiram e saquearam as instalações da SPE, posteriormente encerrada pelo governo e declarada ilegal. A contestação em meios católicos já críticos do regime e próximos da posição, animados pelo espírito renovador do Concílio Vaticano II, mesmo em alguns, poucos, escalões elevados da hierarquia da igreja, quer na metrópole quer nas colónias, intensificava-se. Agudizava-se a luta nos meios laborais, correspondente ao aprofundamento da organização sindical, com a fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), que agrupava alguns dos sindicatos mais ativos e que se inscreviam na luta global da oposição contra o regime. Tudo isto se traduziu numa crescente agitação social que, tendo quase sempre o tema da guerra como ponto de convergência da contestação, alastrava em superfície e se aperfeiçoava nos processos de atuação.

A partir de 1971, quando as aragens da “primavera marcelista” já se esfumavam, a oposição endurecia irreversivelmente a sua contestação. Uma imagem dessa evolução era dada por Almeida Santos que em 1961, em Moçambique, já ousara falar em autodeterminação, mas em 1969 ainda se quedava por propostas de soluções federativas. Em 1972, porém, em livro que escreveu e que a censura logo apreendeu, *Já Agora...*, reconhecia que a guerra tornara a solução federativa ultrapassada, pelo que evoluíra e passara a aceitar a inevitabilidade de soluções de autogoverno das maiorias negras.

As várias tendências oposicionistas uniam os seus esforços em tomadas de posição comum contra a guerra colonial, pela autodeterminação e por negociações com vista à independência das colónias. Esta frontalidade foi patenteadada no 3.º Congresso da

Oposição Democrática de Aveiro, em Abril de 1973 e ficou expressa nas “Conclusões” e na “Declaração Final”. No volume *Conclusões*, no capítulo relativo ao “Problema Colonial”, faz-se a aberta crítica ao sistema colonial e à guerra para a qual, para o preservar, o governo arrastou o país, e à recusa de negociações de uma solução pacífica com os movimentos de libertação (pp. 138 a 140). Na “Declaração final” inclui, entre os objetivos imediatos da ação unida das forças democráticas, o “fim da guerra colonial” (p. 154).

Em 26 de Setembro do mesmo ano reuniam-se em Paris as direções do PCP e do Partido Socialista (PS), este acabado de se formar na República Federal da Alemanha e, no comunicado final do encontro, a linguagem já era muito mais direta. Apontava, como única solução para o problema colonial, ou seja para a guerra, o reconhecimento da independência da República da Guiné-Bissau, que tinha sido unilateralmente proclamada pelo PAIGC, em Madina do Boé, dois dias antes, e o direito à completa e imediata independência de Moçambique e Angola. A oposição já estava em cima dos acontecimentos.

Alguns grupos passaram mesmo à oposição armada ao regime na metrópole. A Liga de União e Ação Revolucionária (LUAR), as Brigadas Revolucionárias (BR) grupo de ação do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), a Ação Revolucionária Armada (ARA) ala militar do PCP, deixaram as suas marcas contra a guerra colonial nos objetivos militares que selecionavam e nos comunicados que difundiam, segundo os quais a sua atividade visava enfraquecer a capacidade militar de repressão colonial. Era a abertura da “quarta frente” na metrópole, que Humberto Delgado preconizara e que dava os primeiros passos.

O regime atingido nos seus pilares

Se a guerra colocara a questão colonial no centro do debate político da oposição, apesar de todas as limitações impostas pela ditadura, os seus efeitos não foram menores nas fileiras afetas ao regime.

Aí, até ao início da guerra, o unanimismo era absoluto face às teses integristas do Estado Novo. “A pátria não se discute” era um dogma salazarista aceite acriticamente e que fora trazido para a ribalta política pela crise da Índia. Os seus fiéis nem se interrogavam sobre a que pátria se referia o patrono. Pura e simplesmente

seguiam o mandamento, não ousavam refletir sobre ele e, muito menos, discuti-lo. A pátria era Salazar.

Com o início da guerra em Angola surgiam, porém, os primeiros abalos e donde Salazar menos esperaria, da própria cúpula da estrutura militar, tida como um dos pilares do regime. O general Botelho Moniz, ministro da Defesa Nacional, em íntima ligação com o ministro do Exército brigadeiro Almeida Fernandes e com o subsecretário de estado do Exército tenente-coronel Costa Gomes, propôs ao presidente da República a demissão do presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar. Contava com a cumplicidade de amplos setores da hierarquia militar, em especial do Exército e com a adesão de vastíssimos quadros da oficialidade, onde se destacavam os que haviam apoiado Humberto Delgado. Contava, ainda, com o apoio do anterior presidente da República, marechal Craveiro Lopes. Atribuíam a Salazar a responsabilidade pela eclosão da violência em Angola, pela ausência de medidas militares preventivas para a conter, não lhe reconhecendo capacidade para enfrentar os desafios políticos que se colocavam ao país na hora grave que atravessava. Ao mesmo tempo preparavam o seu derrube pela força, no caso de o presidente Américo Tomaz não ceder. Configurava-se, assim, com nitidez, um pronunciamento militar, que viria a ficar conhecido por “Abrilada”.

Botelho Moniz tinha fortes razões para considerar que Salazar, ao mesmo tempo que era responsável por não se terem tomado medidas para prevenir ou, pelo menos, conter, os acontecimentos que eclodiram no norte de Angola, de que fora previamente avisado por responsáveis norte-americanos, não estava disposto a flexibilizar a sua política por forma a impedir o prolongamento e agravamento da situação. Ele, pelo contrário, era recetivo a soluções evolutivas que os norte-americanos se mostravam dispostos a apoiar e que, antes de a guerra alastrar, ainda teriam alguma viabilidade, pelo menos como ponto de partida para um diálogo que afastasse a tragédia da guerra. Entretanto Salazar convocava uma reunião com os generais Beleza Ferraz e Câmara Pina, respetivamente chefe do estado-maior-general das Forças Armadas e chefe do estado-maior do Exército, que tinham regressado há cerca de um mês de uma missão de observação a Angola e donde, estranhamente, não teriam vindo excessivamente preocupados, insistindo que a situação militar em Angola estava resolvida, e que apenas haveria a realizar operações de limpeza e de policiamento.

Botelho Moniz deu provas de pouca determinação e de excessivas preocupações legalistas, permitindo a antecipação de Salazar que, numa noite, lançou o contragolpe,

substituiu toda a cúpula política e militar comprometida com Botelho Moniz, assumindo pessoalmente o controlo governamental da área da defesa. Num passe de mágica inverteu a situação, apresentou-se como salvador da pátria e deixou alimentar a acusação de traição e de incapacidade de Botelho Moniz e dos seus colaboradores mais diretos, face ao momento dramático que o país vivia.

Nesta crise sobressaíram, premonitoriamente, duas figuras com posições antagónicas e cujo posicionamento relativo viria a repetir-se em 1974, mas aqui com resultados inversos. De um lado esteve Kaúlza de Arriaga, que terá sido uma das pedras base com que Salazar contou para neutralizar a Abrilada. Pelo menos disso o próprio Kaúlza se vangloriava. Do outro Costa Gomes, um dos principais apoios de Botelho Moniz e que, demitido após o fracasso da conspiração, afirmava que no problema que se enfrentava em África a componente militar estava longe de ser a mais importante, conceito que haveria, ao longo da guerra, de fazer escola entre os militares, vindo a constituir uma das ideias-força do 25 de Abril.

A Abrilada fora o primeiro sintoma fraturante que a guerra colonial introduzira no seio da instituição militar. Mas era o moral das tropas, a sua motivação, que a guerra, prolongada e sem saída à vista, ia ferir irrevogavelmente.

Depois da primeira fase que se seguiu aos acontecimentos do Norte de Angola de 1961 e em que os militares mobilizados se sentiram animados de um espírito de missão, o moral das tropas foi sofrendo uma erosão progressiva e sistemática, fruto de uma guerra tornada rotina e cada vez mais carecida de sentido e de capacidade motivadora. Essa desmotivação, ainda que por razões nem sempre coincidentes, atingia quer os quadros, permanentes quer os contingentes convocados. Só os mais altos escalões da hierarquia, salvo poucas e honrosas exceções, teimavam em ignorá-la.

Só depois do 25 de Abril, quando toda a verdade brotou e venceu barreiras e inibições, se pôde constatar que a realidade, mais do que ignorada, era artificialmente abafada. Almeida Santos citava uma alta autoridade militar que lhe terá confidenciado (supõe-se que em Moçambique): “[...] estamos bloqueados de estupidez, não temos saída, e só nos resta ir ao fundo a cantar A Portuguesa.” (1975, p. 26) Franz Wilhelm Heimer revela que o general Almeida Viana, em 1969, quando comandante-chefe em Angola, “[...] constatou com toda a franqueza, que a esmagadora maioria das suas tropas não se identificava com a transcendente importância desta cruzada nacional.” (Nota 141, p. 115)

O próprio Marcelo Caetano conhecia esta realidade. Já no exílio brasileiro

reconheceu que “Sobretudo nos últimos tempos o Exército ia cumprindo, sem entusiasmo e sem zelo.” (1974, p. 177) Esta mesma preocupação tê-la-ia manifestado em entrevista com o general Spínola, que a ela se referiria no seu livro *País sem rumo*. Conta o então governador da Guiné ter encontrado o presidente do Conselho “[...] muito preocupado com o estado de indisciplina a que tinham chegado as forças armadas.” Neste mesmo livro revelava Spínola que, em entrevista anterior, terá chamado a atenção de Marcelo Caetano para a “[...] realidade. E esta, por mais que nos custasse, era a da constatação do estado de deterioração em que se encontravam as Forças Armadas em fase adiantada de um processo de desagregação [...]” Reconhecia ainda o general Spínola que, uma exposição escrita elaborada por oficiais contra os célebres decretos que estiveram na origem do Movimento dos Capitães, “[...] revelava a existência de um clima generalizado de falta de confiança nos chefes e nas estruturas militares.” (1978, pp. 66 a 71)

Mais explícito foi o professor Silva Cunha, ministro do Ultramar em vários governos e que, em 25 de Abril de 1974, era responsável pela pasta da Defesa Nacional. Escreveu, referindo-se ao ano de 1973:

“A situação era preocupante, tanto mais que sintomas (de uma certa desmoralização) se detetavam nas Forças Armadas [...] É evidente que isto afetava o moral das tropas, abalado já pelo esforço exigido aos quadros permanentes [...] Ao cansaço que os quadros permanentes haviam começado a dar provas sobrepunha-se um ambiente de descrença que se foi lentamente alargando mesmo aos militares de carreira, incluindo alguns colocados nos mais altos postos da hierarquia [...] A situação era preocupante. Dela se queixavam todos os comandantes-chefes [...]” (pp. 290 a 292)

Até Kaúlza de Arriaga o reconheceria:

“As forças armadas portuguesas, inicialmente sólidas e capazes, foram-se degradando e desmoralizando e, deste modo, desagregando, em consequência de uma corrosão que vinha de longe e de um desajustamento à sua missão já concretizada em África, mas sobretudo em consequência de alguns casos insólitos, de responsabilidade basicamente política, que ocorreram até ao último trimestre de 1973 [...] desgraçadamente, tiveram lugar, a partir de Novembro de 1973, novos casos insólitos [...] Somando-se aos anteriores, estes casos insólitos colocaram as mesmas forças armadas próximo da sua destruição, em termos espirituais e materiais.” (1987, p. 75)

Esta degradação do espírito de corpo viria a estar nas origens e, simultaneamente, a ser fortemente agravada pela cerimónia que ficou vulgarizada como a “brigada do reumático”, ocorrida já nas vésperas do 25 de Abril. A quase totalidade dos oficiais generais dos três ramos das forças armadas tinham-se sujeitado a

participarem numa manifestação coletiva de subserviência, sugerida pelo poder político, em solidariedade com o chefe do governo e como desagravo à publicação do livro *Portugal e o Futuro* do general Spínola, com o parecer favorável do general Costa Gomes, que eram o número dois e o número um da hierarquia militar. Esta humilhante sujeição esteve na base das exonerações destes dois generais dos cargos de vice-chefe e chefe do estado-maior-general das Forças Armadas por, dignamente, se terem recusado a estar presentes. O general Spínola classificou aquele gesto como “[...] uma manifestação pública de subserviência que, afetando o prestígio dos chefes militares responsáveis, destruiu irreversivelmente a coesão das Forças Armadas.” (1978, p. 80)

Estas eram opiniões de alguns dos principais responsáveis, políticos e militares, sobre o estado das forças armadas ao fim de 13 anos de guerra colonial. Mas outros observadores chegaram a idênticas conclusões. Jorge Jardim revelou as preocupações de Hastings Banda, presidente do Malawi, com o que se passava em Moçambique, o qual se mostrava receoso pela indisciplina militar e pela fraqueza e incapacidade que os comandos superiores revelavam (p. 134). John Marcum dava conta que há muito se vinha apercebendo de que desde os princípios dos anos 1970 havia claros sinais de desmoralização, descontentamento e exaustão entre os militares portugueses, que apontavam para o fim do poder de Portugal África (p. 408). Os responsáveis militares sul-africanos e rodesianos, que colaboravam operacionalmente com forças portuguesas no terreno, eram muito severos nas apreciações que faziam da capacidade destas.

O argumento mais sólido e comprovado sobre o estado a que tinha chegado a desmotivação das forças armadas foi todo o continuado processo que culminou no próprio 25 de Abril, as sucessivas provas de indisciplina coletiva que passaram pela contestação ao Congresso dos Combatentes, pela luta contra os Decretos-Lei 353/73 e 409/73, pelas reuniões do Movimento dos Capitães, pelo “golpe das Caldas”, até à quase nula resposta hierárquica ao levantamento do 25 de Abril. No exílio Marcelo Caetano queixou-se, amargamente, ao professor Veríssimo Serrão, que no dia 25 de Abril, após ter feito todos os esforços para defender o regime, não encontrou quem se quisesse bater.

A guerra colonial atingiu, em cheio, o moral da instituição militar.

* * *

Com a remodelação governamental que se seguiu à neutralização da Abrilada, Adriano Moreira assumiu a pasta do Ultramar e promoveu alguma legislação inovadora para as colónias, como a revogação da Lei do Indigenato e o Código do Trabalho Rural,

que configuravam uma opção pela política de assimilação e a atenuação dos vínculos coloniais mais chocantes. Ainda que tal correspondesse a um posicionamento que distinguia Adriano Moreira no seio do regime, não deixou de ser interpretado como um recurso tardio, resultado da pressão da guerra de libertação colonial que se iniciara em Angola. E Adriano Moreira não criaria raízes no governo.

Com o início da guerra em Angola o governo de Salazar nomeara o general da Força Aérea Venâncio Deslandes governador-geral e comandante-chefe das Forças Armadas. Era um homem da confiança de Salazar, que era embaixador em Madrid e que, na tentativa de pronunciamento de Botelho Moniz, se tinha mantido do lado do presidente do Conselho de Ministros. Com o substancial reforço militar ficou com um poder que há muito não era detido por um chefe militar em Portugal, mas ao qual não correspondia um igual poder político que se mantinha centralizado em Lisboa, nas mãos do ministro e, acima de todos, de Salazar. Isto foi sentido pelas personalidades mais influentes de Angola, nomeadamente na área económica, e não tardou que Deslandes fosse sensibilizado para essas preocupações com raízes nas frustrações euronacionalistas. Crescia a tensão entre Deslandes e Adriano Moreira. Em Fevereiro de 1962, ainda não tinha passado um ano sobre a sua posse, o governador-geral propôs a Salazar, formalmente e por escrito, que Angola e Moçambique, onde era então governador-geral o almirante Sarmento Rodrigues que também acumulava com o comando-chefe das Forças Armadas, passassem a dispor de “governos autónomos”, no quadro de um sistema federal associando aquelas duas “Províncias Ultramarinas” à metrópole (Pimenta, 2008, p. 289). Era uma solução que Sarmento Rodrigues e Marcelo Caetano também viriam a defender, mas que não era do agrado de Salazar.

Os desacordos entre o governador-geral de Angola e Lisboa acumularam-se, com Deslandes cada vez mais apoiado na alta burguesia local. Estava então em marcha, com o empenhamento de Adriano Moreira, a instalação em Angola e Moçambique do ensino superior universitário. O governo de Angola quis ir mais depressa e mais longe e, antecipando-se, publicou um diploma legal criando o ensino superior em Angola. Lisboa declarou, em 17 de Julho de 1962, a sua inconstitucionalidade e, uma semana depois, decretou ele próprio a criação dos Estudos Gerais universitários de Angola e Moçambique. Não só a designação ficava aquém do que em Angola e Moçambique se desejava, como a prova de força, mostrando que Lisboa não abdicava do poder de decisão, acentuou o mal-estar. Deslandes estava a tornar-se incómodo e o excessivo poder que acumulava era visto em Lisboa como uma ameaça (Pimenta, 2008, pp. 290 a

294). Seria exonerado em Setembro mas Adriano Moreira não lhe sobreviveu muito tempo como ministro, pois deixaria o governo três meses depois. Como terá afirmado Salazar, “O reformismo acabou!”.

É duvidoso que alguma vez tenha começado, mas não há dúvida que as relações entre Angola e a metrópole passaram por uma crise grave que teve mesmo expressão em alguns meios militares. Ter-se-á esboçado um golpe militar em Angola que visava derrubar o poder em Lisboa e procurar uma aproximação, por via comercial, com os movimentos nacionalistas do MPLA e da FUA. Parecia demasiado ousado, para a época, mas a verdade é que obrigou à intervenção da PIDE, em Maio de 1963, que anulou o golpe e procedeu a várias prisões.

O clima criado com a encenação dos instrumentos de propaganda e repressão, depois da neutralização do pronunciamento falhado de Botelho Moniz e a maciça mobilização militar para as colónias, não favoreceu o aparecimento imediato de novas vozes dissonantes. Em 1962, porém, já Manuel José Homem de Melo, uma figura jovem do regime, publicava o livro *Portugal, o Ultramar e o Futuro*, um depoimento moderado, mas incómodo, por vir de alguém identificado com o Estado Novo. O autor reconhecia a inevitabilidade da independência das províncias ultramarinas mas através de uma via evolutiva, lenta, de tendência federativa, onde se salvaguardasse o domínio das minorias brancas, na linha defendida um ano antes pela proposta confederal de Cunha Leal. Eram soluções portuguesas que persistiam no erro de ignorar, pura e simplesmente, a existência da outra parte no conflito, mas era uma voz incómoda para a rigidez imobilista do regime. A maior surpresa do livro residia no seu prefácio, da autoria de Craveiro Lopes, anterior presidente da República, que se distanciara de Salazar e apoiara Botelho Moniz. Craveiro Lopes advogava uma maior participação cívica numa discussão livre, para se encontrarem as melhores saídas para a questão do ultramar.

Com a rendição de Salazar por Marcello Caetano à frente do governo, em 1968, a tímida tentativa de abertura política marcelista iria promover o aparecimento de várias tendências entre os apoiantes do Estado Novo, com expressão na bancada monopartidária da Assembleia Nacional. Sobre a questão colonial começaram a ser detetáveis três grandes linhas.

A primeira, a que chamaremos integracionista, era constituída pelos ultras, fiéis ao pensamento de Salazar, intransigentes na exigência do prosseguimento da guerra a qualquer preço e na manutenção de todos os territórios integrados num Estado unitário e

centralizado. Eram os apóstolos do Portugal uno do Minho a Timor e tinham, como figura de proa, o presidente da República Américo Tomaz. Nas vésperas do 25 de Abril alguns generais identificados com este setor, onde pontificava Kaúlza de Arriaga, constatando que Marcello Caetano já não estava em condições de defender o regime e apercebendo-se da força que o MFA adquiria, tentaram antecipar-se com um golpe de estado de extrema-direita, que o MFA detetou e denunciou publicamente, fazendo-o abortar. Kaúlza de Arriaga alimentava uma ilusão pois, na realidade, não dispunha das tropas com que esperava contar e que, em grande parte, já estavam comprometidas com o MFA, ou tinham garantido a sua neutralidade. O general, que repetia sistematicamente que esteve quase a ganhar todas as batalhas mas que acabou sempre por as perder (com a exceção da Abrilada de 1961), confessaria que, no próprio dia 25 de Abril, ainda tentou opor-se ao MFA, mas as “suas tropas” já tinham aderido ao movimento (1987, p. 72).

No outro lado perfilavam-se os federalistas, agrupados em torno de uma ativa e dinâmica minoria de deputados, que Marcello Caetano trouxera para a Assembleia da Nacional em 1969, para dar o tom à anunciada “primavera marcelista”. Constituíram o grupo que veio a ficar conhecido por “ala liberal”. Foi evoluindo nas suas posições, propondo soluções negociadas para a guerra e acabando por, na sua maioria, romper com Marcello, demitindo-se da Assembleia Nacional quando se aperceberam da inviabilidade do seu projeto de mudar o regime por dentro. Incluía um significativo grupo de tecnocratas, alguns fizeram parte do governo em áreas económicas e, com personalidades dos meios católicos conotadas com a oposição, formaram uma associação cívica, a Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES), com a qual pretendiam demarcar-se da Ação Nacional Popular (ANP), designação que, com Marcello Caetano, passou a ter o partido único do regime, substituindo-se à União Nacional (UN) salazarista. Evidenciando, preferencialmente, preocupações com o desenvolvimento, com a abertura política e com os problemas sociais, os membros da SEDES acabaram por ser acusados, pelos ultras, de estarem com a oposição. De alguns dos seus dirigentes conheceram-se posições contra a guerra e contra a intransigência colonialista, mas não da SEDES como tal. O seu papel era encarado com desconfiança nos meios oposicionistas dos republicanos tradicionais e, mais ainda, obviamente, dos comunistas e dos núcleos de movimentos de esquerda, marxistas e maoistas, que proliferaram depois do Maio de 1968.

Entre estas duas tendências situavam-se os marcelistas, os mais chegados ao presidente do conselho, que aceitavam numa autonomia progressiva das províncias ultramarinas mas mantendo-as no quadro do Estado centralizado. Foi a solução que acabou por vingar na revisão constitucional de 1971, que despertou acesa polémica no seio do regime mas não mereceu qualquer interesse à oposição. No fim, desagradou quer aos ultras quer aos liberais e, no fundo, inscreveu-se na série de alterações semânticas que Marcello Caetano introduziu no sistema político, sem alterar nada de substancial. As províncias ultramarinas (e apenas algumas) passavam a designar-se estados, da mesma forma que a censura passou a exame prévio, a PIDE a DGS, a UN a ANP. Mudava-se a terminologia mas, em substância, tudo ficava na mesma.

Enfim, evidenciava-se aquilo que já era perceptível quando Marcello Caetano chegou ao poder. Por não ter querido enfrentar corajosamente a questão colonial tornara-se refém dos ultras, inviabilizando mesmo a abertura interna. Para manter a política ultramarina tinha de prosseguir a guerra e, para prosseguir a guerra, tinha de abdicar do projeto liberalizante e adiar para as calendas a democratização do país, já que a abertura arrastaria, inevitavelmente, o questionamento da questão colonial.

O regime encontrava-se, então, perante um incontornável paradoxo. Em 1961 desencadeara uma guerra para sobreviver, dez anos depois via-se obrigado a sobreviver para prosseguir a guerra. O regime encontrava-se bloqueado pela guerra colonial.

Em 1962 Marcello Caetano propusera, num parecer para o Conselho Ultramarino que fora convocado pelo ministro do Ultramar Adriano Moreira, uma solução federativa para as colónias, que tem dado lugar a alguns equívocos. Certos analistas têm identificado esse projeto com aquele que viria a ser avançado por António de Spínola no livro que este publicou em 1974, *Portugal e o Futuro*, quando já estava em rotura com o governo e que foi uma pedrada no charco que teria, inquestionavelmente, um papel importante na mobilização dos oficiais para o MFA. Na realidade os dois projetos não são identificáveis. A proposta de Caetano, aliás bem expressa quando, entre as vantagens que enumerava, salientava que se daria maior participação na administração aos colonos, era a de uma federação de Estados governados pelas minorias brancas. A de Spínola não pecava desse sinal racista.

De qualquer forma, esta proposta fora suficiente para tornar Caetano suspeito aos olhos dos ultras, bem patente nas críticas implacáveis que lhe dirigiu F. Pacheco de Amorim, integracionista e acérrimo antifederalista. O que não impediu que, depois do 25 de Abril, este mesmo Pacheco de Amorim tenha sido um dos fundadores do

Movimento Federalista Português. Mas não era o federalismo que estava na sua intenção, como o próprio confessou a Josep Sánchez Cervelló, que o cita no seu livro: “Nós chamávamo-nos federalistas embora não o fôssemos. Foi uma habilidade política para manter unido o Ultramar [...] Do federalismo podíamos partir para uma futura integração que desejávamos” (1993, p. 199). Pacheco de Amorim era um acérrimo crítico do projeto ultramarino de Marcello Caetano porque considerava que era, numa linguagem que ele próprio considerou chocante, estabelecer governos de brancos em países de pretos (p. 147).

O modelo federal de Spínola que, como aliás o próprio reconheceu posteriormente quando o apresentou, “[...] tinha verdadeiramente a noção que já era tarde [...]” (1978, p. 250) era, mesmo assim, diferente e mais avançado do que todos os anteriores, de Cunha Leal, de Homem de Melo ou de Caetano. Spínola pensava numa federação em que os Estados africanos fossem governados por representantes das maiorias negras que quisessem manter-se ligadas a Portugal e, dizia expressamente, pretender evitar novas Rodésias, ou seja, países de *apartheid*.

Um livro como o *Portugal e o Futuro*, de um general, que fora um dos chefes militares mais carismáticos dos teatros de guerra e que era então vice-chefe de estado-maior general das Forças Armadas, o número dois da hierarquia militar portuguesa, não podia deixar de constituir o mais evidente, e significativo, sinal das contradições que, então, já minavam as fileiras do regime sobre a problemática colonial. E dava voz à convicção que alastrava, no interior das Forças Armadas, de que não haveria solução militar para a guerra colonial. O poder político não teve condições para impedir a publicação do livro, que recebera o parecer favorável do chefe de estado-maior general das Forças Armadas, general Costa Gomes, mas via-se, depois, obrigado a exonerar os dois generais, comprometendo o corpo de generais na subserviente e indigna manifestação de submissão ao governo, a depreciativamente chamada “brigada do reumático”, que provocou a repulsa da generalidade das camadas mais conscientes da instituição militar, e veio reforçar a dinâmica conspirativa, já em curso, com o MFA.

António de Spínola, ainda enquanto governador e comandante-chefe da Guiné – funções em que despertou para o equívoco da política do Estado Novo e que estiveram na base da inversão radical do seu posicionamento político, que passou de apoiante incondicional a crítico e, depois, a dissidente –, pressionara Marcello Caetano para obter cobertura para os contatos que mantinha com Léopold Senghor, presidente do Senegal. E pretendia ir mais longe, estendendo-os a Amílcar Cabral, no sentido de procurar uma

solução negociada para a guerra. Marcello recusou essa cobertura e bloqueou tais iniciativas, alegando que constituiriam um precedente perigoso para Angola e Moçambique. A resposta que Caetano deu a Spínola e que o dececionou em definitivo, registá-la-ia no *Depoimento*:

“[...] se Portugal só tivesse apenas para resolver o problema da Guiné, o método (negociação) talvez fosse utilizável [...] Não se podia [...] esquecer que tínhamos Angola e tínhamos Moçambique [...] Para a defesa global do ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo caminho a outras negociações [...]” (p. 191)

Era a prova de que não se tratava de uma questão de princípio, mas de uma questão de interesses e de capacidade para os impor. Spínola apercebeu-se que se preparava, na Guiné, a repetição da humilhação da Índia.

Pela mesma altura, outra figura identificada com o regime, Jorge Jardim, radicado em Moçambique, entrara em dissidência e avançava, por iniciativa própria, com o que chamou o “Programa de Lusaka”, conduzindo negociações no Malawi e na Zâmbia com vista a um modelo de independência para Moçambique. Era uma fórmula em que contava com sectores dissidentes da FRELIMO e, para a qual, procurava mesmo arrastar este movimento, sem o ter conseguido até o projeto ter sido interrompido pelo 25 de Abril. Seguramente nunca conseguiria, porque não destinava à FRELIMO o papel de protagonista que entretanto assumira com a guerra, na qual se encontrava até em posição cada vez mais vantajosa. O Programa de Lusaka também aparecia, no mínimo, com dez anos de atraso. Às propostas de Jardim, como fizera com as de Spínola, Marcello Caetano recusou cobertura. E as palavras de despedida depois de uma conversa que haviam tido em Agosto de 1973 e que Jardim reproduz no seu livro, são bem reveladoras das dúvidas do presidente do conselho acerca do êxito militar naquela colónia: “[...] você já pensou no que fará se houver um colapso militar em Moçambique? [...] Pois será bom que pense.” (p. 117)

O futuro viria a demonstrar que as contradições com que o governo de Caetano se debatia, eram muito mais profundas. Enquanto recusava apoio às iniciativas de Spínola e Jardim ia lançando, por sua própria iniciativa e com conhecimento de um grupo restrito de ministros, pontes aos movimentos de libertação. Tentativas junto do PAIGC em finais de Março de 1974 e junto do MPLA em princípios de Abril não tiveram continuidade, porque se rompiam a partir do momento em que os representantes dos movimentos de libertação punham, como condição primeira para negociarem, a aceitação por Portugal do princípio do direito à independência.

A imagem que de tudo isto resulta é a de um descontrolo e uma descoordenação totais dentro do governo e mesmo do Estado, pois é seguro que o presidente da República estaria totalmente a margem destas manobras. O que ressalta é uma absoluta ausência de rumo estratégico, pois algumas das diferentes iniciativas inscreviam-se em objetivos absolutamente contraditórios e antagónicos. Parecem iniciativas de última hora, recursos em desespero de causa, lançadas quando o MFA já estava em marcha, algumas já depois das demissões dos generais Costa Gomes e Spínola e quando já estava iminente o 25 de Abril que poria termo à ditadura e introduziria Portugal no processo de descolonização.

* * *

Com exclusão de um pequeno interregno na primeira República a Igreja Católica caracterizou-se sempre, ao longo da História de Portugal, por uma íntima aliança com o poder político, quando não se confundiu com o próprio poder político. E essa cumplicidade nunca se atenuava, pelo contrário, acentuava-se nos períodos em que o poder era mais vincadamente repressivo.

A história da expansão portuguesa e da implantação colonial é a história de uma permanente aliança entre três instrumentos do poder em benefício de um determinado projeto político, económico e cultural: a religião, as armas, o mercado. Correspondia, fielmente, ao que Richard Wright chamou os três “M” do imperialismo, *Missionaries*, *Military* e *Mercenary*. A hierarquia suprema da Igreja Católica nunca denunciou os excessos do colonialismo e, a partir da Concordata e do Acordo Missionário, assinados em 1940 entre o Vaticano e o governo de Salazar, a igreja passaria a ser um pilar influente da política colonial. Esta parceria comprometedora foi denunciada por muitos setores do interior da igreja no estrangeiro. O padre Adrian Hastings escreveu que “[...] o trabalho da Igreja Católica fundia-se com a colonização.” (p. 92) Também aqui algo iria mudar com a guerra colonial.

Em 1958, depois do trauma resultante da candidatura presidencial de Humberto Delgado, a hierarquia da igreja em Portugal sofrera um forte abalo com a carta que o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, enviara a Salazar, denunciando, corajosamente, as chagas políticas, sociais e económicas da ditadura. A sua frontalidade havia de custar-lhe 11 anos de exílio. Mas essa carta não fazia a mínima referência à questão colonial.

Nos primeiros tempos da guerra em Angola o episcopado português era firme na recusa de que os católicos se colocassem contra a política colonial de Salazar. Num

artigo publicado no n.º 48 da revista católica francesa *Frères du Monde*, de 1967, muito crítica da política colonial portuguesa, com o título “La trahison du silence”, F. Olivier Maillard referia-se à “[...] carta coletiva do episcopado português (devia tratar-se de uma Carta Coletiva Pastoral de 1961) justificando os direitos coloniais de Portugal sem consideração pela doutrina da Igreja [...]” E, mais à frente, salientava: “Não faltariam exemplos para mostrar que o episcopado português se revelou frequentemente mais nacionalista do que cristão [...]” (p. 7) João Paulo Guerra denuncia que, do próprio Vaticano, mesmo depois do arejamento do papa João XXIII e do Concílio do Vaticano II vinham, inicialmente, apoios ao empenhamento guerreiro do Governo Português em África. Lembra o autor que, em 13 de Maio de 1961, o enviado do papa às cerimónias de Fátima, cardeal Traglia, abençoou os “[...] soldados portugueses que neste momento servem Deus e a pátria nos territórios do ultramar [...] a Igreja não pode ser neutral perante esta luta.” (1994, p. 347)

Mas seria, exatamente, a guerra colonial, com o alcance e o choque que a sua denúncia ia produzindo, que iria provocar alterações em algumas posições da hierarquia da igreja e roturas entre os seus fiéis.

A Encíclica *Pacem in Terris*, de Abril de 1963, a última do papa João XXIII que morreria dois meses depois, dedicava um capítulo à “Emancipação dos Povos” no qual se lia:

“Uma vez que todos os povos já proclamaram ou estão para proclamar a sua independência, acontecerá dentro em breve que já não existirão povos dominadores e povos dominados. As pessoas de qualquer parte do mundo são hoje cidadãos de um Estado autónomo ou estão para o ser. Hoje, comunidade nenhuma de nenhuma raça quer estar sujeita ao domínio de outrem.”

Era um sinal da mudança de posição de Roma face à descolonização. O ponto mais alto e mais significativo dessa mudança, pelo forte impacto que teve, foi a receção no Vaticano, pelo papa Paulo VI, em 1 de Julho de 1970, aos líderes dos movimentos de libertação de Angola (MPLA), Guiné (PAIGC) e Moçambique (FRELIMO), respetivamente Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos. Foi um gesto que atingiu em profundidade o Estado Português, pelas repercussões externas e internas que teve, porque o Governo Português se sentia ferido no seu proclamado estatuto, que lhe era caro, de apóstolo do catolicismo em África, e porque conferia credibilidade aos movimentos de libertação.

Se bem que o episcopado português persistisse, na generalidade, nas suas posições favoráveis aos interesses coloniais de Portugal, já então se levantavam no seu

seio, em sentido contrário, algumas vozes de peso, de que os exemplos mais significativos foram o bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende e o bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto. Em Angola foram vários os membros do clero que colaboraram ativamente com os movimentos de libertação, tendo-se celebrizado os nomes do vigário-geral da diocese de Luanda D. Manuel das Neves, ligado à UPA e que teve um papel determinante no levantamento de 4 de Fevereiro, e o do padre Joaquim Pinto de Andrade, elemento destacado do MPLA.

Com o aprofundamento da guerra, nos quadros mais baixos da hierarquia da igreja, nomeadamente entre o clero das colónias mas também em sectores cada vez mais amplos do da metrópole, progrediam as vozes críticas, de tal forma sistematizadas que já se justificava separá-las do contexto geral do situacionismo e integrá-las no conjunto dos sectores oposicionistas.

Na paróquia lisboeta de Belém, com sede simbólica na Igreja dos Jerónimos, destacava-se a voz corajosa do padre Felicidade Alves que, desde 1963, vinha orientando as suas homilias para a condenação da guerra, coordenava a publicação de um jornal clandestino *Direito à informação* e dinamizava o “Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informação, Experiências” que publicava os *Cadernos GEDOC*. Tornou-se uma voz incómoda, cujos ecos se repercutiam para além da sua paróquia e mesmo de Lisboa, e que foi perseguida dentro da igreja.

O Vaticano anunciara, no pontificado de Paulo VI, que o primeiro dia do ano devia passar a ser assinalado, nas igrejas, como “Dia Mundial da Paz”. Nessa linha verificou-se, na passagem do ano de 1969-1970, um episódio na Igreja de S. Domingos, em Lisboa, que abalou a estrutura católica. Após a missa da meia-noite, celebrada pelo cardeal Gonçalves Cerejeira, um grupo dos chamados “católicos progressistas” decidiu permanecer no templo, lendo e proclamando intervenções pela paz e condenando a guerra, dando expressão à crescente preocupação de muitos católicos contra a guerra, à denúncia da política colonial do governo e à cumplicidade com este da mais elevada hierarquia do clero. A PIDE vigiou a ocorrência mas evitou intervir para não ampliar a sua repercussão.

Três anos depois o episódio repetia-se, agora na Capela do Rato. Católicos progressistas, membros do clero e laicos, a que se juntaram personalidades não crentes, promoveram uma vigília com jejum de três dias, a começar em 29 de Dezembro e prolongando-se até 1 de Janeiro de 1973. As intervenções, assinalando o Dia Mundial da Paz, centraram-se no lema pontifical “A paz é possível”. A “Vigília da Capela do

Rato”, como veio a ficar conhecida, acabou por ser alvo da intervenção da polícia na noite de 31, que invadiu o templo e efetuou diversas prisões. O caso provocou enorme celeuma, o cardeal António Ribeiro publicou um comunicado, ambíguo, condenando a ocupação da capela e acabaria por demitir o pároco, Alberto Neto que, por motivo de doença, nem sequer participara na vigília. Criou incómodos na relação do patriarca com o poder político e várias personalidades, que tinham estado presentes, foram politicamente perseguidas. O incidente foi levado à Assembleia Nacional onde se travou uma tempestuosa disputa entre deputados do setor ultra e da ala liberal.

Temporalmente a Vigília da Capela do Rato coincidiu com os massacres de Wiriamu, em Moçambique e, sobre ele, foi do seio da igreja, em países europeus, que surgiram as denúncias mais violentas. Wiriamu tornou-se o nome mais visível de um conjunto de povoações, poucos quilómetros a sul da cidade de Tete, zona onde a FRELIMO estava bem infiltrada – Wiriamu, Chawohra (ou Chawola), Juwau, Riachu e Djemusse –, que foram objeto de uma operação de retaliação de tropas portuguesas com a colaboração da DGS, a “Operação Marosca”, em 16 de Dezembro de 1972, na qual foram mortos perto de 400 civis, em grande parte mulheres e crianças e em condições particularmente atrozes. A operação e o contexto em que foi desencadeada são descritos em pormenor e com rigor pelo padre Adrian Hastings, a primeira voz que a denunciou publicamente e por Mustafah Dhada, académico moçambicano que trabalhara com Hastings em Londres. Este último salienta que Wiriamu “[...] se revelaria um golpe fatal para o império português.” (p. 62) E foi, no imediato, um golpe profundo no relacionamento do Estado Português com a Igreja Católica.

A diocese de Tete tinha uma forte implantação de missões cujos quadros religiosos eram predominantemente estrangeiros, das Congregações dos Padres Brancos e dos Padres de Burgos, com experiência missionária em África e na América Latina, sensíveis à abertura pastoral do Vaticano II. O distrito de Tete terá sido a zona dos três teatros de operações da guerra colonial, onde foi mais intensa a colaboração da igreja católica com a luta de libertação, no caso conduzida pela FRELIMO. Foi a rotura com a “Igreja Portugalizada” nas colónias, que resultava dos compromissos da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, de 7 de Maio de 1940.

Os Padres Brancos já tinham sido expulsos de Moçambique em 30 de Maio de 1971 e, depois de Wiriamu, vários sacerdotes dos Padres de Burgos foram perseguidos e presos. Sobre eles, segundo Dhada, pairava a sombra tutelar de Roma (p. 287) cujas relações com Lisboa se agravavam desde a receção aos líderes dos movimentos. Os

artigos do padre Hastings, que começaram a ser publicados no *London Times* em 10 de Julho de 1973 e se seguiram ininterruptamente, tiveram impacto mundial e, ainda que silenciados em Portugal, eram do conhecimento do interior da Igreja e foram debatidos com os paroquianos numa altura em que a guerra colonial já era preocupação dominante em setores católicos mais inconformados.

Algumas das vozes mais incómodas do clero conheciam a guerra por dentro, tinham sido capelães em unidades operacionais. A hierarquia da igreja, em cumplicidade com a hierarquia militar, procurava ver-se livre dos elementos mais ativos incorporando-os nas forças armadas. Como o Ministério da Educação fazia aos estudantes universitários que se “portavam mal”. O serviço militar era um castigo. Mais tarde os responsáveis vieram a queixar-se das influências deletérias que aqueles “maus exemplos” exerciam.

O regime estava a perder um dos seus pilares mais sólidos, a Igreja Católica.

* * *

Uma outra área em que os sectores ligados à situação foram acusando clivagens provocadas pelo avanço da guerra colonial foi a da oligarquia económico-financeira.

Durante a década de 60 foi-se revelando uma rotura entre interesses económicos bem distintos. De um lado os que continuavam a apostar na opção africana apoiados no quadro protecionista do sistema colonial que, no entanto, começava a abrir brechas com a penetração de empresas estrangeiras e algumas multinacionais que ameaçavam os privilégios dos monopólios nacionais. Do outro os que advogavam uma abertura à Europa da então Comunidade Económica Europeia (CEE) e que obrigaria a reajustamentos políticos, que eram apoiados pelos jovens quadros tecnocratas emergentes, muitos deles saídos das novas gerações da própria classe empresarial dominante e que, de alguma forma, apareciam ligados à ala liberal. Eram os mesmos que apontavam para os inoportáveis custos que o esforço de guerra representava para os cofres do Estado e que impedia qualquer programa sério de desenvolvimento económico, que rompesse com o atraso endémico de Portugal que não parava de se agravar, e que só uma aproximação à CEE permitiria inverter.

Portugal fora, em 1960, membro fundador da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), uma estrutura de carácter intergovernamental limitada às facilidades comerciais e aduaneiras entre os Estados membros. Era vista como uma organização transitória até que os seus membros tivessem condições para aderirem à CEE. O Governo Português encarava com reservas a CEE, tendencialmente mais supranacional

e cujos interesses iam muito para além do livre comércio. A CEE, por seu lado, punha obstáculos à entrada de Portugal pela natureza ditatorial e colonialista do seu regime. Em 1972 a EFTA começava a dar sinais de esvaziamento, com a saída do Reino Unido e da Dinamarca, o que intensificou a movimentação dos tecnocratas portugueses pela adesão à CEE, mesmo que tivesse de passar por cedências na política colonial, o que provocava a ira dos ultras.

Estas clivagens não foram, de todo, estranhas às cisões que fraturaram as hostes do Estado Novo durante o consulado marcelista. No meio empresarial afeto ao regime e nos quadros tecnocratas que preenchiam as suas estruturas, vindos da agitação estudantil, muitos regressados de uma guerra que os marcara negativamente, enfrentando trabalhadores cada vez mais organizados e consciencializados, o esforço de guerra não contava com um apoio declarado. Muito pelo contrário. Marcello acabou por romper com os setores liberais e tecnocratas que se lhe haviam juntado, cedeu aos ultras que assim derrotaram a hipotética abertura europeia.

Cercado pela sua própria guerra

O Estado Português, em resultado da sua intransigente recusa em rever a sua política colonial e em aceitar negociar o fim da guerra colonial, conheceria dificuldades cada vez maiores no seu relacionamento diplomático, mesmo no espaço que lhe era tradicionalmente mais próximo. Encontrava-se isolado no contexto internacional.

A política de Salazar, negando-se a acertar o passo com o modelo democrático que vigorava nos países ocidentais vitoriosos na Guerra 1939-1945, já tinha votado o Estado português, desde então, a um relativo isolamento externo. Não demasiado severo porque a lógica dos blocos, associada à guerra-fria que, de imediato começou a sobrepor as conveniências de segurança aos valores éticos e políticos, assim o recomendava. Portugal pôde, assim, integrar o grupo dos países fundadores da OTAN apesar de, logo no Preâmbulo, a sua Carta invocar que a herança comum e a civilização dos signatários se fundavam “[...] nos princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito [...]” Valores que estavam bem longe de presidir às preocupações do Estado português. A posição geoestratégica dos Açores, decisiva para a aliança no controlo do Atlântico Norte e, principalmente, para os Estados Unidos como posição da sua defesa avançada e plataforma de acesso à Europa, era mais importante do que a

democracia, as liberdades e o respeito pelo direito dos portugueses. O regime português era tolerado no ocidente com sobrançeria, mas não hostilizado.

A inflexibilidade e mesmo a arrogância que o regime de Salazar evidenciou quando começou a ser internacionalmente pressionado em relação à questão colonial, alterou esta condescendência, uma vez que atraía argumentos que prejudicavam a posição do bloco ocidental na disputa, com o bloco leste, de zonas de influência no Terceiro Mundo. E a voz do Terceiro Mundo, cujos países eram unanimemente solidários com as lutas dos povos das colónias portuguesas, conquistava cada vez maior audiência a nível mundial e nas instâncias internacionais. Este quadro conheceria um acentuado agravamento a partir de 1961, com o início da guerra colonial em Angola e com o seu prolongamento e posterior alastramento à Guiné e Moçambique, dois e três anos depois.

Portugal já encontrara dificuldades nas suas primeiras tentativas para ser admitido na ONU, nomeadamente pela forma como a letra da Constituição Portuguesa, que ainda integrava o Ato Colonial, se excluía do espírito da Carta. Daí o esforço do regime para expurgar a lei fundamental de toda a terminologia comprometida com o colonialismo, de que resultou a revisão constitucional de 1951 e a substituição do léxico colonial pelo ultramarino. De um dia para o outro, sem nada alterar na essência da política colonial, Portugal deixava de ter colónias e passava a possuir Províncias Ultramarinas. Mas a ONU não ia contentar-se com meros artifícios semânticos.

Em 27 de Novembro de 1952 a Assembleia Geral da ONU aprovara a Resolução 742 (III), definindo os critérios caracterizadores de territórios que, no âmbito do Artigo 73.º da Carta, deveriam ser considerados como autónomos ou não-autónomos. Em 16 do mês seguinte, com a Resolução 636 (VIII), reafirmava e reforçava essa interpretação ao determinar que

“Os Estados membros da Organização devem reconhecer e favorecer a realização, no que se refere às populações de territórios não-autónomos e territórios sob tutela colocados sob sua administração, do direito dos povos a disporem de si próprios [...] tendo em conta os princípios e o espírito da Carta das Nações Unidas [...] os Estados membros da Organização que têm a responsabilidade de administrar territórios não-autónomos e territórios sob tutela tomarão medidas práticas [...] para preparar as referidas populações para a autonomia completa ou a independência.”

Portugal seria admitido na ONU em 14 de Dezembro de 1955. Iria, a partir de então, confrontar-se aí com um quadro jurídico e político que era incompatível com as suas intenções imobilistas em matéria colonial. A sua argumentação passou a assentar

no fundamento de que deixara de ter colónias ou de administrar territórios não-autónomos, porque todos os territórios de além-mar sob tutela portuguesa passavam a fazer parte integrante de Portugal. Mas os seus fundamentos não convenciam.

Quando, em 1954, os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli haviam sido ocupados por grupos de populares hostis à presença portuguesa e apoiados pela União Indiana, que negou a Portugal o direito de passagem para repor a sua soberania, o Governo Português não pôde recorrer para o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) de Haia, instância judicial máxima da ONU, por ainda não ter tido acesso à Organização. Logo que Portugal foi admitido apresentou queixa contra a União Indiana no TIJ. O acórdão deste tribunal só viria a ser emitido em 12 de Abril de 1960 e daria razão a Portugal, mas em termos mais simbólicos do que práticos pois, se bem que reconhecesse o direito de passagem, condicionava o trânsito de tropas portuguesas por território indiano à aquiescência do Governo deste país ao qual, porém, não impunha nenhuma obrigatoriedade. Era uma vitória moral do Governo Português mas não teria qualquer consequência política. Aliás, viria a ser politicamente anulada oito meses depois, quando a Assembleia Geral da ONU, nas suas sessões de 14 e 15 de Dezembro, aprovou posições muito gravosas para os interesses do Estado Português.

Logo que Portugal foi admitido na ONU o secretário-geral notificava o Governo Português pedindo informações, nos termos da alínea e) do Artigo 73.º da Carta, acerca dos territórios não-autónomos que administrava. A resposta de Portugal foi de que não era responsável por territórios a que se aplicasse o Artigo 73.º, pois não possuía colónias e, nos termos da sua Constituição Política, os seus territórios ultramarinos eram parte integrante do Estado Português. Por outro lado Portugal considerava que a Carta da ONU só em relação aos “territórios tutelados” apontava o objetivo da independência (Artigo 76.º), enquanto o Artigo 73.º se ficava pela autonomia administrativa e participação das populações no governo local (Caetano, 1971, pp. 254 e 255). A ONU não se conformou com aquela resposta de Portugal e, em torno do artigo 73.º e em especial da sua alínea e), iria iniciar-se um longo período durante o qual, como escreveu o embaixador Calvet de Magalhães, “[...] as relações do Governo Português com a organização universal foram difíceis, mesmo tempestuosas, em virtude da oposição manifestada por uma crescente maioria de Estados membros à política ultramarina portuguesa.” (p. 7)

Para ultrapassar o impasse provocado pelos Estados membros que boicotavam a prestação destas informações, como era o caso de Portugal, a Assembleia Geral

aprovou, em 12 de Setembro de 1959, a Resolução 1467 (XIV) que determinava a constituição de uma comissão especial de seis países, o Comité dos Seis, para examinarem o cumprimento do Artigo 73.º da Carta, nomeadamente a obrigatoriedade de prestação das informações nos termos da alínea e). Esta comissão elaborou o chamado “Relatório dos Seis”, que definiu os princípios que deviam guiar os Estados membros na aplicação daquele artigo. O relatório foi apreciado na Assembleia Geral, do que resultou a aprovação da Resolução 1541 (XV), de 15 de Dezembro de 1960, a qual considerava o Artigo 73.º aplicável a Portugal. A Resolução incluía uma série de deliberações que configuravam uma posição claramente desvantajosa para o Estado Português e que já evidenciavam o isolamento internacional em que o país mergulhava.

Franco Nogueira, que era então ministro dos Negócios Estrangeiros, não escondia a sua preocupação com o conteúdo deste Relatório. Numa curta síntese seleccionava os cinco pontos que, na sua interpretação, o documento feria, mais diretamente, os interesses da política portuguesa:

“[...] a) a Assembleia, e apenas a Assembleia, é competente para indicar quais os territórios não-autónomos em todo o mundo; b) a prestação de informações não é uma faculdade mas uma obrigação que existe quanto a todos os territórios que aquela houver declarado não-autónomos; c) no caso de territórios geograficamente separados, ou habitados por raças diferentes ou de cultura diversa, presume-se que se está em face de um território não-autónomo; d) só a Assembleia Geral pode investigar qualquer situação que tenha por objeto ilidir aquela presunção, e pronunciar-se; e) finalmente, qualquer integração, assimilação, federação ou confederação de territórios, entre si ou com antigas metrópoles, só é lícita e aceitável pela ONU desde que se realize um plebiscito organizado, conduzido, fiscalizado pelas Nações Unidas e sujeito ao apuramento, escrutínio e aprovação final por aquelas.” (1962, pp. 40 a 42)

No dia anterior a ter aprovado esta Resolução 1541, em 14 de Dezembro, a Assembleia Geral já havia aprovado a Resolução 1514 (XV), intitulada “Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais”, que proclamava a

“[...] necessidade de se eliminar rápida e incondicionalmente, o colonialismo em todas as suas formas e manifestações; e para tal declara que: [...] 4. Devem terminar todos os tipos de ações armadas ou medidas repressivas, sejam quais forem, dirigidas contra os povos dependentes, para permitir a estes povos exercer pacífica e livremente o seu direito à independência completa, e a integridade do seu território nacional deve ser respeitada [...]”

O representante de Portugal abster-se-ia na votação desta resolução, transmitindo a interpretação do seu governo de que a mesma não lhe era aplicável, dado não possuir territórios não-autónomos.

No dia 15 de Dezembro de 1960, em que votara a Resolução 1541, a Assembleia Geral aprovaria uma outra Resolução, a 1542 (XV) e estas duas, no seu conjunto, deitavam por terra os artificios interpretativos dos representantes portugueses. Esta última especificava que, à luz do Capítulo XI da Carta, no qual se inscreve o Artigo 73.º,

“[...] os seguintes territórios, administrados por Portugal, são territórios não-autónomos [...]: a) Arquipélago de Cabo Verde; b) Guiné, ou “Guiné Portuguesa”; c) Ilha de São Tomé e Ilha do Príncipe e suas dependências; d) São João Baptista de Ajudá; e) Angola, incluindo o enclave de Cabinda; f) Moçambique; g) Goa e dependências, ou “Estado da Índia”; h) Macau e dependências; i) Timor e dependências.”

As colónias portuguesas eram, objetiva e individualmente mencionadas, para que não ficassem dúvidas. Estavam desfeitos todos os equívocos sobre a forma como a Assembleia Geral da ONU interpretava os estatutos dos territórios a que o Governo Português chamava Províncias Ultramarinas. A ONU “oficializava” o isolamento de Portugal na cena internacional, cujos sinais eram já evidentes.

Com o assalto ao paquete Santa Maria, em 22 de Janeiro, o governo português falhara redondamente na tentativa de mobilizar um amplo apoio internacional contra o que apelidara de “ato de pirataria”, mesmo dos seus aliados mais próximos. Qualquer manifestação contra a ditadura, por muito controversa que fosse, era encarada com simpatia. E como Portugal teimava em não cumprir as suas deliberações a Assembleia Geral aprovou, em Dezembro de 1961, uma nova Resolução, a 1699 (XVI) na qual, para além de condenar a atitude do Governo Português, se manifestava aberta a receber informações dos territórios não-autónomos administrados por Portugal por outras vias. O que, implicitamente, significava a abertura a informações prestada pelos movimentos nacionalistas.

No princípio de 1962 foi apresentada na Assembleia Geral uma proposta de sanções económicas a Portugal, que foi rejeitada mas, em 18 de Dezembro desse ano, a Assembleia aprovou a Resolução 1819 (VII) incitando os Estados membros a não concederem a Portugal qualquer assistência que favorecesse a repressão em Angola. A partir de 1966 muitos Estados membros da ONU, do grupo afro-asiático, cortavam relações diplomáticas com Portugal.

Mas não era apenas a Assembleia Geral que se pronunciava sobre a matéria. Quando da aprovação das Resoluções 1514, 1541 e 1542 estava-se a mês e meio do início da guerra em Angola e, quando esta eclodiu, o grupo dos países africanos e asiáticos inscreveu esse ponto para discussão na ordem do dia no Conselho de

Segurança. Dessa reunião não sairia nenhuma resolução, mas o seu significado situou-se no facto de o representante norte-americano se ter colocado ao lado dos proponentes, refletindo as pressões que a administração Kennedy, que acabava de tomar posse, exercia sobre o Estado Português. Em 31 de Julho de 1963 o Conselho de Segurança agendava o assunto e aprovava a Resolução S/5380, que confirmava a Resolução 1542 (XV) da Assembleia Geral. Naquela nova Resolução o Conselho confirmava que a política de Portugal, reclamando os territórios sob sua administração como territórios ultramarinos e parte integrante de Portugal metropolitano, era contrária aos princípios da Carta e apelava ao Governo Português para reconhecer, imediatamente, o direito dos povos dos territórios sob sua administração à autodeterminação e independência. A Resolução recomendava ainda, a todos os Estados membros, que evitassem qualquer apoio que permitisse ao Governo Português continuar a reprimir os povos dos territórios sob sua administração, nomeadamente a venda de armas e equipamento militar, ratificando a proposta da Assembleia Geral do ano anterior. Esta Resolução foi, significativamente, aprovada por 8 votos a favor e 3 abstenções, sem qualquer voto contra.

As condenações e recomendações a Portugal, na ONU, iriam acumular-se ao longo dos 13 anos de guerra. Escreveu Calvet de Magalhães que,

“[...] de 1960 a 1973, sem contar com as numerosas resoluções aprovadas nas agências especializadas da ONU, nos seus órgãos centrais foram aprovadas 173 resoluções condenando a política ultramarina portuguesa, um recorde certamente não alcançado por qualquer outro país.” (p. 33)

Entretanto Portugal, por sua iniciativa, dado o ambiente hostil que envolvia a sua presença, ou por exigência dos seus parceiros, foi obrigado a retirar-se de muitas agências especializadas e organismos subsidiários do sistema das Nações Unidas, assim se materializando o ostracismo a que vinha sendo votado no concerto internacional. Em 1963 abandonava a Conferência Mundial de Turismo, a Comissão Económica para a África e a Conferência para o Desenvolvimento e Comércio, em 1964 saía da Conferência Internacional do Ensino Oficial e da Conferência Internacional sobre o Analfabetismo da UNESCO, em 1966 era expulso da Comissão Regional de África da Organização Mundial de Saúde, em 1973 retirava-se da UNESCO, em 1973 foi suspenso da Organização Internacional da Aviação Civil. No último dia do ano de 1964 o ministro Franco Nogueira chegara mesmo a admitir, publicamente, que Portugal pudesse abandonar a ONU.

Neste panorama geral e continuado de hostilidade da ONU para com Portugal, alguns aspetos assumiram relevo particular, pelo seu contributo para o agravamento da precária posição portuguesa. O primeiro aspeto decorria do facto de, ao enfraquecimento progressivo da posição de Portugal na ONU, corresponder o fortalecimento da receptividade aos movimentos de libertação que aí consolidavam espaço de manobra, cada vez mais ouvidos, apoiados e respeitados. Em Dezembro de 1962 Amílcar Cabral foi recebido e usou da palavra na sede da organização, perante a IV Comissão e o líder do PAIGC não deixava de destacar que “Pela primeira vez vimos à ONU.” No final desse mesmo mês foi a vez de Holden Roberto, presidente da FNLA e do GRAE, ser convidado a depor perante a mesma comissão.

O segundo aspeto envolve o comprometimento português com a declaração unilateral da independência da Rodésia, em 1965. Com a dissolução da Federação das Rodésias e Niassalândia, na lógica da política de descolonização do império britânico, deveriam resultar os países independentes Zâmbia, antiga Rodésia do Norte, Malawi, antigo Niassalândia e Zimbabwe, este último sucedendo à Rodésia do Sul. Porém, os dirigentes coloniais desta última não aceitaram o processo de transição baseado em eleições segundo o princípio um homem um voto e, em 11 de Novembro de 1965, declararam unilateralmente a sua independência, liderada pela minoria branca representada pelo governo de Ian Smith. Só Portugal e a África do Sul reconheceram o regime rodesiano, o que esteve na origem da criação de um bloco político-militar na África Austral, constituído por países governados por minorias brancas, África do Sul, Rodésia e colónias portuguesas de Angola e Moçambique. O Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução impondo sanções económicas à Rodésia, incluindo o embargo petrolífero, o que envolvia diretamente Portugal uma vez que o abastecimento de raras à Rodésia era feito através do porto da Beira e de um *pipeline* que, a partir deste porto, atravessava Moçambique até à cidade fronteiriça rodesiana de Umtali. Portugal recusou-se a cumprir esta resolução, pelo que a ONU determinou o bloqueio do porto da Beira. O efeito do embargo económico acabou por não afetar excessivamente a Rodésia, como tem acontecido regularmente com este tipo de medidas punitivas, mas Portugal saiu desta crise ainda mais fragilizado no contexto internacional.

Um terceiro aspeto teve a ver com as consequências da “Operação Mar Verde” na Guiné-Conackry, desencadeada a partir da colónia portuguesa da Guiné em Novembro de 1970, envolvendo meios navais e aéreos portugueses e, no terreno, forças

especiais portuguesas, comandos e fuzileiros, mas do recrutamento local. A operação, concebida, preparada, conduzida e executada pelas Forças Armadas Portuguesas da Guiné, visava vários objetivos, alguns dos quais podem classificar-se de estratégicos, sendo os outros meramente táticos. O que não põe em causa a importância destes últimos. Os primeiros, de que se destacavam o derrube do presidente da República e do governo da Guiné-Conackry e sua substituição por outras personalidades, favoráveis a Portugal, e a decapitação de toda a estrutura superior do PAIGC em Conackry, resultaram num fracasso absoluto e, até, com consequências estratégicas negativas. Um pelotão de uma companhia de comandos empenhada na operação desertou e denunciou as responsabilidades portuguesas. Por outro lado, deu lugar a um maior envolvimento da URSS na região, para onde deslocou meios navais que passaram a permanecer baseados em Conackry. Os objetivos táticos incluíam a libertação dos prisioneiros portugueses detidos pelo PAIGC, que se traduziu num êxito completo, e a destruição de alvos militares considerados importantes, instalações e equipamentos, dos quais apenas alguns foram cumpridos. Mas onde os efeitos da Operação Mar Verde se revelaram mais prejudiciais e reforçaram o saldo estratégico negativo, foi na já precária posição internacional de Portugal. Apesar de todos os desmentidos não foi possível ocultar o empenhamento português, até pela evidência dos desertores feitos prisioneiros, o que deu lugar às mais violentas condenações na ONU. Até os EUA, que sob a presidência de Nixon vinham ensaiando uma abertura à política colonial portuguesa, se viram obrigados a recuar face aos efeitos negativos da Operação Mar Verde.

O ano de 1972 seria fértil em sinais vindos da ONU favoráveis aos movimentos nacionalistas. Em 4 de Fevereiro o Conselho de Segurança reunia, excepcionalmente, em Addis Abeba e recebia os representantes do MPLA, PAIGC e FRELIMO. Nesta reunião o Conselho de Segurança aprovava uma resolução em apoio aos movimentos de libertação, o que significava o seu reconhecimento implícito como legítimos representantes dos povos dos seus países. Foi um gesto que viria a ter, no futuro, uma influência decisiva, quando se entrou na fase da transferência do poder e houve que definir quem tinha legitimidade para negociar com a potência colonial.

Na reunião de Addis Abeba o PAIGC convidara o Conselho de Segurança para enviar uma sua delegação a visitar áreas libertadas na Guiné-Bissau, convite que o Conselho aceitou. Essa visita efetuou-se entre 2 e 8 de Abril, o que constituiu um dos maiores desaires diplomáticos do Governo Português. O relatório desta missão retirava quaisquer dúvidas sobre o efetivo controlo pelo PAIGC sobre vastas áreas do país que,

de resto, o próprio Spínola, na Guiné, através da sua manobra de retração do dispositivo de quadrícula, implicitamente já reconhecia.

Em Outubro os representantes dos movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, obtiveram o estatuto de observadores junto da ONU e, em Novembro, a Assembleia Geral reconhecia a legitimidade da luta armada dos movimentos de libertação contra Portugal.

O somatório destes desaires para a diplomacia portuguesa ficaria bem expresso na Resolução 2918 (XXVII) da Assembleia Geral, de 14 de Novembro de 1972, de cujo texto se destaca:

“[...] Tendo apreciado [...] o relatório da Missão Especial que visitou as áreas libertadas da Guiné (Bissau) em Abril de 1972 [...] Tendo convidado [...] representantes dos movimentos de libertação nacional de Angola, Guiné (Bissau) e Cabo Verde e Moçambique a participar na qualidade de observadores [...] tendo ouvido exposições do Sr. Amílcar Cabral, Secretário-Geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, e do Sr. Marcelino dos Santos, Vice-Presidente da Frente de Libertação de Moçambique [...] Condenando a persistente recusa do Governo de Portugal em cumprir com as resoluções das Nações Unidas referidas e, em particular, a continuação (de ações bélicas) pelas forças militares portuguesas [...] Condenando a continuada colaboração de Portugal, África do Sul e o regime ilegal racista minoritário da Rodésia do Sul [...] Reafirma o inalienável direito dos povos de Angola, Guiné (Bissau) e Cabo Verde e Moçambique e outros Territórios sob dominação portuguesa à autodeterminação e independência [...] Afirma que os movimentos de libertação nacional de Angola, Guiné (Bissau) e Cabo Verde e Moçambique são os representantes autênticos das verdadeiras aspirações dos povos daqueles Territórios [...]

O texto desta resolução, a culminar a série das que vinham sendo aprovadas desde 1960, constituía uma retumbante vitória para o conjunto dos movimentos de libertação das colónias portuguesas que continuavam, com evidente proveito, a manter uma estreita cooperação no seio da CONCP. No essencial, definiam três princípios que a ONU colocava como básicos para a descolonização: o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência das colónias; a exigência de que fosse assegurada a integridade territorial de cada unidade política; e a aceitação dos movimentos de libertação como únicos e legítimos representantes dos respetivos povos. Estes princípios viriam a condicionar, decisiva e irreversivelmente, as negociações para a transferência do poder quando, depois do 25 de Abril de 1974, se entrou nessa fase.

Em 1963 tinha-se constituído a OUA, na qual tinham assento os movimentos de libertação e que constituiu uma tribuna de permanentes acusações à política colonial portuguesa. A Carta da OUA inscrevera, entre os seus objetivos, “[...] eliminar de

África o colonialismo, sob todas as suas formas [...]” E, entre os seus princípios orientadores, incluía o “Respeito pela soberania e integridade territorial de cada Estado [...] Devotamento sem reservas à causa da emancipação total dos territórios ainda não independentes [...]” As colónias portuguesas nunca deixariam de estar nas prioridades da sua agenda.

Na Assembleia fundadora da OUA, em Addis Abeba, entre 22 e 25 de Maio de 1963, era aprovada a primeira resolução segundo a qual:

“Convidam [...] as potências coloniais a tomar medidas para assegurar a aplicação imediata da declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais [...] Decidem intervir [...] junto das grandes potências para que cessem sem qualquer exceção, todo o apoio ou ajuda [...] a todos os governos colonialistas [...] e particularmente ao Governo Português que conduz em África uma verdadeira guerra de genocídio [...] Decidem a rotura das relações diplomáticas e consulares entre todos os Estados africanos e o governo de Portugal [...]”

Se bem que as posições da OUA não tivessem a repercussão e os efeitos práticos que tinham as da ONU, não deixavam de ser incómodas e acentuar o isolamento de Portugal, continente que elegera como paradigma da sua vocação universalista. Por outro lado, constituía um espaço de concertação de posições de um grupo com importância numérica na Assembleia Geral da ONU, ao qual em geral se juntava o grupo dos países asiáticos, e que funcionava como antecâmara para discussão das resoluções que eram, posteriormente, aprovadas na mais importante instância política internacional.

Duas medidas se devem salientar, entre as nascidas no seio da OUA, pelo seu significado e projecção no confronto de Portugal com os movimentos de libertação. A primeira foi o reconhecimento, em 1964, do GRAE, proclamado pela FNLA, posição que seria revista em 1967, não com um recuo, mas com um avanço, quando também reconheceu o MPLA como, conjuntamente com a FNLA, legítimo representante do povo angolano. A segunda foi a admissão da Guiné-Bissau como membro efetivo da organização em Novembro de 1973, assim consagrando o reconhecimento da sua independência, proclamada em Setembro.

Neste mesmo mês de Novembro de 1973, a OUA propunha aos países árabes para embargarem as exportações de petróleo para Portugal, Rodésia e África do Sul, que foi por estes aprovada numa reunião que ocorreu no mesmo mês em Argel.

O assassinato de Amílcar Cabral, líder do PAIGC e um dos políticos e intelectuais africanos mais respeitados, em 20 de Janeiro de 1973, em Conackry, que

ainda hoje justifica alguma polémica sobre o envolvimento português, foi mais um argumento que muito contribuiu para a má imagem internacional de Portugal. A opinião pública, em particular nos meios africanos e do Terceiro Mundo, não o desligavam da Operação Mar Verde, cujos objetivos visavam a direção do PAIGC e, particularmente, Amílcar Cabral.

Em Agosto de 1973, as repercussões internacionais da conturbada e contestada visita oficial de Marcelo Caetano a Londres, quando estavam no auge as denúncias, exatamente em Londres, dos massacres de Wiriamu, eram a expressão pública do isolamento internacional do regime ditatorial e colonial português, mesmo entre os seus aliados.

Em 24 de Setembro de 1973 o PAIGC reuniu a Assembleia Nacional Popular em Madina do Boé, sede da mais vasta das áreas libertadas e de onde as tropas portuguesas tinham retirado em Fevereiro de 1969. Nesse dia, que ficou como uma data histórica para o PAIGC e para o conjunto dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, a Assembleia Nacional Popular declarou, unilateralmente, a independência da Guiné-Bissau, sendo imediatamente reconhecida por 75 países, seguidos a breve prazo por alguns outros. Era já maior o número de países, com assento na ONU, que se relacionavam com a Guiné-Bissau como país declarado independente, do aqueles com quem Portugal mantinha, então, relações diplomáticas. Dois meses depois a Guiné-Bissau era, pela primeira vez, aceite como membro de um organismo da ONU, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e 93 Estados aprovaram, na Assembleia Geral, uma recomendação ao Conselho de Segurança para que fosse admitido como membro efetivo da organização mundial.

Em 1974 Portugal era um Estado ostracizado no Terceiro Mundo, em parte significativa do norte e do leste europeu e, incomodamente, tolerado no bloco ocidental. Mas não eram apenas Estados e organizações políticas internacionais que apertavam o cerco ao Estado Português. Partidos políticos, organizações sindicais, organizações não-governamentais, instituições humanitárias, fundações com objetivos sociais e culturais, instituições religiosas cristãs, de vários continentes e de diversos países, não apenas hostilizavam Portugal como apoiavam abertamente os movimentos nacionalistas das colónias. Isto é, tomavam partido na guerra em que Portugal se envolvera e não era o partido de Portugal.

Os únicos verdadeiros aliados de Portugal eram os outros países párias, a África do Sul e a Rodésia. Aliança que não era nada cómoda para Portugal, que se anunciava

como uma pátria não-racial, que assim se via em parceria com os regimes do *apartheid*, universalmente condenados. Aliança que seria formalizada no Exercício Alcora, que era a confirmação da hipocrisia com que os seus responsáveis invocavam valores que não respeitavam. Os EUA, que com a administração Kennedy, quando começou a guerra em 1961, começaram por ter uma posição muito crítica e desfavorável, desde finais da década de 60, sob a administração Nixon e Kissinger, tinham decidido contemporizar com uma África Austral sob domínio das minorias brancas, que consideraram favorecer os seus interesses geoestratégicos imediatos no contexto da guerra-fria. Foi a denominada Opção *Tar Baby*, uma perspetiva estratégica de vistas curtas que pesados custos lhes acarretaria a breve prazo. Estes dois temas, Exercício Alcora e Opção Tar Baby, à frente retomá-los-emos.

O isolamento de Portugal tinha a ver com a natureza ditatorial do regime político de Lisboa, mas apenas secundariamente. O centro da questão estava na teimosia colonial e na guerra colonial para a qual não encontrava saída.

Capitães de abril – geração da guerra colonial

Só faltava, à contestação multifacetada que abalava toda a estrutura de apoio à política colonial do governo, chegar às Forças Armadas, já não em termos de mera desmotivação, mas de assumida subversão. Seria, mais uma vez, a guerra colonial o veículo através do qual estas seriam atingidas. As Forças Armadas estavam na primeira linha, em contato direto com o fenómeno da guerra, com a sua condução, com os seus agentes, com os seus alvos, com o meio geográfico e humano em que se desenrolava, com as contradições que a guerra gerava e que, dentro da própria guerra, se geravam. Era mais um grande paradoxo, as Forças Armadas, por definição o instrumento do poder para fazer a guerra, seriam transformadas pela guerra no instrumento para derrubar o poder.

Mas esta transformação tinha antecedentes, que importa registar.

A guerra colonial não foi a única causa que esteve na origem do MFA, organização de militares dos três ramos das forças armadas que levou a cabo, com êxito, o golpe de estado militar de 25 de Abril de 1974 que derrubou a ditadura do Estado Novo. O MFA foi herdeiro de persistentes tentativas anteriores em que outros militares, com menos sucesso, se bateram pela restauração das liberdades e da democracia em Portugal. A guerra seria a causa próxima, a degradação da situação em 1973-1974 a

causa imediata, mas havia também uma causa com raízes mais longínqua, a própria ditadura.

Desde 28 de Maio de 1926 que militares, quase sempre associados ou correspondendo a movimentações com raízes no tecido político e social da oposição, vinham promovendo tentativas de derrubar o fascismo, com diferentes amplitudes e resultados nas feridas que foram abrindo no regime, mas que nunca haviam atingido o objetivo supremo da sua liquidação.

Uma análise sistemática, que aqui não cabe desenvolver, permite agrupar essas tentativas em três conjuntos de ações que configuram épocas sequenciais, em cada uma das quais as diversas movimentações se apresentam associadas em torno de motivações, ou de figuras, que lhes conferiram um nexos de continuidade.

No primeiro período, entre o 3 de Fevereiro de 1927 no Porto e o golpe de Utra Machado em 26 de Agosto de 1931, as várias tentativas tiveram como denominador comum o objetivo de repor a legalidade constitucional anterior ao 28 de Maio e foram, quase todas, lideradas pelo general Sousa Dias.

No segundo, entre 1944 e 1947, corresponderam às movimentações na sequência da vitória dos aliados na Guerra 1939-1945 e à derrota do eixo nazi-fascista, visavam a instauração de um regime democrático e tiveram como figura central o general Norton de Matos.

No terceiro, entre 1956 e 1961, desenvolveram-se em torno da agitação provocada pela candidatura presidencial do general Humberto Delgado e das fraudes a que o regime recorreu para impedir a sua eleição, e tiveram este general como polo aglutinador.

Correspondendo às preocupações dominantes na oposição tradicional e republicana, com a qual estes grupos de militares revoltosos estabeleciam e mantinham ligações, nenhuma das tentativas conspirativas fora motivada, ou tivera como preocupação dominante, o problema colonial. Entre a generalidade dos militares, como entre a generalidade dos sectores civis da oposição, o problema colonial só começou a agitar as suas consciências e a perfilar-se como fator motivador de organizações conspirativas depois do início da guerra colonial. As razões que explicam este alheamento são as mesmas que já expusemos para justificar a apatia dos meios civis, e que impediram um esclarecido acompanhamento e compreensão do fenómeno descolonizador, que se acelerou depois da Guerra 1939-1945 e que obrigou as potências

coloniais europeias a aceitarem a inevitabilidade das independências das suas colónias asiáticas e africanas.

É certo que as mobilizações para a Índia a partir de 1954, depois da ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, que marcaram o início da luta armada de libertação nas colónias portuguesas, começaram a deixar alguns sinais de incomodidade, a abalar algumas consciências de militares que ali cumpriram comissões de serviço, e se apercebiam da hipocrisia contida na propaganda oficial do regime, face à realidade que tinham ido encontrar em Goa Damão e Diu. A forma inglória como se encerrou a presença portuguesa nestas paragens, em Dezembro de 1961, mostra como era grande o fosso que separava a política governamental e a motivação dos militares. Mas, mesmo os militares que tinham sido mais recetivos a essas contradições, ainda tendiam a considerar que em África era diferente e a legitimidade colonial menos controversa.

A Índia fora apenas o início de um processo que só a guerra em África iria aprofundar. A guerra colonial viria a ser o grande agente catalisador da organização conspirativa dos militares, o sinal que distinguiria o MFA das anteriores movimentações que haviam surgido no seio das forças armadas com o intuito de derrubar a ditadura.

Entre os militares profissionais houve, sempre, maior sensibilidade para as questões coloniais do que entre a generalidade da população metropolitana. Muitos deles, talvez a sua maioria, passavam pelas colónias em comissões de serviço, adquiriam um conhecimento objetivo da realidade colonial, mas não ficavam ligados permanentemente às colónias por onde passavam, regressando à metrópole depois de cumpridas as suas comissões. Nisto diferiam da quase totalidade dos funcionários ultramarinos, ou dos colonos ligados a atividades privadas, que transferiam as suas vidas para os novos horizontes, onde se fixavam, onde fundavam novas redes de interesses e relações e onde adquiriam uma nova mentalidade. Isto não fazia dos militares, automaticamente, críticos do sistema colonial, alguns tornavam-se colonialistas convictos, mas fornecia a experiência, a sensibilidade e o substrato cultural àqueles que, por outros motivos, despertavam para preocupações de carácter político e social e encontravam nas contradições, na perversidade, na violência e nas injustiças do sistema colonial, sólidos argumentos que alimentavam a sua formação política.

O reduzido grupo de jovens militares que haviam apoiado, clandestinamente, a candidatura de Humberto Delgado, já no fim da série de movimentações conspirativas centradas na sua figura, tomara posições contra a política colonial, prevendo a inevitabilidade da guerra e condenando, desde o seu início, a forma como o governo a

desencadeou. Foram, neste aspeto, pioneiros, antecipando-se às críticas dos sectores da oposição republicana, que só alguns meses depois se fariam ouvir e indo, na sua argumentação, muito mais longe do que os meros e piedosos apelos ao fim da guerra. Já atrás o referimos, foi o grupo que se organizou no MMI, tendo alguns deles participado na tentativa que ficou conhecida pelo Golpe da Sé de Março de 1959, quando Humberto Delgado estava refugiado na Embaixada do Brasil e que publicava, desde Janeiro de 1960, a *Tribuna Militar*.

O n.º 6 deste boletim, relativo aos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1960, abria com um artigo, na primeira página, sob o título “Situação Africana”, relativo à crise que atravessava a África, utilizando uma argumentação e um discurso que ultrapassava, largamente, a timidez com que a oposição democrática se permitia abordar os temas coloniais. E revelava-se premonitório, face aos acontecimentos que, poucos meses depois, viriam a deflagrar no norte de Angola e que parece terem apanhado de surpresa os membros do governo. Vale a pena voltar a citá-lo, agora com mais detalhe, pela lucidez com que previa o que ia passar-se:

“[...] neste caso africano, a previsão do que virá a suceder, é tão simples de entrever, que mesmo os fiéis do partido único parecem perturbados e duvidosos da eficácia da fórmula. No fundo, nunca pretenderam coisa diferente do que adiarem *sine die* o momento de encararem as questões [...] deixando às gerações seguintes o trabalho de descalçar as botas e o odioso das soluções radicais que o seu desleixo e a falta de visão fatalmente vão acarretar [...] É igualmente inevitável que a agitação das populações nativas irá adquirir um vigor não calculável, agora que o apoio lhe pode chegar diretamente através das fronteiras. E depois? Até onde se levará a ação repressiva já iniciada, em Cabo Delgado [...] em Angola [...] e na Guiné?”

E mais à frente, antecipando a guerra que iria rebentar, interrogava-se o articulista: “É tarefa que se conceba, nesta segunda metade do século XX, colonizar à ponta da baioneta e à bala?”

Na altura estas palavras eram chocantes. Hoje revelam-se de um rigor analítico a toda a prova.

O n.º 8, relativo a Abril de 1961 mas ainda anterior à tentativa falhada do Golpe Botelho Moniz para a deposição de Salazar tinha, como tema de fundo, a guerra que em Angola começara em Fevereiro anterior. No artigo da primeira página com o título esclarecedor “Ponhamos fim à guerra em Angola”, cujo conteúdo constituía mais uma autêntica pedrada no conformismo do pântano informativo da época, alertava-se:

“Pode haver oficiais que ainda o não compreendam, mas Portugal não tem outro caminho senão pôr fim à guerra, que só serve para sacrificar milhares de vidas e abandonar de vez uma política colonial que despreza os mais elementares direitos

das populações [...] A liquidação do atual estatuto colonial acarretará sacrifícios? Sim para os milionários que tiram milhares de contos de lucros todos os anos das minas e das roças. Mas não para o país. Que as Forças Armadas tomem o único papel patriótico nesta situação: recusar-se a fazer uma guerra injusta e desastrosa!”

Neste mesmo número, também na primeira página, em caixa, inscrevia-se um “Apelo” em que se lia: “A guerra em Angola é uma guerra sem sentido, que desonra todo um exército. Se não nos levantarmos hoje contra a guerra, Portugal será arrastado para a ruína e para a guerra civil.”

Ainda no mesmo número publicava-se um novo texto relativo à “Situação Africana”, de que se destacam algumas passagens:

“[...] não alinhamos com o governo fascista-salazarista na tentativa paranoica de sustentar uma tese votada a um inevitável desastre [...] A posição assumida pelo fascismo salazarista é totalmente insustentável por assentar num conjunto de mentiras que a luta dos povos das colónias deita por terra [...] Um governo democrático, um governo de regeneração, tem possibilidade de pôr fim à guerra, encetar negociações agora impossíveis e recuperar para o nosso país um sólido prestígio internacional.”

No número 10, do mês de Agosto seguinte, a *Tribuna Militar* prosseguia no mesmo tom. O artigo da primeira página tinha o título “Salvemos a Honra de Portugal em Angola” e, depois de “[...] formular algumas certezas e outras tantas dúvidas [...]” que a guerra de Angola suscitava, terminava com um apelo:

“Resolvam o problema de Angola pela via política, embora para isso tenham de sacrificar os interesses de uma centena de colonialistas gananciosos e sem escrúpulos, mas salvarão a honra de Portugal e evitarão a perda de milhares de vidas que devem ser poupadas [...]”

Um outro texto com o título “Guerra em Angola”, punha o dedo na ferida: “Os fascistas conduziram Portugal a esta inglória campanha colonial, porque nunca possuíram resposta adequada aos problemas do seu tempo.”

Merece destaque, nestas transcrições como, 13 anos antes do 25 de Abril, mesmo em cima do início da guerra colonial, os militares do MMI se apresentavam já com uma ideia clara sobre a defesa da paz e do direito dos povos das colónias à independência, linguagem que só muitos anos depois a oposição tradicional viria a adotar. E como perceberam, com assinalável coragem e capacidade de previsão, que o problema da guerra colonial só viria a ter solução no quadro do derrube da ditadura e da restauração da democracia em Portugal. Viria a passar-se, exatamente, assim! São peças de antologia na literatura da época contra a guerra colonial.

Se bem que estivessem muito longe das posições, para a época avançadíssimas, que os militares do MMI expressavam através da *Tribuna Militar*, a Abrilada de 1961 já era motivada, no essencial, pelo agravamento da questão colonial, e revelava abertura de Botelho Moniz às propostas de negociações acenadas pelos Estados Unidos. Era uma tentativa de imprimir um novo rumo à questão colonial como, aliás, a carta aberta de Costa Gomes no *Diário Popular* explicitaria.

Fernando Valença revela uma troca de correspondência entre o brigadeiro Pinto Resende, que comandava a Região Aérea em Angola e o chefe de estado-maior da Força Aérea, general Albuquerque de Freitas, um dos chefes militares mais conscientemente comprometidos com Botelho Moniz. São cartas extremamente significativas e reveladoras de que havia altos quadros militares de espírito aberto e atentos às contradições coloniais. Em carta com data de 2 de Fevereiro de 1961, pouco depois dos graves incidentes da Baixa do Cassange e a dois dias dos acontecimentos de Luanda, Pinto Resende alertava o seu chefe do estado-maior que a cultura do algodão era uma infame exploração dos indígenas, sendo compreensível a sua grande antipatia por esse género de trabalho obrigatório. O general Albuquerque de Freitas respondia, em 6 de Fevereiro, pedindo a Pinto Resende que o pusesse ao facto das principais explorações e outras “malandrices” (sic) de monta que, em Angola, se praticavam, indicando-se os “senhores feudais” (sic) que as patrocinavam. O general manifestava pressa nisso porque:

“[...] é agora, quando morrem elementos das forças armadas, o momento psicológico para dizer que não estamos dispostos a morrer para servir ganâncias e egoísmos de senhores que têm responsabilidades no regime político em que vivemos [...]”

Dois dias depois Resende fornecia os elementos que o general lhe solicitara e acrescentava:

“[...] concordo inteiramente com o que diz na sua carta: não estamos dispostos [...] o desmentido formal dessa lenda, em que eu também acreditei e de que só aqui me desiludi, de que nós não temos qualquer racismo [...] A solução para este problema, se é que existe [...] é, evidentemente, uma solução político-económico-social que seja amparada pelas forças armadas, e nunca uma solução armada para manter as coisas como elas estão [...]” (pp. 150 a 152).

O general Albuquerque de Freitas, em função dos elementos que recolheu, elaborou um memorando que levou à reunião do Conselho Superior Militar que Botelho

Moniz convocara para o último dia de Fevereiro. É um documento notável, que denunciava com coragem a equívoca relação das forças armadas com o regime:

“É, por certo, do conhecimento dos governantes que existe, largamente generalizado em Portugal, o sentimento de que o regime político nacional se mantém só porque as forças militares o apoiam. A maioria dos elementos destas próprias forças – na qual nos incluímos – está plenamente convencida de que esse sentimento corresponde à realidade.”

E, sobre a questão da guerra que se iniciava, o chefe de estado-maior da Força Aérea alertava:

“Receamos [...] que – por não ter sido levada a cabo oportunamente qualquer alteração de certos métodos políticos mal tolerados e a ação de saneamento e moralização por muitíssimos desejada – não seja possível conservar a indispensável união das Forças Armadas [...] Aventuramo-nos até a pressagiar que a coesão dos militares se venha a desfazer [...] Esta previsão pessimista baseia-se, entre outros, no facto de já haver vítimas nos que em África se batem com galhardia e convicção pela causa da Pátria. Quando o fazem perguntam, todavia, a si próprios, se não estarão simultaneamente a arriscar a vida, devido a situações imorais que se mantêm e que, em grande medida, conduziram à rebeldia dos habitantes e, conseqüentemente, à luta em que estão participando.” (Martelo, 1999, pp. 219 a 224)

Intrigante é que até Kaúlza de Arriaga, que era subsecretário de estado da Aeronáutica e seria o principal inspirador do fracasso da Abrilada, parecia ter consciência da realidade. Segundo Fernando Valença, Kaúlza teria declarado:

“As forças militares que atuavam na Baixa do Cassange adquiriram a convicção de que a causa fundamental dos acontecimentos era a exploração dos trabalhadores pretos, levada a efeito pelas empresas algodoeiras. E verificava-se tendência para se generalizar nas forças armadas o conceito de que, em África, defendiam, não o País, mas apenas os interesses de alguns capitalistas.” (p. 251)

Se Kaúlza tinha consciência da realidade ou se não achara oportuno contrariar os seus generais, fica por desvendar. Mas se a tinha, dado o seu comportamento neste caso e no futuro, então é porque pensaria que tudo devia continuar como estava.

A tentativa de golpe de estado que passou pelo assalto ao quartel de Beja, na noite de 31 de Dezembro de 1961 para 1 de Janeiro de 1962, não se pode caracterizar como um golpe militar, mas como um golpe em que militares se empenharam e em cuja liderança participaram. Se bem que não se conheça qualquer documento que esclareça sobre os seus objetivos e posições quanto à questão colonial, não pode ser desligado da contestação à guerra, até porque os militares que nele participaram estavam ligados ao

MMI, nomeadamente Varela Gomes, o seu elemento mais ativo, e às posições veiculadas pela *Tribuna Militar*.

A encabeçá-lo estava o general Humberto Delgado que entrara clandestinamente em Portugal e que, então, já vinha assumindo publicamente posições condenando a política colonial de Salazar. Em 3 de Dezembro de 1961, depois do seu encontro com P. Gaitonde no Rio de Janeiro, Delgado dera uma entrevista ao *New York Times* em que se mostrava severo com os militares, por estes estarem a utilizar as suas armas contra o alvo errado: “Aqueles oficiais que querem demonstrar a heroica coragem dos seus antepassados, matando africanos, melhor fariam revoltando-se contra a tirania.” Era uma condenação implícita da guerra. Depois de se reunir em Rabat, a 18 de Dezembro, com Mário Pinto de Andrade, tinha intensificado os seus contatos com representantes dos movimentos de libertação.

Com a derrota da tentativa de Beja, a prisão dos militares nela implicados e a dispersão da maioria dos oficiais do MMI mobilizados para as colónias, a organização clandestina dos militares foi profundamente atingida e silenciadas as suas vozes contra a política colonial. Ainda se publicaram mais três ou quatro números da *Tribuna Militar*, mas o seu impacto foi seriamente afetado. Continuaram a verificar-se algumas posições isoladas, registaram-se prisões, demissões, deserções mas, em termos organizativos, foi preciso esperar mais de uma década, até que o arrastamento da guerra e as contradições que o regime foi acumulando proporcionassem condições para o ressurgimento da conspiração militar de forma estruturada.

* * *

O MFA foi produto da conjugação de uma série de vetores que, numa determinada conjuntura, convergiram para dar lugar à emergência do grupo de oficiais das forças armadas que se organizaram e mobilizaram para derrubar a ditadura do Estado Novo. Entre esses vetores destaca-se, como particularmente determinante, o problema colonial logo, a guerra colonial.

Na organização funcional do Exército para a guerra colonial a unidade tática básica foi a companhia, de comando de capitão, que se tornou o posto hierárquico nuclear da guerra. Nos exércitos modernos o posto de capitão já era a pedra fundamental na estrutura orgânica das unidades, quer administrativa quer operacionalmente, porque era o mais alto escalão hierárquico que comandava diretamente homens. Acima do capitão o oficial superior comandava comandantes e o oficial general comandava comandos. Sem entrar aqui em pormenores, não se trata de

especulações semânticas, tem a ver com a ligação humana entre comandantes e comandados e os militares compreendem o seu significado.

No tipo de guerra que os portugueses travaram em África esta responsabilidade do capitão foi muito ampliada, porque as companhias, quer na quadrícula quer na intervenção, atuavam, na maioria das vezes, isoladas, a grandes distâncias dos escalões superiores dos quais dependiam, logo com grande autonomia e, muitas vezes, nas condições mais perigosas entregues a si próprias. Na era industrial em que as guerras, por influência da dimensão tecnológica, se caracterizavam pela valorização do “material intensivo” face ao papel do homem, a guerra de guerrilhas recuperou a importância da dimensão humana, não apenas do combatente mas também da população civil. O capitão era o posto da hierarquia que estava no centro dessa dimensão da guerra, era o mais graduado que comandava diretamente homens e era o agente concreto da ligação às populações. Do lado português a guerra colonial foi, essencialmente, uma guerra de capitães.

É, por isso, compreensível, que tenha sido a guerra colonial, e o papel que os capitães nela desempenharam, que esteve na base do amadurecimento de um determinado modelo de comportamento, da formação de uma dada personalidade, que moldou os capitães que vieram a integrar o MFA e que, com o 25 de Abril, passaram à história como os “Capitães de Abril”. Ao fim de 13 anos de guerra, para além dos capitães que o eram em 1974, todos os maiores e tenentes-coronéis e, até, alguns coronéis, tinham passado pela dura experiência da guerra enquanto capitães. Capitães de Abril designa uma geração mais vasta do que a dos capitães de 1974, a dos oficiais cuja experiência, enquanto capitães na guerra colonial, os sensibilizara para a exigência de derrubar a ditadura no seu país e, como lucidamente escreveu Eduardo Lourenço, acabar com a guerra, não porque fosse impossível, mas porque era injusta.

A forma como se desenrolou o 25 de Abril levou analistas diversos a detetarem uma identificação sociológica nos mais jovens quadros de oficiais das forças armadas portuguesas de então, aí situando as razões da sua politização e intervenção num golpe militar com o conteúdo progressista que este assumiu. É a resposta que encontram para a surpresa por um grupo de militares profissionais de forças armadas tradicionais, ter tido uma intervenção política que foi a antítese do quadro típico dos golpes militares, por regra, em todas as latitudes e em todas as épocas, visando impor regimes autoritários, ditaduras, ordem nas ruas, disciplina no trabalho, censura na imprensa, regimes conservadores em favor de oligarquias poderosas. Fazia sentido a tendência

para justificar com uma alteração da origem de classe dominante, ou mais influente, no corpo de oficiais, a originalidade de um golpe militar que privilegiou a liberdade, os trabalhadores, os desprotegidos, a descolonização, a paz, um regime democrático, social e economicamente avançado. Por vezes, de forma um tanto axiomática, vários autores atribuíam a alteração das raízes sociais dos oficiais das forças armadas às mudanças no recrutamento dos cadetes, que teria passado a ser mais oriunda dos meios rurais, das famílias modestas e das classes médias. Tal dever-se-ia, por um lado ao facto de os cadetes terem passado a beneficiar de um soldo e outras ajudas materiais, por outro à abertura de cursos especiais a oficiais milicianos.

Alguns desses dados tinham fundamento. A carência de subalternos e capitães do quadro permanente, face às necessidades da guerra, obrigara os responsáveis a abrir cursos especiais na Academia Militar para milicianos e a criar quadros especiais de oficiais não oriundos da Academia. A partir de 1958 os cadetes da Academia Militar e da Escola Naval passaram a beneficiar de fardamento e material didático gratuitos e, até, a auferir um soldo mensal. Vinha-se verificando uma alteração na origem social dos mancebos que demandavam a carreira das armas. Tudo isto é verdade, mas está por provar que a sua consciencialização política tenha sido produto dos pressupostos apresentados.

Alguns ensaios sociológicos, como o de Maria Carrilho ou o de Aniceto Afonso e Brás da Costa, mostram que houve, de facto, uma alteração evolutiva, não muito profunda, na origem social e regional dos cadetes entrados nas escolas superiores militares. Tal evolução vinha desde a Primeira República, quando a profissão militar deixava de ser identificada com um estatuto social de exceção, já não correspondia aos privilégios que os jovens dos estratos mais abastados nela pensavam encontrar. Esta alteração teve influência na diminuição de um sentimento elitista e segregacionista face ao conjunto da sociedade que, no passado, dominava a mentalidade dos oficiais das forças armadas. Mas os oficiais do núcleo inicial do MFA não denunciavam uma estratificação de classe dentro do seu universo profissional, sendo notórias as diversas origens tanto nos aderentes ao movimento como nos que se lhe opuseram ou se mantiveram indiferentes. Também não é visível que os oficiais milicianos que entravam para a Academia Militar, na sua diversidade, correspondessem a origens sociais e regionais diferentes dos que entravam como cadetes. Daí que pareça prudente admitir que a consciencialização política dos mais jovens Capitães de Abril terá sido mais

produto de uma opção cívica do que da sua origem social. Maior influência terá tido o ambiente político, social, cultural, militar, interno e externo, que marcou a sua geração.

Em Portugal o clima de tensão no meio militar agravara-se com a campanha eleitoral de Humberto Delgado o qual, desapontado com os camaradas seus contemporâneos, se apercebeu da influência que exercera nas camadas mais novas e foi nelas que depositou as suas esperanças. Pouco depois, à semente deixada por Delgado juntava-se o síndrome do desastre militar na Índia, com os militares feitos bodes expiatórios do bloqueamento do regime. Apesar das limitações à circulação da informação, os quartéis não eram imunes à crescente agitação nos meios estudantis, sindicais e políticos. Nos liceus tinham tido por colegas os jovens das lutas estudantis com quem mantinham relações de amizade e que, mais politizados, vieram a reencontrar como milicianos nos matos africanos, com eles refletindo em conjunto, interrogando-se sobre o porquê e o para quê daquela guerra. Muitos oficiais, nos intervalos entre comissões, frequentavam as universidades e retomavam contato com o clima contestatário aí dominante. E viam desenhar-se, como único futuro perceptível, a repetição de mobilizações para uma guerra para a qual não viam sentido, nem saída.

Na Europa ocidental crescia o tumulto que desembocou no Maio de 1968, contributo decisivo na formação da mentalidade da juventude portuguesa daquela época. Os oficiais que constituíram o núcleo genuíno dos militares do 25 de Abril eram capitães ou majores recentes, alguns ainda subalternos, abaixo dos 40 anos de idade, tinham entrado para as academias militares na década de 60 e foram sensíveis aos fenómenos mais influentes da época. A revolução cultural punha tudo em causa, o poder, a escola, a empresa, a igreja, a família. A revolução sexual e a emancipação da mulher, a rebeldia libertária, romperam com os paradigmas tradicionais de comportamento, de relação entre gerações, entre sexos, entre classes, entre hierarquias. Os meios de comunicação de massas reduziam o mundo à dimensão das nossas casas nas quais, apesar da censura, entravam os ecos das lutas pelos direitos cívicos, dos movimentos pacifistas, da euforia libertária do Maio de 1968, da primavera de Praga. A génese dos Capitães de Abril também foi produto da geração de 60.

O 25 de Abril não terá sido um produto linear e imediato dos anos 60, mas foi este caldo cultural e sociológico que fomentou a irreverência, o inconformismo destes jovens militares contra a subserviência dos chefes perante um poder ilegítimo. A proposta inovadora e ousada com que se apresentaram à nação com o seu programa, a sua postura depois da vitória do movimento, contestatários, generosos, muitas vezes

ingênuos mas sempre idealistas, desprendidos, constituindo-se mais em grupos de pressão e contrapoder do que visando a conquista do poder, configurou uma mentalidade que, à específica formação militar, acrescentou referências da geração de 60. Pela idade, pelos valores, pelos comportamentos, pelos objetivos, os militares do 25 de Abril, na ribalta da vida nacional e europeia, projetaram uma imagem que os identificava com os jovens que, por toda a Europa, gritando “é proibido proibir” e “faz amor não faças a guerra”, abalaram as estruturas culturais, políticas e sociais instituídas. O percurso da sua vertiginosa politização é a cadência de uma geração que não tinha um minuto a perder. Dos cursos entrados nas escolas militares nos anos 60 saiu a grande maioria dos capitães que, em 25 de Abril, arrancaram com as suas unidades, controlaram os quartéis apeando a hierarquia formal e, nas colónias, asseguraram o sucesso da revolução.

Mas, acima de tudo, seria a guerra colonial que viria a constituir-se como o vetor decisivo, na formação política desta geração de oficiais. A influência que desempenhou na consciencialização dos Capitães de Abril desenvolveu-se em vários planos, dos quais três merecem atenção mais detalhada.

O primeiro tinha a ver com os reflexos das dificuldades e dos insucessos que outras potências, muito mais poderosas que Portugal, a França na Indochina e na Argélia, os EUA no Vietnam, conheceram em guerras de tipo colonial ou imperial. Os militares portugueses, através de fontes estrangeiras dadas as limitações à circulação de informação em Portugal, acompanhavam o que ali se passava e intrigavam-se com a vulnerabilidade dos sofisticados exércitos das duas grandes potências, uma até a maior superpotência global, face à imaginação e determinação das maleáveis organizações guerrilheiras. Os oficiais portugueses tinham consciência de que a sua doutrina operacional, os seus dispositivos táticos e logísticos, a sua técnica de combate, o seu espírito de sacrifício, nada ficavam a dever aos exércitos das potências mais fortes. Mas também sabiam quanto eram fracos os recursos materiais de que dispunham, quanto estavam carenciados de armamento e equipamento sofisticado, em meios aéreos, em comunicações, em equipamento eletrónico. O seu armamento ligeiro e médio estava já em desvantagem face a algumas guerrilhas dos movimentos de libertação, o que era reconhecido pelos comandantes dos vários teatros de operações. A constatação da realidade francesa e norte-americana, da sua incapacidade para vencerem militarmente as suas guerras, alimentou a convicção, que se foi instalando, de que a guerra em que estavam envolvidos não tinha solução militar e exigia solução política.

Os responsáveis invocavam que o caso português era diferente, que tinham do seu lado as populações das colónias, cidadãos de uma mesma pátria una do Minho a Timor, dispondo por isso de condições únicas para vencerem uma guerra subversiva. Os militares, em contato direto com a realidade africana, sabiam quanto o argumento era falacioso e afastado da realidade.

O segundo plano referia-se aos efeitos da ação psicossocial. O reconhecimento doutrinário de que, numa guerra subversiva, o que está em disputa não é o terreno mas as populações, conferiu à “psico” – como se vulgarizou na gíria militar a referência à ação psicossocial –, desde os primeiros anos de guerra, importância destacada na atividade militar. Era matéria cujo âmbito transcendia as forças armadas, pois tratava-se de uma estratégia global, que envolvia tanto as estruturas civis como militares. Mas foram os militares, particularmente os comandantes e as equipas de ação psicológica, que foram incumbidos do essencial na sua execução e que, apesar de deficiências que o seu desempenho revelou, menos mal se desembaraçaram.

A ação psicossocial das unidades de quadrícula incidia sobre três alvos da sua área de responsabilidade, os próprios militares (vulgo nossas tropas), os movimentos de libertação (vulgo inimigo), as populações, estas compreendendo dois sub-alvos distintos, as europeias e as naturais e, nestas, distinguindo ainda as que estavam sob nosso controlo, as que estavam sob controlo do inimigo e as que estavam sob duplo controlo. A ação psicossocial dirigida ao inimigo e às populações naturais acabou por, de certa forma, se virar contra a própria política colonial. Os militares no desempenho desta missão, em contato cada vez mais íntimo com a realidade das sociedades indígenas, conheceram as pessoas, auscultaram os seus anseios, enfrentaram as suas carências, aperceberam-se da injustiça da relação colonial, da violência que lhe era inerente e da mentira que a propaganda do regime escondia. Numa fase mais avançada concluía que, para que a ação tivesse um mínimo de eficácia, era forçoso que respondesse às promessas políticas e sociais justas, e facilmente captáveis, dos movimentos de libertação. Tinham de apropriar-se dessas promessas reivindicando para a potência colonial maior capacidade para as concretizar, o que obrigava a ir ao encontro de problemas de justiça social, de direitos individuais, da discriminação racial. Era um paradoxo, a quadratura do círculo e viria a ser um dos fatores que mais contribuiu para as cisões que se foram cavando entre os militares e camadas da população europeia, que atingiram mesmo situações de rotura.

Ao enfrentarem estas reivindicações e procurarem contribuir para reparar as suas causas, os militares foram sensíveis ao facto de estarem a empenhar-se na solução de injustiças que eram, afinal, as mesmas injustiças que oprimiam o seu próprio povo em Portugal. Os militares, todos os militares, profissionais e conscritos, nos seus contatos com as situações mais difíceis e perigosas da guerra, deixaram de ter quaisquer dúvidas sobre quem beneficiava com o seu sacrifício. Este lado da guerra seria um dos que mais contribuiria para o despertar das consciências de muitos militares, que acabaram por perceber que estavam a combater na guerra errada e que, afinal, o seu inimigo e o seu teatro de operações estavam no Terreiro do Paço.

Em síntese, o alvo mais atingido pela ação psicossocial acabou por ser o que não constava dos planos, os comandantes das companhias, que era suposto serem apenas os responsáveis pela sua execução.

O terceiro plano relacionava-se com o papel que os capitães, enquanto comandantes de companhia, assumiam numa guerra subversiva, e como tal contribuiu para a formação das suas personalidades. Este aspeto seria decisivo.

O dispositivo operacional hierarquizado em cada uma das colónias, se bem que com algumas especificidades próprias, ia desde o teatro de operações (comando-chefe), zona militar, sector (agrupamento), subsector (batalhão) e companhia indo, em alguns casos, até destacamento (pelotão). Este dispositivo designava-se de quadrícula e era materializado por uma malha de áreas de responsabilidade, que cobria a totalidade do teatro de operações e em que, a de cada escalão comportava o conjunto das áreas dos escalões que lhe estavam diretamente subordinados. A companhia, de comando de capitão, era o escalão essencial. O somatório de todas as áreas de responsabilidade das companhias cobria a totalidade das zonas operacionais e era sobre elas que recaía o esforço operacional.

Como já dissemos os escalões superiores comandavam comandos, ou comandantes, tendo apenas um contato indireto com as tropas, com as populações, com o terreno, com o inimigo. O comandante de companhia era o executante direto de toda a gama de atividades, estava em contato permanente com os “seus homens” e, pelas suas mãos, passava tudo quanto tinha a ver com a sua área de responsabilidade. O destacamento de pelotão guardava ou garantia um ponto ou uma instalação importante dentro da área da companhia de que dependia, mas não lhe era atribuída uma área. A companhia era a pedra angular da quadrícula. As forças de intervenção, sem área de responsabilidade, atuavam à ordem de escalões mais elevados em qualquer ponto do

sector desse comando, por norma também a nível companhia, ainda que em operações coordenadas por comandos superiores. A companhia, de comando de capitão foi, de facto, a unidade fundamental da guerra.

A área de responsabilidade da companhia era, por vezes, muito extensa e, em Angola e Moçambique, nas zonas de menor atividade operacional dos movimentos de libertação, a sua sede chegava a localizar-se a centenas de quilómetros da sede do batalhão de que dependia e com ligações terrestres muito precárias. O comandante de companhia tinha de contar essencialmente consigo próprio, com a sua capacidade de decisão, com a sua imaginação, para solucionar os inúmeros problemas que se colocavam nos mais variados campos de atuação, operacional, administrativo, logístico, disciplinar, bem-estar das tropas, relações com a autoridade civil, apoio às populações. Neste tipo de guerra, em especial na missão de quadrícula, o capitão estava investido de uma competência, de uma gama de poderes, que ultrapassava em muito a normal competência de um comandante de companhia enquadrada num batalhão.

Em permanente contato com o perigo, responsável por tudo o que se relacionava com a centena e meia de homens, frequentemente mais, sob as suas ordens, enfrentando problemas inopinados que exigiam o recurso a métodos, nem sempre ortodoxos, mas só possíveis com assumido espírito de decisão, o capitão valia-se do proverbial “desenrascanço” lusitano que, na tropa, tem estatuto de virtude, com apelo à coragem física e moral, sem o que corria o risco de os problemas se avolumarem e agravarem. Isto era fonte de frequentes conflitos com escalões superiores e era potencialmente gerador de um clima de desconfiança, porque o capitão tendia a convencer-se que era empurrado para tais situações por incompetência ou desinteresse dos seus chefes. Sentimento mais comum em relação a superiores que era suposto não terem passado por idênticas situações, oficiais do estado-maior ou dos serviços, os homens do ar-condicionado como eram depreciativamente chamados, em relação aos quais o capitão ia alimentando a sua rebeldia e assumindo uma autoconvencida superioridade moral. Em contrapartida, no microuniverso da sua companhia, onde partilhava o isolamento, os riscos, as carências, criava laços de solidariedade e um clima de confiança e cumplicidade com os seus oficiais, sargentos e praças. Em momentos de maior convívio, entre uns copos e umas canções de protesto, discutia com alguns milicianos mais politizados o sentido da guerra e do regime político. Era este o ambiente do mato.

No regresso a Portugal os capitães não perdiam estas características e não eram raros os casos em que, regressados à rotina da vida regimental, limitados na sua

liberdade de ação e capacidade de decisão pelo enquadramento hierárquico de, pelo menos, dois escalões superiores – batalhão e regimento – de quem, à partida, desconfiavam mesmo que não houvesse razão para isso, os conflitos surgiam e o relacionamento funcional era difícil.

Esta vivência, a experiência acumulada, o confronto com dificuldades e a necessidade de se superar para as enfrentar, desenvolveu nos capitães traços de personalidade em que se destacavam o espírito de decisão, a habituação ao risco, o gosto pela iniciativa, o desafio das responsabilidades, a ultrapassagem das suas competências, a recusa de sistemas demasiado formais, a solidariedade com os subordinados, a cumplicidade com os iguais e a contestação dos superiores. Atributos bem próximos da temeridade, da irreverência, da rutura com tabus, da assunção abusiva de poderes, do inconformismo, que vieram a caracterizar os Capitães de Abril e, sem as quais, nunca teriam arrancado para o golpe militar do 25 de Abril.

Foi o somatório destes três planos da guerra, os exemplos estrangeiros que demonstravam a sua inviabilidade, a ação psicossocial que denunciava a sua injustiça, o papel dos capitães que vincava as suas personalidades, que fez da guerra colonial o fator decisivo na formação desta geração de militares. O produto final, a transformação desta geração nos Capitães de Abril, com todo o significado que esta designação contém, resultou da influência que nela exerceu o ambiente político que a envolvia. O carácter dos Capitães de Abril foi a soma de uma específica mentalidade profissional formada na guerra colonial, com a tomada de consciência gerada pelo ambiente político e social da geração de 60.

* * *

Se a guerra colonial desempenhou um papel decisivo na génese e geração dos Capitães de Abril, menor não seria o seu contributo para as contradições que o regime acumulou entre os militares e que desembocaram na emergência do MFA. A guerra, a questão colonial, a descolonização, estiveram sempre no âmago dos acontecimentos que fizeram, dos anos de 1973 e 1974, um verdadeiro calvário para os responsáveis políticos e militares. É, seguramente, abusivo dizer-se que o MFA nasceu unicamente com o objetivo de acabar com a guerra e possibilitar que Portugal iniciasse negociações com os movimentos de libertação, isto é, dar a Portugal a oportunidade de participar no processo de descolonização que os nacionalistas há muito tinham posto em marcha. Mas já não o será afirmar que, nas origens da movimentação dos oficiais que levou ao MFA,

também estava a questão colonial e a necessidade de se pôr fim à guerra, o que pressupunha a aceitação da descolonização.

O ato que, por alguns – e entre eles nos contamos –, tem sido considerado como fundador da movimentação coletiva de militares que, uma vez adquirida dinâmica organizativa, deu lugar ao Movimento dos Capitães e, depois de introduzida a motivação política, evoluiu para o MFA, foi a contestação ao Congresso dos Combatentes que decorreria no Porto em 1 de Junho de 1973. Neste confronto estava, bem presente e dominando as atenções, a guerra e a política colonial do governo. Era a guerra colonial a grande preocupação dos promotores do Congresso, era a guerra colonial a grande motivação dos contestatários do Congresso.

O alvo principal dos organizadores era a oposição, cujo 3.º Congresso tinha acabado de se realizar em Aveiro e cujos grupos armados intensificavam ações violentas na metrópole, mas também apontavam para dentro do regime, preocupados com as vozes críticas que no seio da situação subiam de tom contra a política ultramarina, e desconfiados das intenções de Marcello Caetano. Nos primeiros meses de 1973 os ultras decidiram promover uma encenação pública, assumindo o modelo de um congresso, do qual saísse um apoio firme às posições políticas mais radicais e ao prosseguimento e intensificação do esforço de guerra. Chamaram-lhe I Congresso dos Combatentes do Ultramar, significativamente não dos ex-combatentes, exatamente porque queriam pôr o acento tónico na continuação do combate aqui, na metrópole, contra o inimigo interno na “selva da retaguarda”, como expressamente frisaram, na “província portuguesa de aquém-mar”. Nada era inocente no simbolismo desta terminologia.

O receio de que, no congresso, pudessem surgir vozes de militares dos quadros permanentes, que pusessem em causa o unanimismo que os organizadores desejavam, levou a hierarquia castrense a proibir que militares no ativo participassem no congresso. O receio era justificado, uma vez que o grupo de militares mais organizado era, então, o que rodeava o general Spínola e, de facto, preparava-se para intervir, na linha das posições incómodas que o general já então evidenciava.

A organização e a condução do congresso não se revelou uma surpresa e decorreu no local e data prevista, Porto 1 de Junho de 1973. O poder político procurou evidenciar uma imagem de distanciamento, mas era óbvio que o comandava nos bastidores. Em 16 de Março, já em pleno período de preparação, nas comemorações do 50.º aniversário da Liga dos Combatentes, instituição pública que dependia do Ministério da Defesa e à qual coube o apoio logístico ao congresso, o seu presidente,

general Arnaldo Schultz, proferiu um discurso que anunciava o tom que dominaria o Congresso:

“Os antigos combatentes aqui presentes [...] conhecem melhor do que ninguém a forma insidiosa que a guerra subversiva reveste; sabem que é uma guerra que não tem frente nem retaguarda, tem indivíduos, tem agrupamentos, tem etnias e tudo lhe serve para atingir a sua finalidade: dividir Portugal. Mas nós não o consentiremos e depois de termos defendido as províncias portuguesas de além-mar, estamos dispostos a defender da mesma forma a província portuguesa de aquém-mar, todas ameaçadas pelas garras destruidoras do terrorismo.”

O sinal estava dado.

A cerimónia de abertura do Congresso foi presidida pelo ministro da Defesa Nacional, general Sá Viana Rebelo, cujo discurso correspondeu à linha anunciada por Arnaldo Schultz:

“É preciso que cada antigo combatente seja um novo combatente da selva da retaguarda sabendo salvar-se e aos outros das emboscadas e das minas que o inimigo arma a todo o passo contra a sociedade portuguesa legalmente constituída, seja nas fábricas e nos escritórios, seja nas escolas, seja até em locais onde nunca deveria ter entrado. Esse inimigo é tudo o que visa a destruição do que está legitimamente organizado, tudo o que corrompe os cérebros e as almas, desviando-os do culto da pátria, tudo o que pretende diminuir a autoridade e facilitar a insubordinação.”

Estava tudo apontado ao inimigo interno e eram, sem dúvida, convites ao aumento da repressão na metrópole, contra todos os que contestassem a política ultramarina do governo.

As conclusões do congresso não iludiram, como se esperava, estas orientações superiores. Um curto excerto é revelador:

“1.^a Todo o combatente deve continuar vigilante, ativo e dinâmico, na metrópole e no ultramar ou em qualquer parte do mundo, combatendo todo e qualquer inimigo de Portugal; [...] 6.^a Combater a subversão onde quer que ela se encontre e qualquer que seja a forma pela qual se manifeste [...]”

Um grupo significativo de oficiais dos quadros permanentes, porém, resolveram não cruzar os braços perante uma manobra na qual não participavam, com cujos objetivos não concordavam mas com os quais, se permanecessem silenciosos, corriam o risco de serem identificados pela opinião pública, o que mais acentuaria a imagem negativa do seu comprometimento com o regime político. Esses militares, que se contavam entre os que vinham adquirindo cada vez maior consciência política, dispuseram-se a contrariar esta imagem que tanto contribuía para o desgaste do seu prestígio junto dos seus concidadãos. Vendo, na manobra em marcha, potencialidades a

serem exploradas, começaram a reunir-se e a amadurecer a necessidade de a contestarem, lançando uma dinâmica que, recusando o congresso, envolvia um distanciamento em relação ao poder político. O grupo dinamizador da contestação foi o que, na Guiné, constituía a *entourage* de Spínola quando já era clara a sua demarcação em relação ao regime, incluindo alguns que, entretanto já tinham regressado à metrópole mas que faziam questão de manter evidenciar a sua identificação com este grupo. Foi assim que nasceu a ideia de uma tomada de posição de demarcação do congresso e das suas conclusões, o que concretizaram através de um telegrama, subscrito por cerca de 400 oficiais dos três ramos das forças armadas em serviço na metrópole e nas colónias, nomeadamente nos teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique, e dirigido ao próprio congresso, do qual promoveram a sua pública divulgação.

O conteúdo do telegrama era significativo, pela recusa implícita em serem instrumentalizados pela orientação política dos ultras:

“Cerca de quatro centenas de militares dos quadros permanentes e combatentes do ultramar com várias comissões de serviço, certos que interpretam o sentir de outras centenas de camaradas que, por motivo de circunstâncias múltiplas, ignoram verdadeiramente o congresso, desejam informar V. Exas. e esclarecer a Nação do seguinte: 1. Não aceitam outros valores nem defendem outros interesses que não sejam os da Nação. 2. Não reconhecem aos organizadores do I Congresso dos Combatentes do Ultramar e, portanto, ao próprio congresso, a necessária representatividade. 3. Não participando nos trabalhos do congresso, não admitem que pela sua não participação sejam definidas posições ou atitudes que possam ser imputadas à generalidade dos combatentes. 4. Por todas as razões formuladas se consideram e declaram totalmente alheios às conclusões do congresso, independentemente ao seu conteúdo ou da sua expressão.”

Se o conteúdo deste comunicado era importante, mais importante era o significado do gesto e, mais importante ainda foram as suas consequências futuras. Em primeiro lugar uma tal tomada de posição, assumindo o carácter de uma manifestação coletiva, constituía uma violação grave das normas disciplinares militares, mas a hierarquia e o poder político não sentiram capacidade para atuarem sobre os prevaricadores. O poder transmitia uma imagem de fragilidade que iria encorajar outras tomadas de posição futuras. E deu aos oficiais a consciência da sua força e a margem de manobra com que poderiam contar.

Por outro lado, tratou-se da primeira manifestação de uma organização contestatária, desde o início da guerra, constituindo uma base de partida que veio a ser preciosa para futuras reivindicações. E introduziu no discurso dos militares, se bem que pela negativa, uma argumentação de natureza política que rompia com certos tabus que,

habitualmente, os inibiam de enfrentarem determinadas situações em que a componente política fosse excessivamente explícita.

Por último e mais importante, ousava abordar a questão ultramarina, confrontando o dogma salazarista de que “a pátria não se discute” e, invocando a subordinação dos militares a valores, punha em causa a distorção corrente da sujeição dos valores aos caprichos de uma governação conjuntural e não legitimada.

Este episódio do Congresso dos Combatentes e da contestação a que deu origem foi, de facto, o início de um processo que culminaria em 25 de Abril de 1974 e introduziu nesse processo, como tema incontornável, a questão colonial e o termo da guerra colonial. Ainda que a grande maioria dos oficiais não o interiorizasse, já era a descolonização que dominava esta dinâmica.

Dois meses passados e uma nova contradição vinha alimentar a contestação no meio militar. Na base da motivação estava também a guerra colonial. O esforço de guerra exigia cada vez mais quadros combatentes e, inversamente, alimentava um cada vez maior repúdio da juventude pela carreira das armas. Estes dois fenómenos convergiam no mesmo resultado, a carência de oficiais do Quadro Permanente que, se no escalão de subalternos já era, insuficientemente, compensado pelo contingente anual dos do Quadro de Complemento, no escalão capitão obrigava a soluções de recurso, geradoras de novas contradições. Algumas dessas soluções passaram por facilitar o ingresso no Quadro Permanente de oficiais do Quadro de Complemento, depois de cursos intensivos na Academia Militar e pela criação de um Quadro Especial de Oficiais. Eram remendos de emergência que, inevitavelmente gerariam, sempre, problemas de carreiras e choques nas promoções e antiguidades entre oficiais oriundos de quadros diferentes. Os capitães, como já se referiu a coluna dorsal da estrutura do Exército em guerra, eram os mais atingidos por essas medidas. As infelizes e apressadas medidas imaginadas pelo ministro, através dos Decretos 353 e 409 de 1973, estiveram na origem de nova movimentação contestatária dos oficiais, que já contavam com a fraqueza do governo para enfrentar tais agitações, denunciada pelo episódio do Congresso dos Combatentes.

Assim nascia o Movimento dos Capitães do qual, entre outros, Diniz de Almeida fornece um detalhado testemunho que, para além de motivações de natureza corporativa, também assentava a sua mobilização no reconhecimento da degradação do seu prestígio perante a nação e a opinião pública à qual, não sem razão, associavam a acusação que sobre eles pesava de não estarem interessados em acabar com a guerra,

porque esta lhes conferia fartos benefícios profissionais e materiais. Era acusação sem fundamento e entendida como uma calúnia que, posteriormente, a evolução do movimento para MFA se encarregaria de desmontar. A guerra colonial estava, mais uma vez, no centro desta contestação, na qual radica o MFA, que viria a ser decisivo para a entrada de Portugal no processo de descolonização. E, importa salientar de novo, se é abusivo dizer-se que o MFA nasceu para acabar com a guerra colonial, porque o objetivo primeiro era acabar com a ditadura e restaurar um regime democrático em Portugal, a verdade é que, em toda a sua génese, desde o Congresso dos Combatentes, está a questão da guerra e do sistema colonial.

A Guiné foi, mais uma vez, pioneira, na organização do Movimento dos Capitães, ao qual inicialmente aplicou a sigla MOCAP, mas que não colou. O núcleo de capitães que o dinamizou e que esteve na origem da “Carta de Bissau”, subscrita por 52 oficiais numa grande reunião de 28 de Agosto de 1973, que foi remetida para o presidente da República, presidente do Conselho, ministros da Defesa Nacional, do Exército, da Educação e secretário de estado do Exército e que os autores consideram a “Carta Fundadora do Movimento dos Capitães”, já se vinham reunindo desde os finais de 1972, antes das motivações corporativas e as suas preocupações eram nitidamente de natureza política, sem evitarem mesmo a delicada questão da revolta armada. Aliás, sendo certo que o Movimento dos Capitães foi principalmente animado por reivindicações corporativas, a verdade é que foram vários os sinais demonstrativos de que a generalidade daqueles militares estava recetiva à introdução de motivações de natureza política face às contradições do regime ditatorial. Ainda no ano de 1973 Sales Goliás na Guiné (Agosto), o subscritor destas linhas em Angola (Setembro), Mário Tomé, Aniceto Afonso e Fernando Amaral em Moçambique (Outubro), Ataíde Banazol em Lisboa (Novembro), sem que nada tivessem combinado, por iniciativa própria politizaram o discurso em reuniões em que participaram, no sentido de sensibilizarem os seus camaradas para a necessidade de os militares se demarcarem do poder político ilegítimo e mesmo de promoverem o seu derrube, sendo muito favorável o acolhimento que receberam apesar de alguns ouvidos mais sensíveis e menos recetivos.

A contestação ao Congresso dos Combatentes tivera ainda um outro efeito cuja importância o futuro, a muito breve prazo, iria revelar – a confirmação da dissidência de um líder militar de grande prestígio O general António de Spínola, governador e comandante-chefe da Guiné, até aí figura grada do regime, tinha entrado em progressiva demarcação da linha política dominante, que fazia questão de não esconder, o que atraía

a curiosidade de setores mais críticos, primeiro da ala liberal, depois mesmo da oposição.

Era com alguma expectativa que a sua evolução era acompanhada por alguns elementos dos sectores mais inconformados das forças armadas. O facto de usar uma linguagem algo contestatária do imobilismo político, de ter introduzido processos heterodoxos na auscultação e participação das populações da Guiné, de ter aberta e repetidamente expresso o conceito, caro aos militares, de que a guerra só poderia ter uma solução política, de ter mesmo dado sinais de aceitar conversações com estruturas do PAIGC que podiam ir até a encontros com Amílcar Cabral, constituiu, de certa forma, um suporte moral e um estímulo para os militares que consideravam que a solução da guerra residia, afinal, não nas frentes de combate, mas no Terreiro do Paço, isto é, no derrube do governo e na instauração de um regime aberto às potencialidades da democracia. Estes militares eram sensíveis às suas palavras quando se dirigia às unidades que, terminada a comissão, regressavam a Portugal, com exortações do género “soldados, vós conquistastes aqui, nas matas e bolanhas da Guiné, o direito a exigirem, em Portugal, uma vida melhor e mais digna”⁹. O facto de o general Spínola ter patrocinado a contestação ao Congresso dos Combatentes, nos termos em que se processou, demonstrava que a sua dissidência em relação ao regime assentava em discordâncias sobre a política colonial.

A compreensão com que acompanhou o Movimento dos Capitães captou a simpatia destes. Posteriormente, na passagem do Movimento dos Capitães ao MFA, a figura do general Spínola constituíra, sem dúvida, um polo de atração de muitos oficiais para o movimento. O seu livro *Portugal e o Futuro*, apesar de não ir além de uma moderada e já ultrapassada proposta federalista para solucionar o impasse colonial, e a concordância pública que o general Costa Gomes lhe expressara, sendo entendidos como uma aberta censura às teses integracionistas do poder partindo da mais elevada hierarquia das forças armadas, funcionaram como um estímulo e contribuíram para que muitos militares pudessem ultrapassar ancestrais complexos, quando se tratava de equacionar a questão colonial e a legitimidade da guerra. O seu estrondoso sucesso editorial confirmou a ânsia de viragem na sociedade portuguesa, dando aos capitães a garantia do apoio popular ao derrube da ditadura. E conferiu, ao golpe militar em preparação, um contributo pelo qual os militares sempre anseiam, chefes qualificados.

⁹ Não é uma citação, mas uma reprodução fiel, quase *ipsis verbis*, das palavras de despedida a uma unidade do batalhão de que o A. fazia parte.

A íntima associação da génese do MFA e do 25 de Abril à guerra colonial é particularmente sintomática quando se tem em consideração que foi na Guiné, onde a guerra atingira a dimensão mais dramática, que a contestação ao Congresso dos Combatentes atingiu maior expressão, que o general Spínola iniciou a sua demarcação política com o regime, que o Movimento dos Capitães conheceu uma dinâmica pioneira no sentido da sua politização, e que o MFA se estruturou ampla e consistentemente, de tal maneira que estava preparado para tomar o poder na colónia em caso de insucesso do golpe militar na metrópole. Duran Clemente, um dos mais ativos militares do MFA na Guiné, retrata com detalhe estes desenvolvimentos e é taxativo: “No caso de insucesso das operações do Movimento em Portugal a nossa estratégia era a tomada de poder na mesma” (p. 118). Mas quem relata com mais pormenor e de forma sistematizada a génese da movimentação dos capitães na Guiné, a sua politização e mesmo radicalização, é Jorge Sales Golias, que foi o grande impulsionador do MFA na Guiné e figura central que esteve dentro de todo o processo da transferência do poder para o PAIGC. Golias confirma a afirmação de Clemente: “O MFA na Guiné preparou então a intervenção em Bissau no caso de o golpe falhar em Lisboa. Estava assim montado o Plano B do MFA.” (p. 111)

O documento que materializou a passagem do Movimento dos Capitães, de natureza corporativa e classista, ao MFA, já com objetivos claramente políticos, foi o manifesto *O Movimento as Forças Armadas e a Nação*, aprovado numa reunião em Cascais em 5 de Março de 1974. Sendo um documento que trazia a marca inconfundível do seu principal redator, Melo Antunes, pelo conteúdo politicamente progressista que transpirava de todas as suas passagens, não deixava de exprimir algumas cautelas na abordagem da questão colonial pois fora já claro, em reuniões anteriores, que era matéria sensível e suscetível de dividir o movimento conspirativo em marcha.

Logo a abrir afirmava o manifesto que o seu objetivo era levar os militares “[...] a refletir criticamente sobre os aspetos fundamentais dos problemas que as forças armadas enfrentam [...]” e dizia, quase a concluir, que se tratava “[...] antes de mais nada e acima de tudo, da obtenção a curto prazo, de uma solução para o problemas das instituições no quadro de uma democracia política.”

Quando se fazia referência aos “aspetos fundamentais dos problemas que as forças armadas enfrentam” era óbvio, para todos os oficiais, que à cabeça estava a guerra e, portanto, a questão colonial. Como, aliás, mais à frente se reconhecia de forma bem explícita e sem recurso a subentendidos implícitos:

“O problema maior do povo português e que em larga medida condiciona todos os outros é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné [...] está generalizada, tanto no seio das Forças Armadas como na sociedade civil, a ideia que não é possível obter-se uma vitória pelas armas [...] Os militares conscientes sabem, porém, que a solução do problema ultramarino é política e não militar [...] uma solução política [...] que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a se governarem a si próprios – o que implica necessariamente fórmulas políticas, jurídicas e diplomáticas extremamente flexíveis e dinâmicas.”

E outras passagens havia em que era clara a influência da questão ultramarina:

“[...] à medida que se torna cada vez mais patente a impossibilidade, por parte das Forças Armadas, de atingir os objetivos que lhe são impostos por um poder que não aceita sequer a evidência de não possuir os meios da sua política [...] incapaz de se auto-reformar sob pena de morrer (politicamente, entenda-se), o regime aponta intransigentemente para a via unitária como solução do problema ultramarino; como se torna dia a dia mais evidente a inexecutabilidade de tal via [...]”

Era um verdadeiro manifesto contra a ditadura, a favor do fim da guerra e do direito à autodeterminação das colónias. O MFA foi animado, desde aquele que é considerado o seu ato fundador, por uma vontade inequívoca de promover a paz e reconhecer o direito dos povos das colónias ao autogoverno, isto é, de aceitar o processo de descolonização. Note-se, no entanto, que nunca o manifesto invocava, como pretexto para pôr fim à guerra, o argumento de que ela estivesse perdida. As suas convicções eram mais nobres do que a mera fuga a uma derrota militar. Reconhecia, sim, a sua inutilidade, a sua injustiça, os objetivos negativos que servia, as consequências nefastas que acarretava.

Mesmo apesar das cautelas terminológicas, seriam as passagens sobre a questão colonial que estariam na base de algumas discordâncias e que levaram alguns dos militares presentes na reunião de Cascais, nomeadamente grande parte dos representantes da Força Aérea, a não o subscreverem. O que não impediu que o manifesto fosse aprovado por larga maioria. Foi o primeiro sinal de que o problema da guerra colonial e da descolonização estaria, tanto na génese do MFA, como na origem das cisões que o afetaram e não cessariam de se aprofundar.

Nas vésperas do 25 de Abril fora redigido um “Protocolo do MFA”, cuja paternidade jamais foi esclarecida, e ao qual se pretendia vincular os oficiais que viessem a participar nas estruturas dirigentes a sair do golpe militar, uma vez vitorioso. Este projeto, que acabou por nunca ser assinado nem constituir um documento formal,

pretendia que não fossem tomadas medidas políticas definitivas nomeadamente no que respeitava ao problema ultramarino, até que estivessem constituídos os poderes que resultassem do voto da nação. Acrescentava que o MFA não aceitava que nos primeiros 12 meses fosse resolvido o problema do ultramar. E pretendia que, no que se tratava da amnistia aos presos políticos, os guerrilheiros não fossem abrangidos. Era uma posição claramente contrária ao espírito de abertura do manifesto fundador ao MFA e que pretendia acautelar as posições mais conservadoras. O conteúdo e a morte prematura deste texto revelavam bem as contradições que se encontravam já prontas para abrir brechas no seio do MFA. Cisões que se manifestariam, com toda a acuidade, se bem que atenuadas com a euforia da vitória no 25 de Abril, com a aprovação final do *Programa do MFA* na própria noite em que o golpe militar estava já vitorioso, na reunião da Comissão Coordenadora com a Junta de Salvação Nacional (JSN) que precedeu a sua divulgação pública.

O projeto do programa que havia sido previamente apresentado ao general Spínola, merecera a este algumas propostas de alteração, mas nenhuma incidia sobre o enunciado dos princípios que orientariam a política ultramarina, que se inscrevia na linha para que apontava *O Movimento as Forças Armadas e a Nação*. Nesta matéria, o texto que foi presente pela Comissão Coordenadora na noite de 25 de Abril, fazia referência, na alínea c) do número 8 das “Medidas a Curto Prazo”, relativo à política ultramarina, ao “Claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adoção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efetiva participação das populações autóctones [...]” A alínea d) do mesmo número 8 estipulava o “Estabelecimento de medidas julgadas convenientes para um rápido restabelecimento da paz.” Depois de uma agitada discussão da Comissão Coordenadora com a JSN, em que se destacaram as reservas do seu já eleito presidente, general António de Spínola, em que chegou a pairar a ameaça de rotura, aquela versão foi alterada e a sua objetividade desvirtuada. A alínea c), a mas clarificadora e intencional, foi totalmente eliminada, e a alínea d) passou a “Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz”. Eram formulações muito mais ambíguas e vazias de sentido do que as da versão original, e que traduziam um menor empenhamento na descolonização e na efetiva obtenção da paz.

A Junta conseguiu ainda que, na alínea relativa à extinção da DGS (ex-PIDE), fosse incluída uma ressalva para que não fosse aplicável no ultramar, onde seria reestruturada, saneada e organizada como Polícia de Informação Militar. A PIDE/DGS

fora utilizada como órgão complementar do Serviço de Informações Militares nos teatros de operações – o que futuramente ainda haveria de tornar-se incómodo para a instituição militar e seria utilizado oportunisticamente por alguns dos seus ex-agentes para tentar limpar a sua imagem –, e a previsão do prosseguimento temporário de operações militares pesou na necessidade da sua manutenção.

Estas soluções, aparentemente conciliatórias, não eliminavam as contradições de fundo que se situavam nas duas maneiras distintas de encarar a solução colonial e da guerra. Surgiriam em toda a sua dimensão depois de assegurada a vitória no 25 de Abril, quando a liberdade rompeu os diques que travavam a livre expressão das opiniões.

Descolonização, guerra colonial, MFA, estavam intimamente associados. Como notou Norrie MacQueen, “Seja qual for o detalhe do Programa do MFA, as guerras de África estão em todas as entre-linhas.” (p. 213)

5. PORTUGAL ENTRA NA DESCOLONIZAÇÃO

25 de Abril – clarificação difícil

Ao romper com o silêncio imposto pela censura e ao abrir as portas à liberdade, o 25 de Abril deu aso a que os temas da guerra colonial e da descolonização saltassem para os títulos da comunicação de massas e se revelassem como preocupações fundamentais dos portugueses. Portugal encontrava condições para entrar, finalmente, no processo de descolonização. Mas ia entrar com algumas décadas de atraso, quando o mesmo já se encontrava numa etapa avançada da fase da luta de libertação, para participar nas negociações correspondentes à fase da transferência do poder.

Uma vez vitorioso o movimento militar do 25 de Abril, o problema da descolonização apresentava-se não só como um fator de potencial rotura no interior das novas estruturas do poder, mas também como um projeto pouco amadurecido, carente de uma estratégia previamente definida e de estudos previsionais sobre os problemas com que se depararia. Era o fruto da intolerância do sistema político anterior que, não admitindo a alternância e proibindo a existência de oposição organizada, inviabilizara que, quando da sua queda, os novos responsáveis pudessem dispor de projetos alternativos e programas antecipadamente discutidos e elaborados. Um regime como aquele, pela sua própria lógica, nunca prevê a sua queda. Só o posterior contato com a realidade permitiu, ao novo poder, clarificar objetivos, estabelecer princípios, traçar estratégias, seleccionar interlocutores, atribuir tarefas.

Havia, porém, pela parte portuguesa, um denominador comum que animava todos os que vieram a intervir ativamente na descolonização, o qual fora adquirido e aprofundado, quer com o prolongamento da guerra, quer com a tomada da consciência política que os identificara na oposição ao regime e no combate pelo seu derrube. Era o da convicção de que a solução da guerra teria de ser política e não militar, o que pressupunha a necessidade de passar ao diálogo entre aqueles que se combatiam.

Pensavam alguns que o 25 de Abril teria, só por si, virtualidades suficientes para levar os movimentos de libertação a baixarem as armas e aceitarem regras do jogo ditadas por Portugal. Era uma deficiente avaliação da situação, que confundia o possível com o desejável. Os movimentos, que vinham de uma luta prolongada que culminara numa guerra que durava há 13 longos anos, não abandonariam a luta num momento político que lhes era particularmente favorável sem obterem aquilo por que tinham

combatido, isto é, o reconhecimento do direito à independência e a garantia de que a transferência do poder seria negociada com aqueles que, pela luta armada, tinham conquistado a legitimidade para representarem os seus próprios povos.

O novo Portugal, saído do 25 de Abril, entrava no processo de descolonização debilitado por uma acumulação de condicionamentos que lhe limitavam a capacidade negocial. Encontrava-se sujeito a Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU que lhe eram diretamente aplicáveis, estava pressionado pela urgente necessidade de pôr fim a uma guerra em três frentes quando a capacidade do seu aparelho militar denunciava um compreensível cansaço, esgotamento e desmotivação, enfrentava a fragilidade das suas instâncias do poder resultantes de uma rotura revolucionária, confrontava-se com a agitação interna produto da ânsia febril do gozo da liberdade, sentia a premência de reconquistar a credibilidade externa e romper com o isolamento a que estava votado.

A descolonização, já abertamente assumida tornava-se o tema dominante da sociedade portuguesa, da comunicação social, das manifestações de rua, da preocupação da elite política e dos órgãos do poder. E confirmava-se como o fulcro das contradições e causa das primeiras cisões que surgiram no seio das novas estruturas políticas.

Nos primeiros dias, a seguir ao golpe de estado militar, as posições públicas das novas instâncias do poder sobre a questão colonial foram, exclusivamente, veiculadas por generais da JSN, e revelavam-se excessivamente ambíguas, de tal forma que não conquistaram, sequer, o benefício da dúvida dos meios internacionais nomeadamente da OUA e, muito menos, dos movimentos de libertação. O general Spínola, presidente da Junta e investido da autoridade institucional suprema, cedo revelou as suas limitações, por se manter amarrado ao seu papel enquanto governador da Guiné e às teses federalistas do seu livro *Portugal e o Futuro*. Numa proclamação lida ao país, na madrugada de 26 de Abril, no fim do dia em que se firmara a vitória do MFA, Spínola afirmava: “[...] a Junta de Salvação Nacional a que presido [...] assume perante o mesmo (o país) o compromisso de garantir a sobrevivência da nação soberana no seu todo pluricontinental [...]” Uma semana depois o general Costa Gomes, chefe do estado-maior general das forças armadas e número dois da JSN, que procurava não contrariar as posições do seu número um, iniciou uma digressão por Angola e Moçambique no fim da qual se esforçou por transmitir confiança na manutenção de um espaço político português alargado ao ultramar. A imprensa de 7 de Maio citava a convicção de Spínola

de que “[...] a autodeterminação de Angola será infalivelmente a favor de Portugal.” Declarações que nada contribuíram para tranquilizar os movimentos de libertação.

Os generais da JSN refletiam os três vícios de perspectiva do colonizador que atrás apontámos, condicionada, redutora e distorcida, convictos que Portugal ia protagonizar o processo de descolonização, que ia impor soluções aos movimentos de libertação e que estes ainda ficariam reconhecidos pela dádiva concedida. Não revelavam sensibilidade para compreenderem um processo que já vinha de longe, no qual os nacionalistas africanos estavam empenhados há décadas, envolvidos numa guerra de libertação que já contava 13 anos e que a descolonização não se resumia à transferência do poder. A realidade era esta, era o inverso do cenário que alguns responsáveis portugueses construía, mas que ainda não a tinham apreendido.

Quando, já investido como presidente da República, António de Spínola fez os primeiros contatos para escolher a personalidade que deveria chefiar o Governo Provisório, uma das possibilidades que admitira fora o professor Miller Guerra o qual, depois da entrevista que com ele manteve, imediatamente afastou. Poucos anos depois, no livro *País Sem Rumo*, Spínola viria a explicar que convocara Miller Guerra, mas que logo afastou qualquer hipótese do seu aproveitamento quando este pôs como condição a entrega imediata do ultramar (p. 130). No mesmo livro dizia que, quando nos primeiros dias de Maio, nomeou Carlos Fabião para representante da JSN na Guiné, entre as diretivas que lhe deu recomendara que desse continuidade ao processo político de autodeterminação que ali havia iniciado enquanto governador e comandante-chefe (p. 274). Este projeto, o de uma autodeterminação dentro do espaço político português, para um país que já declarara e vira reconhecida por dezenas de outros países a sua independência, era um evidente anacronismo.

Na sua colaboração na obra *História de Portugal*, dirigida por João Medina, Melo Antunes salientava, com a autoridade de quem fora o seu principal autor:

“O Programa do MFA [...] refletia já [...] divergências [...] em matéria de descolonização [...] A redação final foi resultado de um compromisso, baseado na comum aceitação de que a solução da questão colonial era política e não militar, mas não se pôde chegar até ao reconhecimento formal do direito dos povos submetidos à dominação colonial à autodeterminação com todas as suas consequências, isto é, a independência [...]” (p. 180).

Em seguida Melo Antunes punha em destaque as teses que, em sua opinião, se confrontavam dentro do MFA:

“Pode dizer-se que, pondo de parte o ponto de vista daqueles que defendiam teses abertamente integracionistas, ou próximas [...] começaram a defrontar-se logo desde o primeiro dia duas concepções distintas da descolonização. A primeira, representada pelo que se podia designar a linha Spínola, defendia uma solução de tipo federativo, ou comunitário [...] uma outra [...] em consonância com as formações políticas de esquerda e do movimento popular, opondo-se radicalmente à concepção spinolista, bem como, bem entendido, às de extrema-direita ou de extrema-esquerda. Foi [...] o embate permanente entre dois projetos – o do general Spínola, por um lado, e o do grupo dos militares do MFA que tinha assimilado a rutura revolucionária, por outro – reclamando-se ambos, todavia, de uma fonte comum de legitimação política – o Programa do MFA – que caracterizou e marcou toda a história da descolonização portuguesa, pelo menos nos meses que medeiam entre o 25 de Abril e 30 de Setembro de 1974, data da renúncia de Spínola à Presidência da República.” (pp. 180 e 189)

O ideólogo do MFA mostrava que já não tinha ilusões sobre a necessidade de ir mais além para se ter êxito nas negociações, quando destacava a opção que assumiu: “[...] a definição da filosofia da descolonização portuguesa que foi a que, ao tempo, se ajustava, numa perspetiva de esquerda, à análise do colonialismo e à visão histórica do futuro das sociedades em busca de libertação e de afirmação nacional [...]” (p. 196)

Entretanto, os partidos políticos que vinham da clandestinidade e que, com o 25 de Abril, adquiriram automaticamente a sua legitimidade, assumiam em relação ao problema colonial as posições que já haviam inscrito nos seus programas antes do golpe militar e que não se conciliavam com as que a Junta proclamava. PCP, Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE), PS, todos advogavam soluções que conduzissem ao termo da guerra colonial e à independência das colónias. E os partidos que, surgidos logo a seguir ao 25 de Abril, se revelavam com mais capacidade de implantação, primeiro o PPD e depois o CDS, não diferiam muito, no essencial, destas propostas. Outros partidos, Movimento de Esquerda Socialista (MES), Movimento Popular Monárquico (MPM, antecessor do PPM), sugeriam soluções que iam da autodeterminação à independência imediata, ou apenas ao fim da guerra. Alguns partidos que, já no período do fascismo, se haviam destacado pelo radicalismo das suas atitudes, como o Movimento Reorganizativo do Partido do proletariado (MRPP), eram pelo abandono puro e simples, pelo regresso imediato dos militares portugueses e tentavam mesmo boicotar o embarque de novas tropas para o ultramar. O PRP-BR queria negociações imediatas com os movimentos de libertação e alertava para os riscos de manobras tendentes a “independências dos colonialistas brancos”. Em 24 de Maio, partidos e movimentos da chamada “Esquerda

Revolucionária”, promoviam um comício em Lisboa no qual se referiam ao problema colonial em termos radicais, exigindo a independência imediata e incondicional de acordo com as propostas dos movimentos de libertação. Apenas algumas organizações de duvidosa representatividade e de efémera duração, como o Movimento Popular Africano, o Movimento Federalista Português, ou o Partido Democrata-Cristão, agora que já não se atreviam a reclamar a manutenção do integracionismo, apoiaram teses federalistas ou outras formas de associação política entre Portugal e as colónias.

O presidente da República acabou por escolher como primeiro-ministro o professor Adelino da Palma Carlos, uma figura respeitada da antiga oposição republicana ao Estado Novo mas que, quanto à política ultramarina, se revelou marcadamente conservador. O Programa do I Governo Provisório, aprovado em 15 de Maio de 1974, em matéria de política ultramarina pouco adiantava em relação ao Programa do MFA, pondo a tónica no alcance da paz. Mas já fazia referência ao respeito pelo princípio da autodeterminação. No entanto, não tardaram a evidenciar-se diferenças de entendimento sobre o conteúdo e alcance concretos dessa política entre o primeiro-ministro e outros membros do governo, nomeadamente os que mais diretamente iam intervir na descolonização, Mário Soares, com a pasta dos Negócios Estrangeiros e Almeida Santos, responsável pela Coordenação Interterritorial, que cedo vieram a assumir posições mais ousadas do que as do chefe do governo e das que transpiravam da JSN, sugerindo negociações com os movimentos de libertação e a aceitação da independência das colónias, e considerando irrealistas prazos dilatados que aguardassem a realização prévia de eleições em Portugal.

Palma Carlos, logo a seguir à sua posse, deu uma entrevista ao jornal catalão *La Vanguardia*, na qual admitia como ótima a solução de um Estado Federal e, em mensagem dirigida aos angolanos, pedia-lhes confiança e exortava-os a continuarem a ser portugueses. Mário Soares, na longa entrevista que concedeu à jornalista Maria João Avillez e que esta publicou em livro em 1996, revelava que, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, acompanhou Palma Carlos à Bélgica para as comemorações dos 25 anos da OTAN e que, no jantar na Embaixada britânica, “[...] se deu o curioso episódio [...] da acalorada defesa, feita por Palma Carlos, da chamada política ultramarina do regime anterior [...]” (*Ditadura e Revolução*, p. 332).

Em entrevista que concedeu a Dominique Pouchin e que transcreveu no livro *Portugal que revolução? Diálogo com Dominique Pouchin*, Mário Soares contava que no próprio dia em que chegara do exílio teve uma entrevista com Spínola, a convite

deste, que terminou com uma rápida troca de pontos de vista sobre a descolonização. Segundo ele, aí apareceram as primeiras divergências fazendo Spínola questão de distinguir autodeterminação e independência. Soares terá respondido que, para os socialistas, não havia outra saída senão a da independência, o que era o reconhecimento da vitória das lutas de libertação nacional, devendo pôr-se ponto final numa guerra colonial injusta e dispendiosa (pp. 65 e 66). Em Maio de 1974, em conferência de imprensa, considerava que a concretização do Programa do MFA passava pela resolução do problema colonial através de negociações com os movimentos nacionalistas de forma que se chegasse imediatamente a um cessar-fogo, uma vez aceite o princípio da autodeterminação e da independência, com salvaguarda dos interesses legítimos das populações de origem europeia que vivem nas nossas colónias. Em entrevista ao *Der Spiegel*, de 6 do mesmo mês, reconhecia que os movimentos de libertação tinham todo o direito de exigir a independência absoluta, que entre a autonomia e independência absoluta o Partido Socialista exigia a independência das colónias. Uma semana depois, entrevistado pela *Newsweek*, insistia que a liberdade para as colónias africanas constituía o problema mais crítico que Portugal tinha de enfrentar nos meses imediatos, que era urgente começar a trabalhar para um acordo de cessar-fogo com os guerrilheiros. E acrescentava:

“Devemos começar a trabalhar imediatamente para um acordo de cessar-fogo com os guerrilheiros. Não podemos esperar doze meses para que um governo eleito trate disso [...] O general Spínola conhece a nossa posição. É a independência pura e simples.”

Em 19 de Agosto, em nova entrevista ao *Der Spiegel*, seria ainda mais claro:

“[...] quando se quer fazer a paz – e nós queremos fazê-la imediatamente – então tem que se falar com aqueles que lutam contra nós [...] isso resulta de uma avaliação pragmática, de uma dada situação [...] Em Angola há dois movimentos de libertação que são reconhecidos pela OUA, o MPLA e a FNLA. Temos portanto que negociar com ambos.”

Almeida Santos, em *O Século* de 6 de Maio de 1974, considerava estar subjacente a qualquer esquema teórico para a solução do problema colonial ter como “Condição comum [...] a negociação imediata de uma trégua militar [...]” No dia 12 publicava na imprensa uma “Carta Aberta aos Moçambicanos” na qual se pronunciava sobre a autodeterminação dos povos de Angola, Moçambique e Guiné e dizia, no seu estilo muito próprio que, ou se sabia que a autodeterminação conduzia à independência, ou não. Se sim – e ele, pela sua parte, não via seriamente como sustentar a negativa –,

então a autodeterminação afigurava-se-lhe redundante logo, inútil. Em 21 de Maio, numa conferência de imprensa em Lourenço Marques, declarava encarar “[...] um cessar-fogo como plataforma do diálogo a travar. Do diálogo sairá o resto”. Um mês depois, em entrevista ao jornal argelino *Achabe*, à pergunta “*Et l'Angola, avec qui on doit négocier?*” respondia, dando mostras de realismo: “Com quem nos faz a guerra: se são dois os movimentos de libertação que ainda no-la fazem (o terceiro depôs consensualmente as armas) não vejo como deixar de negociar com ambos.” Ao jornal *Província de Angola*, de 6 de Agosto reconhecia, já sem margem para dúvidas: “Cedo se concluiu que os movimentos de libertação não depunham as armas sem se avançar algo mais no terreno dos princípios.” Viria aliás a considerar, com toda a frontalidade, em entrevista ao *Jornal Novo* em 24 de Abril de 1975:

“[...] o ex-presidente Spínola [...] não raro resistiu à aceitação realista de soluções para que não havia alternativa [...] resistindo, de algum modo retardou, e retardando dificultou (o tempo jogou sempre contra nós) a tarefa dos negociadores e o êxito das negociações.”

As posições do PCP eram conhecidas desde 1957. No dia 30 de Abril, à sua chegada ao Aeroporto da Portela, Álvaro Cunhal declarava aos jornalistas que o principal problema a resolver era encontrar uma solução que possibilitasse o fim da guerra e a independência dos territórios africanos. Esta posição seria repetidamente confirmada por dirigentes do PCP. 15 dias depois Pedro Soares declarava ao jornal italiano *Unitá* que a única solução para a guerra na Guiné, Angola e Moçambique, era o reconhecimento do direito, dos povos desses países, à independência total e completa.

Mesmo em setores considerados mais moderados, havia personalidades que se pronunciavam no mesmo sentido. Em 20 de Junho Francisco Pinto Balsemão, fundador do PPD que acabava de se constituir e de que era um dos seus dirigentes mais destacados, em entrevista ao diário lisboeta *A Capital* também advertia para a necessidade de um avanço rápido da descolonização, problema urgente que não podia esperar, afastando a hipótese de referendo.

Pela mesma altura, face aos primeiros sinais equívocos da JSN, também os movimentos de libertação já denunciavam a sua impaciência e ameaçavam endurecer a luta armada o que, aliás, estavam a concretizar no terreno. Em 27 de Abril de 1974 já o Comité Executivo da FRELIMO difundia uma declaração categórica:

“[...] o problema fundamental sem o qual nenhuma solução será possível, é o da independência dos povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e ilhas de Cabo Verde, assim como das restantes colónias portuguesas [...] Os objetivos são bem

claros: a independência total e completa do povo moçambicano e a liquidação do colonialismo português [...] Não podemos aceitar que a democracia para o povo português sirva de cobertura para impedir a independência do nosso povo [...] Neste momento o importante é que todas as forças solidárias do povo moçambicano e dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, continuem a lutar para que seja reconhecido o nosso direito à independência completa [...]"

O mais importante desta declaração, para além da posição da FRELIMO, que não surpreendia, era a referência às outras colónias, o que revelava que continuava a manifestar-se a coesão intercolonial que presidira à constituição da CONCP e que, portanto, Portugal teria de enfrentar a solidariedade dos movimentos com maior poder negocial, os que se encontravam em guerra, em benefício dos que o tinham menos, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Em 4 de Maio de 1974 o semanário *Expresso* publicava uma entrevista com Agostinho Neto, reveladora de que o MPLA não diferia, no essencial, da posição da FRELIMO. Perante a pergunta do jornalista sobre a disposição do MPLA para o cessar-fogo, Neto esclarecia que poderiam considerar essa hipótese desde que satisfeitas algumas condições, uma das quais era o reconhecimento do direito à independência, acrescentando que, se havia assuntos que diziam respeito a cada uma das colónias, havia outros que diziam respeito a todas as colónias. Nas suas emissões na rádio Angola Combatente, o MPLA fazia saber que eventuais negociações com o Governo Português dependiam de também se realizarem com a FRELIMO, PAIGC e MLSTP. A solidariedade no seio da CONCP era um condicionamento de peso com que Portugal teria de contar. A FNLA mantinha uma posição semelhante à do MPLA e às dos restantes seus parceiros na CONCP. Nas emissões da sua rádio Voz de Angola Livre, que transmitiam as decisões dos seus órgãos diretivos, aceitavam iniciar o diálogo com Portugal desde que este reconhecesse o direito à autodeterminação e independência e, como forma de pressão, mantinham a luta armada e intensificavam as ações bélicas.

No dia 5 de Maio, a Comissão Executiva do PAIGC difundia um comunicado que, alguns dias mais tarde, a imprensa de Lisboa publicava, em que acentuava a posição particular da Guiné-Bissau, que já havia declarado unilateralmente a independência em Madina do Boé em 24 de Setembro do ano anterior e que, além disso, assumia o mesmo espírito da CONCP. Sobre o eventual início de negociações, o PAIGC colocava duas condições prévias para que fossem possíveis: “1. Reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito à autodeterminação e à

independência para o seu povo e para o povo de Cabo Verde. 2. Reconhecimento dos mesmos direitos aos povos dos outros territórios portugueses em África”. As posições dos movimentos de libertação eram, certamente, concertadas. Mas o PAIGC introduzia no comunicado outro sinal da maior importância, que era comum a todos os movimentos de libertação e que estes iriam colocar nas mesas das negociações: a sua exclusiva legitimidade para negociar com Portugal, prevenindo contra o aparecimento de pretensos grupos nacionalistas criados à última hora ou apoiados pelo estrangeiro. Era, de resto, uma posição que a ONU já reconhecera em plena guerra. Os condicionamentos decorrentes da guerra colonial impunham a sua presença.

Em síntese, estas posições iriam constituir linhas de força dos movimentos nas negociações com Portugal e que este ainda não estava, de início, preparado para aceitar: o prévio reconhecimento do direito à independência; a exclusividade dos movimentos de libertação que travaram a luta armada para representarem os seus povos nas negociações; e a solidariedade intercolonial que reforçava o poder negocial dos movimentos das colónias que não tinham passado pelo patamar da luta armada.

A única voz dissonante veio do presidente da UNITA, Jonas Savimbi que, em finais de Maio, declarava apoiar o projeto de Spínola de uma descolonização lenta, no quadro de uma estrutura federal. Era um sinal da especificidade do caso de Angola, onde a situação era mais complexa porque havia três movimentos de libertação que estavam em guerra com Portugal mas não se entendiam, e até se hostilizavam mutuamente. A UNITA, note-se, ainda não era reconhecida pelos restantes movimentos, nem pela OUA.

Círculo vicioso e impasse

Este ambiente político, carregado de indefinições e contradições, não era propício ao avanço de negociações frutuosas. Sucederam-se contatos e encontros, alguns meramente informais, outros já investidos de mandatos dos responsáveis políticos de ambas as partes que, sem obterem resultados, não deixavam de ser vantajosos, porque os interlocutores davam-se a conhecer, trocavam informações e forneciam dados para serem explorados em negociações futuras. Foram encontros meramente exploratórios e, enquanto tal, tiveram a sua utilidade.

Nos primeiros dias após o 25 de Abril foram conhecidas declarações de Agostinho Neto, presidente do MPLA, que se encontrava na Europa, em que se congratulava com a queda do regime anterior, mas considerava pouco clarificada a

posição do novo poder quanto ao problema colonial e afastava a ideia da federação proposta no livro *Portugal e o Futuro* do general Spínola. Mário Soares, já apontado para a pasta dos Negócios Estrangeiros do futuro Governo Provisório, foi ao seu encontro e, em 2 de Maio, reuniram-se em Bruxelas. No dia seguinte foi o embaixador Nunes Barata, assessor diplomático de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional e com as prerrogativas de chefe de Estado, que se encontrou com o presidente do MPLA em Genebra. Foi o primeiro líder das colónias portuguesas a contactar, pessoalmente, o Portugal de Abril. Agostinho Neto terá aceitado, em princípio, encontrar-se com o presidente da JSN em Lisboa. Mas não se esbateram as dúvidas sobre as reais intenções dos portugueses. Entrevistado pelo *Expresso*, em 4 de Maio, venceu a posição de princípio do seu movimento, a independência, que só aceitava discutir a forma de lá chegar e, depois disso, o estabelecimento de um cessar-fogo.

Nessa mesma altura Costa Gomes visitava Moçambique e, dos contatos que estabeleceu com setores da população local, resultou a constituição de uma delegação de personalidades moçambicanas que se deslocou a Dar-es-Salam onde transmitiu, aos dirigentes da FRELIMO, a disponibilidade portuguesa para iniciar negociações.

Ainda em 17 de Maio verificaram-se, em Dakar, as primeiras reuniões formais de Mário Soares com dirigentes do PAIGC, liderados pelo seu presidente Aristides Pereira. Voltaram a reunir-se em 25 do mesmo mês, em Londres, agora com a liderança de Pedro Pires. Londres foi sede de novo encontro nos princípios de Junho e em meados deste mês as delegações de Portugal e do PAIGC voltaram à mesa das negociações, agora em Argel. Logo ficaram claros dois condicionamentos que o movimento colocava para o êxito de quaisquer negociações: Portugal deveria reconhecer a Guiné como Estado independente e aceitar o direito à autodeterminação e independência de Cabo Verde. Pouco se avançou, além da criação de um clima de abertura.

Em princípios de Junho iniciaram-se conversações com a FRELIMO, em Lusaka. Apesar do impacto mediático pelo aparatoso abraço, demasiado informal para a rigidez formalista dos salões diplomáticos, trocado por Mário Soares e Samora Machel, de substancial nada resultou.

Estas rondas de conversações ficavam aquém das expectativas face às posições concertadas dos movimentos de libertação. Tornava-se claro que não haveria avanços, nem paz, enquanto Portugal não reconhecesse, oficial e publicamente, o direito dos povos de todas as colónias à autodeterminação e independência, e os movimentos de libertação como seus únicos e legítimos representantes. Era o confronto entre duas

posições inconciliáveis, a reformista, federalista – mudar algo para preservar o essencial e a revolucionária, independentista – romper com o colonialismo. 15 anos mais tarde, quando Mandela se confrontou com idêntico problema nas conversações com o presidente sul-africano De Klerk, responderia de forma lapidar: “Um sistema opressivo não pode ser reformado, tem de ser suprimido [...]” (Mandela, 2012, p. 519) Em 1974 era este também o cerne da questão.

O arrastamento do impasse, porém, não favorecia a posição portuguesa porque a progressiva fragilização da sua força militar retirava-lhe poder negocial. O 25 de Abril gerara novos fatores de fragilidade mas, acima de tudo, pusera a nu a situação de facto herdada do antecedente, que até aí ninguém ousava denunciar em público, mas que posteriormente toda a gente – Marcello Caetano, alguns ministros do seu governo, nomeadamente o da defesa, comandantes-chefes de todos os teatros de operações, chefes de Estado e diplomatas estrangeiros, analistas e personalidades diversas –, viria a reconhecer, a erosão das forças armadas no seu enquadramento, na sua instrução, no armamento, na disciplina e, acima de tudo, na sua motivação.

Eram os comandos de unidades nas zonas operacionais quem mais sentia esta debilidade e a urgência da paz. Por isso, com o aval dos comandos-chefes e o apoio do MFA foram tentando, por vezes com sucesso, contactos locais com os guerrilheiros para chegarem a situações de cessar-fogo de facto, ao mesmo tempo que pressionavam as hierarquias para que fossem encontradas soluções políticas. O prosseguimento da guerra tornara-se inviável, o que constituiria um fator decisivo nas mesas de negociações.

As posições inconciliáveis da JSN e dos movimentos de libertação conduziram a um círculo vicioso, para o qual não havia saída: Portugal pretendia que os movimentos de libertação aceitassem um cessar-fogo, como condição prévia para negociar os futuros estatutos para cada uma das colónias; os movimentos exigiam que Portugal começasse por lhes reconhecer o direito à independência, como condição para negociarem o cessar-fogo. Este bloqueio esteve na origem dos fracassos das primeiras, ainda tímidas, tentativas negociais com dirigentes nacionalistas da Guiné, Angola e Moçambique.

Mas Portugal não estava em condições de suportar um prolongamento e agravamento da guerra. A urgência de negociações colocava-se-lhe com cada vez maior premência. A guerra, que a ditadura não quisera impedir, em troca de negociações era, agora, a grande condicionante para que as negociações fossem possíveis.

As preocupações dos movimentos de libertação tinham também a ver com a proliferação de partidos, na maioria das vezes pseudo-partidos que começaram a

aparecer nas colónias procurando, oportunisticamente, apanhar o comboio da independência que se aproximava em grande velocidade, mas para cuja dinâmica em nada tinham contribuído. Alguns tinham tido um aparecimento fugaz durante a luta de libertação, que depressa se esfumou. Outros resultavam de dissidências dos movimentos de libertação. Foram várias dezenas no conjunto das diferentes colónias, mais de 30 só em Angola, a grande maioria sem qualquer expressão. Muitos outros representavam interesses obscuros, que justificavam as maiores desconfianças dos movimentos que tinham enfrentado os riscos e os custos da luta de libertação. A título de exemplos e porque deram mais nas vistas, a frente de Libertação Nacional da Guiné (FLNG) e a União Democrática da Guiné (UDG), a Frente Comum de Moçambique (FRECOMO) e a o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), o Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA) e a União Nacional de Angola (UNA). O general Spínola, no que era acompanhado por alguns sectores com ele mais identificados, em particular nas colónias, dava sinais de simpatia por alguns destes partidos de última hora, aos quais admitia conferir legitimidade para participarem no processo negocial. Parecia desvalorizar o facto de, então, se estar ainda em guerra, ignorando o princípio de que a paz se negocia com o outro, com quem se combate. Princípio que era aceite pela generalidade dos responsáveis militares nas zonas de combate. Além do mais o projeto de Spínola era irrealista pois, dado que os movimentos de libertação responderiam com o prolongamento e intensificação da guerra, exigia da parte portuguesa forças armadas fortes e motivadas para prosseguirem o combate com as quais ele próprio reconhecia – reconhecera-o já antes do 25 de Abril – que não podia contar.

No período imediatamente a seguir ao 25 de Abril, a JSN começou a receber fortes pressões das mais diversas instâncias internacionais, nomeadamente as ligadas à ONU e OUA, para acabar com a guerra e iniciar negociações. A imprensa diária de 11 de Maio de 1974 dava nota de um apelo, que os presidentes da Comissão de Descolonização, da Comissão do *Apartheid* e do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, órgãos da ONU, dirigiram à JSN, dando conta da sua decepção pela falta de uma declaração da Junta afirmando o comprometimento com uma verdadeira descolonização. No dia 23 o presidente da Comissão de Descolonização da ONU voltava a pedir ao Governo Português que se pronunciasse a favor da independência dos territórios africanos e iniciasse negociações com os movimentos de libertação, que considerava os verdadeiros representantes dos povos desses territórios.

Dois dias depois era a OUA que insistia com Portugal para que reconhecesse o direito à independência total dos territórios africanos, ao mesmo tempo que alertava os guerrilheiros dos movimentos de libertação para que estivessem vigilantes contra quaisquer tentativas de Portugal para que depusessem as armas.

A indefinição de Portugal estava a impacientar estas organizações, em especial a OUA. Segundo os jornais de 12 de Junho os ministros dos negócios estrangeiros dos países da OUA manifestavam total apoio às posições assumidas pelos movimentos de libertação, aconselhando-os a coordenarem as suas políticas para negociarem com o novo governo de Lisboa, concordando que o Governo Português devia proclamar, prévia e inequivocamente, o reconhecimento do direito dos seus territórios africanos à autodeterminação e à independência. Independência que devia ser incondicional. No dia imediato a OUA voltava a insistir com o Governo Português para que fizesse uma declaração inequívoca sobre a independência. Mencionava os territórios, Moçambique, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, para que não houvesse dúvidas de que não se referia apenas aos que estavam em guerra. A omissão da Guiné era intencional, porque para a OUA a Guiné-Bissau já era independente. Condenava ainda, severamente, a proliferação de partidos políticos fantoches e incentivava os movimentos de libertação em Moçambique e Angola a intensificarem a luta armada até ser conseguida a independência. A OUA estava inteiramente alinhada com os movimentos de libertação.

Em 19 de Junho de 1974 Spínola voava para os Açores, para um encontro com o presidente dos EUA, Richard Nixon, nas Lages, que veio alimentar desconfianças nos movimentos de libertação e dúvidas no MFA. As suspeitas justificaram-se pelo secretismo que rodeou as conversações e que assumiu mesmo contornos excêntricos. Tendo a audiência sido em território português, da iniciativa do presidente português que se fazia acompanhar de diversas personalidades de relevo no Estado Português, como o general Diogo Neto da JSN, o ministro de estado Sá Carneiro, o embaixador português em Washington Hall Themido, nenhum participou no encontro. Pelo contrário assistiu um acompanhante de Nixon, Vernom Walters, então subdiretor da CIA. Do encontro não saiu nenhum comunicado e Spínola não deu a conhecer os seus resultados, nem à sua comitiva nem a qualquer dos centros de poder que, então, tinham influência e capacidade de decisão, JSN, Governo, Conselho de Estado ou Coordenadora do MFA. Em 1978, quando publicou o livro *Páis sem rumo*, Spínola considerou oportuno incluir um "relatório-resumo" da entrevista com Nixon mas que

era, quanto à descolonização, praticamente vazio. Limitava-se a referir ter garantido ao presidente norte-americano que Portugal aceitaria as recomendações da ONU.

Os enigmas criados à volta deste encontro suscitaram variadas especulações. É interessante recortá-lo com a referência que Joelle Kuntz fez, no seu livro *Les Fuzils et les Urnes*, a uma anterior proposta que Richard Nixon teria apresentado a Marcello Caetano, também nas Lages e que este teria recusado:

“Em 1972 os Estados Unidos que trocavam o seu apoio político a Portugal na ONU contra uma base nos Açores, tinham um plano de salvação que submeteram a Caetano: 1. Abandonem a Guiné, que não interessa a ninguém. Deem-lhe a independência. Nós ganharemos tempo e vós, prestígio. 2. Reforçai a pressão em Angola, esta é conosco [...] 3. Vietnamizai Moçambique: dai o norte à FRELIMO, o sul deve continuar do nosso lado.” (p. 71)

Estas propostas de Nixon ganham credibilidade se forem entendidas à luz da Opção *Tar Baby*. Em 1969 o presidente Nixon aprovara uma nova orientação política para o continente africano, resultante de um estudo que recomendava mais abertura em relação a Portugal, Rodésia e África do Sul. O comportamento posterior de Washington, nomeadamente em Angola, justifica que se pense que o espírito da Opção *Tar Baby* ainda dominara o encontro das Lages de 19 de Junho de 1974.

Ainda que não haja provas de que Nixon tenha recuperado, no encontro das Lages com Spínola, em 1974, a proposta feita a Caetano no mesmo lugar em 1972, nem de que Spínola a tenha acolhido, a forma como as coisas se desenvolveram a seguir, com Spínola a deixar de pôr obstáculos à rápida conclusão do acordo para o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, a sua complacência e compreensão com o levantamento da minoria branca no sul e centro de Moçambique em 7 de Setembro enquanto punha reservas ao Acordo de Lusaka com a FRELIMO, o anúncio ao MFA da sua inabalável decisão de conduzir pessoalmente a descolonização de Angola (*País sem Rumo*, p. 191), são sinais que apontam naquele sentido.

Com estas indefinições intensificava-se a pressão militar e as reivindicações sociais nas colónias. As situações em cada uma delas sofriam aceleradas deteriorações, a que as estruturas locais do MFA foram sensíveis, até porque esse desgaste atingia o interior das Forças Armadas. Na sequência dos primeiros e tímidos contatos com os movimentos de libertação e com os mais variados setores das populações, os núcleos do MFA nas colónias foram dos primeiros a aperceberem-se de uma realidade que parecia escapar aos responsáveis na metrópole: o problema da descolonização tinha uma outra parte, que era até a mais importante e, sem a qual, era utópico estar a definir objetivos e

estratégias. Essa outra parte era o povo da colónia, nomeadamente aqueles que, em seu nome, se tinham lançado nas lutas de libertação, os movimentos de libertação, que já há muito se vinham empenhando na descolonização.

Estes núcleos do MFA enfrentavam, em relação aos seus camaradas da metrópole, problemas acrescidos, não só porque não tinham assumido, no poder político formal da colónia, o peso institucional do MFA metropolitano, como tinham que procurar conciliar setores militares diferentes, alguns radicalmente opostos nos seus anseios e motivações, tendo muitas vezes de procurar compensar o demissionismo de muitos escalões de comando. Nas frentes de operações africanas a maioria dos militares tinha pressa e, numa perspetiva imediatista, deixaram de ver sentido para o seu sacrifício e para os riscos que corriam. Muitos dos mobilizados metropolitanos apelavam para o regresso imediato a Portugal, sensíveis aos ecos que lhes chegavam da intensa campanha de massas na metrópole que, nas ruas, gritando *slogans* do tipo “nem mais um soldado para as colónias” ou “regresso dos militares, já”, chegavam a exigir o puro abandono. Os militares do recrutamento local, com a perspetiva da independência no horizonte e influenciados pelos movimentos de libertação, apercebiam-se que estavam a combater no exército errado e, se por um lado reivindicavam a desmobilização, por outro exigiam uma maior participação na resolução dos incidentes que, nos subúrbios das grandes cidades, opunham brancos e negros. Outros militares, nomeadamente alguns daqueles do Quadro Permanente que tinham acumulado comissões sucessivas nas capitais ou nas grandes cidades das colónias, encaravam com desconfiança qualquer negociação com os movimentos de libertação que continuavam a apelidar de terroristas, e recusavam a hipótese de alteração no *statu quo* colonial.

Este panorama não dava a garantia de as forças armadas poderem resistir muito mais tempo ao aumento da pressão militar dos movimentos. Daí que se compreenda que, as primeiras tomadas de posição por elementos das estruturas do MFA, sobre a questão da descolonização, tenham partido dos seus núcleos nas colónias. A dianteira foi assumida pelo MFA da Guiné que, na primeira Assembleia Geral realizada em Bissau em 1 de Julho, aprovou por aclamação uma moção exigindo do Governo Português o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e o reatamento de negociações com o PAIGC nesse sentido. Carlos Fabião, homem do MFA desde as suas origens e o militar português que melhor conhecia a Guiné, depois da sua nomeação, nos princípios de Maio de 1974, para delegado da JSN naquela colónia, depressa se apercebeu da realidade da situação local e, quando iniciou as suas funções em Bissau, as

suas declarações refletiam essa percepção: “Os meus propósitos são sérios e genuínos – a africanização da Guiné deve processar-se a um ritmo cada vez mais acelerado até que seja alcançada uma descolonização completa, real e genuína.”

A Comissão Coordenadora do MFA de Moçambique enviou, à sua congénere central de Lisboa, em 10 de Maio, um telegrama em que, com toda a crueza, adiantava as duas alternativas para solucionar o impasse em Moçambique:

“1. Reconhecimento imediato do direito à independência e reconhecimento da FRELIMO como legítimo representante do povo de Moçambique. 2. Independência resultante de colapso militar [...] Há necessidade imperiosa de anunciar desde já data de negociações e firme propósito de encontrar cessar-fogo.”

Isto é, havia necessidade premente de evitar a segunda alternativa.

Em Angola, a estrutura do MFA alargada até ao nível de delegados do escalão Zona Militar ou equivalente, reunida em 17 de Julho de 1974, aprovou uma tomada de posição na qual se exigia a demissão do governador-geral Silvério Marques cuja nomeação, depois do 25 de Abril, era expressão evidente das contradições que afetavam o poder em Lisboa. Silvério Marques era um integracionista assumido, salazarista e mostrou que, nos seus propósitos, não estava a autodeterminação de Angola. O MFA da colónia, pelo contrário, pensava que a situação recomendava passos concretos nesse sentido. Na moção aprovada lembrava que “[...] o processo de descolonização só pode ser levado a cabo com a participação direta dos elementos locais [...]”

A situação nas colónias e o impasse em que se caiu, durante a vigência do I Governo Provisório, quanto à descolonização, estiveram na base das contradições que se cruzavam no seio das instâncias militares do poder; entre o presidente da República e a Comissão Coordenadora do MFA da metrópole; no interior da JSN entre apoiantes do presidente e do MFA; dentro do próprio MFA com uma ala spinolista a demarcar-se das restantes; entre as estruturas do MFA e setores da hierarquia militar; os núcleos das colónias revelando maior ansiedade. Estes fatores de crise influenciaram o ambiente de cisão, que cresceu na transição do mês de Junho para o de Julho de 1974, em que a rotura era perceptível e que viria a desembocar na chamada “crise Palma Carlos”, que terminaria com a demissão deste e a queda do I Governo Provisório.

Em termos de descolonização foi um tempo perdido e que não favoreceu os interesses de Portugal. Mário Soares reconheceu essa urgência em 13 de Maio de 1974, na já referida entrevista à *Newsweek*, em que afirmava que não se podia esperar 12 meses para que um governo eleito tratasse da descolonização. Opinião que reafirmou

em 19 de Agosto do mesmo ano, em nova entrevista ao *Der Spiegel*: “[...] tornou-se evidente que para nós o problema era muito urgente e que surgiriam problemas graves se houvesse demoras no processo de descolonização. Convencemo-nos assim de que tínhamos de nos apressar um pouco [...]” E, nas suas conversas com Dominique Pouchin, atribui às interferências de Spínola os atrasos verificados nas primeiras tentativas de negociações. Anos mais tarde, em entrevista ao *Público Magazine* de 24 de Abril de 1994, Mário Soares apresentou, surpreendentemente, uma versão em que se colocava numa posição diferente:

“O meu esquema inicial, relativamente à descolonização, era muito mais gradual e longo [...] Percebi que me tiravam do ministério (depois do 11 de Março) por exigência do MFA, porque eu não estava sintonizado com as concepções dominantes, empatava tudo, sobretudo a descolonização, que pretendiam fazer a galope.”

Era estranha esta reformulação do seu discurso, *a posteriori*, se comparada com declarações sobre a hora acima transcritas e o reconhecimento da urgência que nestas revelava. A referência ao 11 de Março carece de sentido, então as negociações estavam já todas concluídas, com exceção de Timor nas quais Soares nunca interferiu. O dossier da descolonização, desde Julho de 1974, com a posse do II Governo Provisório, estava, e bem, nas mãos do ministro Melo Antunes, sendo descabido relacionar a saída de Soares dos Negócios Estrangeiros com a marcha da descolonização.

Também Almeida Santos sentia essa urgência e invocava-a nas suas declarações logo a seguir ao 25 de Abril. Na entrevista a *O Século* em 6 de Maio de 1974 alertava que “[...] elaborar uma lei eleitoral, eleger uma assembleia constituinte e votar uma constituição é tarefa para um ano [...] A Junta deve escolher entre uma morosa via constitucional e uma pragmática tomada de posição imediata e realista.” E, em 26 de Abril de 1975, ao *Século Ilustrado*, fazia uma retrospectiva: “[...] toda a dilação teria a exata medida de um novo envolvimento na guerra [...] a guerra, para além de indesejada, tornou-se impossível. Por outras palavras: a alternativa só tinha um termo – a paz imediata.” Em entrevista ao *Jornal Novo* de 24 de Abril de 1975, Almeida Santos era muito crítico quanto às responsabilidades de Spínola nas dilações:

“Spínola [...] não raro resistiu à aceitação realista de soluções para que não havia alternativa. Acabou por assinar os acordos de Argel (Guiné-Bissau) e de Lusaca (Moçambique) manifestamente a contra-gosto, quando se convenceu de que não havia outra nem melhor saída. Simplesmente: resistindo, de algum modo retardou, e retardando dificultou (o tempo jogou sempre contra nós) a tarefa das negociações e o êxito das negociações [...]”

Lei 7/74 – o momento decisivo

O impasse só começou a ser ultrapassado com a posse do II Governo Provisório em 18 de Julho de 1974, presidido por Vasco Gonçalves e que contava com um significativo número de militares do MFA. No discurso da tomada de posse Vasco Gonçalves comprometia-se com um processo de descolonização justo, sem ambiguidades e recusava vias neocoloniais.

A entrada em funções do II Governo coincidiria com o ato decisivo que marcaria a entrada de Portugal no processo de descolonização. O Conselho de Estado aprovava e o presidente da República promulgava, em 27 de Julho, a Lei Constitucional 7/74. Com o 25 de Abril Portugal batera à porta da descolonização mas só com Lei 7/74 a porta deste processo iria abrir-se para nele ingressar como parceiro de parte inteira.

Isto correspondia ao maior protagonismo do MFA no palco da política nacional e a descolonização seria uma das áreas onde esse protagonismo mais se afirmaria. Para tal contribuíram dois fatores. Por um lado os militares do MFA mereciam mais crédito aos movimentos de libertação, com os quais conseguiam estabelecer um contato fácil e franco. Houve, posteriormente, diversas provas dessa credibilidade. Agostinho Neto, no discurso de encerramento da Cimeira do Alvor em nome dos três movimentos de libertação de Angola, chamou ao MFA o “quarto movimento de libertação”. Joaquim Chissano, que trabalhou intimamente com Portugal como primeiro-ministro do Governo de Transição em Moçambique, em entrevista à revista “Única” do *Expresso* de 18 de Dezembro de 2004 louvava o MFA por ter sido o primeiro a entender o que era preciso fazer. Aristides Pereira que, no livro de José Vicente Lopes, expressava a desconfiança recíproca que caracterizava as relações entre os líderes cabo-verdianos e Spínola por, em sua opinião, se opor ao avanço do processo negocial, fez questão de vincar que passaram a ter mais confiança com a equipa Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Conselho da Revolução e que, depois do 25 de Abril, foram as melhores as relações com a tropa portuguesa na Guiné (*Aristides...*, 2012, p. 214) O segundo fator foi o facto de o militar que se impôs como figura determinante ter sido Ernesto Melo Antunes que se revelou, entre todos os políticos portugueses da Revolução de Abril, o que melhor dominava a problemática da descolonização.

Mas o maior protagonismo do MFA na descolonização resultava também de um progressivo alheamento dos dirigentes partidários, cada vez mais preocupados com a

luta pelo poder na metrópole, na qual a questão das colónias continuava a constituir um incómodo. E descuraram a sensibilização dos seus simpatizantes para a importância do que estava em jogo, papel que lhes cabia e que estava intimamente relacionado com a consolidação da democracia em Portugal, que podia ser gravemente afetada – e o foi – com a derrapagem da descolonização. É justo salientar a exceção de Mário Soares, secretário-geral do PS, que esteve envolvido em todas as negociações até ao fim, e de Almeida Santos, mas este ainda não era dirigente nem militante partidário.

O impasse verificado durante a vigência do I Governo Provisório traduzira-se no círculo vicioso em que chocavam posições de princípio, antagónicas, de Spínola e dos movimentos de libertação e que bloqueava o início do processo negocial. As posições dos movimentos de libertação eram dificilmente contornáveis, já tinham sido aceites na OUA e na ONU. A alternativa era o prosseguimento da guerra e, para esta, Portugal encontrava-se numa posição muito mais fragilizada. A Lei Constitucional 7/74, que rompeu o círculo vicioso, consistia num curto texto de três artigos, em que o essencial estava nos dois primeiros que definiam o seu conteúdo:

“Artigo 1.º O princípio de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar, consagrado no n.º 8, alínea a), do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas, implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação. Artigo 2.º O reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933.”

A promulgação da lei desbloqueou o impasse e correspondeu às pressões que o MFA, a classe política em geral e as movimentações populares, vinham exercendo sobre Spínola. Na Comissão Coordenadora do MFA, nos militares mais empenhados no movimento, nos núcleos do MFA nas colónias nomeadamente da Guiné, Angola e Moçambique, nos partidos políticos, a sensibilidade para este dilema estava mais próxima da posição dos movimentos de libertação do que da JSN. Ao anunciar a sua promulgação Spínola pronunciou um célebre discurso em que, declarando-se pronto a iniciar o processo de transferência do poder, recolheu apoio generalizado, se reconciliou com o MFA e assinalou a sua mais notável evolução na problemática colonial, aceitando a situação *de facto* que então se vivia e abandonando em definitivo as teses federalistas. Com esta posição Spínola foi muito mais longe do que as suas atitudes iniciais permitiam supor, e revelou capacidade para aceitar que o possível nem sempre coincide com o desejável. Mas a lei constituiu, sem margem para dúvidas, uma derrota e

um claro recuo no seu projeto de descolonização, que ficava definitivamente enterrado. Se, por um lado, era uma cedência às exigências dos movimentos de libertação, por outro era a recuperação da versão inicial do Programa do MFA que Spínola recusara na noite de 25 de Abril. Quando, no exílio, Spínola escreveu os livros *País sem Rumo* e *Ao serviço de Portugal*, tomou em relação à Lei 7/74 e ao seu discurso posições algo contraditórias. Se, no primeiro daqueles livros, os assumia integralmente:

“A Lei Constitucional n.º 7/74 surgiu como um imperativo de construção do futuro numa hora histórica [...] Promulguei-a sem haver feito o referendo popular que desejava, mas com plena convicção de que ela representava a vontade generalizada do povo português [...] Com a promulgação da Lei n.º 7/74 Portugal ganhou a confiança do Mundo Livre [...]” (pp. 259, 262 e 263),

no segundo denunciava frustração e ressentimento quanto à forma como, já naquela altura, estavam a ser conduzidas as negociações sobre a Guiné e Cabo Verde, cuja viabilização fora, exatamente, um dos objetivos da Lei n.º 7/74 (p. 20). Estes livros eram ajustes de contas com as humilhações das suas derrotas em 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975, com a sua demissão, com a expulsão das Forças Armadas, com o exílio. Regressado do exílio reviu o seu radicalismo e, em várias oportunidades, mostrou ter-se reconciliado consigo próprio e com o sentido da Lei 7/74.

Por definir ficava, ainda, a aceitação da legitimidade dos interlocutores com os quais Portugal deveria negociar, assunto que seria resolvido dias depois.

O acolhimento internacional à nova posição de Portugal tornou-se óbvio com a visita que, uma semana depois, o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, fez a Lisboa, onde teve conversações com instâncias do Estado Português, visando em especial o problema da descolonização. Da reunião com o governo saiu um Comunicado Conjunto das Nações Unidas e do Governo Português, de elevado significado, porque era um compromisso programático que, a partir daí, vinculava o Estado Português. Depois de invocar a Lei 7/74 e reafirmar que o Governo Português reconhecia o direito à autodeterminação e independência de todos os territórios ultramarinos sob sua administração, comprometia Portugal com uma questão de princípio para a ONU e que viria a ter grande importância no futuro, nomeadamente para Angola, onde o enclave de Cabinda era um problema sensível: “Compromete-se a garantir plenamente a unidade e integridade de cada território e opõe-se a toda e qualquer tentativa separatista ou tentativas de desmembramento seja qual for a sua origem.” Esta posição já a Assembleia Geral da ONU tinha assumido com a Resolução 1542 (XV) de 15 de Dezembro de 1960, quando enumerava as colónias portuguesas e,

em relação a Angola, não deixava dúvidas, “Angola incluindo o enclave de Cabinda”. O comunicado particularizava, depois, os aspetos essenciais para cada colónia:

“O Governo Português está pronto a reconhecer a República da Guiné-Bissau como Estado independente [...] reconhece o direito do povo [...] de Cabo Verde à autodeterminação e independência [...] o direito do povo de Moçambique à autodeterminação e independência [...] tomará medidas imediatas para entrar em negociações com representantes da FRELIMO [...] reconhece o direito à autodeterminação e independência do povo de Angola [...] tem intenção de estabelecer, em breve, contatos com os movimentos de libertação [...] reconhece o direito à autodeterminação e independência do povo de São Tomé e Príncipe [...]

O essencial da parte final do Comunicado estava no facto de, para além da aceitação da Guiné-Bissau como um caso especial em que se lhe conferia o estatuto de Estado independente, fazer menção explícita, e exclusiva, aos movimentos de libertação das outras duas colónias em guerra, Moçambique e Angola, como interlocutores para participarem nas negociações com Portugal. Era a confirmação da Resolução 2918 (XXVII) de 14 de Novembro de 1972 da AG da ONU que reconhecia que os “[...] movimentos de libertação nacional de Angola, Guiné (Bissau) e Cabo Verde e Moçambique são os representantes autênticos das verdadeiras aspirações dos povos daqueles Territórios [...]

O presidente da República, como reflexo da maior atenção que queria conferir aos problemas da descolonização decidiu, por despacho de 5 de Setembro de 1974, criar um órgão de acompanhamento dos processos em curso, a Comissão Nacional de Descolonização. Era um órgão de consulta e conselho que, na prática, já existia informalmente, pois reunia as entidades da cúpula do Estado que já vinham estando mais envolvidas na descolonização. Aliás, o preâmbulo do despacho dizia mesmo que se tratava de uma institucionalização. Era presidida pelo presidente da República e constituída pelo primeiro-ministro, chefe do estado-maior-general das forças armadas, um ministro sem pasta, o ministro da Coordenação Interterritorial e o ministro dos Negócios Estrangeiros. Estes três últimos eram Melo Antunes, Almeida Santos e Mário Soares, os ministros que estavam mais envolvidos nas negociações. Tinham também assento na Comissão, quando se encontrassem em Lisboa, o embaixador de Portugal junto da ONU e os altos-comissários das províncias ultramarinas. O presidente da República podia ainda designar outros membros do governo ou convocar para as reuniões, quando as agendas o justificassem, altas individualidades, governantes, militares ou especialistas, cuja presença fosse conveniente. Competia à Comissão,

segundo o despacho, a análise dos processos em curso e a definição de linhas de atuação gerais ou de diretivas que o presidente da República submetesse à sua apreciação.

O diploma só seria promulgado em 31 de Dezembro de 1974, na presidência de Costa Gomes que passou a convocar a Comissão com maior frequência. Quando a situação se agravou em algumas colónias, nomeadamente em Angola e Timor, foram constituídos gabinetes distintos, no seio da Comissão, para cada uma destas colónias.

A Lei n.º 7/74, o discurso do presidente de 27 de Julho e a nova imagem do Estado português face à descolonização com a posse do II Governo Provisório alteraram profundamente o posicionamento internacional do país, de que fora sinal destacado a visita do secretário-geral da ONU e o comunicado que subscreveu conjuntamente com o Governo Português. Portugal iria deixar de ser um Estado diplomaticamente isolado, para se tornar num dos mais abertos do mundo. De todos os lados chegavam manifestações de regozijo e apoio, da ONU, da OUA, dos países do Terceiro Mundo.

Logo a seguir ao 25 de Abril haviam sido já restabelecidas relações diplomáticas com o primeiro país árabe, Marrocos, e com todos os países da Europa de Leste exceto a Albânia, o que só aconteceria em Junho de 1977. A partir de Julho de 1974 e até Agosto de 1975, as relações foram retomadas com mais oito países árabes, com os primeiros oito países da África Subsaariana e com outros cinco países asiáticos. Com a RPC a normalização das relações só se verificaria em 8 de Fevereiro de 1979. Desde então Portugal só teve relações cortadas com a Indonésia e, precisamente, por razões que derivavam do processo de descolonização, só que, então, foi este país o réu sujeito às pressões das resoluções da ONU. As relações diplomáticas com a Indonésia foram reabertas quando se solucionou o problema de Timor-Leste.

Em 18 de Outubro de 1974, pela primeira vez na sua história, o presidente da República Portuguesa usava da palavra na Assembleia Geral da ONU. Nos princípios de 1975 visitavam Portugal os primeiros chefes de Estado africanos e, em Junho reunia em Lisboa o Comité dos 24, como era conhecida a Comissão de Descolonização da ONU.

A entrada no processo de descolonização na sequência do 25 de Abril e a forma como nele participou, tornaram Portugal um país internacionalmente respeitado. E muito justamente, porque os seus reflexos ultrapassariam as suas fronteiras e as dos países que tinham sido suas colónias, como o viriam a demonstrar as profundas transformações geopolíticas que se seguiriam na África Austral, com as independências do Zimbábwe e da Namíbia e com o fim do *apartheid* na África do Sul.

Negociações em ritmo frenético e em ambiente agitado

Entrava-se no período frenético das negociações que a Lei 7/74 possibilitara. Até aí, os primeiros passos, exploratórios, esboçados pelo novo poder em Portugal no sentido de tentar uma aproximação aos movimentos de libertação, tinham carecido de objetivos políticos bem definidos. Tinham visado abrir caminho para parar a guerra nos três teatros de operações, mas confrontavam-se com o círculo vicioso em que a prioridade de Portugal de um cessar-fogo se chocava com a dos movimentos de libertação do reconhecimento do direito à independência. Por isso não tiveram grande sucesso.

Na série de encontros frustrados e inconclusivos anteriores à definição da posição portuguesa houve, apenas, uma exceção, em que se concluíram negociações com sucesso. A UNITA, em Angola, foi o único movimento que aceitou negociar com Portugal antes da promulgação da Lei 7/74 e do reconhecimento oficial do direito à independência. Em virtude da sua aliança com Portugal anterior ao 25 de Abril, no quadro da Operação Madeira, a UNITA nunca fora aceite na CONCP e era ignorada pela OUA, pela ONU e pela generalidade dos países que apoiavam os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas. Não estava, por isso, vinculada aos compromissos dos movimentos de libertação que recusavam negociar com Portugal enquanto este não reconhecesse formalmente o direito à independência das colónias.

Pouco depois do 25 de Abril o seu presidente, Jonas Savimbi, fez saber, pelos mesmos canais que já lhe haviam proporcionado o contato com os comandos militares portugueses na Operação Madeira, da sua disposição para negociar. Em 14 de Junho de 1974 o general comandante-chefe determinou a ida de uma delegação portuguesa, constituída por oficiais do MFA de Angola, à área de refúgio da UNITA, na região do Lungué-Bungo. Após um dia de conversações com Jonas Savimbi e com os dirigentes máximos do movimento, foi assinado o primeiro acordo de cessação das hostilidades militares. A UNITA passava a poder desenvolver livremente atividade política em todo o território, devendo ficar os seus grupos armados confinados à sua área de refúgio. Este acordo foi sancionado pela JSN. O comando-chefe e o MFA de Angola trataram de explorar este sucesso junto dos outros movimentos de libertação, procurando convencê-los das vantagens da cessação das atividades armadas, mas estes não cederam, até à assinatura da Lei 7/74. E a UNITA foi, mais uma vez, severamente censurada pelos outros movimentos de todas as colónias e pela própria OUA, por se ter antecipado nas

negociações com Portugal, no que consideraram uma mera manobra oportunista, prejudicial à estratégia conjunta dos movimentos de libertação.

Em Julho seguinte, com a publicação da Lei 7/74, o caminho para as negociações com todos os movimentos era desbloqueado. O discurso do presidente António de Spínola, anunciando e explicitando publicamente o alcance da lei, cortava com as suas teses federalistas que, como mais tarde ele próprio reconheceria, já antes do 25 de Abril estavam ultrapassadas: “Quando escrevi o *Portugal e o futuro* tinha verdadeiramente a noção de que já era tarde”, escreveria Spínola no seu livro *País sem rumo* (pp. 250 e 251). Nesse mesmo mês de Julho a condução dos dossiers da descolonização era confiada a Melo Antunes, mas só assumiria, pessoalmente, a coordenação das negociações relativas a Angola e Moçambique, as que se perfilavam como de mais difícil conclusão, conferindo-lhes maior dinamização. Portugal entrava, finalmente, como parceiro na descolonização e até assumiria alguma iniciativa nas negociações, nomeadamente quando se passava à formalização escrita dos acordos.

As negociações com o PAIGC sobre a Guiné, depois dos encontros de Dakar e de Londres, em Maio e Junho e de Argel neste mesmo mês de Junho, concluídos sem acordo, registaram um progresso de peso quando uma representação portuguesa, liderada pelo próprio representante da JSN, Carlos Fabião, com a concordância do presidente Spínola, aceitou a proposta do PAIGC para um contato com uma sua delegação de alto nível, dentro do território da Guiné. Foram os encontros do Cantanhês, em 15, 16 e 18 de Julho que, como escreve Sales Goliás, fizeram avançar o processo mais do que as negociações de Londres (p. 229) e dele resultou uma cessação das hostilidades, *de facto*, em todo o território. Veio na sequência de contatos locais que já se vinham estabelecendo informalmente entre unidades militares portuguesas e grupos do PAIGC, no mato e que tinham resultado em situações de cessar-fogo locais e de confraternização entre militares e guerrilheiros. Em finais de Agosto retomaram-se negociações em Argel, entre delegações do Estado Português e do PAIGC, concluídas em 26 desse mês com o Acordo de Argel, através do qual se estabelecia o cessar-fogo e Portugal reconhecia, *de jure*, a República da Guiné-Bissau. A sua formalização verificava-se em 10 de Setembro de 1974. Para além dos aspetos relacionados com o período de transição e os passos concretos para a transferência da soberania, o mais significativo residia no facto de o PAIGC aceitar a exigência de Portugal de que as negociações sobre Cabo Verde decorressem em separado e, em contrapartida, a parte

portuguesa ter concordado que, no acordo sobre a Guiné-Bissau, constasse o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência.

A situação na metrópole, porém, depois da crise que levou à queda do governo de Palma Carlos e da publicação da Lei 7/74, não serenara. O processo revolucionário estava em marcha, mas o processo contrarrevolucionário já ensaiava os primeiros passos. O presidente Spínola recuava em relação aos sinais do conciliador discurso de 27 de Julho. Anunciara que tomaria nas suas próprias mãos o caso de Angola, tomava iniciativas que suscitavam dúvidas sobre o seu enquadramento com a Lei 7/74 e com o seu discurso de 27 de Julho, mostrava-se desencantado com o resultado das negociações sobre a Guiné e com as notícias que ia recebendo das negociações em curso com a FRELIMO. Face aos graves incidentes provocados pela minoria branca em Lourenço Marques, em 7 de Setembro, contra o acordo com a FRELIMO que estava iminente, deu aso a que se alimentassem suspeitas da sua simpatia com os revoltosos. Reacenderam-se desconfianças, não apenas entre o presidente e as estruturas do MFA, mas dentro do próprio MFA com o progressivo afastamento da “ala spinolista”. A descolonização, não sendo o único problema, era o principal foco deste conflito institucional.

Em 14 de Setembro o presidente deslocava-se à Ilha do Sal, em Cabo Verde, para um encontro com o presidente zairese Mobutu, cujo comportamento em relação a Angola merecia fortes reservas do MFA local e de largos setores da população angolana. Foi uma cimeira muito mal explicada e ainda pior compreendida, cujas conversações suscitaram dúvidas ainda maiores do que as que Spínola tivera nas Lages com Nixon visto que, sobre ela, nunca Spínola transmitiu qualquer informação. Foi de novo um encontro a sós, com intérprete zairese, sem a presença de qualquer das personalidades da sua comitiva, ministros Almeida Santos e Firmino Miguel, membros das suas Casas Militar e Civil, Robin de Andrade, Almeida Bruno e Dias de Lima. Do que não restavam dúvidas é que se teria tratado de Angola e não era abusivo relacioná-la com a anterior cimeira de Spínola com Nixon, sabendo-se das ligações preferenciais que a administração norte-americana mantinha com o presidente do Zaire.

À margem das conversações com Mobutu, o deslocamento ao Sal do presidente António de Spínola rodeou-se de alguns incidentes reveladores de mal-estar, com um grupo de cabo-verdianos a manifestarem-se e a hostilizá-lo. Spínola atribuiu a responsabilidade dos incidentes ao governador, comandante Silva Horta, que já fora empossado depois do 25 de Abril, e exonerou-o de imediato.

As negociações sobre São Tomé e Príncipe, com o MLSTP, iniciaram-se em Novembro, em Argel, vindo o acordo a ser assinado nesta cidade em 26 de Novembro de 1974. Este acordo era inovador na medida em que consagrava, implicitamente, a aceitação de uma dupla legitimidade, a revolucionária e a representativa: a legitimidade revolucionária resultava da aceitação de um único interlocutor, o MLSTP, que fora o movimento de libertação que conduzira a luta pela independência, se bem que sem ter atingido o patamar da luta armada, e que já fora reconhecido por Portugal, pela ONU e pela OUA como o representante do povo de São Tomé e Príncipe; a legitimidade representativa passava pela eleição de uma assembleia, por sufrágio secreto, direto e universal. Desta assembleia sairiam os órgãos de soberania para os quais o presidente da República Portuguesa deveria transferir o poder. O texto do acordo estipulava que a independência seria proclamada em 12 de Julho de 1975 e definia o quadro institucional que deveria assegurar o período de transição até à transferência do poder: um alto-comissário que representava o Estado Português e de quem dependiam as forças armadas; e um governo de transição, com um primeiro-ministro são-tomense e ministros portugueses e são-tomenses.

Apesar da referência expressa no Acordo de Argel com o PAIGC que reconheceria a independência da Guiné-Bissau, à independência de Cabo Verde, o processo negocial tinha sofrido, aqui, algum retardamento. Almeida Santos, no discurso que proferiu na Assembleia Geral da ONU, em 3 de Dezembro de 1974, definira as linhas gerais da posição portuguesa em relação a esta colónia, que contemplava a eleição de uma assembleia com poderes soberanos para a qual seria transferido o poder.

O problema de Cabo Verde sempre se rodearia de algum melindre, dada a sua ligação histórica à Guiné. Aliás, para alguns historiadores, como Oliveira Marques, a história da Guiné e de Cabo Verde constituía uma só. O sociólogo guineense Carlos Lopes considera que “A Guiné e Cabo Verde historicamente ligadas por um passado de cinco séculos, constituem um mesmo conjunto sociocultural.” (p. 49) A Guiné fora, durante muitos anos, uma dependência administrativa de Cabo Verde, só em 1879 foi definitivamente desanexada e passou a constituir uma entidade colonial autónoma, dependente diretamente de Lisboa. O partido legitimado e reconhecido internacionalmente pela ONU e pela OUA era um só, o PAIGC, cujos principais líderes não distinguiam as duas nacionalidades. Amílcar Cabral era um cabo-verdiano da Guiné e um guinéu de Cabo Verde e empenhou-se decididamente no processo unitário. Aliás, na Guiné, o termo cabo-verdiano tinha um duplo sentido, era o natural de Cabo Verde

mas era também o mestiço natural da Guiné. Mas não era uma questão pacífica, como o futuro viria dramaticamente a demonstrar, havia desconfianças e ressentimentos mútuos e claros distanciamentos culturais.

Cabo Verde não passara, nas suas ilhas, pelo patamar da luta armada de libertação mas, diziam muitos guerrilheiros cabo-verdianos, tinham feito a guerra de libertação na Guiné, o que era verdade. No entanto, como afirma Basil Davidson no seu livro *As ilhas afortunadas*, Amílcar Cabral pensava que a luta teria de se desenvolver em Cabo Verde e na Guiné, que os cabo-verdianos tinham de se envolver numa luta comum com o povo da Guiné e foi nesse espírito que, em 1956, se criou um partido comum. Em 1966 cerca de 30 cabo-verdianos tinham feito treino militar em Cuba e havia um plano para desembarcarem nas ilhas de Santiago e Santo Antão, mas o plano foi abandonado porque souberam que um desertor tinha informado a polícia portuguesa e os 30 voluntários acabaram por combater na guerra na Guiné (pp. 91, 112 e 125).

O acordo entre o Governo Português e uma delegação de Cabo Verde, constituída por militantes do PAIGC, viria a ser assinado em 19 de Dezembro, em Lisboa. Para além do reconhecimento, expresso, do direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência, o acordo fixava o dia 5 de Julho de 1975 para a declaração formal da independência e estipulava as modalidades da transição e da transferência do poder, que assentavam num processo semelhante ao negociado para São Tomé e Príncipe. A governação seria assegurada por um alto-comissário com a categoria de primeiro-ministro – e nisto distinguia-se de São Tomé – e de comandante-chefe das forças armadas, um governo de transição com membros portugueses e cabo-verdianos, ao qual competiria promover a eleição de uma assembleia representativa. Seria para esta assembleia, dotada de poderes soberanos e constituintes, que Portugal transferiria o poder, a qual declararia a independência e, posteriormente, elaboraria a constituição do novo Estado. Era também a conciliação de uma dupla legitimidade, a revolucionária que passava pelo reconhecimento de um único interlocutor, o PAIGC e a representativa que assentava num processo eleitoral, por sufrágio secreto, direto e universal, de que sairia a assembleia.

Seria nas mais complexas negociações com Moçambique e Angola que, do lado português, Melo Antunes assumiria o maior protagonismo e lhes conferiria uma estratégia mais elaborada e perceptível. Em ambos os casos havia que contar com dificuldades resultantes da herança violenta da guerra, da fragilidade a que tinham chegado as forças armadas portuguesas, de problemas levantados pelas minorias

brancas, e das interferências externas, quer as das superpotências pela disputa da hegemonia mundial no quadro da guerra-fria, quer dos países vizinhos no quadro mais restrito dos conflitos regionais, em que sobressaíam a Rodésia e a África do Sul no caso de Moçambique e esta última e o Zaire no caso de Angola.

Mas Angola, que apresentava ainda outros condicionamentos específicos assumindo um relevo muito particular, será tratado com muito mais detalhe e desenvolvimento, constituindo, como vimos anunciando, matéria da Parte Segunda.

Em Moçambique a situação militar, já desfavorável para a parte portuguesa em 25 de Abril e com clara tendência para se agravar, colocava como prioridade a obtenção de um cessar-fogo, cuja premência fragilizava a capacidade negocial de Portugal.

Já assinalámos que os primeiros contatos formais com a FRELIMO, em princípios de Junho de 1974, em Lusaka, entre uma delegação portuguesa liderada por Mário Soares e outra moçambicana chefiada por Samora Machel, haviam terminado sem resultados, apesar do clima fraternal evidenciado. Melo Antunes, no seu texto na *História de Portugal*, considerou que, para esse encontro, Mário Soares dispunha de uma capacidade de negociação muito limitada. Spínola, ao enviá-lo a Lusaka, apenas estaria a tentar ganhar tempo, numa manobra dilatória destinada a permitir a rápida organização de outras forças políticas em Moçambique, que pudessem vir a reclamar representatividade no diálogo com Portugal, compensando a força hegemónica da FRELIMO. Dessa primeira reunião de Lusaka nada resultou de positivo e assistiu-se, pelo contrário, a uma intensificação do esforço da luta armada da FRELIMO (p. 190).

Mas Melo Antunes concluiu que esta primeira ronda de negociações, exatamente pelos resultados negativos que denunciavam o irrealismo das posições de Spínola, foi decisiva para a mudança da posição portuguesa face à descolonização, que se traduziria na publicação da Lei 7/74 e no discurso de Spínola de 27 de Julho. Em sua opinião a delegação portuguesa trouxera de Lusaka a ideia mestra de que o prosseguimento das conversações com a FRELIMO exigia que Portugal aceitasse três princípios básicos: o reconhecimento do direito do povo moçambicano à independência completa e total; o reconhecimento da FRELIMO como único e legítimo representante do povo moçambicano; a transferência da soberania para este movimento de libertação. Terá sido, na opinião de Melo Antunes, o aceso debate em torno destas questões fulcrais, a par da evolução dos acontecimentos em Portugal e nas colónias, que determinaram uma evidente aceleração do processo histórico que acabou por conduzir à Lei 7/74, a qual

materializava a prevalência das teses dos setores progressistas do MFA sobre as teses conservadoras spinolistas (p. 190).

Foi com base nestes pontos, dados como adquiridos, que Melo Antunes partiu para Dar-es-Salam, encabeçando a delegação portuguesa à segunda ronda de negociações com a FRELIMO, a qual se iniciou em 30 de Julho. E, agora, vale a pena dar a palavra ao próprio Melo Antunes:

“Antes de partir, tive uma conversa com o general Spínola durante a qual foram acordados os termos em que deveria, nesta fase preliminar, negociar com a representação da FRELIMO. Assim, e de harmonia com a Lei 7/74, deveríamos considerar como adquiridos e, portanto, aceites por Portugal, dois dos três princípios já referidos, a saber: o reconhecimento do direito do povo moçambicano à independência; o princípio da transferência de poderes para a FRELIMO. Quanto ao reconhecimento formal da FRELIMO, o general Spínola adiantou a ideia da assinatura de um protocolo secreto, no qual aquele movimento seria reconhecido como representante legítimo do povo de Moçambique, sem prejuízo das negociações que se seguiriam com a FRELIMO (erigida assim de facto, em interlocutor único) com vista à transferência de poderes [...] Foi com este mandato que parti [...] Regressado a Portugal, dirigi-me imediatamente [...] ao Buçaco, onde se encontrava o presidente da República. Entreguei o documento ao general e expliquei-lhe detalhadamente a forma como tinham decorrido as conversações e as principais dificuldades encontradas e que, no fundamental era [...] a questão do não reconhecimento público da FRELIMO [...] O presidente da República não reagiu desfavoravelmente ao documento que lhe foi apresentado [...] No final, deu o seu pleno acordo para que se fizessem os preparativos necessários à constituição de uma delegação [...] a fim de prosseguir, agora a céu aberto, as negociações com a FRELIMO, partindo das bases provisórias contidas no documento de que lhe fiz entrega.” (pp. 191 e 192)

E, de facto, as negociações prosseguiram em 15 e 16 de Agosto, de novo em Dar-es-Salam. Continuemos com Melo Antunes:

“A delegação [...] continua em Dar-es-Salam as discussões com a FRELIMO, procurando-se então formalizar os seguintes objetivos [...] obter uma composição do governo de transição e uma definição de competências (do alto-comissário e do governo) que evitasse a Portugal ficar em posição desvantajosa e desprestigiante no período de transição; obter o máximo de garantias para os interesses legítimos dos portugueses residentes em Moçambique, sobretudo para aqueles que lá desejassem continuar a viver após a independência; lançar as bases políticas e jurídicas das futuras relações Portugal-Moçambique, no quadro de uma cooperação marcada pela fraternidade, o respeito pelos interesses mútuos, a não-ingerência nos assuntos internos de cada país, o reconhecimento do fator linguístico como laço permanente e privilegiado das relações entre os dois povos e países e elemento estruturante de capital e decisiva importância no futuro da cooperação cultural, económica, científica, técnica e militar; finalmente, obter soluções equilibradas para os problemas decorrentes do cessar-fogo.” (p. 192)

A última fase das negociações voltaria a ocorrer em Lusaka de 5 a 7 de Setembro. Neste último dia foi assinado o acordo, que se baseava no texto que tinha sido negociado em Dar-es-Salam e que fora discutido e aprovado em Lisboa pela Comissão Nacional de Descolonização, presidida pelo presidente da República. O Acordo de Lusaka, ao consagrar o princípio da transferência da soberania para a FRELIMO, sem recurso a consulta popular, reconhecia a prevalência da legitimidade revolucionária que o movimento conquistara através da luta armada de libertação. Como passos concretos e tarefas a cumprir marcava a data da independência para 25 de Junho de 1975, definia as estruturas governativa e militar para o período de transição, assegurava o cessar-fogo *de jure*, determinava a total libertação dos prisioneiros de guerra e previa o prosseguimento de negociações para a regulamentação do contencioso económico e financeiro. As estruturas governativas eram constituídas pelo alto-comissário, que representava o Estado Português e comandava e coordenava as forças militares mistas, por um governo de transição com um primeiro-ministro moçambicano e com ministros portugueses e moçambicanos. As forças militares mistas tinham uma superestrutura, uma comissão militar mista composta pelos comandantes das forças portuguesas e da FRELIMO e, funcionalmente, combinavam unidades portuguesas e unidades da FRELIMO, ficando estas sob controlo superior do primeiro-ministro.

Transições e transferências de soberania

Todas as negociações formais foram, pela parte portuguesa, conduzidas por delegações constituídas por militares e por membros do governo. O ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, integrou todas as delegações e coube-lhe, sempre, o incontornável papel de dar forma jurídica aos textos finais dos acordos. Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, só não participou nas negociações com o MLSTP. Melo Antunes, ministro de Estado, não participou nestas nem com o PAIGC sobre a Guiné, tendo liderado as delegações às negociações sobre Moçambique e Angola.

Apesar das especificidades que rodearam cada uma destas negociações há pontos que, sendo comuns, definem posições de princípio da parte portuguesa. A Guiné foi a exceção, em relação à qual o acordo quase se limitou a reconhecer o novo Estado independente e a definir um período para a retirada dos funcionários e das Forças Armadas Portuguesas. Todos os outros acordos visaram a formalização do reconhecimento por Portugal do direito à autodeterminação e independência, a fixação

das datas das independências e a definição do funcionamento dos órgãos de poder nos períodos de transição. As estruturas de governo assentavam numa matriz comum: alto-comissário nomeado pelo presidente da República que representava a soberania portuguesa, e governo de transição com poderes executivo e legislativo, com ministros nomeados pelo alto-comissário e ministros nomeados pelos movimentos, estes sempre em ligeira maioria. Todos os governos tinham primeiros-ministros nomeados pelos movimentos, exceto Cabo Verde em que o governo era presidido pelo alto-comissário. Em todos eles era atribuída ao alto-comissário a mais alta responsabilidade militar, devendo ser, em Moçambique e Angola, constituídas forças militares mistas. Com a única exceção de Moçambique os acordos estipulavam a realização de eleições para uma assembleia constituinte antes da independência, para a qual seria transferida a soberania e que elaboraria, posteriormente, a constituição do país. Isto é, em S. Tomé, Cabo Verde e Angola seguiu-se um critério misto em que se visava conciliar a eleição de um órgão representativo com a aceitação de interlocutores com legitimidade revolucionária, os movimentos de libertação. A exceção, em Moçambique, deveu-se a existência de um único movimento de libertação e à extensão que atingira o esforço de guerra da FRELIMO, que levaram a que a legitimidade revolucionária se sobrepusesse à componente democrático-representativa. Nas três colónias em guerra, os acordos formalizaram o cessar-fogo *de jure*.

Em síntese, pode considerar-se que, tendo como grandes condicionamentos a realidade resultante da guerra colonial em três frentes e a urgente necessidade de lhe pôr fim, as posições que a ONU há muito vinha assumindo sobre as colónias portuguesas e sobre os movimentos de libertação, a fragilidade das estruturas do poder portuguesas em consequência da uma rotura política revolucionária e da instabilidade subsequente, apesar disso Portugal seguiu, nas negociações para a transferência do poder nas colónias, uma estratégia coerente e fiel a princípios fundamentais que constituíram os grandes objetivos. Esses objetivos eram o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência, a recusa do puro abandono ou de modelos neocoloniais e a defesa dos interesses nacionais.

Tal estratégia materializou-se pelo progressivo cumprimento de um conjunto de tarefas globais, das quais se destacam a definição do enquadramento legal e constitucional, as negociações de cessar-fogo nas colónias em guerra, a legitimação dos interlocutores para as conversações, as negociações das transferências do poder e das modalidades dos períodos de transição e, por fim, a preparação de relações frutuosas de

cooperação para o futuro pós-independências. Aliás, como salientou Boaventura de Sousa Santos, a própria condição semiperiférica de Portugal nunca teria favorecido as pretensões neocoloniais, que as houve, na relação pós-colonial. Pelo contrário, abriu potencialidades para o novo relacionamento entre o Próspero que nunca o fora e os Calibans que tinham deixado de o ser (pp. 29 e 49).

Sendo esta a estratégia global, dela decorreram estratégias particulares, de acordo com as especificidades de cada uma das colónias. Ainda que se verificassem pontos comuns não havia dois territórios em que coincidissem todas as condicionantes, o que permite afirmar que cada colónia era um caso distinto. Ao buscarmos paralelismos, mergulhamos num *puzzle* intrincado, que não é fácil seguir: na Guiné, Moçambique e Angola foi necessário negociar o cessar-fogo; em Angola teve de se contar com vários interlocutores que viriam a envolver-se em guerras civis; na Guiné e Cabo Verde houve um negociador comum; na Guiné e Moçambique o diálogo foi com um só interlocutor legitimado por via revolucionária e justificou-se a direta transferência do poder; em Moçambique e Angola enfrentaram-se manobras golpistas de minorias brancas; em S. Tomé, Cabo Verde e Angola assentou-se no sufrágio eleitoral para uma assembleia constituinte precedendo a independência; Angola enfrentou ameaças separatistas de parcelas territoriais e sofreu intervenções estrangeiras armadas, umas no quadro de conflitos regionais, outras no quadro da guerra-fria.

Apesar dos condicionamentos e obstáculos apontados, Portugal fez questão de respeitar os princípios fundamentais e, atentas as especificidades de cada caso, executou as estratégias definidas. O único caso em que o programa foi violentamente interrompido, impedindo o cumprimento dos seus objetivos, foi aquele onde se verificaram intervenções estrangeiras armadas, Angola. A intervenção estrangeira em Moçambique, com os dramáticos resultados que veio a ter, foi posterior à independência, mas não deixou de afetar a imagem da descolonização. As abusivas interferências externas constituíram, sem dúvida, depois da guerra colonial com a qual, de resto, estão intimamente relacionadas, o principal fator perturbador, responsável pelos desfechos mais negativos da fase da transferência do poder da descolonização das colónias portuguesas.

A defesa dos interesses nacionais rodeava-se de aspetos delicados, sujeita a interpretações equívocas, pois não devia entender-se como defesa de interesses decorrentes de privilégios coloniais, racistas, assentes em mão-de-obra compulsiva e barata, regimes preferenciais ou monopolistas, migrações forçadas, estatutos de

indigenato e de exclusão, ainda reais apesar de legalmente extintos. Teriam de ser interesses entendidos numa base de legitimidade assente no trabalho ou no investimento e que fossem compatíveis com a condição de estrangeiros em novos países independentes e, principalmente, interesses de natureza histórica, cultural e de proximidade afetiva, nomeadamente os relacionados com a língua portuguesa, que facilitassem relações preferenciais de cooperação futura. Não era fácil, para os colonos portugueses, mesmo aos que não se inscreviam nos estratos que mais beneficiavam com a exploração colonial, mentalizarem-se para esta nova realidade. E não era também fácil a muitos dos colonizados ultrapassarem traumas e ressentimentos acumulados. No essencial foi a violência e a instabilidade interna, que se agudizou na fase de transição em Angola e nas pós-independências em Angola e Moçambique, a causa maior do falhanço do objetivo de assegurar a permanência do maior número possível dos portugueses que o desejassem, que era um interesse nacional.

Mas a fase da transferência do poder, nas várias colónias, não iria ser isenta de obstáculos. A seguir ao 25 de Abril e até às independências, para além das dificuldades políticas que envolveram as negociações, todas as colónias foram palco, com maior ou menor intensidade, de vagas de agitação e perturbação social, quer no campo das reivindicações laborais quer no de alguma conflitualidade étnica e política. Houve, além disso, que enfrentar a herança da guerra, com as forças armadas portuguesas a acusarem o desgaste a que tinham chegado no final de 13 anos, e os reflexos dos anseios contraditórios das várias componentes da sua heterogénea composição.

A aproximação da independência e a busca de fórmulas para a transferência da soberania acrescentava novos focos de conflito. Apareceram novas formações políticas, algumas representando interesses obscuros, que procuravam adquirir uma legitimidade que não correspondia ao seu alheamento durante a luta de libertação. Setores da minoria branca optaram por manobras desesperadas, chegando a esboçar ameaças de golpes armados e atos de terrorismo, visando utópicas soluções de tipo *apartheid* segundo o modelo rodesiano, cavando cisões que contribuíram para o êxodo que, posteriormente, se verificou. Intensificaram-se as guerras civis e as interferências externas, quer das superpotências quer dos países vizinhos, Rodésia e África do Sul em Moçambique, desta e do Zaire em Angola, que já se haviam verificado durante a guerra colonial mas assumiam, agora, o carácter de autênticas intervenções militares.

Na Guiné a situação estava, à partida, mais clarificada, pelo que foi onde se manteve mais controlada sob a liderança de Carlos Fabião, que permaneceu no governo

até ao termo da soberania portuguesa. Mas a transferência do poder esteve longe de ser fácil, como Golias retrata em *A descolonização da Guiné-Bissau*. Problemas internos do PAIGC, o complexo mosaico étnico, as roturas entre guinéus e cabo-verdianos que cedo começaram a revelar-se, o voluntarismo de alguns quadros políticos e comandos da guerrilha, as interferências externas do Senegal e da Guiné-Conackry, a difícil manobra da retração do dispositivo militar português, as interferências de Spínola que tentava salvar o seu ultrapassado projeto de referendo, o problema da desmobilização das tropas e milícias africanas das Forças Armadas Portuguesas, foram questões que o MFA da Guiné conseguiu ultrapassar com sucesso, por vezes sem contar com definições claras da metrópole onde o ambiente de crise também se agravava.

Cabo Verde assistiu, em algumas ilhas, a manifestações e confrontações entre grupos pró e contra o PAIGC, e outras de natureza laboral que chegaram a forçar o envolvimento de forças policiais e militares. O arquipélago conheceu três governadores do 25 de Abril à independência, Silva Horta, Duarte da Fonseca e Almeida d'Eça.

Em São Tomé e Príncipe a situação atingiu maior gravidade com a agitação a estender-se à generalidade das empresas agrícolas, as “roças”, que eram a base da economia da colónia e que seriam abandonadas pela quase totalidade dos quadros e técnicos portugueses, deixando-as em situação extremamente precária. O governador anterior ao 25 de Abril, Cecílio Gonçalves, manteve-se em funções até finais de Julho sendo substituído por Pires Veloso, oficial do MFA e, tanto um como outro, conseguiram manter a situação controlada. Mas Pires Veloso teve que enfrentar uma radicalização do MLSTP, com origem nos quadros mais jovens, que chegaram mesmo a aliciar elementos do recrutamento local do Exército, ameaçando com a tomada violenta do poder. A firmeza de Pires Veloso e dos homens do MFA na colónia conseguiu, apesar das dificuldades, travar esses radicalismos.

Em Moçambique, durante o governo de Soares de Melo, nomeado a seguir ao 25 de Abril, verificou-se forte agitação social mas a situação era de impasse, de expectativa pelas negociações em curso e de contestação e ameaças por parte de alguns setores minoritários da comunidade branca, a que se juntavam grupos dissidentes da FRELIMO. Um grave acontecimento podia ter perturbado as negociações quando já iam bastante adiantadas. Em Omar, na fronteira norte, uma companhia do Exército, na ausência do seu comandante e em condições mal esclarecidas, permitiu a entrada no aquartelamento de elementos da FRELIMO acabando por ser cercada, desarmada e conduzida, prisioneira, para a Tanzânia. Estes militares portugueses só seriam

resgatados depois de concluído o Acordo de Lusaka. Episódio revelador da desmotivação e passividade a que haviam chegado algumas unidades e da insensibilidade de muitos militares para o prejuízo que tal acarretava para as posições negociais portuguesas, não apenas pelo trunfo que oferecia à outra parte, mas também pela imagem de debilidade que as nossas forças transmitiam.

Este incidente acabou por fornecer argumentos aos sectores radicais da minoria branca de Moçambique, já bastante ativa. Estes sectores, contando com apoios na Rodésia e África do Sul e que, já nos últimos tempos da guerra, face ao avanço da FRELIMO no centro da colónia, haviam hostilizado exuberantemente as forças militares portuguesas em Janeiro de 1974 na Beira, Vila Pery e Vila Manica, meios onde era sensível a influência racista rodesiana, evidenciavam sinais de inquietação, para a qual também contribuía algum radicalismo da comunicação social, onde tinham passado a ter influência vozes ligadas ao movimento de libertação.

No dia 7 de Setembro, quando se assinava o acordo de Lusaka, grupos da população branca revoltaram-se em Lourenço Marques e ocuparam as instalações do Rádio Clube de Moçambique, anunciando-se como Movimento Moçambique Livre (MML). Segundo o relato de Clotilde Mesquitela, que se declarou como dirigente do MML, no seu livro *Moçambique – 7 de Setembro*, o rastilho que incendiou uma situação muito tensa, que se vinha agravando desde Maio, foi provocado por alguns ativistas que, fazendo-se passar por frelimistas, circularam na baixa da cidade arvorando num automóvel a bandeira da FRELIMO e arrastando no chão a bandeira portuguesa, o que despertou a raiva e o despeito acumulados em camadas da população urbana. Jorge Jardim, que apesar de solicitado não aderiu ao levantamento, confirma esta versão com algum pormenor no livro *Moçambique terra queimada* e afirma: “[...] só semanas depois vim a saber por pessoas identificadas e idóneas, que o ato provocador de arrastar a bandeira nacional fora premeditado e pago para se obter a reação que convinha desencadear [...]” (pp. 339 a 353) Perante a indecisão e até alguma colaboração de alguns comandos militares, rebentou uma onda de assaltos a instalações de órgãos identificados como simpatizantes da FRELIMO, redações de jornais, sedes da Associação Académica e dos Democratas de Moçambique. O MML apelava à mobilização e à violência e fazia constar que contava com o apoio do presidente Spínola que, aliás, nunca dele se demarcou com clareza. Logrou ocupar alguns pontos estratégicos da capital, como o aeroporto e os CTT, fez explodir um paiol, libertou os agentes da DGS da cadeia da Machava, e conseguiu alastrar a rebelião a outras cidades,

nomeadamente à Beira. O MML pediu auxílio à África do Sul, mas o voluntarismo e improvisação evidenciados não terão convencido os seus vizinhos. Acabaram por render-se no dia 10, sem atingirem os seus objetivos de travar a aplicação do Acordo de Lusaka e a tomada de posse do novo alto-comissário Vítor Crespo. Mas deixaram um passivo de dezenas de mortos, centenas de feridos, milhões de contos de prejuízos materiais, agudização das paixões e ódios raciais e provocando a primeira fuga maciça de brancos para a África do Sul e Rodésia.

Após a grave rebelião do MML, com a tomada de posse de Vítor Crespo, elemento destacado do MFA com o peso institucional de ser membro da sua Comissão Coordenadora e do Conselho de Estado, com a legalização da FRELIMO em território moçambicano e com a entrada em funções do Governo de Transição (GT) e das Forças Militares Mistas (FMM), a situação em Moçambique tendia para a normalização. Mas em 21 de Outubro um novo incidente em Lourenço Marques, agora entre militares de uma companhia de comandos portuguesa e militares da FRELIMO, alastrou a vários sectores da população, reacendendo ódios acumulados desde o 7 de Setembro e saldando-se num elevado número de mortos e feridos. A ação enérgica do comando militar acabou por dominar a companhia de comandos sublevada e, pode dizer-se, depois a situação conheceu uma relativa acalmia até à transferência da soberania.

O papel de Ernesto Melo Antunes

Já relevámos o papel que teve Ernesto Melo Antunes na participação de Portugal na descolonização das colónias africanas de Portugal. Militar destacado do MFA, fora responsável pela redação do manifesto *O Movimento as Forças Armadas e a Nação* e da versão inicial do *Programa do MFA*, nos quais deixava entender os primeiros sinais do seu posicionamento face à guerra e ao direito à autodeterminação dos povos das colónias. Viria a liderar, pelo lado português, as negociações com os movimentos de libertação de Moçambique e de Angola e a revelar-se, entre todos os políticos portugueses da Revolução de Abril, militares ou civis, aquele que possuía uma reflexão mais coerente e elaborada sobre a descolonização. Cremos que, no âmbito deste trabalho, se justifica levar um pouco mais longe o registo do papel daquele que ficou, justamente, conhecido como o ideólogo do MFA, e da importância do seu contributo para este capítulo determinante da nossa história recente.

“A descolonização foi uma tragédia.” Estas palavras, retiradas do contexto de uma entrevista de Melo Antunes à RTP 1 em 25 de Abril de 1999, terão sido as mais insistentemente recuperadas, mais vezes citadas e mais frequentemente invocadas, de todas as que proferiu sobre a descolonização. A intenção era óbvia. Já no fim de um longo padecimento em luta contra a doença que poucos meses depois poria fim à sua vida, com uma aparência física chocantemente debilitada, pretendia-se utilizar essas imagens e o conteúdo da afirmação apresentando-as como o ato de contrição do maior responsável português na descolonização que, assim, manifestaria publicamente o seu arrependimento ao prestar contas da sua vida.

Fora do contexto e isolada do resto do discurso que completava uma ideia, a frase constitui uma manipulação redutora, abusiva e que desvirtua, em absoluto, o pensamento de Melo Antunes sobre a descolonização das colónias portuguesas, sobre o desempenho do MFA e, em particular, o dele próprio. O que Melo Antunes declarou, de facto, nessa entrevista, foi “A descolonização foi uma tragédia, como uma tragédia foi a colonização”. A inclusão da segunda parte da frase faz toda a diferença, e a importância e o seu alcance na globalidade não autoriza a sua citação sincopada, porque é no seu todo que está o essencial do pensamento de Melo Antunes.

Considerava ele, na linha que ao longo deste trabalho vimos destacando, que colonização e descolonização são indissociáveis na análise de um mesmo processo histórico, do qual a descolonização foi o seu desfecho, pelo que esta só pode ser compreendida no contexto do percurso histórico que começa com a colonização. Quem lidou de perto com Melo Antunes e com ele falou destes problemas, sabe que este era um dos pilares do seu pensamento que, aliás, deixou expresso, sem deixar margem para interpretações equívocas, em alguns dos seus escritos.

No texto com que apresentou e prefaciou o livro de João Paulo Guerra, *Descolonização portuguesa – o regresso das caravelas* (2009), escreveu:

“Não há descolonizações bem feitas, pela boa e simples razão de que não há colonizações boas. Gostaria que me apresentassem alguma descolonização que não tivesse tido consequências mais ou menos dramáticas. E a origem desse dramatismo está fundamentalmente na própria essência do colonialismo. É o colonialismo, antes de mais nada, a própria fonte do drama colonial e das descolonizações. Claude Lévy-Strauss dizia que a colonização foi o pecado maior do Ocidente. Foi. E por isso mesmo é que a história das colonizações é uma tragédia para os povos que as suportavam como para os próprios povos que as exerciam.” (p. 18)

Esta afirmação, Melo Antunes repeti-la-ia em seus escritos e intervenções públicas e não autoriza interpretações dúbias.

E para que não subsistissem equívocos, como aqueles que residem na pretensão de que a colonização portuguesa tinha sido diferente, suave, benévola, paternalista, assimiladora, para os que teimam que nem sequer teria havido colonialismo mas tão só uma política nacional única, estendida ao ultramar, Melo Antunes foi perentório: “A colonização portuguesa foi tão má como as outras.” (p. 18) Denúncia que levou mais longe no texto, mais detalhado, com que colaborou na *História de Portugal* dirigida por João Medina a que deu o título “A descolonização portuguesa: mitos e realidades”:

“E não se venha dizer, como se tem dito e repetido até à exaustão, que o colonialismo português foi um caso particular entre todos os outros colonialismos, que não havia racismo, que as relações entre brancos e pretos sempre foram pautadas pela brandura dos nossos costumes e que, inclusive, nem sequer soubemos ou quisemos explorar as colónias, em termos económicos, como foi o caso em outros impérios coloniais. São os mitos que, uma vez lançados por interesse ideológico de uma dada classe dominante, tendem a perpetuar-se, sem crítica [...]” (pp. 196 e 197)

Referir, no discurso de Melo Antunes, a tragédia da descolonização isolando-a da referência à tragédia da colonização, da qual decorre, é uma traição ao seu pensamento. A sua leitura do fenómeno da descolonização inscrevia-se no que designava uma “visão comprometida da História”, visão progressista, dinâmica, de um processo cumulativo que avança, em que o presente tem raízes no passado e está, por sua vez, a lançar as sementes que vão gerar o futuro. E sabia que era uma leitura que se colocava contra outras leituras, mais retrógradas mas que não deixavam de ser também comprometidas, se bem que com diferentes visões da História. Era um dos aspetos em que se demarcava do general Spínola e que concretizava na apresentação do livro de João Paulo Guerra: “O general Spínola tinha [...] uma visão anacrónica da questão colonial, ao pensar que ainda era possível a constituição de uma federação de países de expressão portuguesa quando já tinham passado 13 anos de guerra [...]” (2009, p. 15).

Esta sua visão da História inseria-se numa das bases conceptuais que mais solidamente sustentaram a sua formação ideológica e a maneira como esta se refletiu no seu projeto para a descolonização. Sintetizava-a assim:

“[...] não é possível entender a História recente deste país dissociando os dois termos desse conceito que é profundamente unitário. Haveria, por um lado, o fascismo, ou a ditadura, ou o fascismo à portuguesa, como outros dizem e, por outro lado, o colonialismo? Não. Era o mesmo sistema de poder e de opressão.” (p. 17)

Esta convicção, de que colonialismo nas colónias e fascismo na metrópole faziam parte do mesmo sistema ditatorial opressivo, é recorrente no seu discurso dominado por uma grande honestidade intelectual e influenciou, decisivamente, a coerência que ele próprio conferiu à participação portuguesa nas negociações para a transferência do poder.

O primeiro documento formal do MFA que, aliás, anunciava o seu nascimento e que, não sendo da sua exclusiva autoria, tem a marca determinante da sua contribuição, nomeadamente no que respeita à questão colonial, foi o manifesto *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação* aprovado em 5 de Março de 1974 na reunião de Cascais. Apesar do contexto desfavorável em que surgia, ditadura, guerra colonial, conspiração clandestina, necessidade de atrair para o movimento sectores militares alargados para muitos dos quais a questão ultramarina era tabu, nele já deixava transparecer aquela preocupação. Era um documento de reflexão, ousado, que denunciava a incapacidade do poder de então para enfrentar a gravidade do problema da guerra cuja solução teria de ser política e não militar:

“[...] uma solução política [...] que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios [...] Sabem [...] os militares conscientes, que tal solução jamais será consentida pelo poder, que a si próprio se arroga o direito de exclusivo em matéria de patriotismo, e se pretende apoiado pela nação. Contestamos, pois, o exclusivo e o apoio proclamados.”

Mas era também um projeto dinâmico, de ação, uma convocação à revolta:

“E porque assim pensamos, entendemos necessário, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do país, que o poder político detenha o máximo de legitimidade, que as suas instituições sejam efetivamente representativas das aspirações e interesses do povo. Por outras palavras: sem democratização do país não é possível pensar em qualquer outra solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós”.

Claro como água, liberdade para as colónias e liberdade para Portugal, eram as duas faces da mesma moeda, e esta era a luta contra a ditadura do chamado Estado Novo.

O *Programa do MFA*, cuja versão original também fora maioritariamente de sua autoria, constituía, na referência à descolonização na versão final que foi tornada pública, um recuo, resultado dos compromissos a que a Comissão Coordenadora do MFA se viu obrigada ao negociar com a JSN, liderada por um general Spínola ainda muito condicionado pelas teses que divulgara no livro *Portugal e o futuro*, e que não assentavam na mesma perspetiva histórica. Melo Antunes, ainda nos Açores, não participou nessa reunião que adulterou o texto inicial.

Depois de proclamadas as independências e passado o imediatismo das análises e reações em cima da hora que, tantas vezes, prejudicam a reflexão racional, Melo Antunes nunca desperdiçou as oportunidades para confirmar as suas posições de princípio. Em 27 de Março de 1983 diria, em discurso na “Conferência de Solidariedade com os Povos da África Austral” que decorreu em Lisboa, que “O 25 de Abril foi, em grande parte, consequência duma consciência anticolonial [...]”

Melo Antunes perfilhava a convicção de que os movimentos de libertação das colónias na sua luta contra o colonialismo, e os movimentos oposicionistas portugueses no seu combate contra a ditadura, eram aliados numa luta comum, ideia que alguns dirigentes dos movimentos anticoloniais também comungavam. Era uma convicção que se inseria na sua visão comprometida da História e que, em termos exemplares, sintetizou no livro de João Paulo Guerra: “[...] estávamos do mesmo lado da História.” E, corajosamente, acrescentou: “E isto é bom que fique dito de uma vez por todas. Não me envergonho de o dizer e de acrescentar mesmo que esse é um dos aspetos que mais honram a revolução do 25 de Abril” (2009, p. 17). O que, sendo verdade, não deixou de ter influência nas negociações para as transferências do poder.

Melo Antunes era muito severo com as teses abertamente integracionistas, ou próximas, mas não o era menos com as teses que chamava de “capitulacionistas” e “entreguistas”, de abandono completo e imediato dos territórios coloniais. Em sua opinião, as posições que se confrontaram no seio do MFA logo a seguir ao 25 de Abril e que, de resto, já tinham emergido durante a conspiração, foram duas concepções distintas da descolonização, uma a que chamava “linha Spínola” e que defendia uma solução política de tipo federativo ou comunitário, e uma outra que se lhe opunha radicalmente defendendo a independência total. Ambas se reclamavam da mesma fonte legitimadora, o Programa do MFA. A verdade é que, como já várias vezes registámos, o próprio Spínola viria, posteriormente, a reconhecer, no seu livro *País sem rumo*, escrito no exílio depois do seu falhanço no 11 de Março de 1975 que, quando escrevera o *Portugal e o futuro*, tinha verdadeiramente a noção de que já era tarde (p. 250).

Já vimos que o impasse que subsistiu, até à publicação da Lei 7/74, prejudicou o arranque das negociações e Melo Antunes considera que foi esse impasse que tornou inevitável a Lei 7/74. A qual correspondeu, também, à assunção do protagonismo de Ernesto Melo Antunes nesse processo, pondo em marcha o seu pensamento.

Acentuamos o que atrás já deixámos registado, a participação portuguesa na transferência do poder nas colónias portuguesas correspondeu a um pensamento

estratégico. Obviamente que não houvera uma estratégia previamente concebida, amadurecida, que não era viável na situação de clandestinidade em que a oposição militava e em que o 25 de Abril foi preparado. Mas os objetivos definidos, a consciência dos condicionamentos incontornáveis, a identificação dos inimigos, os faseamentos programados, as tarefas delineadas e concretizadas, configuravam um pensamento estratégico e a sua aplicação concreta. Melo Antunes perfilhava esta opinião e foi quem melhor a explicitou. E foi também o seu principal artífice pois, verdadeiramente, essa estratégia só começou a tomar forma depois da clarificação com a Lei 7/74 e dele ter assumido a liderança das negociações com os movimentos de libertação.

Melo Antunes pronunciou-se sobre isto, com lucidez, nas apresentações e prefácios dos livros *Angola do Alvor a Lusaka* e *O regresso das caravelas*. Escreveu no primeiro:

“É que, contrariamente a muitas ideias feitas e deliberadamente repetidas e difundidas com o intuito claro de fixar uma certa interpretação da história, houve de facto, não o caos, a desordem, a infantilidade, a irresponsabilidade ou até a traição, mas sim um verdadeiro pensamento estratégico que, embora combatido de muitas partes (incluindo de sectores ditos progressistas) acabou por prevalecer, e cujo eixo motor se resumira a isto: o de que o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência dos povos submetidos à dominação colonial era a pedra angular de um processo global de luta que envolvia, por um lado, a descolonização e, por outro, a liquidação de um sistema de poder a que então se chamava colonial-fascista.” (p. 12)

Mais à frente acentuava um ponto no qual centrava a sua atenção quando invocava essa estratégia:

“O ponto de partida não era o cessar-fogo a todo o custo, como simplisticamente pretendiam certos políticos. O ponto de partida era a negociação dos termos em que a antiga potência colonial entendia realizar, na prática, o exercício do direito à autodeterminação e independência. Assim, o cessar-fogo, que todos aliás desejávamos, era o ponto de chegada de um processo negocial complexo e difícil efetuado à luz dos novos valores políticos, ideológicos e humanos que emergiram da Revolução.” (id)

Melo Antunes reiterava estes pilares do seu pensamento estratégico na conversa com Manuela Cruzeiro e que esta publicou (p. 107). Mas havia condicionamentos vários, um deles era a própria guerra colonial cujo prolongamento só desfavorecia Portugal, o outro era a agudização do processo revolucionário e, por isso, exigia-se o aceleração das negociações. Manuela Cruzeiro inclui no seu livro, a invocação destes condicionamentos por Melo Antunes em termos muito claros (p. 117).

Houve, com certeza, nesta estratégia, aspetos menos conseguidos e Melo Antunes assumiu-o. A estratégia é dinâmica, há nós, há o outro e há o imprevisível. A identificação do outro colocava-se em dois planos. No primeiro plano era o outro no processo negocial. Eram os movimentos de libertação que partilhavam, com a parte portuguesa, o essencial do objetivo, a independência, situando-se as divergências nos aspetos processuais, no faseamento, na transição, no contencioso. Mas havia um segundo plano, um outro que não tinha nada a ver com o anterior e que era multiforme, incluía os que se opunham no campo dos princípios, nos objetivos, que recusavam as negociações, que eram contra a independência, mas também os que contestavam o facto de não terem sido reconhecidos como interlocutores legítimos.

Entre os imprevistos mais nefastos contaram-se as intervenções externas armadas. Portugal e os movimentos de libertação tiveram de se confrontar com poderosas forças externas que tentaram travar, ou desvirtuar, incluindo pela força das armas, a descolonização das colónias portuguesas. Foi nas colónias onde se verificaram intervenções externas armadas, na fase da transferência do poder e nas que se seguiram, que os processos se tornaram trágicos. As frustrações que estes imprevistos causaram a Melo Antunes, compreensíveis, não lhe impediram a consciência de que o objetivo estratégico fora conseguido: “A descolonização foi a que tinha sido concebida no projeto revolucionário como um dos objetivos fundamentais da transformação deste país, e isso foi atingido.” (pp. 107 e 108)

Melo Antunes foi a figura central desta estratégia, da sua conceção, da persistência na sua condução, da consecução dos seus objetivos. E, até, dos seus reflexos a mais longo prazo. Porque é esta estratégia que, apesar dos traumas a curto prazo, está na base das excelentes relações que hoje Portugal mantém com todas as suas antigas colónias, os chamados Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e, num âmbito mais alargado, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Intimamente associado a estas relações está a capacidade que todas as partes revelaram para preservarem o passado civilizacional comum e, acima de tudo, a língua portuguesa como veículo comum de comunicação oficial e cultural. Atente-se nas palavras de Mia Couto: “Em 1975, ano da independência nacional, mais de 60 por cento dos moçambicanos não falava português. 25 anos depois existem ainda 40 por cento de moçambicanos que não falam português.” (2001, p. 187) E, mais adiante: “O português é adotado não como uma herança, mas como o mais valioso troféu de guerra [...] Fala-se hoje mais português em Moçambique que se falava na altura da independência. O

governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa que os 500 anos de colonização.” (pp. 191 e 193)

Idêntica conclusão é extensiva aos outros países africanos que foram colónias portuguesas. Há uma passagem extremamente significativa no livro *Mayombe*, de Pepetela, um romance de guerra, que demonstra a transversalidade da língua portuguesa nas antigas colónias, mosaicos étnicos e culturais. Numa base do MPLA no interior de Cabinda acabava de chegar um grupo de novos guerrilheiros que deviam ser batizados, em cerimónia iniciática, com nomes de guerra. O mais novo dos recém-chegados era quicongo, como o comandante da base, “Sem Medo”. Um veterano, umbundo, propôs o nome de guerra “Onhoca”, que em umbundo quer dizer “cobra”. Sem Medo reagiu de pronto: “Deixa lá o teu umbundo [...] ou lhe dás um nome da língua dele, ou em português, que é de todos.” (p. 84) O rapaz acabou por ficar “Vewe” que, não sendo português nem de qualquer idioma nativo, significava o Volkswagen porque, pela sua timidez, lembrava uma barata. Fora a língua portuguesa que influenciara o batismo. O que importa assinalar é a frase do Sem Medo, “a língua portuguesa é de todos”. O processo de descolonização salvaguardou e reforçou esta herança.

Se quisermos ir mais longe sobre os reflexos externos da estratégia portuguesa na transferência do poder nas suas colónias africanas, nem será abusivo associar-lhe a abreviação das independências do Zimbabwe e da Namíbia e do fim do *apartheid* na África do Sul. A excelência das atuais relações e o prestígio de que Portugal goza nessa parte do mundo, radicam na visão estratégica de Ernesto Melo Antunes.

Porque cultivava a faceta do seu carácter assente na frontalidade, na coragem moral, na assunção das responsabilidades, Melo Antunes convivia mal com atitudes equívocas, autodesculpabilizantes ou autojustificativas. Por isso, no campo específico da descolonização, tranquilo com a sua consciência, um dos aspetos que não suportava era a chamada tese da “descolonização possível”. Chegava, neste particular, a ser radical. Recorrentemente, nos seus vários textos que venho citando, contrapunha, firmemente, que se fez o que tinha de ser feito e recusava terminantemente que se tenha feito o que se fez por não se ter podido fazer outra coisa.

Aquela posição desculpabilizante é, normalmente, assumida quando os que a tomam se vêm confrontados com o paradoxo da “descolonização exemplar”, apodo que terá origem numa fonte desconhecida, eventualmente jornalística quando, num momento de euforia revolucionária, se quis caracterizar as formas como tinham decorrido as negociações e transferências do poder na Guiné e Moçambique. A verdade

é que Melo Antunes recusava, liminarmente, que esses louros tenham sido invocados pelos responsáveis militares do MFA.

Mas também não aceitava, e negava-o com veemência, que tivesse havido da parte da generalidade dos militares portugueses que, nas colónias, enfrentaram situações extremamente tensas, difíceis e que correram riscos nas fases de transferência do poder, atitudes demissionistas ou de abandono. Portugal respeitou escrupulosamente os compromissos que assumiu nas partes lhes couberam nos acordos firmados e os militares portugueses cumpriram as missões que lhes competiam. E isto apesar das pressões deletérias de alguns sectores políticos radicais da metrópole, cujos ecos insistentemente lhes chegavam e, evidentemente, minavam o moral das tropas. Disse Melo Antunes a Manuela Cruzeiro, referindo-se às Forças Armadas Portuguesas, “[...] eu sustento a tese de que não houve movimentos generalizados de abandono, não existiram movimentos generalizados de derrotismo, até de cobardia, se quiser, apesar das acusações desse tipo.” (p. 108) E não deixava de reconhecer e louvar o notável papel das Comissões Coordenadoras do MFA nas colónias, nos períodos agitados da transferência do poder.

6. TENTAÇÕES CELERADAS

Não foi transparente, nem linear, o percurso até à entrada de Portugal no processo de descolonização. E não era apenas a política integracionista, oficialmente assumida pelo Estado Português, que se impunha derrotar. Havia projetos camuflados mais perversos. O poder colonial tudo tentou para impedir o inevitável fim do ciclo africano do império, incluindo manobras subterrâneas de contornos neocoloniais, que levassem a independências declaradas pelas minorias brancas.

Entre as comunidades brancas de Angola e Moçambique, mais acentuadamente nesta última pelas ligações muito estreitas que, há muitos anos, mantinham com a África do Sul e com a Rodésia, sempre houve alguma tendência para admitirem soluções independentistas lideradas pelos colonos brancos, ainda que com algumas *nuances* a distinguiam os moçambicanos e os angolanos.

Já atrás nos referimos ao fenómeno do euronacionalismo, ou leuconacionalismo que, nas primeiras décadas do século XX, emergiu nas colónias de povoamento da África Austral, envolvendo uma geração de brancos, descendentes de colonos mas já nascidos nas colónias e que se assumiam como filhos da terra. Nas colónias portuguesas teve expressão em Angola e Moçambique, em meios restritos com maiores ligações na África do Sul e na Rodésia do Sul, onde o fenómeno ganhou muito maior amplitude.

Pretória alimentava uma velha ambição de hegemonizar uma federação englobando as Rodésias, Angola e Moçambique, uma espécie de Estados Unidos de África governados pela comunidade branca, inspirada na doutrina de Monroe, “a África para os africanos” (para os africanos brancos, bem entendido). Na década de 30 houve movimentações euronacionalistas naquelas colónias portuguesas, que se mostravam favoráveis a estas iniciativas. Em plena Segunda Guerra Mundial e receando as dúbias relações de Lisboa com Berlim, Pretória terá mesmo avançado, em coordenação com Londres – as Rodésias ainda eram colónias britânicas –, com planos para ocupação do sul de Angola (“Plano *Shrapnel*”) e de Moçambique (“Plano *Brisk*”). Em 1941, alargou esses planos ao norte de Angola, com a colaboração de Paris e Bruxelas, as potências coloniais no Congo Brazaville e no Congo Leopoldville. Admitia, nestes planos, poder contar com as aspirações separatistas dos colonos angolanos e moçambicanos. Estes países terão chegado a posicionar forças nas fronteiras com as colónias portuguesas (Pimenta, 2008, pp. 165 e 168).

A partir de 1948 os nacionalistas *afrikander* que tinham ascendido ao poder na África do Sul, oficializaram constitucionalmente o regime de *apartheid* que já vinha sendo implantado, progressivamente, por via legislativa ordinária, desde 1913. Era uma evolução incômoda para Portugal, mas não impediu as relações privilegiadas com o Governo Português e a atração que o país representava para os meios mais abastados dos colonos do sul de Angola e Moçambique.

Com o início da guerra colonial em Angola e, depois, em Moçambique, Pretória acompanhou de muito perto e muita preocupação, a sua evolução e foi o maior apoiante do esforço de guerra de Portugal. Em 1965, com a declaração unilateral da independência da Rodésia, que contava com o apoio decidido de Pretória, Salazar alinhou com a rebeldia de Salisbúria. Estava constituído, *de facto*, um bloco branco na África Austral. Publicamente, estes comprometimentos de Portugal eram rejeitados pela política oficial mas, vai-se sabendo agora, só publicamente. E isso é novo.

Nos últimos anos da guerra colonial, nomeadamente com o acesso de Marcello Caetano à liderança do regime, esboçaram-se tentativas de independências de tipo rodesiano em Angola e Moçambique. O que se ajustava ao parecer que Marcello Caetano tinha elaborado, em 1962, para o Conselho Ultramarino, no qual o então futuro presidente do Conselho de Ministros admitia um modelo federal para o “espaço português”, com Angola e Moçambique passando ao estatuto de estados governados pelos colonos brancos. Acresce que estes projetos se harmonizavam com a alteração da política dos EUA proposta por Henry Kissinger e aprovada pelo presidente Nixon, nos finais da década de 60, favorável à manutenção do domínio branco na África Austral. Tavares Pimenta, em *Angola os brancos e a independência*, é muito claro:

“[...] a política colonial marcelista tinha por objetivo último a independência das duas maiores colónias portuguesas, no sentido da formação de “Estados de matriz lusíada” governados pelas elites brancas com auxílio de certos estratos das classes médias negras e mestiças [...] essas elites desenvolveram uma intensa ação política no sentido de obter o controlo do Estado colonial e de preparar as condições para uma eventual separação da colónia em relação à metrópole.” (p. 276)

E, mais à frente, acrescentava que, enquanto primeiro-ministro, a política de Marcello Caetano ia ao encontro das elites brancas das colónias (p. 312).

Assim se faz luz sobre a teia de equívocos que envolve uma série de iniciativas, aparentemente dispersas mas que, afinal, se inscreviam num quadro coerente, que tinha por matriz as independências destas duas colónias em sistemas de tipo *apartheid*. Estas manobras prosseguiram nos primeiros meses depois do 25 de Abril, durante as

negociações com os movimentos de libertação, nos períodos de transição e, até, depois das independências, procurando adaptar-se à evolução que a situação ia conhecendo.

Digamos que, do integracionismo pluricontinental salazarista, que lançou o país e as colónias na tragédia da guerra colonial, se passou, no marcelismo, apesar de não o assumir publicamente, a tentativas neocoloniais de independências brancas em Angola e Moçambique. A Guiné era apenas um empecilho de que se podia abrir mão. Mas se o projeto integracionista era, afinal, uma fraude, os projetos neocoloniais eram anacronismos votados ao fracasso. Tais tentativas, quando o poder já se via forçado a reconhecer que estava a esgotar-se a capacidade de resistência portuguesa, viriam a contar-se entre os obstáculos que mais dificultariam as transferências do poder.

O seu conhecimento é um contributo precioso para a melhor compreensão das conturbadas fases finais dos processos de descolonização de Angola e Moçambique.

Exercício Alcora

Em 1970 Portugal envolveu-se numa aliança com a África do Sul e a Rodésia, países onde vigoravam regimes de *apartheid*. Era o chamado “Exercício Alcora”, cujos contornos se veem conhecendo melhor graças a trabalhos de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes (*Alcora, o acordo secreto do colonialismo*), de Luís Barroso (*Salazar, Caetano e o reduto branco*) e de Maria Paula Meneses, Celso Braga Rosa, Bruno Sena Martins e Amélia Neves de Souto (*As guerras de libertação e os sonhos coloniais*).

Esta aliança tinha antecedentes que remontavam a 1955, quando a África do Sul tentou promover a realização de uma conferência alargada aos países com interesses coloniais no centro e sul de África, Bélgica, França, Portugal e Reino Unido. Com o início da guerra em Angola e com as independências das colónias dos outros países europeus, as preocupações da África do Sul passaram a fixar-se num acordo com Portugal, com cujas colónias tinha fronteiras, que lhe permitisse intervir militarmente em Angola e Moçambique. A Rodésia, desde que declarara unilateralmente a independência, em 1965, passara a ser um país satélite de Pretória e estaria, automaticamente, integrada no acordo que viesse a conseguir-se.

A primeira referência pública ao Exercício Alcora apareceu em 1987, no livro de Kaulza de Arriaga *Guerra e política*. Fazia o elogio deste bloco das minorias brancas na África Austral, mostrando mesmo a sua frustração por ele não ter ido mais longe. Kaulza tinha defendido a ideia do seu alargamento a todo o espaço do Atlântico Sul.

Seria a *South Atlantic Treaty Organization* (SATO), réplica meridional da NATO englobando, em África, Portugal através de Angola e Moçambique, a Rodésia, a República da África do Sul incluindo a Namíbia e, talvez, o Malawi e a Suazilândia. Na América do Sul contaria, pelo menos, com o Brasil, o Uruguai e a Argentina. Era uma visão megalómana, tão ao seu jeito, mas irrealista porque sendo o Alcora um projeto liderado pela África do Sul, cujo objetivo estratégico era a sobrevivência do *apartheid* na África Austral, a maioria daqueles países sul-americanos, obviamente, não alinharia.

Segundo Afonso e Matos Gomes tratava-se de uma verdadeira aliança entre a África do Sul, Portugal e a Rodésia, para criação de um bloco branco, mas Pretória não acreditava que Angola e Moçambique resistissem enquanto colónias dependentes de um poder longínquo. O objetivo estratégico de Pretória passava pela independência branca das duas colónias portuguesas, e Lisboa estava empenhada no acordo sabendo isso. O espírito do Alcora não repugnava a Caetano nem aos responsáveis portugueses, políticos e militares, apesar de manterem o seu povo e os seus militares envolvidos numa guerra em nome do multirracismo e da unidade e pluricontinental.

Na sua minuciosa investigação os autores desvendam os antecedentes do Exercício Alcora. A abertura, pelo MPLA, da III Região Militar no leste de Angola, em Março de 1966 e o alargamento das suas atividades de guerrilha ao Cuando-Cubango, próximo da Namíbia, assustou o poder político e militar em Pretória. Por influência, ou não, deste avanço do MPLA, por essa altura agravou-se o conflito entre guerrilheiros da SWAPO e forças policiais e militares sul-africanas na Namíbia. Em Agosto de 1966 dava-se início ao que a África do Sul chamou a *Border war*, envolvendo as *South African Defense Forces* (SADF) na Namíbia e no Sul e Sudeste de Angola (pp. 84 a 86). Em Junho a África do Sul já tinha colocado meios aéreos militares na Rodésia e, em Julho, efetuara-se uma incursão helitransportada de forças militares rodesianas em Moçambique, na região de Tete, em perseguição de um grupo de guerrilheiros da ZAPU que tinham atravessaram o rio Zambeze, a primeira de muitas que se lhe seguiram até 1974 (pp. 81 e 86). Estava iniciada a triangulação da cooperação militar, no terreno, entre Portugal, a Rodésia e a África do Sul, que não mais deixou de se intensificar. A Força Aérea da África do Sul instalou uma unidade permanente em Rundu, na faixa de Caprivi, para apoio das forças portuguesas no sudeste de Angola e colocou meios aéreos e respetivas tripulações, em permanência, no Cuíto Cuanavale, sudeste de Angola, que passou a ser um centro de cooperação conjunto com as forças portuguesas. Estas ações,

que tiveram lugar em 1968 e 1969 e que foram como que uma preparação prévia do Exercício Alcora, a África do Sul designou-as por “Operação Bombaim” (p. 44).

Portugal nunca permitiu que esta aliança e cooperação no terreno, entre Lisboa, Pretória e Salisbúria, fosse publicamente conhecida, como pretendia a África do Sul, porque tal o identificava com a existência de um eixo branco com dois regimes segregacionistas, que era a negação da política não-racial por si propagandeada (p. 151).

No dia 4 de Março de 1970 realizava-se, em Pretória, uma reunião de altas entidades militares de Portugal e da África do Sul, que formalizava oficialmente o Exercício Alcora. Os países não-alinhados chamaram-lhe, depreciativamente, *Unholy Alliance*, que alguns traduzem por “aliança ímpia”, outros por “aliança celerada”.

O Alcora culminava, agora em novos moldes, o importante apoio que a África do Sul sempre dispensou a Portugal para o seu esforço de guerra em Angola e Moçambique, desde 1961 e sem o qual Portugal não teria resistido tanto tempo. Era o preço político que Portugal pagava e esse preço passava pela consolidação de um bloco branco na África Austral, hegemonizado pela África do Sul e com a participação portuguesa. Os altos responsáveis militares sul-africanos e rodesianos eram altamente críticos à forma como Portugal conduzia a guerra, muito cétricos em relação à capacidade de Angola e Moçambique para poderem resistir enquanto mantivessem os estatutos de colónias dependentes de centros de decisão muito afastados dos teatros de operações. Se a aliança Alcora tivesse perdurado, o passo seguinte teria sido o anúncio das independências unilaterais de Angola e Moçambique (pp. 327 e 328).

O livro de Paula Meneses e outros vai no mesmo sentido do de Afonso e Matos Gomes e a investigação de Luís Barroso também está em linha com estes.

Em suma, a degradação da situação militar em Angola e Moçambique e o envolvimento militar sul-africano, atraíram, irreversivelmente, a defesa de Angola e Moçambique para a órbita estratégica da África do Sul. Os responsáveis em Pretória, com razão, como os anos seguintes amplamente demonstrariam, tinham consciência de que as independências das colónias portuguesas lideradas pelos movimentos de libertação arrastariam, inevitavelmente, o termo do *apartheid* na África Austral.

Opção *Tar baby*

Referimos atrás as grandes linhas da Opção *Tar Baby*, proposta de Kissinger baseada no *National Security Study Memorandum 39* (NSSM39), de 1969, que o presidente Nixon

aprovara. Concluía que os brancos estavam na África Austral para ficar, que tal era favorável ao ocidente e, portanto, aos EUA e, por isso, Washington deveria intensificar as relações com Portugal, Rodésia e África do Sul. Esta viragem foi alvo de duras críticas de estudiosos e analistas da situação na África Austral, nos EUA e não só, por ter prejudicado os interesses de Washington na disputa com Moscovo pelo controlo de zonas de influência no terceiro mundo no quadro da guerra-fria.

A administração norte-americana da presidência de Nixon, que tinha como figura mais influente para os assuntos de segurança e política externa Henry Kissinger foi, já no seu ocaso, abertamente favorável à política colonial portuguesa, mas os acontecimentos que se seguiram vieram a demonstrar que foi uma política de vistas curtas que, apanhada de surpresa pelo 25 de Abril em Portugal, acumularia erros de análise e de opções estratégicas, que enfraqueceram a influência dos EUA junto dos movimentos de libertação e no Terceiro Mundo em geral, favorecendo a URSS. É interessante constatar que Kissinger, que no seu livro *Diplomacia* passa em revista toda a política externa mundial desde a independência dos EUA, com especial ênfase para o século XX, centrada na diplomacia norte-americana, não faz a mínima referência às iniciativas relativas à política colonial portuguesa, nem sequer a Portugal.

Vários autores apontam o dedo a esta política da era Nixon para mostrarem como se tornou natural, e inevitável, que os movimentos de libertação, antes e depois das independências, desconfiassem da política norte-americana e se inclinassem mais para o apoio que lhes era concedido pelo bloco de leste. Revelador é o que escreveu John Marcum na revista *Foreign Affairs* de Abril de 1976, com o artigo "Lessons of Angola": "Os Estados Unidos têm de se conformar com o facto de terem apoiado o anterior regime colonial (em Portugal) e de deixarem que os seus interesses em Angola, após o golpe, se tornassem suspeitos e pouco convincentes para muitos africanos." (p. 423) Tiago Moreira de Sá, em *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*, analisa em pormenor a Opção *Tar Baby* e fá-lo de forma muito crítica:

“[...] os anos de Richard Nixon foram claramente favoráveis a Portugal e às suas pretensões em África, sendo que a sua política africana acabou por contribuir para o enfraquecimento da influência dos EUA junto dos movimentos nacionalistas e, ato contínuo, facilitou a preponderância da União Soviética junto destes últimos na década de 1970.” (p. 40)

Norrie MacQueen também é muito severo para com a administração Nixon: “O resultado da fusão entre os interesses globais americanos e os interesses regionais sul-africanos foi desastroso para Angola e Moçambique.” (p. 216) É óbvio que era ao

cruzamento da Opção *Tar Baby* e do Exercício Alcora que MacQueen se referia.

Muito do que de trágico se passou, posteriormente, nas fases da transferência do poder, da independência e de consolidação da identidade nacional, em Moçambique e Angola, tem a ver com este erro estratégico de Nixon e Kissinger.

Esta inflexão dos EUA coincidiu, no tempo, com o lançamento do Exercício Alcora. Recordemos que, por essa mesma altura, Nixon recomendava a Caetano, nos Açores, que Portugal abandonasse a Guiné que não interessava a ninguém, que cedesse o norte de Moçambique à FRELIMO continuando o sul do “nosso lado”, e que Angola, essa era “conosco”. Freire Antunes, no livro *Os Americanos e Portugal*, sem o dizer expressamente, enquadrava a Opção *Tar Baby* no Exercício Alcora. Dizia que o presidente Nixon aprovou todas as recomendações do seu conselheiro, dando corpo às promessas de solidariedade que fizera aos dirigentes de Pretória e de Lisboa, tornando-se gritante a reorientação de Washington em favor das minorias brancas a partir de 1970. E rematava afirmando que a estratégia de Nixon e de Kissinger visava fortalecer a África do Sul como potência delegada e tutelar da estabilidade na região (pp. 120 e 121). Na análise de Freire Antunes, Alcora e *Tar Baby* estão umbilicalmente ligadas.

Em 25 de Março de 1996, Ian Smith, o político rodesiano que em 1965 liderara a declaração unilateral da independência da Rodésia e fora seu primeiro-ministro até ter dado lugar ao Zimbabwe, deu uma entrevista ao diário português *Público* na qual contou que, logo a seguir ao 25 de Abril, falou com o primeiro-ministro sul-africano John Vorster, perguntando-lhe se queria fazer a sul do Zambeze (presume-se que em Moçambique) um Estado com brancos e negros. O norte iria para o Dr. Banda. Dizia Smith, na entrevista, que achava que era muito bom, que devia ir para a frente, mas que também exigia o apoio da África do Sul. Smith não revelava a resposta de Vorster.

A ideia desta partilha territorial, perspectivada por Smith, inscrevia-se no espírito da conversa que Nixon tivera com Caetano nas Lages (com a diferença de que o norte de Moçambique não iria para a FRELIMO mas para o Malawi), na linha da Opção *Tar Baby* de Washington, na estratégia do Exercício Alcora de Pretória. Eram três peças da mesma engrenagem que encaixavam perfeitamente umas nas outras.

Programa de Lusaka

Nos princípios da década de 70, Jorge Jardim empenhava-se num projeto para Moçambique a que chamou “Programa de Lusaka” que, segundo ele e como detalhou

no seu livro *Moçambique terra queimada*, tinha como objetivo uma declaração unilateral de independência, multirracial, com participação da FRELIMO e liderada pela maioria negra. O programa teria resultado de longas diligências com dirigentes do Malawi e da Zâmbia, onde contava com bons interlocutores. Jorge Jardim era cônsul do Malawi na Beira e homem de confiança do presidente Hastings Banda e, segundo o próprio, os zambianos estabeleciam as pontes com a FRELIMO. As preocupações dos presidentes do Malawi e da Zâmbia seriam, sobretudo, ditadas pela indisciplina militar e pela fraqueza ou incapacidade revelada pelos comandos superiores portugueses, preocupações que também lhes chegavam das autoridades sul-africanas.

O Programa de Lusaka nascera em 12 de Setembro de 1973 e Jorge Jardim, que dizia aceitar a participação predominante da FRELIMO nas estruturas governativas, quisera negociar diretamente com os seus dirigentes. Nunca o conseguiu, porque os dirigentes da FRELIMO não o terão entendido assim.

Em 23 de Janeiro de 1974 terá havido um encontro em Lusaka, com dirigentes zambianos, no qual o plano era menos categórico nos seus objetivos, já só apontava para uma autonomia progressiva e a FRELIMO apenas participaria no processo legislativo. E começavam a desenhar-se alguns contornos indiciadores de que o programa teria algo a ver com um projeto de poder pessoal de Jardim. Teria recebido de Kaunda a garantia de que, se lhe fossem confiadas as funções de governador-geral de Moçambique, poderia contar com o seu apoio e com aceitação por parte da FRELIMO. A garantia de Kaunda do apoio da FRELIMO a uma solução para Moçambique que se enquadrava no modelo colonial, em Janeiro de 1974, parece muito pouco credível. Jardim garantia que não hesitaria, numa situação de crise no governo da metrópole, em antecipar-se tomando a iniciativa de um golpe de estado em Moçambique, mas não revelava com que apoios internos, militares e políticos, contava para isso.

Este programa, tal como Jorge Jardim o apresentava foi, evidentemente, ultrapassado pelos acontecimentos do 25 de Abril de 1974. No entanto Jardim continuava a afirmar que, em 29 de Junho, o principal negociador zambiano, Mark Chona, lhe garantira que continuavam inteiramente válidos os princípios expressos no Programa de Lusaka e que tal teria sido ratificado por Kaunda, pelo presidente da Tanzânia Nyerere (que era pela primeira vez mencionado) e, até, por Samora Machel. E no dia 12 de Julho, quando Portugal já estava em negociações diretas com a FRELIMO e esta já estava prestes a ser reconhecida como único e legítimo representante do povo de Moçambique, Jardim ter-se-ia reunido em Lusaka com Peter Siyovelwu, ministro de

estado adjunto do presidente tanzaniano Nyerere, que lhe garantiu que, no essencial, as suas tomadas de posição coincidiam com as de Samora Machel, considerando indispensável que o governo português reconhecesse, expressa e autorizadamente, o direito de Moçambique à independência sem condições prévias.

Há aqui claras contradições e Jardim nunca conseguiu explicar porque é que sendo, em sua opinião, Kaunda, Mark Chona, Banda, Nyerere, todos grandes suportes do Programa de Lusaka, para o qual até tinha a concordância de Samora Machel e a aceitação do MFA local, todos aceitaram e apoiaram, prontamente, as negociações oficiais entre Portugal e a FRELIMO, servindo mesmo de mediadores e anfitriões das conversações, ultrapassando o Programa de Lusaka sem lhe fazerem qualquer referência. E não se entende como é que a FRELIMO, ao fim de 10 anos de guerra que até lhe estava a ser favorável, ia aceitar que o culminar da sua luta fosse conduzido por um português, que não tinha com a FRELIMO qualquer ligação e que até lhes levantava muitas suspeitas, dadas as suas anteriores ligações ao núcleo mais duro do salazarismo.

No fundo seria um projeto um tanto misterioso, bem na linha das controversas e imaginosas iniciativas de Jorge Jardim e que gerou interpretações diversificadas e discordantes. Homem de inteira confiança de Salazar era um salazarista heterodoxo e, ao mesmo tempo, uma personalidade intrigante e fascinante, com ideias e iniciativas muito próprias e sempre ousadas. Em alguns meios era chamado de “Lawrence da Arábia português”, em referência ao coronel britânico que, na Guerra 1914-1918, se tornara um símbolo das ações irregulares no interior dos territórios árabes e que, adotando os hábitos de vida dos beduínos árabes e vivendo no seu seio, alimentou as revoltas contra o Império Otomano conseguindo notáveis vitórias.

Jardim fora, por iniciativa própria mas com a cobertura de Salazar, à Índia, em 1962, tentar a libertação dos prisioneiros portugueses, empreendimento que envolveu uma série de episódios rocambolescos. Em 1965, com a independência do Malawi, insinuou-se junto do presidente Banda e, tornando-se seu conselheiro e homem de confiança, convenceu-o a formar uma força militar de tipo guarda pretoriana, que escapasse ao controlo dos comandos ingleses que permaneceram depois da independência e que não beneficiavam da confiança da *entourage* do presidente. Foram os *young pioneers* cuja organização, equipamento e formação, foi orientada por militares portugueses em absoluto sigilo, e que as próprias autoridades políticas e militares portuguesas em Moçambique, com exceção do governador-geral, desconheciam. As iniciativas de Jardim colocaram Banda numa posição ambígua,

garantindo uma relativa segurança de Moçambique na fronteira com o Malawi e criando dificuldades para os guerrilheiros da FRELIMO que, não sendo aí totalmente hostilizados, encontraram naquele país alguns condicionamentos na sua movimentação e no estabelecimento de bases. Jardim, que supervisionou a “Operação *young pioneers*” dispôs, para isso, de verbas avultadas que lhe eram facultadas pelos fundos confidenciais do Ministério da Defesa português, que só ele controlava.

As opiniões sobre o Programa de Lusaka são muito díspares. No livro de Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes o último marechal*, o ex-presidente da República que, em 1973-1974, era chefe de estado-maior general das Forças Armadas e conhecia o projeto de Jardim, veio introduzir uma nova interpretação mas que deixa dúvidas, considerando que, na prática, ele resultava de uma iniciativa do presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda. Já Kaúlza de Arriaga que fora, nessa altura, comandante-chefe de Moçambique, expressa uma opinião absolutamente oposta na sua entrevista à *Visão* de 17 de Maio de 1982, garantindo que Jardim queria transformar Moçambique numa espécie de Rodésia, isto é, num regime onde vigorasse o *apartheid*. Também não é convincente, porque o comportamento e o projeto de Jardim não deixavam transparecer a imagem de um apologista do *apartheid*.

Os autores zambianos Phyllis Johnson e David Martin, no livro *The struggle for Zimbabwe*, confirmam a série de visitas secretas de Jorge Jardim a Lusaka, em 1973, para conversações com Kenneth Kaunda. E confirmam também que o presidente zambiano terá falado a Samora Machel no plano para Moçambique e no desejo de Jorge Jardim se encontrar com ele. Mas o presidente da FRELIMO terá recusado a proposta, porque considerava que as conversações deveriam ser entre a FRELIMO e o Governo Português, e não com organizações não-institucionais e que não estavam envolvidas no combate. Revelavam ainda, Johnson e Martin que, em 1973, Kaunda argumentava que a estratégia da Zâmbia se centrava na tentativa de dividir a “aliança desonrosa” de Portugal com a Rodésia e a África do Sul (não o citava mas era, obviamente, ao Exercício Alcora que se referia). Privilegiava os contatos com Portugal mas considerava que a política de Lisboa, de cooperação militar com a Rodésia e com a África do Sul, constituía uma barreira que dificultava o desenvolvimento de boas relações e de cooperação com a Zâmbia. Acrescentavam os autores zambianos que a posição da Zâmbia era a de que os movimentos nacionalistas, como a FRELIMO, deviam ser reconhecidos como um fator político importante que não podia ser ignorado na formulação da política futura (pp. 125 a 129). Isto é, o Alcora estava presente nas

preocupações de Kaunda e o seu combate contra o Alcora não passava por conspirações com Jardim, mas pelo relacionamento com Lisboa.

É verosímil interpretar o Programa de Lusaka no quadro das tentativas de independências lideradas pelas minorias brancas, mas de forma mitigada, fora dos parâmetros rígidos do *apartheid* sul-africano. Jorge Jardim dizia que, quando expôs o seu plano a Marcello Caetano no último encontro que tiveram em Agosto de 1973, este o recusou. A relação entre ambos não assentava numa confiança sem limites como a que Jardim mantivera com Salazar e o pragmático Jorge Jardim, que vivia em Moçambique e tinha aí os seus interesses empresariais, era sensível à evolução desfavorável da guerra. Acresce que o seu interesse em atrair a FRELIMO era incompatível com o Exercício Alcora e, em 1973-1974, era impossível um projeto desta natureza, na África Austral, que escapasse às malhas do Exercício Alcora. Por isso, o Programa de Lusaka era inaceitável para Marcello Caetano, ao contrário do que se passava em Angola e trataremos a seguir. E Caetano recusou-o.

Plano Massangano

Outro episódio que traz luz às obscuras manobras em que o poder, ou personalidades próximas do poder, preparava soluções de modelos neocoloniais que resultassem em independências lideradas pelas minorias brancas nas colónias da África Austral, é o que está no centro de uma polémica trazida a público por duas personalidades destacadas do regime colonial, mas distintamente posicionadas face à política de Marcello Caetano. De um lado o general Silvino Silvério Marques, salazarista, antigo governador-geral de Angola e apologista das teses integracionistas. Do outro o professor Veríssimo Serrão, marcelista. Travaram um debate que o primeiro compilou no seu livro *Marcello Caetano – Angola e o 25 de Abril*.

Conta Silvério Marques como o primeiro-ministro Marcello Caetano, pouco antes do 25 de Abril, se teria envolvido com o governador-geral de Angola, Santos e Castro, numa manobra que passaria pela criação de uma crise artificial, em resultado de um diferendo opondo o governo e o órgão legislativo daquela colónia ao governo central, crise que se deixaria agravar, propositadamente, até desembocar numa declaração unilateral da independência de Angola, proclamada pelo Conselho Legislativo. A declaração da independência teria lugar, simbolicamente, na histórica fortaleza de Massangano, situada na margem do Rio Cuanza já bem no interior a

caminho de Malange, que tinha um significado especial na colonização de Angola. Era um marco da vitória sobre o Reino de N'Gola nos finais do século XVI, aí fora construída uma fortificação que se tornou plataforma da penetração no interior, base da resistência às incursões holandesas nos meados do século XVII, polo dinamizador do comércio de escravos e das trocas comerciais com os chefes das imediações.

Chamemos então, à congeminação entre Marcello Caetano e Santos Castro, “Plano Massangano”, apenas para ficar como referência.

O desfecho desta crise estaria previsto para 15 Agosto de 1974 e os seus promotores contavam com apoios empresariais e militares em Angola. Entretanto interpôs-se o 25 de Abril que frustrou o conluio.

Veríssimo Serrão recusou, liminarmente, que Marcello Caetano pudesse estar envolvido em tal manobra, mas a verdade é que as conhecidas, e já aqui reproduzidas, posições do presidente do Governo Português, favoráveis a soluções federativas lideradas pelas minorias brancas das colónias, conferem credibilidade à tese de Silvério Marques. E há outras fontes que permitem confirmá-la, nomeadamente o jornalista João Fernandes, que foi redator influente na revista de Luanda do tempo colonial, *Notícia*, e o filho de Santos e Castro, José Ribeiro e Castro, que depois do 25 de Abril se tornou conhecido como dirigente político do CDS.

O testemunho de Ribeiro e Castro é algo ambíguo e contraditório, porque registado em duas versões distintas, uma indireta através de Freitas do Amaral, outra direta em entrevista ao semanário *O Diabo*. Diz Freitas do Amaral no seu livro *O antigo regime e a revolução* que, em conversa consigo, Ribeiro e Castro negou o essencial:

“[...] esclareceu-me em termos convincentes o que se passou naquele tempo, pois conversava muito com seu pai e este abria-se muito com ele [...] Quanto a uma projetada independência branca unilateral, em 15 de Agosto de 1974, o José Ribeiro e Castro é categórico: nunca tal lhe foi referido, nem antes nem depois do 25 de Abril [...]” (pp. 136 e 137).

Mas já em entrevista a *O Diabo*, de 23 Maio 1995, posterior à conversa que terá tido com Freitas do Amaral, Ribeiro e Castro confirmava a versão de Silvério Marques e dizia recordar bem que seu pai lhe relatou essa “[...] longa conversa com o então presidente do conselho [...]”, que teria ocorrido em Fevereiro de 1974:

“Recordo bem a ocasião dessa conversa e a satisfação que meu pai sentia na altura e que exprimia de uma forma exuberante, com o entusiasmo que lhe era característico [...] A ideia clara que retenho é a de que, nas suas palavras, o professor Marcelo Caetano lhe transmitira a garantia de que se sentisse que iria perder o controlo das coisas na então metrópole, avisaria a tempo o governo-geral

de Angola para que as muito jovens e emergentes instituições angolanas pudessem avaliar e ponderar a situação e, na medida do que julgassem, tomar o seu destino e o de Angola nas suas próprias mãos. Mas a verdade é que esse aviso nunca foi feito [...] Meu pai, aliás, acabaria por falecer em 1983 sem nunca ter sabido por que motivo Marcelo Caetano não cumprira ou não pudera cumprir a garantia que lhe havia dado.”

Já João Fernandes é absolutamente claro e categórico, num texto que Silvério Marques inclui no seu livro como Adenda e com o título “A primavera marcelista”. João Fernandes relata a “conspiração” em pormenor, a partir de uma conversa que teve com Santos e Castro que, para o efeito, o chamara ao palácio do governo, em Luanda:

“[...] Marcello [...] Em princípios de Fevereiro (de 1974) chama a Lisboa um dos seus fiéis, que colocara como governador de Angola – Fernando Santos e Castro – e tem com ele uma longa conversa de que não há registos. No regresso a Luanda, Santos e Castro chama-me ao palácio e explica-me (exigindo-me a confidencialidade necessária) o plano que traçara com o presidente do Conselho: rápida instalação de um ambiente de nacionalismo angolano; exploração pública de dificuldades com o centralismo de Lisboa; conflito sério, devido à recusa de Lisboa da construção de uma refinaria no Lobito (para refinar o petróleo de Cabinda) a favor da opção por Sines; explosões de protesto, manifestações de repúdio e o governador a pôr-se do lado de Angola, condenando a decisão da Metrópole; chamada a Lisboa do governador, para previsível demissão. Recusa deste que iria a Nova Lisboa anunciar o corte com a Metrópole. Um processo que deveria decorrer preferencialmente até 15 de Agosto. Os passos seguintes estavam também já desenhados: ao nível militar, contava-se com o conjunto das forças verdadeiramente operacionais: comandos – fiéis a Gilberto Santos e Castro – e flexas, dependentes localmente da DGS. Mais de metade da tropa de quadrícula era local, não havendo qualquer problema que a restante retirasse. Em termos políticos iria apelar-se – nomeadamente através da ONU – à chamada dos líderes dos movimentos de libertação, havendo garantias suficientes de que a UNITA participaria. Formação de um estado africano multirracial, capaz de servir de exemplo a uma solução do mesmo tipo na África do Sul.” (pp. 84 e 85)

Esta frase final do suposto plano traçado entre Marcello Caetano e Santos e Castro, como relatado por João Fernandes, não pode passar sem um reparo. Porque, a estar correta a citação – e nada indica que não o esteja – ela revela o grau da mistificação, diria mesmo da hipocrisia, com que o poder tratava a informação sobre estas matérias. Assumia-se que o plano tivesse como objetivo ser um exemplo que levasse a África do Sul a evoluir para uma solução multirracial quando, nessa altura, vigorava um acordo de Portugal com a África do Sul e a Rodésia que atrás já vimos com mais detalhe, o Exercício Alcora, que a África do Sul liderava e procurava aprofundar no sentido de Angola e Moçambique se tornarem países independentes governados pelas minorias brancas, portanto na linha dos sistemas de *apartheid* que

vigoravam na África do Sul e Rodésia. E o pseudo-golpe de Santos e Castro em Angola, evidentemente, só tinha sentido se inserido no quadro do Alcora, que não se destinava a arrastar a África do Sul e a Rodésia para um modelo português mas, ao contrário, a atrair Angola e Moçambique para o modelo sul-africano e rodesiano.

Todas estas manobras e comprometimentos de Marcello Caetano, com soluções que passassem por modelos neocoloniais de independências brancas, confirmá-las-ia o próprio nas confidências a Freitas do Amaral em Agosto de 1973, que este reproduz no seu livro e que constitui o mais expressivo testemunho do seu pensamento sobre a problemática colonial. Dissera Caetano: “Se a comunidade internacional aceitasse a independência branca de Angola e Moçambique, eu próprio teria a melhor honra em lha conceder. Mas independências de maioria negra [...]? Não é possível.” (p. 128)

O 25 de Abril fez ruir todos estes projetos. Afinal Kissinger estava errado e a manutenção do poder branco na África Austral, que era conjunturalmente do interesse dos EUA, não estava para durar.

O fim do colonialismo e do *apartheid* conheceria, inevitavelmente, o seu termo com ou sem o 25 de Abril. Mas sem o 25 de Abril demoraria uns anos mais e seriam ainda muito maiores os custos e sofrimentos humanos. O 25 de Abril acelerou o seu termo, contrariou e os projetos da maior potência mundial e da maior potência regional da África Austral. Assim se compreendem os obstáculos que o fim da descolonização teria de enfrentar e cujas réplicas tardias ainda se revelariam depois do 25 de Abril.

Novo Brasil em África

A posição do general Spínola sobre a questão colonial, o verdadeiro nó górdio da democratização do país, traduzida no seu livro *Portugal e o futuro*, embora pouco ousada, não se inscrevia nos modelos racistas das independências brancas. Perfilhava, isso sim, um modelo que pudesse contrariar a hegemonia que, com a guerra, os movimentos nacionalistas tinham adquirido. Nesse sentido se pode entender a recusa inicial da versão original do Programa do MFA, porque nele se referia o reconhecimento do direito dos povos das colónias à autodeterminação. Ou as reservas que levantou às primeiras negociações com os movimentos de libertação, aos quais não queria reconhecer legitimidade como representantes dos seus povos. Ou ainda a sua preferência pelo que chamava as forças vivas das colónias, com predominância para os colonos mais bem instalados. Nessa mesma linha se explica a escolha de Silvino Silvério Marques

para governador-geral de Angola, bem a sua equívoca cimeira com o presidente Nixon nas Lages, em 19 de Junho de 1974.

É também neste quadro que deve entender-se a sua recuperação das referências a Angola como o “novo Brasil em África”. Já no exílio, quando publicou *País sem rumo*, ainda não se tinha libertado dessa utopia que, nos finais do século XX já não tinha qualquer sentido. Escreveu Spínola, nesse livro que não faria história, justificando porque tinha pretendido conduzir pessoalmente o processo de Angola: “Dos territórios ultramarinos em guerra Angola era, sem dúvida, aquele que à data do 25 de Abril, reunia condições mais favoráveis [...] para a formação de um Estado, como um Brasil no continente africano [...]” (p. 311)

Era um conceito que se devia a Sá da Bandeira nos meados do século XIX, quando ainda estava bem fresca a independência do Brasil liderada, segundo os modelos da época, pelas comunidades branca e crioula, a burguesia que era então a classe revolucionária inspirada nos ideais republicanos das revoluções francesa e americana, mas com total marginalização dos naturais e dos negros colonizados. Viriam a influenciar as reivindicações dos euronacionalistas dos princípios do século XX, a cujos ouvidos o novo Brasil em África soava bem. Nos tempos da I República a ideia seria recuperada por algumas figuras que se haviam destacado na administração colonial, nomeadamente em Angola, como Norton de Matos e Paiva Couceiro, no sentido de uma maior autonomia dentro do sistema colonial.

Mas era um quadro completamente ultrapassado face à realidade dos finais do século XX, em que o modelo das independências das colónias assentava em movimentos nacionalistas emergentes das maiorias negras, que tinham organizado e liderado longas lutas e, para os quais, o modelo das independências americanas era um anacronismo neocolonial totalmente desajustado ao processo histórico então em curso.

Quando Spínola se apercebeu do irrealismo das suas teses federalistas, perante as vantagens que os movimentos de libertação tinham adquirido e que ele próprio viria a reconhecer, tentou enfrentar os movimentos favorecendo as manobras desestabilizadoras das minorias brancas em Angola e Moçambique. Foram sinais perturbadores, que se admitia terem sido ultrapassados com a aprovação da Lei 7/74 mas que, afinal, não abandonara de todo. O seu posterior distanciamento do curso da revolução portuguesa e o agravamento das suas relações com o MFA, teriam reflexos na radicalização das suas posições face à descolonização. E acabou por, no mínimo, ser tolerante com as reações golpistas de setores das minorias brancas em Angola e Moçambique.

Clotilde Mesquitela, assumida dirigente do MML que descreveu com detalhe os antecedentes e os acontecimentos do 7 de Setembro em Moçambique, revelou como, em princípios de Maio de 1974, já naquela colónia se formava a Frente Independente de Convergência Ocidental (FICO), um movimento de brancos dispostos a, caso necessário, recorrer à violência. E revelava também como, para tal, se constituíram grupos armados, os Dragões da Morte e a Ação Moçambique Armada (AMA), cujo objetivo era impedir o acordo com a FRELIMO. Estes grupos declaravam-se prontos a exercer represálias sobre os militantes da FRELIMO e sobre os “democratas de Moçambique”, grupo de personalidades com passado político na oposição à ditadura, adeptos da independência e que mostravam simpatias pela FRELIMO.

Com a eclosão do 7 de Setembro os sul-africanos viram uma oportunidade de salvaguardarem o projeto Alcora em Moçambique, oferecendo-se para disponibilizarem ao MML armamento e munições e para facilitarem o deslocamento, para Moçambique, de milhares de portugueses residentes na África do Sul, armados, prontos a colaborar no levantamento. Clotilde Mesquitela contava com a autoridade moral que Spínola lhes tinha dado em conversa no Buçaco, quando lhes recomendou que fizessem alguma coisa que demonstrasse a vontade da província, para que ele os pudesse apoiar (p. 87).

Em Angola também se conheceram várias tentativas organizativas de grupos de brancos. A ameaça que esteve mais perto de se concretizar, mas que foi travada a tempo por intervenção do MFA, foi a da Frente de Resistência Angolana (FRA), liderada por Pompílio da Cruz. Disse este, em *Angola os vivos e os mortos*, livro em que dá a sua versão pormenorizada da conspiração, que a FRA tivera origem em 19 de Julho, logo a seguir à saída de Silvino Silvério Marques, por iniciativa do secretário deste Nuno Cardoso da Silva, que convocou para uma reunião pessoas da sua confiança, o próprio Pompílio da Cruz, Jaime Nogueira Pinto e Vasco Silvério Marques. Dessa reunião nasceu a FRA, cujos mentores em Lisboa seriam Pacheco de Amorim e Francisco Roseira. Teria também procurado apoios na África do Sul mas a sua conspiração foi demasiado amadora e não terá merecido credibilidade aos sul-africanos. O golpe da FRA esteve preparado para 23 de Outubro, quando o general Spínola já resignara à presidência da República e, por isso, contavam com o seu apoio moral e de pessoas a ele ligadas, mas já não com a sua intervenção direta e institucional.

Ficavam definitivamente enterradas as utopias serôdias do novo Brasil em África.

7. INDEPENDÊNCIAS

Independências e consolidação das identidades nacionais

Cita-se Amílcar Cabral como tendo afirmado, referindo-se à luta de libertação nas colónias portuguesas, que a etapa mais difícil viria depois da vitória sobre o colonialismo (*Conflictos, Tensiones...* p. 8). Os acontecimentos posteriores capricharam em dar-lhe razão.

A política colonial, privilegiando o preenchimento dos quadros nos aparelhos administrativo e produtivo, mesmo nos níveis menos qualificados, à custa da emigração branca e recusando uma transferência gradual e pacífica do poder, bloqueara a formação e promoção de quadros locais, aptos a assumir as funções do Estado. José Manuel Zenha Relá coloca esta questão com muita clareza:

“Este tipo de colonização, de carácter voluntarista, assente no típico imigrante sem formação e sem qualificação, que transporta para Angola um conceito de pequeno branco ou branco pobre, estranho a África e mesmo à colonização portuguesa, bloqueou o acesso aos naturais, para quem restaram os trabalhos ainda menos qualificados de empregados domésticos, serventes da construção civil e dos serviços de transporte e estivadores [...]” (pp. 36 e 37).

É amplamente conhecida a posição de Marcello Caetano sobre esta matéria, que Tavares Pimenta lembra no seu livro:

“[...] no entendimento do governante português, os colonos, que tinham sido os “verdadeiros construtores” das colónias, seriam também os autores das novas nações de matriz portuguesa em África. Aos negros e mestiços cabia o papel de auxiliar os brancos na construção dos “novos Brasis africanos” [...]” (p. 315)

Com o fim da administração portuguesa já era previsível a saída da maioria dos quadros portugueses, que não queriam perder os seus vínculos à função pública, mas a violência que atingiu níveis anormais nas fases da transferência do poder e da independência fez mudar de ideias muitos dos que se disponibilizavam para se integrar no novo Estado. Agravou-se, assim, a saída da grande maioria dos estrangeiros, originando o vazio de quadros.

Os novos dirigentes dos países já independentes vinham de longos anos de clandestinidade e exílio, com um conhecimento desatualizado das realidades que os aguardavam. Particularmente em Angola e Moçambique, encontraram sociedades complexas, com grandes áreas rurais num estágio primitivo de evolução e com uma economia de subsistência, contrastando com zonas urbanas de razoável dimensão com

algumas indústrias e um sector de serviços de média tecnologia. Os primeiros anos que se seguiram à independência foram de experimentação do exercício do poder do Estado, com cooperação de países amigos implantando modelos nem sempre ajustadas às realidades africanas, enquanto as economias se degradavam aceleradamente. A isto se somaram situações de guerra interna e de agressões externas que alastraram à generalidade dos dois países, atingindo mesmo centros urbanos de grande dimensão, fraturaram sociedades, paralisaram a administração, serviços públicos e estruturas económicas. Moçambique e Angola, principalmente esta última, confrontaram-se durante largos períodos com a agressão combinada da maior potência mundial e da maior potência regional. Foi nesta conjuntura, amplamente desfavorável, que as duas maiores colónias portuguesas atingiram a independência e enfrentaram os desafios de consolidarem a identidade nacional.

Na Guiné-Bissau, Portugal e o PAIGC haviam cumprido, rigorosamente, o que fora acordado para a transferência da soberania, que teve lugar a 10 de Setembro de 1974, tendo-se instalado um poder homogéneo. Pouco tempo passado, porém, já se instalava um ambiente de conspiração e desconfiança que, de resto, o período de transferência do poder já indiciara, e que atingiu, por razões nunca justificadas, indivíduos considerados comprometidos com a política colonial, nomeadamente antigos militares das Forças Armadas Portuguesas e, destes, as tropas especiais. Apesar das promessas apaziguadoras dos dirigentes do PAIGC, quando da retirada portuguesa o delegado da JSN, Carlos Fabião assegurou, a todos os que desejassem a vinda para Portugal. A maioria confiou no PAIGC e preferiu ficar. Lamentavelmente, muitos vieram a ser vítimas de perseguições e mortos, quando a instabilidade se instalou. Também sobre este assunto o livro de Sales Golias é esclarecedor (pp. 195 a 200).

Em pouco tempo reavivaram-se cisões dentro das cúpulas do PAIGC, opondo guineenses aos chamados cabo-verdianos, que culminariam com o golpe de estado de 14 de Novembro de 1980, liderado por Nino Vieira e que derrubou o presidente Luis Cabral e pôs termo ao projeto unitário de Amílcar Cabral. As desconfianças entre guineenses e cabo-verdianos eram antigas, vinham dos tempos coloniais. Na Guiné os cabo-verdianos eram encarados como uma classe diferente, muitas vezes identificada com o opressor colonial, em cujo aparelho ocupava cargos mais favorecidos que os guineenses. Nos confrontos que assolaram permanentemente a Guiné ao longo de toda a segunda metade do século XIX, contra a generalidade das etnias guineenses, as tropas coloniais tinham sido, com exceção dos oficiais, na quase totalidade compostas por

cabo-verdianos e idas de Cabo Verde. Durante a guerra colonial, dentro do PAIGC os guineenses queixavam-se que eram eles que combatiam no mato reservando-se os cabo-verdianos, mais cultos, para funções de chefia e nas bases nos países vizinhos. Para estes Cabral foi morto, em 20 de Janeiro de 1973, em Conackry, pelos guineenses, porque era cabo-verdiano e pelo seu sonho de unidade dos dois países (*Aristides...*, 2012, pp. 175 e 274). Segundo Aristides Pereira o rompimento entre Nino e Luís Cabral, encarado pelos guineenses como cabo-verdiano apesar de nascido na Guiné, já vinha desde o tempo da luta armada (p. 266).

Daqui resultou o esfriamento das relações com Cabo Verde e a cisão do PAIGC que, na Guiné manteve o nome, mas em Cabo Verde, em 20 de Janeiro de 1981, passou a Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). Invertendo os receios portugueses, durante as negociações, que fizeram questão de precaver quanto a previsíveis ambições políticas da Guiné-Bissau sobre Cabo Verde, acabaram por ser os guinéus a revoltarem-se contra a hegemonia cabo-verdiana.

Com o fim da guerra-fria e a entrada na globalização, a Guiné-Bissau aderiu ao processo de evolução para o multipartidarismo, cujos princípios aprovou em Setembro de 1990, sensível à corrente que se estendia à generalidade dos países africanos, e enfrentando as mesmas dificuldades de adaptação à economia de mercado. Seguiu o seu percurso, por vezes demasiado perturbado, chegando a atingir as fronteiras do “Estado falhado”, mas por razões que já não se relacionavam diretamente com o processo da descolonização e que, por isso, não incluiremos aqui.

Nos arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, os processos de transição, mais ou menos pacíficos, através de consultas eleitorais ainda que condicionadas, facilitaram a implantação dos novos aparelhos de Estado, especialmente em Cabo Verde, que dispunha de maior número de quadros qualificados.

Em Cabo Verde as eleições para a Assembleia Constituinte, extremamente participadas, realizaram-se em 30 de Junho de 1975. Foi esta Assembleia que, nos termos acordados, declarou a independência do Estado em 5 de Julho seguinte. Depois da independência, o presidente Aristides Pereira desfez as dúvidas do Ocidente acerca do alinhamento geoestratégico de Cabo Verde, declarando a neutralidade em política externa e recusando bases militares estrangeiras no seu território.

A profecia de Cabral de que o pior viria depois da independência teve inteira aplicação em Cabo Verde. Aristides Pereira diz que o novo poder encontrou os cofres vazios (p. 230) e, nos primeiros tempos, teve de sobreviver à custa da solidariedade

externa. E teve de enfrentar o radicalismo estudantil e a emergência de novos partidos, a União Democrática Cabo-Verdiana (UCD), no Mindelo, em Maio de 1974 e depois, em Março de 1977, o seu sucedâneo União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), formada por emigrantes em Roterdão, os quais contestavam o regime de partido único. O PAIGC, que na Guiné tinha uma marca forte de vanguarda revolucionária, em Cabo Verde, segundo Aristides Pereira, tinha de se preocupar com a sobrevivência do país (pp. 103 e 104).

O Estado de Cabo-Verde tem merecido o respeito internacional, como um dos países africanos que melhor têm aplicado as ajudas que recebe do exterior. Segundo José Vicente Lopes em 1990, depois de 15 anos de independência, o PIB de Cabo Verde saltara de 180 para 900 US\$ *per capita* (Aristides..., 2012, p. 15). Afirmou-se, no plano diplomático, pelo papel que seus dirigentes têm assumido em negociações de paz na Guiné-Bissau, liderando a mediação dos PALOP.

Em São Tomé e Príncipe as eleições para a Assembleia Constituinte, também com muito elevada concorrência, verificaram-se em 7 de Julho de 1975 tendo a independência sido declarada em 12, cumprindo-se as datas estabelecidas no acordo. Herdando uma economia de monocultura de cacau, com as plantações degradadas por ausência de técnicos cuja maioria abandonara o país com a independência e com os preços em queda vertiginosa no mercado internacional, São Tomé e Príncipe enfrentou graves problemas económicos. A calma chegou a ser perturbada por pronunciamentos da sua exígua estrutura militar, normalmente relacionados com questões salariais, mas que foram sendo resolvidos sem soluções extremas, por vezes com a intervenção diplomática de Angola. Presentemente atravessa um período de expectativa com as mudanças na sua economia, agora assente na exploração das suas reservas petrolíferas.

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe seriam dos primeiros países em África a experimentar, com relativo êxito, a transição para o multipartidarismo, através de eleições ocorridas entre Janeiro e Março de 1991. As oposições venceram e os antigos governantes, apesar de formados na lógica do partido único, instalados no poder desde a independência, aceitaram civicamente os resultados desfavoráveis. Em ambos os países, apesar de terem surgido vários partidos, as oposições vitoriosas emergiram de dissidências do interior do PAICV e do MLSTP, comprometidas com o passado da luta de libertação nacional, mas apresentando propostas alternativas e críticas à prática governativa anterior. Nos atos eleitorais que depois se seguiram, cumprindo os prazos constitucionais, quer para o parlamento quer para a presidência da República, a

alternância continuou a verificar-se, passando mesmo pela coexistência no poder de governos e presidentes eleitos por diferentes maiorias, revelando normalização do funcionamento da democracia representativa.

No que aos países da África Austral respeita, Moçambique e Angola, depois do 25 de Abril a África do Sul ainda tentou salvar o possível do Exercício Alcora. Em 24 de Junho de 1974 realizou-se em Pretória uma reunião, que estava prevista para Lisboa, mas que o 25 de Abril recomendou a conveniência da sua transferência para a capital da África do Sul. Analisada, em clima de claro ceticismo, a situação decorrente das transformações políticas em Portugal, não foi oficialmente declarado o fim do Exercício Alcora, mas seria a sua derradeira reunião. O 25 de Abril pusera fim à *unholy alliance*.

Paula Meneses e Sena Martins, no livro que coordenaram e já aqui referido, assinam o texto de encerramento juntamente com Braga Rosa, ao qual deram o título “Estilhaços do Exercício Alcora: o epílogo dos sonhos coloniais”. Aí afirmam que “Esta aliança [...] não seria totalmente desmantelada com as independências de Moçambique e Angola em 1975.” (p. 171) E concluem: “[...] os conflitos que a África Austral atravessou [...] Foram também resultado de [...] um projeto político branco para a África Austral, um mapa imaginado onde coubessem, ainda, os sonhos coloniais.” (p. 177) Tinham razão e Angola e Moçambique sofreram duramente esses efeitos.

Em Moçambique, em 25 de Junho de 1975 decorreu, festivamente e com dignidade, a cerimónia da independência. O Acordo de Lusaka tinha sido integralmente respeitado de parte a parte, indo-se mesmo além e conseguindo-se um acordo, assinado durante o Governo de Transição, para a futura cooperação entre os dois Estados. Ao que chegou a ser considerado como uma modelar fase de transferência do poder sucedeu, porém, uma dramática fase de consolidação da identidade nacional, que teve causas internas mas ficou, no essencial, a dever-se às sucessivas intervenções estrangeiras.

Moçambique seria vítima da sua posição geográfica. Fiel à solidariedade revolucionária com os povos vizinhos, com a qual também havia contado durante a luta de libertação, os seus dirigentes não hesitaram em acolher bases do ANC, movimento de libertação contra o *apartheid* na África do Sul e da ZAPU e ZANU, os dois movimentos em luta pela independência contra o regime de minoria branca da Rodésia, e que se haviam coligado na Frente Patriótica. Esta solidariedade valeu-lhe tornar-se alvo de sistemáticas agressões armadas destes dois poderosos vizinhos.

Em 1975 o serviço de informações da Rodésia criou a RENAMO, recrutando antigos elementos da DGS e ex-combatentes das forças portuguesas, orientando-a para

missões de informação e contrainformação. Organizou-a, depois, em grupos de sabotagem e, mais tarde, em unidades combatentes que retomaram a luta armada em Moçambique. A partir de 1980, com fim da Rodésia e o nascimento do Zimbábue, que se tornou um aliado de Moçambique no Grupo dos Países da Linha da Frente (GPLF), a RENAMO transferiu-se para a dependência da África do Sul, como instrumento da sua estratégia de desestabilização dos países vizinhos que apoiavam o ANC e a SWAPO.

Desde então a RENAMO, sempre com o apoio da África do Sul e, por vezes, mesmo em ações coordenadas com as forças armadas desta potência regional vizinha, manteve uma permanente atividade violenta contra alvos militares, políticos, sociais, económicos, mas principalmente contra as populações, levando o país à beira da exaustão e retirando-lhe todas as possibilidades de extrair benefícios materiais da sua independência política. Explorando a fragilidade do aparelho de Estado moçambicano, a deficiente conversão da sua estrutura militar guerrilheira em exército nacional e a heterogeneidade étnica e tribal, a RENAMO, carente de um projeto político claro, tornou-se uma poderosa máquina de guerra, passando a controlar vastas zonas do interior, com base no terror e na destruição das estruturas administrativas, sociais e produtivas. Pôs o país à beira da rotura e atirou as populações rurais, com milhões de refugiados nos países vizinhos, para níveis abaixo do limite de sobrevivência e para situações de sofrimento intolerável.

Algumas aproximações negociais do governo moçambicano com a África do Sul permitiram chegar a um acordo, em que ambas as partes assumiram o compromisso de cessar os respetivos apoios às oposições armadas internas. Mas a RENAMO continuava a contar com apoios na África do Sul e a situação em Moçambique cada vez mais se degradava. Em Outubro de 1986, o presidente Samora Machel morreu num acidente do avião presidencial perto da fronteira com a África do Sul, quando regressava ao Maputo com vários conselheiros pessoais e membros do seu governo. As causas do acidente e o eventual envolvimento da África do Sul continuam envoltas em mistério, e nem o fim do *apartheid* permitiu que o processo fosse reaberto e definitivamente esclarecido.

O fim da guerra-fria fez chegar os ventos da globalização a Moçambique e a FRELIMO, sob a liderança de Joaquim Chissano que sucedera a Samora Machel, abriu-se ao multipartidarismo e iniciou longas negociações com a RENAMO, concluídas em Roma em 4 de Outubro de 1992. O acordo conseguido estabeleceu o cessar-fogo e um período de transição sob tutela da ONU. As eleições multipartidárias ocorreram dois

anos depois, entre 27 e 29 de Outubro, com as vitórias de Joaquim Chissano para a presidência de República e da FRELIMO, com a maioria absoluta, no parlamento.

Moçambique faz, agora, um grande esforço para sair da crise económica em que mergulhara, tem conhecido taxas de crescimento notáveis e mantém perspectivas muito animadoras com a descoberta de importantes reservas de gás natural. As instituições políticas têm revelado uma boa capacidade de funcionamento, dentro das regras da democracia representativa, mas sempre sob alguma tensão pois, perante as repetidas vitórias da FRELIMO para o parlamento e dos seus candidatos para a presidência da República, sempre legitimados pelos observadores internacionais, a RENAMO tem reagido com sistemáticas recusas de aceitação dos resultados, acompanhadas de ameaças de desestabilização, a partir de bases armadas clandestinas que mantém no centro do território. Entretanto surgiu uma terceira força política, o Movimento Democrático de Moçambique, que veio alterar o quadro bipartidário que dominava o panorama político moçambicano.

A complexidade que caracterizou a independência e a consolidação da identidade nacional em Angola, de longe a mais conturbada das colónias portuguesas de África, será objeto de desenvolvido tratamento na Parte Segunda.

Incidência geoestratégica da descolonização na África Austral

Para além dos custos das suas próprias descolonizações, Moçambique e Angola pagaram um elevado preço pelo apoio que deram, no âmbito do conflito regional, à luta de libertação do Zimbabwe e da Namíbia e ao fim do *apartheid* na África do Sul e, à dimensão global, foram vítimas das estratégias das superpotências na guerra-fria pela expansão das suas áreas de influência geopolítica. Ao nível interno sofreram os efeitos de guerras civis prolongadas que se arrastaram depois da independência, casos típicos de conflitos intestinos em que o Estado, em territórios com fronteiras coloniais artificialmente demarcadas, precedeu a nação. Era aos Estados que ia caber a tarefa de consolidar a identidade nacional. Em todos estes conflitos foram as interferências externas, quer no quadro regional quer no quadro global da guerra-fria, que assumiram excepcional importância. A África do Sul e a sua desesperada luta pela sobrevivência do *apartheid* foi o grande perturbador regional.

Todos os clássicos da geopolítica, desde Mackinder a Haushofer que encararam a África Subsariana como uma área marginal na zona de influência europeia, a Nicholas

Spykman e Samuel Cohen que pura e simplesmente a ignoraram nas suas divisões do globo, foram unânimes em desprezarem a importância desta região no contexto internacional. Certamente com alguma razão face aos problemas das suas épocas, mas denunciando uma gritante carência de visão prospetiva.

No conjunto do continente africano a sub-região a sul do equador apresentava-se, até à década de 60 do século XX, com características de uma região homogénea. Sob o ponto de vista geográfico porque não evidenciava grandes contrastes, quer físicos, quer humanos. Sob o ponto de vista político porque agrupava um conjunto de nações negras sujeitas a regimes coloniais europeus, em que a África do Sul já era a exceção, não tanto pelas diferenças de regime mas pelo fato de a oligarquia dominante ter a sede de poder no próprio território do povo colonizado, o que a excluía do estatuto de colónia. Em termos económicos era, em relação ao conjunto do continente africano, a sua parte mais rica, mas os seus recursos agrícolas, minerais e energéticos, que tornam hoje a África Austral uma das áreas mais apetecidas da terra, ainda não haviam fomentado a corrida das potências económicas. Sob o ponto de vista estratégico todos os regimes coloniais constituíam uma aliança, *de jure* ou *de facto*, para preservarem o sistema colonial. Em termos de posição, numa altura em que as distâncias ainda se contavam em unidades métricas e não em unidades de tempo, era uma região periférica para os centros de decisão mundiais situados na Europa e na América do Norte, se bem que valorizada por as suas costas serem contornadas por uma das mais importantes rotas marítimas que liga o Médio Oriente aos continentes asiático e americano, a rota do petróleo. E não constituía um daqueles conjuntos cuja posição assegura um valor estratégico acrescido, como são os istmos, as margens dos estreitos, as ilhas, as zonas de convergência de religiões, de culturas, de etnias, de sistemas político-económico-sociais, às quais os especialistas chamam zonas charneira, fragmentadas, sensíveis, de rotura, fendas estratégicas.

A primeira grande rotura neste sistema homogéneo regional deu-se, nos princípios da década de 60, com as independências do Congo-Brazaville, Congo-Leopoldville, Tanzânia, Ruanda, Burundi, Malawi e Zâmbia. O sistema tornava-se heterogéneo, dividido em dois blocos antagónicos, de um lado os países independentes de maioria negra inseridos no bloco não-alinhado e terceiro-mundista, olhado com simpatia pelo bloco socialista, do outro o bloco dos países dominados por minorias brancas, a África do Sul, a Namíbia, a Rodésia, as colónias portuguesas de Angola e Moçambique, apoiados por países da OTAN. Apoio inicialmente crítico mas que foi

aumentando, com menos reservas, a partir do início dos anos 70. Os antigos protetorados britânicos Botswana, Suazilândia e Lesoto, se bem que juridicamente independentes, verdadeiros enclaves dentro deste último bloco encontravam-se, de facto, na dependência da África do Sul.

Com o aumento da luta dos movimentos de libertação e o eco que dela faziam os países não-alinhados na Assembleia Geral da ONU e noutras instâncias internacionais despertava o interesse das superpotências pela África Austral, onde chegavam os reflexos do conflito leste-oeste, se bem que ainda a um nível de baixa intensidade.

O desenvolvimento das relações dentro de cada um destes blocos não se processava, porém, de forma homóloga. Enquanto entre os países de maioria negra não emergia uma potência hegemónica, entre os de minoria branca impunha-se a supremacia da África do Sul. Vários fatores concorriam para essa hegemonia: era um Estado com capacidade de decisão própria não dependente de uma metrópole colonial; a abissal dissimetria em potencial militar; e o elevado nível de desenvolvimento económico e tecnológico. A África do Sul era a potência regional.

A segunda grande rotura dar-se-ia em 1974, com a revolução portuguesa do 25 de Abril de que resultaram as independências de Angola, Moçambique e, pouco depois, acelerou a do Zimbabwe e teve reflexos no Botswana, na Suazilândia e no Lesoto, conferindo-lhes maior margem de autonomia face a Pretória. A África Austral juntava-se à restante África Subsariana já independente e deixava de ser uma “reserva de caça” do ocidente. Foi o início de uma dinâmica que, inevitavelmente, atingiria a África do Sul. E Pretória apercebeu-se disso.

Este processo acentuou o empenhamento das superpotências. A URSS reforçou o apoio aos seus aliados de Angola e Moçambique, em continuação do que já havia concedido aos respetivos movimentos de libertação na guerra colonial. Os EUA apoiaram a África do Sul. Esvaziado o projeto Alcora procuravam salvar o possível da Opção *Tar Baby*. A África Austral deixara de ser uma região periférica e passou para o centro da conflitualidade global do mundo bipolar.

O conflito regional ia assumir, neste contexto, um protagonismo cada vez maior, pelo envolvimento crescente da África do Sul. O jogo estratégico na África Austral ia travar-se entre dois atores principais, de um lado a África do Sul do *apartheid*, do outro o GPLF.

A vocação hegemónica da África do Sul na região era antiga. Na década de 60 com a Rodésia, as colónias portuguesas e alguns países de maioria negra que dela

dependiam, Suazilândia, Lesoto, Botswana e Malawi, tinha constituído o Mercado Comum da África Austral (SACOM). Nos princípios da década de 70 tentara o ambicioso projeto do Exercício Alcora. Com as independências de Moçambique e Angola, desaparecido que estava o bloco que fazia da África Austral uma região favorável à política do *apartheid*, o *State Security Council* sul-africano viu-se forçado a repensar toda a sua estratégia. O novo conceito estratégico, consubstanciado na Estratégia Nacional Total (*Total National Strategy*), que integrava as estratégias militar, diplomática, económica e de segurança interna, passava por tentar assegurar que países chegados à independência, ainda que com regimes de maioria negra, pudessem manter-se sob a dependência de Pretória, cortando os apoios externos ao ANC e à SWAPO e assegurando a sobrevivência do regime de *apartheid*. Objetivamente tratava-se de fixar, na sua órbita, um Zimbabwe independente mas com um regime conciliador, promover alianças com os países colaborantes Malawi, Suazilândia e Zaire que, por sua vez, arrastariam o Lesoto, o Botswana e a Zâmbia, excluindo, de início, Angola, Moçambique e Tanzânia. O SACOM daria, assim, lugar a uma Constelação de Estados (*Constellation of Southern African States – CONSAS*), que assegurasse à África do Sul o reconhecimento internacional como potência regional hegemónica, com quem as grandes potências teriam de negociar. A dependência económica seria o instrumento decisivo para manter aqueles países na sua órbita.

Moçambique e Angola independentes, liderados pela FRELIMO e pelo MPLA colocavam-se, obviamente, fora das alianças possíveis no âmbito desta estratégia e passaram a ser encarados como inimigos, que era necessário sujeitar a pressão permanente e, eventualmente, forçá-los a alterar a situação política interna. Nesta lógica deve ser entendido o apoio crescente à UNITA em Angola, a formação e apoio à RENAMO em Moçambique e as intervenções, diretas e armadas, das forças regulares da África do Sul no interior destes dois países. Paralelamente procurava neutralizar as bases do ANC em Moçambique, para enfraquecer a luta armada contra o *apartheid* e as bases da SWAPO em Angola, para travar a luta pela independência da Namíbia. A partir dos princípios da década de 80 a África do Sul, em aplicação desta estratégia, teve quase permanentemente forças militares no interior de Angola, por vezes penetrando centenas de quilómetros, quer em ações independentes quer em apoio direto de ações da UNITA, em especial sempre que esta se sentia mais ameaçada, nos seus redutos, pelas ofensivas das forças do governo apoiadas pelas Forças Armadas Revolucionária (FAR)

cubanas¹⁰.

A resposta estratégica dos países de maioria negra, nomeadamente de Angola e Moçambique, que eram os mais expostos foi, inicialmente, apenas casuística e em reação às iniciativas da África do Sul. Logo após as independências, em 1975, cedo se aperceberam que os apoios que iriam continuar a prestar aos nacionalistas na Rodésia, à SWAPO e ao ANC, lhes trariam altos custos. As suas primeiras preocupações foram, portanto, o reforço das suas capacidades militares próprias e a captação de apoios externos que teriam de vir, compreensivelmente, de quem já os apoiara nas lutas de libertação e mantinha essa disposição.

Pouco a pouco os vários Estados foram coordenando uma estratégia comum, juntando-se no GPLF, cujos grandes objetivos eram a consolidação das independências nacionais tendo como prioridade a libertação da dependência económica face à África do Sul, o apoio à Frente Patriótica pela Independência do Zimbabwe, à SWAPO na luta pela independência da Namíbia e ao ANC no combate ao *apartheid*. Para além destes objetivos conjuntos cada país tinha os seus próprios objetivos que, para Angola e Moçambique eram, prioritariamente, a neutralização da UNITA e da RENAMO que, com apoio substancial da África do Sul, mantinham os respetivos países a ferro-e-fogo. Posteriormente nasceu o *Southern African Development Coordination Confederation* (SADCC), este mais orientado para objetivos relacionados com a criação de um espaço de coordenação económica. O GPLF e a SADCC eram, no entanto, demasiado frágeis face ao poderio da África do Sul, até porque alguns dos seus membros, particularmente do SADCC, como o Botswana, o Lesoto e a Suazilândia, ainda dependiam em absoluto da África do Sul no campo económico.

A manobra desestabilizadora sul-africana contava com a colaboração decisiva de um naipe de dirigentes africanos que, beneficiando sempre de um substancial apoio das potências ocidentais, benevolentes mesmo perante os seus mais condenáveis comportamentos, vieram a revelar-se fiéis servidores do *apartheid*, apoiando-o na sua política de perseguição, marginalização, segregação dos seus próprios irmãos negros. Mobutu no Zaire, Savimbi em Angola, Dhlakama em Moçambique, Buthelezi na África do Sul, constituíram os quatro mosqueteiros negros do *apartheid* cuja ação, conjugada e concertada, ficará registada em páginas sombrias na história da libertação dos povos da África Austral. Os seus efeitos nefastos prolongaram-se para além do fim do *apartheid*.

¹⁰ Sobre a intervenção militar cubana em Angola trataremos desenvolvidamente na Parte Segunda.

O projeto da África do Sul da Constelação de Estados fracassou quando uma pedra fundamental com que contava, a Rodésia, saiu deste xadrez. Ao desenhar-se, depois da independência de Moçambique, o fim do regime de minoria branca na Rodésia, que resultara da declaração unilateral da independência por Ian Smith, em 1965, a África do Sul depositou esperanças e apostou na chegada ao poder da maioria negra liderada pelo bispo Abel Muzorewa, que o regime de Ian Smith colocara como primeiro-ministro. A África do Sul tinha razões para acreditar que Muzorewa seria facilmente manobrável, como já o fora por Ian Smith. Porém as eleições, supervisionadas pelo Reino Unido, deram a vitória ao ZANU, liderado por Robert Mugabe. Em 18 de Abril de 1980 nascia o Zimbabwe que, de imediato, se colocou contra a África do Sul e se juntou ao GPLF e à SADCC, passando a estar também na mira da desestabilização armada promovida por Pretória. A guerra assumia a sua máxima dimensão regional em toda a África Austral.

A constituição da SADCC também constituía um contratempo de vulto para Pretória ao retirar-lhe aliados de maioria negra com que contava para a Constelação de Estados. Só restava a Pretória a opção militar e foi nesse sentido que orientou a sua viragem estratégica, que acompanhou com medidas de coação económica. Os grandes alvos seriam Angola e Moçambique, onde procedeu a frequentes incursões militares, em Angola de grande profundidade e duração. Além disso reforçou o apoio à UNITA e, em Moçambique, prosseguiu a formação da RENAMO que tinha sido iniciada pela Rodésia. Mas também aumentou as pressões no Lesoto, no Botswana, na Suazilândia, no Zimbabwe e, mesmo, na Zâmbia.

Colocava-se, entretanto, o problema da independência da Namíbia nos termos da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, tendo sido constituído um Grupo de Contato, sob égide da ONU. Washington tentou boicotá-lo, exigindo a aplicação do *linkage*, isto é, associando a independência a Namíbia à retirada dos cubanos de Angola, onde cooperavam contra as incursões sul-africanas.

Em 1984 a África do Sul começava a ver agravados os seus problemas, no interior com a rebelião armada do ANC e a contestação contra o *apartheid* a alastrar à própria comunidade branca, em particular à juventude, que se integrava nos movimentos de massas africanos. E cresciam as pressões externas. Impunha-se-lhe a necessidade de chegar a alguns compromissos com os seus vizinhos que, com mais eficácia, apoiavam o ANC e a SWAPO. Militarmente as coisas também não lhes corriam favoravelmente em Angola. Foi neste contexto que se verificaram os encontros

de Lusaka entre os governos da África do Sul e de Angola, em 16 de Fevereiro de 1984, e de N'Komati entre os governos da África do Sul e Moçambique, em 16 de Março de 1984. Em Lusaka a África do Sul comprometeu-se a retirar as suas tropas de Angola e abster-se de novas intervenções e Angola aceitou impedir atividades da SWAPO no interior do seu território. Em N'Komati África do Sul e Moçambique comprometeram-se a cessar os apoios a ações armadas, respetivamente da RENAMO e do ANC.

A verdade é que as incursões da África do Sul no interior de Angola não cessaram, particularmente sempre que a UNITA se sentia ameaçada, como aconteceu no Cuíto Cuanavale nos finais de 1987, em que o próprio presidente sul-africano Pieter Botha, com vários ministros do seu gabinete, entre eles o da defesa Magnus Malan, chegaram a visitar as suas tropas na frente de batalha.

A situação arrastou-se e os conflitos internos exauriam Angola e Moçambique. Em Angola era com a ajuda das tropas cubanas que o exército equilibrava a guerra clássica com as tropas regulares da África do Sul e até registava algumas vitórias. Moçambique chegou a contar, em 1986, com a cooperação de tropas do Zimbábue, do Malawi e da Tanzânia, no quadro do GPLF e da SADCC, para garantirem a segurança da estrada, do caminho-de-ferro e do oleoduto que liga Umtali ao porto da Beira (corredor da Beira), vital para os países do interior da África Austral, contra a ameaça e os constantes ataques da RENAMO. Os exércitos de Moçambique e Angola mostravam-se incapazes de conterem as guerrilhas da RENAMO e da UNITA, que contavam com cada vez mais fortes apoios de Washington e de Pretória.

Quando o conflito regional acabou por se resolver, depois de acordos que tão depressa eram assinados como violados, com o fim da guerra-fria, com a independência da Namíbia, com a retirada dos sul-africanos e dos cubanos de Angola, com o fim do *apartheid* na África do Sul, os angolanos e os moçambicanos estavam exaustos, tinham pago um preço elevadíssimo pelas suas independências, pela afirmação das suas soberanias, pela consolidação das suas identidades nacionais, pela solidariedade com os vizinhos. Mas o seu sacrifício teve frutos que ultrapassaram largamente as fronteiras dos próprios países. É hoje reconhecida a importância que as independências de Angola e Moçambique tiveram na mudança radical do quadro geopolítico da África Austral, pelo seu contributo para abreviar as independências do Zimbábue e da Namíbia e para pôr termo do *apartheid* na África do Sul.

Da importância e alcance desta transformação se deu conta o geopolítico norte-americano Saul Cohen. Na década de 60, no seu livro cuja edição em castelhano é

Geografia y Política en un Mundo Dividido, avançava a tese da divisão do mundo em Regiões Geoestratégicas e Regiões Geopolíticas e numa terceira categoria espacial a que chamou Cinturas Fragmentadas, que situava no Médio Oriente e no Sudeste Asiático. A África Subsariana era a única zona do globo que Cohen excluía de qualquer destas grandes divisões. Mas, na reedição de 1980, revia o seu mapa das regiões reconhecendo “[...] a conversão da África ao sul do Sahara numa Cintura Fragmentada [...]”, ao nível das outras duas (p. 454). Entre as duas edições, o que de verdadeiramente novo se verificara na África Subsariana, fora a independência das colónias portuguesas, nomeadamente de Angola e Moçambique e fora isso que conferira outro significado à percepção geopolítica de Saul Cohen. Com a descolonização das colónias portuguesas a África Subsariana entrara no mapa.

8. NÃO-DESCOLONIZAÇÃO NAS COLÓNIAS DO ORIENTE

Os territórios sob soberania portuguesa no extremo oriente, Estado da Índia, Macau e Timor, tinham algumas características em comum, para além de constituírem as heranças residuais do ciclo do império português no oriente. Eram, todos, de reduzida dimensão, geograficamente encravados em grandes potências regionais, Índia, China e Indonésia, parceiros muito influentes no terceiro mundo e no bloco dos países não-alinhados, e as suas presenças no imaginário português era mais afetiva e simbólica, do que por interesse material.

O único que poderia ter conhecido um processo descolonizador era Timor, porque também era o único onde vigorara um sistema colonial. Porém, o curso dos acontecimentos foi interrompido e adulterado pela invasão militar indonésia, pelo que a transferência do poder não resultou de uma descolonização propriamente dita.

Por isso afirmamos que nenhum dos territórios do extremo oriente passou pelo processo típico de descolonização que caracterizou as colónias africanas, mas por razões bem diferentes uns dos outros.

Índia

A secular presença portuguesa na Índia nunca foi pacífica, desde a chegada das naus com a Cruz de Cristo a Goa ou quando, na época das conquistas, Afonso de Albuquerque encontrou aquelas terras sob domínio muçulmano. As rebeliões e revoltas das comunidades hindus prosseguiram, mais tarde. Mesmo dos cristãos, apesar de mais próximos dos portugueses, as manifestações de hostilidade foram permanentes e, muitas vezes, atingiram elevados patamares de violência. Tiveram continuidade nos tempos mais recentes com a soberania portuguesa já implantada.

Pedro Aires de Oliveira lembra que, depois da independência do Brasil, que teve reflexos perturbadores nas colónias africanas, também na Índia se registou uma “[...] espécie de guerra civil intermitente entre as elites metropolitanas e luso-descendentes e os canarins (nativos goeses cristianizados) [...]” (p. 354) René Pélissier, na sua pormenorizada descrição das campanhas portuguesas nas colónias, dá conta das continuadas rebeliões que os portugueses enfrentaram na Índia desde os finais do século XIX. Em 1895 alguns meios mais cultos apareciam a rejeitar a tutela portuguesa e a reclamar a independência imediata. Na noite de 13 para 14 de Setembro desse ano, 200

a 30 soldados maratas amotinaram-se na capital recusando-se a embarcar para Moçambique. Não era a primeira vez que os militares se revoltavam e, depois, refugiavam-se nos territórios das Novas Conquistas, no nordeste, terras dos ranes que encabeçavam as revoltas e onde a administração portuguesa ainda mal chegava. Seguiu-se um período longo de campanhas contra os ranes em 1895-1897, 1901 e 1912 (2006, pp. 225 a 230, 264, 328 a 331).

Em 1928 o movimento independentista ganhava alguma força na Índia dominada pelo Reino Unido, liderado pelo *Congress Party* e, em Goa, foi criado o *Goa Congress Committee*, que mais não era do que a sua antena na colónia portuguesa e o primeiro sinal da reivindicação de uma futura integração, quando a Índia fosse independente. Proibida a atividade do partido no Estado da Índia, desenvolvia uma ação clandestina através do movimento *Quit India*.

Quando, com o fim da Segunda Guerra Mundial, despontou a questão da descolonização, foi às colónias britânicas, francesas e holandesas, na Ásia, que coube o pioneirismo. Os seus reflexos em Goa, apesar dos condicionamentos impostos pelas autoridades coloniais portuguesas, foram imediatos e atingiram setores quer da comunidade hindu quer da cristã, simpatizantes do Partido do Congresso e que já pugnavam pela integração na Índia em vésperas de proclamar a independência. Mas também sensibilizaram setores que, sendo desafetos ao regime colonial português, eram adeptos de uma independência, ou mesmo de uma mera autonomia.

Em Goa a minoria cristianizada, com ligações culturais a Portugal, concentrava-se na zona costeira central, chamada das Velhas Conquistas, envolvendo a cidade de Pangim, a capital e o porto de Mormugão. No seu seio havia quem desejasse a manutenção de laços políticos com Portugal num quadro de mais ampla autonomia política, que era negada pelo centralismo colonial da metrópole. Era uma aspiração admitida informalmente, mas que nunca escrutinada porque o poder central negava, como negava aos metropolitanos, a livre circulação de opinião e consultas democráticas. Porém, a grande maioria da população, hindu e muçulmana com larga predominância da primeira, sentia-se muito pouco, ou mesmo nada, ligada a Portugal.

As primeiras tentativas de negociações com o Governo Português partiram do Governo Indiano e datam de Fevereiro de 1950, apenas três anos depois da declaração da sua própria independência e um ano após a aprovação da sua Constituição, quando Nova Dehli reclamava, pela primeira vez, a soberania sobre os territórios administrados por Portugal. O embaixador em Lisboa fez chegar ao Governo Português um

memorando do seu governo, no qual propunha o início de negociações com o fim de encontrar uma solução pacífica para a integração dos territórios sob administração portuguesa na União Indiana. A resposta do Governo Português foi a mesma que, no futuro, havia de repetir a todas as propostas vindas dos povos africanos das colónias. Recusou a proposta e o governo de Nehru endureceu as suas posições até que, no fim do ano de 1953, decidiu fechar as fronteiras terrestres com Goa Damão e Diu. Nos meses seguintes aumentaram as movimentações políticas na Índia contra Portugal e mobilizavam-se grupos de pressão civis, que se concentravam junto das fronteiras dos três territórios. Em 22 de Julho de 1954 dava-se a ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli na qual, de uma troca de tiros com polícias do posto local, resultou a morte de um agente da polícia.

Portugal deixou de exercer, de facto e desde então, a soberania em Dadrá e Nagar Aveli. Lisboa apelara para o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) reclamando direito de passagem. Anos mais tarde (1960) o TIJ reconhecer-lhe-ia esse direito, mas não autorizando o uso da força para exercer esse direito, nem impondo a Nova Dehli que facultasse a passagem. Portugal só poderia recuperar estes enclaves com a colaboração da então União Indiana, facilidade que lhe foi, obviamente, negada, até porque Nova Dehli apoiara aquela ocupação. O movimento pacifista de integração a partir do exterior e dirigido principalmente sobre Goa (*satyagraha*), foi violentamente reprimido pelas autoridades portuguesas. Este movimento veio a ampliar-se progressivamente, combinando movimentações de massas e manifestações pacifistas com esporádicas sabotagens e outras ações de guerrilha.

O problema da Índia ficaria resolvido, de facto, em Dezembro de 1961, com a anexação violenta resultante da invasão militar indiana. Mas há algumas questões que importa colocar, quando se aborda a forma traumatizante como se encerrou a presença portuguesa nos territórios de Goa, Damão e Diu. Primeira questão: era a defesa militar do chamado Estado da Índia possível? Segunda questão: era o sacrifício da guarnição militar do Estado da Índia justificável? E, por fim, terceira questão: pretendia-se defender o quê, como, com quem?

Quando dos incidentes de que resultou, em 1954, a anexação pela União Indiana dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, as manifestações de repúdio e desagravo contra a União Indiana, que o Governo foi promovendo um pouco por todo o país, aproveitadas para manobras de encenação em apoio a Salazar, criaram um clima emocional que

compensava um generalizado alheamento, por ignorância e desinformação da opinião pública, sobre a realidade política e sobre o que estava em jogo.

De emergência foram mobilizadas unidades militares da metrópole e órgãos de apoio de serviços, para reforçarem as unidades operacionais da guarnição local constituída, na quase totalidade, por unidades de naturais de Angola e Moçambique, com quadros metropolitanos. Do recrutamento local, para além de militares isolados em funções burocráticas ou em órgãos de serviços, só havia, em Goa, uma companhia de infantaria e, mesmo essa, sem significado operacional. As unidades mobilizadas na metrópole partiram sem que tivessem, sequer, uma hora de instrução ou treino operacional, sem lhes ter sido feito, nem mesmo aos oficiais, qualquer *briefing* sobre o teatro de operações e sobre a situação que iam encontrar. Muito simplesmente, foram reunidos e embarcados.

Encaremos então a primeira questão: era a defesa militar do Estado da Índia possível? Para quem contactou de perto a situação da Índia daquela época, ou sobre ela se interessou, a queda de Goa Damão e Diu, sete anos depois e nas condições em que ocorreu, não surpreendeu. Se a invasão se tivesse verificado em 1954, ou nos anos seguintes, o desfecho teria sido, muito provavelmente, o mesmo. A rendição às tropas indianas, em Dezembro de 1961, não foi daquela guarnição, naquele momento. Ter-se-ia dado em qualquer momento e com qualquer guarnição. Com forças terrestres exíguas e caricatamente armadas, sem artilharia de costa ou antiaérea, com uma marinha simbólica e sem quaisquer meios aéreos, o Estado da Índia era, de facto, indefensável face ao potencial estratégico da então União Indiana. É uma denúncia que está clara e abundantemente feita. Vários militares portugueses que serviram na Índia publicaram livros credíveis e reveladores, como Carlos Alexandre Morais com *A queda da Índia Portuguesa* e Francisco Cabral Couto com *O fim do Estado Português da Índia*, ou ainda a série de depoimentos no ciclo de conferências reunidos em *Revisitar Goa, Damão e Diu*. Maria Manuel Stocker escreveu, sobre a matéria, um importante e bem documentado ensaio, *Xequete-Mate a Goa*.

Já era essa a situação sete anos antes. Planos de defesa com frentes atribuídas às unidades de manobra absolutamente desproporcionadas para os cânones da guerra clássica, que era aquela que se previa enfrentar, armamentos e equipamentos velhos e obsoletos, vontade de combater nula porque nula era a motivação face à realidade política vigente. Em 1961 os efetivos ainda eram mais exíguas – tinham retirado as

unidades africanas –, a obsolescência dos armamentos agravava-se e nada acontecera que contribuísse para melhorar o moral das tropas.

Esta constatação é suscetível de dar lugar a um equívoco e que, por vezes, tem sido colocado: então e se a guarnição militar do Estado da Índia tivesse sido convenientemente reforçada e o seu armamento renovado, a sua defesa já teria sido viável? Não tinha. Para além da desvantagem tática havia o desequilíbrio estratégico. Todos os fatores geoestratégicos, quer os físicos – posição, dimensão, configuração –, quer o demográfico, quer o económico, quer ainda o diplomático eram, incontornavelmente, desfavoráveis às pretensões do Estado Português. A União Indiana podia, sempre, multiplicar pelo número que quisesse o potencial de combate português e esmagar, sem grande esforço, os exíguos dispositivos de defesa dos enclaves sob administração portuguesa. Numa guerra clássica Portugal só poderia enfrentar militarmente a União Indiana com a ajuda maciça de potências aliadas e nenhum aliado de Portugal estava disposto a ajudá-lo na Índia, nem tão pouco a apoiá-lo politicamente.

O Estado Português, que sabia isso, não queria na Índia uma guarnição para combater, mas uma guarnição para sacrificar. Então, quanto mais reduzidos fossem os seus efetivos, melhor, porque menor seria o preço a pagar. Em Outubro de 1955 o general Barros Rodrigues, chefe do estado-maior do exército, efetuou uma visita de inspeção às tropas na Índia em cujo relatório afirmava: “Perante tal hipótese (invasão em forma), a defesa será meramente simbólica e, salve num ou noutro ponto, a sua duração será de horas [...]” Em Dezembro de 1960 Costa Gomes, então subsecretário de estado do Exército, em resultado da visita que fez a Goa e das conversas que manteve com o governador Vassalo e Silva, concluiu que os efetivos militares deviam ser reduzidos. Segundo Maria Manuel Stocker, na entrevista pessoal que, em 1955, teve com o marechal Costa Gomes, este afirmou: “[...] na Índia tanto fazia estarem três mil homens, como seis mil, como o Exército Português inteiro. Nem sequer uma defesa de cinco horas se podia fazer.” (p. 161) Fora isto que Costa Gomes fizera constar no relatório da visita que elaborou (p. 162).

Concluindo, a defesa militar convencional de Goa Damão e Diu, contra uma invasão da União Indiana, não era possível. Salazar estava disso informado pelo que, o seu cínico telegrama a Vassalo e Silva nas vésperas da invasão, recomendando que só podia aceitar soldados e marinheiros vitoriosos, ou mortos, sabendo que a vitória era impossível, era uma verdadeira condenação à morte.

Daqui, da constatação que a defesa militar não era possível, decorre a segunda questão: era o sacrifício das tropas justificável?

Há valores nacionais que, identificando-se com o próprio conceito de nação e de pátria, exigem a sua defesa e essa defesa impõe sacrifícios. É para esses sacrifícios, que podem ir até ao da própria vida, que as forças armadas existem. A justeza dos sacrifícios dos militares não se mede face à dimensão dos riscos que enfrentam, mas face à importância e legitimidade da missão que cumprem, isto é, dos valores que servem.

O problema residia, neste caso concreto, exatamente no facto de o sacrifício que era exigido àqueles militares na Índia, não ser sustentado numa base de legitimidade. Por um lado era exigido por um poder político ilegítimo e arbitrário, que não emanava do sufrágio popular, não representava a vontade nacional, só assentava nos instrumentos de repressão e nem sequer permitia que a opinião pública se esclarecesse e pronunciasse sobre os interesses nacionais. Um poder político que usurpara a ideia e o sentido da pátria, não podia exigir sacrifícios em nome da pátria. Até Kaúlza de Arriaga reconheceu, no seu livro *Guerra e política*: “[...] os responsáveis maiores, aqueles que não conferiram à guarnição militar do Estado da Índia as condições minimamente necessárias a um combate digno foram, sem dúvida, as autoridades metropolitanas.” (p. 219) Kaúlza reforçou esta ideia em entrevista ao Diário de Notícias de 15 de Fevereiro de 1997: “[...] ninguém podia pedir patriotismo àqueles soldados [...]”.

Por outro lado o sacrifício era pedido em nome de um mito, o da pátria una do Minho a Timor, que não tinha qualquer correspondência com a realidade histórica, geográfica, humana, sociológica, cultural, económica nem, muito menos, com o sentimento da grande maioria da população. Salazar, como todos os tiranos, inventou mitos para justificar e perpetuar a ditadura. A queda do Estado da Índia, nas condições em que se verificou, mais não foi do que a consequência desses mitos, da cegueira com que foi ignorada a evidência e a justiça do processo de descolonização, que o fim da II Guerra Mundial tornara inevitável.

Teresa Mesquitela escreveu que em 1947 o presidente do conselho afirmara que “[...] se geograficamente Goa é Índia, socialmente, religiosamente e culturalmente, Goa é Europa [...]” Afirmação absolutamente infundada e desprovida de rigor analítico, reveladora de uma total ignorância do quadro humano de facto existente no chamado Estado da Índia, onde a larga maioria da população era hindu e havia uma significativa comunidade muçulmana. E deturpava a realidade sociocultural dos costumes da generalidade da população, da estratificação em castas, da inexpressiva difusão da

língua portuguesa que até era ultrapassada pela inglesa, da forma como, fora dos principais centros urbanos, nomeadamente nas zonas chamadas das Novas Conquistas (mais de 3/4 da área de Goa), as pessoas se furtavam ao contato com os metropolitanos. Era isto que constatavam, com um misto de surpresa e frustração, os militares portugueses quando desembarcavam e tomavam contato com o meio humano. Maria Manuel Stocker conta como o geógrafo, professor e investigador Orlando Ribeiro, denunciou a falácia quando, em 1956, depois de visita a Goa, se mostrou ferido no seu sentimento de português pela reduzida influência cultural que Portugal ali exercia (p. 50, nota 60).

Salazar tinha obrigação de saber, se desse atenção às informações competentes e responsáveis que lhe chegavam, qual era a realidade. A mesma autora afirma que Costa Gomes lhe contou que, depois de regressar da viagem em 1960, enquanto subsecretário de estado do Exército, quando descreveu a Salazar, de viva voz, a situação na Índia, lhe disse que era o momento de se fazer um plebiscito controlado pela ONU. E à pergunta de Salazar sobre qual, na sua opinião, seria o resultado desse plebiscito, Costa Gomes ter-lhe-á respondido: “Se tivermos entre 7 e 10 por cento de votos a favor podemos considerar que a nossa ação na Índia foi uma soma muito positiva, porque 90 por cento são contra. Porque a Índia não é portuguesa. A Índia é indiana.” E Costa Gomes acrescentou na conversa com Maria Manuel Stocker: “Salazar concordou que talvez a Índia estivesse preparada para o plebiscito, mas que o resto do ultramar não”. (pp. 162 e 163) Salazar sabia muito bem que social, religiosa e culturalmente Goa não era Europa. Ainda que não o soubesse em 1947, não o desconhecia em 1961.

A política portuguesa na Índia era um equívoco, como um equívoco era toda a política colonial portuguesa. Tendo-se como boa a fórmula de Clausewitz, tantas vezes invocada e tão mal compreendida e cultivada, segundo a qual a guerra é a continuação da política por outros meios, não há forma de tornar legítima uma guerra assente na mentira política. Numa guerra ilegítima o sacrifício dos militares não é justificável.

Então, se a defesa militar era impossível e o sacrifício da guarnição militar injustificável, chegar-se-á à terceira questão: pretendia-se defender o quê, como, com quem? Questão que pode ser introduzida com outra interrogação: se Goa, Damão e Diu eram Portugal, como o Minho ou o Algarve, se os goeses, damanenses e diuenses eram tão portugueses como os beirões ou os alentejanos, como pretendia o regime de Salazar, porque não constituíram eles o primeiro escalão da defesa da dita parcela do território nacional, deixando para as forças destacadas de Portugal apenas a missão de reforço à

guarnição local, quando esta se mostrasse insuficiente? Face a idêntica ameaça ao território português europeu, não seria às populações metropolitanas que competiria o esforço da defesa? Perante a iminência da invasão indiana, aliás preparada durante anos, porque não se procedeu, de acordo com a lógica de Salazar, à mobilização geral de todos os homens válidos do Estado da Índia, entre os 20 e os 45 anos, como teria acontecido em Portugal se tivesse de enfrentar idêntica ameaça de agressão externa? A resposta parece evidente: muito simplesmente porque os cidadãos de Goa, Damão e Diu nem sequer eram incorporados nas Forças Armadas Portuguesas, porque não estavam sujeitos à lei de serviço militar geral e obrigatório. Em Goa apenas havia uma companhia de infantaria destinada a tarefas protocolares.

Goeses, damanenses e diuenses não usufruíam do estatuto de nacionais portugueses, dos direitos e deveres de cidadãos portugueses, entre eles o de prestarem serviço militar. Eram povos sujeitos a ocupação estrangeira e, portanto, era ao ocupante que competia a defesa militar do território. Se eram ou não cidadãos da então União Indiana, isso era questão que competia a eles decidirem e o Estado Português, ao não deixar outra solução que não fosse a invasão, até esse direito de opção lhes negou.

Muitos, em Goa, principalmente na comunidade cristã, pensavam que outra solução teria sido viável se Portugal tivesse negociado oportunamente. Não queriam nem a sujeição a Portugal nem a integração na União Indiana e nunca perdoaram a Salazar, que consideravam culpado pelo que veio a acontecer em 1961. Salazar ignorou todas as alternativas, preferiu forçar a invasão armada e sacrificar a guarnição militar para provar que tinha razão. Os militares não lhe deram esse trunfo.

Por outro lado as populações de Goa Damão e Diu não esboçaram, tão pouco, qualquer resistência, armada ou mesmo pacífica, contra a invasão indiana. Ao contrário da resistência à presença portuguesa, que foi uma constante durante os séculos de ocupação e apesar da ameaça de invasão indiana se ter desenhado desde 1948, agudizado a partir de 1954 e tornado iminente em 1961, Portugal nunca sentiu condições para preparar uma resistência popular organizada com base nas populações naturais, que é a estratégia clássica do fraco contra o forte, quando se pretende perturbar forças invasoras e demonstrar a recusa de uma ocupação e anexação. Só que – e é doutrina elementar nesta matéria –, há uma condição *sine qua non* para viabilizar a resistência popular, que é a confiança numa adesão das populações, a garantia da sua disponibilidade para se sacrificarem por um causa que considerem nacional. O governo português nem sequer a equacionou no seu planeamento e o plano de defesa do

comando-chefe, “Sentinela”, que foi elaborado para enfrentar a invasão, não fazia qualquer previsão de passagem à resistência generalizada e à guerrilha. Nem estas foram organizadas, porque se sabia que não se podia contar com aquela condição básica. Os goeses, damanenses e diuenses nem sequer a tentaram, porque não interiorizaram a defesa da presença portuguesa como uma causa nacional.

Os factos, mesmo por omissão, falam por si e têm significado. A defesa da soberania portuguesa em Goa Damão e Diu contra a invasão indiana não constituiu uma causa nacional para os militares portugueses, que não sentiam aqueles territórios como portugueses. Nem constituiu uma causa nacional para as suas populações naturais, que não se consideravam portuguesas. Era apenas uma causa da ditadura salazarista.

Um ano depois da invasão, em Dezembro de 1962, realizaram-se as primeiras eleições gerais em Goa, experiência que as suas populações nunca tinham vivido sob domínio português. Os resultados deram a maioria ao partido *Maharashtrawadi Gomantak Party*, que sempre se batera contra Lisboa e era adepto da integração de Goa no vizinho Estado do Maharashtra. Mais tarde Goa viria a conquistar o estatuto de Região Autónoma, o que vinha ao encontro dos desejos de parte da população, nomeadamente dos setores da comunidade cristã que já se manifestavam contra o centralismo quando colónia portuguesa.

Depois da invasão indiana soube-se que Salazar exigira, dos militares portugueses em Goa, um mínimo de oito dias de resistência para poder negociar. A verdade é que Salazar tinha disposto de 13 anos para negociar, solução que sempre recusou. E, se confiava no portuguesismo dos goeses, dos damanenses e dos diuenses, então porque não pediu a estes o sacrifício da resistência popular generalizada e prolongada, para lhe proporcionar o tempo de que dizia necessitar?

Havia, em tudo isto, uma grande dose de hipocrisia. O que Salazar quis foi imolar os militares portugueses no altar do absurdo da sua política. Quis, à custa das suas vidas, afirmar ao mundo que tinha razão. Ao negarem esse sacrifício e ao nem sequer esboçarem uma resistência prolongada, os militares portugueses e os povos de Goa Damão e Diu condenaram, implicitamente, ainda que muitos não tivessem tomado consciência disso, a ditadura e a política colonial de Salazar.

Foi isso que o ditador nunca lhes perdoou.

O 25 de Abril apenas formalizou o facto consumado. Em 24 de Setembro de 1974 os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Índia encontravam-se em Nova Iorque, no decurso da Assembleia Geral da ONU e subscreveram uma Declaração

Conjunta manifestando, ambas as partes, a vontade de restabelecerem relações diplomáticas e de cooperarem no aprofundamento dos laços culturais entre os dois povos interrompidos em 1961, nomeadamente na divulgação da língua e da cultura portuguesas e na preservação dos monumentos histórico-religiosos em Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli. Em de 15 de Outubro a JSN aprovava a Lei Constitucional 9/74, que autorizava o presidente da República, ouvidos a JSN, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, a concluir um acordo com a União Indiana pelo qual Portugal lhe reconhecia a plena soberania sobre os Territórios de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli. Esse acordo foi formalizado em Nova Dehli em 31 de Dezembro de 1974, sendo Portugal representado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares.

Há quem acuse os governos de Portugal, posteriores ao 25 de Abril, de terem tratado distintamente os casos da Índia e Timor. Está-se perante o vício recorrente, já aqui denunciado, de considerar que a descolonização é um fenómeno determinado pelo colonizador, vício que impede a compreensão de que o verdadeiro protagonista deste processo não é colonizador, mas o colonizado. Não foi Portugal que os tratou de forma diferente. Os casos da Índia e de Timor foram diferentes, fundamentalmente porque os goeses, damanenses e diuenses, por um lado e os timorenses, por outro, os encararam e reagiram de formas diferentes. Foi a resistência popular, que houve num caso e não houve no outro, que fez a diferença entre Timor-Leste e Goa Damão e Diu.

Macau

Desde Abril de 1888 vigorava um Tratado de Comércio e Amizade entre Portugal e a China, que fora assinado em Dezembro do ano anterior, através do qual Pequim reconhecia a ocupação e administração portuguesa em Macau. Era a porta de entrada na China do ópio da Índia e da madeira de Timor e de saída do chá e outros produtos chineses, particularmente de mão-de-obra escrava para a América. Uma primeira versão deste tratado já tinha sido assinada em 1862, mas Pequim nunca o ratificara. Na prática a posição chinesa era a de que Macau era território chinês administrado por Portugal. Nos finais do século tornou-se um centro de turismo de casino com o jogo como atração maior. Nos primeiros anos da década de 20, com a vitória da revolução republicana chinesa e a sua proclamação nacionalista e contra as ocupações estrangeiras, acentuaram-se as reivindicações contra o domínio português em Macau.

Na II Guerra Mundial Macau, bloqueado pela esquadra nipónica, escapou à ocupação japonesa de todo o litoral chinês e sudeste asiático, ao que não foram estranhos os compromissos de Salazar com as potências do eixo. É certo que em Timor essa cumplicidade não resultou, invadido pelos japoneses que aí permaneceram até ao fim da guerra, mas a invasão japonesa havia sido precedida da invasão australiana e holandesa. A Holanda colonizava a Indonésia partilhando com Portugal a ilha de Timor, o que permite interpretar a invasão japonesa mais contra a ocupação australiana e holandesa do que contra a presença portuguesa.

A China aceitava, com benevolência, Macau como feitoria portuguesa, isto é, terra chinesa sob administração portuguesa, estatuto que, na realidade, foi sempre o seu, apesar da Constituição Portuguesa incluir Macau, a par das restantes colónias, como território de Portugal. Quando Mao Tse Tung e o Partido Comunista Chinês conquistaram o poder na China continental, verificaram-se alguns incidentes em Macau, mas a administração portuguesa continuou a ser tolerada. Mao, que apoiava as independências das colónias em África, terá afirmado que Portugal foi o único país europeu que permaneceu na China sem ser pela força das armas e sem lhe ter feito guerra. À RPC, então isolada, convinha aquela porta aberta ao ocidente e que, no fundo, Pequim controlava.

Este interesse recíproco não impediu a eclosão de perturbações. Em Maio de 1952 conflitos nas Portas do Cerco, entre soldados portugueses e chineses, causaram baixas de parte a parte. A causa próxima fora o reforço das medidas de controlo de mercadorias para a RPC, sujeita a um embargo imposto pelas potências ocidentais. O conflito arrastou-se e agravou-se quando os chineses retaliaram com um bloqueio, que causou carências alimentares em Macau. As autoridades portuguesas e chinesas negociaram e sanaram o conflito com um pedido de desculpas, não-oficial, de Macau e o pagamento de uma indemnização às vítimas chinesas. A RPC provou que a presença portuguesa em Macau dependia da sua aceitação e reforçou o papel da comunidade chinesa no território, com a qual mantinha estreitas ligações. Por outro lado acentuou-se o regime especial de Macau no contexto do espaço português no qual não era, de facto, uma colónia.

Em 1966, sendo encarregado de governo o comandante militar, a revolução cultural na RPC estendeu-se a Macau com perturbações graves. Em Novembro a polícia prendeu residentes chineses da ilha da Taipa que construíam uma escola privada, sem licença, que tinham pedido mas que tardava. Provoações da imprensa chinesa, de

estudantes, de associações maoístas e manifestações de protesto, tiveram repercussões na própria China. O novo governador, brigadeiro Nobre de Carvalho, chegou e tomou posse em 25 de Novembro, em plena crise, agravada a 3 de Dezembro com invasão do palácio, ações violentas e destruições em edifícios públicos, determinando medidas de emergência e a intervenção policial e militar. Registaram-se 11 mortos e cerca de 200 feridos e a tensão persistiu nos dias seguintes. Em Cantão era assaltado e destruído o consulado de Portugal e expulso o cônsul. O governador aceitou exigências chinesas, negociadas com a Repartição dos Negócios Estrangeiros de Cantão, que passou a ter voz mais ativa nos assuntos internos de Macau relativos à comunidade chinesa.

A calma regressou em 29 de Janeiro com o pedido de desculpas do Governo de Macau à comunidade chinesa, com a exoneração dos mais altos responsáveis militares e policiais e com a entrega de agentes de Taiwan, ali detidos, às autoridades da RPC. O incidente ficou conhecido por 1,2,3, devido ao mês e dia em que se agravou, Dezembro 3, ou seja 12,3. A RPC fizera uma demonstração de força, reafirmara que a sobrevivência da administração portuguesa em Macau dependia da sua vontade e que a China, com que Macau tinha de se relacionar, era a RPC e não Taiwan, como até aí.

Salazar escreveu a Nobre de Carvalho nos termos em que escrevera ao general Vassalo e Silva em 1961, na iminência de invasão indiana ao Estado da Índia, exortando os militares portugueses, uma ínfima guarnição, a lutarem até ao extremo pela dignidade e soberania nacional, mesmo com os maiores sacrifícios. Não queria repetir a sua humilhação na Índia, sendo duvidoso que o conseguisse, mas nunca chegou a ser posto à prova. Revelava, sobretudo, total insensibilidade para a realidade de Macau.

Em meados de 1967 a tensão agudizou-se, com reivindicações da associação dos estudantes chineses de Macau na linha da revolução cultural, manifestações nas ruas e provocações ao cônsul britânico, à igreja católica e suas instituições religiosas e escolares e, mesmo, a polícias e militares, que o governador foi tentando apaziguar com cedências e pedidos de desculpas. A instabilidade na guarnição militar, porém, levou a um incidente contra o comando militar, protagonizado pelo capitão comandante do esquadrão de cavalaria, que receberia ordem de regresso à metrópole.

A soberania portuguesa em Macau apenas se exercia, efetivamente, sobre a comunidade portuguesa, incluindo os macaenses, como eram designados os descendentes de cruzamentos entre portugueses e chineses. Era representada por um governador nomeado pelo governo de Lisboa e ido de Portugal, uma reduzida administração, tribunal, uma pequena guarnição militar, uma escola, um liceu, um

hospital. A comunidade chinesa tratava de si, através da Associação Comercial Chinesa que, como confirma o ex-governador Garcia Leandro no seu livro *Macau nos anos da revolução portuguesa 1974-1979*, um importante contributo para a compreensão da transição em Macau, funcionava como governo sombra (p. 33). Caso único em todo o território sob administração portuguesa, na metrópole ou no ultramar, o Partido Comunista Chinês existia e atuava, e a imprensa chinesa não era sujeita a censura prévia. O regime comunista de Pequim, pragmaticamente, tentou por várias vezes estabelecer relações diplomáticas com Lisboa mas Salazar, alinhando com o ocidente no reconhecimento de Taiwan, sempre recusou.

Em 1974 seriam pouco mais de 320.000 habitantes, mais uma elevada população flutuante que circulava entre Macau e a China. Cerca de 7.000 eram portugueses que falavam o português, enquanto a língua dominante entre os chineses era o cantonês. Apenas 8% eram cristãos, dos quais 1% protestantes. A nacionalidade portuguesa era acessível aos chineses naturais ou residentes que o desejassem os quais, quando o faziam, era mais por razões de ordem burocrática ou por interesse material, do que por opção identitária. A partir de 1981, com a publicação da Lei 37/81, o direito à nacionalidade passou a ser reservado a cônjuges ou filhos de pai ou mãe portugueses.

Quando, com o 25 de Abril, Portugal entrou no processo de descolonização, Macau era um caso particular ao qual esse processo não se aplicava e que teria de ser objeto de um tratamento especial. Em Portugal não se percebeu isso de imediato.

A RPC, sem pôr em causa a administração de Portugal, não lhe reconhecia o direito de posse sobre o território e, nas reuniões da Comissão de Descolonização da ONU, mantinha a posição de que Macau, não sendo uma colónia, não se incluía no âmbito das competências desse órgão. Era uma situação que lhe convinha. Fechada ao mundo ocidental e com más relações com o bloco soviético, contava com Macau e Hong-Kong como plataformas de contato com a Europa e a América.

Em Macau refletiam-se as ondas de choque de duas revoluções às quais as populações se sentiam alheias, a revolução cultural chinesa, no seu ocaso e o 25 de Abril português, dando os primeiros sinais. Porque não fora uma colónia, na exata aceção do termo, não vivera uma luta de libertação e os chineses acolheram com indiferença as notícias sobre o 25 de Abril. A China não queria aí um foco de instabilidade, receava a instalação de uma democracia de tipo ocidental que beneficiasse Taiwan e receava, também, o papel do PCP na revolução portuguesa e junto de alguns

movimentos de libertação das colónias africanas, pelas suas boas ligações à URSS, cenário que não queria ver projetado em Macau. Pequim preferia esperar para ver.

Ainda que o Programa do MFA não tivesse aí aplicação direta a reduzida guarnição militar, onde havia oficiais do MFA, não era alheia aos acontecimentos na metrópole e sentia que o 25 de Abril tardava a chegar a Macau, onde o único sinal imediato foi o fim da censura e a avalanche de notícias de Portugal. O governador Nobre de Carvalho só a 29 de Abril reagiu à nova situação política com um telegrama de adesão, posição algo insólita pois uma semana antes enviara, com o apoio do Conselho Legislativo, outro telegrama de confiança a Marcello Caetano (Leandro, p. 35). Mas manteve-se no cargo até Outubro.

Nos finais de Maio seguiram dois oficiais do MFA para o extremo oriente, para identificarem os problemas em Macau e Timor e proporem soluções, um dos quais, o major Garcia Leandro, viria a ser nomeado governador de Macau em 13 de Novembro de 1974. Entendeu bem a especificidade do território e, a partir de então, iniciou-se nova fase da sua história, marcada por uma muito maior autonomia sob administração portuguesa. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras associações cívicas, o Centro Democrático de Macau (CDM) e a Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (ADIM), que só incluíam cidadãos portugueses. Em Portugal havia consciência de que a tranquilidade em Macau dependia do bom relacionamento com Pequim pelo que, nos princípios de 1975, o governo reconheceu, oficialmente, a RPC e cortou relações diplomáticas com Taiwan, que considerou parte integrante do território chinês. Em Agosto de 1975, em Paris, iniciavam-se contatos informais entre diplomatas portugueses e chineses.

Para as eleições para a Assembleia Constituinte em Portugal, que ocorreriam em 25 de Abril de 1975, foi aberto o círculo de Macau, no qual se recensearam 3437 eleitores. Entretanto, um sinal de que a soberania portuguesa no território estava em mutação, correspondeu à alteração do conceito de segurança, que deixou de se orientar para a ameaça externa, considerada improvável e virando-se, exclusivamente, para a segurança pública interna (Leandro, p. 105). Pôs-se termo à presença militar portuguesa em 31 de Dezembro, reformulando-se e reforçando-se as forças policiais. Em 1 de Janeiro de 1976 iniciavam funções as Forças de Segurança de Macau, força civil de recrutamento local ainda que, transitoriamente e enquanto se mantivesse a soberania portuguesa, com quadros superiores na base de oficiais das forças armadas portuguesas.

Em 17 Fevereiro foi publicado o Estatuto Orgânico de Macau através da Lei 1/76 do Conselho da Revolução, que seria acolhido na Constituição da República Portuguesa aprovada em 2 de Abril seguinte. O Estatuto estipulava que o território de Macau gozava de autonomia administrativa, económica, financeira e legislativa, definia os órgãos de governo próprio, ou seja, governador nomeado e exonerado pelo presidente da República Portuguesa precedendo consulta à população, 5 secretários-adjuntos, Conselho Consultivo de 10 membros (5 eleitos por sufrágio indireto, 3 natos, 2 nomeados), Assembleia Legislativa com 17 deputados (5 nomeados pelo governador, 6 eleitos por sufrágio direto, 6 eleitos por sufrágio indireto). O governador representava no território os órgãos de soberania da República Portuguesa, com exceção dos tribunais, reservando para o presidente da República as relações externas. Disponha de banco emissor e de uma organização judiciária própria e dotada de autonomia.

O Estatuto viria a ser ligeiramente revisto com a Lei 53/79 e, mais significativamente, uma década depois, com a Lei 13/90. Mantendo os princípios fundamentais da autonomia alterava as nomeações para o Conselho Consultivo, o número dos secretários-adjuntos que podia ir até 7 e de deputados à Assembleia Legislativa que passava a 23.

A estes avanços, prudentes, da parte portuguesa, a RPC respondeu com uma atitude de expectativa e, em Fevereiro de 1979, estabeleceram-se relações diplomáticas entre os dois países. Conforme a RPC reforçava o seu papel como grande potência mundial, davam-se passos para a passagem de Macau para a sua soberania. Em 1982 Deng Xiaoping declarava que Macau e Hong-Kong seriam reintegrados na China que sobre eles detinha a soberania, e anunciava o modelo que presidiria à reintegração, “um país dois sistemas”. Os responsáveis chineses visavam mais longe, uma reintegração pacífica, negociada, normal, que servisse de modelo a uma solução para Taiwan. Carmen Amado Mendes, no seu livro *As negociações de Macau 1986-1999*, salienta que Portugal contava com dois trunfos externos para compensarem a negociação desigual, assimétrica, que a sua pequenez ditava: por um lado as negociações da China com o Reino Unido a respeito de Hong-Kong, que deveriam concluir-se antes, para Portugal poder reivindicar igualdade nas vantagens que Londres viesse a conseguir; por outro lado a prudência a que Pequim se obrigava para conseguir um precedente favorável a uma solução de Taiwan, o seu grande objetivo final na reunificação.

Em Junho de 1986 tiveram início as negociações Portugal-China com vista à transferência do poder, que viriam a concluir-se em 13 de Abril de 1987 com a

assinatura, em Pequim, da Declaração Conjunta, que entrou em vigor em 15 de Janeiro de 1988 devendo perdurar até ao ano 2.050. Não foram negociações fáceis, as deste processo de “retrocesso” para a antiga potência soberana sem autodeterminação, como Carmen Mendes o classifica, recusando o termo descolonização pela qual, na realidade, Macau não passou. A autora destaca, nesta fase, as dificuldades em torno do problema da nacionalidade, pois os negociadores chineses não aceitavam o estatuto da dupla-nacionalidade para os cidadãos chineses que tivessem passaporte português. A Declaração Conjunta definia Macau como território chinês a cuja soberania regressaria em 20 de Dezembro de 1999 como Região Administrativa Especial, gozando de autonomia e assente no princípio um país dois sistemas. Em Março de 1993 a RPC aprovou a Lei Básica da região, que viria a ser a lei fundamental após a integração de Macau na sua soberania.

As negociações prosseguiram, através de um processo complexo, durante o período de transição e até ao fim da administração portuguesa. Os casos mais delicados foram os que Carmen Mendes chama as “três grandes questões”, que relata com detalhe e se relacionavam com as localizações¹¹ da língua, dos quadros e das leis, isto é, a atribuição do estatuto oficial e jurídico à língua chinesa sem que fosse abolida a portuguesa, a substituição dos quadros da administração pública por nacionais chineses, incluindo os macaenses nomeadamente os que já eram funcionários, prevalecendo o critério da competência e não étnico, e a transformação das leis portuguesas em leis locais, mantendo a continuidade de uma matriz respeitadora dos direitos humanos. Carmen Mendes destaca ainda as negociações sobre o que chama questões sensíveis do período de transição, os Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos que, aliás, já tinham sido objeto de tratamento detalhado em anexo à Declaração Conjunta e ficaram consagrados na Lei Básica, o problema do Aeroporto Internacional de Macau e o problema da Fundação Oriente, cujo desfecho não terá correspondido aos interesses que Portugal tentou inicialmente dela recolher (p. 21).

Quando, em 20 de Dezembro de 1999, o governador, general Rocha Vieira, formalizou a transferência da soberania de Macau para a RPC, depois de uma transição sem mácula e com a solenidade exigida, Macau já não era a modesta cidade de 1974. Conheceu um forte impulso económico tornando-se um dos maiores centros de jogo do mundo, tinha o aeroporto internacional, a universidade. A população, muito jovem,

¹¹ O termo localização quer referir, na realidade, “macaenização”, mas este terá sido evitado para impedir que os chineses tivessem avançado com a alternativa de “sinificação”.

quase duplicara e mantinha-se uma significativa comunidade portuguesa, que estava disposta a ali permanecer.

Timor

Timor, onde, à partida, tudo apontava para uma transferência do poder tranquila, acabou por se tornar o caso mais dramático dos territórios do extremo oriente. A sua evolução resultou, em parte, do facto de o ciclo descolonizador ter sido subvertido, iniciando-se com a fase da transferência do poder sem ter sido precedida de uma tomada de consciência e de uma luta de libertação, ainda que reduzida ao patamar político. Daí a ingenuidade política revelada pelo comportamento inicial dos líderes timorenses.

As relações entre os portugueses e os timorenses foram, ao longo da História, muitas vezes perturbadas por conflitos armados que chegaram a atingir extrema violência. Pélissier regista constantes revoltas entre 1847 e 1941. Até 1913 soma mais de 56 ações militares em campanhas de curta duração, nas quais, segundo o historiador francês, as tropas portuguesas se viam confrontadas com a resistência de montanheses aguerridos (2006, p. 89). Em Maio de 1887 uma grave insubordinação, com o assassinato do governador Alfredo Maia, só em 1900 pôde considerar-se dominada. Os êxitos e os fracassos das tropas portuguesas alternavam-se, sucessos em 1893, derrotas em 1895, as campanhas mais difíceis ocorreram em 1912 com a grande revolta de Marufai, que alastrou a outros regulados e, nas quais, já foi detetável uma convergência de objetivos que eram livrarem-se dos colonizadores (pp. 318 a 328).

Durante a Segunda Guerra Mundial e o seu alastramento ao Pacífico Ocidental, a expansão japonesa pela costa oriental da Ásia e pelos arquipélagos do sudeste asiático, materializando o projeto da Zona de Coprosperidade Oriental que a ambição imperial nipónica alimentava desde os finais do século XIX, atingiria Timor. A metade leste da ilha, sob administração colonial portuguesa, estava militarmente desguarnecida e a sua importância geoestratégica no conflito que opunha os aliados ocidentais, Reino Unido (através da Austrália) e Holanda, que colonizava a Indonésia incluindo a metade ocidental da ilha de Timor, ao Japão, aliado no eixo à Alemanha e à Itália, era um convite à intervenção de ambas as partes. Um vazio estratégico que o governo português não cuidou de preencher, apesar de insistentemente instado por Londres, Haia e Camberra, condição mínima da neutralidade que queria manter. David Martelo trata esta questão com rigor no seu livro *A imprevidência estratégica de Salazar*.

A primeira incursão deu-se em 17 de Dezembro de 1941, dez dias depois do ataque aéreo japonês a Pearl Harbour, uma ação combinada de tropas da Austrália e da Holanda, como medida preventiva mas com meios claramente insuficientes face a uma previsível invasão em força de tropas japonesas. Barbedo de Magalhães inclui, no livro *Timor-Leste interesses internacionais e atores locais*, um texto do australiano David Scott que analisa a conjuntura geoestratégica da época, em plena Segunda Guerra Mundial, para concluir que “A invasão de Timor Português não estava nos planos de guerra do Japão.” (Vol I, 2007, p. 19) Segundo Scott, tese que Barbedo de Magalhães acolhe, a invasão japonesa foi uma resposta à anterior invasão australiana e contra a vontade do Governo Português que desejava manter a neutralidade.

Só então Portugal resolveu preparar o envio de uma força militar, a partir de Moçambique, para substituir a dos aliados, que dissuadisse a retaliação japonesa. Partiu de Lourenço Marques em 26 de Janeiro de 1942, mas acabou por regressar sem ter chegado a Timor porque, entretanto, em 20 de Fevereiro, consumava-se a invasão japonesa. Os australianos e holandeses retiraram, deixando pequenos grupos que, com alguns portugueses e timorenses, se refugiaram nas montanhas passando à guerrilha contra os japoneses. O governador português, Manuel Ferreira de Carvalho, manteve-se em Dili, sem qualquer poder *de facto*, sem contatos com o exterior, praticamente em prisão domiciliária, situação que se vai arrastar durante três anos e meio. Os timorenses dividiram-se e, parte deles, instigados pelos invasores japoneses, constituíram as tristemente famosas “colunas negras”, enquadradas pelos próprios régulos, que perseguiram ferozmente os portugueses. O proclamado portuguesismo dos timorenses era um mito que, em parte, assentava na sua recusa em integrarem a Indonésia depois da proclamação da independência deste país e, para isso, se escudavam na presença portuguesa. Desde que, em 1990, comecei a escrever sobre a descolonização, reajo contra esse mito (Correia, 1990, Volume 6, p. 160) que outros alimentavam, como Almeida Santos que, aliás, veio posteriormente a confessar publica e honestamente o seu arrependimento (Santos, 2006, 2.º Volume, pp. 293 e 298). Registem-se as palavras de António Barrento, um homem rigoroso e que viveu os acontecimentos de Timor em 1975 em funções de responsabilidade: “A conhecida e propalada veneração pela bandeira portuguesa deve ter resultado da aversão aos vizinhos holandeses e depois indonésios [...] Não se tratou de um aportuguesamento como alguns acreditavam, incluindo Almeida Santos quando lá foi [...]” (p. 37)

Só a partir de meados de 1944, quando a situação no Pacífico se começava a inverter pela ação dos EUA, Lisboa preparou nova expedição a Timor. A 18 de Agosto, já depois da rendição do Japão, partiu de Lourenço Marques o primeiro contingente português que entrou no porto de Dili em 27 de Setembro. Portugal recuperava a soberania colonial em Timor quando a hora já era a da descolonização.

Em finais de 1966 ocorreram graves incidentes militares na fronteira de Oé-Cusse com Timor-Indonésio. Oé-Cusse era um exíguo enclave da colónia portuguesa no interior do território indonésio na ilha, no qual havia uma pequena guarnição militar. O incidente assumiu alguma gravidade, com forças indonésias a ameaçarem a invasão, mas que foram contidas com a intervenção do próprio comandante militar que se deslocou de Dili e reagiu com fogo de morteiro.

Depois do 25 de Abril e até Janeiro de 1975 o processo, um pouco alheado por Portugal mais preocupado com as colónias africanas onde era urgente negociar a paz, decorreu sem perturbações. Surgiram três associações políticas que representavam projetos distintos, a União Democrática Timorese (UDT) adepta de uma autonomia progressiva integrada na comunidade portuguesa, a Associação Social Democrática Timorese (ASDT), que daria lugar à Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), advogando a independência total e a Associação para a Integração de Timor na Indonésia, depois Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), favorável à integração na Indonésia. Outros pequenos grupos não conseguiram expressão que lhes desse visibilidade.

O governo de Lemos Pires, que iniciou funções em 18 de Novembro de 1974, tomou uma série de iniciativas no sentido de criar condições para os timorenses escolherem o seu futuro, e preparou estruturas que facilitassem a transição.

Atentas estavam as potências da área, Austrália e Indonésia. A Austrália desde a década de 60 que apoiava a integração de Timor-Leste na Indonésia. Esta, parceiro dos EUA no sudeste asiático desde a subida de Suharto ao poder em 1965, tolerava a presença colonial portuguesa na metade ocidental da ilha. Mas mesmo já no tempo de Sukarno, antes do seu derrube por Suharto, que fora líder destacado dos países não-alinhados e apoiante das lutas de libertação nas colónias africanas, mantivera relações diplomáticas com Lisboa. Paradoxos só compreensíveis à luz da *realpolitik*. Com o 25 de Abril, apesar de declarar não querer interferir na opção dos timorenses, Jakarta cedo mostrou intenção de forçar a anexação, para o que contou com a compreensão australiana, que queria evitar problemas com o país vizinho. Segundo Barbedo de

Magalhães prevaleceu o receio de que Timor-Leste, depois da derrota dos EUA no Vietnam, se tornasse a Cuba do Pacífico Sul (Volume I, 2007, p. R-19).

Em Janeiro de 1975 a UDT que evoluíra para a opção independentista, coligou-se com a FRETILIN para negociarem com Portugal um período de transição prolongado que desembocasse na independência total. Excluía a APODETI, cada vez mais dependente da Indonésia, cujo cônsul em Dili era visto como o seu verdadeiro dirigente.

Quando se iniciaram negociações formais com Portugal tornou-se clara a dificuldade em conciliar as exigências antagónicas da coligação e da APODETI, cuja presença nas conversações a coligação recusava. Mesmo assim, os negociadores portugueses conseguiram obter a concordância de todas as partes para que Portugal apresentasse uma proposta de plataforma para ser negociada em Macau.

Porém, após uma visita do seu presidente a Jacarta, a UDT surpreendeu todos com uma brusca inversão de marcha e decidiu forçar a rotura da débil aliança com a FRETILIN, o que concretizou em fins de Maio. Instalou-se a convicção de que o dirigente da UDT trouxera de Jacarta a imposição de romper com a FRETILIN e juntar-se à APODETI. Perante isto a FRETILIN decidiu excluir-se da cimeira de Macau.

A cimeira realizou-se em Macau e o texto final aprovado, definindo o modelo para transferência da soberania e o Estatuto Orgânico para o período transitório, apesar da ausência da FRETILIN contemplava posições com que este partido também já concordara anteriormente. Foi neste Estatuto Orgânico que se baseou a Lei Constitucional 7/75 de 17 de Julho, que Portugal publicou, conforme prometera, mas unilateralmente, uma vez que o acordo não fora subscrito pelos três partidos.

Este quadro não agradou ao governo de Jacarta porque, por um lado afastava a solução por que se batia que era a integração e, por outro, contava com a participação da FRETILIN que, para Jacarta, era comunista e, como tal, devia ser excluída do cenário político. As tensões em Timor agravavam-se, sempre com Jacarta a manobrar as suas influências no interior de tal maneira que, na noite de 10 para 11 de Agosto a UDT, de novo após o regresso de dirigentes seus de Jacarta, desencadeava um golpe armado e fazia um ultimato ao governador, exigindo a marginalização da FRETILIN. O governador não cedeu às pressões da UDT.

Até aí a estrutura militar tinha-se mantido neutral. O governador e comandante-chefe optara por uma reestruturação orientada para a timorização do exército, que produzira bons resultados. Fizera regressar a Portugal as unidades metropolitanas, que começavam a mostrar alguma instabilidade e a criar problemas, mantendo em Timor

apenas os oficiais e sargentos para reforço do enquadramento das unidades de recrutamento local, que já contavam com alguns oficiais e sargentos naturais de Timor. Passara, assim, a dispor de um exército formado apenas por unidades operacionais timorenses e de uma reserva constituída por uma companhia de paraquedistas, reduzida.

Mas o golpe da UDT, de que resultou a ocupação de parte da capital e de algumas instalações policiais e do exército, iria desequilibrar a situação militar. A FRETILIN exigia que o governador atuasse militarmente contra a UDT mas Lemos Pires, preocupado em manter uma imagem de neutralidade, não acedeu. A instabilidade alastrou ao interior do território e os militares timorenses dividiram-se no apoio à UDT e à FRETILIN. Perante a preocupação de neutralidade das autoridades portuguesas, que evitavam comprometer-se com uma ou outra parte, a FRETILIN tomou a iniciativa de responder à UDT e a situação depressa degenerou em guerra civil. O governador viu-se confinado a uma pequena área de Dili, junto ao porto, apenas com os dois pelotões de paraquedistas e poucos oficiais e sargentos metropolitanos, e frustraram-se todos os seus esforços para reatar o diálogo, enquanto alguns quadros portugueses de unidades do interior eram feitos reféns, quer pela UDT, quer pela FRETILIN, conforme os militares timorenses aderiam a um, ou outro partido. O projeto, louvável, de timorização do Exército, virara-se contra os seus próprios promotores.

Com a sua liberdade de ação completamente bloqueada em Dili o governador, que já tinha evacuado de Timor os portugueses civis e familiares de militares, obteve o acordo de Lisboa para retirar para a ilha de Atauro com os cem militares que lhe restavam, a fim de manter, pelo menos simbolicamente, a soberania portuguesa em Timor. Em princípios de Outubro juntou-se-lhes a corveta Afonso Cerqueira, enviada de Lisboa e, em fins de Novembro, a João Roby, que se destinava a render a anterior.

Diligências portuguesas, incluindo o envio de emissários de Lisboa no sentido de reatar o diálogo entre a UDT e a FRETILIN e pôr fim à guerra civil, foram infrutíferas. A FRETILIN veio a conseguir, com alguma facilidade, o controlo geral do território, com exceção da fronteira com a zona indonésia da ilha, o que fez acelerar a movimentação militar indonésia em apoio ao recém-formado Movimento Anti-Comunista (MAC), uma aliança da UDT com a APODETI e outros pequenos grupos, contra a FRETILIN. Alguns ataques limitados a aldeias fronteiriças e a atitude ambígua com alguns militares portugueses que tinham sido acolhidos em Timor indonésio pelas autoridades locais, que vieram a ser presos e entregues à UDT, prenunciavam as intenções agressivas de Jacarta.

Em 1 e 2 de Novembro Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros, encontrou-se em Roma com o seu homólogo indonésio Adam Malik, tendo este concordado com a proposta portuguesa para que se conjugassem esforços no sentido de retomar o processo de transição na base da Lei Constitucional 7/75 e de se conseguir um cessar-fogo e o reinício de conversações com os vários partidos timorenses. Através de um Protocolo assinado por ambos, a Indonésia reconhecia as responsabilidades de Portugal e concordava com o envio um contingente militar português que assegurasse o cessar-fogo e o cumprimento do processo de transição.

Confiante nos compromissos assumidos por Malik, Portugal começou a preparar a força expedicionária na base de uma brigada mas, em 29 de Novembro, a FRETILIN declarou unilateralmente a independência ao que, no dia imediato, o MAC respondeu com uma proclamação anunciando “[...] a integração de todo o território da antiga colónia portuguesa de Timor na Nação Indonésia [...]” A 7 de Dezembro, tornando letra morta o Protocolo assinado por Malik e Melo Antunes, a Indonésia invadia Timor-Leste numa operação de grande envergadura, alegadamente a pedido do MAC.

A invasão, brutal, beneficiou da cumplicidade dos EUA e da Austrália. O presidente Gerard Ford e o secretário de estado Henry Kissinger estiveram em Jacarta até poucas horas antes do seu início, foram informados da operação pelos governantes indonésios e deram-lhes luz verde.

Barbedo de Magalhães cita o telegrama do embaixador australiano em Jacarta para o seu governo em Camberra, datado de 17 de Agosto de 1975:

“Como realcei no mês passado em Camberra, estamos perante uma orientação política Indonésia estabelecida para incorporar Timor, como até o próprio Malik me admitiu na sexta-feira [...] creio que os Indonésios estão bem conscientes a respeito das nossas atitudes em relação a Timor, a todos os níveis [...] Daqui sugiro que a nossa política se deva basear em alhearmo-nos tanto quanto possível do problema de Timor [...] se e quando a Indonésia intervir, agir de modo a minimizar o impacto público na Austrália e mostrar, em privado, à Indonésia, uma compreensão pelos seus problemas [...] O embaixador Newson (dos EUA) disse-me, ontem à noite, ter recebido instruções de Kissinger, pessoalmente, para não se envolver com os Indonésios em discussões sobre Timor [...] a atitude presente de Newson é de que os Estados Unidos devem manter-se afastados da situação do Timor português e deixar os acontecimentos seguirem o seu curso. O seu comentário um tanto cínico foi de que, se a Indonésia deseja intervir, os Estados Unidos esperam que o faça 'eficazmente, rapidamente, e que não utilizem o nosso equipamento'." (1983, pp. 144 e 146)

Barbedo de Magalhães refere ainda um outro telegrama do embaixador australiano em Jacarta que demonstra o boicote que a polícia secreta da Indonésia exerceu à ação do

major Soares, emissário do presidente Costa Gomes a Timor para tentar a conciliação entre os partidos timorenses (p. 149).

Kissinger confirmaria, anos mais tarde, em 1999, que ele e o presidente Ford estavam em Jacarta em 6 de Dezembro, que foram informados das intenções indonésias de invadir Timor e que encorajaram a invasão. A invasão contou, também, com a conivência da Grã-Bretanha e, até, do Vaticano. A FRETILIN retirou para as montanhas, onde ia iniciar a resistência popular armada.

A força expedicionária portuguesa não chegara a constituir-se e os reduzidos meios na colónia, que já haviam sido insuficientes para impedir a guerra civil, agora confinados à ilha de Atauro, muito menos puderam opor-se à invasão indonésia.

O projeto para a descolonização de Timor, assente na participação e na escolha democrática do seu povo, ficava adiado.

O projeto de transferência de soberania que Portugal se propusera negociar não passara pelo reconhecimento de qualquer legitimidade revolucionária, que em Timor não se revelara durante o período colonial, por ausência de uma luta de libertação conduzida por movimentos nacionalistas, mas no da legitimidade representativa, através de negociações com os partidos que, depois do 25 de Abril, tinham conquistado implantação popular. Mas a preocupação de Portugal de manter uma atitude de neutralidade passiva, quando deflagrou o conflito interno entre a UDT e a FRETILIN, retirou-lhe capacidade para arbitrar o conflito. E a ingenuidade e o radicalismo dos líderes timorenses e, muito em especial, a intervenção e agressão armada externa, impediram que o projeto proposto por Portugal se concretizasse.

O processo de descolonização de Timor regrediu à fase da luta armada de libertação, fase por que não passara sob o domínio português e que era, agora, conduzida contra a ocupação indonésia.

A anexação de Timor-Leste veio a resultar na sua integração como 27.^a Província da Indonésia, em 17 de Julho de 1976. Caracterizou-se por uma repressão desumana, perante a apatia da comunidade internacional e a cumplicidade dos EUA e Austrália, que não tardaram a reconhecer oficialmente a anexação. A Austrália estava interessada na exploração do petróleo do mar de Timor, tendo assinado já acordos, nesse sentido, com Jacarta. Washington continuava mais preocupado em não perder posições no quadro guerra-fria, do que com o que se passava com Portugal e com Timor. Ao contrário Portugal e a ONU nunca reconheceram a anexação, porque não passara por um verdadeiro processo de autodeterminação. A ONU considerou que

Portugal continuava a ser a potência administrante do território que mantinha o estatuto de não autónomo, tal como fora declarado pela Resolução 1542 (XV) de 14 de Dezembro de 1960 da Assembleia Geral (aliás então com a oposição de Portugal num contexto político completamente diferente do de 1976) (Teles, pp. 382 a 384).

Entretanto, os timorenses resistiam e a repressão subia de intensidade. Alguns dirigentes da UDT, desenganados da sua aliança com a Indonésia, juntaram-se à FRETILIN na Convergência Nacionalista, ultrapassando o cunho partidário no apoio à resistência armada e substituindo-o pelo carácter unitário da Resistência Nacional do Povo Maubere. Mas a resistência começou por sofrer alguns desaires, com a dissidência de alguns dirigentes que se foram deixando aliciar pela Indonésia e com a morte ou captura de alguns dos seus chefes mais destacados, como o seu comandante Xanana Gusmão. Surgia uma nova organização partidária, a Associação Socialista de Timor (AST), que tinha alguma dificuldade de relacionamento com a Resistência mas que conduzia algumas ações no exterior com impacto internacional, nomeadamente auxiliando fugas de timorenses de Jacarta através de embaixadas estrangeiras.

Apesar da posição ambígua do Vaticano – a visita à Indonésia e a Timor do papa João Paulo II, em Outubro de 1989, justificou interpretações de reconhecimento da integração –, a igreja católica timorense ganhou algum protagonismo e a resistência no interior assumiu a imagem de uma convergência da igreja, da guerrilha e da organização política clandestina.

As sucessivas resoluções da ONU contra a invasão e a anexação não tinham efeitos práticos, e algumas posições mais duras da União Europeia não tiveram melhores resultados. Até 1982 todas as resoluções contra a ocupação indonésia, aprovadas na AG da ONU, por iniciativa ou com apoio de Portugal, contaram com a abstenção de todos os membros da Comunidade Europeia, exceto da Irlanda e da Grécia. Em 1983 a Comissão dos Direitos Humanos da ONU aprovou uma resolução condenando a violação dos direitos humanos em Timor-Leste, mas que teve abstenção dos países ocidentais e mesmo o voto contra do Canadá e da Austrália.

Progressivamente aumentava o empenhamento e a pressão das instâncias internacionais e a abertura dos EUA. Portugal e a Indonésia tiveram um encontro sob mediação da ONU e em 1988 Portugal conseguiu ver aprovada na União Europeia, por unanimidade, uma moção sobre Timor-Leste. Era nítida a crescente visibilidade do problema de Timor na cena internacional mas só em 1991, com o escândalo do massacre no cemitério de Santa Cruz, em Dili, quando em 12 de Novembro forças

militares reprimiram pelas armas e causaram o pânico e inúmeras baixas entre os populares que se manifestavam junto à campa de um jovem resistente, cujas imagens correram mundo, as posições internacionais começaram a inverter-se. Tal também coincidiu com o fim da guerra-fria e a perda da importância da Indonésia no quadro internacional. A atribuição do Prémio Nobel da Paz de 1996 ao bispo D. Ximenes Belo e ao representante da Resistência no exterior, Ramos Horta foi, simultaneamente, causa e efeito da maior visibilidade de Timor-Leste.

Instalava-se a convicção de que, à semelhança do que acontecera em Portugal com o 25 de Abril em relação às colónias africanas, a solução do problema de Timor-Leste teria de passar por uma rotura política na própria Indonésia, convicção que se confirmou com as transformações que este país começou a conhecer depois da renúncia do presidente Suharto, em Maio de 1998. A Indonésia passou por um processo de violenta contestação interna e dava sinais de ter pressa em ver-se livre do peso incómodo de Timor-Leste, ao mesmo tempo que setores mais radicais alimentavam contradições entre as populações timorenses, dando lugar a confrontos violentos entre o movimento de resistência e milícias apoiadas e fomentadas a partir do território vizinho.

Afastado Suharto a Indonésia deixava cair a integração de Timor-Leste e avançava com um modelo de autonomia política. Em Janeiro do ano seguinte o novo presidente, Habibie, anunciava a aceitação de uma consulta popular em Timor-Leste sobre a proposta de autonomia. Os acontecimentos iam precipitar-se e, em 5 de Maio, em Nova Iorque, Portugal, autoridade *de jure* e a Indonésia, autoridade *de facto* (Teles, p. 397), chegavam a um acordo para a realização da consulta popular sob os auspícios da ONU, que assumiria a administração do território. Esta escolheu a data de 30 de Agosto para a consulta popular, e instalou a sua Missão Administrativa das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET) para supervisionar o recenseamento e o ato eleitoral. O referendo seria apenas a favor ou contra a autonomia, cuja recusa significaria a opção pela independência, com a Indonésia a demonstrar uma clara preferência pelo sim e Portugal pelo não. Estas posições tinham óbvias repercussões nos timorenses mais chegados a um e outro país, que eram representados pelos dois grupos que se apresentavam a sufrágio, a Frente do Povo de Timor-Leste (BRTT), pró-autonomia, que depois se transformou na Frente Unida Pró-Autonomia de Timor-Leste (UNIF) e o Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), contra a autonomia, logo pela independência total.

A consulta eleitoral foi precedida de uma agudização da instabilidade, apareceram milícias armadas pró-autonomistas que o aparato militar indonésio tolerava. Mesmo assim o ato eleitoral realizou-se com relativa normalidade, com a afluência de 98,9% dos eleitores inscritos, sob a fiscalização de observadores internacionais que, porém, se aperceberam do clima de intimidação dominante. Tal não impediu que os resultados, anunciados em 4 de Setembro pelo secretário-geral da ONU, fossem muito expressivos, com vitória do não à autonomia com 78,5% de votos e apenas 21,5% favoráveis à autonomia. Os timorenses optavam pela independência.

Explodiu a violência das milícias, beneficiando da passividade das forças militares indonésias às quais, incompreensivelmente, a ONU atribuíra a responsabilidade de manutenção da ordem e da tranquilidade públicas, numa conjuntura que exigia o máximo distanciamento face às forças em presença que os indonésios, evidentemente, não estavam em condições de garantir. Seguiram-se dias de angústia num verdadeiro clima de terror com assaltos, agressões, pilhagens, destruições e com as populações a debandarem para as montanhas. Patrícia Galvão Teles denuncia, com a transcrição de um documento confidencial elaborado pela *Task Force* indonésia em Dili, que “Existem provas de que a violência que se verificou em Timor Leste após a consulta popular, numa tentativa de boicotar os seus resultados, foi cuidadosamente orquestrada pelas autoridades indonésias.” (pp. 411 e 412) Para substituir os militares indonésios, o Conselho de Segurança da ONU autorizou, pela Resolução 1264 de 15 de Setembro de 1999, o envio uma força de manutenção da paz, a Força Internacional para Timor-Leste (INTERFET). A longa luta dos timorenses pela liberdade chegava ao fim. À custa de um preço elevadíssimo. Há estimativas que indicam que, de 1975 até essa altura, tivesse desaparecido cerca de um terço da população timorense.

Para evitar o vazio institucional, decorrente da retirada dos dirigentes e militares indonésios, em 25 de Outubro as Nações Unidas substituíram a UNAMET por uma Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), com a missão de reconstrução e normalização do país, que assumiria transitoriamente a responsabilidade da sua administração e cuja componente militar substituiria a INTERFET. Em Julho de 2000 a UNTAET considerou a conveniência de envolver mais os timorenses na governação, constituindo um Conselho Nacional de Timor-Leste composto por 36 membros, 13 em representação dos partidos, outros 13 representando os 13 distritos, 7 designados por organizações cívicas e socioprofissionais e 3 das confissões religiosas. Em 30 de Agosto de 2001 realizaram-se eleições para a

Assembleia Constituinte que a FRETILIN venceu com maioria absoluta. A Assembleia viria a declarar-se esmagadoramente pela independência, propondo a data de 20 de Maio de 2002 para a sua declaração formal.

Os portugueses acompanharam estes desenvolvimentos num clima de grande emotividade e o governo teve de reassumir as suas responsabilidades para concluir a transferência do poder em Timor-Leste, agora num quadro mediado pela ONU. A sua ação foi decisiva na mobilização da solidariedade internacional que envolveu os timorenses no momento determinante do acesso à independência.

PARTE SEGUNDA

TRANSFERÊNCIA DO PODER EM ANGOLA

1. DA JOIA DA COROA AO RUBICÃO DA DESCOLONIZAÇÃO

A joia da coroa do império africano

Quando, com a independência do Brasil em 1822, Portugal ia entrar no terceiro ciclo do império, o ciclo africano, Angola iria destacar-se nas prioridades coloniais portuguesas. Por isso se justifica o título de “joia da coroa” com que se distingue a maior das colónias portuguesas de África. Para tal concorriam vários fatores, estruturais uns, conjunturais outros. Consideramos que eram estruturais os que tinham raízes na geografia e nas potencialidades económicas. Eram conjunturais os que se relacionavam com a ligação de Angola ao Brasil e os que resultavam da cobiça que, desde cedo, suscitava em outras potências coloniais.

Entre os fatores estruturais de ordem geográfica avultava a dimensão. Antes de delimitadas as fronteiras coloniais, o que só aconteceu com a Conferência de Berlim de 1884-1885, já Angola se perfilava como a “conquista” portuguesa de maior extensão em África. A posterior consagração das fronteiras confirmá-lo-ia.

Outro fator geográfico que favoreceu o estatuto hierárquico colonial de Angola foi a posição. Dos grandes territórios no continente africano, Moçambique e Angola, era este o mais próximo da metrópole, com ligações mais fáceis, mais rápidas, mais baratas, tornando-se assim mais atrativo à fixação de colonos nacionais e de deportados, que foram, nos primeiros tempos, das mais importantes fontes da colonização. O que não significa que fosse grande essa atração. Poucas décadas antes do início da colonização de Angola, em 1845, eram apenas cerca de 1830, dos quais 150 mulheres, os portugueses residentes no território que viria a ser a futura colónia, mas ainda assim em número superior ao de qualquer outra colónia africana.

A configuração também beneficiava a preferência por Angola. Uma costa acessível facilitava desembarques e a instalação das primeiras feitorias no litoral para apoio à navegação. A rede hidrográfica, uma sucessão densa de cursos de água paralelos descendo dos planaltos interiores para o litoral, perpendiculares à costa, convidava à exploração do interior. Os rios maiores vieram a funcionar como grandes eixos da penetração portuguesa, o Congo, ou Zaire, para acesso ao Reino do Congo, o Cuanza para a entrada, a partir de Luanda, para o Reino de N’Gola e região de Malange, o Catumbela que, de Benguela, conduzia ao planalto central do Huambo e do Bié e o Bero que, do Namibe, facilitava a chegada às terras altas do Lubango. Já na época colonial foi ao longo destes eixos, excluindo o Zaire que constituiu fronteira com o Congo Belga,

que se construíram as três linhas de caminho-de-ferro, principais vias de comunicação e rotas de escoamento de recursos entre o interior e a costa.

Ainda entre os fatores estruturais o económico foi decisivo para a importância que Angola assumiu no contexto colonial africano. Desde os primeiros contatos com o Reino do Congo que os portugueses puderam aperceber-se de que estavam perante uma região muito rica, e que já revelava mesmo algum dinamismo económico.

Os Reinos do Congo, de N'Gola e das Lundas, começaram por ser as maiores fontes de recrutamento de escravos, o primeiro “ouro negro” de Angola. Apesar de ainda não se dispor hoje – e provavelmente nunca se vir a dispor –, de dados definitivos sobre esta matéria, já se conhece o suficiente para se saber que foi de regiões que são, hoje, Angola, que partiu quase metade do espantoso contingente de 12 milhões e meio de escravos levados de África para o continente americano. Escreveu Van der Waals em *Guerra e paz, Portugal/Angola 1961-1974*, sugestivamente, que Angola “[...] ganhou o título dúbio de ser a Mãe Negra do Novo Mundo.” (p. 60) Foi um “negócio maldito”, um “comércio infame”, um “tráfico odioso”, como muitos o classificam, com que lucraram sobas locais, intermediários europeus, africanos e americanos, armadores de empresas de navegação, comandantes dos navios e, é claro, as casas reais.

A generalidade do território angolano possuía grande riqueza natural de uma matéria-prima atrativa para a fixação colonial, a água, meio de circulação, meio de subsistência, meio de produção, fonte de energia. Os grandes rios e os seus afluentes, alguns por si também grandes rios, definiam vastas bacias hidrográficas, do Congo, do Zambeze, do Cuanza, do Cunene. Sobressaía uma zona, comum a todas elas e central em relação ao conjunto do território, o planalto do Huambo e do Bié.

Segundo Elikia M'Bokolo, encerrada a empresa escravocrata de que já tinha sido a principal fonte de atração,

“Angola veio a tornar-se rapidamente o principal parceiro de Portugal no império, com 61% do comércio colonial em 1886, contra 22% para São Tomé, 12% para Cabo Verde, 3% para a Guiné, 1% apenas para Moçambique (que continuava a efetuar as suas transações essencialmente com a Índia) e 1% também para a Índia.” (Tomo II, p. 320)

Entre os fatores conjunturais enunciámos a ligação ao Brasil, colónia que a precedeu como joia da coroa. O desenvolvimento económico do Brasil, enquanto colónia portuguesa, tinha gerado dois fenómenos, a atração de colonos europeus e a necessidade de mão-de-obra. Este último constituía um problema que Portugal resolveu através de escravos africanos, nomeadamente de angolanos. Foi do Brasil que partiram

os mais fortes contingentes de colonos brancos e era do Brasil que Angola dependia economicamente. Daqui resultou, para o Brasil, um estatuto algo paradoxal, que Marc Ferro qualificou de colónia-colonizadora (pp. 179 e 180). Para tal contribuíram ainda duas outras conjunturas, espaçadas no tempo mas que teriam efeitos semelhantes na ligação entre o Brasil e Angola: primeiro, o interregno da independência nacional com a dinastia espanhola dos Filipes, entre 1580 e 1640; depois as invasões francesas e a mudança da coroa para o Rio de Janeiro nos princípios do século XIX. O historiador português Oliveira Marques corroborou a afirmação de Marc Ferro: “[...] Angola continuou praticamente a ser uma colónia do Brasil até à independência deste país em 1822.” (Vol I, p. 636)

Esta ligação teve expressão política quando da independência do Brasil, que terá motivado o aparecimento em Luanda e Benguela de um “partido brasileiro” que projetava uma ligação política ao Brasil. O fator geográfico também jogou aqui o seu papel, dada a proximidade relativa entre Brasil e Angola, à mesma latitude, olhando-se mutuamente através do Atlântico que os separava.

Outro fator conjuntural que contribuiu para reforçar a importância de Angola no imaginário português foi a cobiça de outras potências coloniais, se não por Angola no seu todo, pelo menos por partes de Angola, reclamadas nas demarcações das fronteiras depois da Conferência de Berlim. Os territórios que foram incluídos em Angola, situados na margem direita do rio Zaire, encravados entre colónias de França e da Bélgica, esta apostada em garantir a saída para o Atlântico, resultaram no enclave de Cabinda, que ficou separado territorialmente da colónia de Angola mas à qual veio sempre a pertencer administrativamente. A Bélgica e a Inglaterra cobiçaram fatias do norte e leste das Lundas, regiões riquíssimas no subsolo. O sudeste gerou um contencioso com a Inglaterra e a fronteira sul, ao longo dos rios Cubango e Cunene, foi objeto de disputa com os alemães. As ambições da Inglaterra e da Alemanha nos finais do século XIX chegaram ao ponto de negociarem entre si a partilha de Angola (e também de Moçambique). Angola impunha-se no imaginário português, fascinado pela gesta imperial da época, como o tesouro que outros lhe queriam roubar e que o orgulho nacional obrigava a preservar.

A entrada no ciclo africano do império colonial reforçara a posição privilegiada de Angola que conheceu, então, o maior crescimento económico de todas as colónias africanas de Portugal. Ao negócio escravocrata foram-se sucedendo os da exploração das matérias-primas, em que Angola é fértil, do marfim, da borracha, das madeiras, do

café, do algodão, do açúcar, do sisal, do gado, das pescas, dos minerais com destaque para os diamantes e o ferro. Esvaziada a ligação ao Brasil a euforia do desenvolvimento fez nascer o mito do “novo Brasil em África”, lançado por Sá da Bandeira ainda antes da Conferência de Berlim (Enders, p. 61). Ideia que será recuperada mais tarde por figuras como Paiva Couceiro e Norton de Matos e, até, já depois do 25 de Abril de 1974 mas noutra contexto.

A Conferência de Berlim impusera que a soberania colonial passasse pela ocupação de facto, o que esteve na base das grandes campanhas de ocupação de fins do século XIX e princípios do século XX na Guiné, em Moçambique e em Angola. O esforço principal, mais amplo no espaço e mais prolongado no tempo, verificou-se em Angola. Na Primeira Guerra Mundial em Môngua, no sul de Angola, ter-se-á travado a maior batalha campal conduzida por um colonizador europeu contra os africanos na África negra a sul do Equador (Pélissier, 2006, p. 361).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial chegara a hora do ocaso dos impérios coloniais. Salazar recusaria acertar o passo com a História e Angola ia reforçar o seu papel cimeiro no último ciclo do império colonial português. Foi em Angola que se iniciou a guerra colonial em 1961 e o seu nome, mitificado no lema “Angola é nossa”, passou a ocupar, em permanência, através da comunicação social, o dia-a-dia dos portugueses. Mas também se ia tornar mais atrativa para as ambições externas, em particular para os EUA. Confirmava-se como a joia da coroa e, o que para tal mais contribuiu, tinha um nome, petróleo. As reservas de Cabinda e no *off-shore* a norte de Luanda começaram a ser exploradas por empresas francesas e norte-americanas na década de 60 e as potências ocidentais tornaram-se mais tolerantes com o regime colonial em Angola. A política da administração Nixon/Kissinger para Portugal, dominada pela ambiguidade, admitiu mesmo que o regime colonial na África Austral pudesse perdurar. Foi a Opção *Tar Baby*, de que demos conta na Parte Primeira, com a qual Washington não escondia a sua ambição, “Angola, essa é connosco”.

Marcello Caetano também encarava Angola com olhos especiais. Spínola conta, no livro *País sem rumo*, a conversa que com ele teve em 1973, já em fim de mandato na Guiné, na qual o presidente do conselho disse estar preparado para aceitar uma derrota na Guiné mas excluir qualquer acordo negociado de autodeterminação, porque depois não o poderia recusar nos outros territórios (pp. 38 a 42). Era a Angola que se referia pois, quanto a Moçambique, também se dizia preparado para a derrota militar, uma vez que, quando recusava a Jorge Jardim o Programa de Lusaka que este lhe apresentara, lhe

perguntava a encerrar a conversa: “[...] já pensou o que fará se houver um colapso militar em Moçambique? [...] Pois será bom que pense.” (Jardim, p. 117) Caetano recusava a Jardim uma independência unilateral para Moçambique onde admitia uma derrota militar, mas aceitava-a e até a promoveu para Angola, em conluio com o governador-geral Santos e Castro, na suspeita manobra a que chamámos Plano Massangano. Ao mesmo tempo mantinha Portugal comprometido no Exercício Alcora com a África do Sul e a Rodésia, cujo desenlace passaria por independências de tipo *apartheid*, aceitando para Moçambique o seu provável desmembramento mas garantindo a integridade de Angola.

Todos estes jogos de poder convergiam na mesma constatação: Angola era a joia da coroa a preservar a todo o custo, ainda que por ínvias e pouco ortodoxas vias.

O rubicão da descolonização

Angola, como todas as colónias europeias em África e, nomeadamente, as colónias portuguesas, foi teatro de resistência sistemática e persistente dos seus povos. Contra o recrutamento e exportação de escravos, contra a penetração no interior, contra a fixação estrangeira e a exploração dos seus recursos, contra a colonização. Assim o provam a *História de Angola* de Elias Alexandre da Silva Corrêa e René Pélissier, designadamente com o seu livro dedicado a Angola, onde salienta: “[...] nunca na África negra os povos combateram e se sublevaram com tal frequência e de maneira tão maciça para recusar a colonização europeia ou para a repelir [...]” (1997, p. 19)

Em Angola houve notícia de movimentos nacionalistas precoces, anteriores ao processo colonial mas quando já se iniciara a ocupação portuguesa. Pedro Aires de Oliveira faz uma referência interessante à influência da independência do Brasil nas colónias africanas, que se sentiam mais ligadas ao Rio de Janeiro do que a Lisboa. Mas, sublinha, só em Angola essa influência alimentou ambições secessionistas:

“Especialmente após o “grito do Ipiranga”, um ambiente de intriga tomou conta de cidades como Luanda e Benguela, espalhando alarme entre os membros da Junta Governativa local, fiel à autoridade das cortes. Em 1823, elementos conotados com ideias secessionistas estiveram por detrás de uma revolta falhada em Luanda, surgindo depois rumores a respeito de uma eventual expedição naval brasileira, saída de Pernambuco; em Benguela, a segunda cidade da província, fervilhavam boatos sobre juramentos secretos ao imperador D, Pedro.” (pp. 351 e 352)

O autor considera que na maioria dos casos aquelas contestações tinham como denominador comum a preponderância de figuras ligadas ao tráfico de escravos e se

sentiam ameaçadas pelo fim do mercado brasileiro e que só em Angola, numa cidade relativamente próspera como Luanda, havia condições para que se desenvolvesse, como se desenvolveu, uma dinâmica contestatária e com perturbações mais sérias semelhantes às dos territórios sul-americanos (pp. 352 e 353).

Oliveira Pinto dá nota do mais antigo documento escrito reivindicando a independência de Angola, tipo panfleto e apreendido em Luanda em 1874, subscrito pelo pseudónimo Dom Ferrabraz (p. 76). Numa linguagem ambígua indicia ligações antagónicas ao “partido brasileiro”, a um euronacionalismo ainda incipiente, ou a um nativismo tendencialmente protonacionalista mas, acima de tudo, revela uma reivindicação libertária contra o poder pré-colonial português.

Nacionais de Angola destacaram-se na movimentação protonacionalista, no seu país e em Portugal, nas primeiras décadas do século XX e tomaram a dianteira na mobilização e organização partidária para a luta de libertação nacional. Quando em 1961, nas colónias portuguesas de África o governo de Portugal empurrou o movimento nacionalista para o patamar da luta armada, Angola foi mais uma vez pioneira.

O levantamento popular no norte em Março que, juntamente com o 4 de Fevereiro em Luanda, assinalou o início da guerra colonial, teve características muito semelhantes às revoltas nas fazendas de café de 1916 a 1918 no Cuanza Sul, nas regiões de Amboim, Seles e Libolo. Uma das regiões mais atingidas, os Dembos, fora nas anteriores campanhas de ocupação, das que ofereceram mais resistência e só fora pacificada em 1919. Entre o fim destas campanhas e o começo da guerra colonial, afinal, só tinham decorrido quatro décadas e a memória ainda estava bem viva.

Angola viria a ser também a colónia de África onde a transferência do poder e a independência seriam mais complexas e problemáticas. Por tudo isto se justifica a aplicação a Angola da metáfora “rubicão da descolonização”.¹²

Angola foi a última das colónias de África em que se negociou o acordo, entre a potência colonial e os movimentos de libertação, para a transferência da soberania, foi aquela onde as negociações foram mais complexas e onde a transferência do poder enfrentou maiores obstáculos, foi onde os responsáveis do MFA mais tiveram de ousar tomar iniciativas arriscadas, quer localmente quer em relação à metrópole. E foi a última a tornar-se independente. A joia da coroa, só por si, já comportava obstáculos

¹² Inicialmente o sentido de passar além do Rubicão era o de uma decisão ousada contra as regras estabelecidas e exigida pelas circunstâncias, o *alea jacta est* de Júlio Cesar. Mas o “rubicão” passou a ter também o significado do obstáculo maior de um projeto, a última dificuldade a ultrapassar num percurso antes de atingir a meta final.

que contribuíram, em larga medida para que, com os que advieram dos condicionamentos da própria luta de libertação, da transferência do poder, da independência e da consolidação da identidade nacional, Angola se tornasse o rubicão da descolonização das colónias portuguesas em África.

* * *

Para que Angola se distinguisse como o rubicão da descolonização muito contribuiu a geografia política envolvente e a consequente dinâmica geoestratégica, que em nada favoreciam o encerramento negociado e pacífico do processo.

Salientámos na Parte Primeira que a guerra colonial, para além das duas componentes internas, luta de libertação e guerra civil, comportava duas componentes externas, a guerra-fria e o conflito regional. Estas alimentaram a guerra civil, a componente interna restante depois de Portugal e os movimentos de libertação terem formalizado o cessar-fogo em Alvor.

O quadro do conflito leste-oeste e da guerra-fria era linear: o bloco ocidental e, particularmente os EUA apoiando a FNLA desde o início da luta armada em 1961 (então ainda UPA); o bloco leste e alguns países socialistas não-alinhados, como a Jugoslávia, apoiando o MPLA. Com a formação da UNITA houve um pouco empenhado apoio da RPC a este movimento mas esta potência, então ainda em fase de afirmação fora do sudeste asiático, nunca se envolveu excessivamente em Angola e apenas dispensou apoios fugazes a todos os movimentos.

No final dos anos 60 Washington entrou em perda de influência entre os Estados da OUA, pelos seus compromissos, mais ou menos camuflados, com o *apartheid* da África do Sul e com a política colonial portuguesa, na linha da Opção *Tar Baby*. Em 25 de Abril de 1974 os EUA, com o recente descalabro no Vietnam e a baixa credibilidade do presidente Nixon pelo escândalo Watergate, estavam em claro recuo estratégico. O influente secretário de estado Henry Kissinger, figura de proa da escola realista das relações internacionais, persistia em interpretar as conjunturas regionais, nomeadamente a de Angola, condicionado pela disputa leste-oeste, ignorando as especificidades de cada caso. Acresce que Angola despontava como uma rica fonte de recursos petrolíferos em cuja exploração participavam empresas norte-americanas, motivando o interesse oficial de Washington. A deficiente avaliação dos EUA na transferência do poder Angola, o seu comprometimento com a RAS e com o regime corrupto de Mobutu, o fracasso da Operação IAfeature, foram consequência desse recuo e da inflexibilidade

estratégica de Kissinger e da perda de influência de Washington em África. O professor John Marcum compreendeu-o bem:

“Quanto mais os Estados Unidos dependiam da tácita cooperação com a África do Sul para resistir à penetração soviética, mais os Estados Unidos abriam caminho à intervenção soviética, afastando o risco da oposição africana [...] Os Estados Unidos têm de se conformar com o facto de que a sua associação com o apoio ao anterior regime colonial deixou os seus interesses na independência de Angola sob suspeita e pouco convincentes para muitos africanos.” (pp. 421 e 423)

A URSS, por outro lado, ainda não se confrontava com o seu recuo estratégico que só faria sentir-se com a intervenção no Afeganistão no final da década de 70. Moscovo era para o Terceiro Mundo a superpotência mais consequente no apoio às lutas de libertação nacional em África e, na disputa por zonas de influência na África Austral no quadro da guerra-fria, saiu vencedora. Se bem que por pouco tempo porque, na fase de consolidação da identidade nacional não soube capitalizar as vantagens que obtivera. E, quando veio a sofrer o seu recuo estratégico, este teria consequências definitivas, ao contrário do que enfrentaram os EUA.

A URSS contou com um aliado em Angola, nas fases da transferência do poder, da independência e da consolidação da identidade nacional que, esse sim, foi determinante. Referimo-nos a Cuba, mas cuja intervenção deve ser interpretada no quadro do conflito regional e não no da guerra-fria.

O apoio de Cuba ao MPLA vinha desde 1965 quando Che Guevara se encontrou com Agostinho Neto em Brazaville em 2 de Janeiro desse ano. Foi uma iniciativa na linha da solidariedade internacionalista, sem qualquer interferência de Moscovo. Depois do Acordo de Alvor, já com a independência no horizonte, a situação interna rapidamente se deteriorou e o MPLA e Agostinho Neto perceberam que a situação lhes era, em termos militares, muito desfavorável. Mobutu já introduzira tropas regulares pela fronteira norte em apoio da FNLA, as forças militares da África do Sul, aliadas de Portugal, atuavam em Angola, tinham meios aéreos no Cuíto Cuanavale, tudo indicava que se preparavam para intervir e o alvo seria sempre o MPLA. Foi então que Neto formulou a Fidel Castro um pedido de apoio militar e Havana decidiu responder afirmativamente, enviando para Angola instrutores e conselheiros para formação das FAPLA, criando vários Centros de Instrução Revolucionários (CIR). Carlos António Carrasco, no livro *Los cubanos en Angola*, sustenta, reiteradamente, que foi uma decisão autónoma de Havana, que veio a contar com apoio logístico de Moscovo mas

que Cuba não atuou como satélite ou simples peão da URSS em África (pp. 167, 184 e 185, 187 e 188, 195 a 199, 296, 351 e 352).

O contributo das forças cubanas seria decisivo para derrotar as forças combinadas da FNLA, UNITA, FLEC, SADF, zairenses, mercenários portugueses, coordenadas pela CIA e permitir a proclamação pelo MPLA, em Luanda, da independência da RPA. Cuba ousara desafiar, a milhares de quilómetros e do outro lado do Atlântico, a maior potência global e a maior potência regional. Na longa guerra civil que prosseguiu com a UNITA os cubanos não se envolveram, a não ser quando eram diretamente atacados. A razão da sua presença em Angola fora a invasão sul-africana, reiterada e com meios cada vez mais poderosos, em operações de guerra convencional no sul do país. Quando os militares cubanos concluíam a saída de Angola, em Maio de 1991, já as forças sul-africanas tinham retirado definitivamente de Angola, já Mandela estava em liberdade, já o *apartheid* estava em desmantelamento, já a Namíbia era independente. Havana ousara passar o rubicão e contabilizou o saldo estratégico da sua iniciativa em Angola como um sucesso. As roturas mais positivas e mais radicais verificadas na África Austral, em todo o século XX, estão-lhe indelevelmente ligadas.

No conflito regional sobressaía a vizinhança da RAS, materializada através da Namíbia em toda a fronteira sul. O antigo Sudoeste Africano, colónia alemã desde a Conferência de Berlim, com a derrota germânica na Primeira Guerra Mundial passou a ser administrado pela União Sul-Africana (atual RAS) por mandato da SDN. A ONU confirmaria esse mandato que revogou quando a RAS evoluiu para o regime de *apartheid*, declarando ilegal a ocupação sul-africana. Em 1973 nascia a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) que passou à luta armada e foi reconhecida pela ONU. O Conselho de Segurança, através da Resolução 435/1978, reconheceu o direito da Namíbia à independência e exigiu que Pretória desse passos nesse sentido. A RAS ignorou estas pressões e transformaria a Namíbia na base das suas intervenções armadas em Angola, quer em apoio das forças portuguesas quer no combate aos grupos da SWAPO que, a partir de Angola, penetravam na Namíbia. Esta era, assim, palco de apoios cruzados entre as SADF e as forças portuguesas no quadro do Exercício Alcora, de um lado, a SWAPO e o MPLA ou, em menor grau, a UNITA, do outro.

Com o 25 de Abril a RAS preparou a sua intervenção em Angola, para influenciar uma independência branca ou para forçar a balcanização do território. Frustradas estas hipóteses esboçou uma estratégia que lhe assegurasse a hegemonia regional e a preservação do *apartheid* através da desestabilização dos países hostis –

Angola e Moçambique –, a *Total National Strategy*. A RAS viria a ser o grande perturbador regional nas fases da transferência do poder, da independência e da consolidação da identidade nacional em Angola.

A Zâmbia, que constituía a metade sul da fronteira leste de Angola, vítima da sua posição geográfica, sem acesso aos mares, apesar de hostil à política colonial portuguesa viu-se forçada a cedências comprometedoras. Após a sua independência apoiou abertamente a FRELIMO em Moçambique e, quando o MPLA abriu a Frente Leste, acolheu bases deste movimento. A iniciativa contara com a influência do presidente tanzaniano Julius Nyerere, que via aí a oportunidade de aproximar a luta anticolonialista e anti-*apartheid* às fronteiras da RAS. Mas Kaunda pôs uma condição que o MPLA respeitou: que não houvesse ações contra o Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB). Para a economia zambiana era vital o escoamento do cobre pelo porto do Lobito, forçando Lusaka a uma relação ambígua com Lisboa. Havia linhas vermelhas que não podiam ser ultrapassadas e que o MPLA respeitou escrupulosamente. A UNITA também tentou implantar-se na Zâmbia, como retaguarda da sua penetração no Moxico, mas era encarada com desconfiança pelo governo de Lusaka, tensão que se agravou quando levou a cabo uma ação de sabotagem no CFB no interior de Angola. Savimbi foi expulso da Zâmbia e viu encerradas as suas instalações neste país. Lusaka alinhou com os outros países da OUA na ostracização da UNITA pelo seu envolvimento com Portugal da Operação Madeira.

Depois do 25 de Abril, quando a descolonização de Angola entrava numa nova fase, a da transferência do poder, a posição da Zâmbia tornou-se mais ambígua. Com a dissidência da Revolta de Leste, de Chipenda, a ala do MPLA que estava, de facto, presente na Zâmbia, Kaunda viu-se perante uma situação indefinida e hesitou nos apoios a prestar. Na outra fronteira, em Moçambique, confrontava-se com as contradições com que acolhera o equívoco Programa de Lusaka de Jorge Jardim, para uma independência protagonizada por uma minoria branca, projeto que o 25 de Abril liquidou. Face ao conflito leste-oeste Kaunda inclinava-se para o ocidente, o que terá levado a RAS a contar com a Zâmbia entre os países da Constelação de Estados que pudessem alinhar com a Estratégia Nacional Total.

Em síntese, a Zâmbia vivia angustiada pela indefinição de quem, numa Angola independente, viesse a controlar o CFB.

Angola partilhava com o Congo-Leopoldville a metade norte da fronteira leste, a totalidade da fronteira norte e ainda a fronteira leste do enclave de Cabinda. Foi sempre

um vizinho altamente problemático para a luta de libertação e para as posteriores fases da transferência do poder, independência e pós-independência.

Logo a seguir à sua própria independência, com os apoios belga, francês e norte-americano ao golpe que culminou com o assassinato de Lumumba, o Congo/Zaire tornou-se o mais fiel aliado dos EUA entre os Estados da África a sul do Equador. Foi a partir do seu território que a UPA, com o apoio de Washington, iniciou a luta armada no norte de Angola e foi implacável contra qualquer aproximação entre a FNLA e o MPLA, que perseguiu duramente dentro das suas fronteiras.

Durante o curto período do governo de Moisés Tshombé houve uma aproximação nas relações com Lisboa, mas com o derrube deste e a posterior falhada tentativa de secessão do Catanga, que contara com o apoio de Lisboa, as tensões na fronteira nordeste agravaram-se pela fuga para Angola dos *gendarmes catangais* que passaram a ser uma ameaça com que Mobutu teve de contar.

O Congo-Zaire constituiu também um sério problema para Cabinda, onde concentrava as suas ambições, não apenas pelo petróleo, mas pela oportunidade que lhe conferia de alargar substancialmente a faixa de saída para o Atlântico.

Depois do 25 de Abril foi do Congo/Zaire, como sede dos interesses dos EUA, que partiram as primeiras intervenções externas armadas em Angola, em apoio da FNLA e foi também a base da Operação IAfeature, da CIA, que tentou uma independência de Angola declarada pela coligação FNLA/UNITA.

A RPCo, mais periférica pois só confinava com a fronteira norte de Cabinda, foi o vizinho a norte que apoiou o MPLA, mas o seu posicionamento não foi linear, pois também alimentava ambições em relação a Cabinda. As relações com o MPLA dependeram sempre de quem ocupava o poder em Brazaville.

Em síntese, a envolvente externa, quer no quadro global do conflito leste-oeste, quer no contexto político regional, foi um sério condicionamento com que a descolonização de Angola, mais do que qualquer outra colónia portuguesa em África, sempre teve de contar.

2. O 25 DE ABRIL CHEGA A ANGOLA

MFA em Angola

O 25 de Abril levava algum tempo a chegar a Angola. A Comissão Coordenadora local do Movimento dos Capitães que, no período inicial da sua fase classista e corporativa, se caracterizara por um grande dinamismo e fora mesmo pioneira, a nível nacional, em algumas iniciativas, não acompanhou o salto qualitativo que se registou em Portugal a partir da reunião de Cascais de 5 de Março de 1974, ao contrário das coordenadoras da Guiné e Moçambique, que estiveram sempre na vanguarda da politização do movimento. Por razões desconhecidas o manifesto *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação*, saído da reunião de Cascais e que constituiu, de longe, o documento mais importante antes do Programa do MFA, não chegara a Angola ou, pelo menos, não fora divulgado pelas estruturas do movimento. Com o fracasso do pronunciamento militar saído das Caldas da Rainha em 16 de Março e com as deficientes ligações com Lisboa, a comissão de Luanda, que nunca evoluíra para o patamar político-militar do Movimento das Forças Armadas, entrara em quase paralisia.

Ao nível da governação o único sinal do 25 de Abril fora a retirada do governador-geral Santos e Castro, havendo indícios de que terá tentado, com o apoio de personalidades de relevo na economia angolana e no Conselho Legislativo, manter Angola alheia às alterações políticas de Portugal, esperançado, como revelou seu filho Ribeiro e Castro na entrevista a *O Diabo*, que ainda pudesse encontrar espaço para aplicar o Plano Massangano no qual se comprometera com Marcello Caetano. Terá esperado por um apelo deste que nunca lhe chegou.

Santos e Castro só reconheceu a sua exoneração em 27 de Abril, sendo substituído pelo secretário-geral, tenente-coronel Soares Carneiro que, nos termos estipulados pelo Programa do MFA, asseguraria a continuidade governativa investido nas funções de encarregado de governo até à nomeação de novo governador-geral. O ambiente era de expectativa.

Segundo Tiago Moreira de Sá o cônsul-geral dos EUA em Luanda, Everett Briggs, terá informado Washington dos esforços levados a cabo por Santos e Castro, sem sucesso, no sentido de obter apoios para um regresso ao cargo de governador-geral em caso de uma brusca viragem à esquerda em Portugal (p. 70).

Quando, nos primeiros dias de Maio, o general Franco Pinheiro, chegado de

Lisboa com o general Costa Gomes e uma delegação do MFA, assumiu o comando-chefe das Forças Armadas de Angola, verificou que o MFA na colónia não estava estruturado e, praticamente, tudo continuava como se nada tivesse acontecido, à parte o fim da censura e alguma agitação popular que começava a ser perceptível. No 1.º de Maio tinham ocorrido algumas manifestações de rua com exibição de cartazes contra o sistema colonial, que foram reprimidas com prisão de alguns jovens manifestantes, logo libertados por ação da companhia de polícia militar, cujo comandante era um ativo capitão do MFA.

O general Pinheiro decidiu rodear-se, de imediato, de um órgão do MFA para o apoiar na sua ação de comando. Reuniu-se com os oficiais que haviam constituído as duas comissões do Movimento dos Capitães e, em resultado desta reunião e doutras consultas que efetuou, optou pela criação de um Gabinete do MFA, que seria eleito pelos oficiais que mais se tinham salientado no Movimento dos Capitães e que passava a funcionar como órgão de conselho político-militar do general comandante, integrado no quartel-general do comando-chefe. Foram escolhidos, por assembleias eleitorais em cada Ramo das Forças Armadas, oito oficiais, quatro do Exército entre os quais o que ficaria com funções de coordenador e já fora escolhido pelo general comandante-chefe por indicação dos seus camaradas, dois da Marinha e dois da Força Aérea, cabendo a este gabinete definir o tipo de estrutura do MFA a criar. Ficava assim constituída a primeira comissão coordenadora do MFA em Angola, então chamada Gabinete do MFA. As assembleias eleitorais tinham sido constituídas na base das comissões do Movimento dos Capitães onde elas se haviam formado, designadamente no Exército, e viriam a refletir a tendência conservadora que se evidenciara na parte final daquele movimento, o que se projetou nas contradições que não tardaram a surgir com a agudização dos problemas que o processo revolucionário levantaria.

As primeiras diligências do Gabinete do MFA orientaram-se para a sua organização e estruturação interna, quer verticalmente por forma a abranger todos os níveis da hierarquia funcional, quer na horizontal, estendendo-se a todos os Ramos das Forças Armadas, a todas as unidades e a todo o espaço angolano. Ao nível das cúpulas de cada um dos Ramos foram escolhidos, por assembleias eleitorais, muito mais alargadas, três oficiais que constituíam os respetivos gabinetes junto dos seus generais, de que resultaram equipas mais homogêneas e identificadas com o carácter progressista do MFA. E o mesmo critério foi aplicado nos sucessivos escalões da hierarquia, Regiões, Setores, Direções, Chefias, Batalhões ou Grupos, Órgãos e Estabelecimentos, até às

Companhias, Esquadrões e Baterias, em que o delegado do MFA era o respetivo comandante. Nas unidades dos escalões Regimento, Batalhão e equivalente da guarnição normal, em que havia grande número de oficiais e sargentos e a grande maioria das praças do recrutamento local, foram eleitos delegados do MFA oficiais angolanos, muitos dos quais desempenharam excelente papel na ligação aos militares angolanos e às populações civis.

Havia uma lacuna óbvia nesta estrutura, a ausência de um Gabinete junto do encarregado do governo. Certo que a situação tinha de ser muito transitória, impunha-se a urgente nomeação de um governador identificado com o Programa do MFA e, então, o problema seria encarado, com grande probabilidade de essas funções serem acumuladas pelo Gabinete do MFA. Logo que empossados os oficiais deste Gabinete tiveram uma audiência formal e cordial com o tenente-coronel Soares Carneiro, na qual a situação ficou clarificada. Soares Carneiro declarou a sua firme disposição de se remeter rigorosamente ao mero despacho de assuntos correntes que não paralisassem a máquina administrativa, abstendo-se de qualquer atividade política até à posse do novo governador e garantindo que não afetaria, de todo, a ação do MFA, posição que respeitou escrupulosamente. O MFA, por seu turno, comprometeu-se a prestar-lhe toda a colaboração que lhe fosse solicitada e a informá-lo do que de mais importante se fosse desenvolvendo, o que também cumpriu integralmente.

Seguiu-se uma intensa campanha de esclarecimento e dinamização dos militares quanto ao papel que, em face da nova realidade nacional, lhes era exigido e quanto aos objetivos que norteavam a criação das estruturas do MFA. Esta campanha de esclarecimento foi levada aos mais diversos setores da sociedade civil que constantemente solicitavam a presença de militares do MFA. Foi necessária uma posição muito clara sobre as competências e funções dos delegados do MFA nas estruturas hierárquicas, para afastar os complexos que imediatamente se colocavam e condicionavam a ação dos comandantes sobre as hierarquias paralelas. O próprio Gabinete do MFA, sempre em ligação com o general comandante-chefe, na circular em que difundia a estrutura do MFA, esclarecia que “Tanto o Gabinete do MFA ao nível do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola, como as Delegações criadas aos diferentes níveis, agem junto dos comandantes como elementos dos seus estados-maiores, não sendo identificáveis como qualquer estrutura paralela.”

O núcleo desta estrutura era o que estava concentrado em Luanda e composto pelos oficiais do Gabinete do MFA e dos gabinetes junto dos generais comandantes dos

Ramos, que se reuniam com muita frequência, constituindo como que uma comissão alargada. Inicialmente os Gabinetes funcionaram muito bem e as contradições no seio do Gabinete do MFA do comando-chefe só começaram a revelar-se quando começou a tornar-se claro que a via da independência era irreversível, e que os interlocutores com que havia que negociar eram os movimentos de libertação, e só eles.

Pouco a pouco, conforme progredia a agitação popular e social nas ruas e nas empresas, os militares do MFA começavam a ser solicitados para intervirem na resolução de problemas correntes da sociedade civil, conflitos de todo o género nomeadamente reivindicações de contornos laborais, dada a explosão de liberdade que o 25 de Abril desencadeara. Angola foi a colónia em que, no campo da contestação social, mais cedo a situação atingiria alguma gravidade. Logo no Primeiro de Maio, seis escassos dias depois do 25 de Abril, haviam-se dado as primeiras manifestações de rua mas com sinais mais políticos do que laborais. Entrou-se depois num clima generalizado de contestação que se estendeu aos mais variados sectores do operariado e serviços, negro, mestiço e branco, com especial incidência nas cidades de Luanda e Lobito, mas que a oportuna intervenção dos militares do MFA ia resolvendo. Conseguiram enfrentar com algum sucesso a agitação que atingiu alguns sectores mais sensíveis como os portos e caminho-de-ferro, cuja paralisação ameaçava o sistema de abastecimentos do interior, nomeadamente às forças armadas. Em contatos pessoais com os trabalhadores das mais diversas categorias e formações, desde os quadros técnicos a bancários, a operários ou simples trabalhadores não qualificados, aproveitando o “estado de graça” de que então beneficiavam, os militares puderam ultrapassar a natural inexperiência perante estes tipos de conflitos e colmatar a ausência de sindicatos e a apatia das máquinas administrativas e empresariais, encontrando soluções que merecessem a concordância de ambas as partes.

O poder, de facto, transitara para os militares e, em particular, para o comandante-chefe e o MFA, dado que a máquina político-administrativa colonial, na realidade, paralisara.

Em relação aos problemas de fundo, às opções políticas sobre o futuro, sobre a paz, sobre os movimentos de libertação, a posição continuava a ser de expectativa, mas com as indefinições iniciais da JSN, em Lisboa, a guerra intensificava-se e a expectativa transformava-se em ansiedade. Era um problema comum a todas as colónias em guerra e o MFA incumbiu-se da ingrata tarefa de manter os militares motivados para combater, ainda que exclusivamente em ações defensivas, quando a guerra perdera todo o sentido

e as condições eram cada vez mais adversas. Metade do contingente do exército e a totalidade das forças auxiliares era constituído por naturais da colónia que tomavam consciência de que se encontravam do lado errado da guerra e, aos militares metropolitanos, chegavam os ecos dos *slogans* gritados em Portugal “nem mais um soldado para as colónias” e “regresso dos militares, já”.

Angola era, em Abril de 1974, das três colónias em que Portugal enfrentava a luta armada, aquela em que a situação militar lhe era menos desfavorável e em que a guerra se encontrava mais estabilizada. Vários fatores haviam concorrido para isso avultando, de entre eles, a divisão, a rivalidade e mesmo a luta armada que os três movimentos de libertação travavam entre si e que Portugal tinha sabido aproveitar e explorar convenientemente, quando não mesmo incentivá-la.

A FNLA, dadas as suas características e o apoio que recebia da República do Zaire, era o movimento que estava então militarmente mais forte, admitindo-se que se encontrasse em vésperas de desencadear uma nova ofensiva no Norte, para o que contava com algumas unidades organizadas em moldes mais clássicos do que os grupos de guerrilha, acabadas de formar na República do Zaire.

O MPLA era o movimento militarmente mais enfraquecido, não apenas pelo cerco que lhe moviam os outros movimentos e alguns países limítrofes, como pelas suas cisões internas. Tardaria em recuperar da fragilidade militar em que foi surpreendido pelo 25 de Abril.

A UNITA encontrava-se a braços com a envergadura da Operação Castor que a Zona Militar Leste tinha desencadeado em Janeiro de 1974, após ter deixado cair a Operação Madeira e era o movimento que, à chegada da revolução, obrigava ao empenhamento de mais volumosos efetivos portugueses e que maior número de baixas vinha provocando às tropas portuguesas.

Os movimentos mantinham-se inconciliáveis e recusavam qualquer aproximação, mesmo quando fruto de tentativas da OUA ou da mediação isolada de países africanos, que tentavam incentivá-los a aproveitar a oportunidade proporcionada pelo 25 de Abril para constituírem uma frente comum.

Era este, a traço grosso, o quadro político-militar interno angolano, quando os responsáveis portugueses pós-25 de Abril e, em especial, o MFA de Angola, procuraram estabelecer os primeiros contatos, com vista a encontrarem formas de negociações de modalidades de cessar-fogo, que permitissem futuras discussões e entendimentos, envolvendo o acesso à independência e o respetivo período de transição.

Logo após a sua posse o novo comandante-chefe determinara a cessação de todas as operações militares ofensivas, como sinal objetivo da sua vontade de obter a paz, expressa no apelo que dirigiu aos movimentos de libertação para que aceitassem um cessar-fogo. Mas que não surtiu efeito pois esse problema não dependia de Angola. Era uma questão transversal a todas as colónias e o círculo vicioso que se criara, face às posições antagónicas da JSN e dos movimentos de libertação, refletia-se na deterioração da situação militar no campo operacional.

* * *

Dado o seu permanente empenhamento, a estrutura do MFA fora sujeita a um evidente desgaste e começaram a ser notórias algumas roturas internas, fruto das suas contradições originais e de uma dinâmica que, inicialmente, não se previra na dimensão e profundidade que veio a atingir. Tornara-se imperiosa a reformulação da sua estrutura e a substituição de alguns elementos que tinham sido ultrapassados pela marcha dos acontecimentos e já não se reviam no processo em curso.

Essa reestruturação veio a ter lugar nos princípios de Outubro. Procedeu-se a novas eleições para o órgão central que passou a designar-se Comissão Coordenadora do Programa em Angola (CCPA) e substituiu o anterior Gabinete do MFA, bem como para as comissões dos Ramos. A eleição foi promovida por um colégio eleitoral que dispunha de outra legitimidade porque era constituído a partir da base pelos delegados eleitos nos vários escalões da hierarquia.

A assembleia alargada de delegados procedeu à revisão das estruturas e à redefinição dos objetivos, tendo a nova estrutura ganho uma maior coesão e capacidade de intervenção política. Esta reformulação seria formalizada por despacho de 3 de Outubro de 1974 do almirante Rosa Coutinho, então já comandante-chefe.

O diploma começava por enunciar as finalidades entre as quais se destacava, pela preocupação implícita com a inserção das estruturas do MFA nos correspondentes níveis da hierarquia do comando,

“[...] a total identificação de todas as Forças Armadas de Angola com o espírito do Programa do MFA [...] que deverá simbolizar-se na cúpula por forma que em todos os níveis os comandantes sejam os primeiros interessados e responsáveis pelo MFA na sua unidade, apoiando e utilizando a sua estrutura como órgão de trabalho, não a devendo encarar como uma forma de limitação da sua autoridade.”

A seguir apontavam-se os objetivos prioritários,

“[...] esclarecimento e consciencialização política das Forças Armadas reforçando a sua coesão e disciplina [...] Apoio e conselho aos comandos militares em todos os

escalões [...]”

Na organização das suas estruturas de cúpula a CCPA era alargada para nove membros, três eleitos em cada Ramo, a qual passaria a funcionar como repartição de gabinete do comandante-chefe, em tempo inteiro. Também as comissões coordenadoras dos Ramos funcionariam em tempo inteiro, constituindo repartições de gabinete dos respetivos comandantes. Estas inovações conferiam um carácter institucionalizado, ainda que sem competências autónomas, aos órgãos do MFA, lacuna com que o anterior Gabinete do MFA sempre se confrontara. Em todos os restantes escalões da hierarquia, zona, sector, unidade, estabelecimento, haveria comissões do MFA funcionando como órgão de conselho junto do respetivo comandante. Ao nível superior havia um conselho coordenador, composto pela CCPA e por três membros de cada Comissão de Ramo e no qual tinham assento, por direito próprio, o comandante-chefe e os comandantes dos três Ramos. Como órgão mais alargado existia uma assembleia de delegados que agrupava a CCPA, as comissões dos Ramos e delegados das comissões de zona e sector.

Seria esta estrutura que, com alguns ligeiros ajustamentos de circunstância, se manteria até ao final.

Inflação partidária

O maior problema que logo se colocou ao MFA e ao novo poder em Angola era o dos interlocutores angolanos com os quaisurgia negociar. Questão que dependia dos parceiros angolanos mas, também, das políticas a definir em Lisboa. O MFA em Angola não tardou a constatar que, perante a ausência de orientações claras da JSN e do governo, bloqueados pelo círculo vicioso em que se entrara, tinha de tomar iniciativas.

Entretanto, para além dos movimentos de libertação que tinham participado na guerra colonial, verificava-se o surto inflacionário de agrupamentos políticos, ou pseudo-agrupamentos políticos, uma explosão que rapidamente atingia a ordem das várias dezenas. A maioria não tinha qualquer representatividade ou implantação real e apenas correspondia à emergência desta ou daquela personalidade que tentava apanhar o comboio da abertura política para marcar presença numa dinâmica de autodeterminação que se adivinhava, mas para a qual em nada tinham contribuído. Alguns eram mesmo conhecidos por terem colaborado com o sistema colonial. É difícil caracterizá-los segundo uma sistematização rigorosa, mas podem agrupar-se em vários conjuntos.

Num primeiro conjunto incluímos pequenos grupos tribalistas ou apoiados em

personalidades de duvidosa representatividade e comportamento oportunista. O NTOBAKO, de predominância bacongo, confundia-se com a União Nacional de Angola (UNA) (nome algo comprometedor) cujo líder, Angelino Alberto, merecera referências elogiosas do antigo ministro do Ultramar, Silva e Cunha: “Este prestou excelentes serviços, convencendo a regressar das matas, onde se tinham refugiado fugindo à violência dos terroristas e da luta, grande parte das populações do distrito do Uíge. Veio depois para Lisboa [...] Assegurou-se-lhe emprego no Ministério do Ultramar [...]” (pp. 57 e 58) O Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), liderado por João Pedro M’Bala, dizia-se herdeiro da Associação dos Povos de Angola (APA) que surgira e desaparecera em 1961 e cujo nome depois recuperou. O Partido para a Reunificação do Povo Angolano (PRPA) apresentou-se sob liderança de Dongala Garcia e não mais se soube dele. Ao Movimento Popular dos Angolanos Africanos nunca se conheceu paternalidade assumida. Acabaram, na maioria, absorvidos pelo Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA), o mais estruturado, cuja figura de proa era um português, António Ferronha, com boas ligações em Kinshasa, um movimento contraditório e sem um projeto claro: estabeleceu ligações ao movimento separatista de Cabinda, FLEC, movimentava-se bem em setores de colonos apoiantes de uma independência branca, tinha relações privilegiadas com as associações económicas mais influentes e advogava o entendimento com a FNLA; mas opunha-se às negociações com os movimentos de libertação.

De natureza diferente era o Movimento Popular de Unidade Angolana (MOPUA), criado no Huambo em 4 de Maio de 1974 e que contou com adesões no centro-sul da colónia. Tinha simpatias pela África do Sul e posteriormente declarava-se apoiante da UNITA. Perfilhava um projeto neocolonial que incluía soluções cisionistas para o centro-sul de Angola, a sul do rio Cuanza. Manifestou, publicamente, apoio ao MML de Moçambique, quando dos acontecimentos de 7 de Setembro de 1974. Também seria absorvido pelo PCDA.

Um segundo conjunto de agrupamentos, que se diziam federalistas, mais não eram do que personagens saudosistas do passado colonial que tentavam salvar o possível do seu mundo, a desfazer-se. Foi o caso da “Associação dos Liberais Federalistas Angolanos”, em Malange, da “Frente Unida para a Independência na Comunidade” (FUICO), da “Associação Cívica Pró-Angola”, ou da “Causa Monárquica em Angola”. Não deixaram rasto. Foram certamente impulsionados, ou inspirados, no movimento federalista que nascera em Portugal, também de efémera duração.

Terceiro conjunto foi o dos que assumiram a fisionomia de organizações armadas, mais ou menos clandestinas, contra o MFA. Destes devemos destacar a Frente Revolucionária Angolana (FRA), à qual aderiram elementos dos partidos que inicialmente pretenderam formas federativas de ligação a Portugal mas que, acabando por verificar a inviabilidade desse projeto, viam na FRA o recurso que possibilitasse uma independência liderada pela minoria branca. O líder assumido da FRA era Pompílio da Cruz, que contava com apoios na Rodésia e na África do Sul. Também o PCDA, quando constatou a impossibilidade de partilhar com os movimentos de libertação a legitimidade para representar o povo angolano na transição para a independência, tentou a sua conversão para formas de atuação que permitiriam a inclusão neste conjunto. Nele se incluem, ainda, os grupos que em Cabinda tinham o objetivo de obter uma independência unilateral do enclave, entre os quais se destacou a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

Os movimentos de libertação de todas as colónias, de forma concertada através da CONCP (à qual apenas a UNITA não pertencia), concordavam, unanimemente, na recusa de qualquer legitimidade a estes grupos para participarem no processo negocial com Portugal. Os de Angola foram, em relação a isto, muito firmes. Nessa posição eram apoiados pela OUA e pela ONU nas suas várias instâncias, Comissão de Descolonização, Assembleia-Geral e pelo próprio secretário-geral. Todos consideravam os movimentos de libertação os únicos legítimos representantes dos povos das colónias. A maioria daqueles grupos, se bem que com trajetos diferentes e alguns nem sempre pacíficos, foram sucessivamente desaparecendo de tal maneira que, em finais de 1974, com exceção da FLEC, já nenhum deles dava sinais de vida. Desta e da FRA voltaremos a falar mais à frente.

Angolanos brancos pela independência

Referência à parte e num contexto diferente, merecem partidos que vinham da oposição à ditadura colonial e se identificavam com os objetivos do nacionalismo angolano.

Em Angola o euronacionalismo teve forte expressão. Mas também se revelaram significativas adesões de brancos ao movimento nacionalista africano de predominância negra, consubstanciada nos movimentos de libertação.

Com a implantação da República em Portugal, em 1910, as colónias, nomeadamente Angola, conheceram alguma abertura política, não no sentido da

independência, mas da extensão dos direitos cívicos e de participação numa maior autonomia administrativa, em especial das comunidades branca, mestiça e “assimilada”. Formaram-se alguns partidos nos principais centros populacionais, sem ligação entre eles e que pouco duraram. Note-se que se mantinha o sentimento de rivalidade do centro-sul contra Luanda, nomeadamente de Benguela, que há muito se afirmava como o foco da contestação ao centralismo luandense. E Benguela foi, com alguma autonomia, protagonista do nacionalismo contra a metrópole colonial.

Nos finais da I República aumentava a contestação entre os colonos de Angola. Tavares Pimenta considera que tal alimentou os receios nos setores mais conservadores metropolitanos, o que terá contribuído para o 28 de Maio de 1926 que esteve na origem da longa ditadura (2008, p. 129).

Com o Estado Novo salazarista e, depois, com o Ato Colonial, aumentou a repressão centralista contra toda a movimentação autonomista, retirando aos colonos a participação no governo da colónia que, até certo ponto, tinham conquistado com a República, contribuindo para alimentar o euronacionalismo que, segundo Pimenta, assentava em três bases reivindicativas: identificação como angolano; Angola governada por angolanos; soberania e integridade territorial (p. 140).

A luta dos colonos angolanos ia conhecer períodos de agudização, por vezes mesmo com a participação de militares, alguns deles deportados pela ditadura. Em Março de 1930 o alto-comissário Filomeno da Câmara enfrentou uma revolta liderada pelo próprio comandante militar, coronel Genipro da Cunha de Eça. Daí resultou a destituição do alto-comissário. Não se tratou, porém, de uma revolta separatista, ainda que os adeptos da independência tenham apoiado os militares.

Nesse mesmo ano de 1930 era fundada, no Huambo, a Organização Socialista de Angola (OSA). Foi o primeiro movimento nacionalista branco, que contou com apoio de mestiços e era defensor da independência, mas só no final da década se declararia abertamente contra a sujeição colonial, vindo a ser desmantelada pelas autoridades coloniais em 1941. Mas deixou raízes. Por esta mesma altura, quando se registavam algumas prisões de colonos acusados de conspiração nacionalista, emergia em Luanda, ligada a esses setores, a figura do monsenhor Alves da Cunha que se tornou alvo da perseguição do governo da colónia e acabou por ser afastado das suas funções pastorais.

Com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial e o renascimento da luta antifascista em Portugal, formava-se na metrópole a Frente Nacional Anti-Fascista Portuguesa (FNAFP) e, em Angola, a Aliança Democrática de Angola (ADA) que,

assim, se inseria na luta mais geral da oposição democrática portuguesa. Mais tarde, quando a FNAFP evoluiu para o MUD, a ADA procurou transmitir uma imagem de autonomia mas acabou por se integrar no MUD como, aliás, fizeram os angolanos e outros africanos que em Portugal já conspiravam na CEI (pp. 184 a 186). Em Angola as reivindicações do MUD, que contou com apoios na hierarquia da Igreja católica, ainda não iam além das liberdades formais, dos direitos cívicos e da participação política.

Nos finais da década de 50, começava a destacar-se em Angola uma elite política branca, que ia ter forte impacto nas eleições presidenciais de 1958 e nas comissões de apoio a Humberto Delgado. Esta conjuntura, de intensa movimentação política e intelectual em Angola, proporcionou a fusão do Movimento de Libertação Nacional (MLN), de brancos e do Movimento de Libertação de Angola (MLA), de mestiços, numa plataforma nacionalista e multirracial, o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA), no qual ainda era visível uma liderança branca mas que se demarcava do euronacionalismo. Dominado por influência ideológica marxista nele se inscrevia o que viria a ser o Partido Comunista Angolano (PCA), que também veio a integrar-se no MLNA. Uma parte importante dos nacionalistas brancos já se assumia, abertamente, por uma independência liderada pela maioria negra. O MLNA viria a ser desmantelado pela PIDE em 1959, quando já estavam em formação os movimentos de libertação nacional (pp. 211 a 213).

Em 1961, com o início da guerra e a violência que caracterizaram as ações da UPA no norte de Angola, o movimento euronacionalista conheceria uma cisão que demarcaria, em definitivo, os que eram a favor e os que eram contra uma independência total liderada pela maioria negra que integrasse todos os que se assumiam como angolanos, independentemente da condição étnica. As perturbações no seu seio foram óbvias e deram lugar a posições contraditórias. Os que se colocaram abertamente do lado do governo romperam com as tendências mais progressistas que anteriormente tinham assumido. Outros, alguns figuras destacadas de associações económicas que se haviam distinguido na oposição à ditadura, terão mesmo tentado apoderar-se do poder para procurarem negociar com os movimentos de libertação, no que foram impedidos por intervenção da PIDE.

Outras associações, estas mais de carácter cívico e cultural, como a ANANGOLA e a Sociedade Cultural de Angola (SCA), diligenciaram no sentido serem promovidas negociações com os movimentos de libertação e pressionaram o governo para que reconhecesse o direito de Angola à independência. Eram próximas do MPLA, alguns

intelectuais foram presos pela PIDE e deportados para o Tarrafal.

Neste contexto ia salientar-se uma figura, o engenheiro Fernando Falcão e um movimento, a Frente de Unidade Angolana (FUA), que iriam ter um papel destacado no nacionalismo angolano. Fernando Falcão, angolano branco e filho de colonos, radicado no Lobito, era um democrata e nacionalista com passado de luta antifascista nos seus tempos de estudante universitário em Lisboa. A FUA começou a formar-se em 1960 e foi formalizada em Janeiro de 1961, em Benguela, como movimento frentista, já não euronacionalista, englobando várias tendências e propondo vias não violentas para uma independência em que coubessem todos os angolanos se bem que, inicialmente, liderada pelos brancos. Na sua fundação Fernando Falcão contou com a colaboração de uma outra figura oposicionista de grande prestígio em toda a região de Lobito-Benguela-Huambo, Sócrates Dáskalos, que fora dirigente destacado da OSA. Em 15 de Janeiro a FUA publicou um manifesto, “À população de Angola”, que entregou ao governador-geral, definindo-se como movimento de libertação nacional e propondo negociações para a busca de soluções pacíficas para a autodeterminação. A guerra estava prestes a rebentar e a resposta do governo foi idêntica à que dera ao MAC quando este propôs negociações, o reforço das medidas repressivas.

No princípio de Junho a FUA foi desmantelada pela PIDE e presos os seus dirigentes dos quais os principais, entre eles Fernando Falcão e Sócrates Dáskalos, deportados para Portugal. Mas não baixaram os braços, prosseguindo a campanha pela unificação da luta nacionalista em Angola. Fernando Falcão foi preso em Portugal enquanto Dáskalos e outros dirigentes da FUA, dispersos por vários países europeus, mantinham a FUA viva e apelavam aos angolanos brancos para que participassem na luta de libertação. A vocação frentista da FUA identificava-se, neste particular, com o MPLA e esforçava-se por congregar todos os movimentos e as suas estruturas setoriais, de trabalhadores, de jovens, de mulheres. A UPA e o Partido Democrático de Angola (PDA), já em processo de fusão na FNLA, recusavam essa via unitária. A aproximação da FUA ao MPLA, com o qual tinha muito mais afinidades, era visível. No entanto, as contradições no seio do MPLA sobre a questão étnica, pressionado pela necessidade de negar as acusações da UPA e, depois, da FNLA, de que era um movimento de brancos e de mestiços, não facilitavam a adesão de militantes brancos.

Em Dezembro de 1961 Fernando Falcão foi autorizado a regressar a Angola e, tentando reavivar a FUA, foi alvo preferencial da atenção da PIDE. O movimento acabou por se dissolver, de novo, em 1964. A partir desta altura aumentou o fluxo de

nacionalistas brancos às fileiras do MPLA.

Depois do 25 de Abril de 1974 a FUA seria recuperada por Falcão, em Setembro desse ano, mas numa conjuntura em que já estava definido que a legitimidade para representar os angolanos nas negociações caberia exclusivamente aos movimentos de libertação. A guerra assim o determinara. Mas o capital político representado por Falcão seria aproveitado por Rosa Coutinho, para aglutinar nacionalistas brancos angolanos que, não se revendo nos movimentos de libertação, estavam disponíveis para participarem na descolonização. Foi nessa qualidade que fez parte do Governo Provisório, como secretário-adjunto. Em 27 de Setembro, em representação de Rosa Coutinho, deslocou-se a Kinshasa onde se encontrou com Mobutu. Fernando Falcão esteve no Alvor com o grupo de conselheiros e observadores angolanos às negociações, mas sem nelas participarem. Depois do Acordo do Alvor, com a independência já à vista, Fernando Falcão declarou a dissolução definitiva da FUA vindo a aderir ao MPLA e a permanecer na Angola independente por que tanto lutara.

Outro movimento que se inclui neste conjunto dos lutadores pela democracia e independência era o Movimento Democrático de Angola (MDA), centrado na capital mas com suas “antenas” fora de Luanda como, entre outros, o Movimento Democrático do Huambo (MDH), Partido Social Democrata de Angola (PSDA) em Benguela, Movimento Democrático do Lobito (MDL), Frente Democrática da Huíla (FDH), alguns dos quais, aliás, tinham precedido o MDA. Congregava muitos dos intelectuais que tinham estado ligados à SCA e, em todos estes movimentos do sul e do centro, muitos dos seus elementos tinham sido militantes da FUA. O MDA tinha ligações ao Movimento Democrático Português (MDP), defendia a independência total e era, na realidade, *compagnon de route* do MPLA.

Podem ainda incluir-se neste conjunto a Frente Socialista Democrática de Angola (FRESDA) e o Congresso Angolano, surgidos depois do 25 de Abril, adeptos da independência imediata mas de reduzida expressão.

Movimentos de libertação nacional

Era com os movimentos de libertação que Portugal teria de negociar e, entre os responsáveis em Angola, depressa se teve clara consciência disso. Mas a situação não se mostrava fácil e, pelo contrário, era muito mais complexa do que nas restantes colónias. Portugal encontrava-se em guerra com três movimentos diferentes que também se

combatiam mutuamente, o que obrigaria a negociações separadas com cada um deles. Ao MFA iria caber um papel de tentativa de conciliação para ultrapassar todas estas fraturas que prejudicavam o início das desejadas conversações.

MPLA, FNLA e UNITA nunca se entenderam nem souberam coordenar as suas ações na luta pela libertação do seu país. Aparentemente com idêntico objetivo – obrigar Portugal a reconhecer o direito de Angola à independência – revelaram-se, sempre, incapazes de unir os seus esforços numa frente comum e, pelo contrário, evidenciaram uma permanente vocação para a rotura, para a dissidência interna e, mesmo, para o confronto armado entre eles. Tinham bases ideológicas incompatíveis, defendiam projetos inconciliáveis, contavam com apoios externos antagónicos, viravam todos contra todos as armas que, supostamente, se destinavam a combater o inimigo comum. E todos, mais notoriamente o MPLA, enfrentavam graves cisões internas.

Este desentendimento surgiu, na prática, desde as primeiras ações violentas, em Fevereiro-Março de 1961, com o MPLA e a FNLA a disputarem influência e iniciativas e com o MPLA a condenar, publicamente, a forma como a FNLA desencadeara a luta armada no norte. A UNITA, por sua vez, nasceu de uma dissidência interna da FNLA e iniciou a sua luta armada no Leste disputando com o MPLA a implantação naquela área. Desentendimentos, roturas e cisões que beneficiavam Portugal, na justa medida em que enfraqueciam o movimento nacionalista global. Por isso Portugal as alimentava, as utilizava, e explorava as suas consequências.

As causas das divergências não resultavam apenas, como apressadamente alguns pretendem, de incompatibilidades entre os dirigentes. Radicavam em razões mais profundas, derivadas do complexo mosaico dos povos angolanos, dos projetos programáticos e das opções ideológicas dos movimentos, da sua implantação geográfica e social e dos apoios externos com que contavam.

Edmundo Rocha desenvolveu, no seu livro *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano; período de 1950 a 1964*, uma interessante teoria sobre as raízes socioculturais e regionais das duas correntes nacionalistas que se formaram e desenvolveram em Angola depois da Segunda Guerra Mundial, e que assumiram figurinos distintos em Luanda, Lisboa ou Leopoldville. Enquanto o eixo Luanda-Leopoldville, mais fechado nas suas fronteiras regionais e tribais, deu lugar à UPA, do eixo Luanda-Lisboa, étnica e nacionalmente mais abrangente, internacionalmente mais aberto, de influência marxista, resultou o MPLA. Assinalava que a UPA recebia maior influência protestante e tinha pouco apoio em Lisboa, mas não

deixava de contar com simpatizantes nos meios católicos em Luanda, como foi o caso do cónego Manuel das Neves principal dinamizador do 4 de Fevereiro de 1961.

* * *

Quando, com o fim da Segunda Guerra Mundial, se agitaram os ventos da descolonização e movimentos nacionalistas e independentistas proliferaram pelas colónias que predominavam na África subsaariana, Angola não escaparia a esta vaga, com especial incidência no norte, dadas as relações estreitas das suas populações com as do Congo Belga, onde estes movimentos surgiram com grande dinamismo. A continuidade étnica e cultural e a herança histórica do Reino do Congo, estendiam-se aos dois lados da fronteira.

Foi nas missões católicas e protestantes que as primeiras organizações politicamente motivadas começam a tomar forma, principalmente nestas últimas. Um dos grupos mais ativos, a Associação dos Bacongos (ABAKO), congoleza, cujo prolongamento em Angola era a Frente Patriótica para a Independência do Congo Português (NGWISACO) lutava, exatamente, pelo ressurgimento do Reino do Congo. Em 1954 uma cisão neste movimento opôs católicos e protestantes em torno da sucessão do rei do Congo, que vagara. O Governo Português quis nomear um católico mas prevaleceu a facção protestante, liderada por Holden Roberto, que já era motivado por um objetivo político, a independência.

Este movimento regional e etnicamente circunscrito, bacongo, deu lugar, em 1957, à União dos Povos do Norte de Angola (UPNA). Consciente dos reflexos redutores que a designação regionalista envolvia, em 1958 passou a designar-se União dos Povos de Angola (UPA), o que lhe permitiu reivindicar um alcance nacional, ainda que não correspondesse à sua real implantação. Edmundo Rocha classifica a UPA como um “etnpartido” e considera que Holden Roberto, apesar de se ter modernizado com a evolução para a FNLA, depois do início da guerra, nunca conseguiu elaborar uma mensagem de dimensão nacional (p. 277). Inscreveu-se no movimento pan-africanista e contou com apoios no Ghana, no Grupo de Monróvia e no *American Committee on Africa*. Para atingir a comunidade emigrada e as populações do interior criou, em Setembro de 1960, na Rádio Leopoldville, o programa “A Voz da Revolução Angolana”, que depois passou a chamar-se “Voz de Angola Livre” e, como tal, se manteria até à independência. A UPA elegeu o seu Comité Central em Leopoldville em Março de 1961 e Holden Roberto foi escolhido seu presidente.

Outro movimento, o tecoísmo, de raiz religiosa, um sincretismo animista e

cristão, profético, messiânico, fundado em 1949 por Simão Toco e circunscrito ao Congo angolano, começara nos princípios da década de 50 a pregar a libertação do domínio colonial. Com outro grupo profético, o kibanguismo, criado no Congo Belga por Simon Kibangui, e com núcleos protestantes da Sociedade Baptista Britânica, formaram a ASSOMIZO, associação de tribos zombo, bacongo e quicongo, da região de Maquela do Zombo, que depois veio a denominar-se *Alliance des Ressortissants du Zombo* (ALIAZO). Em 1960 esta aliança evoluiu para uma associação política em luta pela independência e, em 1962, dava lugar ao Partido Democrata de Angola (PDA).

A dinâmica independentista no norte de Angola receberia um forte impulso em Janeiro de 1959, quando o Rei dos Belgas anunciou a intenção de reconhecer a independência do Congo Belga, que viria a concretizar-se em 30 de Janeiro de 1960.

A UPA foi o movimento de libertação que, com mais nitidez, imprimiu a sua marca no desencadeamento da luta armada. E Washington apoiou essa iniciativa. John Kennedy, acabado de chegar à Casa Branca, com a sua estratégia global da *New Frontier* de abertura ao Terceiro Mundo, alertara o Governo Português para a inevitabilidade da rebelião armada. Foi na UPA que apostou, por influência das igrejas protestantes e porque já apostava na aliança preferencial com o Congo, onde a UPA contava com sólido apoio.

O 4 de Fevereiro de 1961, com assaltos a várias instalações de polícia, à Casa de Reclusão Militar e à prisão de São Paulo, em Luanda, assinalou o começo da luta armada de libertação em Angola e nas colónias africanas de Portugal. Era, afinal, a retoma das longas guerras de resistência do final do século XIX e primeiro quartel do século XX, terminadas há amenos de três décadas. Como antecedente imediato teve os acontecimentos da Baixa do Cassange, no mês anterior, com a violenta repressão policial e militar à revolta dos cultivadores de algodão contra a humilhante exploração a que estavam sujeitos e que se traduziu em centenas de mortos. Alguns analistas situam mesmo aqui, em 4 de Janeiro de 1961, o início da guerra de libertação e algumas das sobreviventes daqueles tempos, em depoimentos a Margarida Paredes, afirmavam que foi ali que as mulheres e os homens da Baixa do Cassange iniciaram a ação de correr com os portugueses (2015, pp. 217 e 219).

Não tendo sido da iniciativa dos movimentos de libertação o 4 de Fevereiro contou com simpatizantes da UPA e do MPLA, mas coube aos da UPA maior protagonismo. Era simpatizante da UPA o principal dinamizador, cónego Manuel das Neves e foi o militante da UPA, Neves Bendinha, quem liderou a ação. Mal armados,

com catanas e outras armas artesanais, pretendiam, para além de libertar nacionalistas vítimas de recentes vagas de prisões, apoderar-se de armas de fogo para futuras ações. A surpresa do golpe provocou a morte de sete agentes das forças de polícia portuguesa, mas foi rapidamente dominado e seguiu-se uma violenta repressão das autoridades portuguesas, policiais e militares e uma campanha retaliatória da população branca. A fuga de populações do norte, para o Congo, iria engrossar a massa aí emigrada, que seria a principal fonte do recrutamento dos guerrilheiros da UPA.

Em 15 de Março uma vaga de terrorismo indiscriminado explodia nas zonas rurais dos distritos do Zaire, Uíge, Luanda e Cuanza Norte, surpreendendo, as autoridades portuguesas, causando um total de mortos de cerca de 1.000 brancos e mistos e 6.000 negros. Foi uma ação, assumidamente, da iniciativa da UPA.

A forma como a luta armada foi desencadeada no norte de Angola, vitimando crianças e mulheres, brancos, negros e mestiços, com sinais de excesso de violência deliberada, não deixou de suscitar críticas e condenações, mesmo de setores nacionalistas. Foi, em toda a longa guerra colonial em que Portugal esteve envolvido, durante 13 anos e em três teatros de operações, o único caso em que a luta de libertação assumiu contornos de terrorismo sistemático. A essas críticas associou-se Agostinho Neto, presidente do MPLA, porque entendia que a violência gratuita prejudicava a estratégia global da luta de libertação. Descontando o facto de se tratar de uma crítica de um rival e que na altura estava a perder terreno, assistia-lhe alguma razão porque deu trunfos a Portugal para se colocar na posição de vítima e obter alguma compreensão no ocidente. Internamente, deu argumentos ao governo de Salazar para invocar a contenção da chacina e do caos, captando apoios para a sua palavra de ordem “para Angola depressa e em força”. Para os menos atentos e que constituíam a grande maioria da sociedade portuguesa, justificou alguns comportamentos da resposta portuguesa que não foram menos bárbaros. A própria oposição portuguesa mais tradicional teve dificuldade em se distanciar de Salazar. E os primeiros contingentes militares mobilizados na metrópole iam, sem dúvida, animados de um sentimento patriótico, humanitário, o dever de pôr cobro à violência bárbara e cega. O despertar para a realidade colonial demoraria algum tempo.

Opinião diferente tinha Jonas Savimbi que, ao tempo, era militante da UPA. Já depois da independência escrevia o então presidente da UNITA, no seu livro *Angola, a resistência em busca de uma nova nação*, de 1979:

“[...] quando, lançados, em 15 de Março de 1961, os ataques daquela organização ao

norte de Angola, os responsáveis do MPLA, em conferência de imprensa dada em Londres, denunciaram essa ação da UPA como uma manifestação de selvajaria, incompetência e racismo. Pensei na altura, e ainda penso, que a ação empreendida em Angola, em Março de 1961, era uma forma de vencer a frustração até aí sentida pela maior parte da população angolana, que aspirava à independência e não via outro caminho para a alcançar senão o recurso à violência. As críticas feitas à UPA e aos métodos que marcaram essa ação violenta, considero-as descabidas.” (pp. 17 e 18)

Por outro lado, o carácter étnico e geograficamente limitado do levantamento e o facto de as vítimas negras serem, na maioria, umbundos, trabalhadores recrutados no planalto central para as fazendas de café, acentuou a vulnerabilidade da UPA às acusações de tribalismo e regionalismo, que a perseguia desde a fundação.

Com a reocupação militar do norte, pelas forças portuguesas mobilizadas na metrópole, e com a instalação do seu dispositivo de quadrícula, a UPA passou à guerrilha, através de grupos baseados no Congo-Leopoldville ou refugiados em bases nas matas do interior.

Em 27 de Março de 1962 dava-se a fusão da UPA com o PDA e nascia a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). A UPA e o PDA subscreveram uma “Convenção” na qual, depois de vários considerandos condenando o colonialismo e a recusa do Governo Português em reconhecer o direito dos povos angolanos à autodeterminação e independência e em aplicar as resoluções da ONU nesse sentido, invocavam o desenvolvimento da luta armada no norte e a necessidade de reunir os esforços das forças vivas do país, justificando a sua decisão de unificação na FNLA. A Convenção aprovava um Regulamento Interno que era uma definição de objetivos e um enunciado programático. Incluía a luta pela independência, a integridade territorial, a instauração de um regime democrático no respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, a reforma agrária, a planificação económica, a extinção de todas as formas de colonialismo. No campo externo propunha-se contribuir para a unidade africana, seguir uma política externa de não-alinhamento e colaborar com todos os países do mundo. Terminava com a enumeração dos Órgãos Diretivos, compostos pelo Conselho Nacional, pela Comissão e pelo Comité Executivo, constituído por seis membros, três de cada um dos partidos fundadores.

O âmbito mais regionalista da UPA, nas suas origens, tinha-lhe criado algumas dificuldades iniciais no relacionamento com as organizações internacionalistas das diversas colónias portuguesas. Os seus líderes nunca integraram o MAC mas,

posteriormente, já foi parte fundadora da FRAIN, em 1960 e da CONCP que, em 1961, lhe sucedeu.

Quando a UPA se transformou em FNLA o novo nome era algo paradoxal porque, de facto, a sua vocação nunca foi frentista. Era, pelo contrário, fechada e, como dispunha de um apoio sólido no seu vizinho a norte, ele próprio isolado no contexto africano até pela sua dependência demasiado óbvia aos EUA, e como tinha adquirido inicialmente alguma vantagem, resistiu sistematicamente às pressões para se aliar ao MPLA numa frente comum. Desconfiava deste pela sua posição ideológica, mas também porque carecia de quadros que pudessem competir com os do MPLA nas estruturas de uma hipotética frente comum. Nesta resistência era visível a influência do Congo-Leopoldville e, em especial, dos EUA, que condicionavam o seu apoio à UPA/FNLA à recusa de qualquer ligação ao MPLA, para Washington demasiado marxista, um movimento comunista, uma lança da URSS em África. Como reação a UPA/FNLA era encarada, pelo bloco leste, como agente do imperialismo ocidental, pelo que as suas relações com os movimentos das outras colónias portuguesas, todos eles apoiados pelo bloco soviético, também não foram fáceis.

Depois de instalada a quadrícula das forças militares portuguesas, a FNLA e o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), sua estrutura militar, passaram a atuar no quadro da guerra de guerrilhas, com emboscadas, flagelações, golpes de mão, sabotagens, minas e armadilhas, ação psicológica. O ELNA organizara-se, no interior, em regiões, setores, guarnições, que eram as suas estruturas fixas, sendo as patrulhas as unidades que atuavam a partir dessas bases.

Até 1964 a UPA/FNLA protagonizou a luta armada de libertação que esteve confinada ao norte de Angola, o que lhe valeu substanciais apoios internacionais. Em Setembro de 1961 esteve presente em Belgrado na oficialização do Movimento dos Países Não-Alinhados e, em 1963, o Governo da República de Angola no Exílio (GRAE), cuja formação a FNLA anunciara no ano anterior, foi reconhecido pela OUA que a consideravam o único movimento de libertação em condições de ser apoiado. O Congo, sua retaguarda segura com 1.800 Km de fronteira a norte e nordeste, colaborava na interdição à atividade política e guerrilheira do movimento rival, o MPLA. E continuava a merecer a preferência dos EUA.

A FNLA beneficiou de algumas cisões internas do MPLA, em particular de Viriato da Cruz, um dos mais carismáticos fundadores que arrastou alguns dos seus mais próximos e se aproximaram da FNLA, à qual vieram a aderir. Mas também sofreu

as suas próprias dissidências, produto de alguma instabilidade interna. A adesão de Viriato não fortaleceu o movimento, porque era demasiado conhecido pelo seu dogmatismo doutrinário, marxista, fundador do Partido Comunista Angolano que tinha estado na génese do MPLA. Foi recebido com desconfiança. No ano de 1964, quando Moisés Tshombé chefiava o governo do Congo, a FNLA sentiu o terreno menos firme. Foi nessa altura que se deu a cisão de Jonas Savimbi, responsável pelas relações externas do GRAE, que em 1966 veio a fundar o seu próprio movimento, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Foi uma dissidência particularmente inoportuna para a FNLA, nas vésperas de uma cimeira da OUA no Cairo e quando o MPLA começava a conquistar aceitação internacional.

Na República do Congo, sua base vital, a estabilidade política fora sempre precária, com o assassinato de Lumumba, as interferências belga e norte-americana, a dissidência de Moisés Tshombé e a secessão do Catanga com apoio ocidental. Em 1964, com Tshombé na chefia do governo da República, houve uma aproximação ao Governo Português. O apoio à FNLA não foi posto em causa mas o Governo do Congo tornou-se muito mais ambíguo. Holden Roberto previu dificuldades e, com a independência da Zâmbia, contactou Kaunda para abrir aí representações. Kaunda recusou. Era uma área onde o MPLA estava a ganhar terreno.

Em 1965 a FNLA sofreu um duro golpe em Cabinda, com a deserção de um grupo de guerrilheiros, Alexandre Taty e seus companheiros, que se apresentaram às autoridades portuguesas e foram incorporados como forças auxiliares nas Tropas Especiais (TE), passando a combater pelas armas os antigos companheiros.

O derrube do governo de Tshombé em Outubro de 1965 abriu as portas à tomada do poder por Mobutu, que viria a ser o senhor todo-poderoso e que mais apoiou Holden Roberto. Mas esse apoio foi, de certa forma, um presente envenenado pois, na prática, tornava-o seu refém, o que penalizou a FNLA no seio dos angolanos e junto de outros países africanos. Suspeitavam dos interesses de Mobutu em relação a Cabinda e Holden Roberto, com afinidades familiares com Mobutu, era acusado de não contrariar essas ambições obscuras. Em 1968 a OUA retirava o reconhecimento ao GRAE.

Em 1972 a liderança Holden Roberto esteve mesmo ameaçada pelos chefes militares do movimento que queriam um entendimento com o MPLA, mas Roberto reagiu de forma implacável e, com o apoio das autoridades zairenses, conseguiu manter o controlo do movimento.

A FNLA evidenciou sempre dificuldades em penetrar nas populações angolanas

fora da etnia bacongo, em especial nos meios urbanos e mais cultos. Os seus apoios vinham essencialmente dos refugiados na República do Congo onde criou algumas estruturas de base, embriões para futura extensão ao interior de Angola, como a União Nacional dos Estudantes Angolanos, a Associação das Mulheres de Angola, a Liga Geral dos Trabalhadores de Angola, a Juventude da UPA (depois da FNLA). Mas o impacto destas estruturas foi escasso.

Outra contrariedade com que a FNLA teve de lidar foi a dos “gendarmes catangueses”, que se haviam refugiado no leste de Angola e aí foram acolhidos quando da queda de Tshombé. Integrados como forças auxiliares das Forças Armadas Portuguesas, com o nome de código “Fiéis”, chegaram a constituir 18 companhias de tipo caçadores, com boa preparação e experiência operacional, pela sua constante utilização na contraguerrilha no leste. O pretexto era a sua prontidão para, na primeira oportunidade, intervirem no seu país contra o regime de Mobutu, o seu inimigo estratégico. Por arrastamento também a FNLA o era. Constituiu um passivo importante para a FNLA, como o futuro demonstraria.

Quando o MPLA abriu a Frente Leste e a UNITA iniciou as suas atividades, a partir de 1966, a FNLA quis marcar presença na nova frente da luta e, apesar da recusa da Zâmbia, beneficiou da longa fronteira nordeste de Angola com o Shaba congolês para atuar na Lunda Sul, a norte do Caminho-de-Ferro de Benguela. Mas Portugal remodelara o seu dispositivo transferindo o esforço operacional para leste e desenvolveu uma eficaz atividade operacional, no que contou com a aliança da UNITA na Operação Madeira e, humilhação maior para a FNLA, com recurso às companhias de catangueses. A FNLA não consolidou bases no interior e a sua atividade no leste quase desapareceu.

Em 1974 o ELNA continuava a ser a estrutura guerrilheira mais forte e os serviços de informação portugueses reuniam notícias de que estava a reestruturar-se e a reforçar-se. Estimava-se que tivesse em formação, nas bases no Zaire, alguns milhares de combatentes e estivesse a alterar a estrutura e formação dos seus grupos guerrilheiros para unidades de tipo convencional, havendo suspeitas de que nacionais zairenses estivessem integrados nas forças do ELNA. Neste sentido se inscrevia a alteração que introduzira na organização em 1973, que passara a frente, zona e quartel, este de efetivo correspondente a batalhão por sua vez dividido em companhias com cerca de 75 homens cada. Era uma organização que indiciava uma passagem a operações convencionais. Por outro lado parecia querer levar a luta armada a centros urbanos.

Continuava, porém, reduzido o apoio popular no interior de Angola fora da etnia

bacongo. Nos meios urbanos e suburbanos, nas elites intelectuais, entre os brancos e mestiços, a sua implantação era escassa e, no centro-sul, quase ignorada.

Externamente continuava firmemente apoiado por Kinshasa mas Washington, sob a administração Nixon-Kissinger e com a sua Opção *Tar Baby*, sem deixar cair no contexto angolano a sua preferência pela FNLA dava, desde 1968, sinais de menor clareza na condenação das políticas coloniais e maior tolerância com os regimes de minoria branca na África Austral.

A primeira reação pública ao 25 de Abril chegava nos primeiros dias de Maio, através dos microfones da Voz de Angola Livre, com a presidência da FNLA a afirmar-se disponível para dialogar com Portugal desde que este reconhecesse o direito das colónias à autodeterminação e à independência. Até lá prosseguiria a luta armada, que só terminaria quando os seus líderes o ordenassem. Era uma posição na linha dos outros movimentos de libertação seus parceiros na CONCP e que tinha a concordância da OUA. E mantinha as suas posições de princípio, isto é, exigência da independência total que significava a liquidação do colonialismo, respeito pela integridade territorial incluindo, portanto, o enclave de Cabinda, repúdio do comunismo e do socialismo.

* * *

Durante muitos anos foi dado como adquirido que o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) fora fundado em 1956. Mais recentemente, dentro do próprio movimento e de sectores mais críticos, esta data começou a ser posta em causa. Incontroverso é que, dos três movimentos de libertação ativos até à independência, foi o primeiro a constituir-se como tal, herdeiro de grupos políticos e culturais que se batiam contra o colonialismo.

Em África a organização contra o domínio e exploração colonial toma forma com o pan-africanismo nos anos 20 do século XX. Angola acompanhou este movimento a que Mário Pinto de Andrade, um dos fundadores do MPLA, chamou protonacionalista, liderado por elites urbanas e mais ocidentalizadas, os chamados assimilados, que teve eco entre os estudantes africanos em Portugal e entre os emigrantes nos países limítrofes, especialmente no Congo Belga. Lisboa, onde surgiram a Liga Africana e o Partido Nacional Africano, foi um centro ativo do associativismo nacionalista africano. Em Angola, na década de 30, nasciam a Liga Nacional Africana e o Grémio Africano e, depois, a ANANGOLA que, com a vaga do anticolonialismo na sequência da Segunda Guerra Mundial, viriam a ser motores do ideal nacionalista através de atividades culturais, em jornais como *O Farolim*, *Cultura* ou *Mensagem* e em

grupos musicais como Ngola Ritmos ou Bota-Fogo. Foram as sementes dos movimentos político-culturais “Novos Intelectuais de Angola” e “Vamos Descobrir Angola”. Em Portugal, nas décadas de 40 e 50, as mesmas ideias germinavam na CEI e no Clube Marítimo Africano, este último o elo de ligação entre os núcleos nacionalistas em Portugal e em Angola.

Em 1952 foi remetido à ONU um abaixo-assinado exigindo o fim do domínio colonial português, cujos subscritores estarão na base de embriões de partidos políticos que se vão suceder durante essa década. O Movimento de Libertação Nacional (MLN), o Movimento de Libertação de Angola (MLA) e o Partido Comunista Angolano (PCA) uniram-se no Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA). O Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) e o Movimento para a Independência de Angola (MIA) juntaram-se aos anteriores, em 1959, no Movimento pela Independência Nacional de Angola (MINA), enquanto o MLNA se dissolvia. Em todos estes partidos se destacavam figuras que iriam ser fundadores e responsáveis do MPLA, e o MINA estava na sua origem imediata.

Em princípios de 1957 Lúcio Lara recebera, em Lisboa, um documento remetido de Luanda, sem título, datado de Dezembro de 1956, que fazia referência a “um movimento popular de libertação de Angola” que deveria ser “a soma das atividades de milhares e milhares de organizações”. Terminava com um “Viva o inesquecível Movimento Popular de Libertação de Angola”. Seria o manuscrito a tinta verde por Viriato da Cruz, que Edmundo Rocha confirma que os moçambicanos José Carlos Horta e Marcelino dos Santos viram em Liège, trazido de Paris por Mário Pinto de Andrade, que o corrigira (p. 190). Este documento, que rompia decididamente com o regime colonial e era um avanço qualitativo na luta de libertação, passou à história como o “Manifesto do MPLA” e, é nele, que os apologistas da fundação em 1956, se baseiam. A referência a um “amplo movimento...” começava a aparecer na correspondência entre os militantes que estariam na sua génese. Em 1959 um outro Manifesto elaborado pelo Movimento Anticolonial (MAC), que agrupava líderes nacionalistas das várias colónias portuguesas, já fazia alusão ao MPLA. Nos finais de 1959 Mário Pinto de Andrade, em artigo no jornal belga *La Gauche*, também se referia ao “Movimento de Libertação de Angola” e já não era, seguramente, ao MLA nascido nos princípios dos anos 50, mas ao novo MPLA. Mas a sua formalização só ia ocorrer em Túnis em 31 de Janeiro de 1960. Nascia com a marca ideológica do Manifesto que Viriato da Cruz, um dos seus mais dinâmicos fundadores, vinha afirmando progressista, revolucionário,

marxista, e que contava com apoios na pequena burguesia, nos intelectuais, no proletariado urbano.

Se é, então, abusivo apontar 1956 como o ano da fundação formal do MPLA, a verdade é que a ideia, a base ideológica, o próprio nome, já pairavam nos partidos e estruturas que precederam a formalização. A atividade nacionalista dispersa por Angola, Portugal, núcleos de emigrados na Europa e em África, sujeita a uma sistemática repressão, obrigava à clandestinidade. Em 1959-1960, vésperas da sua formalização, sofrera um rude golpe com o chamado “processo dos 50”, número de militantes que foram presos em Angola e a que outros se seguiram. Em condições tão adversas é aceitável que a fundação *de facto* tenha precedido a formalização burocrática.

As características que, segundo Edmundo Rocha, identificavam o MPLA, maior abrangência étnica e nacional, maior abertura internacional, influência marxista, terão sido marcas genéticas que estiveram na base da sua vocação: frentismo, anticolonialismo associado a anti-imperialismo, nacionalismo extensivo a mestiços e brancos, internacionalismo solidário com movimentos de libertação de outras colónias. A direção do MPLA promoveu constantes diligências junto da UPA e, depois, da FNLA, para encontrarem formas de ação comum ou coligada, mas chocou-se sempre com a intransigente recusa ou manobras dilatórias que inviabilizaram as suas propostas. Internamente a sua vocação frentista reduziu-se ao próprio movimento.

Quando da fundação a direção estava em Conackry e foi aí que, em finais de 1960, terão sido elaborados os Estatutos, depois ajustados ao longo dos anos. Incluíam uma Introdução, um Programa Mínimo e um Programa Maior, e ainda um Regulamento Interno. Estes Estatutos definiam o MPLA como um movimento formado por africanos naturais de Angola sem discriminação de sexo, idade, origem étnica, crença religiosa e lugar de domicílio. No essencial consagravam os grandes princípios e objetivos: criação de uma frente angolana de libertação com outras organizações patrióticas angolanas, liquidação do domínio colonial, independência imediata e completa, defesa das camadas camponesas e trabalhadoras, aliança com as forças progressistas do mundo. O Programa Maior detalhava as medidas para atingir a independência imediata e completa, para garantir a unidade da nação no respeito pelas diversas nacionalidades e etnias, a solidariedade com os povos africanos que ainda lutavam pela independência, a construção de um regime republicano, democrático e laico, de uma cidadania plena sem distinções étnicas, de sexo, de classe, de crenças, no respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. A marca ideológica sobressaía no modelo para o

desenvolvimento social e económico: intervenção estatal no controlo dos recursos básicos, reforma agrária, proteção social, ensino geral e obrigatório, cultura para todos. E proclamava uma política externa aberta a todos os Estados e povos do mundo no quadro da Carta da ONU, boa vizinhança, não-alinhamento face aos blocos militares, neutral face às superpotências com a recusa da instalação de bases militares estrangeiras no território nacional.

Em 1961 o MPLA não estava preparado para a luta armada. Estava, acima de tudo, orientado para a luta política, para pressionar a potência colonial e obter solidariedade internacional no reconhecimento ao povo angolano do direito a dispor de si próprio. Era a linha que os seus líderes já defendiam no MAC, mas não deixava de alertar para que, a repressiva intransigência com que Portugal respondia às propostas de negociação, ameaçava lançar o país numa guerra colonial. Era esse o tom da Declaração de Junho de 1960 que, denunciando a política do Governo Português em Angola de preparação de uma guerra colonial, lhe propunha uma mesa redonda com os partidos angolanos em que se discutisse o direito à autodeterminação, a rejeição da via armada, a amnistia dos presos políticos, as liberdades públicas, a legalização dos partidos, responsabilizando-o pelos acontecimentos sangrentos que viessem a ocorrer. O Governo Português respondeu com o silêncio.

O 4 de Fevereiro de 1961, início da luta armada em Angola, embora contasse com militantes do MPLA e com ativistas da região do Ícolo-Bengo, terra de Agostinho Neto e que, desde 1959, se encontrava em agitação permanente, não foi uma ação do MPLA. Durante muito tempo reivindicou a sua autoria que, pouco a pouco, deixou cair, passando a comemorá-lo como data emblemática do início da luta armada dos nacionalistas angolanos. No levantamento de Março de 1961 no norte de Angola e na vaga de terrorismo indiscriminado que se seguiu, o MPLA não participou, de todo, vindo até a condenar a forma que esses atos assumiram, por prejudicarem a estratégia global do movimento anticolonial. Mas sentiu que estava lançado um novo desafio, do qual não podia ficar ausente.

Quando se iniciou a luta armada o núcleo dirigente do MPLA estava em Conackry com os militantes dispersos por Angola, por Portugal, por países de África e da Europa, alguns presos, outros na clandestinidade. Percebeu que não podia estar longe do país e do palco da luta e transferiu-se, em Setembro, para Leopoldville, onde se controlavam as operações e se mantinha o contato com o interior de Angola. Mas foi hostilizado pelo poder local cujo apoio ia, inteiro e em exclusividade, para a UPA.

Agostinho Neto fugira de Lisboa, onde se encontrava com residência fixa depois de dois anos com prisões pelo meio e uma deportação em Cabo Verde, numa atribulada viagem num pequeno barco de recreio, com sua mulher e um filho, e chegara a Marrocos em 1 de Julho de 1962 onde pouco se demorou, juntando-se à direção em Leopoldville. Em Dezembro realizou-se nesta cidade a 1.^a Conferência Nacional do MPLA, na qual Neto foi eleito presidente e Viriato da Cruz secretário-geral. Foi uma conferência agitada, com Neto e Viriato a entrarem em confronto, renunciando uma rotura que apenas ficou adiada. O MPLA afirmava-se como um movimento de massas, revolucionário, optava pela guerra de guerrilhas e criava o Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA). Abria a I Região Militar (RM) nos Dembos mas as suas colunas, interceptadas e atacadas pelas tropas governamentais assim que saíam das suas bases no Congo e, no interior de Angola, pelas forças portuguesas e pelas colunas da FNLA, encontravam muitas dificuldades em atingi-la.

O MPLA enfrentou sérias dificuldades com a sua instalação em Leopoldville. A FNLA formara o GRAE que fora reconhecido pela OUA e, com a conivência das autoridades congolenses, movia uma violenta perseguição às suas sedes, dirigentes e militantes. Para tornear estes obstáculos criou uma rede de apoio humanitário com médicos, enfermeiros e outros auxiliares, o Corpo Voluntário Angolano de Assistência a Refugiados (CVAAR), que desenvolveu uma ação notável. Mas os seus membros eram perseguidos, presos, expulsos e, nos finais de 1963, a direção do MPLA viu-se obrigada a transferir-se com as estruturas da CVAAR para Brazaville, capital da República Popular do Congo, onde ocorrera uma mudança de governo que lhe era favorável.

As dificuldades com que se debatia agravaram-se com cisões internas que o iriam fragilizar. A própria natureza de movimento, frentista, multiétnico, onde se fazia sentir uma forte influência de intelectuais, com tendências ideológicas vincadas e plurais, com a dispersão de militantes sujeitos a influências diversas, era propícia a roturas. A primeira, na sequência da Conferência Nacional de Brazaville em Dezembro de 1962, partiu de Viriato da Cruz e dos seus mais próximos, como Matias Miguéis e Graça Tavares. Paradoxalmente Viriato, o ideólogo marxista mais destacado, uma referência importante no movimento, ia iniciar um trajeto de aproximação à FNLA declaradamente anticomunista, à qual acabou por aderir. Em Julho de 1963 dava-se nova cisão envolvendo fundadores de prestígio, Mário Pinto de Andrade, Manuel Lima, Gentil Viana. Na origem estava a recusa à decisão da presidência que, face à debilidade que atravessava, constituiu, com outras organizações pouco representativas e, algumas

até nada recomendáveis e suspeitas de ligações a Portugal, uma Frente Democrática de Libertação de Angola. Durou pouco mas o mal estava feito. Esta última não foi uma ruptura definitiva, os dissidentes nunca passaram para o outro campo e, na maioria, até regressariam ao movimento. Mas, nos finais de 1963, o MPLA tinha estado à beira da extinção e a sua recuperação seria penosa.

A transferência para Brazaville trouxe alguma estabilidade. Em Janeiro de 1964 realizou-se nesta cidade uma Conferência de Quadros que impulsionou a reestruturação e a dinamização da atividade política, militar e das relações externas. Com bons quadros no interior de Angola, contatos com diferentes camadas sociais e étnicas e boas ligações à ANANGOLA e à Liga Nacional Africana, criou o Movimento Interno Popular de Libertação de Angola ativando estruturas sectoriais, a Organização das Mulheres Angolanas, a Juventude do MPLA, o Centro de Estudos Angolanos, a União Nacional dos Trabalhadores de Angola. E apostou no relacionamento com as camadas brancas, da FUA e de democratas da oposição portuguesa, através de grupos que depois vieram a constituir o MDA e que tinham ramificações no Movimento Social Democrata do Huambo, de Benguela e do Lobito.

Em Janeiro de 1965 iniciava a atividade militar em Cabinda que passava a constituir a II RM. No ano anterior Che Guevara, com um grupo de cubanos, efetuara o seu périplo pela África Equatorial com o objetivo de incentivar a guerra revolucionária no continente negro. Na sua passagem por Brazaville teve um encontro com a direção do MPLA, que assinalaria o início do apoio cubano com conselheiros e instrutores na formação do EPLA e, até, enquadrando algumas unidades de combate. Mas não foi um apoio demasiado empenhado pois, na opinião de Che, era no Congo-Leopoldville que se devia centrar o esforço da guerra anti-imperialista em África. Era, aliás, a tese de Fanon, de quem Guevara era admirador que, metaforicamente, chamara ao Congo o gatilho do revólver apontado para baixo que era o continente africano, o qual explodiria quando o gatilho disparasse. Che entraria no Congo em 24 de Abril de 1965, pelo Lago Tanganica, com umas dezenas de voluntários cubanos, em apoio à guerrilha mulelista do leste, onde se manteve até ao final do ano. No seu livro *Congo o sonho africano*, Guevara descreve em pormenor esta experiência da solidariedade internacionalista cubana em África, em que apostou e no qual se envolveu pessoalmente, em termos muito críticos para com o movimento de libertação congolês, abrindo com uma frase que é a sua síntese: “Esta é a história de um fracasso.” (p. 26)

Esta redinamização do MPLA, iniciada em 1964, trouxe de regresso muitos dos dissidentes.

Nesse ano de 1964 dera-se a independência da Zâmbia, um país que fazia fronteira, a leste, com o centro e o sul de Angola, que se confrontava com um quadro geopolítico desfavorável. As suas saídas para o mar dependiam dos regimes coloniais de Angola e Moçambique e do *apartheid* da África do Sul, com os quais se via obrigado a manter relações ambíguas, por um lado conciliatórias, por outro de solidariedade e apoio aos movimentos de libertação. Mas Julius Nyerere, presidente da Tanzânia que então centralizava os apoios aos movimentos e era o líder de maior prestígio entre os países na África Austral, viu aí a oportunidade para aumentar a pressão sobre Portugal e a África do Sul. Para tal considerava importante atrair a rebelião angolana ao movimento global na África Austral, e era o MPLA que lhe merecia mais confiança. Era a estratégia de abertura de uma frente no leste de Angola com um apoio de retaguarda seguro, que ia ao encontro dos objetivos do MPLA porque, por um lado o libertava das pressões de Leopoldville e da FNLA, por outro obrigava Portugal a dispersar forças e, por outro ainda, aproximava a luta da região do planalto central e possibilitava a abertura de uma ligação alternativa à I RM, a “Rota Agostinho Neto”. A Zâmbia colocava uma condição, que foi aceite, que não fosse afetada a segurança no Caminho-de-Ferro de Benguela, indispensável ao escoamento do seu cobre através do porto do Lobito. Assim nasceu a Frente Leste e a III RM. A direção do MPLA transferiu-se para Dar-es-Salam, o comando da Frente Leste foi atribuído a Hoji Ia Henda e, depois da morte deste em combate, a Daniel Chipenda. A ação militar ia intensificar-se no Moxico e na Lunda Sul, expandir-se para o Cuando Cubango e ameaçar o Bié e Malange.

Em Agosto de 1968 realizava-se a I Assembleia da III RM na região de Ninda, no sudeste de Angola e perto da fronteira com a Zâmbia, onde se concluiu que estavam reunidas condições para conduzir uma guerra popular revolucionária, prolongada e generalizada a todo o território. A direção procedeu a uma reorganização das unidades operacionais do EPLA, escalonando-as em coluna, esquadrão, secção e grupo, este com um efetivo médio de 25 elementos e as colunas de reabastecimento com cerca de 50. O território nacional foi dividido em seis Regiões Militares e mais um comando para as zonas urbanas, acrescentando, às três já ativas, a IV RM (Malange e Lundas), a V RM (Cuanza S, Benguela, Huambo e Bié) e a VI RM (Huíla, Moçâmedes e Cunene).

O movimento ganhou credibilidade na área das relações externas, conseguiu apoios da Jugoslávia, da URSS, de países da Europa de leste e da Escandinávia, e

mesmo em países da Europa ocidental, através de uma rede de comités de apoio. Em Novembro de 1964 o Comité de Libertação da OUA reconhecia o MPLA como representante do povo angolano e, em 1966, participava em Genebra no Congresso Mundial da Paz e no Bureau Internacional do Trabalho.

As exigências da ligação com Regiões Militares dispersas, muito distantes entre si e das bases de retaguarda, levaram a direção a investir nos meios de comunicação de massas. Tentativas anteriores com o *Boletim de Informação* aparecido em 1960 e com o *Unidade Angolana*, em 1961, não tinham correspondido às expectativas. Em 1964 lançou na Rádio Brazaville o programa “Angola Combatente” que se consolidou e que, a partir de 1970, passou também a emitir de Lusaka e de Dar-es-Salam, tornando-se porta-voz oficial do movimento até à independência. A direção do movimento decidiu substituir a palavra de ordem “vitória ou morte” pelas mais motivadoras “vitória é certa” e “um só povo, uma só nação”, destinada a combater desvios tribalistas, racistas ou separatistas. A abertura das novas Regiões Militares nunca se traduziu em ato e, pelo contrário, ia iniciar-se o refluxo que se acentuaria até 1974. Em Fevereiro de 1970 ainda tentou ativar a Rota Agostinho Neto com o Esquadrão Bomboko, para atingir a I RM, mas a coluna foi interceptada e desbaratada por forças portuguesas na região de Malange.

O comando-chefe português remodelara o dispositivo deslocando o esforço operacional para o leste e contou com reforços valiosos, os “Fiéis” catangueses, tropas e meios aéreos sul-africanos no quadro da Operação Bombaim que precedeu o Exercício Alcora. Conseguiu um trunfo estratégico importante, com a colaboração da UNITA na Operação Madeira. Esta aliança e a eficácia das forças portuguesas iriam ser fatais para a III RM do MPLA, cujas bases no interior foram eliminadas uma a uma. Os guerrilheiros retiraram para a Zâmbia e, a partir daí, passaram a limitar-se a ações esporádicas junto à fronteira.

Continuava, porém, a ser o movimento com mais apoio popular nos centros urbanos, em especial em Luanda e com melhor imagem internacional. Na CONCP era o movimento de Angola que mais se identificava com os parceiros das outras colónias e fora Agostinho Neto que, com Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, o Papa Paulo VI recebera no Vaticano em 1 de Julho de 1970 e que tanto incomodou Portugal.

Em 7 de Fevereiro de 1974, poucos meses antes do 25 de Abril e sem que tivesse a mínima ideia do que estava para acontecer em Portugal, Agostinho Neto pronunciava na Universidade de Dar-es-Salam uma notável conferência sob o título “Quem é o inimigo, qual é o seu carácter?”, na qual refletia sobre a luta de libertação em África

inserida no contexto global, nas colónias portuguesas no seu conjunto e no seu país em particular. Neto tocava numa questão cara a intelectuais das colónias portuguesas, colocando em paralelismo as lutas dos povos das colónias contra o sistema colonial e do povo português contra a ditadura, aproveitando essa oportunidade para, firmemente, recusar qualquer forma de racismo numa Angola independente. Procurava arrumar um tema que ainda causava problemas dentro do seu movimento que se distinguiu por, nas suas fileiras e entre os seus combatentes e, mais ainda, entre os seus apoiantes, contar com número muito significativo de militantes mestiços e brancos, alguns mesmo destacados dirigentes. Dizia o presidente do MPLA:

“[...] podemos dizer que o fenómeno da opressão colonial no nosso continente já não se pode pôr ao nível da cor dos indivíduos. O mesmo sistema que oprime e explora o camponês em Portugal é também o que oprime e explora o cidadão angolano [...] Não penso que a luta de libertação se dirija no sentido da inversão dos sistemas de pressão de modo a que o senhor de hoje seja o escravo de amanhã [...] As atitudes de vingança social não são as que poderão trazer aquilo que desejamos, ou seja, a liberdade do homem [...] Não encontramos em África um único país que não mantenha relações preferenciais com a sua antiga metrópole [...]”

Prossegue com exemplares considerações sobre os contributos históricos para a formação e configuração das sociedades africanas:

“Todos aqueles que num país desejam participar de qualquer forma da luta de libertação, devem poder fazê-lo. A preocupação em África de fazer da luta de libertação uma luta racial de pretos contra brancos, não é só epidérmica, mas podemos dizer reacionária [...] Mas permitam-me também que eu rejeite toda e qualquer ideia que deseje transformar a luta de libertação nacional em Angola, em luta racial [...] O que nós desejamos é estabelecer uma sociedade nova, onde negros e brancos possam viver em conjunto.” (Carreira, pp. 220 a 225)

Era um discurso virado para dentro pois, na verdade, o problema racial não estava erradicado no MPLA.

No início de 1974 o MPLA, em mera sobrevivência na I RM, com escassa atividade na II RM de Cabinda, em recuo na III RM, atravessava sérias dificuldades militares. Politicamente, porém, mantinha-se forte. Quando surgiu o 25 de Abril, apesar dos cordiais encontros de Agostinho Neto com Mário Soares e o enviado de Spínola, embaixador Nunes Barata, em Bruxelas e Genebra, nos princípios de Maio, perante a timidez do Programa do MFA sobre a descolonização e a ambiguidade dos generais da JSN, o MPLA fez saber, em comunicados públicos e na linha solidária de todos os parceiros na CONCP, que a guerra continuaria até que Portugal reconhecesse o direito à

independência, não apenas de Angola, mas de todas as colónias. Era o impasse do círculo vicioso já que a JSN e o general Spínola exigiam o cessar-fogo como condição para negociar as soluções políticas para as colónias. O MPLA intensificou a pressão política num meio que lhe era favorável, o meio urbano periférico das grandes cidades, em especial de Luanda, para o que contou com as organizações de base nos musseques. Aí, provou a sua força e aproveitou a conjuntura favorável para reforçar as bases nos Dembos, em Cabinda e no Cazombo. Em Agosto anunciou a transformação do EPLA nas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA).

Enquanto focava o discurso contra os privilégios e as estruturas coloniais apelava aos militares portugueses democratas e, em especial, aos militares angolanos das Forças Armadas Portuguesas, para que se colocassem do seu lado, considerando-se o movimento angolano que mais se identificava com o Programa do MFA.

Em contrapartida crescia o radicalismo nas suas bases que davam sinais de fugirem ao controlo da direção, ainda mal implantada no interior. Consumava-se a dissidência de Daniel Chipenda arrastando as tropas da III RM, a Revolta do Leste, que há tempos se vinha desenhando, mas que assumia novos contornos com a sua aproximação à FNLA. Seguiu-se a da Revolta Ativa, umas dezenas de intelectuais liderados pelos irmãos Mário e Joaquim Pinto de Andrade, que contestavam o que chamavam presidencialismo de Agostinho Neto, um afastamento crítico mas não radical. No essencial as posições da Revolta Ativa, em relação a Portugal, nem eram mais suaves do que as da direção do movimento. Em 11 de Maio de 1974, no “Apelo” com que anunciavam a sua contestação, acusavam a orientação da JSN de ser democrática para Portugal mas colonizadora para Angola.

Após várias tentativas de conciliação das três facções, algumas pressionadas por países estrangeiros e mesmo pela OUA, sem resultados visíveis, o movimento reuniu em congresso em Lusaca entre 11 e 28 de Agosto de 1974. Na sequência de sessões agitadas, mas inconclusivas, terminou com um golpe de teatro quando as delegações da ala institucional e da Revolta Ativa, em face do impasse verificado, abandonaram a sala do congresso e a Revolta do Leste, única que ali permaneceu sozinha, elegeu Daniel Chipenda presidente do MPLA. Esta decisão não foi aceite por mais ninguém dentro do movimento nem reconhecida pelos países que diligenciavam a reconciliação. Estes acabaram por conseguir a realização de uma reunião dos dirigentes máximos das três alas, Agostinho Neto, Joaquim Pinto de Andrade e Daniel Chipenda, que veio a efetuar-se em Brazzaville em 3 de Setembro, na qual foi firmado um acordo em que

Neto era reconhecido como presidente e Pinto de Andrade e Chipenda como vice-presidentes. Mas foi um acordo precário, como viria a verificar-se quando, cerca de 20 dias depois, em Kinshasa, Chipenda reivindicava junto da delegação portuguesa a qualidade de presidente do Movimento, embora fosse já notória a sua ligação à FNLA. De qualquer forma, das decisões de Brazzaville resultou o reconhecimento internacional da liderança de Agostinho Neto e definiu quem, em nome do MPLA, seria o interlocutor para as negociações com a parte portuguesa.

Nos finais de Setembro, no Moxico, reuniu a Conferência Inter-Regional de Militantes, da qual saiu a normalização da situação interna sob presidência de Agostinho Neto, excluindo as outras facções.

Em resumo, quando ia iniciar-se a fase das negociações, o MPLA encontrava-se fragilizado por dissidências internas e militarmente enfraquecido, mas continuava a ser o movimento de libertação de Angola com maior implantação política junto das populações, nos vários extratos sociais e étnicos, o único com verdadeira dimensão nacional e com mais apoios externos.

* * *

Foram frequentes as diligências, quer dos próprios movimentos, mais do MPLA do que da UPA/FNLA, quer de entidades ou líderes africanos, para conseguir a unidade ou, no mínimo, a convergência na ação dos dois movimentos de libertação. Mesmo quando se esboçaram alguns avanços acabaram sempre por fracassar. Em Janeiro de 1960 o MPLA e a UPA encontraram-se em Túnis, na formação da FRAIN. Mário Pinto de Andrade, por sugestão de Frantz Fanon, propôs a Holden Roberto a constituição de uma frente única, mas este recusou. Em finais de 1962, em Leopoldville, depois de eleito presidente do MPLA, Agostinho Neto fez nova tentativa com igual resultado e terá sido nessa sequência que se pronunciou criticamente à atuação da UPA no norte de Angola no início de 1961. Pelo contrário, a FNLA usava a superioridade militar e a facilidade de movimentação no Congo para perseguir os dirigentes e militantes do MPLA, forçar o encerramento das suas delegações e combater as suas colunas de guerrilheiros no Congo ou no interior de Angola. Em Agosto de 1964, em entrevista à revista *Révolution Africaine*, Holden Roberto confirmou que dava ordens aos seus guerrilheiros para aniquilarem as colunas do MPLA que tentavam infiltrar-se em Angola e que as suas ordens eram cumpridas.

Em Dezembro de 1972 em Kinshasa, quando o MPLA já dispunha de boa aceitação internacional e, dentro da FNLA, havia pressões para um entendimento, houve

uma abordagem séria nesse sentido, de iniciativa da OUA e de vários líderes africanos. Agostinho Neto deslocou-se a Kinshasa ao encontro de Holden Roberto apesar de enfrentar resistências várias, como a ambiguidade de Mobutu que continuava a perseguir militantes do MPLA, e as reservas do embaixador soviético que desconfiava dessa aproximação. Sob patrocínio de uma Comissão de Arbitragem para as negociações, constituída pelos ministros dos negócios estrangeiros do Zaire, Congo-Brazaville, Tanzânia e Zâmbia, os presidentes da FNLA e do MPLA chegaram a acordo e assinaram o Protocolo de uma Frente Comum, constituída por um Conselho Supremo de Libertação de Angola, com Holden Roberto como presidente e Agostinho Neto como vice-presidente e por um Comando Militar Unificado, presidido pelo MPLA. O objetivo era a unidade na ação mantendo cada movimento a sua identidade própria. Para além de algumas atitudes protocolares, como o envio de uma delegação conjunta à Conferência do Comité de Libertação da OUA, em Janeiro de 1973, e a constituição de uma representação única no Festival Pan-Africano da Juventude, em Túnis em Julho do mesmo ano, a Frente Comum nunca funcionou.

Mobutu, de quem a FNLA dependia em absoluto, teve influência decisiva na frustração das várias tentativas de unidade com o MPLA. E terá servido mesmo de intermediário nas manobras do Governo Português nesse sentido. O professor Silva Cunha, durante muitos anos ministro dos governos de Salazar e Marcelo Caetano, primeiro na pasta do Ultramar e depois na da Defesa, cargo que detinha quando o governo foi derrubado pelo 25 de Abril, reconheceu no seu livro *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril* que, dos contatos que se estabeleceram com Mobutu: “[...] outro resultado [...] foi a garantia de que o MPLA continuaria a não ter o apoio do governo do Zaire [...] conseguindo-se assim evitar que em Cabinda e no Norte de Angola o MPLA pudesse desenvolver atividades de guerrilha importantes.” (p. 59)

As fraturas, as cisões, as dissidências entre os movimentos e dentro dos movimentos, foi uma manobra persistente da estratégia diplomática portuguesa na guerra colonial. Mobutu foi parceiro nessa estratégia. O MPLA e a UPA, depois FNLA, bem como mais tarde a UNITA, estavam condenados a conduzir lutas de libertação separadas, mesmo em conflito fratricida, o que viria a ser um fator determinante, pela negativa, na posterior fase da transferência do poder.

* * *

A UNITA era o terceiro dos movimentos de libertação de Angola com os quais Portugal estava em guerra em 25 de Abril de 1974. De todos, era o mais personalizado

na pessoa do seu líder e fundador Jonas Malheiro Savimbi e, ao contrário dos outros dois que tinham sido constituídos a partir da base, isto é pela fusão de diversos partidos e movimentos, a UNITA foi criada a partir do topo, por exclusiva iniciativa do seu fundador. A UNITA confundia-se com Jonas Savimbi.

Savimbi fora, enquanto estudante, militante da UPA e, na Europa, como membro da União Geral dos Estudantes da África Negra sob Domínio Colonial Português (UGEAN), desenvolveu um papel importante na captação de estudantes angolanos para aquele movimento. Esse papel foi reconhecido por Holden Roberto que o chamou a Leopoldville e, em 1961, o nomeou secretário-geral da UPA. Savimbi estava totalmente identificado com a política do movimento, nomeadamente quanto à forma como foi desencadeada a onda de violência no norte em Março de 1961.

Na qualidade de secretário-geral da UPA integrou a delegação que, presidida por Holden Roberto, negociou a formação da FNLA com o PDA. Em Abril de 1962 a FNLA apresentava o GRAE, no qual Jonas Savimbi surgia com o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. Era um jovem em ascensão na FNLA.

As desinteligências com Holden Roberto surgiram mais tarde, em 1964, com a entrada de Viriato da Cruz e outros dissidentes do MPLA, para a FNLA. No Cairo, em Julho, anunciou a sua demissão do GRAE e a saída do movimento, arrastando consigo uma série de militantes que viriam a ser nomes destacados da UNITA como Miguel N'Zau Puna, José N'Dele e António da Costa Fernandes. Começou por tentar uma aproximação ao MPLA mas não foi acolhido por Agostinho Neto.

Em 1965, depois de um regresso à Europa onde recuperou contatos anteriores, Savimbi instalava-se em Lusaka onde ia lançar-se no projeto que correspondia à sua ambição e ânsia de protagonismo, fundar o seu próprio movimento. A sua primeira tentativa foi a de um Partido Socialista Angolano e, depois, um Conselho de Unidade Revolucionária de Angola, mas nenhuma vingou. Entretanto tinha conseguido enviar um grupo de seus seguidores à RPC, onde ele próprio estivera quando dirigente da UPA/FNLA, para frequentarem cursos de formação político-militar.

A partir dessa altura entrou em Angola com um reduzido grupo de colaboradores, para a região do Moxico que era a da sua naturalidade, iniciando uma campanha de aliciação de aderentes a um projeto de constituição de um novo movimento e procurando contrariar ou compensar a ação do MPLA, que abrira a III RM na Frente Leste e estava a penetrar para o planalto central, com sucesso. Em Março de 1966 considerou que estavam reunidas condições favoráveis e convocava o I Congresso

para a região do Lungué-Bungo, no Moxico, a sul do Caminho-de-Ferro de Benguela. Foi nesse Congresso que nasceu a UNITA, que Edmundo Rocha caracterizou como “[...] um etnopartido nacionalista [...] baseado [...] em critérios etno-regionais, os ovimbundu.” (p. 277) De facto, a sua implantação estava confinada a setores do grupo ovimbundu, no planalto central, que era o grupo étnico mais numeroso de Angola. Mas nem todo era receptivo à influência da UNITA.

Ainda nesse ano de 1966 a UNITA levava a cabo algumas ações armadas sem significado mas, no final do ano, concretamente em 25 de Dezembro, dia de Natal, executou um ataque algo espetacular à vila de Teixeira de Sousa, hoje Luau, na fronteira com o Congo-Leopoldville e sobre a linha de caminho-de-ferro, no qual provocou algumas baixas do lado português.

A partir de então a UNITA ia fazer um esforço de implantação e afirmação, mas sentia-se bloqueada pelos dois outros movimentos muito mais consolidados, nunca conseguindo ir além de uma relativamente reduzida influência no Moxico e nas regiões confinantes da Lunda, Bié e Cuando Cubango.

Inicialmente o movimento assentava numa organização ainda muito incipiente, uma estrutura política e militar rudimentar, uns comités de ação, central, regionais e locais e pouco mais. Pouco a pouco foi consolidando as suas estruturas e, depois do II Congresso realizado em Agosto de 1969, já apresentava uma base programática, com um enunciado avançado mas de vocação populista, partidário de uma democracia popular e da construção do socialismo em Angola, que passava por uma economia planificada, uma reforma agrária, a propriedade coletiva e o ensino gratuito. Mostrava-se firme na defesa da integridade territorial do país, o que subentendia uma alusão a Cabinda. Quanto à política externa afirmava a solidariedade com a Carta da ONU, com a OUA e os seus princípios anticolonialistas, com os africanos vivendo no estrangeiro, e rejeitava a instalação de bases militares estrangeiras no território nacional. Os seus grupos armados estavam orientados para a guerra de guerrilhas, integrados numa estrutura a que chamou Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA).

Externamente a UNITA contava com muito poucos apoios. Desde o início que encontrara dificuldades em ser aceite na Zâmbia, situação que se agravou por, em 1967, guerrilheiros do movimento terem efetuado uma ação de sabotagem sobre a linha do comboio no interior de Angola o que era, para Kaunda, uma linha vermelha. Savimbi foi expulso da Zâmbia e encerradas as instalações da UNITA naquele país. Em 1969 eram também encerrados os seus escritórios no Congo-Leopoldville. Apenas contava

com um tímido apoio da RPC, era ignorada pelos países africanos e mantinha algumas ligações, algo fugazes, com a SWAPO da Namíbia, cuja atividade também era, então, pouco significativa. Foi nesse contexto que Savimbi decidiu transferir a sua base para o interior de Angola, onde iria permanecer. Mas faltava-lhe um meio de comunicação de massas através do qual pudesse fazer-se ouvir e mostrar que estava vivo e ativo.

Este isolamento interno e externo a que estava votado e, dada a sua fragilidade militar e débil implantação no seio das populações, o risco de internamente ser esmagado pelas forças portuguesas e ultrapassado pelo MPLA, esteve na base da sua aproximação à parte portuguesa.

Em 1971 a UNITA estava confinada a uma pequena bolsa na área do rio Lungué-Bungo. O MPLA instalara algumas bases entre esta zona e a fronteira com a Zâmbia e tornara-se o movimento militarmente mais forte na região, procurando eliminar a influência e a presença da UNITA. Com dificuldades em penetrar para o planalto central para ocidente do rio Cuanza, onde a ocupação portuguesa era muito mais densa, a UNITA viu-se assim cercada e ameaçada na sua sobrevivência. O comandante português da Zona Militar Leste (ZML), brigadeiro Bettencourt Rodrigues, com o apoio do comandante-chefe general Costa Gomes e dos governos de Luanda e de Lisboa, aproveitando estas condições favoráveis, jogou habilmente e conseguiu captar a colaboração de Jonas Savimbi. Foi a Operação Madeira, assim chamada porque os primeiros contatos foram estabelecidos através de madeireiros portugueses que tinham concessões para exploração de madeiras perto da área de refúgio da UNITA. Os termos das negociações conduzidas permitiam à UNITA manter-se numa área, geograficamente bem demarcada, onde não seria importunada pelas tropas portuguesas e onde poderia mesmo receber algum apoio de natureza logística e humanitária. Em contrapartida comprometia-se a não atuar fora dos seus limites, a combater guerrilheiros dos outros movimentos que ali se revelassem e a fornecer informações ao comando português sobre as bases e movimentações dos grupos do MPLA e da FNLA.

Este acordo, se bem que informal, funcionou e a verdade é que constituiu um fator decisivo para a total eliminação das bases do MPLA e da FNLA no interior de toda a ZML, já que as forças portuguesas passaram a dispor daquilo que é, normalmente, o fator de decisão mais difícil de obter em guerra de guerrilhas – informações.

Depois do 25 de Abril, quando os pormenores da Operação Madeira começaram a surgir na imprensa e a serem aproveitados pelos outros movimentos de libertação, Savimbi e a UNITA trataram de negar enfaticamente o seu comprometimento com o

comando português, mas as provas eram demasiado evidentes. Todos os responsáveis portugueses de então com conhecimento direto da situação no leste de Angola, sabiam destes compromissos, e eram muitos os portugueses que tinham servido na ZML durante aquele período e que testemunharam presencialmente a situação. Silva Cunha, que fora ministro das pastas do Ultramar e da Defesa nos anos em que vigorou a Operação Madeira confirmou-o no seu livro, e foi mesmo mais longe sobre o alcance das intenções de Savimbi e da UNITA:

“A UNITA, com fraco apoio externo, tentou criar uma zona de influência numa área limitada do Leste de Angola, e durante muito tempo manteve ligações com as autoridades de Angola, preliminares de negociações para a sua integração na soberania portuguesa [...] a ação das tropas portuguesas, que conseguiram eliminar os grupos incursores e estabelecer quase completa segurança na região, beneficiou do auxílio indireto da UNITA, a qual tinha mais ódio à FNLA e ao MPLA do que aos portugueses [...] A UNITA, que se mantinha na zona com o nosso consentimento, pois nos auxiliava na luta contra o MPLA, estava [...] em negociações connosco, que decorriam lenta mas seguramente e tinham por objetivo o regresso do seu chefe, Jonas Savimbi, e dos seus subordinados, à comunidade portuguesa [...]” (pp. 25, 26 e 333)

A revista *Afrique-Asie*, a seguir ao 25 de Abril, publicou pela primeira vez uma ampla reportagem com *fac-símiles* da correspondência trocada entre Savimbi e os responsáveis portugueses, da autoria de Aquino de Bragança.

Nos princípios de 1973 o general Bettencourt Rodrigues foi substituído no comando da ZML pelo brigadeiro Barroso Hipólito, e a diretiva para o prosseguimento da Operação Madeira manteve-se nos seus termos iniciais: “[...] garantir-se a colaboração da estrutura armada da UNITA na luta contra o inimigo, quer no nosso território, quer no exterior [...] conseguir-se a reintegração da UNITA e das populações sob o seu controlo na comunidade nacional [...]”

A verdade é que o novo comandante da ZML nunca aceitou de bom grado a situação *de facto* que foi encontrar. Para ele a UNITA era um “movimento terrorista” como os outros, e não lhe agradava manter posições ambíguas e compromissos que não assumira. A situação foi-se progressivamente deteriorando, sucederam-se os incidentes e já não havia, de parte a parte, vontade para os ultrapassar.

Em Setembro de 1973 a UNITA executou uma série de ações fora da área acordada. Já depois da independência, em 1979, no seu livro *Angola, a resistência em busca de uma nova nação*, Savimbi referia-se ao reinício das hostilidades:

“Em Setembro de 1973 a UNITA decidiu lançar uma ofensiva contra as posições portuguesas nas áreas de Saieza (Luando), Alto-Cuíto, Cassamba e Munhango.

Obtivemos alguns resultados favoráveis. Mas só em Janeiro seguinte as forças portuguesas entenderam ripostar [...]” (p. 29)

Em Janeiro de 1974 o comando da ZML lançou uma operação de envergadura e prolongada no tempo para eliminar a UNITA na sua área de refúgio. Foi o “Plano de Operações Castor” que se prolongaria até ao 25 de Abril e que, então, constituía o maior esforço operacional português no teatro de operações de Angola, com o empenhamento de mais meios e onde se registava maior número de baixas.

A intransigência do brigadeiro Hipólito permitiu que a UNITA viesse a ver reconhecida a sua legitimidade de movimento de libertação, que lhe asseguraria presença nas negociações para a independência. Se o 25 de Abril tivesse apanhado a UNITA em pleno comprometimento com a Operação Madeira, dificilmente os outros movimentos e a própria OUA lhe teriam reconhecido aquela legitimidade. Mas, mesmo com a Operação Castor já em pleno desenvolvimento, ainda houve tentativas para recuperar a Operação Madeira. O padre António Oliveira, que servira de intermediário entre Savimbi e as autoridades portuguesas, ainda o tentou, já não junto do comando da ZML mas junto do secretário-geral do governo de Angola, Soares Carneiro. O 25 de Abril interromperia estas diligências. A Operação Madeira foi a sobrevivência da UNITA, mas que só agravou o seu isolamento interno e externo.

A UNITA nunca foi aceite no seio da CONCP e quando, em 1972, a FNLA e o MPLA se aliaram no Conselho Supremo de Libertação de Angola, a sua entrada foi liminarmente recusada, porque foi considerada um movimento contrarrevolucionário. Depois do III Congresso realizado em Setembro de 1973, quando a Operação Madeira já estava em vias de rompimento, solicitou o reconhecimento da OUA mas foi-lhe negado. A OUA só viria a reconhecer o movimento de Jonas Savimbi nas vésperas do Acordo do Alvor. O Comité de Descolonização da ONU adotara, em Setembro de 1974, uma resolução que submetera à Assembleia Geral da ONU e que esta aprovaria, na qual afirmava o apoio e solidariedade com os movimentos de libertação das colónias portuguesas de África referindo, expressamente, a FNLA, o MPLA, o PAIGC, a FRELIMO e o MLSTP. Não era certamente por acaso, nem por esquecimento, que a UNITA era o único movimento omitido.

Seria um estigma que acompanharia a UNITA mesmo depois do 25 de Abril. Veremos que foi a mediação portuguesa que, com muitas dificuldades, haveria de conseguir que fosse aceite no diálogo com os restantes movimentos. O protagonismo da UNITA na descolonização de Angola só se revelaria, verdadeiramente, depois da

independência, na fase da consolidação da identidade nacional.

Uma partida antecipada e uma falsa partida

O impasse do círculo vicioso que bloqueava o arranque do processo negocial entre Portugal e os movimentos de libertação era particularmente sentido nas colónias, onde a guerra prosseguia em óbvio desfavor para as forças portuguesas. Os militares nas zonas operacionais mostravam-se cada vez mais impacientes e, em todas as colónias, os responsáveis militares e o MFA incentivavam o aproveitamento de todas as oportunidades que favorecessem o estabelecimento de contatos com os guerrilheiros, exploratórios de entendimentos locais, ainda que informais. E alguns, poucos, resultados se conseguiram.

A UNITA foi o único movimento, não só de Angola mas de todas as colónias onde se desenrolavam operações militares, que aceitou negociar com a parte portuguesa sem que esta, antes, tivesse produzido uma declaração formal reconhecendo aos povos das colónias o direito à independência. Na mesma linha e pelas mesmas vias que já utilizara para a Operação Madeira, Jonas Savimbi fez chegar a Luanda sinais de estar disposto a negociar. O MFA em Angola, com o apoio do comandante-chefe, ousou tomar a iniciativa. Era a primeira passagem do rubicão.

Em 14 de Junho de 1974, correspondendo ao interesse manifestado por Jonas Savimbi, o comandante-chefe decidiu enviar uma delegação ao encontro dos dirigentes da UNITA na área por esta controlada, na região do rio Lungué-Bungo. A delegação era acompanhada pelo padre Oliveira, através de quem tinha sido recebida a mensagem de Savimbi. As conversações com a direção da UNITA liderada por Jonas Savimbi, que estava acompanhado pelos mais altos responsáveis do movimento, decorreram durante todo o dia e, ao fim de intensas negociações, chegou-se a um documento assinado por ambas as partes, no qual era assumido o compromisso de suspensão das hostilidades. Este era o aspeto central do acordo, em função do qual a UNITA poderia passar a desenvolver livremente atividade de natureza política, devendo os seus grupos armados permanecerem nas áreas reconhecidas como sob seu controlo “[...] já definidas na Operação Madeira [...]”, como expressa, e significativamente, constou do texto assinado. À UNITA era reconhecido o direito de passar a atuar como movimento político em qualquer ponto de Angola, e comprometia-se a limitar movimentações armadas à zona sob seu controlo.

O general comandante-chefe e o MFA pretendiam que este ato constituísse um precedente que levasse a FNLA e o MPLA a aceitarem idêntica iniciativa, mensagem que divulgaram em conferências de imprensa e entrevistas várias. Neste particular não obtiveram qualquer sucesso, pois estes movimentos mantiveram-se intransigentes e fiéis aos compromissos com os movimentos das outras colónias. Só aceitariam negociar se Lisboa previamente reconhecesse o direito à independência. E as suas posições contra a UNITA endureceram, acusando-a de, assinando um cessar-fogo, ter traído as posições de princípio conjuntas para obrigarem Portugal a ceder. A OUA censurou severamente o acordo, a Zâmbia considerou-o uma traição. No essencial tinham razão mas a verdade é que a UNITA não estava vinculada a esses compromissos, uma vez que estava excluída da CONCP e da OUA. Quanto a Portugal, pela sua parte, aproveitou a dissidência entre os movimentos de libertação, que lhe era estrategicamente favorável e, em Angola, aliviou uma frente de combate no leste, dando às suas tropas um sinal de que se estava a avançar no sentido do fim da guerra.

A UNITA passou, de facto, a exercer atividade política, vantagem que Savimbi não deixaria de registar no seu livro já referido:

“Ao fazê-lo a UNITA averbou uma vantagem que é hoje histórica: arriscou, negociou, de tal maneira que em 14 de Junho de 1974 havia conseguido um trunfo sobre a FNLA e o MPLA, que foi o de, a partir daquela data, ter podido livremente propagar os seus ideais pelo país fora [...]” (pp. 35 e 36)

A UNITA antecipara-se. O acordo funcionou e foi integralmente respeitado por ambas as partes. A guerra de Portugal com a UNITA terminara em 14 de Junho de 1974. A iniciativa do comandante-chefe e do MFA de Angola foi aprovada pela JSN.

A partir daí foram muitas as delegações, quer de Angola, quer de Portugal, que se deslocaram ao Lungué-Bungo para se avistarem com Savimbi, sempre acompanhadas pelo coordenador do Gabinete do MFA de Angola. Em Julho foi a vez de uma delegação enviada pelo presidente Spínola que, anos mais tarde, descrevia, no seu livro *País sem Rumo*, como uma “[...] iniciativa que, desde logo, abriu caminho a um acordo [...]” (p. 321) Um equívoco, porque o acordo fora já assinado no mês anterior e vigorava plenamente quando os seus enviados se deslocaram ao Lungué-Bungo, com total liberdade de movimentos. Episódio revelador da desinformação sobre a realidade angolana que era canalizada para o presidente da República, e que esteve na génese de muitos dos desencontros registados.

O comandante-chefe e o MFA foram confrontados com duras críticas de vários

sectores de opinião e da imprensa angolana por terem assinado um acordo com a UNITA, que passava a gozar de um estatuto privilegiado, críticas que invocavam o comprometimento deste movimento com a política colonial anterior ao 25 de Abril. A verdade é que não havia alternativa, não cabia a Portugal distinguir entre bons e maus movimentos de libertação, estes adquiriram o seu estatuto por terem recorrido às armas como meio de obterem a independência que Portugal se recusara a reconhecer por meios políticos, a UNITA adquirira essa legitimidade, estava em guerra quando se deu o 25 de Abril e era urgente fazer a paz.

* * *

Nos finais de Maio Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, deslocou-se a Angola, tendo como principal objetivo efetuar contatos que o habilitassem a escolher o novo governador-geral, adequado ao momento que se atravessava. Almeida Santos participou em diversas sessões públicas de esclarecimento e deslocou-se a algumas cidades para além de Luanda, com o que considerou ter reunido a informação necessária para a sua decisão.

No dia em que o ministro regressava a Lisboa e enquanto ocorria uma última reunião no palácio do governo em Luanda, informal, estando presentes o encarregado do governo, os responsáveis militares e do Gabinete do MFA, os membros da comitiva ministerial e outras entidades, ocorreu uma grande manifestação cuja convocação não fora detetada e que encheu o largo fronteiro ao palácio do governo, claramente influenciada pelo MPLA, com palavras de ordem que apontavam para a exigência da independência total. A manifestação, na grande maioria constituída por jovens estudantes negros do meio urbano, mas com elevada participação de brancos e mestiços, acabou por ser desmobilizada sem incidentes graves. Seguiu-se uma contramanifestação de brancos, mais orientada para a hostilização à pessoa do ministro. Foram os primeiros sinais de um clima de tensão na cidade de Luanda que não mais pararia de subir até à independência.

Das diligências efetuadas pelo ministro acabaria por resultar a nomeação do general Silvino Silvério Marques para governador-geral, escolha que intrigou os mais diversos sectores de Angola, nomeadamente os ligados aos movimentos de libertação, os democratas sem ligação aos movimentos mas adeptos da independência e o próprio MFA. Silvério Marques, fora já governador-geral de Angola nos anos 60 durante o consulado de Salazar e era um “integracionista convicto”, como o classificaria Marcello Caetano no livro *Depoimento* que viria a publicar já no exílio brasileiro (p. 202). Essa

qualidade, com a qual se identificavam os sectores ultras anteriores ao 25 de Abril que lhe davam o seu apoio, o próprio Silvério Marques veio a reconhecer em artigo que publicou no jornal *O Dia*: “Concedendo que eu era um integracionista, sou-o duma forma especial.”¹³ Pela sua personalidade marcada por preocupações de rigor, obstinação e coerência com os princípios em que acreditava, não era suposto ser o homem indicado para dirigir a inevitável transição de Angola para a independência. Ele mesmo o veio a reconhecer no livro *Portugal e agora?* “[...] era evidente que na última passagem por Angola os meus conceitos estruturais estavam ultrapassados pelo desencadear da revolução.” (1978, p. 183)

Esta nomeação, que viria a ter reflexos importantes nas tensões que caracterizaram o início do 25 de Abril em Angola, perdurou sempre, como um enigma por desvendar. O general Spínola afirmaria que foi ele quem, previamente, o sugeriu a Almeida Santos (1978, p. 313). As notícias de então eram de que Silvério Marques estaria primeiro apontado para governador-geral e comandante-chefe de Moçambique e acabou destinado a Angola, apenas para governador-geral, porque Almeida Santos preferiu, para Moçambique, Soares de Melo, seu amigo do grupo dos democratas de Moçambique e que conhecia bem, versão que Silvério Marques viria a confirmar muito mais tarde¹⁴. Almeida Santos, pelo seu lado, sempre afirmou, e confirmou no seu último livro *Quase memórias*, que Silvério Marques foi o nome mais sugerido nas consultas que efetuou em Angola (I Volume, p. 251), mas nunca negou que levasse na agenda o nome sugerido por Spínola e que o tivesse avançado nas consultas, influenciando as opiniões.

Silvino Silvério Marques tomou posse em 11 de Junho de 1974 e, ao chegar a Luanda no dia 15, ia encontrar uma situação social em deterioração, uma forte contestação pública à sua nomeação – ainda que alguns sectores mais restritos também lhe manifestassem publicamente o seu apoio – e uma generalizada desconfiança sobre a sua ação futura. No seu discurso de posse faz questão de render homenagens ao último governador anterior ao 25 de Abril, Santos e Castro mas, sobre os novos tempos, nenhuma ideia. As primeiras diligências para constituir um governo centrar-se-iam em personalidades destacadas do regime colonial. Como o próprio confessaria depois, o que aceitou fazer em Angola, ligado ao processo em curso, foi preparar as condições para um referendo (1978, p. 138). Referendo era o que estava nos planos de Spínola, mas

¹³ “Marcello Caetano e o 25 de Abril”, 4 de Agosto de 1986.

¹⁴ Entrevista a *O Correio da Linha*, 23 de Julho de 2004

nunca teve qualquer acolhimento no projeto de Abril. Por isso não deixou de registrar o “[...] profundo desgosto [...]” com que recebeu o discurso do presidente da República de 27 de Julho de 1974, em que reconhecia o direito dos povos das colónias à independência e deixava cair, definitivamente, o projeto referendário (p. 120).

A estrutura do MFA em Angola não fora constituída para trabalhar diretamente junto do governador, que nem sequer existia quando da sua formação, mas sim junto do comandante-chefe e dos sucessivos escalões da cadeia de comando militar. Aliás, devido às responsabilidades assumidas pelos militares com a revolução que tinham efetuado e tinham vencido e que se estendiam muito para além das tarefas especificamente militares, dificilmente se podia conceber a posição de um governador que não fosse também o comandante-chefe. Nos primeiros contatos estabelecidos entre o governador e o MFA, apesar de este discordar da sua nomeação, não deixou de manifestar a intenção de lhe prestar toda a colaboração, sendo as relações marcadas por um certo formalismo e alguma cordialidade, ainda que fria e distanciada. Foi mesmo feita uma sondagem no sentido de se criar um órgão do MFA para o apoiar diretamente, o que o governador recusou, afirmando que só o aceitaria se fosse determinado por Lisboa. Silvério Marques sentia-se pouco à vontade no clima de agitação crescente, remetia-se ao palácio e, nas suas tomadas de posição, notava-se a preocupação de valorizar a realidade anterior ao 25 de Abril e desvalorizar a hipótese da independência quando, no MFA, já se começava a constatar que este viria a ser, inevitavelmente, o caminho, apenas faltando definir o como e o quando.

As greves sucediam-se e alastravam aos mais diversos sectores, particularmente em Luanda, e instalou-se um clima de permanente tensão racial nos musseques, especialmente contra os cantineiros brancos, que foram sendo expulsos daqueles bairros periféricos. Desde há muito que o cantineiro era olhado pelos africanos, nomeadamente no mato mas também nas periferias dos centros urbanos, como pouco escrupuloso nos seus negócios, enganando-os quer na troca direta, quer nas vendas, viciando os pesos, as medidas, as qualidades, os preços, a coberto duma grande permissividade das autoridades, à qual correspondiam com colaborações diversas, designadamente como informadores, dado o íntimo conhecimento do meio em que se encontravam instalados.

Esta imagem, estereotipada e que certamente pecará por excessivamente abrangente, foi utilizada na mobilização contra eles das massas populares, para assim facilitar a consolidação do “poder popular” na cintura suburbana de Luanda, os musseques, objetivo que o MPLA nunca deixou de perseguir e que viria a revelar-se de

decisiva influência em todo o processo angolano, com reflexos que se prolongaram mesmo para além da independência.

O MFA e as forças militares portuguesas eram, constantemente, solicitados para intervir nos musseques, quer a pedido dos brancos porque eram ameaçados e agredidos pelos pretos, quer a solicitação destes porque eram alvo de violências dos brancos que, se bem que em número muito mais reduzido, dispunham de armas de fogo, o que estava vedado aos africanos. A PSP perdera qualquer capacidade de atuação naqueles bairros, já que os guardas eram considerados aliados dos cantineiros, com os quais muitos até estariam ligados por interesses materiais e cujo partido eram acusados de assumir, sempre que eram chamados a intervir.

Atribuiu-se ao exército a missão de patrulhar os musseques. Mas as tensões não se atenuaram. Quando as patrulhas eram de militares africanos os brancos queixavam-se de que tomavam o partido dos pretos, se eram de militares europeus havia idênticas queixas dos pretos. Experimentaram-se as patrulhas mistas mas com fracos resultados, pois o clima de desconfiança e radicalização dos antagonismos já transpusera as portas dos quartéis. Ao MFA chegavam as queixas, os pedidos, as exigências, de grupos políticos, de associações, de cidadãos, de personalidades dos mais variados sectores. Estas pressões quase sempre incluíam, como medida *sine qua non*, a substituição do governador, cuja ação era praticamente nula, até porque, na realidade, não dispunha de quaisquer meios eficazes de intervenção.

A 11 de Julho um incidente desencadeava uma fase de violência em Luanda, que iria persistir e agravar-se. Um motorista, de raça branca, aparecia assassinado no Bairro da Cuca, um musseque, no interior do seu táxi, por razões nunca apuradas mas que, aparentemente, não tinham motivações políticas. Grupos de brancos, especialmente taxistas e outros motoristas, utilizaram esta oportunidade para se organizarem em bandos armados e exercerem represálias nos musseques, de que resultaram vários mortos e feridos, sempre negros. Estes responderam com constantes manifestações, greves, violências contra os brancos que ainda residiam ou circulavam naqueles bairros, e que acabaram por ser expulsos, na totalidade.

No dia 15 desse mês umas centenas de militares africanos da guarnição de Luanda concentraram-se, no princípio da manhã, na zona dos quartéis, donde marcharam, fardados, desarmados, ostensivamente disciplinados, enquadrados por oficiais e sargentos também africanos, em direção ao comando-chefe, instalado na fortaleza. Pararam no exterior do edifício, no qual só entrou uma delegação que foi

recebida pelo general comandante-chefe, a quem manifestou as preocupações dominantes entre os seus camaradas que, todos os dias, viam os seus familiares e vizinhos mortos e feridos, vítimas de violências contra as quais não tinham qualquer capacidade de proteção. Os militares angolanos queriam, por isso, assumir maiores responsabilidades e mais ativa participação no patrulhamento e na manutenção da tranquilidade nos musseques. O general compreendeu estas preocupações e difundiu diretivas no sentido de dar resposta a algumas das suas pretensões.

A situação melhorou até porque, praticamente, nos musseques já não havia brancos. O que veio a criar outro tipo de problemas pois, com o encerramento da generalidade das cantinas, todo o sistema de distribuição entrou em rotura, exigindo a instalação de sistemas alternativos.

Mas a manifestação dos militares africanos aprofundara a cisão entre brancos e negros dentro dos quartéis, chegando a registar-se incidentes de certa gravidade.

Só por essa altura, cerca de um mês depois de ter chegado a Luanda, o governador-geral quebrava o silêncio, através de uma conferência de imprensa que convocara para o palácio. Mas a conferência não trouxe nada de novo, pelo contrário, foi frustrante. O cônsul dos EUA em Luanda, Everett Briggs, enviava em 17 de Julho, para o secretário de estado em Washington, uma mensagem muito pessimista, classificando-a: “[...] uma conferência de imprensa desastrosa [...] uma exibição muito triste que demonstra a necessidade de substituir o governador-geral por alguém com poder para assumir o controlo aqui.”¹⁵ O cônsul apenas fazia eco da opinião predominante em Luanda, uma sensação generalizada de total paralisia política, de total incapacidade para qualquer iniciativa que rompesse com o impasse. O cônsul dos EUA classificava a situação de “potencialmente explosiva”.

Os acontecimentos precipitavam-se a ritmo vertiginoso. Por esses dias o governador-geral convocou uma reunião do Conselho de Defesa que teria lugar no dia 16 de Julho no comando-chefe. Era um órgão regulado por legislação anterior ao 25 de Abril, como praticamente toda a que então vigorava e cuja aplicação tinha de ser adaptada à nova realidade política. No Conselho de Defesa tinham assento o comandante-chefe e os comandantes dos ramos das forças armadas. O general comandante-chefe reuniu, previamente, com o Gabinete do MFA e considerou-se indispensável que, na reunião, fosse introduzida a análise da situação política e a

¹⁵ José Pedro Castanheira, suplemento “Actual” do *Expresso* de 14 Out 2006, p. 10

urgência de ultrapassar o impasse. O general concordou com a proposta do Gabinete do MFA e obteve a anuência dos comandantes dos ramos, para que cada um destes se fizesse acompanhar de um oficial da respetiva estrutura do MFA. O general Franco Pinheiro mantinha uma abertura muito grande ao MFA e contava com a sua total colaboração e lealdade, reconhecendo que este nunca pretendia sobrepor-se ou substituir-se à hierarquia do comando assumindo-se, apenas, como órgão de apoio ao exercício da sua autoridade. Daí que encarasse com total normalidade a presença dos oficiais do MFA na reunião do Conselho de Defesa.

O governador teve, porém, uma reação inesperada, agressiva, hostilizando o MFA e contando, surpreendentemente, com o apoio dos comandantes dos ramos que tinham participado na decisão do comandante-chefe. Escudava-se na legislação para fechar os olhos à realidade objetiva, isto é, uma revolução vitoriosa que se sobrepunha à legalidade contra a qual fora desencadeada e que tivera por autor o MFA, que aqueles oficiais ali representavam. Pretendia ignorar um poder *de facto*, a coberto de um formalismo caduco. O general Silvério Marques inscrevia-se na linha do general Spínola que, nessa altura, em Lisboa, também estava em conflito com a Comissão Coordenadora, tentando afastá-la do processo. Para o governador-geral o MFA em Angola, pura e simplesmente, não devia existir. Inversamente para a sociedade angolana, de todos os quadrantes, a presença do MFA era cada vez mais solicitada.

A designação de Silvério Marques para governador de uma Angola que ia entrar numa nova era, revelara-se uma partida em falso e o MFA ia ousar uma segunda passagem do rubicão.

3. JULHO DE 1974 – O MÊS DA VIRAGEM

MFA contra Silvério Marques

A situação deteriorava-se, a guerra prosseguia e, para além de todo um ambiente social e político hostil ao governador-geral, havia agora a rotura institucional envolvendo governador, comandante-chefe das forças armadas, MFA, comandantes dos ramos. Em reunião plenária das estruturas do MFA, cobrindo todo o dispositivo militar de Angola, da qual o general comandante-chefe foi mantido ao corrente, foi decidido que era imperativo agir imediatamente para travar a tempo a degradação da situação e permitir que, finalmente, o processo de descolonização acelerasse a sua marcha em Angola, acertando o passo pelo que já se estava a passar na Guiné e em Moçambique. Foi aprovado, por unanimidade, um documento dirigido à JSN que constituía, de facto, um ultimato, dando o prazo de 72 horas para substituição do governador por alguém que tivesse a aceitação do MFA local, sem o que “[...] o MFA em Angola assume implicitamente a obrigação da tomada das medidas adequadas, ou julgadas como tal, face à gravidade do atual momento em Angola e à sua previsível evolução.” O documento, que continha ainda outras exigências secundárias, foi remetido no dia imediato, em mão, à Comissão Coordenadora do MFA em Lisboa. Foi entregue cópia ao general comandante-chefe que o remeteu, com carta pessoal, para o general Costa Gomes, seu superior hierárquico enquanto general chefe do estado-maior general das forças armadas e número dois na JSN.

A carta do general comandante-chefe era reveladora do excelente clima de entendimento que manteve com o MFA:

“Quando assumi as funções de Comandante-Chefe rodeei-me de 8 oficiais do MFA, para me auxiliarem, em acumulação de serviço, na integração dos problemas deste comando no espírito do Movimento. Igual procedimento se seguiu em todos os escalões dos três ramos, sendo notáveis os serviços que tais elementos têm prestado, dentro da maior lealdade e com integração completa na hierarquia militar.”

E, quanto ao documento do MFA, acrescentava:

“A nomeação do atual Governador-Geral [...] veio, contra a minha expectativa, perturbar o esquema montado, visto que, por razões várias que não tenho tempo para detalhar, o MFA em Angola não crê que o Governador-Geral esteja integrado no espírito do Movimento, atribuindo às suas atitudes muita responsabilidade no deplorável panorama político-militar de Angola.”

Concluía com o sentimento de que os oficiais do MFA não recuariam na atitude

anunciada e pedia a sua própria substituição nas funções de comandante-chefe.

Entretanto o MFA de Angola tomava as medidas adequadas, conforme o compromisso do documento, para controlar militarmente a situação em Luanda e assegurar o controlo em todas as zonas de ação e unidades operacionais do interior, que ansiavam por uma atitude desta natureza. O general comandante-chefe foi posto ao corrente de todo o planeamento e assumiria, provisoriamente, a responsabilidade governativa, até que fosse nomeado o novo governador-geral.

Antes de terminado o prazo das 72 horas por si estabelecido, o MFA recebeu da Comissão Coordenadora de Lisboa indicação para não se avançar com medidas excecionais, pois a situação iria ser solucionada a contento. E, ainda dentro daquele prazo, chegou a Luanda uma delegação, chefiada pelo coronel tirocinado da Força Aérea Silva Cardoso, enviada pela JSN para analisar a situação e propor as medidas adequadas. Depressa a delegação se apercebeu da justeza da tomada de posição do MFA, opinião que transmitiu a Lisboa e de que resultou a chamada a Portugal do general Silvério Marques, donde já não regressaria.

Entrava em cena em Angola uma personalidade que iria marcar decisivamente o período de transição, o coronel Silva Cardoso. Tinha feito várias comissões militares em Angola, conhecia o meio e a situação militar e fez questão de exibir uma total identificação com os objetivos do 25 de Abril e com a dinâmica revolucionária em marcha acelerada, patenteada na prontidão com que reconheceu a razão do MFA na rotura com Silvério Marques.

A JSN nomeou um dos seus membros, o almirante Rosa Coutinho, já não governador-geral mas presidente de uma Junta Governativa (JG), funções que acumularia com as de comandante-chefe. Chegou a Luanda em 25 de Julho e reuniu-se, de pronto, em separado, com o general comandante-chefe cessante e com o Gabinete do MFA. Deu conta das suas imediatas preocupações, entre as quais a constituição da JG que devia ser constituída por ele, pelos três generais comandantes dos Ramos e por um oficial a indicar pelo MFA. Ao Gabinete do MFA solicitava a sugestão dos nomes para novos comandantes dos Ramos uma vez que se impunha a substituição dos anteriores. No Exército escolheram o brigadeiro Altino de Magalhães, que comandava a Zona Militar Norte, a Marinha teve a sua escolha facilitada optando pelo segundo comandante naval, capitão-de-mar-e-guerra Leonel Cardoso que, desde o início, mantinha as melhores relações com o MFA, na Força Aérea o coronel Silva Cardoso, pela abertura que evidenciou, pelo apoio declarado ao MFA e às posições que este assumira e, até,

pelo interesse que manifestou pelo lugar, foi o escolhido. O major José Emílio da Silva, indicado pelo MFA, juntava-se-lhes na composição da JG.

Angola, agora é comigo

A viragem que se desenhava para Angola, com a nomeação de Rosa Coutinho, corria em paralelo com a significativa evolução que se registava em Portugal. Tomara posse o II Governo Provisório com Melo Antunes como ministro sem pasta, que tomava em mãos os dossiers da descolonização de Moçambique e Angola. A publicação da Lei Constitucional n.º 7/74 e o discurso do presidente Spínola, de 27 de Julho, romperam o círculo vicioso que bloqueava as negociações com os movimentos de libertação. Da reunião do secretário-geral da ONU com o Governo Português em Lisboa, nos princípios de Agosto, saía o comunicado que dava pública expressão ao compromisso que Portugal assumira, reconhecendo o direito do povo angolano à autodeterminação e independência, e a legitimidade dos movimentos de libertação, como representantes do povo angolano, para negociarem com Portugal.

Parecia definitivamente clarificada a situação em Angola. Mas iludiam-se os que assim pensavam. Ainda era demasiado cedo e muitos obstáculos estavam por derrubar.

Como registaria no livro *País sem Rumo*, o general Spínola já então tomara a decisão de conduzir pessoalmente a descolonização de Angola porque, segundo o seu critério, “[...] era necessário salvar Angola.” (pp. 191 e 309) Fora com essas palavras que respondera aos oficiais do MFA que o felicitavam pelo seu discurso de 27 de Julho: “Angola, agora é comigo”. A joia da coroa impunha o seu estatuto.

Afastados os equívocos do referendo, dos projetos federalistas e do novo Brasil em África, o que, no essencial, ainda separava Spínola do MFA e dos membros do governo que viriam a estar mais diretamente envolvidos nas negociações, era o reconhecimento dos movimentos de libertação como únicos interlocutores legítimos para negociarem um processo que passava pela obtenção da paz. Spínola não se revia no comunicado que o Governo Português subscivera com o secretário-geral da ONU.

Em 9 de Agosto de 1974 a JSN difundia um comunicado em que definia, unilateralmente, um programa para a descolonização de Angola, definição em que não haviam participado quaisquer representantes angolanos, nomeadamente dos movimentos nacionalistas. O programa estabelecia determinados passos a dar depois de obtido o cessar-fogo, entre eles a constituição de um governo provisório de coligação

com representação de “[...] todos os movimentos de libertação em paralelo com os agrupamentos étnicos mais expressivos do Estado de Angola, o que obviamente incluirá a etnia branca” (1978, pp. 444 e 445). Outros passos eram a elaboração de uma lei eleitoral, o recenseamento eleitoral na base de um homem um voto e a eleição de uma Assembleia Constituinte no prazo aproximado de dois anos, a qual definiria o tipo de relações a estabelecer com Portugal. Esta última referência continha, implícita, a admissão de que pudesse haver outras soluções que não a independência. Para além do insólito de o projeto prever uma constituição para um território que ainda não era independente, portanto politicamente não soberano, o programa chegava mesmo a antecipar soluções que deveriam constar da Constituição, como os órgãos do aparelho de Estado e as formas da sua escolha, o que, é evidente, só aos futuros constituintes competiria definir. O faseamento, tal como era esboçado, prolongar-se-ia por um período de três a cinco anos. Mas o maior de todas os paradoxos deste programa é que ele parecia ignorar uma questão elementar, que era o facto de alguns dos passos previstos constituírem, para os movimentos de libertação, pontos prévios às negociações do cessar-fogo, enquanto para o programa da JSN era o cessar-fogo que constituía um pressuposto para o prosseguimento das medidas enunciadas. O projeto apresentava-se viciado à partida, era um recuo face à Lei 7/74 e um regresso ao círculo vicioso.

Entretanto, o general Spínola chamava a Lisboa, nos princípios de Setembro, o almirante Rosa Coutinho, a quem comunicou a sua decisão de tomar nas suas mãos a descolonização de Angola.

No dia 15 desse mês de Setembro o presidente da República encontrava-se com o presidente Mobutu na ilha do Sal. Este encontro acabou por ficar envolvido ainda em maior mistério do que aquele que Spínola tivera com Nixon nas Lajes, não tendo sido nunca divulgado qualquer comunicado sobre o que nele se passou. O general Spínola, ao contrário do que fizera mais tarde acerca do encontro com Nixon, nunca divulgou qualquer relatório-resumo, limitando-se a, também posteriormente, registar que fora

“[...] obtida a garantia de que o Governo do Zaire não interviria no processo de descolonização de Angola, especificamente no enclave de Cabinda, e de que seriam efetuadas diligências junto de Holden Roberto com vista a um próximo encontro e à imediata suspensão das ações armadas.” (1978, p. 322)

O encontro tivera Angola como centro das conversações, o que alimentou as mais diversas especulações, pois foi a única vez que se envolvia diretamente nas negociações um chefe de Estado estrangeiro que era, reconhecidamente, um apoiante de

um dos interlocutores angolanos e que vinha interferindo militarmente no interior da colónia. Mobutu era um dirigente em quem os próprios Estados africanos não confiavam. O comportamento futuro de Mobutu viria sempre a ser a antítese dos compromissos que, segundo Spínola, teria assumido no Sal.

Logo a seguir ao encontro do Sal o presidente da República recomendou ao ministro Almeida Santos que convocasse determinados elementos, que ele considerava “representantes das forças vivas de Angola”, para uma reunião em Lisboa, dado que ainda se reuniam condições para encaminhar a descolonização de Angola para a formação de um novo Estado independente de expressão portuguesa, que constituísse com o Brasil e Portugal, a base da grande comunidade Luso-Afro-Brasileira (1978, p. 323). Era o regresso ao conceito serôdio de Angola como o novo Brasil em África (p. 311), a deriva absoluta e fora da realidade. Esta reunião não iria além da sessão de abertura uma vez que, com os acontecimentos do 28 de Setembro de 1974¹⁶, o general Spínola resignaria do cargo de presidente da República Portuguesa.

As personalidades supostas representantes das “forças vivas” haviam sido convidadas, na generalidade, em nome pessoal e algumas delas eram dirigentes de pequenos grupos políticos surgidos após o 25 de Abril e que viriam a extinguir-se em pouco tempo. Eram, quase todos, muito pouco ou nada representativos, alguns acusados, com razão, de colaboracionismo com o governo colonial. Angelino Alberto, por exemplo, que dizia representar a União Nacionalista Angolana (UNA), era o homem que fora expulso do Ntobako por, conforme já aqui se referiu, ter colaborado com o governo colonial no Norte de Angola e, em paga, ter-lhe sido assegurado emprego em Lisboa no Ministério do Ultramar. Joaquim Fernandes Vieira e Cardoso e Cunha representavam associações económicas ligadas à estrutura produtiva colonial. Teófilo José da Costa era jornalista da *Tribuna dos Musseques*, jornal do Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA) órgão de informação e propaganda do governo da colónia. Rui Correia de Freitas era diretor do *Diário de Luanda*, jornal que se distinguiu pela hostilidade ao MFA. António Ferronha era dirigente máximo do Partido Cristão

¹⁶ 28 de Setembro de 1974: data em que estava marcada a manifestação da “maioria silenciosa”, em Lisboa, em apoio do presidente da República e contra o governo de Vasco Gonçalves e as estruturas do MFA. Deu lugar a uma ação generalizada de contramanifestações de rua e levantamento de barricadas nas entradas de Lisboa, que inviabilizaram a manifestação, aliás condenada pelo primeiro-ministro e pelo MFA. Daqui resultou a resignação do presidente da República, general Spínola e a sua substituição pelo general Costa Gomes, a substituição dos chefes de estado-maior do Exército e da Força Aérea e consequente remodelação da JSN, a alteração do Conselho de Estado, a queda do II Governo Provisório, a primeira grande cisão no MFA com a rotura da chamada “ala spinolista” e a primeira aceleração no processo revolucionário.

Democrata de Angola, ao qual também pertencia Correia de Freitas, partido que se envolveu em tentativas conspiratórias para instauração de um regime de minoria branca. Eram 23 as personalidades, das quais três não compareceram.

Aqueles que, de facto, dispunham de alguma legitimidade, por representarem duas instituições prestigiadas no meio angolano, recusaram comparecer. Tratava-se de Domingos Van-Dunem e de João Jeremias, da Liga dos Naturais de Angola e de Álvaro Correia Faria e António Faria Assis, da Associação dos Naturais de Angola que, em conjunto, subscreveram um comunicado justificando a recusa:

“A Liga dos Naturais de Angola e a Associação dos Naturais de Angola, em reunião conjunta de 24 de Setembro de 1974, acordam: 1. Denunciar e repudiar o precedente aberto com o convite dirigido a personalidades vivendo em Angola para uma reunião conjunta com o Presidente da República Portuguesa cuja finalidade (supõe-se) diga respeito ao processo de descolonização. 2. Reafirmar que os movimentos de libertação de Angola são os únicos legítimos representantes da maioria do povo angolano e como tal únicos interlocutores válidos. 3. Por tal motivo e ainda por unanimidade foi deliberado a não deslocação a Lisboa de qualquer dos seus representantes ainda que a título pessoal.”

A convocação dos mal-designados representantes das forças vivas de Angola foi um ato falhado que não passou da sessão formal de abertura e que encerrou a equívoca participação do general Spínola na descolonização de Angola.

Um governo para Angola

Em Angola a situação tardava em clarificar-se. A nomeação de Rosa Coutinho fora mal recebida pelos setores mais conservadores da comunidade branca. Os movimentos de libertação mantinham reservas, mesmo depois da publicação da Lei n.º 7/74 e do comunicado da visita do secretário-geral da ONU a Lisboa, face ao protagonismo que Spínola invocava e à sua pretensão de tratar Angola como exceção. A agitação social e os conflitos raciais agudizavam-se, o aparelho produtivo apresentava os primeiros sintomas de crise. A JG viu-se na necessidade de decretar o recolher obrigatório em Luanda para sustar a violência crescente o qual viria, no entanto, a ser ostensivamente desrespeitado por parte de sectores da comunidade branca, que organizaram continuadas manifestações, em cortejos automóveis, que percorriam ruidosamente as ruas durante a noite, em aberto desafio à Junta.

Correspondendo a diretivas de Rosa Coutinho o MFA colaborou em diligências para a formação de um governo a constituir na base de personalidades independentes, escolhidas tendo em atenção a sua qualificação técnica. Pretendia-se que, politicamente,

o governo expressasse um sinal de coligação, que lhe seria dado por um conjunto de cinco secretários-adjuntos, um indicado por cada movimento de libertação, outro representando a minoria branca e, outro ainda, representando os africanos que não se sentissem ligados a nenhum dos movimentos. Os secretários-adjuntos indicados pelos movimentos não os representariam, uma vez que ainda não havia um cessar-fogo geral, apenas se desejava que os movimentos sentissem que eram tidos em conta e que, uma vez obtido o cessar-fogo, estaria aberta a porta para a participação no governo. As pastas técnicas seriam atribuídas a personalidades sem invocação de filiação partidária. Este objetivo acabou por ser inviabilizado pela dificuldade em obter os nomes para secretários-adjuntos indicados pela FNLA e UNITA, o que também atrasaria a tomada de posse do governo, que tinha o seu elenco técnico constituído em 5 de Setembro mas acabou por só tomar posse em 21 de Outubro.

Estas contrariedades obrigaram a alterar a composição política do governo que deixava de contar com os membros indicados pelos movimentos de libertação, ficando os secretários-adjuntos reduzindo a três. Foram nomeados Fernando Falcão, dirigente máximo da FUA e que foi desde o princípio o nome apontado para representar a comunidade branca, António Augusto de Almeida e Teixeira da Silva, angolanos aos quais não se conheciam ligações partidárias.

Das pastas técnicas três foram atribuídas a militares escolhidos pelo MFA, a Comunicação Social, a Administração Interna e o Trabalho e, para as restantes, Planeamento e Finanças, Orçamento (subsecretaria), Economia, Agricultura, Transportes e Comunicações, Obras Públicas e Urbanismo, Justiça, Educação e Cultura, Bem-Estar Social, foram escolhidas personalidades a partir de consultas com os mais variados setores da sociedade angolana. Tinham diversas sensibilidades políticas e, obviamente, todos se identificavam com o 25 de Abril.

A escolha dos membros do governo, apesar da preocupação de isenção face aos movimentos de libertação, não deixou de ter custos que eram incontornáveis face à conjuntura política da época. O aprofundamento de contatos com os setores mais politizados das populações urbanas, negras, mestiças ou brancas, nomeadamente em Luanda, revelava uma realidade da qual inicialmente os militares do MFA não se haviam apercebido: a simpatia daqueles que se identificavam com o 25 de Abril ia, com muito raras exceções, para o MPLA. Nas áreas suburbanas o MPLA dominava totalmente. A FNLA quase não existia nos meios urbanos e a UNITA, em resultado da aliança que havia firmado com o regime colonial e da antecipação do acordo com o

MFA, perfilava-se como o refúgio dos que, na comunidade branca, confiavam em soluções tipo neocolonial. O MPLA era qualificado como movimento comunista e, rapidamente, apontado como o inimigo dos portugueses. E, como era omnipresente nas zonas urbanas, na administração, nas empresas, nos serviços públicos, quaisquer contatos que a Junta Governativa ou o MFA precisavam de estabelecer, acabavam por ser associados ao MPLA. O governo passou a ter o rótulo do MPLA.

A substituição de estruturas autárquicas nomeadas antes do 25 de Abril, que se mantinham mais ou menos paralisadas, por outras mais consentâneas com a nova realidade política, foi outra tarefa a que o MFA meteu ombros. Através de contatos com os mais diversificados sectores das comunidades locais, conduzidos por uma delegação do MFA, foram escolhidas novas vereações para as Câmaras Municipais de Malanje, Benguela e Luanda.

Em Luanda o processo fora desencadeado por um incidente revelador do clima de tensão e da manipulação que dominava e condicionava a perceção da realidade e que, frequentemente, originava situações equívocas, potenciadoras até de incidentes mais graves se não se impusesse um mínimo de bom senso. Um grupo de manifestantes, na maioria do MPLA, entre os quais se encontravam alguns quadros médios e superiores da Câmara, invadira e ocupara as instalações reivindicando o saneamento e substituição da vereação que ainda era a nomeada pelo governo anterior ao 25 de Abril, levando à intervenção de oficiais do MFA. A vereação foi destituída e foi, provisoriamente, nomeada uma comissão administrativa constituída por militares¹⁷.

Entretanto as estruturas do MFA e vastos setores das forças armadas já vinham sentindo a necessidade de transmitir uma imagem de coesão em torno da JG e do comandante-chefe e de apoio à sua ação conducente à descolonização, que pudesse favorecer o urgente diálogo com os movimentos de libertação. Impunha-se sair do impasse a que parecia ter chegado a obtenção de um cessar-fogo global. Nesse sentido, resolveram promover a realização de um plenário de oficiais, em Luanda, que teve lugar

¹⁷ Uma desinformação, intencional ou precipitada, podia ter desencadeado um incidente violento, de proporções imprevisíveis, mas sempre grave, dado o clima de tensão que já dominava a cidade. Um telefonema para o Comando de Defesa de Luanda dava conta que os manifestantes haviam arreado a bandeira nacional e hasteado a bandeira do MPLA o que levou ao envio de forças militares para que desagravassem a ofensa à bandeira portuguesa e obrigassem à evacuação, pela força se necessário, das instalações da Câmara. O oficial do MFA chamado ao local constatou que a situação era, de facto, bem diferente, a bandeira portuguesa continuava a flutuar lá bem no alto do mastro de honra, donde nunca fora arriada, no salão principal algumas dezenas de cidadãos mantinham-se pacífica e passivamente sentados no chão e o hasteamento da bandeira do MPLA não era mais, afinal, do que um cartaz reproduzindo essa bandeira colado numa parede interior do salão.

na noite de 18 de Setembro no salão nobre do Palácio do Governo e reuniu cerca de 500 oficiais dos três Ramos das Forças Armadas. A assembleia, a que houve a preocupação de conferir uma carácter formal sob a presidência do chefe do estado-maior do comandante-chefe, aprovou uma moção por 427 votos a favor, 7 contra e 48 abstenções, cujo texto, no essencial, afirmava:

“Considerando a necessidade de respeitar o já proclamado princípio do direito à autodeterminação e independência dos povos colonizados [...] Reconhecem que a concretização do processo de descolonização não poderá deixar de ter em conta os verdadeiros representantes do povo angolano. Reiteram todo o seu apoio à Junta Governativa de Angola e ao comandante-chefe das Forças Armadas em Angola, como base unitária para impedir qualquer tentativa reacionária de assalto ao poder ou qualquer manobra de natureza separatista.”

Os termos desta moção com referências aos “verdadeiros representantes do povo angolano” (obviamente os movimentos de libertação), a “tentativas reacionárias de assalto ao poder” e a “manobras separatistas”, mas na qual também se condenava o 7 de Setembro em Moçambique e se afirmava a solidariedade com os seus camaradas das Forças Armadas naquela colónia, eram reveladores da consciência dos problemas que estavam para surgir e cujos sintomas eram já detetáveis.

Em 27 de Novembro de 1974, estando já em funcionamento o governo provisório em Angola e em vigor o cessar-fogo com os três movimentos, o governo de Lisboa aprovava a Lei n.º 11/74 que redefinia os órgãos de governo em Angola, extinguindo a JG e criando o lugar de alto-comissário, à semelhança do que já fizera para Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Estava-se já na reta final das negociações com os movimentos de libertação para a independência, das quais sairiam certamente órgãos de transição, pelo que o governo de Lisboa decidiu não nomear o alto-comissário antes da formalização dessas futuras novas estruturas governativas. O presidente da JG em funções, almirante Rosa Coutinho, exerceria as funções de alto-comissário até à tomada de posse do que viesse a ser nomeado futuramente.

4. NEGOCIAÇÕES

Uma intrincada teia negocial

As primeiras tentativas de aproximação aos movimentos de libertação de Angola, logo a seguir ao 25 de Abril, da iniciativa do presidente da JSN general António de Spínola, ficaram-se por amáveis palavras de circunstância. Mário Soares foi, no dia 2 de Maio, ao encontro de Agostinho Neto, presidente do MPLA, que se estava em Bruxelas e, no dia seguinte, foi o embaixador Nunes Barata, assessor diplomático do general Spínola, que com ele se encontrou em Genebra. Como iguais iniciativas que se seguiram junto do PAIGC e da FRELIMO, não foram além do sinal de boa vontade. Os movimentos de libertação de Angola, com a exceção já apontada da UNITA, não se distanciaram das reservas com que os movimentos das outras colónias receberam os primeiros sinais do 25 de Abril em relação à descolonização.

Só com a publicação da Lei 7/74 que desbloqueou o impasse do círculo vicioso, com a posse do II Governo Provisório e Melo Antunes a supervisionar e a conferir uma maior dinâmica às pastas da descolonização, com a substituição de Silvério Marques por Rosa Coutinho e pela Junta Governativa e com o reforço do papel do MFA de Angola, as preocupações passaram a centrar-se nas negociações com os movimentos de libertação. Chegara a hora de conversar e de negociar.

O primeiro passo seria o das negociações separadas entre Portugal e cada um dos movimentos. Com a UNITA vigorava já o acordo de cessação das hostilidades firmado a 14 de Junho, o encontro do Sal entre os presidentes Spínola e Mobutu abriu uma via de diálogo indireta com a FNLA, com o MPLA o caminho apresentava-se menos claro em virtude da indefinição da sua liderança interna.

Em 26 de Setembro o ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, à frente de uma delegação portuguesa¹⁸, deslocou-se a Kinshasa onde teve encontros com Mobutu, com Holden Roberto presidente da FNLA e com Daniel Chipenda, que se intitulava representante do MPLA mas que se encontrava já em dissidência com o seu movimento e em vias de aproximação à FNLA.

Os encontros foram inconclusivos e, com a resignação de Spínola dois dias depois, receava-se o regresso à estaca zero. Por isso o novo presidente da República, general Costa Gomes, considerou urgente dar um sinal de que mantinha a vontade de

¹⁸ Na delegação integrava-se ainda o ministro da Defesa Nacional, Firmino Miguel.

prosseguir as negociações e, em 11 de Outubro, seguiu para Kinshasa nova delegação portuguesa chefiada pelo general Fontes Pereira de Melo, chefe da Casa Militar do presidente da República¹⁹. Voltou a encontrar-se com Mobutu e, posteriormente, com uma delegação da FNLA presidida por Holden Roberto que se fazia acompanhar dos principais dirigentes do movimento. Deste último encontro saiu um acordo de cessação das hostilidades para vigorar a partir de 15 de Outubro, e a FNLA passava a dispor de liberdade para desenvolver atividade política. No dia 12 Holden Roberto difundia o competente comunicado:

“Portugal e a FNLA chegaram a um acordo sobre a cessação das hostilidades, a partir de terça-feira, dia 15 de Outubro [...] O acordo foi firmado ontem. Na minha qualidade de presidente e comandante-chefe das forças armadas da FNLA lanço um apelo a todos os comandantes e combatentes do Exército de Libertação Nacional de Angola, bem como a todos os comandos especiais dos centros urbanos, para que sejam suspensas, em todo o território nacional, a partir das zero horas de 15 de Outubro todas as atividades e toda a ação militar.”

Destes primeiros encontros resultava um sinal que havia de ser uma constante em todos os realizados com a FNLA: seria o único movimento cujas negociações decorreriam fora do território angolano e que contaria com o empenhamento direto e pessoal de um chefe de Estado estrangeiro, o que renunciava os tempos que se seguiriam. As negociações de delegações portuguesas com a FNLA foram, sempre, precedidas de reuniões com o presidente Mobutu.

A delegação portuguesa voltou a avistar-se com Daniel Chipenda.

Com o MPLA, sem que existisse ainda um acordo formal, já se verificava, na prática, uma situação de tréguas desde 29 de Julho de 1974, data em que este movimento desencadeara a última ação em Cabinda. Situação que era resultado de contatos informais entre guerrilheiros e comandos de unidades portuguesas nas zonas operacionais, para o que contavam com cobertura hierárquica. Em Luanda também tinha havido contatos informais de elementos do MFA com dirigentes do movimento no interior. Mas urgia formalizar a situação, para que o movimento passasse a dispor de liberdade de movimentos e para que se passasse ao patamar seguinte.

As negociações formais com o MPLA enfrentavam dois tipos de dificuldades. O primeiro residia na desconfiança do movimento em relação às reais intenções de Portugal. Apesar de atenuada com a publicação da Lei 7/74 e com o comunicado da visita de Kurt Waldheim a Lisboa, agravara-se com o anunciado programa da JSN para

¹⁹A delegação continuava a integrar Firmino Miguel mas já não como ministro e, como novidade, incluía responsáveis do poder em Angola, entre as quais o comodoro Leonel Cardoso, comandante naval e membro da JG.

a descolonização de Angola, com o encontro do Sal de Spínola e Mobutu, com a convocação dos representantes das “forças vivas” de Angola para a reunião de Lisboa e com os sinais de Spínola pela preferência de Chipenda como representante do MPLA. A convicção do MPLA de que era marginalizado pelo poder político português só seria ultrapassada com a resignação do presidente Spínola. A segunda dificuldade do MPLA residia nas divisões internas, que tardavam a definir quem iria negociar com Portugal. A forte politização do movimento conduziu a roturas internas que, no dia 25 de Abril, se manifestavam pela existência de três alas disputando a liderança, a institucional de Agostinho Neto, a Revolta Ativa e a Revolta do Leste liderada por Chipenda. Em busca da conciliação e sob pressão da OUA realizou-se o congresso em Lusaka, em Agosto, depois retomado nos primeiros dias de Setembro, em Brazaville, no qual Agostinho Neto foi eleito presidente e Joaquim Pinto de Andrade e Daniel Chipenda vice-presidentes. A conciliação foi apenas aparente, as cisões consumir-se-iam logo a seguir.

Em 21 de Outubro, em Lunhamege, distrito do Moxico e perto da fronteira com a Zâmbia, deu-se o encontro formal entre delegações portuguesa e do MPLA, esta presidida por Agostinho Neto e aquela pelo comodoro Leonel Cardoso da JG²⁰. Ao fim de um dia de conversações chegara-se a um acordo que formalizava as tréguas. Em 22 de Outubro a direção do MPLA difundia um comunicado:

“A Comissão Diretiva do MPLA comunica a todo o povo angolano que às 17 horas e 30 minutos do dia 21 do corrente mês de Outubro, em território angolano da região do Moxico, foi assinado entre o presidente do MPLA, camarada Agostinho Neto e o comodoro Leonel Cardoso, em representação do MFA, um acordo de oficialização de tréguas que vem pôr termo à luta armada [...]”

A cessação das hostilidades entre Portugal e cada um dos três movimentos de libertação estava, desde agora, formalizada para todo o espaço angolano. Legitimados e reconhecidos os movimentos instalaram delegações Luanda e outras cidades de Angola. Lisboa e Luanda passaram a concentrar esforços no diálogo entre os movimentos, até estes chegarem a uma posição consensual para negociarem com Portugal. Caberia a Portugal um papel importante para ultrapassar os bloqueios que inviabilizavam o diálogo construtivo entre os desavindos parceiros angolanos. As direções alternavam apelos à unidade com acusações mútuas e declarações que não favoreciam a aproximação. As desavenças eram de fundo e várias tentativas de conciliação, partindo

²⁰ A delegação do MPLA integrava os mais destacados dirigentes com exclusão de qualquer elemento da Revolta Ativa ou da Revolta do Leste, a portuguesa contava com o brigadeiro Ferreira de Macedo comandante da ZML, com membros da JG e do MFA e com elementos angolanos do governo de Angola.

de países africanos e da OUA, vinham sendo tentadas, sem sucesso. Encontros exploratórios entre MPLA e FNLA, em Julho, em Kinshasa e Bukavu, e em Agosto em Lusaca os mesmos mais a UNITA, terminaram sem êxito.

Portugal, concertadamente a partir da metrópole e de Angola, ia empenhar-se a fundo nesse objetivo. Em Angola os esforços encontravam condições mais favoráveis, uma vez que as delegações dos movimentos na capital facilitavam os contatos diretos. Mas, em compensação, deparavam com hostilidades entre eles, por vezes com recurso às armas dos elementos que garantiam a segurança das instalações e dirigentes. O ambiente era de visível tensão.

Em 28 de Outubro Rosa Coutinho encontrou-se em Cangumbe, perto do Luso, com Savimbi. No mês seguinte Mário Soares encontrou-se em Tunes com dirigentes da FNLA e depois da UNITA e, posteriormente, em Kinshasa, de novo com a FNLA e a seguir com o próprio Savimbi. Em 18 e 19 de Novembro Melo Antunes encontrou-se em Argel com Agostinho Neto, o primeiro em que participou com movimentos de libertação angolanos. O encontro de Argel foi o último da série de negociações separadas entre delegações portuguesas e dos movimentos angolanos, pelo que os negociadores portugueses já dispunham de contributos adquiridos que lhes conferiam o conhecimento das convergências e divergências e a consciência dos esforços necessários, e possíveis, para consolidar as convergências e ultrapassar as divergências. E o MPLA também conhecia, por contatos diretos com os outros movimentos e pelos ecos que a comunicação social divulgava dos progressos verificados, os obstáculos que se erguiam e os avanços que se conseguiam. Durante todo este período, em Luanda, com menos formalismos mas por vezes até com maior eficácia, efetuavam-se reuniões de membros da JG ou do MFA com dirigentes dos movimentos.

Esta persistência abriu caminho ao patamar seguinte das negociações, encontros bilaterais entre os movimentos de libertação: FNLA e UNITA em Kinshasa em 25 de Novembro, MPLA e UNITA no Luso em 18 de Dezembro, FNLA e MPLA em Mombaça em 4 de Janeiro de 1975, assinaram acordos com os quais se comprometiam a pôr termo a toda a forma de hostilidade ou propaganda prejudicial às suas relações, a encontrarem formas de cooperação militar, a combaterem as manobras que atentassem contra a unidade e visassem objetivos cisionistas. Encontros que contaram, sempre, com a presença dos dirigentes máximos dos movimentos à frente das respetivas delegações.

Em 5 de Janeiro de 1975, quando já estavam adiantadas as diligências para uma cimeira entre Portugal e os três movimentos de libertação, juntaram-se, na cidade de

Mombaça, Quénia, delegações dos três movimentos lideradas pelos seus presidentes. Foi a primeira vez que tal se verificou. Da reunião, tendo já no horizonte o encontro quadripartido com Portugal em preparação para o Alvor, resultou um comunicado final do qual se salientava: “[...] as delegações [...] encontraram uma plataforma comum em vistas às negociações do Governo Português [...] que conduza Angola à independência [...]” O comunicado acentuava que tinham sido tratadas questões relacionadas com o governo de transição, as forças armadas, a criação e instalação de futuras instituições, a cidadania angolana, a exclusão de outros partidos nas negociações e a salvaguarda da integridade territorial, frisando expressamente que “Cabinda é parte inalienável e integrante do território angolano.” Era a síntese da Plataforma Comum que iria ser apresentada a Portugal na Cimeira do Alvor.

Foi só nessa altura que a UNITA seria reconhecida pela OUA como movimento de libertação e, para isso, contribuíra decisivamente a ação portuguesa, conduzida pelos responsáveis governamentais e do MFA de Angola, ao reconhecerem à UNITA o mesmo estatuto e legitimidade dos outros dois movimentos, como lhe era devido face à situação militar que vigorava em 25 de Abril de 1974. Nas reuniões bilaterais que Portugal mantivera com a FNLA e com o MPLA insistiu, sempre, na necessidade e conveniência de que aceitassem a UNITA como parceiro negocial de pleno direito.

Mas todas estas diligências estavam longe de corresponder a um ambiente geral de apaziguamento ou de cooperação entre os movimentos. Decorriam enquanto estes, a partir das suas sedes em Luanda e em capitais de distrito, ao mesmo tempo que intensificavam a atividade política subiam o tom das confrontações, envolvendo-se com frequência em ações violentas, em especial a FNLA e o MPLA, que chegaram a travar sérios combates em plena cidade de Luanda.

A instabilidade refletia-se no clima laboral, que se mantinha agitado, influenciado pela disputa política entre os movimentos. Assumiu maior gravidade uma greve de camionistas e nas escolas de Luanda, sendo que nestas os problemas se relacionavam com a segurança dentro das instalações e nos deslocamentos de alunos e professores, em especial nas que se situavam nos bairros periféricos ou nas imediações das sedes dos movimentos, onde os confrontos violentos eram mais frequentes.

Tentação rodesiana

As grandes mudanças do mês de Julho conferiram ao processo de descolonização de

Angola o seu incontornável sentido, a marcha irreversível para a independência, cujos parceiros negociais seriam, de um lado Portugal, do outro os movimentos de libertação. Constituíam um momento de rotura, numa perspetiva positiva para a maioria, um trauma negativo para outros. As cisões no próprio MFA tiveram aqui as suas causas próximas e o mesmo aconteceria em setores da sociedade civil, nomeadamente em meios da população branca que não estavam disponíveis para assumirem a condição de angolanos e não se conformavam com a hipótese de viverem numa Angola independente governada pela maioria negra. Eram preconceitos raciais, era insegurança face ao desconhecido, era a perda de privilégios que o sistema colonial garantia.

Os equívocos que tinham alimentavam projetos de independência branca, a Opção *Tar Baby*, o Exercício Alcora, o Plano Massangano, o Novo Brasil em África, não tinham ficado definitivamente enterrados com o 25 de Abril. E engrossaram as suas fileiras com os que tinham acreditado na quimera salazarista do “Portugal uno do Minho a Timor” que, esses sim, haviam perdido irremediavelmente as ilusões. Colonialistas frustrados e neocolonialistas convictos aliavam-se na mesma trincheira.

Quando, especialmente depois da resignação do general Spínola e da sua substituição pelo general Costa Gomes, se desfizeram as dúvidas de que a solução seria a independência liderada pelos movimentos de libertação, as ameaças de setores radicais da minoria branca assumiram maior consistência. A partir do momento que o processo angolano começou a tomar forma e a adquirir alguma dinâmica, perfilaram-se potenciais ameaças violentas à estratégia que se ia delineando, vindas de dois setores bem definidos: as tendências mais extremistas da minoria branca; e o movimento separatista de Cabinda. Eram dois tipos de ameaças internas, mas ambas dependentes e contando com apoios no exterior. Trataremos do segundo no subcapítulo seguinte.

A primeira partia, principalmente, daqueles sectores que, herdeiros das desilusões das falhadas experiências euronacionalistas, haviam transferido o seu apoio para as teses integracionistas do chamado Estado Novo ou, numa fase mais tardia, para soluções federalistas. Quando constataram a sua inviabilidade passaram a apostar na tentativa golpista, violenta se necessário, que contrariasse a transferência do poder para os movimentos de libertação e assegurasse a sobrevivência dos privilégios, das estruturas e do modelo de relacionamento social e étnico do passado, através de uma qualquer solução neocolonial de modelo rodesiano. Em Angola, a ameaça com estes contornos que assumiu maior acuidade, foi a da Frente de Resistência Angolana (FRA) que, juntamente com a movimentação de 7 de Setembro do MML, em Moçambique,

que tentara impedir a entrada em vigor do acordo com a FRELIMO, constituíram manifestações tardias daquelas “tentações celeradas”. Dispunham de apoios em setores metropolitanos ligados ao passado colonial e na África do Sul, que ainda não dava por encerrado o projeto Alcora e continuava a alimentar a ilusão de Angola e Moçambique independentes com regimes do tipo *apartheid*.

Chamamos à conspiração da FRA “tentação rodesiana”, dado o paralelismo que apresentava com o golpe de Ian Smith na Rodésia, em 1965 e cujo regime ainda ali vigorava, na medida em que se tratava de um projeto de independência unilateral da minoria branca, quando estavam em curso negociações do governo colonial com representantes da maioria negra. No livro do seu principal mentor, ou como tal assumido, Pompílio da Cruz, *Angola os vivos e os mortos*, em que o golpe da FRA é descrito, o autor refere uma reunião de elementos da FRA na cidade de Nova Lisboa (hoje Huambo), em 14 de Janeiro de 1975, na qual se discutia um Estado independente governado por brancos e se terá admitido “[...] como possível a fantástica implantação de um Estado angolano à imagem da Rodésia.” (p. 217) A FRA considerava-se abrangente, englobando outras organizações como o PCDA, a Frente de Apoio à UNITA (FAU), o Exército Secreto de Intervenção Nacional (ESINA). Esta última não escondia as suas simpatias pelos regimes na Rodésia e África do Sul e o PCDA tinha absorvido o MOPUA, também declaradamente simpatizante do *apartheid* sul-africano e que expressara o seu apoio ao MML.

Nos primeiros tempos esta movimentação não se apresentava organizada, não parecendo em condições de liderar a contestação branca que brotou com alguma espontaneidade nas confrontações violentas dos musseques ou nas manifestações ruidosas do asfalto, em Luanda. Foi mesmo incapaz de acompanhar o movimento do 7 de Setembro em Moçambique que apelara para que o golpe se estendesse a Angola. Clotilde Mesquitela afirma que no MML receberam telefonemas de Angola informando que havia manifestações de solidariedade em Luanda e em Nova Lisboa incentivando-os, “Aguentem-se. Vocês são o nosso exemplo.” (p. 122) Acrescentava que sabiam já haver em Angola oficiais com a missão de estabelecerem contatos e estudarem a possível ajuda a dar-lhes (p. 139). A realidade em Angola era bem diferente da descrita por Clotilde Mesquitela, algumas incipientes mensagens de solidariedade enviadas de núcleos dispersos não chegaram para caracterizar um apoio organizado.

A principal fonte reveladora do essencial das intenções e atividades, aliás efémeras, da FRA, é o livro de Pompílio da Cruz, que se afirmava como seu mais

destacado dirigente. Mas suscita algumas reservas, pelos sinais megalómanos que evidenciava, pelo discurso de tipo comicieiro com recurso a sistemáticos insultos e qualificações não fundamentadas. Era, acima de tudo, um espaço de ajuste de contas com os que responsabilizava pelas frustrações dos projetos, quer o da FRA visando muitos dos que foram seus correligionários na conspiração, quer o posterior de candidatura do autor à presidência da República em 1976, que não foi admitida pelo Supremo Tribunal de Justiça. Mas consideramos fiável aquilo que é confirmado pelo inquérito que, na altura, foi elaborado por ordem do comandante-chefe das Forças Armadas em Angola sobre a conspiração da FRA, nomeadamente pelos depoimentos das personalidades ouvidas, ligadas ou não à FRA.

A FRA terá nascido a 19 de Julho de 1974, logo a seguir à saída de Silvino Silvério Marques, no próprio palácio do governo. Pompílio da Cruz terá sido para ali convocado para um encontro com o secretário de Silvério Marques, Nuno Cardoso da Silva, que se encontrava rodeado por pessoas da sua confiança. Dessa reunião nasceu a organização, “[...] que se propunha, numa primeira fase, redigir e distribuir manifestos preparatórios de uma ação psicológica, de modo a torná-la recetiva a um possível golpe de estado.” (p. 173) De fato, pouco tempo depois, em meados de Agosto, Luanda aparecia inundada de panfletos da FRA e da ESINA.

A FRA orientou-se para o objetivo de contrariar e interromper o processo de descolonização, recorrendo à agitação social nos principais centros urbanos mas principalmente em Luanda, à luta armada e a ações terroristas, incluindo o assassinato de Rosa Coutinho e alguns oficiais do seu gabinete e do MFA, com o fim de derrubar a JG e eliminar o MFA. Para além das organizações já referidas tentou aliciar partidos de africanos “colaboracionistas”, como a UNA de Angelino Alberto, procurou apoios financeiros em grandes empresas, como o Banco Pinto e Sotto Maior, o Caminho-de-Ferro de Benguela, a TAAG, a Diamang, a Texaco, e estabeleceu contatos na África do Sul com vista à aquisição de armas. Tentou ligações a meios militares operacionais e, segundo Pompílio da Cruz, os seus ideólogos residiam em Portugal, Pacheco de Amorim e Francisco Roseira. Eram personalidades conhecidas pelas suas relações com o passado fascista e colonialista e deduz, mas sem o provar e deixando fundadas dúvidas, que altas entidades militares orientavam a FRA, como Silvério Marques e Bettencourt Rodrigues (p. 174).

O que ressalta do livro de Pompílio da Cruz e dos depoimentos recolhidos no inquérito, é o amadorismo da conspiração, que permitiu a sua fácil neutralização pelo

MFA. E cometeu dois erros de fundo, radicados na deficiente apreciação dos seus potenciais aliados. Em primeiro lugar desatou a contactar oficiais portugueses apenas na base do valor operacional das unidades que comandavam ou pelo tipo de funções que desempenhavam, sem cuidar, previamente, de se inteirar da sua adesão aos seus objetivos e do seu posicionamento perante o MFA. Alguns estavam comprometidos com o MFA desde a primeira hora, pelo que a CCPA e o comando-chefe foram sendo mantidos ao corrente da manobra e puderam atuar e neutralizá-la em tempo oportuno. Em segundo lugar admitiu poder contar com as tropas catanguesas, os Fiéis, tendo chegado a fazer diligências para conseguir o seu transporte da Lunda e do Moxico para Luanda. Os catangueses eram, com efeito, uma força significativa e, perante a iminência da independência de Angola, era legítimo supô-los num estado instabilidade psicológica e disponíveis para embarcarem numa qualquer aventura. Assim terão pensado os estrategos da FRA, só que lhes escapou um pormenor determinante: tinha sido o próprio coordenador da CCPA, até ao 25 de Abril, o oficial responsável na ZML por todas as forças auxiliares e, portanto, o responsável máximo pelos Fiéis, mantendo com os seus chefes um bom relacionamento, até porque tinha conseguido resolver uma série de problemas de natureza remuneratória e social que antes da sua chegada se arrastavam. Os oficiais portugueses que tinham sido seus adjuntos no Gabinete das Forças Auxiliares da ZML ou nos campos dos Fiéis, mantinham-se nas suas funções e a ligação com o seu chefe anterior não tinha sido quebrada. Foi assim possível sensibilizar os catangueses para o facto de a sua futura permanência numa Angola independente e a sobrevivência do seu projeto de regressarem um dia ao seu país, livre do despotismo de Mobutu, não passarem por novas aventuras sem sentido. É provável que as diligências dos responsáveis da FRA nunca tivessem chegado aos catangueses e, se chegaram, não os tivessem atraído. E as tentativas de aliciamento dos Fiéis, pelos emissários da FRA, chegaram rapidamente ao conhecimento da CCPA.

Recortaram-se notícias suficientes para concluir que, no dia 23 de Outubro, à noite, deviam ser desencadeadas uma série de ações da FRA, não muito bem definidas. O MFA antecipou-se e o golpe abortou. Sigamos o relato do próprio Pompílio da Cruz:

“O nosso comité militar estudara as operações a cumprir em Luanda num total de 62 [...] e contava com a adesão de muitos oficiais [...] finalmente nos decidimos por um ato de força [...] Procurámos auxílio no exterior: na África do Sul, na Rodésia, em França, nos Estados Unidos [...] os mercenários catangueses constituíam uma força extremamente importante [...] esperava [...] a entrega de armamento vindo da África do Sul [...] O golpe abortou, porque, no dia 23, tropas portuguesas saíram dos quartéis, para fazer rusgas e prender civis e militares [...] A tensão subira ao

auge [...]” (pp. 193, 194, 200 e 201)

Um golpe do tipo do que a FRA esboçou dificilmente teria êxito imediato em Angola. As tropas especiais, paraquedistas, comandos e fuzileiros estavam com o Comandante-chefe e com o MFA, as tropas de quadrícula e os contingentes do recrutamento local, já bastante influenciados pelos movimentos de libertação, não alinhariam numa aventura daquele género. Mas os atos de terrorismo que a FRA se propunha levar a cabo e as respostas que suscitariam dos movimentos, descoordenadas e potencialmente geradoras de uma situação violenta caótica, arriscava-se a provocar intervenções externas que alterariam profundamente o quadro conflitual. O que veio a passar-se um ano mais tarde, nos meses que antecederam a independência, permite perspetivar o que poderia ter-se passado, com a diferença que, então, ainda não havia um acordo para a independência formalizado e os reflexos em Portugal e nas outras colónias, também em fases de transição, seriam muito mais graves. Certo é que, não fosse o amadorismo e voluntarismo dos seus responsáveis na organização e preparação do golpe, a FRA poderia ter constituído uma real ameaça, não apenas para o processo negocial em curso em Angola, mas mesmo para os das outras colónias e para o processo revolucionário em Portugal, que conhecia as primeiras cisões no seio de MFA.

A reação do MFA foi uma ação preemptiva clássica²¹. Com a neutralização do golpe da FRA o MFA em Angola conseguiu a terceira passagem do rubicão.

Cabinda

Em pleno processo negocial, logo a partir da fase preliminar dos primeiros acordos com os movimentos de libertação, começavam a consolidar-se alguns pontos-base como adquiridos, por serem transversalmente consensuais em relação a todos os movimentos e subscritos pelas instâncias internacionais, ONU e OUA. Um deles era o respeito pela integridade territorial dentro das fronteiras coloniais o que, no caso de Angola, tinha um significado muito preciso: Cabinda era parte integrante e inalienável de Angola. Era questão colocada como condição *sine qua non* por todos os movimentos para prosseguirem as negociações e que, para Portugal, não constituía obstáculo, uma vez

²¹ Segundo os manuais da teoria dos conflitos diz-se que uma ação, estratégia ou guerra, é preemptiva quando uma parte que se sente ameaçada de ataque iminente toma a iniciativa e se antecipa para neutralizar a agressão. Preempção significa, exatamente, ação por antecipação, sendo universalmente reconhecida, inclusivamente pela ONU quando aplicada aos conflitos externos, como de legítima defesa. Foi nesse quadro que se inscreveu a operação contra a FRA.

que, enquanto potência colonial, sempre encarara o enclave como parte de Angola.

Porém, com os seus recursos petrolíferos Cabinda, principal fonte de receitas angolanas, era objeto da cobiça dos vizinhos a norte, RPCo e República do Zaire, suscitava preocupações nas potências interessadas na exploração do petróleo, EUA e França, e a sua condição de enclave favorecia manobras separatistas mais ou menos apoiadas por aqueles vizinhos. Cabinda era uma questão muito sensível.

Logo a seguir ao 25 de Abril destacou-se um movimento político, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), cuja existência era anterior mas que nunca fora reconhecida como movimento de libertação, nem pelos outros movimentos nem pela ONU ou OUA, porque nunca se empenhara na luta pela independência. De acordo com o critério que definira, Portugal também não lhe reconheceu legitimidade para participar nas negociações.

A FLEC fora fundada em 1963, em Ponta Negra, RPCo, por fusão do Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), existente desde 1958, do Comité de Ação da União Nacional dos Cabindas (CAUNC) e da Aliança Nacional do Maiombe (ALLIAMA), estes nascidos em 1962. A primeira associação de cabindas terá sido, porém, a Associação dos Indígenas de Cabinda (AIEC), fundada em 1956, provável antecessora da Associação dos Originários do Enclave de Cabinda (AOECA) que também terá estado na origem da FLEC. Em 1964 solicitara à OUA o reconhecimento como movimento de libertação, que lhe foi negado. Tinha, aliás, ligações com elementos das Tropas Especiais (TE), integradas como forças auxiliares nas Forças Armadas Portuguesas, muitos deles antigos guerrilheiros da FNLA que se tinham apresentado ou que tinham sido capturados. Eram liderados por Alexandre Taty, que fora militante da UPA e que a PIDE aliciara. Sem ser reconhecida, a FLEC desaparecera de cena.

Depois do 25 de Abril de 1974 reapareceu, como em Angola reapareceram, ou nasceram, muitas organizações políticas que aproveitavam a oportunidade favorável com o anúncio da democratização. A FLEC, a que se juntaram o Partido Democrático dos Povos de Cabinda (PDPC), a União Democrática dos Povos de Cabinda (UDPC) e o Movimento dos Povos de Cabinda (MPC), com apoio político e militar nos países vizinhos, reapareceu com grande agressividade, reivindicando a independência de Cabinda fora do contexto angolano e criando problemas graves às forças portuguesas e ao MPLA que, depois de assinado o acordo de cessação das hostilidades com Portugal, era o único movimento presente no interior de Cabinda. Muitos argumentos

contrariavam as pretensões da FLEC, nomeadamente a recusa da ONU e da OUA em reconhecê-la, a exigência consensual de que fosse respeitada a integridade territorial e as posições unânimes da FNLA, do MPLA e da UNITA no mesmo sentido. Por outro lado, enquanto a FLEC nunca se envolvera na luta de libertação, muitos cabindas o haviam feito integrados nos movimentos de libertação de Angola que combateram no próprio enclave de Cabinda. Em todos eles havia, nas suas fileiras, combatentes e militantes naturais de Cabinda e, alguns, eram mesmo dirigentes destacados.

No entanto, a FLEC começou a reivindicar o estatuto de interlocutor com Portugal para a independência de Cabinda, gozando de alguma liberdade de movimentos no enclave, em especial na sua parte sul e até na própria cidade de Cabinda, com a tolerância dos responsáveis locais que não davam cumprimento às determinações de Luanda para que tais atividades não fossem permitidas. A FLEC chegou mesmo a exibir uma certa arrogância, abrindo sede na capital e controlando, com patrulhas armadas, a circulação nas ruas e estradas, ao ponto de o pretenderem fazer a viaturas militares portuguesas. Sempre impunemente.

O MPLA, como ficara regulado no acordo de Lunhamege, estava baseado a norte, junto à fronteira com a RPCo. Os seus dirigentes reclamavam insistentemente contra a tolerância às atitudes da FLEC, por violarem todos os compromissos portugueses. Ameaçavam saírem das suas bases para irem pôr fim às ações da FLEC, caso os portugueses o não fizessem. O caso acabou com um desfecho só entendível no contexto revolucionário vigente: uma intervenção conjunta de duas companhias portuguesas do batalhão de Belize, no extremo norte, com sedes próximas da base do MPLA e de um destacamento deste movimento, ocuparam a cidade de Cabinda e neutralizaram o Comando do Setor e o Governo do Distrito, posto o que pediram a presença do almirante Rosa Coutinho.²² Em nome deste seguiu para Cabinda uma delegação da JG e do MFA, que repôs a situação fazendo as tropas portuguesa de Belize e o destacamento do MPLA regressarem às suas bases e propondo a Luanda a imediata

²² Perante a determinação do responsável do MPLA de passar à ação o comandante da companhia portuguesa de Sanga Planície decidiu tomar a iniciativa. Integrou outra companhia do batalhão e aceitou incorporar um destacamento do MPLA. Com o consentimento do comandante de batalhão arrancou para a capital às primeiras horas do dia 2 de Novembro, percorreu todo o enclave pela estrada principal, passou em várias localidades onde se encontravam sedes de batalhões e companhias e chegou às portas da capital, sem qualquer oposição. Aqui, contando com a colaboração de forças da guarnição local, assumiu o controlo de todos os pontos importantes da cidade, encerrou as instalações da FLEC e, sem que o comando do sector tivesse preparado ou esboçado qualquer manobra de defesa, cercou as suas instalações, ocupou-as e prendeu o comandante e todos os oficiais do comando.

substituição do Comando do Setor e Governador do Distrito que, reconhecera ele próprio, tinha perdido qualquer capacidade de permanecer em funções. Dois dias depois chegava novo responsável com rigorosas instruções para impedir qualquer retomada de atividade da FLEC. A situação voltou à normalidade.

Em 10 de Novembro a FLEC voltava a manifestar-se. A partir da RPCo atacou e ocupou o posto fronteiriço do Morro de Sala Bendge, onde havia um destacamento do exército, matando dois militares e fazendo 20 reféns, entre eles sete militares e alguns polícias. Duas companhias de comandos seguiram de Luanda, sob o comando de um oficial que era um dos mais dinâmicos oficiais do MFA e foi rapidamente reassumido o controlo do posto, tendo o grupo da FLEC fugido para a RPCo, levando consigo os reféns, que só passados alguns dias foram repatriados pelas autoridades congolenses. Foi o último incidente relacionado com Cabinda, até às vésperas da independência.

A FLEC constatou que as suas manobras, incentivadas na sombra pelos países vizinhos com destaque para Mobutu, para perturbarem o processo negocial com os três movimentos de libertação que decorria em bom ritmo, estavam votadas ao fracasso.

Assegurando o prosseguimento desse processo o MFA, em Angola, lograra a quarta passagem do Rubicão.

* * *

A FLEC baseava a sua argumentação numa leitura discutível do Tratado de Simulambuco, chegando a dirigir a Portugal a infundada acusação de, só depois do 25 de Abril de 1974, ter integrado Cabinda em Angola. O Tratado de Simulambuco, Tratado de Protetorado Colonial, fora assinado em 1885 pelos príncipes e chefes locais dos regulados de Cabinda, Molembo, Massabi e Cacongo e, pelo lado português, pelo comandante Brito Capelo. Era semelhante a outros Tratados de Protetorado Colonial firmados com vários régulos de Angola, que garantiam a sua submissão à coroa portuguesa, adquirindo esta o direito de ocupação efetiva dos seus territórios e o compromisso de os defender contra ameaças de outras potências europeias.

O rei D. Luís I, sob cuja égide fora celebrado o Tratado de Simulambuco, determinava, logo a seguir, por decreto real de 18 de Julho de 1885, a criação do distrito do Congo que englobava todos os territórios de ambos os lados do rio Zaire e com capital em Cabinda. Era uma remodelação interna que dizia respeito a Angola. As diligências relacionadas com o Tratado de Simulambuco foram conduzidas a partir de Angola e com emissários idos de Angola.

Na Conferência de Berlim o caso de Cabinda foi sempre tratado no âmbito da colónia de Angola e foi aí, em cuja lógica da demarcação das fronteiras coloniais se inscreviam estes Tratados de Protetorado Colonial, que acabou por se transformar num enclave, pois até então houvera continuidade geográfica entre Angola e Cabinda. O estuário do rio Congo era angolano. A Conferência de Berlim atribuiu à Bélgica e à sua colónia do Estado Livre do Congo, uma saída para o mar ao longo da margem direita do rio, o que retirou à colónia portuguesa de Angola a sua continuidade territorial. O relatório do plenipotenciário português à Conferência de Berlim, marquês de Penafiel, citado por Leonor Correia de Matos, não deixava dúvidas sobre a forma como Portugal entendia a integração de Cabinda na Província de Angola:

“[...] alcançámos um limite perfeitamente definido para a província de Angola [...] Ao norte do grande rio (Congo) obtivemos um distrito que, se não é tão vasto quanto poderíamos desejá-lo, conserva ao menos para a monarquia o domínio de Cabinda, Molembo e Landana [...] A raça dos cabindas fica-nos assegurada, recebendo a paga da sua fidelidade tradicional na própria exceção que obtivemos para ela ao fazermos a cedência da margem direita do Congo”. (p. 107)

A argumentação da FLEC, contestando a legitimidade com que Portugal incluiu Cabinda no contexto angolano nas negociações para a independência, invocando o Tratado de Simulambuco, era um equívoco, não inocente e, como tal, uma fraude.

Mesmo já antes do Tratado de Simulambuco os territórios dos regulados de Cabinda, Molembo e Cacongo, na margem direita do rio Zaire, que depois vieram a constituir o enclave com o nome genérico de Cabinda, estavam ligados à “conquista” de Angola. Oliveira Pinto descreve o que terão sido as primeiras tentativas para estender a conquista de Angola à região envolvente da enseada de Cabinda, a norte da foz do rio Zaire, que remontam aos anos de 1594 e 1602, numa alargada referência à obra do Visconde de Santarém com o longo e explícito título *Demonstração dos Direitos que tem a Coroa Portuguesa sobre os Territórios Situados na Costa Ocidental d’África entre 5°12’ e 8.º (merid.) e por Consequente aos Territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz*. A intenção era negociar com os chefes locais a edificação de uma fortaleza na baía de Cabinda, a partir da qual se impedissem os desembarques dos corsários franceses e ingleses e garantisse à Coroa Portuguesa a exclusividade do comércio com os povos daquela parcela do reino do Congo.

As preocupações relacionadas com Cabinda, onde na altura predominava o comércio de escravos do qual terá sido uma das mais importantes fontes, passaram a ser uma constante dos governadores de Angola, em cumprimento de instruções que, nesse

sentido, recebiam da Corte.

Depois, com a demarcação das fronteiras coloniais na sequência da Conferência de Berlim, Cabinda foi administrativamente integrada em Angola, à qual nunca deixaria de pertencer administrativamente. Nunca constituiu uma entidade colonial diretamente dependente da metrópole. Assim o reconhecia a Constituição da República Portuguesa e era esse o seu estatuto em Abril de 1974 – Distrito de Cabinda da Província de Angola.

Quando o Governo Português assinou com o secretário-geral da ONU o comunicado conjunto de 4 de Agosto de 1974 assumiu um compromisso claro: “[...] 2. [...] compromete-se a garantir plenamente a unidade e integridade de cada território e opõe-se a toda e qualquer tentativa separatista, ou tentativas de desmembramento, seja qual for a sua origem.” Era, no essencial, Cabinda que estava em causa e essa era a posição da ONU desde que, em 14 de Dezembro de 1960, a Assembleia Geral aprovara a Resolução 1514 (XV): “Qualquer tentativa dirigida à rotura total ou parcial da unidade nacional e da integridade territorial do país (sem governo próprio) é incompatível com as intenções e princípios da Carta das Nações Unidas.” A qual, no dia seguinte, era clarificada pela Resolução 1542 (XV) que enumerava as colónias portuguesas não deixando margem para dúvidas: “Angola incluindo o enclave de Cabinda.” Foram essas, sempre, as exigências dos movimentos de libertação e tinham sido condição sem a qual não se teria chegado aos acordos de cessação das hostilidades. Portugal não poderia, sob pena de violar as resoluções da ONU, de trair os seus compromissos e de pôr em causa todo o processo negocial, tolerar manobras de grupos separatistas em Cabinda.

O constitucionalista português Carlos Blanco de Moraes é perentório: “[...] não restam grandes dúvidas de que os reinos de Cabinda sob soberania portuguesa se encontravam, desde a constituição da Capitania de Angola, sob a sua autoridade direta [...]” (p. 58) E faz luz sobre a controversa questão do “protetorado”, constante do texto de Simulambuco e que servia de pretexto para invocar a dependência direta dos reinos de Cabinda a Lisboa: “[...] não havia em termos de rigor histórico e jurídico, um protetorado português sobre Cabinda [...] desde o séc. XVI e XVII [...] pertença e conquista do reino de Angola.” (p. 89) A expressão protetorado, nos acordos celebrados, significava o reconhecimento da soberania de Portugal, considerando que a figura jurídica era a do Protetorado Colonial, o qual não tinha relevância jurídica direta no plano do Direito Internacional Público (pp. 114, 121 e 124).

Blanco de Moraes não deixa passar a questão da inclusão administrativa de Cabinda em Angola, arrasando os argumentos que alguns passaram a invocar de que só

com o 25 de Abril Cabinda passara a estar incluída em Angola. É taxativo: “[...] no plano administrativo, desde o próprio ano de 1885 [...] os territórios compreendidos no enclave de Cabinda jamais deixaram de fazer parte do que foi a colónia, província e Estado de Angola.” (pp. 131 a 136) Contesta, também, o argumento assente na diferenciação étnica, considerando que não é possível justificar a existência de um povo étnica e culturalmente distinto do que reside no resto de Angola (pp 293 e 294). Tem razão pois Angola é um grande mosaico étnico e a identidade bacongo nas duas margens do rio Zaire inclui os cabindas. Acresce que a luta de libertação nacional não foi conduzida em base etno-identitária e assentou mesmo na negação do tribalismo e do racismo. Por fim inclui também as referências das instâncias internacionais ao estatuto de Cabinda. Para a Resolução 1542/AG (XV) de 15 de Dezembro de 1960, da Assembleia Geral da ONU e para Comité de Libertação da OUA a independência de Angola incluía o enclave de Cabinda (pp. 166 a 168 e 196).

Numa síntese de toda a rica argumentação que reuniu na sua obra, Carlos Blanco de Morais rematava:

“1.º Os tratados de Chinfuma, Chicambo e Simulambuco [...] que instituíram [...] protetorados coloniais portugueses, não revestiam o valor jurídico de convenções internacionais, nem alteraram constitutivamente, no plano interno ou externo, o prévio quadro jurídico do território de Cabinda como possessão portuguesa, desde pelo menos, o século XVI; 2.º A região compreendida pelo atual enclave de Cabinda, sempre se definiu no plano jurídico, até Abril de 1974, como território administrativamente dependente de Angola [...] jamais tendo constituído por si só, uma Província Ultramarina Portuguesa; 3.º O Acordo do Alvor de 1975 [...] (é) um ato válido, à luz do Direito Internacional Público; 4.º Cabinda é, à luz do Direito Internacional, parte integrante do Estado soberano de Angola, não sendo de modo algum possível deduzir, do princípio geral da autodeterminação dos povos, uma hipotética legitimidade à secessão unilateral e violenta [...]” (p. 341)

Concluindo, era desprovida de qualquer sentido a pretensão da FLEC de que Cabinda só fora incluída em Angola com o 25 de Abril de 1974 e por opção do MFA. Nas negociações para a independência de Angola, Portugal não podia encarar a questão de outra forma, que não fosse a de que Cabinda era parte de Angola. Porque era assim historicamente, já que a soberania colonial portuguesa em Cabinda sempre se exercera através de Angola, porque Cabinda sempre esteve administrativamente incluída em Angola, porque à luz dos compromissos com a ONU Portugal se comprometera com uma transferência da soberania que respeitasse a integridade territorial das colónias, porque todos os movimentos de libertação exigiam o reconhecimento de Cabinda como parte inalienável de Angola e fora nessa base que haviam assinado os acordos de

cessação das hostilidades, porque a FLEC não lutara pela independência contra o colonialismo português e, por isso, não era reconhecida por ninguém nem por nenhuma organização como movimento de libertação e, por fim, porque os responsáveis portugueses tinham consciência que, a coberto das reivindicações da FLEC, estavam interesses irredentistas dos países vizinhos, Brazaville e Kinshasa. Portugal fez o que tinha a fazer. O que Portugal tinha a fazer era negociar a transferência do poder para uma Angola independente da qual Cabinda era parte integrante.

Quer isto dizer que Portugal recusava o direito de Cabinda a poder tornar-se independente de Angola? De maneira nenhuma e em Portugal nunca nenhum responsável o afirmou. O que quer dizer é que isso não era um problema que dissesse respeito a Portugal, era um problema que tinha exclusivamente a ver com angolanos, incluindo os cabindas, depois de Angola ser soberana. Enquanto potência colonial estava vedado a Portugal desmembrar uma colônia para negociar com cada uma das parcelas soluções diferenciadas. O contrário não poderia deixar de ser encarado como um modelo de neocolonialismo e significaria o prolongamento do seu empenhamento numa guerra com novos contornos.

Cimeira e Acordo no Alvor

Nos primeiros dias de Janeiro de 1975, depois da reunião de Mombaça em que os líderes dos três movimentos de libertação tinham acordado uma Plataforma Comum estavam, finalmente, satisfeitas todas as condições para que se concretizasse a reunião cimeira envolvendo o Estado Português e os três movimentos, na qual fosse possível formalizar um acordo para a independência e transferência do poder em Angola. A estratégia portuguesa para atingir este patamar, firmemente seguida pela JuG e pelo MFA de Angola, em perfeita sintonia com o Governo Português, materializara-se na concretização de passos sucessivos, escalonados, que culminariam em negociações entre as partes angolanas e a parte portuguesa.

Reconhecido o direito do povo angolano à independência com respeito integral pelos critérios definidos pela ONU e tendo em consideração as posições da OUA, acolhida a exclusiva legitimidade da FNLA, MPLA e UNITA para representarem o povo angolano nas negociações, conduzidas com êxito as negociações separadas com cada um dos movimentos de libertação e obtida a efetiva cessação das hostilidades em todo o território, neutralizadas as manobras golpistas da tentação rodesiana de setores da

minoria branca, anuladas as pretensões separatistas de Cabinda, abertas finalmente as portas ao diálogo entre os três movimentos e estabelecida entre eles uma Plataforma Comum para negociarem com a parte portuguesa, estava construída, pedra a pedra, a via que conduziu à convocação de uma cimeira quadripartida onde, formalmente e ao mais alto nível, se debateram e acordaram os princípios e as condições para a transferência do poder, os compromissos e as estruturas de poder para o período de transição.

Esta cimeira viria a decorrer no Alvor, entre os dias 10 e 15 de Janeiro de 1975. Constituíam um êxito para Melo Antunes que sempre se batera para que esta jornada, com o simbolismo que continha, se realizasse em Portugal. Passou à História, exatamente, como a Cimeira do Alvor ou o Acordo do Alvor.

As delegações dos movimentos eram lideradas pelos seus respetivos presidentes, Holden Roberto da FNLA, Agostinho Neto do MPLA, Jonas Savimbi da UNITA e a delegação portuguesa era presidida pelo ministro sem pasta Melo Antunes.²³

O acordo assinado no Alvor entre Portugal e os três movimentos angolanos foi produto dos avanços conseguidos depois do 25 de Abril mas, também, das contradições, das reservas que vinham da luta de libertação e dos preliminares da fase negocial. A base do texto em discussão era a Plataforma Comum conseguida na cimeira de Mombaça uma semana antes. A parte portuguesa procurou fazer valer a sua posição em pontos cruciais e introduzir cláusulas que valorizassem a sua participação na transição para a independência e defendessem legítimos interesses portugueses. Melo Antunes sintetizou o objetivo de Portugal na cimeira:

“Na prática tratava-se de encontrar soluções jurídico-políticas suscetíveis de garantir um processo de transição pacífico e de assegurar, através de eleições por sufrágio universal, a formação de uma assembleia com poderes constituintes, a cargo da qual ficaria a elaboração da primeira lei fundamental do país [...]” (p. 201).

Pretendia conciliar a legitimidade revolucionária, adquirida pelos movimentos de libertação com a luta armada, com a legitimidade democrática representativa, a obter com um sufrágio eleitoral. Era a originalidade do processo angolano, distinto da Guiné e Moçambique, onde o poder foi transferido para o único movimento existente, PAIGC e FRELIMO. Em Angola fora determinante a existência de três movimentos.

²³ Os presidentes dos movimentos faziam-se acompanhar de todos os seus dirigentes mais destacados. A delegação portuguesa integrava os ministros dos Negócios Estrangeiros Mário Soares e da Coordenação Interterritorial Almeida Santos, três oficiais vindos de Angola, um da JG, Silva Cardoso, outro do Governo, Gonçalves Ribeiro e outro da Coordenadora do MFA, Pezarat Correia e, ainda, um diplomata, Fernando Reino e um oficial da Comissão Nacional de Descolonização, Passos Ramos.

O texto final do acordo revelava a complexidade das conversações e das soluções que foi possível encontrar, derivadas mais das incompatibilidades e desconfianças entre as várias partes angolanas, do que de dificuldades com a parte portuguesa. O articulado era produto do processo negocial evolutivo, dos avanços acumulados e dos condicionamentos que foi necessário vencer. No essencial, para além dos grandes objetivos, traçava o quadro da transição para a independência. Os três movimentos de libertação tinham chegado a uma plataforma negocial comum, mas estavam muito longe de constituírem um interlocutor único.

O Capítulo I definia os grandes princípios: o reconhecimento pelo Estado Português da FNLA, MPLA e UNITA como os únicos e legítimos representantes do povo angolano” (Art 1.º); a aceitação do direito do povo angolano à independência (Art 2.º); a afirmação de Angola como entidade, una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos atuais e, nesse contexto, de Cabinda como parte integrante e inalienável do território angolano (Art 3.º). O Art 4.º marcava para 11 de Novembro de 1975 a data da proclamação da independência pelo presidente da República Portuguesa e o Art 5.º definia os órgãos de poder para o período de transição, até à proclamação da independência, um Alto-Comissário e um Governo de Transição. Pelo Art 6.º o Estado Português e os três movimentos de libertação formalizavam “[...] um cessar-fogo geral, já observado de facto, pelas respetivas Forças Armadas em todo o território de Angola.”

O Capítulo II tratava das questões relativas ao Alto-Comissário, a nomear e exonerar pelo presidente da República Portuguesa (Ar 12.º). Representava, em Angola, o presidente da República e, entre as suas competências, como responsável máximo pelo cumprimento do acordo e pela garantia e dinamização do processo de descolonização de Angola, cabia-lhe: assistir e participar, sem direito a voto, nas sessões do Conselho de Ministros, quando o entendesse conveniente; promulgar os atos legislativos do Governo; assegurar a direção da Comissão Nacional de Defesa em conjunto com o Colégio Presidencial; e dirigir a política externa de Angola durante o período transitório, coadjuvado pelo mesmo Colégio Presidencial (Art 13.º).

Era, essencialmente, a composição do Governo de Transição e as normas para o seu funcionamento, formuladas no Capítulo III, que espelhavam, com maior nitidez, as dificuldades encontradas e os reflexos que a fragilidade da plataforma de Mombaça teriam no acordo. O governo seria presidido por um Colégio Presidencial constituído por três membros, um de cada movimento, sendo a presidência exercida, sucessiva e rotativamente, por cada um deles. As deliberações do Governo de Transição seriam

tomadas por maioria de dois terços (Art 14.º a 17.º). Toda a restante estrutura do governo era quadripartida, sendo os ministros designados, em igual número, por cada um dos movimentos e pelo presidente português. Sempre que fossem criadas secretarias de estado, os seus titulares seriam nomeados pelos movimentos a que não pertencia o ministro de que dependeriam, ou pelos três movimentos se o ministro fosse nomeado por Portugal.

Ao governo competia a totalidade das funções legislativa e executiva, não podendo ser demitido por iniciativa do Alto-Comissário que procuraria resolver, juntamente com o Colégio Presidencial, “[...] em espírito de amizade e através de consultas recíprocas, todas as dificuldades resultantes da ação governativa” (Art 27.º).

O Capítulo IV era dedicado aos assuntos de natureza militar. Estipulava a criação de uma Comissão Nacional de Defesa, composta pelo Alto-Comissário, pelo Colégio Presidencial e por um Estado-Maior Unificado, este sob a autoridade direta do Alto-Comissário e constituído pelos comandantes dos três ramos das Forças Armadas portuguesas e pelos três comandantes militares dos movimentos. As decisões da Comissão Nacional de Defesa seriam tomadas por maioria simples de votos, tendo o Alto-Comissário, que presidia, voto de qualidade. A esta comissão competia a formação de forças militares mistas, compostas por um total de 48.000 homens, 24.000 militares portugueses e 8.000 combatentes de cada um dos movimentos. A Comissão Nacional de Defesa procederia à integração progressiva, na ordem de 3.000 efetivos por mês entre Fevereiro e Maio e 9.000 entre Junho e Setembro, numa proporção correspondente àqueles efetivos totais (Art 28.º a 33.º). Os efetivos portugueses que excedessem aquele contingente deveriam retirar de Angola até 30 de Abril e, os integrados nas Forças Militares Mistas, começariam a ser evacuados em 1 de Outubro, ficando a evacuação concluída até 29 de Fevereiro de 1976. Admitia-se, assim, a permanência de algumas tropas portuguesas durante três meses depois da independência (Art 34.º e 35.º).

Sobressaía a aceitação de um maior peso português nas estruturas e decisões relativas à parte militar, com uma composição bipartida, do que nas governativas, de articulação quadripartida.

Competiria ainda à Comissão Nacional de Defesa organizar forças mistas de polícia para manutenção da ordem pública, dirigidas colegialmente por um Comando Unificado da Polícia, constituído por três elementos, um de cada movimento, presidido rotativamente por um deles. A estrutura da polícia ficaria sob a autoridade e a supervisão da Comissão Nacional de Defesa (Art 36.º e 37.º).

O Capítulo VI regulava a organização de eleições para uma Assembleia Constituinte de Angola. O Governo de Transição deveria diligenciar para que as eleições fossem efetuadas num prazo de nove meses a partir de 31 de Janeiro de 1975, data da instalação do governo. Do princípio da reserva de legitimidade conferida aos movimentos de libertação como representantes dos seus povos, resultava que o texto do acordo só a eles reconhecesse o direito de se candidatarem às eleições (Art 41.º), o que conferia às eleições uma legitimidade democrática dualista, a revolucionária e a representativa. A sua preparação caberia a uma Comissão Central, constituída em partes iguais por membros designados pelos movimentos de libertação, à qual também competiria elaborar um projeto de Lei Fundamental e preparar as eleições. A Lei Fundamental, a aprovar pelo Governo de Transição e a promulgar pelo Colégio Presidencial, contemplaria todas as questões relativas às eleições, vigoraria até à entrada em vigência da constituição de Angola e não podia contrariar os termos do acordo.

O Capítulo VII definia a natureza da cidadania angolana. Angolanos seriam todos os indivíduos nascidos em Angola, desde que não declarassem, nos termos e prazos a definir, que desejavam conservar a sua atual nacionalidade, ou optar por outra (Art 46.º). Era ainda garantida a faculdade requererem a cidadania angolana a indivíduos não nascidos em Angola e radicados no país (Art 47.º). Os problemas relacionados com a concessão da cidadania angolana aos cidadãos portugueses domiciliados em Angola e os estatutos dos cidadãos portugueses em Angola e dos cidadãos angolanos em Portugal, seriam objeto de acordos especiais (Art 48.º).

O acordo contemplava ainda normas diversas relativas à regularização futura do contencioso económico e financeiro, à criação de um banco central emissor, à cooperação entre Portugal e Angola e à criação de comissões mistas paritárias, a nomear pelo Alto-Comissário, para estudar e propor soluções em vários domínios técnicos sobre problemas decorrentes da descolonização. Concluía com um Capítulo XI relativo a disposições gerais, pelas quais as partes se comprometiam a resolver entre si, por via negociada, questões supervenientes que surgissem na interpretação ou aplicação do acordo (Art 58.º). Quer Portugal, quer os movimentos de libertação, reafirmavam o compromisso de respeitarem os princípios consagrados na Carta da ONU e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, com ativo repúdio de todas as formas de discriminação social, nomeadamente do *apartheid* (Art 59.º).

Um anexo ao acordo tratava questões de prisioneiros de guerra, reorganização da Polícia de Segurança Pública, desmobilização dos angolanos das Forças Armadas

Portuguesas e das Forças Auxiliares e expulsão dos agentes da DGS. Foi decidido, unanimemente, manter este anexo secreto no imediato, apenas para que se desse tempo a um esclarecimento local do seu alcance, que podia dar lugar a interpretações erradas, suscetíveis de gerar alguma instabilidade.

Dada a sua complexidade e o equilíbrio paritário exigido na composição dos órgãos sobre os quais recairia a responsabilidade da aplicação do acordo, ele próprio revelador de profundas desconfianças, a sua exequibilidade e o cumprimento dos passos e dos objetivos nele consignados iriam depender, no essencial, de uma cláusula que não ficara inscrita no seu articulado, a boa-fé e a vontade política das partes subscritoras. Duas questões, particularmente sensíveis, vieram a confirmar serem as suas maiores fragilidades, o formato do Governo de Transição e a composição das Forças Militares Mistas. O funcionamento do governo, baseado na Plataforma de Mombaça, com a obsessão do equilíbrio numérico entre os movimentos na distribuição das pastas ministeriais e secretarias de estado e, especialmente, a sua presidência colegial e rotativa, ficava dependente da boa-fé dos subscritores. Quanto às Forças Militares Mistas, que deveriam ser o instrumento armado que possibilitasse à Comissão Nacional de Defesa cumprir a missão de “[...] assegurar e salvaguardar a integridade territorial de Angola; garantir a paz, a segurança e a ordem pública”, também era vital a boa-fé, para que esse suporte decisivo da transição se constituísse e funcionasse.

As esperanças no Acordo do Alvor marcaram os discursos da cerimónia de encerramento. Costa Gomes pôs a tónica na capacidade de diálogo, no espírito de cooperação e na boa vontade de servir o país que os dirigentes dos movimentos de libertação acabavam de demonstrar, Agostinho Neto, em nome dos três movimentos, salientou que se felicitavam pela boa colaboração e entendimento que existiu durante esta conferência, prenúncio de uma estreita colaboração ao começarem o exercício de novas responsabilidades na sua terra.

* * *

Os trabalhos da cimeira foram acompanhados com imensa curiosidade, nacional e internacional, e com larguíssima cobertura dos órgãos de informação.

A aprovação do texto final lançou uma aragem de esperança, mas era claro que a delicadeza e o complexo tecido das estruturas que fora possível delinear, em face das forças em presença e dos compromissos que foi necessário assumir, configuravam um estatuto jurídico-político de enorme fragilidade.

O acordo foi festejado e louvado em Angola, em Portugal e internacionalmente. Marcelo Rebelo de Sousa, na análise semanal que assinava no *Expresso* e que reproduziu no livro *Crónicas da Revolução*, chamou-lhe “[...] um documento histórico no conteúdo e até na precisão formal.” (2005, p. 63) Mas era um acordo de compromissos que, no essencial, acolhia os equilíbrios precários a que os movimentos tinham chegado na cimeira tripartida de Mombaça. Já o cônsul-geral dos EUA em Luanda era menos otimista. No telegrama para o Departamento de Estado em Washington, citado por Tiago Moreira de Sá, Tom Killoran

“[...] sublinhava a existência de uma reação diferenciada dos diferentes grupos da sociedade angolana, com os brancos a acreditarem que o acordo significava o fim da sua posição privilegiada [...] e os negros a pensarem que estava em ascensão uma solução pacífica do problema angolano [...] Quanto à reação dos militares portugueses, estes estavam orgulhosos com o trabalho feito, especialmente com o papel desempenhado por Rosa Coutinho [...]” (p. 143)

Em 23 de Janeiro o *Bureau of Intelligence and Research* do Departamento de Estado fazia uma análise do Acordo do Alvor em tom pessimista (p. 145). Mas fazia justiça à imparcialidade do Acordo: “Sobre Portugal o BIR afirmava categoricamente que Lisboa não tinha preferência entre o MPLA, a FNLA e a UNITA [...]” (p. 146)

O jornalista britânico Wilfred Burchett encarou de forma favorável o que se passou no Alvor:

“[...] o ambiente da cimeira do Alvor foi diferente do ambiente das conversações de Londres e de todas as conferências de descolonização a que assisti no decorrer da minha vida. Sinceridade e boa-vontade da parte dos antigos colonizadores [...]” (p. 271)

Burchett era um reconhecido especialista nos temas africanos e tinha acompanhado a luta de libertação nas colónias portuguesas.

No campo jurídico é importante o que escreveu o constitucionalista Blanco de Morais nas conclusões do seu livro: “O Acordo do Alvor de 1975 caracterizou-se [...] como um ato válido, à luz do Direito Internacional Público [...]” (p. 341)

5. TRANSFERÊNCIA DO PODER

Duraram pouco as expectativas

O Acordo do Alvor foi recebido com alguma esperança e satisfação pelos angolanos e talvez com reduzida alegria, mas também com alguma esperança, pela maioria dos portugueses, quer civis, quer militares, que contavam que fosse portador do clima de pacificação desejado. A situação de confronto e violência que o precedera criara um estado de ansiedade, recetivo a qualquer facto novo que pudesse augurar melhor entendimento e convivência entre as várias partes envolvidas. Primeiro Mombaça e depois o Alvor, constituíram a possível resposta e foram acolhidos em festa na generalidade da imprensa portuguesa e angolana.

Essa esperança ecoara dos discursos na cerimónia de encerramento da cimeira. Disse o presidente português, general Costa Gomes:

“É a esperança de todos os angolanos a exigir que, homens e partidos, apesar das diferenças sociais, filosóficas ou políticas, saibam encontrar soluções angolanas autênticas, baseadas na capacidade de diálogo, no espírito de cooperação e na boa vontade de servir o vosso país, que vossas excelências acabam de demonstrar.”

Agostinho Neto, em nome das três delegações angolanas, acentuou que

“As delegações da FNLA, MPLA e UNITA felicitam-se pela boa colaboração e entendimento que existiu durante esta conferência, colaboração que confirma o respeito prometido na pré-cimeira de Mombaça e é o prenúncio de uma estreita colaboração no começar do exercício de responsabilidades novas na nossa terra. O elemento fundamental para o êxito da luta de libertação foi finalmente adquirido e não consentiremos mais que as divergências não fundamentais sejam transformadas pelos nossos inimigos em disputas graves.”

Mas este caudal de esperança depressa se viria a esfumar e, em termos tais que legitimaram dúvidas sobre as intenções reais dos movimentos.

Ainda a tinta dos textos do Acordo do Alvor não secara e já os movimentos de libertação intensificavam, todos eles, uma campanha de recrutamento dos militares angolanos acabados de licenciar do Exército Português e dos elementos das forças auxiliares que iam sendo dispensados. Era deliberada a preocupação de reforçarem, unilateralmente, os seus efetivos armados, em violação dos limites e das metodologias reguladas pelo texto aprovado no Alvor para a constituição das Forças Militares Mistas. E era o prenúncio de uma confrontação armada que começava a desenhar-se, e a apresentar-se como inevitável.

Nesta corrida aos dispensados angolanos pelas Forças Armadas Portuguesas os movimentos começaram por dar maior importância às forças auxiliares, que eram constituídas por indivíduos próximos das comunidades onde atuavam, facilmente reagrupáveis e que só era necessário rearmar. Os militares eram desmobilizados individualmente, dispersavam-se no regresso às terras de origem, interessando aos movimentos especialmente os que fossem graduados ou especialistas, de que tinham carência. No que respeitava ao aliciamento das forças auxiliares os elementos dos Grupos Especiais (GE), que estavam distribuídos pelas sanzalas das populações a que pertenciam, foram em geral aliciados pelos movimentos mais influentes nas respetivas áreas. Os TE, localizados junto à fronteira norte com a República do Zaire e em Cabinda, aderiram preferencialmente à FNLA e à FLEC. Dos Flechas, ligados à DGS, que só existiam no leste e já estavam numa situação indefinida com a extinção da polícia política, na maior parte terão aderido à FNLA e à Revolta do Leste, de Chipenda, que então já se confundiam. Os Leais, refugiados zambianos, eram muito poucos, foram dispensados e dispersos, regressando alguns à própria Zâmbia e outros rumando a vários destinos. Problema mais complicado era o dos Fiéis, catangueses, alvos de aliciação mais apetecível, porque constituíam a força mais numerosa, mais organizada, melhor instruída e com maior experiência de combate. Eram, em suma, os que reuniam maior potencial militar.

Os refugiados catangueses encontravam-se, naturalmente, inquietos quanto ao seu futuro, em virtude das mudanças em curso em Angola. Os responsáveis portugueses haviam prometido que não os abandonariam e procurariam uma solução para o seu caso, equacionavam-se várias alternativas mas os próprios mostravam preferência por se manterem em Angola. Qualquer entendimento com a FNLA mostrava-se, à partida, inviável dada a associação deste movimento ao poder reinante no Zaire, que eles pretendiam derrubar e pelo qual eram vistos como ameaça potencial. O entendimento com a UNITA também não era fácil. Fora contra este movimento que o comando português da ZML orientara toda a atividade operacional das unidades Fiéis nos últimos meses, ao lado das forças portuguesas no âmbito da Operação Castor. E a UNITA não se encontrava implantada nas regiões fronteiriças com a República do Zaire, onde os catangueses pretendiam contar com apoios que lhes permitissem manter-se como forma de pressão sobre o regime de Mobutu. O MPLA apercebeu-se que era o único movimento que reunia condições para um entendimento com os Fiéis até porque, sendo também ele considerado inimigo por Mobutu, se apresentava como o seu aliado natural.

Confirmava-se a lógica simplista das alianças, inimigos dos nossos inimigos, nossos amigos são. Na Frente Leste os Fiéis tinham sido utilizados pelos responsáveis militares portugueses contra o MPLA da III Região Militar, comandada por Daniel Chipenda, mas este já estava em rotura com o MPLA e em processo de integração na FNLA. O MPLA aproveitou este conjunto de fatores favoráveis e conseguiu, com certa facilidade, negociar a sua adesão. E aos Fiéis não restava outra alternativa. Constituiu um reforço substancial para este movimento, um trunfo para o equilíbrio de forças com a FNLA. O MPLA estaria já a preparar o seu rearmamento.

Entretanto a fação Chipenda, no seu processo de dissidência com o MPLA sem se desvincular formalmente, começou a abrir sedes em Luanda, motivando protestos do MPLA que considerava uma violação ao Acordo do Alvor. Na madrugada de 13 de Fevereiro a direção do MPLA, encarando o caso como um assunto interno do seu movimento, decidiu atuar unilateralmente, sem consulta ou decisão das estruturas de governo e de comando previstas no Acordo. Desencadeou uma ação militar contra aquelas sedes, obrigando ao seu encerramento, o que mereceu censuras da Comissão Nacional de Defesa. A tensão não mais parou de subir, quando também em Portugal a situação atingia um dos momentos mais dramáticos do pós-25 de Abril, com os acontecimentos do 11 de Março de 1975²⁴. Os responsáveis pelo poder em Portugal e as forças políticas, absorvidas pelos graves problemas internos, tinham pouca disponibilidade para dedicarem a Angola toda a atenção que a complexidade da situação recomendava, e os responsáveis locais reclamavam.

Contrariando abertamente o espírito do Alvor cada um dos movimentos de libertação procurava consolidar o controlo das áreas de sua influência e, aí, assegurar o exclusivo da atividade política, expulsando os restantes movimentos. Nos bairros periféricos de Luanda o MPLA visava esse objetivo através do poder popular, compensando a exibição de força militar que caracterizava a presença da FNLA, não apenas em todo o Norte de Angola mas já evidente nas ruas da capital. O poder popular assentava em grupos que eram dificilmente controlados pela direção do movimento, de

²⁴ 11 de Março de 1975 – pronunciamento militar com base em unidades da Força aérea e do Exército da região centro do país, que teve expressão no ataque aéreo e cerco por tropas paraquedistas ao Quartel do Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS) e pretendia derrubar o poder vigente e entregá-lo ao general Spínola. O fracasso deste golpe que, pela primeira vez depois do 25 de Abril, colocou militares contra militares, com as imagens transmitidas pela TV em que soldados paraquedistas se queixavam de ter sido enganados pelos seus chefes, teve reflexos imediatos no agravamento da disciplina nos quartéis e deu lugar a uma nova aceleração do processo revolucionário, com a queda do III Governo Provisório e a criação do Conselho da Revolução, em substituição dos anteriores órgãos de cúpula do Estado, Junta de Salvação Nacional, Conselho de Estado e Comissão Coordenadora do Programa do MFA.

sobressaindo a figura de Nito Alves, prestigiada pela forma como conseguira resistir na I Região Militar, em condições desesperadas, nos últimos tempos antes do 25 de Abril.²⁵

Nos finais de Março as forças militares portuguesas, que iam procurando manter o controlo da situação substituindo-se às Forças Militares Mistas que os movimentos se mostravam cada vez mais desinteressados em integrar, viam-se, pela primeira vez depois de formalizado o cessar-fogo com o Acordo do Alvor, envolvidas nos confrontos armados. Uma patrulha motorizada portuguesa no bairro de Vila Alice, onde o MPLA tinha a sua sede principal na capital, foi intercetada e desarmada por uma força que identificara como pertencente a este movimento e, posteriormente, alvejada a tiro pela retaguarda quando reiniciava a sua marcha, sofrendo dois feridos. As autoridades portuguesas exigiram do MPLA a entrega dos intervenientes no incidente e, não satisfeita a exigência, decidiram uma ação punitiva, destruindo as instalações da sede e causando mortos e feridos. O MPLA alegava que não entregara os responsáveis porque a força que causara o incidente não lhe pertencia. Notícias posteriores davam conta de que a ação fora da responsabilidade da FRA, que se fizera passar como sendo do MPLA para provocar o confronto entre este movimento e as tropas portuguesas.²⁶

De qualquer forma os responsáveis portugueses, de acordo com os dados de que então dispunham, foi assim que o identificaram e atuaram em conformidade. Forças portuguesas seriam objeto de outras provocações, de idêntica ou superior gravidade, mas seria aquela a única que mereceu uma ação de retaliação.

A situação evoluiu para uma luta aberta entre a FNLA e o MPLA enquanto a UNITA se mantinha numa aparente neutralidade, da qual procurava colher dividendos. Não tardaria também a entrar na arena. Cada movimento tentava assegurar a exclusividade de atuação política nas áreas que controlava e delas expulsava,

²⁵ Já depois da independência, em 27 de Maio de 1977, viria a protagonizar o chamado “golpe fracionista”, que chegou a ameaçar o poder do então presidente Agostinho Neto, dando lugar a um conflito interno que ficou assinalado por sangrentas e traumáticas lutas em Luanda.

²⁶ Pompílio da Cruz no livro *Angola os vivos e os mortos*, relata o incidente: “Toni Rodrigues (António Alberto Beltrão Rodrigues, de seu nome completo), Nuno Cardoso da Silva, Carlos Las Heras, Joaquim Thomaz, o filho do capitão Seara, Lamas de Oliveira, o Monteiro e mais alguns formaram um “esquadrão da morte”, que levou a cabo assaltos para obtenção de dinheiro e de armas [...] Foi a quadrilha de Toni Rodrigues [...] que, envergando fardas das FAPLA, apresaram uma viatura militar portuguesa, obrigando os seus ocupantes a despirem-se e ferindo um deles a tiro. Em desforço, tropas portuguesas, enganadas pelo ardil, atacaram a delegação do MPLA em Vila Alice [...] Morreram dezanove homens das FAPLA, entre os quais o seu comandante, Soares da Silva.” (pp. 220 e 221) Esta versão, vinda de Pompílio da Cruz, poderia parecer insuspeita. A controvérsia, porém, subsiste porque, do MPLA de então, opiniões que, passados tantos anos, não raramente envolvem ajustes de contas passadas, subscrevem versões contraditórias sobre a real pertença dos elementos daquele grupo identificado com o MPLA.

violentamente, os outros dois. As tentativas da parte portuguesa, com vista ao respeito pelas normas do Alvor, multiplicavam-se sem sucesso. Iam responsáveis de Portugal a Luanda, convocavam-se reuniões, difundiam-se comunicados e apelos. Também no estrangeiro se desenvolviam esforços e diligências conciliatórias de chefes de Estado africanos, de representantes da OUA e da ONU. Por vezes, em resultado das sucessivas tentativas da parte portuguesa, de Angola ou de enviados de Lisboa, para porem os três movimentos a dialogar, surgiam indícios de entendimento mas que logo se dissipavam. Saldavam-se em acordos momentâneos mas que eram violados logo a seguir.

Uma delegação da CCPA desloca-se a Lisboa onde apresentou um estudo de situação, pormenorizado e bem elaborado. Demonstrou como era frágil a Plataforma Comum conseguida pelos três movimentos em Mombaça e que servira de base ao Acordo do Alvor. Naquele momento a preocupação dos movimentos resumia-se a uma luta desenfreada pelo poder, pretendendo cada um esmagar, política e militarmente, os outros dois. A situação tornava-se insustentável e o estudo da CCPA apontava as grandes linhas das suas preocupações: o confronto entre FNLA e MPLA estava no limiar da guerra civil; a FLEC reaparecia em Cabinda e ameaçava com novas ações armadas; a facção Chipenda atacava ora a FNLA ora o MPLA, simulando ações de um e de outro para alimentar a guerra entre ambos; o Governo de Transição encontrava-se paralisado e sem iniciativa, indiciando a sua incapacidade para organizar as eleições no prazo fixado no Acordo do Alvor; as Forças Militares Mistas continuavam por constituir e não era previsível que alguma vez o viessem a ser, uma vez que os movimentos não disponibilizarem os efetivos acordados enquanto, por outro lado, reforçavam as suas forças privadas; a Comissão Nacional de Defesa funcionava satisfatoriamente, mas não dispunha do instrumento que pudesse materializar as suas decisões; as forças portuguesas em Luanda encontravam-se relativamente moralizadas e com capacidade operacional mas esta situação ameaçava deteriorar-se; ao contrário, as forças fora de Luanda davam mostras de desmotivação e algumas de mau enquadramento hierárquico; crescia a ameaça de internacionalização do conflito, detetando-se indícios da presença de forças regulares do Zaire entre as tropas da FNLA.

Perante esta situação o Alto-Comissário, ainda segundo aquele estudo, demonstrava falta de firmeza e determinação para a enfrentar e inverter, remetendo-se a uma atitude de neutralidade passiva, expectante, arbitral e formal, o que não correspondia às exigências dos acontecimentos que, tudo indicava, se iriam agravar. A Comissão Coordenadora, pelo contrário, entendia que a atitude da parte portuguesa

devia ser a de uma neutralidade ativa, entendida não como qualquer interferência nas competências do Governo de Transição, mas como a firme determinação de reforçar o papel da Comissão Nacional de Defesa e a sua capacidade para fazer cumprir o Acordo do Alvor. Neutralidade ativa que devia compreender a vontade e aptidão para atuar, pela força se necessário, contra todas as manobras ou ações que violassem o texto e o espírito do Acordo, e contra todas as interferências de forças estrangeiras em Angola.

O estudo da CCPA caracterizava a paralisia da situação com o exemplo da inconsequência de uma reunião que se realizara em Luanda com os ministros Melo Antunes (que com a remodelação ministerial resultante do 11 de Março assumira a pasta dos Negócios Estrangeiros) e Almeida Santos, o Alto-Comissário e os três membros do Colégio Presidencial. Dessa reunião saíra um comunicado da Comissão Nacional de Defesa comprometendo-se com a formação das Forças Militares Mistas e com a execução de um conjunto de medidas que atacassem os problemas da presença de estrangeiros e da posse de armamentos pelos movimentos de libertação, mas que não produzira quaisquer efeitos práticos.

O MFA de Angola considerava ainda que, perante os posicionamentos dos movimentos de libertação em termos da colaboração com a CCPA – a FNLA recusando-a abertamente, o MPLA procurando apresentar-se como aliado natural –, era fundamental uma definição da UNITA, que urgia atrair para uma posição colaborante. Tratava-se de uma medida objetiva, para responder à automarginalização da FNLA que, como argumentos políticos, só invocava a força das armas e que se apresentava, cada vez mais, como braço armado dos interesses da República do Zaire, país onde se mantinha o seu presidente que nunca regressara a Angola. Esta resposta consistiria em conseguir uma aliança entre o MPLA e a UNITA para, com a parte portuguesa, poderem recuperar o essencial do Acordo do Alvor. A CCPA propunha ainda a substituição do Alto-Comissário e o reforço do papel do MFA, só possível com a sua institucionalização à imagem do que se passara em Portugal.

O presidente da República e o Conselho da Revolução acolheram bem a generalidade das propostas da CCPA aprovando, nomeadamente, o princípio da neutralidade ativa. Mas o entendimento entre o MPLA e a UNITA não foi possível. O MPLA, pressionado pelas posições extremistas e voluntaristas das estruturas do poder popular, recusou-o. E em Portugal, no ambiente da euforia revolucionária que se seguiu ao 11 de Março, os públicos comunicados de alguns partidos, nomeadamente do PCP e do MDP/CDE que integravam o IV Governo Provisório, em apoio explícito do MPLA,

também não ajudavam a aproximação dos dois movimentos.

Nova delegação do MFA de Angola vai a Portugal procurar sensibilizar a opinião pública para a gravidade da situação. Era portadora de um novo estudo de situação, que alertava para a necessidade de o empenhamento português em Angola, nos termos do princípio da neutralidade ativa, recusar pretensas exportações para a colónia da revolução portuguesa, então numa fase de intensa aceleração. Angola vivia o seu processo específico. Também alertava para a necessidade de afastar alianças preferenciais do MFA com qualquer dos movimentos, ainda que mais próximo, ideologicamente, da linha da revolução portuguesa. Tratava-se duma recusa explícita das pressões de alguns sectores políticos que pretendiam um alinhamento aberto com o MPLA e que causava enormes problemas no relacionamento com a FNLA e a UNITA.

Este novo estudo da CCPA confirmava o agravamento da complexa situação caracterizada no estudo anterior e sugeria uma nova cimeira, para a qual já havia a boa-vontade do MPLA e da UNITA, mas que se confrontava com a recusa da FNLA. Estavam em curso negociações para concretizar a aproximação entre o MPLA e a UNITA, que a CCPA encarava favoravelmente, uma vez que já se instalara a convicção de que o inimigo em Angola era a FNLA. Esta, pelo seu lado, pretendia um encontro de alto nível mas sem a presença portuguesa, posição de que se foi aproximando a UNITA que deixava cair a hipótese da cimeira quadripartida.

Cimeira dos Movimentos de Libertação em Nakuru

A FNLA parecia ter optado por uma guerra generalizada e os conflitos armados com o MPLA agravavam-se em Luanda e alastravam a outros distritos. Cabinda, Zaire, Uíge, Cuanza Norte, Moxico, eram palco de confrontos. A UNITA, com a sua posição fortalecida em Nova Lisboa, vinha endurecendo progressivamente o seu discurso contra Portugal, alinhando com a FNLA, que nunca abandonara a sua hostil agressividade especialmente focada no MFA. Eram os primeiros indícios de uma cooperação entre os dois movimentos que se prolongaria até à independência.

As pretensões da FNLA e da UNITA vieram a impor-se e os presidentes dos três movimentos encontraram-se em Nakuru, Quênia, à frente das respetivas delegações, entre 16 e 21 de Junho. A exclusão Portugal contrariava o espírito e a letra do Acordo do Alvor cujo Art 27.º estipulava que “O Alto-Comissário e o Colégio Presidencial procurarão resolver em espírito de amizade e através de consultas recíprocas todas as

dificuldades resultantes da ação governativa.” O que o Art 58.º confirmava, sem margem para dúvidas: “Quaisquer questões que surjam na interpretação e na aplicação do presente acordo e que não possam ser solucionadas nos termos do Art 27.2, serão resolvidas por via negociada entre o Governo Português e os movimentos de libertação”. Nakuru era o desrespeito óbvio destas disposições, mas as violações do Acordo do Alvor tinham-se tornado rotina e Portugal achou por bem aguardar, com expectativa, os seus resultados. O importante era conseguir a pacificação entre os movimentos e partir para uma nova fase de colaboração mútua.

Apesar de o texto final da cimeira omitir qualquer referência a Portugal, tinha aspetos positivos, nomeadamente uma análise da situação que podia ser encarada como uma séria autocrítica e que, nos seus pontos fundamentais, coincidia com os estudos que a CCPA vinha fazendo. Abria com uma formal declaração dos três presidentes: “[...] afirmam solenemente renunciar ao uso da força como meio de solucionar os problemas e honrar os compromissos resultantes do Acordo [...]” E era certo quando, na análise da situação interna, apontava como causas principais da sua deterioração:

“Introdução pelos Movimentos de Libertação de grandes quantidades de armamento [...] Falta de tolerância política que se manifesta através da violência na atuação dos Movimentos de Libertação [...] Existência de zonas ditas de influência e regiões de pretensa superioridade militar [...] O armamento da população civil [...]”

Reconhecia que “Os recontros militares entre os Movimentos de Libertação e a sua regionalização [...] tendem a incrementar o tribalismo, o regionalismo e o racismo.” Era, sem dúvida, uma reflexão honesta e rigorosa, em face da qual os movimentos decidiam:

“Criar um clima de tolerância política e de unidade nacional [...] pôr termo a todas as formas de violência [...] libertar imediatamente todos os prisioneiros [...] garantir a todos os Movimentos de Libertação o direito à livre atuação política [...] Acelerar a formação do exército nacional [...] Desarmar a população civil [...]”

Mais reservas merecia o anúncio da formação do exército nacional, o que punha em causa o Acordo do Alvor. Até à independência os movimentos estavam, isso sim, obrigados a contribuir para formação das Forças Militares Mistas. A ideia do exército nacional, que já tinha sido avançada por alguns dos movimentos antes do Alvor, significava a pura exclusão de Portugal da estrutura militar. O comunicado de Nakuru continha aliás, neste pormenor, alguma incoerência. Por um lado, na particularização das medidas para a criação das forças armadas nacionais, exigia “[...] da Comissão Nacional de Defesa o reforço da integração das Forças Militares Mistas [...]”, por outro

lado justificava a criação das forças armadas nacionais em virtude da “[...] ineficácia até aqui verificada nas Forças Militares Mistas [...]”

O texto comprometia-se, depois, com uma série de medidas de apoio e colaboração com o Governo de Transição abdicando de radicalismos, no sentido de superar a sua inoperância. Por último e, além de outros aspetos menos relevantes, reafirmava o propósito de proceder à realização de eleições admitindo, no caso de surgirem dificuldades para a sua concretização, a realização de uma nova cimeira em Angola para adoção de formas alternativas para a transferência do poder.

Mas a Cimeira de Nakuru não teria mais resultados práticos do que outras reuniões, menos aparatosas, já realizadas e não alterou, em nada, o curso dos acontecimentos que marchavam, inexoravelmente, para a guerra civil generalizada. Poucos dias volvidos a situação já registava um visível agravamento, com o incremento da atividade militar dos movimentos que nunca tinham deixado de receber, do exterior, avultadas quantidades de armamento e preparavam já a internacionalização do conflito. O MPLA lançava a batalha de Luanda, onde era cada vez maior a influência dos seus sectores mais radicais liderados por Nito Alves, com o objetivo de expulsar da capital as forças da FNLA. Acabou por conseguir os seus objetivos, deixando de se sentir na cidade a presença do ELNA e das FALA. As FAPLA desencadeavam depois uma ofensiva em toda a área de predominância étnica quimbundo, na faixa de Luanda a Malanje e estendendo-a depois até às Lundas eliminando, praticamente, a presença do ELNA e das FALA nos distritos do Cuanza Norte, Malanje e Lundas. O mesmo já havia feito em Cabinda. Alongaram a sua ofensiva para sul, a partir das Lundas, desalojando as FALA da área do Moxico. O ELNA tinha concentrado no Norte um forte exército, já com unidades de tipo convencional, incluindo algumas forças regulares do exército zaireense e iniciava uma manobra para sul, cujo objetivo era a ocupação de Luanda. Ameaçava também desencadear ações contra unidades portuguesas que ainda se encontravam concentradas na região de Carmona e em Santo António do Zaire. Ocupava o Caxito, a poucas dezenas de quilómetros de Luanda e tinha varrido as FAPLA e as FALA de todo Norte de Angola, nos distritos de Zaire e Uíge. As FALA, por sua vez, fixaram-se e dominaram o planalto central, expulsando as forças do ELNA e das FAPLA dos distritos de Huambo e Bié. A faixa costeira, entre Luanda e Benguela, mantinha-se sob controlo das FAPLA, mas com presença militar menos significativa.

As piores perspectivas confirmavam-se. Reacendia-se a guerra civil em Angola já em plena escalada, com os movimentos consolidando-se nas zonas que controlavam e

preparando o assalto às que eram controladas pelos outros.

Portugal não podia contar com os seus parceiros nas estruturas previstas no Alvor, nem com os seus aliados tradicionais da OTAN e da África do Sul, para pôr termo à guerra civil. Pelo contrário, eram uns e outros que a alimentavam e contribuíam para acentuar a debilidade da posição portuguesa. Em Angola também se jogava no esmagamento da revolução portuguesa, a teoria da “vacina” que fora anunciada pelo secretário de estado norte-americano Henri Kissinger.

O Governo de Transição continuava paralisado e foi mesmo abandonado pelos membros da FNLA e da UNITA que tentavam, assim, passar a imagem de que não era mais do que um executivo de coligação de Portugal com o MPLA. As Forças Militares Mistas não passavam de letra morta. O objetivo das eleições de deputados para uma Assembleia Constituinte, esvaziava-se. O projeto generoso do Acordo do Alvor nada podia contra a frieza implacável da *realpolitik*.

Fracassa o Acordo do Alvor

Perfilavam-se três preocupantes ameaças potenciais: a balcanização do território angolano de acordo com as áreas de influência dos três movimentos; o envolvimento das forças portuguesas nos combates pondo em risco a sua desejável neutralidade; a entrada em Luanda das forças da FNLA/zairenses que, a verificar-se, poderia resultar num incontrolável massacre face à resposta do poder popular, reduziria a zero a já mitigada soberania portuguesa até ao final do período de transição e lançaria o pânico generalizado na população portuguesa aí concentrada. O presidente da República transmitiu a Luanda a decisão de se proceder à retração do dispositivo do que restava das forças portuguesas, concentrando-as nos centros urbanos mais importantes, Cabinda, Santo António do Zaire, Luanda, Lobito/Benguela, Nova Lisboa, Moçâmedes e Sá da Bandeira, que eram os terminais aéreos e marítimos para evacuação das populações que desejavam retirar-se para Portugal ou outros destinos, já aí concentradas em elevado número. Devia ser impedida, a todo o custo, a entrada das forças da FNLA/zairenses na capital.

O comando-chefe de Angola pedia a Lisboa substanciais reforços militares, cuja necessidade era evidente e corroborada pelos elementos da CCPA, sempre que se deslocavam a Portugal. Mas a crise política do “verão quente” de 1975 não possibilitou mais do que a satisfação mínima daqueles pedidos. Os partidos, mais virados para a luta

interna pelo poder, não davam à descolonização a atenção necessária e a instabilidade militar interna também não favorecia a disponibilização de unidades para Angola. O estudo de situação da CCPA apontava, certamente, que faltava uma consciência nacional sobre a importância da descolonização.

O agravamento da situação em Angola e a urgência de a enfrentar prontamente, foi um dos aspetos que esteve na base da atitude de um grupo de nove membros do Conselho da Revolução²⁷ que tornaram público, em 8 de Agosto, um documento que era um alerta, mas também uma rotura e que tanta importância viria a ter no processo revolucionário português. Punha em relevo a íntima relação entre a instabilidade interna no país e a descolonização:

“[...] a fase mais aguda da descolonização (Angola) chega, sem que se tenha tomado em consideração que não era possível descolonizar, garantindo uma efetiva transição pacífica para uma verdadeira independência, sem uma sólida coesão interna do poder político e sem, sobretudo, se ter deixado de considerar que a descolonização devia continuar a ser, até se completar, o principal objetivo nacional. Vemo-nos agora a braços com um problema em Angola que excederá provavelmente a nossa capacidade de resposta, gerando-se um conflito de proporções nacionais que poderá, a curto prazo, ter catastróficas e trágicas consequências para Portugal e para Angola.”

A deterioração da situação do lado português, em Angola, refletia toda esta conjuntura. O Alto-Comissário, general Silva Cardoso, entrara em rotura com a CCPA. Faziam leituras antagónicas sobre os comportamentos dos movimentos e tinham perspectivas diferentes sobre as vias a seguir. A CCPA contava em Lisboa com o apoio do Conselho da Revolução e viu-se na necessidade de confrontar o Alto-Comissário. Este acabou por pedir a sua substituição ao presidente da República, sendo exonerado e substituído pelo almirante Leonel Cardoso, que tomaria posse em 30 de Agosto. Leonel Cardoso já estava em Angola no 25 de Abril de 1974, tendo acompanhado de perto todo o processo, era então o comandante naval cargo de que tomara posse com a chegada de Rosa Coutinho a cuja Junta Governativa também pertencera, participara nas negociações com todos os movimentos, era possuidor de um conhecimento atualizado da situação angolana, mantinha um relacionamento muito fácil e colaborante com os

²⁷ Grupo dos 9 – Assim ficou conhecido o grupo de 9 oficiais do Conselho da Revolução que divulgou um manifesto, que passou à história como o “Documento dos 9”, em que fazia uma análise muito crítica da situação política e militar e do comportamento dos órgãos de soberania e forças políticas e propunha medidas tendentes a alterar o rumo dos acontecimentos para salvar a revolução. O documento constituía a expressão das novas clivagens no seio do MFA: os “nove”, em torno deste grupo, “gonçalvistas”, polarizados na figura do primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, e os “otelistas”, apoiando o comandante do Copcon, Otel Saraiva de Carvalho.

elementos do MFA, que lhe reconheciam maior serenidade e maior capacidade de decisão, e sempre contou com a confiança dos militares do 25 de Abril. O MFA em Angola ousara e conseguira, com êxito, a sua quinta passagem do rubicão.

A substituição do Alto-Comissário coincidia com uma grave decisão tomada pelo Estado Português. Estava-se perante uma realidade que não podia ser iludida, o Governo de Transição de Angola, de facto, já não existia, a Comissão Nacional de Defesa deixara igualmente de reunir, as Forças Militares Mistas nunca se tinham constituído, a estrutura económica paralisara. Os grandes princípios e objetivos do Acordo do Alvor estavam votados ao desprezo absoluto pelos movimentos. A única medida de fundo, prevista no Acordo, que o Governo de Transição concretizara, fora a aprovação da Lei Fundamental transitória para a realização de eleições, em 13 de Junho, mas que se mantinha letra-morta. Portugal viu-se, perante este quadro concreto e esgotados que estavam todos os seus esforços para manter vivo o Acordo do Alvor, obrigado a formalizar a sua suspensão parcial. Fê-lo através do Decreto-Lei n.º 458/A-75, de 22 de Agosto, que também avançava com medidas que evitariam um vazio administrativo:

“[...] Considera-se transitoriamente suspensa a vigência do Acordo do Alvor [...] no que diz respeito aos órgãos de governo de Angola [...] Verificando o Alto-Comissário a ausência de facto das suas funções por parte de qualquer membro do Governo de Transição, nomeará um diretor-geral que assegurará [...] a gestão do respetivo departamento, despachando apenas os assuntos de expediente considerados de urgência [...] Os Ministérios cujos titulares são designados pelo Presidente da República Portuguesa [...] passarão a ser geridos pelos diretores-gerais.”

Com este decreto-lei visavam-se, no essencial, dois objetivos políticos, para além da eficácia administrativa: primeiro, reforçar os poderes do Alto-Comissário já que era o único órgão do poder executivo que se mantinha em pleno funcionamento; segundo, uma vez que os ministros do MPLA eram os únicos que tinham permanecido no governo, regular legalmente a saída dos ministros portugueses impedindo que o governo pudesse ser catalogado de coligação Portugal/MPLA, que seria uma oportunidade que os outros movimentos não deixariam de explorar. O Decreto-Lei n.º 458/A-75 tinha, porém, o cuidado de salvaguardar os grandes princípios do Acordo do Alvor, nomeadamente o direito do povo angolano à independência, o respeito pela integridade territorial e unidade política de Angola, a fixação da data da proclamação da independência em 11 de Novembro de 1975 e o reconhecimento dos três movimentos de libertação como únicos e legítimos representantes do povo angolano.

O carácter excepcional das medidas contidas neste diploma e a necessidade do seu conveniente esclarecimento, levaram a Comissão Nacional de Descolonização a publicar um extenso comunicado em que historiava, em pormenor, as razões que estiveram na sua origem e o alcance e significado das decisões tomadas. Paralelamente, Portugal desencadeava uma vasta ofensiva diplomática, com vista a esclarecer a comunidade internacional e a solicitar o seu apoio para os esforços que iria prosseguir no sentido de normalizar a situação. O presidente da República recebeu em audiências separadas membros das missões diplomáticas em Lisboa, enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros se reunia com o Corpo Diplomático. Almeida Santos, na altura sem funções no governo, deslocou-se à ONU como enviado do presidente da República, para contatos de informação e entrega de cartas pessoais do general Costa Gomes ao secretário-geral, ao Conselho de Segurança e ao presidente da Comissão de Descolonização. Com missões semelhantes foram enviados emissários credenciados aos presidentes da OUA, dos países antigas colónias portuguesas africanas e a outros países deste continente que tinham acompanhado mais de perto as tarefas da descolonização portuguesa, Nigéria, Tunísia, Somália, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, Zaire, Congo e Senegal. Iguais diligências foram feitas junto de países da OTAN, nomeadamente os EUA, Canadá, França, Reino Unido e Itália, de países da Europa de Leste, Jugoslávia, Roménia, URSS e de países neutrais com quem Portugal mantinha relações privilegiadas, Brasil e Austrália. De uma maneira geral, a posição portuguesa foi bem compreendida, até porque o Decreto-Lei n.º 458/A-75 se destinava, muito mais, a clarificar uma situação que se apresentava extremamente ambígua, do que a solucionar o problema do conflito interno angolano.

A guerra civil em Angola não só não estava a caminhar para uma solução como, pelo contrário, ia passar ao patamar da aberta intervenção armada estrangeira que, até aí, se bem que já se viesse manifestando, se fazia de forma camuflada, envergonhada, sem ser declaradamente assumida. Portugal, com os seus efetivos militares reduzidos em cumprimento daquilo com que se comprometera no Alvor, vítima da sua obsessiva preocupação de neutralidade mas sem a força suficiente para a impor e assegurar, obrigado ao ingrato papel de, numa situação de guerra, exercer um poder *de jure* sem capacidade militar para o exercer *de facto*, mais incapacitado ainda se veria para se opor ou repelir as invasões de forças regulares de outros países, que estavam já em marcha.

O Decreto-Lei 458/A-75 era o reconhecimento do falhanço do Acordo do Alvor. Que falhou, objetivamente, porque faltou a boa-fé aos negociadores angolanos. Podem

procurar-se muitos outros fatores que não entraram na sua discussão, apesar de já estarem presentes na guerra colonial e que, para isso, contribuíram: a nível global a guerra-fria e a disputa das superpotências pelo controlo de zonas de influência; à dimensão regional o empenho da África do Sul na sobrevivência do *apartheid* no que contou com a cumplicidade do Ocidente. Mas a ausência da boa-fé foi determinante porque, como o futuro imediato não tardaria a demonstrar, enquanto se negociava, já se estava a preparar o quadro em que os outros fatores se iriam revelar. O único subscritor que tudo fez para salvar o Acordo foi Portugal. Tornou-se óbvio que os movimentos apenas o encararam como instrumento para se livrarem da presença portuguesa e, depois, conquistarem o poder pelas armas. As cisões eram demasiado radicais e continuaram a ser alimentadas do exterior, com apoiantes a apostarem também na solução armada. Reconheceu-o, severamente, Melo Antunes:

“Uma condição fundamental, obviamente não escrita, faltou em Alvor: a boa-fé dos intervenientes da parte angolana. Todos eles, com esta negociação, procuravam ganhar tempo a fim de reforçarem as suas posições no terreno político e militar, porque sabiam que o poder jamais seria partilhado entre eles.” (p. 202)

Melo Antunes, com as responsabilidades que tivera nas negociações angolanas e com o sentido de Estado com que sempre pautou a sua ação era, então, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e não se poupou a esforços, com frequentes idas a Angola e demoradas reuniões com os responsáveis portugueses e dos movimentos de libertação, para tentar salvar o Acordo do Alvor. E fez questão de testemunhar como, para tal, contou com a colaboração empenhada das estruturas locais do MFA:

“Nesta altura, foi notável a ação da CCPA, que não se limitou a tentar gerir a crise no quotidiano, mas avançou com propostas políticas realistas e isentas nos momentos mais críticos, procurando, com o conhecimento e experiência da situação vivida no concreto, as soluções mais adequadas e justas.” (p. 203).

Mas Melo Antunes reconheceu, com evidente frustração, que não teve êxito e apontou, certamente, as causas. Vale a pena segui-lo em discurso direto:

“[...] torna-se cada vez mais evidente, ao longo do ano de 1975 e até à independência em 11 de Novembro, que a estratégia seguida pelos movimentos dependia dos apoios externos o que, em última análise, se podia reconduzir a uma estratégia de internacionalização dos conflitos internos [...] É inequívoco que a FNLA foi a ponta de lança dos interesses ocidentais e especialmente norteamericanos, via Mobutu, para tentar o controlo político de Angola, mantendo o país, após a independência, na zona de influência ocidental [...] O MPLA [...] havia participado, durante os meses da transição, da escalada armamentista. Carregamentos de armas vindas da Jugoslávia, da União Soviética e de outros países do bloco de Leste foram chegando a Angola, em pontos controlados pelo

MPLA [...] a UNITA jogou na possibilidade de destruição mútua dos dois principais adversários (MPLA e FNLA), para depois emergir, em posição hegemónica, como salvador da pátria.” (pp. 202 e 203)

Melo Antunes prosseguia relatando os esforços desenvolvidos por Portugal para, pelo menos, numa última tentativa de garantir o essencial do acordo, procurar um entendimento entre o MPLA e a UNITA:

“[...] mantendo-se a recusa declarada da FNLA em colaborar, deveria tentar-se a aliança entre o MPLA e a UNITA, o que suporia, como é óbvio, a caducidade do acordo de Alvor e o recomeço de todo o processo em bases políticas inteiramente novas. Esta operação de aliança entre o MPLA e a UNITA não foi por diante, opondo-se a ela frontalmente os sectores mais radicais do MPLA. Nesta altura (Abril/Maio de 1975), a UNITA era, porém, favorável a um acordo privilegiado com o MPLA, sem deixar, no entanto, de manter as portas abertas a uma inversão súbita de alianças, manobra típica de um movimento que, em nome do pragmatismo e do realismo, jogou sempre na duplicidade política com total ausência de exigências éticas.” (p. 204)

Não terão sido apenas os setores mais radicais do MPLA que inviabilizaram o entendimento MPLA-UNITA. Com o apoio da parte portuguesa chegou a ser concluído, em Lisboa, um acordo entre dirigentes destes dois movimentos no princípio de Agosto de 1975, mas que foi logo inviabilizado. Se a primeira tentativa, meses antes, fora bloqueada pelo MPLA, esta era-o, agora, pela UNITA. Segundo John Stockwell, que fora o dirigente máximo da CIA para Angola durante aquele período, os EUA não estavam interessados na aliança da UNITA com o MPLA que prejudicaria a ligação que já então preparavam entre a UNITA e a FNLA. Trataram, por isso, de sabotar aquele esboço de acordo. No livro que, mais tarde, escreveu, Stockwell diz que Savimbi causou aos EUA um pequeno embaraço quando enviou elementos para sondarem o MPLA para uma solução negociada. E salientou: “[...] Não queríamos aliados moles, na nossa guerra contra o MPLA.” (p. 205) É a prova do papel que os EUA já estavam então desempenhando e que viriam a reforçar nos tempos que, imediatamente, se seguiriam.

Intervenções externas

Com a guerra civil instalada e para prosseguir, com todos os movimentos buscando apoios externos abrindo as portas às intervenções armadas estrangeiras e à internacionalização do conflito, estava em andamento a plena recuperação das restantes componentes da guerra colonial, o conflito regional e o confronto leste-oeste. Angola iria ser palco privilegiado destes cenários e as peças iam permanecer em cena durante

largos anos. No período da transferência do poder, que mediou entre a conclusão do Acordo do Alvor e a formalização da independência, os quadros do conflito regional e do conflito leste-oeste, tendo Angola como centro, podem ser, muito esquemática mas rigorosamente, assim resumidos: o conflito regional envolveu, a partir da fronteira norte, forças militares regulares do Zaire em apoio da FNLA e contra o MPLA e, a partir da fronteira sul, forças regulares da África do Sul em apoio da UNITA e contra o MPLA; o conflito leste-oeste inicialmente manifestou-se através da intensificação dos apoios dos EUA à FNLA e da URSS ao MPLA mas, no período mais perto da independência, assumiu novos contornos, com os EUA a coordenarem no terreno a Operação IAfeature contra o MPLA, a qual integrava forças da FNLA, da UNITA, de Daniel Chipenda, do Zaire, da África do Sul (Operação Savannah) e mercenários portugueses, os “comandos especiais” de Santos e Castro²⁸, enquanto a URSS apoiava logisticamente o MPLA. A intervenção cubana (Operação Carlota), que viria a ser determinante, deve inscrever-se no quadro do conflito regional e não do leste-oeste, por razões que à frente adiantaremos. O que estava em disputa era o domínio de Luanda, capital de Angola, no dia 11 de Novembro, simbolicamente muito importante para a proclamação da independência que cada uma das partes haveria de anunciar ao mundo.

A integração da Operação Savannah da África do Sul que, inicialmente, nascera de forma autónoma, na Operação IAfeature dos EUA, não pode deixar de suscitar uma leitura no quadro do Exercício Alcora e da Opção *Tar Baby*, que já regiam as estratégias de Pretória e de Washington para a África Austral antes do 25 de Abril, com o objetivo de ser preservado o regime de *apartheid*. Estas intervenções externas, levadas a cabo por aliados oficiais de Portugal, foram desencadeadas quando Portugal ainda era formalmente responsável pela soberania de Angola se bem que, com as suas forças armadas reduzidas à expressão mínima, já não a exercesse de facto.

Inicialmente a generalidade destes apoios externos tinha-se limitado à disponibilização de fundos financeiros e ao fornecimento de equipamentos e armamentos militares, muitas vezes acompanhados de instrutores e conselheiros. A entrega de novos tipos de materiais implica sempre a familiarização com o seu manuseamento pelo que, ou os instruendos são recebidos no país fornecedor e depois formarão os utilizadores no país de destino, ou se enviam instrutores para formarem no

²⁸ Gilberto Santos e Castro, tenente-coronel, irmão do engenheiro Santos e Castro governador-geral de Angola deposto em 25 de Abril fora, até 25 de Abril de 1974, governador do distrito de Cuanza Norte. Fundador e comandante do Centro de Instrução de Comandos, em Luanda, era uma figura de referência destas tropas especiais portuguesas.

destino, diretamente, aqueles que vão trabalhar com os novos materiais. Quando o tempo urge e era o caso de Angola em 1974-1975, a segunda solução é a preferida.

Através de variadas fontes já é possível estabelecer uma cronologia dos apoios militares externos prestados aos movimentos angolanos depois do 25 de Abril. Segundo John Marcum:

“Nos meados de 1974 a FNLA recebeu da China centenas de toneladas de armas, bem como instrutores chineses [...] Em Outubro e Novembro de 1974 os soviéticos limitaram-se a entregar modestas remessas de armas ao MPLA [...] quando o Acordo do Alvor era arduamente conseguido, o 40 *Committee* do Conselho Nacional de Segurança autorizou uma verba americana de 300.000 dólares para a FNLA, o movimento com o maior exército e o mais disposto a seguir uma estratégia mais militar que política. Curiosamente, o 40 *Committee* declinou ajudar a UNITA, cuja estratégia era a mais política dos três [...] De Março a Julho de 1975 as remessas de armas soviéticas [para o MPLA] incrementaram-se [...] Em Agosto [de 1975] pessoal cubano e soviético – presumivelmente técnicos e instrutores militares – começaram a aparecer em Angola.” (pp. 413 a 416)

Para Phyll Johnson e David Martin, com a aprovação pelo presidente Ford, em Julho de 1975, de um fundo de 14 milhões de dólares para apoiar as forças anti-MPLA, “Agora era a guerra total.” (1988, p. 116)

John Stockwell era muito preciso na cronologia que incluiu no livro que, mais tarde, depois de abandonar a CIA, veio a publicar, da qual extraímos:

“Maio de 1974 – 112 conselheiros chineses juntam-se à FNLA no Zaire. A China envia um carregamento de 450 toneladas de armas para a FNLA; 7 de Julho de 1974 – a CIA inicia secretamente o financiamento de Roberto (não aprovado pela Comissão dos 40) e faz *démarches* em Washington para obter apoio para a FNLA [...]; Fins de 1974 – os soviéticos começaram a enviar pequenas quantidades de armas para o MPLA; 26 de Janeiro de 1975 – A Comissão dos 40 aprova 300.000 dólares para Roberto [...]; Março de 1975 – os soviéticos respondem intensificando os carregamentos de armas para o MPLA [...] Conselheiros soviéticos e cubanos vão para Angola; Julho de 1975 – a Comissão dos 40 aprova um programa paramilitar de 14 milhões de dólares para apoiar a FNLA e a UNITA contra o MPLA [...] os carregamentos de armas da CIA começaram a entrar em Angola.” (pp. 279 e 280)

Outra fonte, esta da própria África do Sul, é o documento elaborado pelo Departamento de Relações Públicas das Forças de Defesa Sul-Africanas (SADF), da responsabilidade do Prof. F. J. du Toit Spies:

“[...] Jonas Savimbi recebeu o primeiro auxílio material sul-africano [...] no dia 9 de Outubro de 1974 [...] Em Fevereiro de 1975, Savimbi encontrou-se em território angolano com o então chefe dos Serviços Militares de Informação da África do Sul, general Du Toit. Pouco depois, a UNITA recebia de Pretória 402 metralhadoras, 100 pistolas, 95 000 munições e 200 000 dólares em dinheiro. Nos

encontros subsequentes Jonas Savimbi solicitou mais apoio, oferecendo em troca os seus préstimos para tentar impedir a infiltração da Namíbia com guerrilheiros da SWAPO provenientes do Sul de Angola [...] No dia 14 de Julho de 1975 o primeiro-ministro John Voster autoriza o dispêndio de 20 milhões de rands em compra de armas no estrangeiro para a UNITA [...]²⁹

Foi, portanto, diversificado o apoio material que todos os movimentos receberam do exterior, a partir do 25 de Abril, progressivamente intensificado depois do Acordo do Alvor. Mas a sua natureza não alterava, no essencial, o quadro do que se passava antes da revolução portuguesa, com a exceção dos apoios que Portugal recebia e que cessaram radicalmente. Os apoios da África do Sul passaram a ser canalizados para a UNITA e os dos EUA transferiram-se para a FNLA, retomando ligações antigas e, mais tarde, também para a UNITA.

O que viria a constituir novidade e que, verdadeiramente, caracterizou a internacionalização do conflito angolano, foi a intervenção direta de forças regulares de países estrangeiros. O seu aparecimento na cena angolana deu-se, quer por iniciativa própria, quer a pedido dos movimentos de libertação e as suas atuações foram, na maioria dos casos, associadas às forças dos movimentos. Mas atuaram também por vezes em missões autónomas e visando objetivos por elas próprias definidos.

A vasta bibliografia existente já permite, hoje, ter-se uma ideia bastante precisa sobre o encadeamento dessas várias intervenções.

* * *

Embora nos finais de 1974 houvesse já fortes suspeitas da presença de militares zairenses entre os efetivos que a FNLA ia introduzindo em Angola pela fronteira norte, tal nunca foi indesmentivelmente verificado. Mas, em Março de 1975, todas as dúvidas se desfizeram, confirmando-se mesmo que não se tratava apenas da esporádica colaboração de militares isolados, mas da presença efetiva de unidades regulares do exército zairense. O estudo de situação da CCPA afirmava que havia provas concretas da presença em Angola de forças do exército zairense integradas na FNLA. Os ministros Melo Antunes e Almeida Santos estavam em Luanda e, num *briefing* efetuado no comando-chefe, o Alto-Comissário comunicava ter sido informado de que a FNLA dispunha de elementos militares zairenses. John Marcum também viria a confirmar que, na Primavera de 1975, as tropas da FNLA que tinham entrado em Angola a partir do Zaire e começaram a atacar unidades do MPLA em Luanda e algumas áreas do Norte,

²⁹ Em artigo de Paulo Camacho “Angola, invasão sul-africana usou camuflados portugueses”, *Expresso*, 7 de Outubro de 1989.

eram acompanhadas de elementos do exército zairese (p. 415).

A partir de Julho o Zaire reforçaria a sua intervenção, o que era confirmado por todos os autores que estudaram, em detalhe, os acontecimentos de Angola do período 1974-1976 ou que neles participaram. Segundo Wilhelm Heimer, Mobutu pôs à disposição da FNLA vários batalhões de infantaria e para-comandos, assim como unidades blindadas e de artilharia, do exército zairese (p. 83). Phyllis Johnson e David Martin também relatam que em Julho tropas de elite de dois batalhões de comandos do Zaire se tinham infiltrado a partir do Zaire (1988, p. 116). Num livro de Pedro Silva, Francisco Esteves e Valdemar Moreira, presumivelmente pseudónimos de três mercenários portugueses recrutados por Santos e Castro para os comandos especiais que integraram a coluna da FNLA que preparava o assalto final a Luanda, *Angola, Comandos Especiais contra os Cubanos*, os autores confirmavam o envolvimento zairese, ainda que apenas se mostrassem conhecedores de parte do seu volume, descrevendo a ajuda que o ELNA recebera, um batalhão zairese equipado com Panhard, antiaéreas de 20 mm e morteiros de 120 mm (p. 46). John Stockwell, que estava bem situado e relacionado para conhecer o que se passava, confirmava o essencial destas notícias: “Em 11 de Setembro, Mobutu põe em ação a sua elite, os 7.º e 4.º batalhões de comandos, fazendo-os seguir de avião para o Ambriz nos seus C-130 e o prato da balança pendeu a favor da FNLA ao norte de Luanda.” (p. 172) E, na cronologia dos acontecimentos: “Junho de 1975 – [...] As unidades blindadas do exército zairese juntam-se à FNLA e à UNITA em Angola [...]; Meados de Setembro de 1975 – O exército zairese compromete 2 batalhões para-comandos [...]” (p. 280) Na sua carta de renúncia da CIA Stockwell ia mais longe nas considerações acerca das consequências da intervenção zairese:

“Em Julho de 1975 não havia dúvidas da vitória do MPLA [...] considerado por vários oficiais e senadores americanos responsáveis como o mais qualificado para governar Angola; e nem era hostil aos Estados Unidos [...] avisei o grupo de trabalho em Outubro de 1975 que a invasão zairese do Norte de Angola teria como resposta a introdução de um grande número de tropas cubanas [...]” (p. 289)

Foi esta discordância que esteve, de resto, na base da sua demissão da CIA. E Stockwell referia que, idêntica opinião contrária ao apoio norte-americano à intervenção do Zaire, tinha o cônsul-geral norte-americano em Luanda, Tom Killoran.

Enfim, são fontes substanciais e permitem afirmar que as primeiras forças militares estrangeiras a intervir no interior de Angola em apoio de movimentos de libertação, na fase da transferência do poder, foram zairenses e tiveram apoio dos EUA.

A denúncia desta realidade, em Lisboa, criaria um grave incidente diplomático com Kinshasa, que quase ia derrapando para um conflito armado entre o Zaire e Portugal no espaço angolano, o que obrigaria as forças armadas portuguesas a uma resposta que dificilmente estavam em condições de garantir. Rosa Coutinho, então membro do Conselho da Revolução, denunciou publicamente, em entrevistas a jornais estrangeiros, a agressão do Zaire contra Angola. Mobutu reagiu veementemente e ameaçou com o corte de relações e com a intervenção militar em larga escala, o que não era mais do que um simples pretexto para tornar pública uma realidade até aí encoberta. O presidente da República, o Conselho da Revolução e o Governo, empenharam-se ativamente na resolução do incidente pela via diplomática, chamando a Lisboa o representante português em Kinshasa e enviando ao Zaire Vítor Alves, membro do Conselho da Revolução e ministro sem pasta, acompanhado do major Gomes de Abreu do MFA de Angola e por elementos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Já no Zaire juntar-se-lhes-ia o tenente-coronel Gonçalves Ribeiro, ido de Luanda em representação do Alto-Comissário. Tratava-se de uma missão de boa vontade, com o fim de repor a normalidade diplomática. Vítor Alves era portador de uma mensagem pessoal do presidente da República e o incidente ficou, temporariamente, resolvido. O que não impediu que o Zaire prosseguisse na sua intervenção direta no conflito em apoio da FNLA, que até intensificaria. O incidente diplomático apenas viera confirmar a fragilidade da posição em que Portugal se encontrava.

* * *

Posteriormente o empenhamento direto em favor da FNLA já não viria, apenas, da República do Zaire. Os EUA, que já tinham estado envolvidos com o fornecimento de fundos financeiros e equipamentos militares, como vimos, passaram a estar também com pessoal só que, como é comum nestes casos que eles próprios classificam de “guerras sujas”, a operação não esteve a cargo do Pentágono, mas sim da CIA. Punham em marcha a Operação IAfeature que o presidente Ford aprovara em 18 de Julho, que John Stockwell descreveu em pormenor e, através da qual, os EUA coordenaram a ação conjunta dos apoios à FNLA e à UNITA:

“[...] de 3 a 9 de Agosto o “IAfeature” tornou-se um completo programa de ação secreta, os aliados principais, Mobutu, Kaunda, Roberto e Savimbi tomaram conhecimento da operação e a sua cooperação foi assegurada [...] Os presidentes do Zaire e da Zâmbia estavam envolvidos. Isto era em grande parte verdade [...] Durante Setembro e Outubro, a CIA, com o apoio considerável do Governo dos Estados Unidos e seus gabinetes militares em todo o mundo, organizaram a controversa “guerra a baixo preço” com decidida desumanidade [...] A 17 de

Setembro, uma força de choque reforçada, composta por tropas zairenses, da FNLA e portuguesas, retomou o Caxito; em seguida iniciaram um avanço cauteloso em direção à própria cidade de Luanda [...] A solução mais difícil para a CIA era colocar os seus próprios peritos paramilitares com os comandos da FNLA e da UNITA. Isto era rigorosamente proibido pela Comissão dos 40 que não queria americanos diretamente envolvidos na luta, mas nós fizemo-lo de qualquer maneira. Desde o início nós estávamos profundamente envolvidos na condução da guerra a partir de Washington, de Kinshasa e das bases avançadas no interior de Angola [...] Os especialistas de comunicações da CIA prepararam o plano tático de comunicações para a batalha do Lobito e seguidamente instalaram as redes táticas e estratégicas da UNITA e da FNLA no interior de Angola [...] um coronel do exército aposentado foi contratado e designado para o comando permanente da FNLA no Ambriz [...] O Conselho de Segurança Nacional ordenou à CIA que esboçasse um programa que pudesse ganhar a guerra.” (pp. 91, 95, 170, 172, 173, 186 e 232)

Stockwell referia o envolvimento de “tropas portuguesas” no apoio à FNLA, o que era uma força de expressão. O militar português na reserva, tenente-coronel Santos e Castro organizou, de facto, uma coluna constituída por ex-militares portugueses na disponibilidade, que não eram, obviamente, tropas regulares, que ele contratou e a que chamou comandos especiais e que se integraram na Operação IAfeature. Santos e Castro confirmava este envolvimento no prefácio que escreveu para o livro *Angola, Comandos Especiais contra os Cubanos*: “Estávamos em Agosto de 1975. Um pequeno grupo de portugueses desembarca em Angola para ajudar a impedir a sua entrega ao imperialismo soviético [...] Os comandos especiais e eu próprio demos o nosso apoio à FNLA.” (pp. 9 e 18) Desempenharia mesmo as funções de chefe do estado-maior do ELNA, para espanto que Stockwell não esconde: “Agora Santos e Castro trabalhava para o inimigo de toda a sua vida, Holden Roberto, como chefe de estado-maior do exército FNLA.” (p. 135) Isto passava-se enquanto em Luanda a soberania era ainda exercida, *de jure*, por Portugal. Os autores do livro *Angola, Comandos Especiais contra os Cubanos*, enalteciam os seus feitos naquela operação, opinião contrariada por Stockwell que se lhes referia em tom muito crítico: “Castro pretendia o que todos os aventureiros do seu tipo querem – dinheiro [...] Decidi que seria melhor não contarmos muito com os comandos portugueses.” (pp. 136 e 138)

* * *

Se bem que a intervenção militar dos sul-africanos tenha sido, inicialmente, mais orientada para o apoio à UNITA, acabaram por dar também apoio direto à FNLA quando se integraram na Operação IAfeature, colocando no Ambriz, por via aérea, um pelotão de artilharia pesada para apoio da coluna que, a partir do Caxito, deveria

desencadear o ataque final a Luanda.

A intervenção militar da África do Sul em Angola, no tempo colonial, era recorrente no quadro do Exercício Alcora. Era uma atividade operacional assente no apoio aéreo, mas que incluía patrulhamentos terrestres na fronteira entre Angola e a Namíbia na Faixa do Caprivi e em alguns pontos sensíveis de interesse para Pretória. Depois do 25 de Abril aumentaram as preocupações sul-africanas.

Nos princípios de Agosto de 1975, unidades militares regulares da África do Sul ocuparam as barragens de Calueque e Ruacaná no rio Cunene, que fazia fronteira com a Namíbia, expulsando da primeira forças da UNITA e, da segunda, forças do MPLA, ali vindo a manter-se por largo tempo. Notícias posteriores davam conta de as tropas sul-africanas terem atacado e ocupado Pereira d'Eça (hoje N'Giva), capital do distrito e bem no interior de Angola donde, a seguir, retiraram, mas mantendo forças poucos quilómetros a sul da cidade. Os sul-africanos viriam a reconhecer a ocupação das barragens no Cunene mas negaram o ataque a Pereira d'Eça confirmando, porém, a sua penetração em território angolano em perseguição de um grupo da UNITA.

Nos princípios de Outubro unidades de combate sul-africanas, incluindo blindados, foram colocadas, por via aérea, em Silva Porto, atual Cuíto, a pedido da UNITA e em apoio deste movimento. “[...] é indubitavelmente verdade que a UNITA convidou a África do Sul a intervir. Ainda mais, parece que o Zaire e a Zâmbia, ambos economicamente dependentes da África do Sul, encorajaram secretamente a intervenção da África do Sul [...]”, afirmava John Marcum. E acrescentava, que os EUA tinham sido coniventes com a intervenção da África do Sul e tinham cooperado com ela (pp. 421 e 422). O que era confirmado por Stockwell: “Os sul-africanos sentiram-se encorajados a ir até Angola. Savimbi convidou-os [...] Para a CIA os sul-africanos eram a solução ideal para o centro de Angola.” (pp. 196 e 197) O Departamento de Relações Públicas das SADF fazia um relato minucioso:

“Os militares sul-africanos começaram a chegar a Silva Porto no dia 17 de Setembro [...] A 3 de Outubro o primeiro grupo de combate deixou Silva Porto dirigindo-se à zona de guerra [...] A 9 de Outubro [...] 22 blindados deixam a sua base, em Bloemfontein, em direção a Silva Porto, para se juntarem à UNITA. O contingente sul-africano em Angola cresceu rapidamente nos meses seguintes.”³⁰

Foi o movimento para norte das forças da África do Sul que, juntamente com a UNITA, com o esquadrão Chipenda e com alguns portugueses, constituiu a Operação

³⁰ Do Prof. F. J. du Toit Spies, atrás citado.

Savannah e que viria a integrar-se na Operação IAfeature.

Phyllis Johnson e David Martin descrevem esta operação com muito pormenor:

“Em Setembro 1 oficial e 18 instrutores militares foram enviados para o planalto central para as bases da UNITA no Cuíto e no Huambo. Nos princípios de Outubro, este grupo foi reforçado com tropas de combate e carros blindados e esta operação, a Foxbat, foi a ponta de lança oriental da invasão que precedeu a independência de Angola. Em 16 de Outubro, uma força combinada de 2.000 homens da UNITA, um pequeno grupo da FNLA e da SADF (South African Defense Forces), fardando uniformes portugueses e acompanhados por 50 carros blindados e baterias de artilharia, penetraram em Angola por Oshikango seguindo para noroeste em direção à costa. Esta foi a outra ponta de lança das colunas que se deslocaram em direção a Luanda num movimento de pinça da Operação Savannah, com a intenção de impedir o MPLA de declarar a independência em 11 de Novembro. As instruções eram para tomar o maior número de cidades antes de atingir Luanda. Nos princípios de Novembro esta segunda coluna, a Zulu, tomou 7 centros urbanos, incluindo os portos de Namibe, Benguela e Lobito. As forças sul-africanas no Sul foram calculadas em 6000 [...]” (1989, pp. 138 e 139)

Uma equipa do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, coordenada pelo general Miguel Domingos Júnior, vem desenvolvendo um esforço de recolha, debate e divulgação dos mais importantes acontecimentos da recente história militar de Angola, nomeadamente da luta de libertação nacional e da independência. Nesse âmbito publicaram um livro, *O fracasso da Operação Savannah (Angola 1975)*, que reúne textos de participantes ativos nas operações das FAPLA contra as tropas da Operação Savannah. Na Conferência Internacional sobre “Guerra de Libertação e Independência”, organizada pelo Estado-Maior das Forças Armadas de Angola (FAA) que contou com a participação de conferencistas angolanos e estrangeiros e que decorreu em Luanda em Agosto de 2015, o general sul-africano na reserva Willem Van der Waals que, como tenente-coronel coordenou a montagem da Operação Savannah e organizou a coluna Foxbat, apresentou uma comunicação a que deu o título “Operação Savannah: apoio militar sul-africano à UNITA; o princípio (23 de Setembro – 15 de Novembro 1975)”, a qual provocou uma resposta do general angolano Paulo Lara, em artigo que publicou no jornal de Angola *Novo Jornal*, de 9 de Outubro, com o título “Balombo – 5 de Outubro 1975/2015 – a primeira vitória sobre as forças sul-africanas”. Dispõe-se, assim, de abundante material e testemunhos vivos que permitem ter uma ideia sobre o significado da Operação Savannah.

As origens da operação estão no Exercício Alcora e na frustração dos planos de Pretória na sequência da revolução portuguesa e do rumo que tomaram as colónias de Moçambique e Angola. No início do verão de 1975 verificou-se em Windhoek, capital da

Namíbia então administrada pela África do Sul, uma reunião de altas personalidades da SADF com dirigentes da UNITA, da FNLA e Daniel Chipenda. Na sua sequência o presidente Vorster aprovou o apoio da SADF à UNITA-FNLA e deu ordem para que se preparasse a intervenção militar em Angola. As ações sobre as barragens de Ruacaná e Calueque, em 9 de Agosto, foram os primeiros sinais de que Pretória não iria assistir de braços cruzados à mudança geopolítica no país vizinho e a penetração de 22 de Agosto sobre Pereira d'Eça foi a sua confirmação.

A Operação Savannah foi a materialização da intensão de Pretória de, perante a inevitabilidade da independência de Angola, se empenhar no apoio a uma independência “aceitável” para si, liderada pela FNLA-UNITA e com apoio de Washington. Incluiu a formação de unidades do ELNA e das FALA, mas também a intervenção direta de meios e unidades da SADF. Inicialmente a operação comportava duas colunas: a Zulu constituída por forças da UNITA (ex-Flechas), da FNLA, de Chipenda e da SADF, saiu de Pereira d'Eça em 19 de Outubro e devia progredir pelo eixo do litoral, Moçâmedes, Benguela, Lobito, Novo Redondo (hoje Sumbe) em direção a Luanda; a coluna Foxbat partiu uns dias antes de Sá da Bandeira (hoje Lubango), devendo seguir pelo eixo Nova Lisboa (hoje Huambo), Alto Hama, Cela (hoje Waku-Kungo), convergindo em Novo Redondo com a coluna Zulu. A fragata Presidente Steyn patrulharia a costa e controlaria os portos.

* * *

O Comité Central de Cuba decidira, no mês de Agosto, responder afirmativamente ao pedido que Agostinho Neto formulara no princípio do ano, enviando para Angola instrutores e conselheiros para apoio ao MPLA e formação das FAPLA, nos vários Centros de Instrução Revolucionários (CIR) que foram sendo criados. Os primeiros militares cubanos das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) chegaram em finais de Setembro e, com eles, chegava também importante quantidade de material de guerra. Segundo John Stockwell: “No início de Outubro [...] o navio cubano Vietnam Hervice descarregava 700 soldados cubanos fardados, pertencentes ao exército regular, em Porto Amboim.” (p. 177) Uma testemunha ocular, Arthur Ligne, relatou no livro *Angola em chamas*, aquilo a que diz ter assistido, confirmando Stockwell ainda que numa versão algo mais sensacionalista (p. 42).

Nos princípios de Outubro, perante o agravamento da situação com a intervenção sul-africana, Cuba decide corresponder aos apelos do MPLA e enviar, por

via aérea, efetivos militares significativos. Foi a Operação Carlota³¹ que, através de uma ponte aérea com aviões fornecidos pela URSS, posicionou em Angola uns milhares de militares cubanos de unidades organizadas, armadas e equipadas. Começaram a chegar entre 23 de Outubro e 8 de Novembro, quando Luanda se encontrava já ameaçada pela iminência de um ataque de norte e pela preparação de igual ameaça de sul. Inicialmente chegaram a Luanda as primeiras centenas e seriam ainda muito poucos milhares, no máximo uns dois ou três, quando se atingiu o dia 11 de Novembro, dia da independência. As unidades cubanas foram imediatamente empenhadas na organização da defesa de Luanda com as ainda mal preparadas tropas das FAPLA, inexperientes em ações de guerra convencional e com os efetivos do poder popular, muito numerosos mas deficientemente enquadrados, organizados, instruídos e armados. Alguns efetivos cubanos terão seguido diretamente para Cabinda.

* * *

Em síntese, foi esta a sequência das intervenções militares externas em Angola em 1975: primeiro forças do Zaire e uma coluna de mercenários portugueses, com o apoio dos EUA, alinharam com a FNLA no norte; depois forças sul-africanas reforçaram a UNITA e o grupo de Daniel Chipenda a sul; em Cabinda forças do Zaire com mercenários franceses juntaram-se à FLEC; por fim forças cubanas, com o apoio da URSS, intervieram ao lado do MPLA nas várias frentes. Após um esboço de balcanização do território, FNLA a norte, MPLA no corredor Luanda-Malange-Lundas, UNITA no planalto central, uma ofensiva coordenada por quadros norte-americanos da CIA envolvendo forças da FNLA/zaienses/mercenários portugueses por norte e UNITA/Chipenda/sul-africanos por sul, tentaram encurralar o conjunto MPLA/cubanos em Luanda, preparando o assalto final na véspera da independência. Na noite de 10/11 de Novembro a situação não estava definida em termos de detenção do poder em Angola, mas tudo parecia indicar que o MPLA e os cubanos, cercados na capital, apesar de terem recorrido à resistência popular generalizada armando as populações dos musseques, viessem a ser derrotado.

Observadores atentos tiveram a sensibilidade e a percepção estratégica para compreenderem quanto a intervenção sul-africana tinha enfraquecido a credibilidade dos países ocidentais e, aos olhos de alguns sectores internacionais nomeadamente dos

³¹ Carlota era o nome de uma escrava africana que, em Cuba, se levantou contra a escravatura num dia 5 de Outubro dum ano de meados do século XIX. Esse dia 5 de Outubro do ano de 1975 foi aquele em que o Comité Central cubano decidiu o apoio com forças militares ao MPLA, em nome da solidariedade internacionalista contra a agressão racista sul-africana.

africanos, terá legitimado a posterior intervenção cubana. Exemplarmente, o professor Marcum foi muito severo em relação às cumplicidades do seu país com a África do Sul porque, segundo ele, quanto mais insistiam nessa cooperação para resistir à penetração soviética, mais abriam caminho à intervenção soviética e à sua aceitação pelos países africanos. O professor relacionava este comportamento e estas dificuldades com os compromissos anteriores, quando considerava que, para recuperar o seu prestígio e credibilidade, os EUA tinham de aprender com os erros do passado, com o facto de terem apoiado o regime colonial português deixando o seu papel na independência de Angola sob suspeita para muitos africanos (pp. 421 e 423). Não referia expressamente a Opção *Tar Baby*, mas era todo esse contexto que punha em questão.

Observadora privilegiada e documentada do que se passou em Angola foi Margaret Anstee, representante especial do secretário-geral da ONU e chefe da missão de manutenção da paz em Angola na sequência dos Acordos de Paz de Bicesse, que registou a sua experiência no livro *Órfão da guerra fria*, no qual não deixa de fazer algumas referências aos antecedentes próximos. Sobre a coluna militar da África do Sul que entrou em Angola a partir da Namíbia em Outubro de 1975, em apoio da FNLA e da UNITA e chegou a 260 Km de Luanda, não tinha dúvidas: “Este acontecimento originou um aumento maciço dos fornecimentos militares soviéticos e o desembarque de tropas cubanas, que inverteram a situação militar.” (p. 35)

Opinião diferente teve o general Kaulza de Arriaga, talvez distraído para o facto de, então, a soberania em Angola ser ainda, *de jure*, uma responsabilidade portuguesa e, *de facto*, exercida em Luanda pelo Alto-Comissário em representação do Estado português. No seu livro *Guerra e política* viria a lamentar que as colunas sul-africanas não tivessem chegado a Luanda: “Os generais sul-africanos cuja obediência excessiva ao seu governo os impediu, no Outono de 1975, de chegar a Luanda, com decorrências também graves para Angola e para toda a África Austral.” (p. 222)

Forças armadas portuguesas, bode expiatório

As intervenções estrangeiras tiveram uma influência determinante na fase decisiva da independência de Angola porque Portugal, ultrapassado por uma teia de interesses internacionais tecida, em grande medida, por países seus aliados, não dispusera, então, do instrumento militar capaz de lhe assegurar o controlo do processo político e a inviolabilidade do território angolano. Há que distinguir, com rigor: não foram as forças

armadas então mobilizadas em Angola que não cumpriram, ainda que se registassem deficiências em casos específicos e localizados; foi o país que não dispôs, em Angola, das forças armadas que a complexidade da situação exigia.

Para se opor às invasões estrangeiras teria sido necessário contar com forças militares de nacionais angolanos, moralizadas, coesas, com elevado sentido de missão, motivadas para a defesa do território nacional. Teriam sido indispensáveis as Forças Militares Mistas previstas no Acordo do Alvor. Essas forças, apoiadas por uma população solidária, mobilizadas em torno do objetivo histórico da independência, animadas por um espírito de resistência ao agressor teriam, seguramente, constituído um eficiente instrumento dissuasor e se, mesmo assim, a agressão externa se concretizasse, teriam tido capacidade para se lhe opor e, em último recurso, expulsar o invasor. Ainda que a invasão assumisse uma dimensão e uma sofisticação de meios incomportável para o potencial das Forças Militares Mistas, teria havido capacidade para resistir o tempo suficiente para que pudesse manifestar-se o apoio internacional a uma causa com que a OUA, e a própria ONU, estavam comprometidas.

A realidade foi, dramaticamente, o oposto do desejável. Foram os movimentos de libertação que inviabilizaram a constituição das Forças Militares Mistas, não contribuindo com os contingentes com que se tinham comprometido no Alvor, foram eles próprios que incentivaram as intervenções estrangeiras em apoio das suas forças envolvidas numa guerra civil fratricida. Cada movimento opunha-se, apenas, às intervenções estrangeiras que apoiavam os outros, alheios à questão de princípio de ser o território nacional que estava a ser violado. Naquele momento histórico foi mais importante, para os movimentos, a conquista do poder do que a solidariedade nacional.

São descabidas, e injustas, afirmações posteriores de responsáveis angolanos, quer do governo da RPA, quer da UNITA e da FNLA, responsabilizando Portugal pelas intervenções estrangeiras em Angola. O Art 13.º b), do Acordo do Alvor atribuía, de facto, ao Alto-Comissário, a competência para “Salvaguardar e garantir a integridade do território angolano”, mas acrescentava que essa responsabilidade era exercida “em estreita cooperação com o Governo de Transição”. E o Art 29.º b) corresponsabilizava a Comissão Nacional de Defesa, na qual participavam os responsáveis militares dos três movimentos de libertação, “com vista a assegurar e salvaguardar a integridade territorial de Angola.” Os movimentos de libertação esvaziaram e inviabilizaram o funcionamento do Governo de Transição e da Comissão Nacional de Defesa, não contribuíram para a constituição das Forças Militares Mistas e, pelo contrário, até incentivaram e

colaboraram com a invasão do país por forças estrangeiras.

As forças militares portuguesas estavam ainda afetadas pelas sequelas que se tinham revelado nas fases anteriores e vinham da guerra colonial. A situação interna de Angola, com o sucessivo agravamento que passou da instabilidade à confrontação, desta à guerra civil e desembocou nas intervenções estrangeiras, não contribuíra para a recuperação do estado moral das tropas portuguesas. Também a situação em Portugal, com a agudização da luta pelo poder, a crescente conflitualidade social e a agitação a ocupar as ruas, com o visível avanço dos saudosistas do ante-25 de Abril, com as divisões internas no seio do MFA e com os confrontos, violentos ou não, que se foram acumulando, o 11 de Março, o verão quente, o Documento dos 9, o Documento do COPCON³², com a substituição do V Governo Provisório presidido por Vasco Gonçalves pelo VI Governo Provisório presidido por Pinheiro de Azevedo e a perda de influência da ala gonçalvista do MFA, com o clima de pré-guerra civil que pairava, não podia deixar de ter reflexos negativos na coesão dos militares em Angola. A continuada ação dos grupos ativistas minoritários, na campanha contra o embarque de soldados para as colónias, fazia sentir os seus efeitos nefastos e era facilitada pela manutenção do alheamento das forças políticas mais representativas. Isso era sentido por oficiais do MFA que, uns após outros, se deslocavam a Portugal e regressavam a Angola com o desconfortável sentimento de estarem entregues a si próprios.

Os reforços militares pedidos por Angola não seguiam, porque eram necessários em Portugal onde o equilíbrio era precário, mas também porque aqui surtiam efeito as campanhas para desmobilizar o seu envio. Mesmo algumas unidades que deviam embarcar para rendição das que acabavam as comissões, chegavam ao destino desfalcadas e desmotivadas. E se é verdade que, fora de Luanda, algumas unidades tiveram comportamentos censuráveis, quase sempre por deficiente exercício de comando, na capital, onde aliás a situação se apresentava mais complexa, a partir do momento em que, logo nos princípios de 1975, o Comando da Defesa de Luanda (COMDEL) foi atribuído ao tenente-coronel paraquedista Heitor Almendra, passaram a revelar muito maior eficácia e determinação. Com a tomada de posse do almirante Leonel Cardoso como Alto-Comissário, Heitor Almendra foi graduado em general e nomeado comandante-chefe adjunto, incumbido de toda a responsabilidade operacional.

³² Documento do COPCON – elaborado por oficiais do chamado “Grupo do COPCON”, polarizado em Otelo Saraiva de Carvalho, foi apresentado como uma resposta ao Documento dos 9.

À sua excelente ação de comando, resultante do seu dinamismo, juventude, coragem e espírito de decisão, se deve a forma digna como, apesar da carência de meios, as forças portuguesas cumpriram as missões finais em Angola.

As difíceis relações entre a CCPA e o Alto-Comissário, general Silva Cardoso, também tiveram reflexos negativos no interior das Forças Armadas. Quando a CCPA sentiu necessidade de que os chefes militares fossem corresponsabilizados com as orientações políticas mais importantes e estivessem dentro dos canais de ligação entre as estruturas do MFA de Angola e de Portugal, para esvaziar acusações de marginalização e curto-circuito dos canais de comando que começavam a ouvir-se, propôs ao Alto-Comissário a integração dos comandantes dos três ramos, Exército, Marinha e Força Aérea, na CCPA. Tratava-se de encontrar para a CCPA um paralelismo estrutural com o Conselho da Revolução, conjugando elementos eleitos com elementos por inerência de funções nos altos postos da hierarquia. Assim foi feito, com alguns benefícios, mas sempre prejudicado pelas deficientes relações com o Alto-Comissário.

Quando se agravava a situação militar em Angola e, nomeadamente, no período mais agudo das intervenções estrangeiras, as Forças Armadas Portuguesas estavam já em fase de redução de efetivos decorrente da aplicação do Art 35.º do Acordo do Alvor, que estipulava que essa redução devia começar a partir de 1 de Outubro de 1975. A sua ação estava então condicionada, pela situação militar e pela magreza dos efetivos, mas também pela missão que era já a única possível: assegurar a transferência do poder pelo Alto-Comissário em nome do Presidente da República no dia 11 de Novembro, e garantir o embarque para Portugal dos portugueses que queriam abandonar Angola antes da independência. Esta missão foi cumprida, com sacrifício, mas com êxito. Isso justamente o afirmou, em reconhecimento desse esforço e das condições adversas em que decorreu, o último Alto-Comissário almirante Leonel Cardoso.

Sobre este período da transferência do poder, face às condições objetivas que se viviam em Angola e às que se verificavam em Portugal, a fase mais aguda e conturbada do processo revolucionário, é fácil e cómodo colocar, *a posteriori*, a questão: poderia a parte portuguesa ter agido de outro modo? Por exemplo, levantam-se por vezes interrogações críticas por Portugal não ter apelado à intervenção da ONU em Angola.

Em primeiro lugar, sem pôr em causa a legitimidade dessas dúvidas, não parecem realistas porque partem de uma perspetiva anacrónica que não tem em conta a conjuntura do quadro internacional da época. Não pode deixar de se equacionar a viabilidade prática desse apelo numa altura em que, no auge da guerra-fria, eram as duas

superpotências, com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, que disputavam em Angola a expansão das suas áreas de influência, que eram partes responsáveis e ativas na escalada das intervenções armadas externas e que, evidentemente, vetariam qualquer resolução que pretendesse travar essa escalada antes de ela se definir favoravelmente para uma das partes.

Por outro lado não ponderam as posições dos principais atores em palco, nomeadamente dos movimentos de libertação. Melo Antunes contou como Agostinho Neto e outros dirigentes do MPLA reagiram, numa reunião que com eles tivera em Luanda em 14 de Julho. Iko Carreira lembrou, no seu livro, que nessa reunião citara os resultados de experiências anteriores (estava implicitamente a invocar a trágica memória de Lumumba, no Congo-Leopoldville), para recusar lapidariamente: “[...] ninguém nos pode convencer que a ONU e a OUA não venham aqui defender o neocolonialismo. As forças da ONU só servem para empurrar para o neocolonialismo.” Posição que Agostinho Neto, logo a seguir, reforçaria: “Chamar para aqui a ONU ou a OUA será fortemente combatido pelo nosso povo. Combateremos contra essas forças. Isso significaria a internacionalização do conflito.” (pp. 212 e 213) Sobre estas dúvidas concluía Melo Antunes:

“Poderia Portugal ter agido de modo diferente durante o período de transição [...]? Decididamente, não [...] Sem coesão política, sem autoridade do Estado capaz de impor uma linha de conduta homogénea, era impossível recorrer ao único instrumento que estaria em condições de controlar os acontecimentos em Angola e obrigar a aplicação dos acordos: as Forças Armadas.”

E Melo Antunes foi justo quando reconheceu mérito ao comportamento e atuação global das forças militares em Angola, nessa emergência: “[...] as forças armadas em Angola tiveram, salvo raríssimas exceções muito pontuais, um comportamento perfeitamente honroso. Tive, pessoalmente, ocasião de o comprovar [...]” (pp. 216 e 217)

6. INDEPENDÊNCIA

Com a aproximação da data de 11 de Novembro e, estando irremediavelmente ultrapassadas as condições que permitissem a transferência do poder nos termos acordados em Alvor, o presidente da República Portuguesa multiplicou as suas consultas com as diversas instâncias do Estado, no sentido de definir a atitude a assumir pelo Estado Português que correspondesse às coordenadas políticas existentes e se apoiasse em fundamentos de natureza jurídica.

O Ministro da Cooperação, comandante Vítor Crespo, solicitou um estudo a um grupo de especialistas em direito internacional e constitucional, que analisasse as diversas modalidades que poderia assumir o eventual reconhecimento do novo Estado de Angola. Esta equipa produziu um trabalho, muito detalhado, a que chamou “Problemas levantados pela proclamação da independência de Angola no dia 11 de Novembro”³³. Nele, após historiar o processo angolano a partir do Acordo do Alvor, nomeadamente as cláusulas do Acordo relativas à independência, a Lei Fundamental transitória de 13 de Junho de 1975 do Governo de Transição de Angola, os compromissos da Cimeira de Nakuru e o Decreto-Lei n.º 458/A-75 que suspendera parcialmente o Acordo do Alvor, analisava as implicações jurídicas da proclamação da independência de Angola, do reconhecimento do Estado e do governo angolanos.

O estudo concluía com o parecer de que, nas condições que vigoravam na data da independência, o Estado Português deveria proclamar a independência e a soberania plena de Angola, referindo-se unitariamente à nação angolana e ao território de Angola incluindo Cabinda. Justificava a possibilidade de se reconhecer o novo Estado sem que, em simultâneo e de imediato, se reconhecesse o seu governo, considerando que o poder político residia no povo angolano. Sobre o problema mais complexo e controverso do reconhecimento do governo, o estudo avançava três hipóteses de solução possíveis: Hipótese A – declaração da independência sem reconhecimento de governo, limitando-se o Estado Português a proclamar a independência de Angola e a sua plena soberania radicada no Povo angolano a quem pertencia decidir das formas do seu exercício; Hipótese B – proclamação da independência com reconhecimento do governo

³³ PTCD25A/Fundo António Belo/Actas do Conselho Coordenador do Programa de Angola/CCPA VI 1975/doc38

constituído em Luanda, seja ou não anunciada a formação de outros governos; Hipótese C – proclamação da independência com reconhecimento de um governo de unidade nacional avalizado pelos três movimentos.

Em 9 de Novembro o Presidente da República presidia a uma reunião do Conselho de Ministros que debateu exaustivamente este problema. A reunião foi posteriormente alargada aos secretários-gerais do PS, PCP e PPD, partidos que integravam a coligação do VI Governo Provisório, da presidência de Pinheiro de Azevedo. As posições no interior do governo, que também contava com alguns ministros independentes entre os quais militares, dividiam-se, mas a discussão fora influenciada pela informação do primeiro-ministro de que o MPLA estava na iminência de perder a guerra de Luanda, como já a perdera no resto de Angola. O membro da FNLA na presidência colegial do governo de Angola, N'Gola Kabangu, dera uma entrevista à rádio Voz da América, anunciando que este movimento iria proclamar a independência em Luanda que nesse dia estaria nas suas mãos. Do PPD vinha a ameaça de abandonar o governo se Portugal reconhecesse um governo em Angola exclusivamente do MPLA. O Conselho de Ministros marcou nova reunião para o dia seguinte, aguardando a posição que o Conselho da Revolução viesse a assumir.

O Conselho da Revolução reuniu a 10 de Novembro, quando já estava em marcha a batalha final por Luanda e era incerto o seu desfecho. O primeiro-ministro, também membro do Conselho da Revolução, expôs as posições do governo e transmitiu a sua ameaça de se demitir caso fosse reconhecido um governo de Angola não aceite pelos três movimentos de libertação. O Conselho da Revolução conseguiu um consenso em torno da Hipótese A do estudo apresentado pelo ministro da cooperação, isto é, o presidente da República deveria proclamar a independência do Estado de Angola transferindo a soberania para o povo angolano. Deixava, no entanto, em aberto a Hipótese C, o reconhecimento de um governo se este fosse de unidade nacional, pelo que se deveria aguardar a formação do governo em Angola e verificar se correspondia àquela qualificação. Se, pelo contrário, se tratasse de um governo apoiado apenas por um movimento, ou se houvesse a formação de mais de um governo, hipótese que era verosímil, então Portugal não deveria reconhecer nenhum deles.

O presidente da República voltou a reunir, imediatamente a seguir, com o Conselho de Ministros, ao qual se juntariam de novo os secretários-gerais dos três partidos da coligação governamental. Prevaleceu a concordância com o Conselho da Revolução, aceitando que o presidente da República proclamasse a independência do

Estado Angolano e transferisse a soberania para o povo angolano.

Foi esta a declaração que, no dia 10 de Novembro de 1975, no salão nobre do Palácio do Governo, o Alto-Comissário leu, com solenidade e perante muitas dezenas de jornalistas, portugueses, angolanos e estrangeiros: “[...] em nome do Presidente da República Portuguesa, proclamo [...] a independência de Angola e sua plena soberania radicada no povo angolano a quem pertence decidir das formas do seu exercício [...]”

Depois de, ao pôr-do-sol, ladeado pelos seus colaboradores mais próximos e acompanhado dos últimos contingentes militares portugueses, ter presidido numa modesta mas digna cerimónia, ao arrear da última bandeira nacional que assinalara a soberania portuguesa, na Fortaleza de São Miguel em Luanda, o derradeiro Alto-Comissário português em Angola embarcava numa unidade naval da Marinha de Guerra Portuguesa na Base Naval da Ilha de Luanda.

Cessava a soberania portuguesa e nascia um novo Estado independente, numa dramática incerteza sobre qual seria a situação militar ao amanhecer do dia seguinte.

Luanda, chave da independência

Nas vésperas do 11 de Novembro, a preocupação do conjunto de forças em oposição – MPLA e FAR com o suporte da URSS de um lado, FNLA, UNITA, Chipenda, comandos especiais, zairenses, sul-africanos, coordenados pelos EUA, do outro – era o controlo da cidade de Luanda para aí, na capital, declararem a independência de Angola. O significado político dessa declaração por quem dominasse a capital do novo Estado, na qual o representante do Estado português anunciaria a transferência do poder, justificava o esforço militar pela sua posse, patente nas operações em curso.

Em 10 de Novembro os responsáveis da Operação IAfeature confiavam que, com as suas forças posicionadas a norte e com as forças da Operação Savannah a chegarem por sul, estavam prontos para o assalto a Luanda. O MPLA mobilizando a resistência popular e com as unidades cubanas das FAR que a Operação Carlota ia colocando em Angola, a ritmo acelerado, concentrou-se na defesa da capital. A sua conquista pelas forças coligadas na Operação IAfeature parecia inevitável. Era muito grande a desproporção do potencial relativo de combate e o conjunto FAPLA/FAR tinha de se confrontar com duas frentes. A norte da cidade estava já ao alcance da artilharia em apoio do ataque pronto a ser desencadeado pela coluna da FNLA e seus aliados e, a sudeste, a coluna Zulu dos sul-africanos com a UNITA preparava-se para a travessia do

rio Queve, depois de ter assegurado o domínio de todas as cidades costeiras até Novo Redondo. A resistência das FAPLA no planalto central e região de Benguela retardara o seu avanço e não estava em condições de participar no assalto a Luanda.

O ataque coordenado da Operação IAfeature a Luanda seria lançado a 10, para que a cidade estivesse na posse da coligação FNLA/UNITA em 11 de Novembro. O relato é de John Stockwell, responsável e testemunha presencial dos acontecimentos:

“Em 11 de Novembro de 1975³⁴ [...] uma pequena força de 1500 homens no seu todo, a FNLA, o 7.º e 4.º batalhões zairenses e um centena de comandos angolanos de ascendência portuguesa, movimentavam-se cautelosamente através do vale amplo e plano do Kifangondo. A coluna era apoiada no seu avanço por uma dúzia de pequenas viaturas blindadas e metade dessa quantidade de canhões sem recuo 106 montados em jeeps. As 4 peças de artilharia sul-africanas de 14 cm foram instaladas na elevação situada na retaguarda manejadas por homens de artilharia sul-africanos. Os 2 obuses 130 norte-coreanos foram colocados alguns quilómetros atrás [...] Os conselheiros da CIA e sul-africanos observavam o avanço da coluna atrás do vale [...] A uns 160 km a sudeste de Luanda, a coluna blindada sul-africana passava um dia de campo [...] Então os rockets cubanos de 122 começaram a cair no vale de Kifangondo [...] a força de choque (da FNLA) desmantelava-se e fugia em pânico, espalhando-se pelo vale em todas as direções, abandonando armas, veículos e também camaradas feridos [...] para a FNLA e zairenses, a guerra tinha chegado ao seu fim.” (pp. 229 a 231)³⁵

As FAPLA tinham mobilizado o poder popular e, com unidades regulares das FAR que tinham começado a chegar dias antes, organizaram a defesa no morro do Kifangondo, a nordeste do Cacucaco, numa posição que dominava a ponte sobre o rio Bengo e o leito do rio, pantanoso, que a coluna atacante teria de atravessar.

Desencadeada a ofensiva terrestre os primeiros blindados, em cima da ponte, foram atingidos em cheio pela artilharia das FAR e das FAPLA, os multitubos M-21, cuja eficácia surpreendeu os atacantes que não sabiam que os defensores os possuíam.³⁶

A sudeste, a 260 km e não a 160 km, a coluna Zulu não passara exatamente “um dia de campo”, como ironizava Stockwell. A resistência das FAPLA no planalto central

³⁴ Há aqui um erro de data pois estava-se a 10 e não a 11 de Novembro de 1975.

³⁵ A equipa de militares e historiadores coordenada pelo general Miguel Domingos Júnior publicou o livro *A batalha de Kifangondo 1975*, sendo alguns dos textos da autoria de militares que, nesta batalha decisiva na guerra da independência estiveram em trincheiras diferentes. Um deles, o atual general das FAA Tonta de Castro, foi mesmo comandante da coluna do ELNA que tentou o assalto a Luanda. São testemunhos muito importantes, que disponibilizam uma visão fundamentada sobre o que se passou em Kifangondo na véspera da independência, e que confirmam a descrição de Stockwell.

³⁶ O general Tonta de Castro considera que o ataque fora planeado sem um mínimo de informações e sem dispor de comunicações. A infantaria que tentou tornear a ponte ficou atolada nas margens pantanosas do Bengo, alvo fácil da infantaria instalada na posição defensiva. Foi o pânico generalizado e as viaturas que tentavam a inversão de marcha na estrada, sob fogo constante, atropelavam os seus próprios infantas.

atrasara a progressão para norte, a 8 de Novembro a coluna ainda estava no Lobito e a Foxbat só arrancou de Cela em 10, véspera da independência em que, segundo o plano inicial da Operação Savannah, deveriam estar criadas em Luanda as condições para a declaração da independência pela coligação FNLA-UNITA e em que, de acordo com o objetivo da Operação IAfeature, as tropas da SADF deveriam iniciar a retirada de Angola. Só que estes pressupostos não estavam cumpridos.³⁷ Nesse dia as FAPLA e as FAR tinham repellido as forças zaienses do ELNA e seus aliados, no Kifangondo, sem que as colunas da Operação Savannah tivessem, sequer, atingido Novo Redondo.

Em Cabinda as FAR, em apoio das FAPLA, também tiveram um papel decisivo na derrota da derradeira tentativa da FLEC. No dia 8 de Novembro, enquadrada por mercenários franceses, reforçada com militares zaienses e com apoios do Zaire e do Congo-Brazaville, a FLEC levou a cabo uma ofensiva contra o enclave, através de três eixos distintos, para atingir a capital e declarar a independência separada de Angola. As FAR tinham chegado dois dias antes, a tempo de, com as FAPLA, montarem uma defesa eficaz, que conseguiu opor-se vitoriosamente à ofensiva da FLEC. Esta vitória das FAPLA em Cabinda teve uma influência determinante no reforço do moral das tropas e das populações que preparavam a defesa de Luanda e, contrariamente, afetou negativamente as forças da Operação IAfeature. Um resultado inverso em Cabinda teria tido repercussões significativas nas forças que disputavam a posse de Luanda.

A derrota do MPLA em Luanda parecera inevitável, mas não o era. As forças do MPLA e das FAR conseguiram resistir à ofensiva final. No dia 11 de Novembro o MPLA cumpria o seu grande objetivo, proclamava a independência da República Popular de Angola (RPA) na capital do país. Entretanto, no Uíge e no Huambo representantes da FNLA e da UNITA declaravam, conjuntamente, a independência da República Democrática de Angola (RDA).

As diversas frações da coluna norte, FLNA, zaienses, comandos especiais, completamente desorganizadas, fugiram para nordeste, sempre perseguidas por unidades do MPLA e cubanas. O que restava daqueles grupos veio a retirar-se definitivamente para a República do Zaire no mês de Fevereiro de 1976.

Falhado o objetivo de impedir a proclamação da independência em Luanda pelo MPLA, os responsáveis da SADF equacionaram a retirada das suas tropas de Angola.

³⁷ O recorte dos vários testemunhos, do livro coordenado pelo general Miguel Domingos Júnior, do general Van der Waals e do general Paulo Lara, permitem uma síntese credível do que se passou com a Operação Savannah.

Mas Savimbi foi à África do Sul e convenceu Vorster a adiar a retirada e conseguiu mesmo que a SADF reforçasse os seus meios. Agora, do que se tratava, já era salvar a UNITA. Ainda tentou retomar o avanço para norte mas encontrou forte resistência e, face aos sucessivos insucessos, a África do Sul decidiu retirar as suas forças para a Namíbia. Deu por terminada a Operação Savannah em 27 de Março de 1976, e a UNITA iniciava a sua “longa marcha” para a Jamba.³⁸

Nos dias que se seguiram à independência a RPA continuou a receber reforços substanciais de Cuba, através da ponte aérea assegurada pela URSS, atingindo no final de 1975 cerca de 11.000 homens. Em Fevereiro de 1976 as forças do governo, com o apoio do forte dispositivo cubano, ocupavam militarmente todo o território e sobre ele exerciam uma soberania de facto. O contingente militar cubano não pararia de crescer, chegando a algumas dezenas de milhares de militares poucos meses depois.

Com a Operação IAfeature e a Operação Savannah os EUA e a África do Sul tinham tentado, em último recurso, salvar o possível dos projetos *Tar Baby* e *Alcora*, ainda que em moldes diferentes dos projetos iniciais, forçando uma independência em Angola que fosse aceitável para Pretória: se já não de minoria branca, um regime de maioria negra que fosse “moldável”, que se inscrevesse na constelação de Estados da Estratégia Nacional Total. Para isso contaram com a colaboração de setores colonialistas e de tropas mercenárias portuguesas, que continuavam a não se conformar com a marcha da história.

Derrotados em 11 de Novembro, Washington e Pretória não iam baixar os braços. Em desespero de causa admitiram mesmo forçar a balcanização de Angola. Em 8 de Julho de 1995 o semanário *Expresso* dava conta das declarações do diretor da CIA de então, William Colby, relativas à autorização da administração norte-americana ao apoio clandestino da CIA à coligação FNLA/UNITA. Segundo Colby os EUA, receando a vitória fácil do MPLA, apostaram na fragmentação do país. O objetivo da CIA era “[...] criar uma base para uma espécie de confederação, deixando Luanda para o MPLA e Savimbi e Holden Roberto com os seus territórios separados”. Tiago Moreira de Sá dá nota que, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974 quando, com a Lei 7/74 e a visita do secretário-geral da ONU a Lisboa, se começou a delinear a inevitabilidade

³⁸ Van der Waals concluía a sua comunicação da Conferência de Luanda, com um desabafo que, em Portugal, fizera escola em vários setores militares: “[...] nós saímos não por sermos derrotados militarmente, mas porque perdemos a batalha política.” Acontece que é sempre politicamente que as guerras se ganham, ou se perdem.

da independência de Angola, a República da África do Sul, com a conivência da França, alimentou planos com extremistas brancos de Angola e com a UNITA, para uma separação do sul, estabelecendo aí um Estado independente liderado por Savimbi, com forte influência dos brancos do território, clientelar de Pretória e que servisse de tampão na fronteira com a Namíbia. O consulado dos EUA em Luanda considerava esta hipótese credível (p. 105).

Os EUA deixavam cair a FNLA, passavam a apostar na UNITA e aconselharam Savimbi a prosseguir a luta armada. Angola iria continuar, por muitos anos, sem conhecer um dia de paz e ia tornar-se um dos principais peões das guerras por delegação que as superpotências travaram durante a guerra-fria. Melo Antunes recordava:

“Tive, pessoalmente, ocasião de chamar a atenção da administração americana, em encontros diversos com o secretário de estado Henry Kissinger, num encontro com o Presidente Ford e ainda em outros momentos, com altos responsáveis da política e da diplomacia dos EUA, para a importância que, a meus olhos, teria uma estratégia de aproximação e diálogo com Angola e o governo do MPLA, em vez da política de hostilidade e de afrontamento [...] Infelizmente, prevaleceu a tese que se inscrevia na lógica imperialista de grande potência e que se traduzia, na prática, no sacrifício dos fracos em nome dos grandes equilíbrios mundiais. Angola e os angolanos pagaram terrivelmente caro o jogo dos grandes interesses antagónicos entre as superpotências.” (pp. 219 e 220)

Reconhecimento da República Popular de Angola

Portugal, nos termos das decisões dos seus órgãos de soberania tomadas na véspera da independência, não reconheceu qualquer dos governos, proclamados em Luanda e no Uíge/Huambo. Mas enquanto a RPA e o governo de Luanda foram imediatamente reconhecidos por um significativo número de Estados, progressiva e rapidamente ampliado em todos os continentes, a RDA, anunciada pela FNLA e pela UNITA, nunca foi internacionalmente reconhecida por um único país. A UNITA dela rapidamente se demarcaria, por razões que Jonas Savimbi viria mais tarde a procurar justificar:

“Quanto à República Democrática, manda a verdade dizer que a UNITA nunca esteve de acordo com a FNLA sobre a proclamação unilateral [...] As tropas da FNLA, compostas por uma heterogeneidade incompreensível – continham fações do Chipenda, do ELP³⁹, dos “comandos independentes”, etc. –, não podiam de forma nenhuma inspirar-nos confiança [...] massacravam populações no Huambo, em Moçâmedes, no Lubango, no Bié [...] Foi em consideração disso tudo que o bureau político da UNITA, reunido no Huambo, se pronunciou terminantemente contra a formação de um governo de coligação com a FNLA [...] mais tarde, por

³⁹ ELP – Exército de Libertação de Portugal, grupo paramilitar formado em Portugal após o 11 de Março, para tentar derrubar, pela violência, o poder instituído em Lisboa.

razões estratégicas [...] a UNITA acabou por concordar em negociar com a FNLA [...] a direção da UNITA entendeu por bem boicotar todas as cerimónias que fossem de consagração a um governo no qual não tínhamos, à partida, nenhuma confiança [...] a UNITA não cooperou com o Governo da República Democrática porque isso não nos interessava [...] não acreditando na viabilidade do referido Governo, não fizemos o menor esforço para que ele fosse reconhecido [...]" (1979, pp. 60 e 63)

A verdade é que, apesar destas reservas todas, a UNITA subscreveu a declaração da independência com a FNLA quando ainda pensava que a vitória era possível.

O MPLA conseguira dois apoios de peso simbólico muito significativos no reconhecimento da RPA. O primeiro viera do Brasil, o primeiro Estado do mundo a anunciar o reconhecimento diplomático da RPA. O segundo chegar-lhe-ia dos seus parceiros na histórica CONCP, os partidos que agora estavam no poder em todos os novos Estados independentes que tinham sido colónias portuguesas em África. Em 9 de Novembro, em Lourenço Marques (hoje Maputo), no final de uma reunião na qual participaram o PAIGC, o MLSTP, o MPLA e a FRELIMO, a CONCP aprovava uma declaração segundo a qual fora decidido o reconhecimento da RPA logo que fosse proclamada. E acrescentava que a eventual posição de não reconhecimento do MPLA como representante do povo angolano, por parte de Portugal, contribuiria para criar grandes dificuldades no relacionamento entre Portugal e as ex-colónias.

As reservas portuguesas em reconhecer o governo de Luanda viriam, de facto, a perturbar o seu relacionamento com os restantes países africanos que tinham sido colónias portuguesas e com os quais se ensaiavam, então, os primeiros passos na cooperação, num clima de aberta cordialidade. Estes países compreenderam mal as hesitações do Estado português.

Apesar de a generalidade dos países ir, pouco a pouco, reconhecendo o governo da RPA, em Portugal as contradições no seio do VI Governo Provisório e do Conselho da Revolução impediram que o Estado português assumisse, em tempo oportuno, a atitude mais conveniente em face das condições *de facto* que vigoravam em Angola e que já se haviam transformado numa situação *de jure*, internacionalmente aceite. O Conselho da Revolução fora, então, remodelado na sequência do 25 de Novembro e os equilíbrios daquela fase da vida política portuguesa eram muito precários. O reconhecimento da RPA e a importância da normalização das relações diplomáticas entre os Estados português e angolano e, por arrastamento, com os outros Estados antigas colónias portuguesas, entrava na ordem do dia.

Nas sucessivas reuniões do Conselho da Revolução durante o mês de Fevereiro de 1976 a questão dividiu, sistematicamente, os seus membros. A 14 foi impossível qualquer aproximação das posições, extremadas no sim e no não. Em 18 já se obtivera o consenso sobre a inevitabilidade do reconhecimento, mas estava de novo condicionado por problemas no governo, que o PS e o PPD ameaçavam abandonar se o reconhecimento se consumasse. Nessa data o reconhecimento internacional já se tinha estendido a vários países europeus parceiros de Portugal na OTAN, como a França, o Reino Unido, a Itália, a Holanda e a Dinamarca, que haviam resistido às pressões dos EUA no sentido contrário. O Governo Português mantinha-se intransigente no não reconhecimento apesar de o ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, defender o contrário, argumentando com os prejuízos que essa demora acarretaria. Melo Antunes obtivera em Washington compreensão para a especificidade do relacionamento entre Portugal e Angola e para a urgência do reconhecimento da RPA por parte de Lisboa. Em 20 de Fevereiro as condições haviam-se alterado, o governo dominava militarmente a totalidade do território e sobre ele exercia plena soberania. Na Europa, apenas Portugal, a Espanha e o Vaticano ainda não haviam reconhecido o novo Estado. O PS abrandara a sua intransigência e admitia já o reconhecimento e o PPD mostrava-se disposto a aceitá-lo, desde que a decisão fosse do Conselho da Revolução e não envolvesse o Governo Português.

Perante este novo quadro o Conselho da Revolução, apesar da resistência de uma minoria dos seus membros, em reunião de 20 de Fevereiro pronunciava-se a favor do reconhecimento, se bem que ainda condicionado a uma audição prévia do presidente da República ao governo. A reunião com o Conselho de Ministros verificou-se em 22 tendo o presidente da República recolhido o consenso que o habilitou a reconhecer o Governo da RPA. Depois destas repetidas, demoradas e complexas diligências, o presidente difundiria um comunicado, em 23 de Fevereiro de 1976, segundo o qual: “Ouvidos o Conselho da Revolução e o Governo Provisório, o Chefe de Estado, em nome da República Portuguesa e no exercício da sua competência constitucional, decidiu reconhecer o Governo da República Popular de Angola”.

Portugal, a antiga potência colonial que proclamava o seu desejo de manter relações privilegiadas com os novos Estados independentes, fora o 82.º país a fazê-lo, quase três meses e meio depois da proclamação da independência.

Este reconhecimento tardio criaria sérias dificuldades nos primeiros tempos do relacionamento entre os dois Estados, e prejudicaria a posição vantajosa que Portugal

poderia ter, à partida, como parceiro de Angola nos vários domínios da cooperação, em que veio a ser ultrapassado por outros países europeus. Segundo dados de 1980 Angola era, de todos os países africanos de língua oficial portuguesa, aquele que tinha menos acordos firmados com Portugal. Só em 1978 se estabeleceu o primeiro acordo de cooperação geral entre os dois Estados, com a particularidade de ter sido assinado em Bissau, quando aí se encontraram os presidentes Ramalho Eanes e Agostinho Neto, na cimeira que decorreu entre 24 e 27 de Junho. Ramalho Eanes tivera sempre, nesta matéria, mesmo ainda enquanto chefe do Estado-Maior do Exército, uma posição favorável à aproximação com a RPA.

Só a partir dos finais da década de 80 se pode falar em normalização das relações entre os dois países. Mas nunca deixaram de ser feridas por sinais de alguma ambiguidade, que teve as suas origens nas desconfianças geradas pelas hesitações quanto ao reconhecimento do governo angolano. Melo Antunes, que teve influência decisiva junto de Ramalho Eanes neste desbloqueamento, aponta os inconvenientes do tardio reconhecimento da RPA por Portugal:

“A questão do reconhecimento do governo do MPLA [...] alimentou, durante mais de três meses, infundáveis querelas político-jurídicas em Portugal e veio a constituir um fator de grave perturbação nas relações Portugal-Angola durante muitos anos [...] uma atitude mais realista e pragmática teria melhor defendido os interesses nacionais e melhor garantido o futuro das relações entre os dois países [...] Ao deixar o campo livre à atuação de cooperantes soviéticos e de outros países do bloco comunista, sem o contrapeso de uma presença ocidental efetiva [...] A ausência de Portugal no processo pós-independência facilitou o jogo da confrontação entre as grandes potências que claramente elegeram Angola (entre outros) como palco de afrontamento e de medição de forças.” (pp. 217 a 219)

Por que regressaram os portugueses

Tendo sido a descolonização das colónias portuguesas um fenómeno que visava alterar radicalmente toda a contextura política e socioeconómica de cada uma daquelas entidades geopolíticas, arrastaria também, obviamente, profundas consequências para Portugal que incidiriam, não só nos campos político, jurídico, social, económico, cultural, moral, psicológico ou ideológico, como no campo dos comportamentos e das relações humanas. Entre essas consequências, com reflexos simultâneos ainda que de incidências diferentes, em Portugal e nos países acabados de chegar à independência, destacava-se a que se vulgarizou chamar de “retornados” e que, também esta, assumiria maior significado no que se refere a Angola.

Retornados é uma terminologia que carece de rigor, uma vez que nem todos os que participaram na vaga migratória relacionada com a independência com destino a Portugal eram aqui nascidos ou seus descendentes diretos, e nem todos os que o eram retornaram a Portugal, tendo muitos optado por outros destinos, nomeadamente África do Sul e Brasil. Mas, de facto, à maioria cabe com propriedade o termo retornado, isto é, portugueses ou seus descendentes diretos que haviam emigrado para Angola e regressaram ao país de origem. Dos adultos regressados a Portugal a maioria tinha aqui nascido (Dacosta, p. 226). É só sobre estes que dispusemos de estudos e dados estatísticos credíveis, nomeadamente os divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Nestes dados basearemos as considerações acerca da comunidade portuguesa que abandonou Angola depois do 25 de Abril de 1974.

Angola assumiu um inevitável destaque no contexto dos retornados porque, cerca de dois terços do número total de 505.078, isto é, 309.058, representando uma percentagem de 61%, regressaram realmente desta ex-colónia. Mas não foi um fenómeno exclusivo de Angola. Inscreveu-se num processo que afetou todas as antigas colónias portuguesas e que se inseriu na lógica destes processos históricos de transformação. Já se verificara em Goa, Damão e Diu quando da invasão indiana de 1961, com a particularidade de, então, a quase totalidade desses emigrados não ser de origem metropolitana, cujo número era ali quase insignificante, mas sim indianos de credos muçulmano e cristão. Muitos destes não escolheram Portugal como destino mas sim outras colónias, nomeadamente Moçambique. Tratou-se de um fenómeno de exílio e não de retorno, a terminologia oficial da época chamou-lhes deslocados, procurando transmitir a ideia de transitoriedade, porque se recusava a aceitar como definitiva a perda da soberania portuguesa na Índia.

E se Angola se inseria no fenómeno mais global dos retornados portugueses, este inscrevia-se, por sua vez, como se lê num estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED): “[...] embora com algum atraso, no conjunto dos movimentos de repatriamento ocorridos na Europa, desde 1945, em resultado dos sucessivos processos de descolonização do pós-guerra”. Sendo certo que, como salienta este mesmo estudo, “Em termos relativos, isto é, proporcionalmente ao número de habitantes do país de acolhimento, o retorno dos portugueses de África foi [...] a maior das correntes migratórias entre todos aqueles movimentos de repatriamento” (p. 21), a verdade é que Portugal conseguiu encontrar soluções que permitiram uma integração mais rápida, mais eficaz e menos traumatizante do que outros países mais ricos em recursos e

que não enfrentavam tão graves perturbações políticas internas. O que se terá ficado a dever a vários fatores e especificidades portuguesas. Entre estas, sobressaiu o facto de os retornados portugueses serem maioritariamente emigrantes de primeira geração, com laços familiares na metrópole ainda vivos, terem percentualmente um nível escolar superior à média da população portuguesa e o seu regresso se ter verificado numa

“[...] altura de profundos reajustamentos na composição do mercado de trabalho (em particular por crescimento de empregos públicos), bem como uma forte retração da ação dos investidores tradicionais (abrindo espaço à iniciativa empresarial de novos agentes), o que, em conjunto, favoreceu a integração profissional dos retornados.” (p. 19)

Devem ainda salientar-se algumas medidas oportunamente tomadas pelo Estado português e que contribuíram para o relativo êxito na resolução deste complexo problema. Por um lado a definição legal da qualidade de nacional português, que impediu aproveitamentos oportunistas de muitos cidadãos dos novos países que poderiam tentar transferir-se para Portugal a coberto do anterior estatuto de nacionalidade. Por outro a constituição de um quadro geral de adidos que acolheu os retornados vinculados à função pública. Por outro ainda a abertura de créditos especiais bonificados para investimentos. Por fim a criação do Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais (IARN) e a nomeação de um Alto-Comissário para os Desalojados, que recaiu sobre o tenente-coronel Gonçalves Ribeiro que, em Angola, organizara com eficácia o transporte dos retornados e dos seus haveres para Portugal. Dacosta assinala ainda a criação de redes de solidariedade não estatal, através de instituições laicas e religiosas, de iniciativas particulares e das condições favoráveis proporcionadas por um país cujo interior estava desertificado pela emigração e pela guerra, onde tudo estava por fazer e que contou com gente nova que cultivara o espírito de iniciativa, que tinha maior preparação escolar, onde se contavam apenas 7% de analfabetos contra os 30% da população metropolitana (pp. 223 a 227).

Em Angola, logo a seguir ao 25 de Abril, cedo se começou a manifestar alguma instabilidade na comunidade branca e a esboçar-se uma potencial dinâmica de abandono, ainda que sem perspetivar a dimensão com que veio a verificar-se. Mas numa fase já mais adiantada, em especial quando cresceu o clima de violência generalizada no período mais agudo da guerra civil e, logo a seguir, com as intervenções estrangeiras, o êxodo tornou-se inevitável.

O fenómeno não pode dissociar-se da dinâmica oposta e que, afinal, lhe estava na origem isto é, a intensa emigração para as colónias oficialmente incentivada a partir

dos meados do século XX. No início da colonização, na viragem do século XIX para o século XX, os brancos em Angola não chegavam aos 10.000. Com o esforço da I República para transformação de Angola, juntamente com Moçambique, em colónias de povoamento, a população branca de Angola mais do que quadruplicava no final da década de 30, voltava a quadruplicar ao entrar na década de 60 e, segundo o último senso colonial, em 1973 seriam cerca de 324.000. Pode-se considerar que, em 1974 fossem, aproximadamente e em números redondos, 330.000.⁴⁰

Apesar de estes números estarem muito abaixo do que pretendia alguma propaganda oficial, o certo é que o surto de crescimento económico de Angola, a partir dos anos 50 e do início da guerra de libertação, em 1961, se bem que teoricamente fenómenos de sinais antagónicos, se converteram em vetores convergentes de pressão sobre a emigração para as colónias, muito especial para Angola, onde o regime colonial pretendia fixar uma numerosa comunidade branca, que constituiria um instrumento fundamental da sua política. O alinhamento com os outros territórios de povoamento da África Austral, África do Sul e Rodésia do Sul, assim o exigia.

Os militares que tiveram responsabilidades de comando em unidades mobilizadas na metrópole durante a guerra colonial, têm bem presentes as instruções oficiais que recebiam, no sentido de sensibilizarem os militares das suas unidades para se fixarem na colónia quando terminassem a comissão. Era uma campanha que se inscrevia naquela política colonizadora, que assentava em fundamentos de cunho racista, apesar de a doutrina oficial do regime invocar, candidamente, o contrário, uma vez que procurava fomentar uma fixação exclusivamente ditada pela cor da pele, sem cuidar do sentido útil baseado numa qualificação técnica e profissional. O objetivo não era mais do que o aumento quantitativo do número de residentes de raça branca, para equilibrar a maioria negra natural e, com eles, preencher os quadros de responsabilidade elevada e média na hierarquia da administração e das empresas.

Era esta a ideia subjacente à conferência que Kaulza de Arriaga proferiu, em 1966, na comemoração do 40.º aniversário do 28 de Maio, sob o título “A defesa nacional portuguesa nos últimos 40 anos e no futuro”. A conferência foi, depois, publicada na *Revista Militar* no ano de 1966, na qual Kaulza desenvolveria, com maior nitidez, a fundamentação racista das suas lições de estratégia do Instituto de Altos

⁴⁰ Não são totalmente coincidentes os dados disponíveis sobre esta matéria, mas os trabalhos consultados (entre outros *Resenha Histórico-Militar* 1989, Medeiros 1993, Oliveira 2014), permitem chegar a estes valores com bom grau de fiabilidade.

Estudos Militares (IAEM). Nestes seus trabalhos o Kaulza de Arriaga considerava um objetivo estratégico, para Portugal, a colocação de um milhão de colonos em cada uma das colónias de Angola e Moçambique, porque só seria possível manter o domínio branco naquelas colónias, que era um objetivo nacional, se o ritmo do povoamento branco ultrapassasse a produção de negros evoluídos. No livro *Guerra e política* fez um esforço para minimizar o impacto negativo daqueles conceitos, atenuando o sentido das suas afirmações. Na realidade não desfez quaisquer equívocos porque não havia equívocos. O antigo secretário de estado de Aeronáutica e, depois, comandante-chefe em Moçambique, admitia que os homens fossem avaliados e classificados com base na sua origem étnica e o que propunha era um modelo de darwinismo social e cultural ditado, não pelo valor intrínseco do indivíduo, mas pela pigmentação da sua pele, o que constitui a mais elaborada prática de racismo. O grave, e a questão de fundo, é que as lições de estratégia do IAEM não revelavam uma mera opinião do professor mas transmitiam, num texto didático, a política oficial que o regime não assumia nos seus textos institucionais.

Um estudo do autor angolano Henrique Guerra, publicado no livro *Angola, estrutura económica e classes sociais*, no qual é traçado o panorama socioeconómico anterior à independência, distinguia as várias classes sociais em que se agrupavam os residentes portugueses na colónia. No topo a grande e média burguesia constituída, no essencial, pelos representantes locais dos proprietários das grandes empresas capitalistas que não viviam em Angola. Nesta classe incluía também os mais altos funcionários da hierarquia do Estado. Representava cerca de 5% da população branca ativa. Numa posição intermédia a pequena burguesia, que incluía proprietários nas áreas da exploração das matérias-primas (agrícola, florestal, pecuária e pesca), indústrias transformadoras, comércio e serviços. Era uma camada que representava à volta de 40% da população branca ativa fixada na colónia, muito dependente do modelo colonial do Estado em termos de apoio financeiro, recrutamento de mão-de-obra, concessão de terras, etc. Por fim, a semiburguesia branca, onde se incluíam um proletariado e semiproletariado (a estratificação das relações coloniais levava o autor a classificar esta classe na semiburguesia porque, de fato, não se confundia com o proletariado preto), o funcionalismo, os proprietários familiares, técnicos, profissões liberais. Seriam cerca de 55% da população ativa.

Esta divisão, ainda que um tanto esquemática, permite esboçar uma análise sobre o posicionamento das diversas classes em face da evolução de Angola para a

independência e das condições com que se defrontaram para poderem permanecer num país que chegava à independência liderado por uma maioria negra, depois de uma prolongada luta contra o sistema colonial.

Em relação à primeira camada, a da grande e média burguesia, era uma evidência a sua íntima ligação e efetiva responsabilidade pelas estruturas, sistema e tipo de relações coloniais, pelo que, à partida, era impensável a sua continuidade pós-independência, que nem os próprios equacionariam em face da rotura radical com o quadro anterior que eles próprios geriam.

A segunda camada não desprezaria, em princípio, a possibilidade de permanecer e parte significativa gostaria mesmo de ficar se o sistema evoluísse para um modelo de características neocoloniais, em que visse assegurados os apoios económico-financeiros e administrativos em que assentava a sua anterior prosperidade empresarial. Perante a transformação que marcou o processo, de rotura com todo esse suporte estrutural, viu-se, com relativamente poucas exceções, incapaz de se adaptar à nova realidade.

Era na terceira camada que, objetivamente, se reuniam mais favoráveis condições para a permanência dos portugueses. A qualificação técnica e a autonomia em face do aparelho e da estrutura económica colonial, asseguravam-lhe um lugar e um aproveitamento útil na nova sociedade a construir. Dela se excluía, naturalmente, parte do proletariado e semiproletariado que, contraditoriamente, sendo o grupo menos privilegiado de toda a comunidade branca, gozava de um estatuto profissional de privilégio relativo, perante idêntica camada da comunidade negra, beneficiando de melhores retribuições e posicionamento hierárquico, não por maior qualificação ou valia técnica, mas apenas por ser de raça branca. Excluía-se também grande parte do funcionalismo, que, por esvaziamento da própria máquina burocrática, deixava de ter assegurado o seu posto de trabalho e não queria perder o seu vínculo à função pública que o regresso a Portugal lhe garantia.

Era também na camada, que o autor classificou de semiburguesia, que se situava a grande maioria dos brancos que se assumiam como angolanos e, como tal, tomaram partido pela independência e participaram na luta de libertação, que depois da independência optaram pela nacionalidade angolana e nem sequer equacionaram a hipótese do abandono de Angola. Pertenciam ainda a este extrato aqueles que permaneceram como cooperantes portugueses depois da independência, cujo número poderia ter sido muito mais elevado se não se tivessem gerado as dificuldades de relacionamento no período pós-independência, resultantes do tardio reconhecimento da

RPA por parte de Portugal. Vieram a ser preteridos por uns milhares de cooperantes de outras nacionalidades, sem dúvida menos vocacionados para o trabalho em Angola, com maiores dificuldades no campo cultural e os consequentes bloqueios no seu relacionamento humano, e sem disporem do capital de conhecimento da realidade angolana, um trunfo que só os portugueses detinham.

Nem todos os portugueses fixados em Angola queriam ali permanecer depois da independência, ou para isso tinham condições mas, dos que queriam e reuniam tais condições, muitos mais podiam ter ficado. Foram as relações violentas que caracterizaram o processo, a guerra colonial, a conflitualidade étnica, a guerra civil, as intervenções estrangeiras, que deterioraram as condições e esvaziaram aquela vontade.

Os outros, que mesmo querendo não dispuseram de condições para poder permanecer foram, em grande parte, vítimas do processo descolonizador, porque tinham sido já vítimas do processo colonizador. Em geral com reduzido nível cultural e com nenhuma consciência política, foram instrumentalizados pelo sistema político, económico e social que, negando-lhes na sua terra de origem perspectivas de dignidade e progresso, os seduziu com a propaganda colonial do Estado Novo, fazendo-os embarcar numa aventura que lhes era proposta como um futuro sólido e assegurado, quando afinal já tinha o seu termo traçado pela marcha inexorável da História. Foram vítimas, porque agentes inconscientes de uma política e de um regime que deles se serviu para sobreviver e para se justificar.

Portugal conseguiu, para surpresa de muitos observadores, solucionar com algum êxito o problema da reintegração dos retomados na nova sociedade. Em termos percentuais, em face do número total da população global do país, é hoje francamente elevado o número de retornados que ocupam lugares de destaque, mesmo de chefia e liderança, a nível profissional e político, nomeadamente no autárquico.

Acabou por ser Angola quem mais se prejudicou com a saída de muitos portugueses que poderiam ter sido úteis na construção do novo país independente. De um país saído de uma longa dominação colonial, quase desprovido de quadros qualificados, com um nível escolar das suas populações baixíssimo, poderão ter saído de Angola, em 1975-1976, cerca de 93.000 indivíduos que teriam, em 1981, mais de 20 anos e que seriam possuidores de habilitação escolar superior ao curso preparatório e, destes, cerca de 64.000 com curso secundário e superior. Neste país, que necessitava de potencial humano para reconstruir o seu aparelho de Estado e administrativo e para reformular e dinamizar o seu parque produtivo, foi um *handicap* decisivo. Foi, em

grande parte, pela saída destes quadros, que aqueles aparelhos vieram a paralisar-se.

Ensina-nos a história que só depois da independência do Brasil começou, verdadeiramente, o enorme fluxo de emigração portuguesa para este imenso país da América do Sul. Foi a forma como Portugal entrou na descolonização depois do 25 de Abril que, *in extremis*, salvou as possibilidades de fraterno relacionamento entre Portugal e Angola. Angola já é, nestes primeiros anos do século XXI, o principal destino da emigração portuguesa. Não é, em termos sociológicos, a mesma emigração dos anos 40, 50 e 60 do século passado. É muito mais qualificada e já não leva, como único diploma, a cor da pele. Nem é o mesmo país de acolhimento que os recebe. É agora um país novo, em desenvolvimento, cheio de contradições mas em vias de se tornar uma potência regional na África Austral.

Estar-se-á, agora, no ensaio dos primeiros passos para a colheita dos frutos do relacionamento que, cá e lá, o 25 de Abril semeou.

7. DIFÍCIL CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Angola ia encarregar-se de dar razão a Amílcar Cabral. A etapa mais difícil da descolonização viria depois da vitória sobre o colonialismo. Joia da coroa do império colonial português em África, pioneira nas lutas de libertação dos nacionalistas africanos nas colónias portuguesas, rubicão da descolonização, o pensamento de Cabral teria plena aplicação em Angola na fase pós-colonial.

Depois do fracasso das tentativas de travessia para norte do rio Queve e do rio Cuanza e da retirada para sul com as tropas sul-africanas, Savimbi, com o que restava da UNITA, refugiou-se na Jamba, no extremo sudeste de Angola junto à fronteira com a faixa de Caprivi, território da Namíbia então ainda sob administração sul-africana. Savimbi estava seguro de poder continuar a contar com o apoio do regime do *apartheid*, mas não lhe era suficiente. Precisava de saber com o que poderia contar da parte dos EUA, até porque o Congresso aprovava a Emenda Clark, em 19 de Dezembro de 1975 no Senado e em 27 de Janeiro de 1976 na Câmara dos Representantes, a qual proibia ao governo dos EUA envolver-se em Angola, recusando mesmo quaisquer apoios financeiros, depois de já terem contribuído com 14 milhões de dólares para a Operação IAfeature. O presidente Ford promulgara essa lei em 9 de Fevereiro.

Savimbi deslocou-se a Kinshasa e contactou com os responsáveis norte-americanos pela Operação IAfeature, entre eles o chefe da delegação da CIA no Zaire, St. Martin, que lhe sugeriram que tentasse uma aliança com o MPLA. O MPLA recusou. Em plena guerra no período de transição, Washington “proibira” à UNITA a aliança com o MPLA que Portugal diligenciara para salvar, *in extremis*, o Acordo do Alvor, porque não queria “aliados moles”, nas palavras de Stockwell. Agora eram os EUA que, para salvar a UNITA, tentavam a aliança com o MPLA. Este conseguira o seu objetivo sozinho, o poder. Chegara a sua vez de recusar a aliança.

Perante a recusa do MPLA as decisões da Casa Branca foram no sentido de Savimbi ser pressionado para continuar a luta contra o governo da RPA, a partir do seu refúgio na Jamba. Stockwell relata as peripécias do encontro de Kinshasa:

“Em princípios de Fevereiro [...] Savimbi veio ter com o chefe da delegação de Kinshasa, pedindo esclarecimento sobre a política e instruções dos Estados Unidos. Devia iniciar a guerrilha urbana? Ou deveria voltar à mata? St Martin perguntou a Savimbi se a UNITA não podia tentar chegar a um entendimento com o MPLA. St Martin participara no esforço da CIA, em Setembro, tendente a fazer Savimbi dar meia-volta quando pela primeira vez ele tentou abrir negociações com o MPLA

[...] Quando por fim Washington respondeu foi para encorajar Savimbi a continuar a luta.” (p. 254)

A mesma guerra prolongada

Angola entrava numa nova fase da sua guerra prolongada. A mesma que vinha desde 1961, com variáveis de percurso e na intensidade das suas componentes, guerra de libertação colonial, conflito regional, guerra-fria, guerra civil. Desaparecida a componente da guerra de libertação colonial acentuavam-se as restantes três componentes, numa clara linha de continuidade em relação à fase anterior do período de transição. Mas eram visíveis algumas *nuances*.

O conflito regional ia assumir, neste contexto, uma expressão cada vez maior, pelo empenhamento crescente da África do Sul. Ultrapassados que estavam os projetos SACOM e Alcora, o *State Security Council* investia na Estratégia Nacional Total e na Constelação se Estados, o bloco que devia assegurar a sobrevivência do *apartheid*. Mas esta estratégia de Pretória também falhou e o grande contributo para o seu fracasso veio da independência do Zimbabwe, com a vitória eleitoral da ZANU, em 1980, até porque lhe retirava o principal aliado, a Rodésia dominada pela minoria branca. Só restava à África do Sul a aposta deliberada na desestabilização, por via militar, dos países excluídos das alianças possíveis no quadro daquela estratégia. Angola e Moçambique eram os inimigos que era necessário manter sob pressão permanente e, mesmo, forçar a alteração nas suas políticas internas. No que a Angola respeita, foi o apoio à UNITA, foram as intervenções da SADF no interior do país incluindo os ataques às bases da SWAPO. A partir dos anos 80 a presença de unidades militares sul-africanas no sul de Angola, tornou-se permanente. Em Dezembro de 1983 lançaram a Operação Ascari, que penetrou cerca de 200 quilómetros para além da fronteira sul. A resposta dos países independentes na África Austral, com o GPLF e a SADCC, era demasiado frágil face ao desproporcionado poder militar e económico de Pretória. Em 1984 começava o recuo estratégico de Pretória mas, em Maio de 1985, as FAA ainda intercetaram uma unidade de comandos da SADF em Cabinda, quando preparava a sabotagem de instalações da Gulf Oil.

O conflito regional estendeu-se, durante a década de 80, ao interior da República do Zaire, com algumas incursões dos antigos *gendarmes* catangueses a partir do norte de Angola. Algumas tentativas para o estabelecimento de acordos de boa-vizinhança entre o Zaire e Angola nunca tiveram efeitos práticos. Aliás, a situação no interior do

Zaire caracterizava-se por uma tal instabilidade, encontrava-se tão perto do caos e da anarquia, que nenhum compromisso com as estruturas do poder era credível. Intrigante era a pressa com que países ocidentais, nomeadamente a França, a Bélgica e os EUA, acorriam em socorro de Mobutu, expoente dos mais corruptos e cruéis, dir-se-ia mesmo dos mais obscenos regimes da cena internacional, sempre que este enfrentava alguma ameaça mais séria. O ocidente preferia colaborar para que se mantivesse à frente da República do Zaire uma figura da dimensão de Mobutu, mas que lhe era favorável, do que correr o risco de perder influência naquele território que constituía uma importante reserva de recursos estratégicos. Em 1991 o caos que há muito tomara conta do Zaire ultrapassava todos os limites, com os militares amotinados a tomarem conta das ruas de Kinshasa e a assaltarem armazéns, lojas, casas particulares, pondo a cidade a saque e provocando a fuga maciça de estrangeiros, entre eles o que restava da antiga e numerosa comunidade portuguesa.

A segunda componente da guerra que se prolongava em Angola, a guerra-fria no contexto do conflito leste-oeste, prosseguiu dentro do quadro traçado para o período que antecedeu a independência, mas com maior nitidez.

As superpotências continuaram a preferir não se empenharem de uma forma demasiado visível, optando pelas guerras por delegação e assim fazendo com que, em parte, a expressão do conflito leste-oeste se confundisse quer com o conflito regional, quer com a guerra civil. A URSS e o Pacto de Varsóvia continuaram a apoiar abertamente o governo e a suportar grande parte das despesas do esforço cubano. Os EUA, apesar da Emenda Clark, mantiveram o seu apoio, agora exclusivamente em benefício da UNITA depois de terem deixado cair a FNLA. Este apoio foi intensificado na década de 80, após a ascensão de Ronald Reagan à presidência dos EUA, que incluiu a UNITA e Jonas Savimbi naquilo a que chamava os "combatentes da liberdade", designação com que contemplava todos os que se opunham a regimes apoiados pela URSS, fossem somosistas da Nicarágua, cubanos antigos apoiantes de Batista, fundamentalistas islâmicos do Afeganistão, apoiantes de Mobutu no Zaire, de Savimbi em Angola ou de Dhlakama em Moçambique. O apoio dos EUA à UNITA passou a ser aberto quando, em Julho de 1985, Reagan conseguiu que a Câmara dos Representantes revogasse a Emenda Clark.

A presença dos cubanos ao lado do governo de Angola, se bem que deva ser entendida no âmbito da guerra-fria porque aproveitou à URSS, acabou por se inscrever no quadro do conflito regional, porque foi a intervenção sul-africana, na fase da

transição, que esteve na base da Operação Carlota, e porque foi contra a permanência sul-africana no interior de Angola que, depois da independência, se orientou toda a atividade operacional dos contingentes cubanos.

A terceira componente, a guerra civil manteve as grandes linhas anteriores, mas com significativas alterações quanto às partes em confronto. Desaparecera uma das partes diretamente envolvidas, a FNLA, derrotada pelas FAPLA a norte, e que sofrera ainda um revés no centro quando as forças da UNITA, na sua retirada para sul e depois de esvaziada a experiência da coligação na RDA, moveram uma perseguição aos grupos do ELNA nas regiões de Benguela e do Huambo, eliminando-as na quase totalidade. A guerra civil deixara de ser uma quadripartida, como fora no início, ou de um movimento contra uma coligação mal definida e frágil, como fora na fase seguinte, e passara a ser bipartida, opondo as FAPLA às FALA, forças armadas da UNITA.

Por outro lado a guerra civil assumiu contornos mais formais, mais de acordo com a caracterização que dela faz a teoria dos conflitos, com uma das partes já no poder e dotada de forças armadas institucionais e a parte rebelde assumindo progressivamente comportamentos de poder nas áreas que passavam ao seu controlo. A UNITA foi aperfeiçoando o seu aparelho militar que, cada vez mais, se assemelhava a um exército de forças regulares. Além disso, ambas as partes eram apoiadas por outras estruturas militares institucionais, as FAPLA por unidades regulares cubanas, as FALA por unidades regulares sul-africanas.

Ao mesmo tempo que se institucionalizava a guerra civil aumentava de intensidade, afetando a generalidade das atividades políticas, administrativas, económicas e sociais, aperfeiçoava os seus métodos e os meios utilizados, causando um número crescente de vítimas e de danos nas infraestruturas do país. E também alastrava em superfície, chegando a afetar a quase totalidade do território nacional. Ou seja, a guerra civil ia subindo de patamar, quase se transformando numa guerra convencional.

O conflito interno viria a conhecer ainda uma outra faceta, a luta pelo poder dentro do próprio partido do governo, o MPLA. Com a independência e a necessidade de enfrentar outros inimigos, o MPLA conseguira pacificar as cisões internas que tanto o haviam enfraquecido no final da fase da luta de libertação. Mas não haviam ainda cicatrizado totalmente as feridas das divisões que haviam dilacerado o movimento nos últimos tempos da luta de libertação quando se confrontavam três facções. Em 27 de Maio de 1977 rebentava, em Luanda, um violento conflito. Uma facção populista com forte implantação na área suburbana da capital, liderada por Nito Alves, o prestigiado

comandante guerrilheiro que resistira na I Região Militar em condições muito difíceis nos últimos tempos da guerrilha e que tivera um papel fulcral na mobilização do poder popular para a defesa de Luanda no dia da independência, opôs-se ao presidente Agostinho Neto visando, tudo o indicava, apeá-lo do poder. Os contornos do golpe e da sua contenção, particularmente nos seus apoios externos, permanecem um tanto obscuros e contraditórios, na medida em que se conheciam as boas ligações que Nito Alves mantinha com a URSS e a ajuda que as forças cubanas deram ao governo. O golpe foi derrotado mas deixou marcas profundas, pelo radicalismo, pela violência, pelos dirigentes que se dividiram, pelo número de baixas de ambos os lados, pelas feridas abertas no seio do MPLA e que ainda não cicatrizaram totalmente.

Também no seio da UNITA Savimbi teve de enfrentar ameaças ao seu poder pessoal, que ele sempre solucionava de forma radical, mas que a natureza clandestina do movimento permitia ir subtraindo ao conhecimento público. Foram os casos das eliminações sumárias, entre outros, dos dirigentes Wilson dos Santos e Tito Chinguji, cujo esclarecimento só viria a conhecer alguns progressos passados anos. E ainda as dissidências de alguns dirigentes do movimento que denunciaram os métodos repressivos no interior do movimento. Savimbi viria a reconhecer a liquidação sumária daqueles dirigentes e seus familiares, mas devolveu as acusações de responsabilidade ao próprio N'Zau Puna, um dos futuros dissidentes que revelou os factos e acusara Savimbi de autor material das mortes (Puna, 2011, pp. 154 a 159).

A necessidade de as FAPLA enfrentarem, simultaneamente, duas frentes de guerra, uma ação de guerrilha interna conduzida pelos grupos da UNITA e uma agressão externa traduzida nas invasões e operações de tipo clássico da SADF, que exigiam respostas diferenciadas, trouxe-lhes imensas dificuldades. As FAPLA tinham chegado à independência vindas de uma guerrilha prolongada, de baixa intensidade e fragilizadas pelos conflitos internos, tendo mesmo sofrido a deserção de alguns dos seus elementos mais ativos na fase final da luta de libertação colonial, os grupos da revolta de leste de Chipenda. Mal tiveram tempo para, sequer, pensar em reestruturar-se, tornando-se na instituição militar de um Estado soberano, pois as exigências operacionais pós-independência não lho permitiram.

A assessoria militar dos países do Pacto de Varsóvia, em especial da URSS e, muito particularmente, o contato concreto, permanente e em situações de combate efetivo, com as forças armadas cubanas, proporcionaram às FAPLA uma reconversão bastante rápida e até, em alguns casos, surpreendentemente eficaz, organizando e

treinando unidades de tipo clássico que, em poucos anos, puderam opor-se, com relativo êxito, ao exército bem instruído e bem equipado da África do Sul, como foi o caso das batalhas da Cahama e do Cuíto Cuanavale. Nesta, em especial, que se prolongou de Novembro de 1987 até Março de 1988, as FAPLA resistiram com êxito às tentativas desesperadas do exército sul-africano e da UNITA para tomarem a localidade. As FAPLA, bem apoiadas pelo exército e pelas forças aéreas cubanas, conseguiram manter o Cuíto Cuanavale na sua posse depois de combates muito duros com elevado número de baixas de parte a parte. Esta batalha tornou-se emblemática na guerra civil de Angola e no conflito mais amplo da África Austral. Carlos António Carrasco chamou-lhe “[...] a mãe de todas as batalhas dessa guerra [...] o ponto determinante e sem retorno para estabelecer na mesa de negociações um novo mapa político na África Austral.” (pp. 29 e 30) Carrasco refere-se recorrentemente a esta batalha, “Uma obra mestra de estratégia militar [...] a batalha mais extensa e de maior emprego de alta tecnologia jamais usada até então no Continente Africano” (p. 175) e faz dela uma descrição pormenorizada em que não deixa de, justamente, destacar o papel decisivo dos comandos e tropas cubanas (pp. 290 a 300). Cita Nelson Mandela e a forma como este a invocou em viagem oficial a Havana, depois da sua libertação:

“A esmagadora derrota do exército racista em Cuíto Cuanavale constitui uma vitória para toda a África [...] deu a possibilidade a Angola de disfrutar da paz e consolidar a sua própria soberania [...] permitiu ao povo combatente da Namíbia alcançar finalmente a sua independência [...] destruiu o mito da invencibilidade do opressor branco [...] serviu de inspiração ao povo combatente da África do Sul [...] é um marco na história da luta de libertação da África Austral [...] é uma viragem na luta para libertar o continente e o nosso país do chicote do *apartheid*.” (pp. 290 e 291)

David Birmingham refere-se à batalha de Cuíto Cuanavale de 1987-88 em termos muito semelhantes: “A maior batalha que jamais se travou na África Austral [...]” (1992, p. 105). Sem dúvida que constituiu um ponto de viragem no equilíbrio de forças da região, até aí sistematicamente favorável às SADF, e é legítimo afirmar que as mudanças radicais na África Austral, a independência da Namíbia, o fim do *apartheid*, tiveram no Cuíto Cuanavale um impulso determinante.

Mas faltou às FAPLA flexibilidade estratégica para, ao mesmo tempo que se reestruturavam para enfrentar a guerra de tipo clássico na frente sul, montar um dispositivo interno capaz de conter a atividade crescente da guerrilha da UNITA. E, neste particular, foram muito deficientemente assessoradas pelos técnicos militares da URSS, desconhecedores da realidade africana e demasiado apegados ao princípio da

massa, privilegiando o emprego de efetivos fortes, a concentração de meios, com o apoio de armas pesadas e viaturas blindadas, e sem vocação para a descentralização, a imaginação, a mobilidade, a flexibilidade, princípios fundamentais da contraguerrilha. Daqui resultou que as FAPLA nunca instalaram um dispositivo eficaz, que conjugasse quadrícula, forças de intervenção e sistemas de apoio de combate e de apoio de serviços, por forma a combinar as operações de contraguerrilha com um efetivo controlo do território, a livre circulação nas vias de comunicação, o apoio às populações e o regular funcionamento dos aparelhos administrativo, social e produtivo. A UNITA conseguiu, assim, estender a guerrilha à quase totalidade do território nacional, passando as suas forças a movimentar-se impunemente por todo o espaço rural, enquanto a ação governativa se reduzia, cada vez mais, aos grandes centros urbanos, que deixaram de ter entre si ligações terrestres.

Tentativas negociais

A íntima ligação entre o conflito regional, o conflito leste-oeste e a guerra civil surgiria, com toda a evidência, quando começaram a intensificar-se as tentativas de solução da guerra por meio de negociações. Negociar a paz num dos conflitos envolvia, inevitavelmente, os outros dois.

A primeira tentativa, no encontro de Lusaka em Fevereiro de 1984 entre os dirigentes de Luanda e Pretória, situou-se estritamente no quadro regional. Foi seguida por um encontro entre Eduardo dos Santos e Fidel Castro, em Havana no mês imediato, do qual resultou um comunicado dando conta que os dois governos concordavam com a retirada das forças cubanas de Angola, mas com condições, que envolviam a retirada sul-africana, não só de Angola como da Namíbia, o cumprimento por Pretória da Resolução 435/78 das Nações Unidas com vista à independência da Namíbia e o fim do apoio da África do Sul à UNITA. O comunicado de Havana viria a assumir importância no futuro pois constituiu o ponto de partida para o posterior protagonismo dos EUA, usando como instrumento o que o subsecretário de Estado para os assuntos africanos, Chester Crocker, chamaria *linkage*, que mais não era do que as condições de Havana.

A nova tentativa de relançamento do processo de paz em Angola, com a intervenção direta e destacada de Washington, já passava pelo patamar do conflito leste-oeste, associado ao conflito regional e à guerra civil. A ela estava intimamente ligada a *perestroika* e o início do degelo da guerra-fria, quando Gorbachev se empenhou na

solução pacífica dos conflitos regionais em que fosse óbvia a influência das duas superpotências. Os seus reflexos diretos fizeram sentir-se no conflito angolano, com Moscovo e Washington a recomendarem a Luanda e à UNITA maior flexibilidade na busca de uma solução pacífica e negociada. Em Fevereiro de 1988 Chester Crocker foi a Luanda e encontrou-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, aceitando este o princípio do *linkage*, o qual foi também aceite, com algumas condições, por Cuba. No mês seguinte uma delegação conjunta angolano-cubana encontrava-se com uma delegação dos EUA, sendo abordadas as potencialidades de um acordo quadripartido Angola-Cuba-África do Sul-SWAPO. Estas negociações iam ter, neste ano de 1988, um rápido desenvolvimento com encontros em Londres, Brazaville, Sal e novamente Brazaville. O desanuviamento leste-oeste estava bem presente pois, ao mesmo tempo que se iam realizando estas cimeiras, verificavam-se encontros entre delegações dos EUA e da URSS, um deles mesmo ao nível Reagan-Gorbatchev, onde eram concertadas as posições sobre Angola que, depois, colocavam na mesa das reuniões quadripartidas.

Em Agosto, em Genebra, chegava-se a um cessar-fogo entre as duas partes, Angola e Cuba de um lado, África do Sul do outro. A UNITA, que estivera excluída das negociações, por imposição de Angola, não subscreveu este acordo. Isto é, o cessar-fogo abrangia o conflito regional mas não a guerra civil. Seguiram-se várias cimeiras em Brazaville, verificando-se dificuldades no acerto do calendário para a retirada das tropas cubanas. As negociações vieram a culminar em 22 de Dezembro de 1988, com o Acordo de Nova Iorque, assinado na sede das Nações Unidas, entre Angola, Cuba e África do Sul, que regulava a retirada das tropas cubanas e sul-africanas de Angola e a independência da Namíbia. Daqui nasceria a UNAVEM I (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola), proposta pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para fiscalizar a retirada dos cubanos e aprovada no Conselho de Segurança pela Resolução 626 de 20 de Dezembro de 1988.

Logo a seguir à assinatura do Acordo de Nova Iorque, os novos responsáveis norte-americanos, presidente George Bush e subsecretário de estado para os assuntos africanos Herman Cohen, fizeram saber que Washington não deixaria de prosseguir com o seu apoio à UNITA. Os EUA tinham conseguido alcançar um objetivo antigo, libertarem a UNITA do apoio e da dependência da África do Sul, retirando-lhe o estigma da dependência do *apartheid*, substituindo-se-lhe com o seu próprio apoio e colocando-a na sua exclusiva dependência.

As forças sul-africanas retiraram num curto prazo, ainda no ano de 1989, a Namíbia atingia a independência em 21 de Março de 1990 com a vitória da SWAPO nas eleições que se haviam realizado em Novembro anterior, os últimos militares cubanos concluíam a saída de Angola em Maio de 1991. A razão da sua presença em Angola não era a UNITA, mas as tropas sul-africanas, e estas já tinham retirado.

O abrandamento da guerra-fria e do conflito leste-oeste tinha solucionado o aspeto mais agudo do conflito regional que afetava Angola, o da fronteira sul. Mas transferiu-o, se bem que com um menor grau de ameaça para Luanda, para a fronteira norte, conferindo maior protagonismo à República do Zaire e a Mobutu, uma vez que o apoio dos EUA à UNITA passava a ser por aí canalizado. Era também uma forma de contribuir para a sobrevivência do regime de Mobutu, em claro esgotamento. Mas não trazia, ainda, nenhuma solução para a guerra civil.

Seria do chefe de Estado zaireense que partiria a nova tentativa de acordo, agora visando concretamente o termo da guerra civil. Em Junho de 1989 tomou a iniciativa de convocar, para Gbadolite, uma cimeira com Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Saldar-se-ia quase exclusivamente por uma grande operação mediática, teve a cobertura presencial de 18 chefes de Estado africanos e de representantes de mais alguns outros, e dela resultou o primeiro aperto de mão entre o presidente da RPA e o presidente da UNITA, selando um cessar-fogo declarado no dia 24. Mas a encenação não foi além disso mesmo e o cessar-fogo nunca entraria em vigor.

O acordo carecera de preparação cuidada e de bases negociais sérias, chegando a maioria dos observadores à conclusão, posteriormente, de que as negociações terão sido conduzidas por Mobutu em separado, com as delegações do governo e da UNITA, assumindo compromissos diferentes e inconciliáveis com cada um deles. A controvérsia maior residiu na aceitação, por parte de Savimbi, de um afastamento temporário de Angola, que foi publicamente anunciado e que nenhum dos chefes de Estado africanos presentes desmentiu, mas que Savimbi viria a rejeitar poucos dias depois. Admitiram outros observadores que Savimbi teria mudado de opinião pressionado pelos EUA e, na verdade, poucos dias depois do anúncio do acordo, nos princípios de Julho, Washington fez saber, publicamente, que discordava do plano de paz, particularmente no que se referia à saída de Savimbi de Angola. Seguiram-se cimeiras de chefes de Estado africanos, em Harare e Kinshasa, ao mesmo tempo que governo e UNITA avançavam propostas sobre propostas para tentar salvar o essencial de Gbadolite, leia-se o cessar-fogo. Mas sem resultados práticos.

Fracassada mais esta tentativa de paz a guerra civil ganhou nova intensidade, que viria a culminar com o forte ataque das FAPLA na região de Mavinga, que se prolongou dos finais de 1989 a Janeiro de 1990, o que poderia ter-lhes aberto o caminho para a Jamba, quartel general de Savimbi. O presidente da UNITA estava de visita a Portugal, interrompeu a visita e regressou apressadamente ao continente africano. Savimbi salvou-se *in extremis* com o ultimato que EUA terão feito ao governo angolano, forçando-o a ordenar aos comandos militares a paragem da ofensiva. E a UNITA também voltou a contar, nesta emergência, com uma nova intervenção militar da África do Sul, em violação dos compromissos que assumira em Nova Iorque.

Em Julho de 1989 Herman Cohen visitava Lisboa e começaram a notar-se, da parte da UNITA e da parte do governo de Angola, sinais de que poderiam privilegiar a mediação portuguesa em futuras negociações entre ambos. O primeiro-ministro Cavaco Silva fazia, em Setembro, declarações mostrando que o governo português estava pronto a desempenhar esse papel, caso fosse solicitado pelas duas partes.

Ia começar uma fase negocial em que Portugal reassumiria protagonismo e que desembocaria, cerca de um ano e nove meses depois, nos Acordos de Paz de Bicesse.

Acordo em Bicesse

As negociações mediadas por Portugal foram as primeiras, depois da independência e excluída a farsa de Gbadolite, que procuraram solucionar diretamente a questão da guerra civil, e não tentar chegar a esta por via indireta, secundarizando-a face aos conflitos regional e leste-oeste. Tal não significava que, internacionalmente, se tivesse passado a dar maior prioridade à guerra civil angolana, mas apenas que as condições favoreceram essa oportunidade porque, entretanto, as outras componentes da guerra de Angola estavam, em parte, solucionadas ou, pelo menos, muito atenuadas. E deveu-se, em parte, ao facto de o mediador, Portugal, não ser parte ativa no conflito regional nem no conflito leste-oeste e, pelo contrário, ter interesse direto no fim da guerra civil.

O quadro regional nos princípios de 1990 era o de uma África Austral em mudança. A República do Zaire substituíra-se à África do Sul como *pivot* do apoio à UNITA, mas num papel subalterno e servindo os interesses dos EUA. A África do Sul, com a legalização do ANC e de outras três dezenas de organizações *anti-apartheid* e com a libertação do seu líder histórico Nelson Mandela e dos seus companheiros, encetara o caminho que conduziria ao fim do *apartheid*. Em 21 de Março era

proclamada a independência da Namíbia sob a liderança da SWAPO e do seu presidente Sam Nujoma. Em Moçambique detetavam-se os primeiros sinais de boa-vontade para negociações entre o governo e a RENAMO, com vista ao fim da guerra civil. Estava, enfim, desenhado um panorama novo e mais favorável para Angola.

No quadro leste-oeste, com o fim da guerra-fria, as superpotências deixaram de encarar Angola como uma arena da sua confrontação, passaram a ser parceiros no apoio ao país mediador ainda que continuando, cada uma delas, a privilegiar as ligações aos velhos aliados, os EUA à UNITA, a URSS ao MPLA e ao Governo da RPA.

Portugal iniciou a sua mediação discretamente, com uma reunião em Évora em 24 de Abril de 1990, em que juntou delegações angolanas. O subsecretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, surgiu como o principal dinamizador destas negociações. Sucederam-se reuniões ao longo do ano de 1990 que no final do ano contavam já com a presença de observadores dos EUA e da URSS. Alguns sinais justificaram interpretações favoráveis ao curso das negociações, nomeadamente o anúncio pelo governo angolano da intenção de proceder a alterações constitucionais, abrindo o sistema político ao multipartidarismo, que era visto como a criação de condições para a futura participação da UNITA na vida política. Outro sinal favorável foi o acordo entre Washington e Moscovo para porem termo ao envio de armamento para Angola.

Propostas do governo de Angola e da mediação para se conseguir uma cessação das hostilidades, enquanto decorriam as negociações, chocaram com a intransigência da UNITA que registava alguns êxitos no campo militar, nomeadamente no norte, onde conquistara o Ambriz e ameaçava aproximar-se de Luanda. O grande objetivo da UNITA era a conquista de uma cidade sede de governo provincial, que pudesse exibir como a capital da área que controlava e onde estabelecesse o seu "governo paralelo", o que reforçaria a sua capacidade negocial e daria a Savimbi aquilo que há muito vinha perseguindo – um estatuto ao nível do presidente da República, ainda que informal. Daí o esforço com que se empenhou na conquista da cidade de Luena, capital da Província do Moxico, que prolongou até ao minuto exato da entrada em vigor da suspensão das hostilidades, às 24 horas do dia 15 de Maio de 1991. Era esta a hora que tinha sido estabelecida no texto do acordo, já rubricado pelas duas delegações em 1 de Maio. Mas a UNITA falhou este seu objetivo e não conseguiu chegar à assinatura de Bicesse com a posse de qualquer capital provincial.

A assinatura formal dos acordos, pelo presidente da RPA, José Eduardo dos

Santos e pelo presidente da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, viria a verificar-se em Lisboa, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 31 de Maio de 1991, sob a presidência do primeiro ministro português Cavaco Silva e com a presença do secretário-geral da ONU, Pérez de Cuellar, dos responsáveis pela política externa dos EUA, James Baker e da URSS, Alexandre Brassmertnykh, e do presidente da OUA, Joweri Museveni. Passariam à História como os Acordos de Paz de Bicesse, localidade próxima do Estoril em que tinham decorrido as negociações e a assinatura do protocolo.

Os Acordos de Paz de Bicesse, na sua conceção global, não eram muito diferentes do Acordo do Alvor. Ambos formalizavam um cessar-fogo entre as partes beligerantes e definiam um processo de reconciliação nacional, a materializar num período de transição que deveria vigorar até à realização de eleições multipartidárias para uma assembleia representativa (em Bicesse acrescentava-se a eleição para a presidência da República). Semelhantemente ao que estabelecera o Acordo do Alvor também em Bicesse se tratava de acordos que apenas envolviam as duas partes que se confrontavam na guerra e que, por isso, assumiam protagonismo no processo de transição. Também, como no Alvor, se regulamentava a constituição de umas forças militares mistas, em Bicesse designadas Forças Armadas Angolanas (FAA), na base de contribuições iguais das estruturas militares de ambas as partes.

Mas havia uma situação de facto que diferia, substancialmente, da que se verificava quando se negociara o Alvor, o que impôs diferentes compromissos; uma das partes contratantes estava no poder e dominava todo o aparelho de Estado. A UNITA reconhecia o Estado Angolano em exercício, mas recusava o convite para participar nas instâncias do poder no período de transição e na elaboração da legislação preparatória das eleições, preferindo colher os frutos de se apresentar como oposição aberta, num período de grande desgaste para quem detivesse o executivo. Quando, em Janeiro de 1992, o presidente da RPA convocou uma reunião multipartidária que, durante dez dias, apreciou o desenvolvimento do processo político e na qual se pretendia preparar o processo eleitoral, a UNITA foi o único partido que não compareceu, reunindo depois com o governo, em separado, para analisar os seus resultados. Não queria ser tratada ao mesmo nível dos restantes partidos, mas sim ao nível do governo. Outra diferença substancial relativamente ao Alvor residia no facto de, ao contrário do período de transição definido neste Acordo que se destinava a preparar a transferência do poder de Portugal para os angolanos, o de Bicesse visar, no essencial, a preparação das eleições que deveriam realizar-se num prazo de 15 a 18 meses.

O comprometimento e equilíbrio na representação das duas partes, na aplicação dos acordos, seriam assegurados através da sua participação paritária em três órgãos: a Comissão Conjunta Político-Militar, a Comissão Mista de Verificação e Fiscalização do cessar-fogo e a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas Angolanas. Nestes órgãos participariam também representantes da *troika* de observadores, constituída por Portugal, EUA e URSS.

A fiscalização do cumprimento dos Acordos constituía uma diferença de vulto. No Alvor deixara-se a fiscalização do Acordo dependente, apenas, da boa-fé das partes contratantes. Não havia qualquer participação de órgãos que lhes fossem estranhos e a ONU não fora chamada a colaborar. Ao contrário, em Bicesse a ONU era convidada a assumir um papel de fiscalização através de um representante oficial do secretário-geral que poderia, a convite, participar nas reuniões daquelas comissões. As estruturas da ONU que apoiariam este representante do secretário-geral vieram a constituir a UNAVEM II, à qual foram atribuídas missões de observação e fiscalização que se vieram a revelar insuficientes, por falta de capacidade interventiva. Ao governo coube a maior responsabilidade por a UNAVEM se ter ficado por este frágil papel, invocando razões de soberania para negar uma presença armada mais significativa, que a UNITA propunha. Por ironia iria ser a UNITA quem se aproveitaria da falta de capacidade militar da UNAVEM. Assim, se houve algum avanço em relação ao Alvor, ainda era a boa-fé que presidia aos mecanismos de fiscalização do cessar-fogo, pois eram os órgãos paritários que detinham o verdadeiro poder decisório nesta matéria, enquanto aos países estrangeiros e à ONU apenas cabiam missões de observação.

O envolvimento e as responsabilidades da parte portuguesa foram, em Bicesse, totalmente diferentes do Alvor e, sem dúvida, muito mais favoráveis. Em primeiro lugar porque Portugal, vivendo num clima de estabilidade democrática, se posicionava apenas como mediador, enquanto no Alvor fora parte negociante, participante do período de transição e responsável máximo pela soberania no território. Portugal atravessava em 1975 uma época de grande instabilidade política, em pleno processo revolucionário, instabilidade que se projetava e repercutia na sua participação nos processos de descolonização em curso. Depois porque em Bicesse se tratava de uma negociação bipartida enquanto no Alvor fora quadripartida, complexidade que se refletia no entendimento para a composição dos órgãos de poder e das forças militares mistas que deviam assegurar o período de transição. Em terceiro lugar, o quadro regional sofrera uma transformação radical, tendo saído de cena o grande desestabilizador, o regime do

apartheid na África do Sul, em processo de liquidação. Em quarto lugar, alterara-se o papel das superpotências que não só deixaram de intervir como perturbadores do processo, apoiando as partes antagónicas na alimentação do conflito armado, como passaram a colaborar ativamente na obtenção de um acordo e se comprometeram na sua consolidação e futura fiscalização, conferindo-lhe uma credibilidade acrescida. Em quinto lugar, Portugal contava com a cobertura da ONU que se comprometia a participar na aplicação do acordo e na fiscalização dos seus passos decisivos, dotando-o de instrumentos de acompanhamento e observação independentes, que no Alvor tinham ficado exclusivamente a cargo das partes envolvidas e careceram de operacionalidade. Quando do Acordo do Alvor a supervisão da ONU tornara-se inviável, em pleno pico da guerra-fria, com as superpotências confrontando-se no Conselho de Segurança, onde recorriam ao direito de veto sempre que as propostas de resolução contrariassem os seus interesses. Nessa altura, em Angola, estavam muito mais interessadas em cobrir e reforçar as partes que lhes eram afetas do que em procurar consensos para solucionar os conflitos que elas originavam. A cooperação entre os EUA e a URSS no Conselho de Segurança, que foi possível nos princípios da década de 90, era impensável nos meados da década de 70. Por último, em Bicesse poderia, se tivesse havido a humildade suficiente para analisar sem preconceitos políticos onde é que falhara o Acordo do Alvor, ter-se beneficiado da experiência que este proporcionava e evitar correr os mesmos riscos. O Alvor não tivera referências anteriores, nem mesmo nos precedentes acordos relativos às outras colónias, que se rodeavam de condicionamentos internos e interferências externas totalmente diferentes.

O sistema das relações internacionais que favorecera Bicesse, um mundo bipolar em processo de desanuviamento e de convergência das posições das superpotências iria, porém, sofrer uma rotura durante o período de transição, que alteraria o equilíbrio dos observadores face às partes angolanas. Em Agosto de 1991 dera-se a tentativa de golpe de Estado em Moscovo que viria a traduzir-se, em Dezembro, na queda de Gorbachev e na dissolução da URSS. A Federação Russa, onde Boris Ieltsin surgia com um poder reforçado, assumia o papel da URSS na *troika* de observadores do processo angolano, mas o governo da RPA deixaria de contar com o membro deste órgão que compensasse o apoio que os EUA continuavam a dispensar à UNITA. A Rússia estava numa posição muito mais vulnerável, com grande instabilidade política interna e muito dependente dos EUA no esforço de recuperação económica. O sistema internacional adquiria alguns contornos de unipolaridade, muito em especial no campo da resolução dos conflitos

chamados de baixa intensidade, onde os EUA passaram a ditar soluções. Em Angola refletiu-se este novo quadro e Washington passou a dispor de muito maior margem de manobra e de condições para reforçar a sua liderança.

A parte portuguesa conduziu com mérito a mediação dos Acordos de Bicesse, com o senão de ter dado pouca atenção à experiência do Alvor. Preferiu retirar efeitos fáceis, sobrevalorizando em demasia os êxitos proporcionados pela conjuntura favorável à mediação e subestimando os riscos de derrapagem que não deixavam de subsistir. Tentou recolher do seu sucesso dividendos políticos partidários, até porque o PSD, então no governo, não tivera qualquer participação na delegação portuguesa que negociara o Alvor. E, no entanto, em Bicesse devia ter contado com os ensinamentos do Alvor, até porque as raízes do conflito que se procurava solucionar eram as mesmas, e os principais atores em presença tinham sido também parte ativa deste. Os responsáveis maiores pelo Acordo do Alvor sabiam onde este tinha falhado e estavam em boas condições para ajudar os mediadores de Bicesse, se estes o tivessem solicitado. Este capital de experiência foi desaproveitado.

O certo é que nos Acordos de Paz de Bicesse se insistia em algumas das vulnerabilidades que tinham fragilizado o Acordo do Alvor. Fragilidades que viriam a ser ainda mais gritantes pela forma como, durante o período de transição, funcionaram os mecanismos de fiscalização. Voltou a confiar-se demasiado na boa-fé das partes contratantes para se ultrapassarem as dificuldades do percurso, aceitou-se de novo um limite rígido e demasiado reduzido para o período de transição e, mais uma vez, não se deu o peso conveniente às preocupações com a componente militar, subalternizando-a face à componente política.

Ao confiar-se excessivamente na boa-fé, não se impôs, como condição *sine-qua-non*, o cumprimento de determinados pressupostos, sem os quais as eleições não se deveriam efetuar. Era, acima de tudo, a questão do desarmamento e da desmobilização, a constituição das FAA, e a passagem da totalidade do território nacional para o controlo da Administração Central. Verificou-se depois que a desmobilização e desarmamento total da UNITA não se processara, pelo que a pública extinção das FAPLA e das FALA e constituição das FAA, na antevéspera das eleições, não passara de uma encenação de integração de uma dúzia de quadros superiores.

O prazo estabelecido era demasiado apertado para as tarefas a efetuar. Conforme revelou mais tarde o representante português no processo de paz, bom conhecedor do problema angolano, embaixador António Monteiro, numa conferência realizada em

Lisboa em 27 de Outubro de 1993 e na qual estiveram também presentes Margaret Anstee, que tinha sido a representante especial do secretário-geral da ONU, e o diretor geral das eleições, Onofre Martins dos Santos, a UNITA, com a concordância dos EUA, exigia eleições no prazo de nove meses. O governo, com a anuência de Portugal, preferia o prazo de três anos. A ONU tinha pressa e queria poupar nas despesas que os prazos dilatados agravavam. A mediação e os observadores conseguiram que vingasse uma solução matemática: multiplicou-se o prazo da UNITA por dois e dividiu-se o prazo do governo pelo mesmo número, o que significava um período de 18 meses. Fixou-se, assim, o prazo flexibilizando-o para baixo, entre os 15 e 18 meses. Foi uma solução salomónica, mas que não teve em consideração os fatores políticos que poderiam determinar, ou não, a sua viabilidade. O prazo viria a mostrar-se insuficiente como, depois da derrapagem do processo, viriam a reconhecer muitos dos que haviam pressionado pelo seu abreviamento. A senhora Margaret Anstee confirmava inteiramente as revelações de António Monteiro:

“Dezasseis meses é um período demasiado curto [...] resultou de vários compromissos durante as negociações de Bicesse: o governo queria um período de três anos até às eleições, mas a UNITA queria apenas alguns meses, nove no máximo. Mas ainda pior foi o facto de as datas serem inflexíveis: o período no qual as eleições se deveriam processar foi gravado em pedra e não se previram quaisquer mecanismos de adiamento, caso os pré-requisitos estabelecidos nos acordos não tivessem sido implementados até à data especificada.” (1996, p. 88)

Jonas Savimbi, em visita à África do Sul em 18 de Maio de 1995, viria a declarar que, em Bicesse, se cometera o erro de apressar as eleições: “Em vez de correremos para as eleições, devíamos ter esperado pela criação de todas as condições necessárias”, afirmou. Só não disse que fora a UNITA pressionara para o encurtamento do prazo que, a seguir-se a sua proposta, teria sido ainda bem mais reduzido.

Ao dar-se prioridade à realização das eleições no prazo fixado, secundarizando a desmobilização dos aparelhos militares anteriores e a constituição das FAA, permitiu-se que sobrevivessem estruturas que, herdeiras da lógica dos movimentos de libertação eram, muito mais, movimentos armados do que partidos políticos. Prevaleceu a rigidez do respeito por um prazo independentemente do cumprimento das tarefas fundamentais, quando o prazo deveria estar condicionado ao cumprimento das tarefas sem as quais não deveria ser dado por concluído. Isto é, nunca se deveria ter aceitado efetuar a consulta eleitoral sem que as FAA estivessem minimamente operacionais e as forças armadas partidárias total, e comprovadamente, desativadas. Estas debilidades condenaram

Bicesse ao fracasso, como já haviam ditado o fracasso do Alvor. Bicesse desaproveitou as potencialidades de que dispôs para ter êxito.

Os 16 meses de cessar-fogo foram de uma paz precária, recheada de incidentes, sempre sob intensa pressão militar, com a UNITA a aproveitar para estender a sua presença militar a todo o território, designadamente aos centros urbanos. Mas foi, mesmo assim, o único período de não beligerância que Angola conhecera em 30 anos e que chegou a traduzir-se numa certa descompressão psicológica, e na reanimação da atividade comercial e social nos centros urbanos. Margaret Anstee refere-se a esse

“[...] surpreendente o aumento de confiança da população no processo de paz entre a assinatura dos Acordos de Paz em Maio de 1991 e as eleições realizadas em 29 e 30 de Setembro de 1992, o que se refletiu de várias formas: no comércio do dia-a-dia nos mercados e, por exemplo, na abertura diária de pequenas lojas em Luanda; no aumento da mobilidade [...]; nas tentativas de desminar e de começar a construir estradas, caminhos de ferro e pontes destruídas pela guerra; e no facto de Jonas Savimbi e a UNITA estarem em Luanda, o que seria anteriormente impensável (apesar do corpo de militares altamente armados e os arsenais de guerra que os rodeavam serem fatores de grande desestabilização)”. (1996, pp. 88 e 89)

Lamentavelmente ajudou também a alimentar equívocos e ilusões de facilidades.

Anstee, em declarações na mesa redonda em Lisboa em 27 de Outubro de 1993, já depois de ter abandonado as suas funções em Angola em Junho anterior, enunciou entre as razões que, em sua opinião, tinham feito fracassar Bicesse: a falta de instrumentos institucionais que assegurassem o seu respeito, que não podia assentar apenas na boa-fé das partes; a demasiada rigidez e exiguidade do prazo para as eleições que se realizaram sem que se tivesse assegurado a total desmobilização e desarmamento dos anteriores beligerantes e a constituição das forças armadas nacionais; o facto de os acordos se terem baseado no princípio de que quem ganha fica com tudo, não salvaguardando convenientemente os direitos do vencido. É certo que esta última questão seria minimizada por compromissos assumidos pelas duas partes nas vésperas das eleições, segundo os quais a parte derrotada seria chamada a participar no governo. Em Março de 1994, em visita à África do Sul, Durão Barroso revelou que propusera, antes das eleições, que se assegurasse uma participação do derrotado no poder, mas que Savimbi recusara, por se tratar de uma proposta antidemocrática. A sua resposta fora: se ganharmos formamos governo, se perdermos vamos para a oposição.

As eleições presidenciais e legislativas em Angola efetuaram-se em 29 e 30 de Setembro de 1992, nos termos previstos nos Acordos. Deveriam ter culminado o processo negociado em Bicesse, constituindo o início de uma nova era, de paz, de

convivência democrática, de recuperação económica e social, de reconstrução e aproveitamento nacional dos imensos recursos económicos, num quadro de transformação mais vasto em toda a África Austral. A concretizar-se este capital de esperança, as eleições teriam constituído o verdadeiro termo do processo de descolonização de Angola.

O povo participou em massa nas eleições, numa espantosa manifestação de civismo. O MPLA ganhou as legislativas com maioria absoluta de 53,74% dos votos, correspondentes a 129 deputados, ficando a UNITA como segundo partido mais votado com 34,1% e 70 deputados, e conseguindo outros dez partidos representação parlamentar com um total de 21 deputados. O candidato José Eduardo dos Santos liderou a primeira ronda das presidenciais, ficando a quatro décimos de conseguir a eleição à primeira volta, 49,57%, enquanto Jonas Savimbi recolheu 40,07%. Nenhum dos outros candidatos obteve mais do que 2,16% de votos. A representante pessoal do secretário-geral da ONU, Margaret Anstee, considerou as eleições "livres e justas" e idêntico foi o reconhecimento da generalidade dos observadores internacionais que acompanharam o ato eleitoral em todo o país, exceto em algumas áreas que a UNITA mantinha sob seu controlo e onde não permitiu a presença de observadores. Mas, ainda antes de concluído o escrutínio, Jonas Savimbi e a UNITA já anunciavam a sua recusa em aceitar a derrota e ameaçavam voltar à guerra. Ameaça que não tardaram a concretizar. O processo eleitoral para a presidência da República ficou por concluir porque, com o reinício da guerra, não mais houve condições para realizar a segunda volta entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

Analistas, observadores, comunicação social de todo o mundo presente em Angola no período eleitoral, destacaram a correção com que decorreu o ato eleitoral e as operações preparatórias sob a responsabilidade da Comissão Nacional Eleitoral, com representação de todos os partidos e sob a fiscalização da ONU. Terá havido incorreções várias no processamento de mesas de voto, mas sem que tivessem influência nos resultados eleitorais.⁴¹ Foi comovedor e surpreendente a participação e o

⁴¹ As exceções, onde se verificaram violações com repercussão nos resultados, deram-se em áreas controladas pela UNITA, onde não foi permitida propaganda eleitoral aos restantes partidos e foi negada participação aos seus representantes nas mesas de voto. Nessas mesas, em zonas do Cuando Cubango, do Bié e de outras regiões do sul, num total de 52 comunas, apenas os delegados da UNITA fiscalizaram o ato eleitoral e procederam ao escrutínio. Esta foi uma das maiores falhas, uma vez que o designado Protocolo do Estoril dos Acordos de Bicesse determinava que "No que se refere às áreas de Angola que presentemente se encontram fora do alcance da administração central, ambas as partes aceitam o princípio da extensão da Administração Central a essas áreas." (V.1) Estas disposições não foram asseguradas, nem houve da parte das entidades fiscalizadoras um decidido empenhamento para que o fossem.

civismo das populações que, apesar das dificuldades de todo o género, compareceram em massa, quer no recenseamento, quer no momento do voto, demonstrando compreender o que as eleições significavam para a paz e quanto a paz era desejada.

No processo do Alvor o fracasso do acordo inviabilizara a realização de eleições que deviam encerrar a transição para a independência. No processo de Bicesse foram as eleições que fizeram fracassar o acordo e inviabilizaram a transição democrática. Ver-se-á, à frente, como as esperanças dos angolanos foram traídas e, com elas, esvaziado o significado do processo de transição democrática e desacreditada a confiança no papel das Nações Unidas. O povo angolano, que já fora vítima do conflito leste-oeste, vítima do conflito regional na África Austral, ia ser ainda vítima da sua participação numa experiência democrática conduzida pela ONU, à qual aderira confiadamente. Por ela pagaria um preço que excederia todos os que já anteriormente pagara.

8. REGRESSO A UMA GUERRA QUE NUNCA ACABARA

A guerra que se reacendera em Angola na fase da transferência do poder e se prolongara até ao cessar-fogo conseguido em Bicesse, fora o preço que os angolanos pagaram por vários fatores exógenos que se conjugaram e aos quais se somariam os erros que eles próprios também se encarregaram de cometer. Entre estes ressaltavam, a persistente incapacidade dos movimentos para ultrapassar rivalidades e se entenderem, as debilidades na gestão política, administrativa e económica, as desconfianças que persistiram em relação ao Portugal. Os fatores exógenos relacionavam-se com a importância da posição geoestratégica de Angola na África Austral e com as riquezas que a tornavam cobiçada pelas grandes potências. Estiveram no cerne do papel que o país assumiu como palco da guerra-fria e do conflito regional. Eram fatores estruturais que já estavam presentes na guerra colonial e não desapareceram com os Acordos de Paz de Bicesse, como já não haviam desaparecido com o Acordo do Alvor.

Depois de Bicesse este quadro viria a sofrer uma nova inflexão. Os fatores externos passaram a ser o principal combustível da guerra civil uma vez que, sem eles, os angolanos teriam, muito provavelmente, ultrapassado algumas das divergências internas. A descompressão do ambiente externo, derivada da conjugação do degelo leste-oeste, da independência da Namíbia e do início da abolição do *apartheid*, chegou a perspetivar uma paz duradoira que, de forma mais ou menos precária, sobreviveu 16 meses. Dramaticamente, Angola regressava à guerra, com a essência do conflito alterada porque mudara o peso relativo das suas componentes.

A guerra-fria terminara e a URSS desmoronara-se. A influência internacional da Federação Russa, que ocupou o centro do seu espaço geopolítico, era muito mais reduzida, não equilibrava o peso dos EUA na *troika* de observadores do processo angolano. O sistema internacional passara, com a globalização, de bipolar a unipolar, Washington tornara-se o único centro das decisões da comunidade internacional. Também foi assim em relação a Angola.

O conflito regional não desaparecera de forma tão radical, mas diminuía de intensidade e mudara de centro de gravidade. A Namíbia era independente, o fim do *apartheid* estava em curso na África do Sul, os contingentes militares sul-africanos e cubanos tinham abandonado o solo angolano. A UNITA passara a ter na República do Zaire o principal apoio e retaguarda das suas atividades militares. Mas não deixou de

contar com apoios na África do Sul, no Inkatha e em bastiões que sobreviviam, mais ou menos clandestinamente, ao termo do *apartheid*. O governo da RPA e o MPLA pareciam órfãos de apoios externos, quer ao nível das superpotências quer ao nível regional. Washington e as suas antenas dispunham de inteira liberdade de manobra. Tudo parecia desfavorável a Luanda.

Com o enfraquecimento das componentes externas, a guerra civil ganhava relevo. Mais não era do que a continuação da que Bicesse interrompera, porque eram os mesmos os atores diretos e alguns dos apoios externos. Do mesmo modo que a guerra civil pós-Alvor fora o prolongamento da que se revelara na guerra colonial, na qual o Alvor apenas introduzira uma pausa, também Bicesse acabou por não ser mais do que uma trégua. Assumiria, porém, contornos mais lineares, pois parte do exército rebelde, nomeadamente os seus chefes, vinham de uma cisão nas FAA, institucionais, onde tinham sido integrados. Uma guerra em que se confrontavam duas fações do exército regular era característica primária de uma guerra civil.

O encerramento da descolonização de Angola ainda ia ficar adiado.

Se no bloqueamento e inviabilização do Acordo do Alvor as responsabilidades se repartiram pelas três partes angolanas que o haviam subscrito, o desrespeito pelos Acordos de Bicesse deveu-se, fundamentalmente, a uma das partes, à qual toda a comunidade internacional endossou, sem equívocos nem contemplações, as culpas do regresso à guerra.

Tendo-se em consideração as condições em que se processava a fiscalização dos acordos e a natureza das forças em presença, facilmente se verificará que tudo favorecia a sua violação por parte da UNITA, enquanto a inviabilizava por parte do governo. Os órgãos de verificação dos Acordos não tinham dificuldade em localizar, fiscalizar, controlar os efetivos, os armamentos, as movimentações e a desmobilização das FAA do governo, institucionais, com organização conhecida, unidades e órgãos identificáveis, instalados em quartéis bem referenciados nos centros urbanos. Bastava que as unidades do governo se mantivessem onde estavam para serem controladas, não precisavam de se apresentar aos órgãos de controlo. A UNITA, pelo contrário, com unidades militares de composição heterodoxa, de efetivos e dotações de armamentos mal conhecidos, dispersas pelo interior em zonas mal referenciadas, era praticamente incontrolável com os meios de que a UNAVEM dispunha. Só poderia ser controlada na medida em que, para isso, se dispusesse a colaborar voluntariamente com os órgãos fiscalizadores, concentrando as suas unidades e apresentando-as, reunindo e entregando

a totalidade das suas armas, assinalando os seus depósitos de material, de munições e outros equipamentos. A UNITA não se dispôs a fazê-lo, pelo contrário, deliberadamente optou por não o fazer, apenas desmobilizou e desarmou na medida em que lhe convinha, reservando um nível suficiente de capacidade operacional que subtraiu à fiscalização.

A UNITA contou com a benevolência dos observadores e responsáveis internacionais. Na fase decisiva do período de transição os EUA, ainda sob a presidência republicana que apadrinhara e sustentara todo o seu trajeto recente, eram a única superpotência a ditar as regras do jogo, perante uma Federação Russa enfraquecida e dependente. Portugal tentou manter-se na posição equilibrada de mediador, mas não foi capaz de confrontar a hegemonia dos EUA. A ONU, em cujo Conselho de Segurança os EUA passaram a dispor de acrescido espaço de manobra, não foi capaz de reagir eficaz e atempadamente às ameaças que se iam acumulando no horizonte. Mesmo quando, de dentro da própria UNITA, se levantaram vozes de dirigentes destacados que entraram em rotura com Savimbi, casos de N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes, denunciando que o movimento mantinha importantes efetivos que não se dispunha a desmobilizar e tencionava regressar à guerra em caso de desaire eleitoral, os responsáveis pela fiscalização preferiram ignorar as denúncias, desvalorizaram os riscos e apostaram nas eleições a qualquer preço. N'Zau Puna e Costa Fernandes, com outros dirigentes da UNITA, alguns deles fundadores, entre os quais José N'Dele e Paulo Chipilica, tinham abandonado o movimento e formado a Tendência de Reflexão Democrática (TRD) em Março de 1992 que, coligada com o Forum Democrático Angolano (FDA), concorreria às eleições legislativas (Puna, 2011, p. 176).

A direção da UNITA tão depressa negava que mantivesse forças escondidas como deixava escapar ameaças veladas que deveriam ter merecido melhor atenção e preocupado os responsáveis. A escassos 20 dias das eleições Jorge Valentim, dirigente da UNITA, afirmava, em conferência de imprensa: “A combatividade das FALA continua.”⁴² No mesmo dia Durão Barroso, mediador das negociações de Bicesse, não se mostrava preocupado e afirmava ao jornal *Público*: “[...] não há condições para nenhum tipo de aventura, seja de quem for [...] Se elas (as eleições) forem isentas e tiverem a chancela da UNAVEM, não haverá condições políticas para que qualquer das forças as ponha em causa.” Excesso de otimismo pelo qual o povo angolano pagaria um preço elevado. A própria UNITA o viria a confirmar já depois do recomeço da guerra.

⁴² As citações de declarações avulso de dirigentes partidários e das instâncias internacionais, que passaremos a incluir sem indicação de fontes, podem ser confirmadas na imprensa da época.

Em 9 de Março de 1993 a Vorgan, rádio oficial do movimento, afirmava: “[...] dizem que a UNITA tinha escondido um exército. Tinha. Tínhamo-nos precavido [...] Nós não éramos ingénuos.”

Não teria sido difícil comprová-lo se tivesse havido vontade. Os EUA dispunham de meios técnicos capazes de detetarem concentrações de material em qualquer local do território angolano, conheciam o material de que a UNITA dispunha (tinham sido eles a fornecê-lo) e bastava comparar com as entregas que a UNITA fazia. Mas para Washington o prioritário era evitar que o governo e o MPLA pudessem dispor de capacidade militar para se oporem à desejada mudança de poder.

Face ao desarmamento e desmobilização a que o Governo procedera, a UNITA conseguira instalar-se nos centros urbanos, trunfo de que nunca antes dispusera, e sentiu que dispunha de uma superioridade relativa de combate que lhe permitia lançar-se em novas aventuras. Atento ao fim do apoio da África do Sul, Savimbi tratara de transferir o seu esforço para o norte, seguro de poder continuar a contar com o de Mobutu, ao mesmo tempo que reforçava os seus bastiões no planalto central.

O processo de paz teve, durante o período de transição pós-Bicesse, outras lacunas e os acordos sofreram atropelos de ambas as partes. A UNITA não respeitara a exigência de colaborar na extensão da administração governamental às áreas que continuava a controlar e, nem o MPLA nem a UNITA, respeitaram o compromisso a que os Acordos os obrigavam de cessarem a propaganda hostil entre ambos. Mas não foram estes e outros atropelos que possibilitaram o retorno à guerra. Este só foi possível porque a desmobilização e desarmamento das FALA não foram assegurados, porque a constituição das FAA fora uma farsa.

A comunidade internacional, para além de passiva, foi cúmplice. Por passividade ou cumplicidade, os responsáveis internacionais pela fiscalização do cumprimento dos Acordos de Paz de Bicesse desbarataram um capital de esperança, desacreditaram a viabilização de uma democracia por eles próprios imposta, fragilizaram o seu papel de mediadores e observadores.

Das urnas à guerra

O conflito armado recomeçou logo após o ato eleitoral, ainda o escrutínio não terminara. Desde o início que as causas e responsabilidades pelo seu desencadeamento foram bem localizadas, a comunidade internacional fez o seu julgamento e não deixou

margem para controvérsia. O desenrolar dos acontecimentos veio a comprová-lo. As eleições foram declaradas livres e justas, conforme a terminologia oficializada, por todas as entidades internacionais responsáveis. Só a UNITA recusou aceitar os resultados. Inicialmente acompanhada por outros pequenos partidos, depressa ficou isolada nessa sua posição. Jonas Savimbi tivera a franqueza de afirmar, ao encerrar a campanha eleitoral: “[...] as eleições só terão sido livres e justas com a vitória da UNITA. O contrário não é possível.” Era a antecâmara de uma guerra anunciada.

Em 3 de Outubro, enquanto o andamento do escrutínio ia sendo divulgado e os resultados eleitorais apontavam para a vitória do MPLA e de Eduardo dos Santos, Savimbi fazia, na Vorgan, um discurso anunciando que não os aceitava. Declarava a UNITA vencedora das eleições, denunciando fraudes que não especificava:

“[...] o MPLA está a roubar as urnas [...] o MPLA está a desviar votos [...] cabe-nos a nós, combatentes da liberdade [...] dizer-vos que o MPLA não está a ganhar e o MPLA não pode ganhar [...] em todas as províncias quem está à frente, tanto nas legislativas como nas presidenciais, é a UNITA [...] temos todos os dados de fraude, de violação, de roubo de votos [...]”

E demarcava-se previamente das previsíveis conclusões dos órgãos fiscalizadores: “[...] não competirá a nenhuma organização internacional dizer que as eleições foram livres e justas [...]” Este discurso de Savimbi constituía uma verdadeira declaração de guerra:

“[...] tudo isto levará a UNITA a tomar posição que poderá perturbar profundamente a situação deste país [...] nesta hora grave apelo a todos os militantes da UNITA para manterem a calma e serenidade e, cada qual no seu posto, cumprirem as instruções que receberem [...] saberemos, quando for necessário, assumir as nossas responsabilidades [...]”

Foi exatamente assim, como declaração de guerra, que a generalidade dos observadores que acompanhavam o agravamento da situação classificou esta declaração de Savimbi. E este iria atuar por forma a dar-lhes razão.

A maioria dos generais das FAA oriundos da UNITA, incluindo Arlindo Pena Ben-Ben que partilhava o cargo mais alto de chefe do estado-maior das FAA, em conferência de imprensa a 5 de Outubro anunciavam que se retirava das FAA. Ben-Ben afirmava: “[...] Não queremos voltar à guerra [...] mas, para evitar o pior, as forças armadas do lado da UNITA nas FAA, exigem que três condições sejam cumpridas [...]” Condições que eram as que Savimbi também exigira, reconhecimento de fraudes eleitorais, interrupção do escrutínio e revisão ou anulação do ato eleitoral.

No dia imediato Savimbi retirava-se para o Huambo, enquanto outros dirigentes do partido repetiam ameaças contra o governo, contra a Comissão Nacional Eleitoral,

contra os observadores da ONU, contra os próprios jornalistas que compareciam às conferências de imprensa por eles convocadas e confirmavam que voltariam à guerra se os resultados eleitorais forem publicados. No mesmo dia em que Savimbi voava para o Huambo o seu responsável pelas relações exteriores, Abel Chivukuvuku, afirmava aos jornalistas: “Se for necessário, faremos a guerra para combater a fraude.” Salupeto Pena, que representava a UNITA na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), não deixava dúvidas em declarações à Antena Um da Rádio Difusão Portuguesa, em 12 de Outubro: “Se os resultados forem divulgados a guerra começará imediatamente.”

No dia 13 o presidente da FNLA, Holden Roberto, informava: “Falei com o Dr. Savimbi e ele foi claro. Se os resultados eleitorais forem anunciados, ele declara a guerra, imediatamente e com toda a força.”

Mas a UNITA já estava a ir além das ameaças e, no dia em que Savimbi se refugiava no Huambo iniciara um amplo movimento militar de ocupação de municípios por todo o país com o afastamento, ou mesmo liquidação física, dos representantes do governo. Foi rápido e amplo o avanço das FALA. A 12 de Outubro tinham tomado o município de Ekunha na província de Huambo, a 13 Cuimba na província do Zaire, a 14 Andulo na província do Bié, a 15 Buengas, Kimbele e Maquela do Zombo na província de Uíge e Cacuso na província de Malange. Nos dias que se seguiram ocupavam mais municípios nestas províncias e também no Moxico, na Lunda Norte onde passaram a dominar uma área diamantífera, na Lunda Sul, no Cuanza Norte, na Huíla e ainda na de Benguela, onde asseguraram a sua primeira saída para o mar em Dombe Grande.

Em 29 de Outubro o comandante militar da UNAVEM II, general Unimna, reconhecia a situação de facto, vastas áreas de Angola estavam militarmente ocupadas pela UNITA. E o secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, em carta ao presidente do Conselho de Segurança, escrevia: “[...] a presença militar da UNITA é muito sensível em muitas províncias e nas principais cidades [...] um certo número de localidades e distritos foi ocupado pela UNITA, que afastou os representantes da administração central [...]” A senhora Anstee também o veio a confirmar mais tarde: “A UNITA foi rápida a reocupar municípios e comunas, forçando a retirada das frágeis administrações governamentais que haviam sido apressadamente instaladas nas regiões anteriormente dominadas pela UNITA, pouco tempo antes das eleições.” (1996, p. 91)

A guerra civil recomeçara. A UNITA sempre mantivera, em prontidão operacional, um poderoso exército. Estava em condições de se apoderar dos arsenais sob controlo da UNAVEM e rearmar os seus restantes combatentes desmobilizados

reunidos nos acantonamentos.

A tensão e o clima de guerra estavam instalados em todo o país, incluindo a capital, que os enviados de jornais estrangeiros classificavam como um barril de pólvora pronto a estourar. Sentia-se que o governo carecia de capacidade de resposta militar e que a UNAVEM não estava preparada para enfrentar um regresso à guerra.

Savimbi adotava uma atitude que ia ser uma constante nos anos que se iam seguir. Refugiado no seu quartel-general criou uma aura de mistério à sua volta, furtando-se aos contatos e não respondendo às mensagens e apelos. Tão depressa vestia a pele guerreira do leão, como se enfeitava com as penas pacíficas da pomba, apresentando-se como moderador dos ímpetos belicistas dos seus generais. O governo, a ONU, a *troika* de observadores, todos pareciam reféns da UNITA.

Jornalistas e analistas eram concordantes perante a evidência de que a guerra tinha recomeçado, alastrava diariamente e ia agravar-se, se não fossem desenvolvidos esforços imediatos no sentido de a conter e de ser reposta a legalidade. A comunidade internacional, responsável pela condução de um processo que, com graves omissões da sua parte, saíra dos carris, não desenvolveu os esforços que estavam ao seu alcance, para conter o seu alastramento. Pelo contrário, deixou que se agravasse ao ponto de atingir a dimensão de uma enorme tragédia humana.

Batalha de Luanda

Em 31 de Outubro, quando a UNITA controlava já mais de 70 municípios e ocupava posições militares em, pelo menos, 11 das 18 províncias, rebentavam os graves confrontos de Luanda. Foi difícil detetar, com precisão, quem, onde e como se deu início aos confrontos. Em Luanda, com o clima de tensão – alguns jornalistas chamavam-lhe clima de terror – que se vivia, com uma situação de guerra que já se instalara por todo o país, com as desconfianças que afetavam as relações no seio da CCPM, o confronto tornara-se inevitável. Os incidentes terão começado com algumas trocas de tiros mas, passado pouco tempo, toda a cidade estava debaixo de fogo.

O governo, para compensar a inferioridade face ao potencial militar que a UNITA exibia, recorreu à arma tradicional do MPLA e que já o tinha salvo em 1975, a defesa popular generalizada. Só que a defesa popular é, por natureza, muito menos controlável e, por isso mesmo, muito mais suscetível de desembocar em explosões de crueldade e vingança. O ódio contra a UNITA, pela arrogância e a agressividade verbal

dos seus dirigentes, pela violência em que de novo lançara o país e porque sabotara a esperança de paz e a festa da primeira experiência eleitoral, tornara-se irreprimível. A resposta da defesa popular foi brutal e prolongou-se por todo o dia seguinte, com o saldo de milhares de mortos.

A defesa popular, ou resistência popular, envolve um aspeto contraditório, comprovado em quase todas as oportunidades em que a ela se tem recorrido, em todas as partes e em todas as épocas: constitui, ao mesmo tempo, a forma de guerra mais humana e mais desumana. Mais humana, porque é nela que o homem participa mais enquanto indivíduo do que enquanto mera peça de uma máquina de guerra. Mas também mais desumana, porque é nessa modalidade que, exatamente porque se envolve pessoalmente, mais se evidenciam os seus instintos negativos, o ódio, a vingança, a crueldade, a intolerância. Mas a defesa popular contém ainda outro paradoxo, é a forma de guerra mais inorgânica, atingindo por vezes uma expressão quase anárquica, mas também a mais legítima, patriótica e democrática. O próprio Clausewitz, fundador do moderno pensamento estratégico, o reconheceu na sua obra magna, *Da guerra*, referindo-se-lhe como o “[...] supremo grau [...] em que a guerra [...] é sobretudo conduzida pelo próprio povo [...]” (pp. 446 e 447).

O Caxito, capital da província do Bengo, uns 50 quilómetros a norte de Luanda e chave de todas as ligações terrestres para norte e nordeste, foi ocupado por forças da UNITA a 2 de Novembro. A este contingente ia juntar-se a coluna em que seguiam os dirigentes da UNITA em Luanda, Chitunda, Salupeto Pena, Chivukuvuku e Alicerces Mango, e a ele se juntou Ben-Ben com os seus homens e um outro grupo saído de Luanda composto por comandos especiais, quando se aperceberam de que tinham perdido a batalha da capital.⁴³ No mesmo dia outra coluna da UNITA ocupava N'Dalatando, cerca de 200 Km a leste, capital da província do Cuanza Norte e a partir da qual podia consolidar o controlo do cruzamento do Dondo, já ocupado pela UNITA dias antes, que fechava os acessos terrestres para leste e para sul, para o planalto central. Repetia-se a manobra de cerco a Luanda da Operação IAfeature nas vésperas da independência, em Novembro de 1975, que o MPLA repelira *in extremis*. Com uma diferença, aliás bem desfavorável para o governo, que agora estava ameaçado também no interior da cidade. Sem o recurso à defesa popular o governo, muito provavelmente, teria perdido o controlo da capital como já perdera o de grande parte do país.

⁴³ A coluna em que seguiam os dirigentes da UNITA em Luanda foi interceptada na periferia da cidade e, dos combates travados, resultou a morte de Jeremias Chitunda, Salupeto Pena e Alicerces Mango.

Compreende-se que a UNITA tenha aproveitado a extrema violência da resposta da defesa popular em Luanda, para procurar inverter a responsabilidade do regresso à guerra e virar a seu favor a opinião pública, para passar de réu a vítima. A UNITA passou a localizar nestes confrontos de Luanda o reinício da guerra, procurando apagar da memória as suas atividades bélicas desde os princípios de Outubro

Por outro lado a UNITA esforçou-se por desviar a origem do conflito dos resultados eleitorais e procurar situá-lo numa campanha de genocídio étnico perpetrada pelo MPLA contra os ovimbundos. Para a UNITA, a outra parte nunca era o governo, o Estado, mas o MPLA, assim tentando esvaziar o significado do ato eleitoral e recolocar o conflito no contexto anterior a Bicesse. Com a focagem no pretense genocídio étnico visava aproveitar toda uma sensibilidade que então havia despertado na Europa para as questões das limpezas étnicas, com as notícias e imagens da guerra na ex-Jugoslávia.

Ofensiva da UNITA num novo quadro conflitual – novas guerras

Os meses que se seguiram à batalha de Luanda foram de sucessivos êxitos militares da UNITA, beneficiando do vazio operacional do governo que só em alguns centros urbanos importantes ganharia relativa vantagem expulsando as tropas das FALA. Mas algumas destas cidades, às quais afluíram muitos milhares de refugiados das zonas rurais e municípios mais pequenos que as FALA tinham ocupado, ficariam sujeitas a um continuado cerco que as manteria sob constantes flagelações de artilharia e armas pesadas. Em algumas províncias, nomeadamente no Bié e no Huambo, as capitais seriam os únicos municípios que o governo ia manter sob seu controlo.

A recuperação da capacidade operacional das FAA, sob o comando do novo chefe de estado-maior, o jovem general João de Matos, ia ser lenta, enquanto crescia o desafio que tinha de enfrentar.

Em 30 de Novembro, dois dias depois de o governo e a UNITA, sob a mediação da ONU, terem concluído negociações na cidade do Namibe, tropas de Savimbi ocuparam Uíge, capital da província do mesmo nome e Negage, onde existira uma importante base aérea, estendendo o seu controlo a toda esta província. Em meados de Janeiro de 1993 caíam sob seu controlo a cidade petrolífera do Soyo e M'Banza Congo, capital da província do Zaire, província em que o governo deixava de exercer qualquer soberania. Entretanto apertava o cerco e intensificava os bombardeamentos sobre as capitais provinciais de Bié, Huambo, Malange, Menongue, Luena, Saurimo. Havia

combates por todo o país, desde as portas de Luanda aos rios Zaire e Cunene, da faixa costeira à fronteira leste.

A 28 de Janeiro houve uma nova tentativa negocial de iniciativa da ONU, em Addis Abeba, interrompida sem resultados para além do compromisso entre as partes de prosseguirem as negociações a 10 de Fevereiro data que, por pressão da UNITA, foi sendo sucessivamente adiada até ao fim desse mês. Mas a delegação da UNITA, mais uma vez, não compareceu e a senhora Margaret Anstee acabou por cancelá-la. Lamentava-se a representante pessoal do secretário-geral da ONU: “Toda a minha vida parecia passar-se à espera, em vão, da UNITA.” (1997, p. 488) E a 6 de Março as tropas de Savimbi conquistaram a cidade do Huambo, já reduzida a destroços.

Entretanto agravava-se o sofrimento das populações atingidas pela guerra, como sempre as grandes vítimas inocentes dos conflitos. As pessoas abandonavam, em cada vez maior número, os seus locais de residência e onde tinham as suas atividades e meios de subsistência. Atingia o auge o drama dos refugiados e deslocados internos, sem ocupação, dependentes do apoio internacional.

Cerca de cinco meses depois das eleições o governo apenas exercia, efetivamente, a plena soberania numa estreita faixa litoral entre Luanda e o Namibe, mesmo assim sujeita a infiltrações da UNITA, enquanto os restantes 75 por cento do território nacional ou estavam sob controlo da UNITA, ou eram zona de ninguém de permanente insegurança. As FALA ocupavam cinco capitais de província, mantinham cercadas outras quatro, dominavam uma zona petrolífera e uma parte da região diamantífera da Lunda Norte, que passava a constituir a fonte de financiamento do seu esforço de guerra.

Em 12 de Abril houve nova tentativa da ONU para uma ronda de negociações, agora em Abidjan. Arrastaram-se durante 40 dias, em 21 de Maio, foram suspensas sem se chegar a qualquer acordo. As razões porque Savimbi não assinara o protocolo, apesar das pressões de todo o lado a que estava sujeito, inclusive do secretário-geral da ONU, eram as de sempre, a recusa em cumprir as imposições do Conselho de Segurança da ONU: para que aceitasse os resultados eleitorais; para que abandonasse as áreas que ocupava; para que desmobilizasse e desarmasse as suas forças; para que não se opusesse à extensão da administração central a todo o território nacional.

Era esta a situação quando se entrou num certo impasse militar. As FALA fracassavam nos seus esforços para conquistarem as cidades que, durante meses, mantinham sob cerco cerrado, revelando terem atingido o limite das suas possibilidades.

As FAA tentavam, sem sucesso, entrar no planalto central com vista a recuperarem a cidade do Huambo e aliviarem a pressão sobre a do Cuíto, com várias colunas que partiram do Lubango e de Benguela sem o conseguirem. Davam sinais de terem começado a recuperar capacidade combativa, mas sem ainda revelarem condições para inverterem a situação a nível de todo o teatro de operações.

O controlo de zonas de elevado significado para a economia angolana constituiu um objetivo estratégico da UNITA. Os recursos naturais angolanos foram sujeitos a uma verdadeira devastação, como fonte fundamental de financiamento dos exércitos que se confrontavam na guerra civil, assim sendo desviados de qualquer aproveitamento em investimentos reprodutivos, em infraestruturas ou em equipamentos sociais que contribuíssem para melhorar as necessidades fundamentais das populações. A ocupação do Soyo, pela UNITA, significava o prejuízo de muitos milhares de barris de petróleo. Era enorme a percentagem da renda da extração petrolífera de Cabinda canalizada para a manutenção das FAA. Alguns analistas estimavam o valor do saque da zona diamantífera ocupada pela UNITA em cerca de 33 milhões de dólares mensais, que foi, nesta fase da guerra, a fonte fundamental para o equipamento das FALA. A garimpagem clandestina na região diamantífera controlada pelo governo, ou na zona insegura não controlada por nenhum dos exércitos que revertia em benefício de bolsos privados ou de grandes interesses particulares, estimava-se poder ter ultrapassado os 200 milhões de dólares anuais de prejuízo para os cofres do Estado. Dados vindos a público através de declarações do general sul-africano Magnus Malan, vinham confirmar o que já se suspeitava sobre a comercialização pela UNITA, com ligação aos serviços de segurança da África do Sul, de madeiras preciosas das florestas do Maiombe em Cabinda e de marfim proveniente das presas de rinoceronte e elefante abatidos no sudeste de Angola, estas últimas sujeitas a um verdadeiro extermínio.

Tudo isto configurava a introdução de uma nova componente na guerra angolana na sua fase pós-independência, aliás generalizada a grande parte dos países da África Subsariana que enfrentavam conflitos internos. Era uma componente que já não se inscrevia nem no quadro da guerra de libertação, nem da guerra civil, nem da guerra-fria, nem do conflito regional, mas no que Jean-François Bayart chamava conflitos de depredação, sobre os quais disse Philippe Leymarie: “[...] muitos dos conflitos subsarianos parecem responder menos a lógicas políticas, étnicas, ou regionais, do que a

uma lógica económica de depredação”.⁴⁴ Angola era palco dos primeiros sinais de uma nova tipologia dos conflitos, as “novas guerras”, que invertiam a lógica das guerras clausewitzianas que haviam dominado o pensamento militar dos últimos 200 anos e que caracterizaram os confrontos na entrada na era da globalização do século XXI.

É tema que tem sido tratado por alguns especialistas, nomeadamente por Mary Kaldor no seu livro *News & old wars*, que se inscreve na problemática da “Revolução nos Assuntos Militares” (RAM) e que eu trato com algum desenvolvimento no meu *Manual de geopolítica e geoestratégia*.

Viragem estratégica

Em Setembro de 1993 a UNITA, que inviabilizara todas as anteriores tentativas para uma solução negociada com retorno aos compromissos de Bicesse, anunciava um cessar-fogo unilateral, em condições que ela própria ditava e apresentou propostas do reinício de conversações. Estava-se no momento de viragem da situação e a direção da UNITA teve a perceção dessa viragem.

O anúncio do cessar-fogo não foi levado a sério pelo governo, pois o que a UNITA pretendia era assegurar o reconhecimento formal de uma situação de facto, em que três quartos do território nacional estavam subtraídos ao efetivo controlo do governo, o que para este era inaceitável. Para o governo, enquanto as forças da UNITA ocupassem militarmente território, cercassem cidades, movimentassem forças, uma declaração de cessar-fogo não tinha sentido. A simples circunstância de um partido político dispor de um instrumento armado, obviamente ilegal, significava que continuava em guerra e, com a declaração de cessar-fogo nos termos em que foi feito, colocava-se numa posição em que exigia ser ele a ditar as regras de lhe pôr termo. Para a ONU a proposta da UNITA era uma provocação, pois tratava-se de uma forma de procurar contornar todas as resoluções do Conselho de Segurança que exigiam, não o cessar-fogo *in situ* que a UNITA anunciava, mas o acatamento das suas decisões. Os observadores internacionais desconheciam o cessar-fogo e o governo não só o ignorou, como se preparou para passar à contraofensiva.

Esta manobra da UNITA, acompanhada de uma intensa campanha mediática e diplomática, escondia uma realidade que lhe era bem mais desconfortável. A sua superioridade militar entrava na curva descendente.

⁴⁴ “L’Ouest African Rongée par ses abcès régionaux”, *Le Monde Diplomatique*, Janvier 1996

A viragem estratégica resultava da conjugação de cinco fatores, determinantes, que perspetivavam uma inversão na correlação de forças.

Em primeiro lugar, a ameaça da aplicação das sanções já aprovadas no Conselho de Segurança da ONU que pairava desde 15 de Julho e que, à falta de resposta positiva da UNITA às exigências de todas as resoluções anteriores seriam, seguramente, aprovadas na reunião de 15 de Setembro. E anunciava-se que, a não haver essa resposta no prazo de 10 dias, as resoluções futuras que viessem a ser aprovadas iriam agravar as sanções. Seria particularmente penosa, para a UNITA, a concretização efetiva de medidas de que resultasse a escassez de combustíveis, que afetaria a mobilidade e a logística de um aparelho militar pesado e disperso pela imensidão do território angolano. Forte impacto teria também o cancelamento das facilidades norte-americanas para utilização da sua excelente rede de comunicações por satélite, que prejudicaria a ligação com todos os seus comandos e unidades. Outra medida anunciada e altamente penalizadora era o fecho das suas delegações espalhadas pelo mundo, que lhe retiraria um precioso instrumento de propaganda e de contato com os poderosos *lobbies* de que dispunha na Europa e nos EUA. A UNITA via ameaçada a sobrevivência das suas estruturas militar e diplomática.

Este anúncio de sanções não deixava, ironicamente, de evidenciar a outra face da atitude da ONU, a imensa ambiguidade em que a organização estava envolvida. Revelava, apesar de todas as resoluções condenatórias, de todas as recomendações, de todas as censuras, que o Conselho de Segurança e o secretário-geral tinham perfeita consciência do desprezo a que a UNITA as votava, dos apoios que nunca deixara de receber, enfim, das violações sistemáticas que continuava a praticar. E deixaram que esta situação se arrastasse durante um ano, com o descrédito para a ONU e os custos humanos que comportou.

Em 15 de Setembro confirmavam-se as ameaças e o Conselho de Segurança aprovava a Resolução 864 (1993) na qual, para além das reiteradas condenações da UNITA pelos entraves à aplicação dos Acordos de Paz impunha, pela primeira vez, sanções ao movimento de Savimbi, as que já tinham sido anunciadas em 15 de Julho, mas ameaçando com medidas adicionais.

O segundo fator da viragem foi a mudança de atitude de Washington, depois da eleição do presidente Bill Clinton que, não só deixou de ver em Savimbi um aliado preferencial – o combatente da liberdade como lhe chamara Reagan –, como cumpriu com a promessa que fizera antes das eleições de reconhecer o Estado de Angola. Este

fator estava intimamente ligado ao anterior pois, dado o peso dos EUA no Conselho de Segurança, as resoluções logo começaram a subir de tom e era de admitir que as ameaças à UNITA passassem das palavras aos atos. Seria a tradução, em termos materiais, do isolamento internacional em que a UNITA tinha caído.

No entanto a posição dos EUA viria a manter também uma boa dose de ambiguidade, não só pelo peso do *lobby* de apoio à UNITA que aí continuou a funcionar em pleno, como pelo equilíbrio a que Bill Clinton se viu obrigado uma vez que, pouco tempo depois, o Partido Republicano viria a conquistar o controlo do Senado e da Câmara dos Representantes, onde Savimbi contava com apoios entre os elementos mais conservadores.

O terceiro fator correspondeu ao esgotamento estratégico militar de que o movimento começava a dar sinais e que, com as sanções, se viria a acentuar. A UNITA cometera um erro estratégico, aliás corrente quando se conseguem progressos militares excessivamente rápidos, que criam uma convicção de facilidade e dão lugar a atitudes triunfalistas e demasiado ambiciosas. Tinha algo a ver com aquilo a que Paul Kennedy chamou "sobre-extensão estratégica" (p. 16) e que, em termos correntes, significava que a UNITA fora além das suas capacidades. As exigências logísticas, os largos intervalos entre as suas forças, as servidões resultantes de uma situação nova muito onerosa em meios como era a ocupação e controlo de zonas urbanas, as elevadas perdas em pessoal e material, constituíram um somatório de problemas a requererem respostas que excediam as possibilidades do movimento. A incapacidade da UNITA para concretizar a conquista de outras cidades, em cujos cercos empenhou meios e esforços imensos, mas principalmente do Cuíto, cujo cerco durou mais de 18 meses, onde as FALA se lançaram em assaltos sucessivos e que a Vorgan chegou a anunciar várias vezes, infundadamente, como tendo passado à posse da UNITA, deu o sinal do seu esgotamento estratégico. Este fator surgia, também, intimamente associado ao primeiro, porque o anúncio das sanções mostrava a Savimbi que não podia contar com a revitalização do seu aparelho militar, de que necessitava para poder prosseguir a guerra.

O quarto fator residiu no facto de as FAA estarem a atingir um nível aceitável da recuperação da sua operacionalidade. Era a primeira vez que tal acontecia desde a desmobilização das FAPLA antes das eleições. As FAA tinham sido apanhadas quase no nível zero quando a UNITA recomeçara a guerra. Levaram um ano a organizar, equipar e preparar uma máquina militar capaz de responder ao esforço da UNITA. Mas esta sentiu que a inversão da correlação de forças era irreversível, o que a rápida

evolução da situação no teatro de operações ia confirmar nos meses que se seguiram.

O quinto fator traduziu-se na radical mudança que estava a verificar-se na África do Sul. Desde o Acordo de Nova Iorque, com a independência da Namíbia e o início do fim do *apartheid*, a situação tinha piorado para a UNITA na fronteira sul. No entanto Savimbi continuou a contar aí com apoios, quer do próprio governo e das SADF, quer de influentes sectores empresariais privados que apostavam na instabilidade em Angola para condicionar as eleições de Abril seguinte na própria África do Sul. Mas a aproximação das eleições e os progressos que, ao longo de 1993, se foram verificando nas negociações na África do Sul, abrindo caminho à via que desembocaria no acesso do ANC e de Nelson Mandela ao poder, convenceram Savimbi de que ia perder esse inestimável apoio. Desse lado a situação só poderia piorar.

As FAA começaram, progressivamente, a recuperar terreno, revelando outra capacidade para manterem as posições reconquistadas e assegurarem o controlo das extensas linhas de comunicações que garantissem o apoio tático e logístico às linhas da frente. Desenhava-se a contraofensiva sobre o Huambo, retomavam a zona petrolífera do Soyo, ampliavam o domínio governamental na zona diamantífera da Lunda Norte e alargavam as áreas de segurança em torno das cidades cercadas.

Savimbi, pressionado por este conjunto de circunstâncias desfavoráveis, parecia finalmente disposto a negociar com uma atitude mais realista e, em Novembro de 1993, tinham-se iniciado contatos em Lusaka entre delegações do governo e da UNITA. Mesmo assim as negociações iam arrastar-se, pairando constantemente o espectro de novas roturas. Os fantasmas e a memória de Namibe, Addis Abeba e Abidjan estiveram sempre presentes em Lusaka. A 7 de Novembro de 1994, já as conversações de Lusaka decorriam há um ano, já fora assinado o protocolo final e estava-se a uma semana da data marcada para o cessar-fogo e para a cerimónia formal da assinatura dos acordos, as FAA entraram na cidade de Huambo que Savimbi, entretanto, abandonara com o seu estado-maior e direcção política. Retirara para a região do Bailundo e Andulo, onde instalou o seu quartel-general. No Bailundo reorganizou as suas defesas mas as FAA estavam em condições de conquistar este seu último reduto no planalto em qualquer momento. A situação militar no terreno invertera-se e o governo e as FAA tinham recuperado a iniciativa estratégica.

9. O ACORDO DE LUSAKA

Quando Savimbi se convenceu da iminência da aprovação de sanções no Conselho de Segurança da ONU, na sequência da Resolução 864 de 15 de Setembro de 1993, lançou uma grande ofensiva diplomática na tentativa de as travar, que começou por Portugal com uma embaixada liderada pelo general Ben-Ben. Era a proposta da declaração unilateral de cessar-fogo *in situ*, de que Ben-Ben era portador, a carta surpresa com que Savimbi contava para convencer os seus interlocutores, mas que foi de imediato rejeitada pelo governo e pela ONU, porque não respeitava os termos definidos em Bicesse nem as resoluções do Conselho de Segurança. Esta recusa reforçou a percepção de Savimbi de que ia começar a perder terreno, o que favoreceu o reinício de negociações com uma atitude mais colaborante.

No mês seguinte, a UNITA fez saber que aceitava os resultados das eleições, mesmo continuando a considerá-las fraudulentas, mostrando-se aberta ao recomeço de negociações. As conversações eram anunciadas ainda nesse mês, para Lusaka, sob a mediação do novo representante especial do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye e com a mesma *troika* de observadores de Portugal, EUA e Federação Russa.

As negociações começariam a 15 de Novembro de 1993. Os trabalhos arrastaram-se, mas a pressão militar levou a UNITA a abreviar a assinatura de um protocolo, deixando cair as suas mais renitentes exigências, como que lhe fosse atribuído o governo da província do Huambo. A UNITA, que inviabilizara todas as negociações enquanto esteve em vantagem militar, acabava por ter de assinar o acordo em posição de fraqueza. A rubrica do protocolo de Lusaka verificar-se-ia em 31 de Outubro de 1994, marcando-se para 15 de Novembro a data do cessar-fogo, rigorosamente um ano depois do início das negociações.

O governo não parara a contraofensiva até ao cessar-fogo, reconquistando as cidades do Uíge e do Huambo. Esta tinha-se tornado emblemática para ambas as partes, a UNITA chegara a ameaçar, quando a sua queda estava já iminente, que não assinaria o Acordo de Lusaka se, entretanto, perdesse o Huambo. O governo não cedeu, conquistou a cidade e a UNITA assinou o Acordo. A perda do Huambo e a pressão sobre o Bailundo e Andulo, para onde Savimbi transferira o seu quartel-general, aceleraram a pressa da UNITA em obter um cessar-fogo. Porém, a UNITA assinaria o Acordo de Lusaka com reserva mental, cujo sinal mais evidente seria a ausência de Savimbi no ato

de formalização em Lusaka.

A UNITA apenas pretendia travar a ofensiva final das FAA, ganhar tempo e salvar o seu aparelho militar. Conseguiu-o, mais uma vez, ao soar do gongo, técnica em que Savimbi se mostrava mestre. Em 1971 a mão estendida das Forças Armadas Portuguesas salvou-o de uma morte prematura permitindo-lhe a sobrevivência no Lungué-Bungo. Em 1974 o novo comandante da ZML recuperou-o do ostracismo no seio da OUA e evitou a sua posterior marginalização no processo de negociações para a independência. Em 1976 a boia de salvação atirada por Washington impediu a sua agonia nos confins da Jamba. Em 1989 sobreviveu ao assalto das FAPLA à Jamba pela intervenção direta de forças da África do Sul e pelo ultimato dos EUA ao Governo de Angola que inverteu a desesperada situação em Mavinga. Agora voltava a salvar-se no Bailundo quando estava à mercê da ofensiva das FAA.

Negociações – a paciência internacional à beira do esgotamento

As conversações começaram com a colocação de um ponto prévio pelo moderador, que consistia na aceitação, por ambas as delegações, daquilo que passava a ser considerado como "instrumentos jurídicos pertinentes": os Acordos de Paz de Bicesse, e as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU aprovadas desde o recomeço da guerra, em Outubro de 1992. A delegação do Governo, chefiada por Faustino Muteka, afirmava, solene e formalmente, a validade dos Acordos de Paz e a aceitação inequívoca das Resoluções do Conselho de Segurança. Já a declaração da delegação da UNITA, liderada por Eugénio Manuvakola, também afirmava a validade dos Acordos de Paz mas, tendo em consideração a situação do país, considerava que deviam ser atualizados, e, prudentemente, tomava boa nota das Resoluções do Conselho de Segurança sobre a crise angolana, nomeadamente a Resolução 864/93. Na distância entre as duas declarações estava o sinal das dificuldades que as negociações iam ter de vencer.

As conversações iam arrastar-se em Lusaka de tal forma que, por vezes, punham em franja os nervos dos observadores. Só o mediador maliano parecia manter uma paciência inesgotável. A UNITA, apesar de estar progressivamente a perder terreno no campo militar, continuou a adiar conclusões parecendo querer ganhar tempo, eventualmente jogando num colapso governamental perante uma situação social cada vez mais à beira da explosão. Mas, nessa altura, o governo também já não parecia muito interessado em acelerar o processo, dado os avanços militares e a perspectiva de, com a

reconquista de grande parte do território que perdera, recuperar poder negocial e chegar a um acordo em posição mais vantajosa. O povo angolano, esse via cada vez mais agravado o seu sofrimento e adiadas as esperanças de dias melhores. Só que o sofrimento do povo angolano parecia já não sensibilizar ninguém.

Conforme o tempo passava o Conselho de Segurança ia dando mostras da sua impaciência, patente na Resolução 903 (1994) que foi aprovada na reunião de 16 de Março e na qual se exortavam as partes a concluírem rapidamente as negociações. O conselho queria manter a UNITA sob pressão, mas sem agravar as sanções.

Dois meses e meio depois o Conselho de Segurança aprovava a Resolução 922 (1994) de 31 de Maio, na qual subia o tom das suas preocupações com a lentidão das conversações e com o prosseguimento da luta armada. Nas suas deliberações, ressaltava a diferente apreciação que o conselho fazia dos comportamentos de ambas as partes, congratulando-se com a aceitação formal pelo governo das propostas do representante especial do Secretário-Geral e dos três Estados observadores, e incitando a UNITA a que procedesse da mesma forma. Ameaçava com a retirada da UNAVEM II na data em que expirava o seu mandato, 30 de Junho de 1994, o que constituía uma forma indireta de estabelecer um prazo para a conclusão das negociações e insistia na exigência da cessação das ações militares.

Na reunião seguinte a impaciência do Conselho de Segurança crescia. Aprovava a Resolução 932 (1994), de 30 de Junho, repetindo as principais preocupações e deliberações da anterior, nomeadamente quanto ao prosseguimento das ações armadas. Mas era mais contundente perante os bloqueios da UNITA à aceitação do que estava em jogo nesta fase das negociações, a que se ia chamando "medidas de reconciliação nacional" e que mais não eram do que a definição da participação de elementos da UNITA nos órgãos do poder central, provincial e local. Nas deliberações sobressaía a preocupação em não admitir recuos, dando como adquirido aquilo que já fora conseguido em Lusaka, e com a conclusão, sem demora, de um acordo. Voltava a ameaçar com sanções adicionais contra a UNITA e com a recusa de revogar o prazo da UNAVEM II. O ponto fundamental que estava na base do bloqueio da UNITA à ultimateção do acordo prendia-se com a questão da administração do Huambo. Queria ver esse objetivo consignado na letra do acordo, a atribuição do governo da província a um elemento por si designado, ponto emblemático para o movimento do galo negro mas que o era, também, para Luanda, que o considerava inegociável contando com a compreensão do mediador e observadores.

Os EUA que, dada a nova conjuntura internacional, apareciam então como a parte externa mais influente nesta fase das negociações, apertavam a pressão sobre Savimbi. O secretário de estado adjunto para os Assuntos Africanos da administração Clinton, George Moose, escreveu ao líder da UNITA, em finais de Agosto de 1994, advertindo-o de que a paciência da comunidade internacional estava a esgotar-se rapidamente, depois de largos meses de negociações e que, se não se verificassem progressos visíveis, nomeadamente na questão do Huambo, na reunião do Conselho de Segurança do final desse mês os EUA apoiariam as sanções adicionais contra o seu movimento, que vinham sendo sucessivamente adiadas. E, dirigindo-se ao Congresso dos EUA, o presidente Bill Clinton usava uma linguagem até aí ainda não utilizada, afirmando que a UNITA constituía “[...] uma ameaça extraordinária e invulgar à política externa dos Estados Unidos.”

Mas a inversão da posição de Washington face às partes angolanas resultava, também, das mudanças alardeadas pelo governo de Angola e pelo MPLA, empenhados em dar sinais políticos que favorecessem a aproximação a Washington. Esta aproximação passara a constituir uma prioridade para Luanda. Com o fim da guerra-fria e a implosão da URSS o MPLA, liderado por uma nova elite rendida aos encantos da globalização, do liberalismo, do mercado, deixara cair a sua matriz revolucionária, o partido único, a economia planificada e estatizada, o centralismo democrático. O regime esforçava-se por evidenciar abertura, um espaço de oportunidades para os investidores externos, pronto a aceitar as regras das democracias liberais do ocidente. A nova classe política e empresarial angolana, em parte reciclada dos altos cargos do anterior aparelho político-militar e que recolhia os benefícios das privatizações, cortara com as suas raízes ideológicas. Angola deixava de ser o parceiro do bloco leste na África Austral e procurava dar uma imagem de parceiro credível aos interesses de Washington na região, quando a conjuntura envolvente, uma África do Sul sem o estigma do *apartheid*, uma República do Zaire sem o ónus de Mobutu, também lhe era favorável.

Por essa mesma altura a Conferência para o Desenvolvimento na África Austral (SADCC) reunia na capital de Botswana, Gaborone, admitindo a África do Sul como seu 11.º membro. Em 29 de Agosto de 1994 aprovou uma declaração extremamente dura, na qual apelava para que a comunidade internacional intensificasse sanções contra a UNITA e fizesse Savimbi compreender que o preço da guerra era demasiado elevado.

O impasse nas negociações viria a romper-se, mas por outros meios. Em vez de serem as negociações a abreviarem o termo da guerra, seria a pressão das armas que iria

acelerar o fim das negociações. A superioridade militar das forças do Governo tornara-se evidente, as suas unidades reconquistavam terreno a bom ritmo e desenhava-se a contraofensiva sobre o planalto central. Seria este o fator decisivo que ia fazer a UNITA ceder. Nos princípios de Setembro de 1994 as exigências do movimento do galo negro já não se situavam nas medidas de reconciliação nacional, mas na paragem da contraofensiva das forças governamentais, por forma a prevenir a queda do Huambo. Ameaçava mesmo abandonar as negociações se a capital do planalto, que considerava a "sua capital", mudasse de mãos. Quando o Protocolo de Lusaka foi rubricado em 31 de Outubro de 1994 as FAA estavam já nas imediações da cidade de Huambo e não iam parar um avanço que, afinal, apesar de todo o clamor das ameaças de Savimbi e de algumas ressonâncias no exterior, acabaria por constituir o argumento que faria vergar a sua obstinação e dos seus companheiros da direção da UNITA.

O protocolo foi rubricado pelos chefes de ambas as delegações e pelo representante especial do secretário-geral da ONU em 31 de Outubro de 1994, nele se consignando que a sua assinatura formal se processaria a 15 de Novembro de 1994, data em que se daria início ao seu cumprimento. Esta era a data estabelecida para o cessar-fogo. Foi neste espaço de 15 dias que, mesmo em cima da data do cessar-fogo, as tropas do governo recuperaram as cidades do Huambo e do Uíge.

Savimbi e a direção da UNITA, com as suas unidades militares em retirada do perímetro defensivo do Huambo, refugiaram-se alguns quilómetros a norte, no Bailundo, que estava perfeitamente ao alcance da ofensiva das FAA, ainda dentro do prazo que antecedeu o cessar-fogo. As FAA não exploraram o sucesso, admite-se que por decisão política do governo, fortemente pressionado pela comunidade internacional que receava que tal pusesse em causa a assinatura final do acordo pela UNITA.

O Acordo de Lusaka foi assinado formalmente em 20 de Novembro de 1994, com alguns dias de atraso em relação à data de 15 de Novembro inicialmente decidida. Este atraso fez com que o ato se rodeasse de algum *suspense*, pois estavam ainda vivas as ameaças da UNITA de não o assinar se perdesse o Huambo, o que acabara de se concretizar. O *suspense* transferiu-se depois para a presença ou ausência de Savimbi. Ao contrário do presidente Eduardo dos Santos, que compareceu em Lusaka, Savimbi não o fez. Resultado, o Acordo foi assinado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, em nome do governo e pelo secretário-geral da UNITA, em nome deste movimento. Os equívocos das declarações na abertura das negociações, evidenciadas um ano antes, repetiavam-se e tinham agora expressão na cerimónia de encerramento.

Estes e outros incidentes denunciaram fragilidades latentes, não no texto do acordo mas nos estados de espírito dos contratantes, que não tardaram a vir à superfície.

Protocolo de Lusaka

O texto acordado em Lusaka seguia, na sua arquitetura global, os de Alvor e de Bicesse. Tratava-se, no fundo, da formalização de um cessar-fogo, como condição de uma plataforma política de reconciliação nacional entre os anteriores beligerantes.

Há, como ponto de partida, um aspeto merece ser realçado: enquanto em Bicesse se tinham desprezado os ensinamentos que o Alvor poderia ter proporcionado, em Lusaka fez-se questão de acolher as lições de Bicesse, salvaguardando a repetição das suas fragilidades. Outro aspeto saliente: o Protocolo de Lusaka não ignorava nem anulava os Acordos de Bicesse, pelo contrário, revalidava-os e apresentava-se como resposta à necessidade da sua conclusão, para dar expressão aos resultados e instituições das eleições de 1992 decididas em Bicesse. Como os precedentes era, exclusivamente, um acordo entre os beligerantes. Mas ia muito mais longe na detalhada calendarização dos passos e prazos a serem cumpridos.

Nas disposições relativas ao cessar-fogo a sua estrutura geral era decalcada dos textos do Alvor e de Bicesse, formalizando a data em que devia entrar em vigor e definindo a integração dos aparelhos militares, que até aí se confrontavam, numa forças armadas unificadas sob comando único, constituídas paritariamente com efetivos oriundos das duas partes.

O processo do cessar-fogo era escalonado em duas fases sequenciais, a primeira compartimentada em cinco etapas e a segunda em seis, etapas essas também articuladas sequencialmente. A primeira fase deveria estar terminada 45 dias depois da assinatura do acordo e, nessa data, começaria a segunda fase. As cinco etapas da primeira fase consistiam na cessação das hostilidades *in situ*, instalação dos órgãos de verificação, fiscalização e controlo da ONU, libertação de prisioneiros, desempenhamento⁴⁵ das forças em contato controlado pela ONU, com recolha das forças da UNITA para áreas a designar pela UNAVEM e das FAA para os aquartelamentos mais próximos, mas mantendo-se nas suas posições as forças que não estivessem em contato e, por último, repatriamento dos mercenários. A segunda fase começava com o reforço dos efetivos da UNAVEM, seguida da preparação de áreas de aquartelamento para as forças da UNITA,

⁴⁵ O que, na terminologia angolana, o texto designava por desengajamento.

devendo seguir-se a reunião destas forças nessas áreas e a recolha e armazenamento do seu armamento. Terminadas estas operações iniciava-se o desarmamento de civis, a efetuar pela polícia governamental sob controlo da UNAVEM, seguido do início da integração das forças da UNITA nas FAA. Por último, verificação pela UNAVEM da liberdade de circulação de pessoas e bens por todo o espaço nacional, fazendo depender o mecanismo da reconciliação nacional da concretização efetiva do desarmamento e desmobilização das forças militares da UNITA e sua integração nas FAA.

A modalidade para a reconciliação nacional tratava, no fundo, como os acordos anteriores, de definir como e quem participava no poder. Mas enquanto no Alvor se estabelecera uma fórmula de partilha paritária do poder para o período de transição, até à realização de eleições que precederiam a independência, e em Bicesse se assentara na definição de condições equilibradas para um período de transição, sem partilha do poder mas com participação paritária em órgãos de fiscalização que deveriam preparar eleições, em Lusaka o que estava em causa era, no respeito pelos resultados de eleições já efetuadas, encontrar uma modalidade de participação nas instâncias do poder da parte contratante derrotada nas eleições.

Era de grande significado a segunda das notas finais do texto de Lusaka, na qual se afirmava que “Nenhuma tarefa será iniciada antes de que a precedente tenha sido concluída.” Por outras palavras, enquanto em Bicesse se privilegiaram os prazos com prejuízo das tarefas, no que alguns observadores localizaram a principal razão do seu insucesso, em Lusaka priorizavam-se as tarefas a elas condicionando os prazos, o que podia constituir a condição do seu êxito. Era o reconhecimento de um erro anterior e a sua correção. Dentro desta lógica, rigidamente sequencial, as tarefas da reconciliação nacional, ou seja, a participação de elementos da UNITA, não só na instância política para que foram eleitos, a Assembleia Nacional, como a todos os níveis da administração central, provincial, municipal e comunal, como ainda em estruturas da atividade económica, só se efetivariam depois de cumpridos os pressupostos do cessar-fogo. Com o escalonamento das fases e etapas do cessar-fogo todo o processo ficava dependente do aquartelamento e desarmamento da UNITA o que significava que, para participar no poder, a UNITA tinha de assumir, integral e exclusivamente, a sua condição de partido político com a desativação de todo o seu aparelho militar.

Uma vez desativado o aparelho militar da UNITA deveria proceder-se ao desarmamento de todos os civis, dos que tinham sido armados por uma e outra parte e só então, passar à constituição das FAA e da Polícia Nacional Angolana, com a

participação de elementos oriundos da UNITA nas percentagens que já haviam sido definidas em Bicesse.

No aspeto particular da modalidade da reconciliação nacional o texto de Lusaka ia muito além dos acordos anteriores ao detalhar, com muito pormenor, todos os lugares dos governos e das administrações locais a atribuir a elementos da UNITA. Ponto saliente se bem que, aparentemente, "perdido" entre o articulado dos 18 princípios específicos do capítulo da reconciliação nacional, era aquele que estipulava que “[...] tendo em conta a sua condição de presidente do maior partido da oposição, será garantido ao presidente da UNITA um estatuto especial.” Era a questão das funções a atribuir a Jonas Savimbi, que constituía uma reivindicação da UNITA mas ia também ao encontro das preocupações da ONU e do próprio governo, que consideravam que só com o comprometimento pessoal e direto do líder da UNITA, ao nível da superestrutura do Estado Angolano, se podia assegurar a garantia do cumprimento do acordo.

O anterior Acordo de Bicesse não acolhia estes compromissos de partilha de cargos e, pelo contrário, conforme a crítica da senhora Anstee, assentava no conceito *winner-takes-all*, o que também queria dizer que, quem perdesse, perdia tudo. No entanto, compromissos no sentido da participação da oposição no aparelho de Estado, ainda que vagos e meramente intencionais, tinham sido acordados em negociações posteriores a Bicesse, mediados pela *troika* de observadores antes das eleições. Durão Barroso, 20 dias antes das eleições, revelava que, quer Eduardo dos Santos, quer Jonas Savimbi, se haviam comprometido, fosse qual fosse o resultado eleitoral, a constituírem um governo de reconciliação nacional no qual, respeitando os resultados eleitorais, participariam os partidos derrotados. O dirigente da UNITA, Jorge Valentim, esclarecia a posição da UNITA dizendo que esta admitia tal solução, mas que nunca faria um governo de coligação. Passado um mês, já depois das eleições e da declaração belicista de Savimbi, o ministro Van Dunem (Loy) afirmava que o MPLA não punha objeções a que a UNITA indicasse Savimbi para o governo. O secretário de estado adjunto norte-americano, Herman Cohen, afirmara que o presidente angolano lhe tinha assegurado que reservava para Savimbi um importante papel no processo de reconciliação nacional. Para além destas declarações de intenções, a verdade é que, em 2 de Dezembro de 1992, o presidente Eduardo dos Santos empossou o novo governo de acordo com os resultados eleitorais e, no dia seguinte, o primeiro-ministro Marcelino Moco, apesar do MPLA dispor de maioria absoluta na Assembleia Nacional, convidava personalidades da UNITA a integrarem o governo. Em Lusaka quis-se institucionalizar esta prática que,

em Bicesse, ficara omissa na letra apesar de tacitamente acordada.

O protocolo de Lusaka consignava, ainda, a conclusão do processo eleitoral, com a realização da segunda volta das presidenciais com o que, mais uma vez, recuperava os anteriores Acordos de Paz de Bicesse. Mas esta segunda volta ficava dependente do reconhecimento, pela ONU, de que estavam reunidas as condições para a sua realização, o que pressupunha, para além de uma efetiva situação de cessar-fogo, a garantia de segurança, livre circulação e liberdades públicas, e o funcionamento da administração do Estado em todo o território nacional.

A vontade do Estado Angolano para que a segunda volta das presidenciais se efetuassem, nunca esteve em causa. Não foi a guerra que impôs a segunda volta. Pelo contrário apenas a adiou e, depois, impossibilitou que tivesse constituído uma genuína segunda parte de uma disputa eleitoral que ficara inconclusa em 1992. Mesmo que se tivesse realizado seria sempre em condições políticas totalmente alteradas, o que lhe retirava as características de uma verdadeira segunda volta. Era outra a conjuntura política, seria outro o universo eleitoral, seria necessária nova campanha, novas propostas dos candidatos. Passados tantos anos só poderia ser considerada a segunda volta das de 1992 por limitar aos dois candidatos mais votados a possibilidade de se submeterem ao sufrágio popular. Por tudo o mais seriam, sempre, umas novas eleições.

Um aspeto em que o Acordo de Lusaka ia muito mais longe do que o de Bicesse era no papel conferido à ONU. O que era inevitável, não só porque foi um representante da ONU quem mediou todo o seu processamento, como também porque as sucessivas Resoluções do Conselho de Segurança da ONU constituíam referências fundamentais que, a par dos Acordos de Paz de Bicesse, o Protocolo de Lusaka se propunha fazer cumprir. Todo um anexo, o oitavo, contemplava, em detalhe, o mandato da ONU e o papel dos observadores. A ONU passou a assumir a presidência da Comissão Conjunta e, com um substancial reforço dos seus efetivos militares, viu as suas missões significativamente ampliadas, passando da mera observação e fiscalização àquilo a que se pode chamar forças de interposição, dentro do quadro de forças armadas de manutenção de paz.

O modelo sul-africano

As eleições de 1992 tinham-se realizado quando na África do Sul estava em curso o processo de negociação para irradicação do *apartheid*, então a braços com inúmeras

dificuldades e ameaças vindas de dois sectores sempre aliados contra o Congresso Nacional africano (ANC), os radicais brancos e o movimento zulu Inkatha.

O ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Pik Botha, que fora figura de proa do governo de Pieter Botha, responsável pela Estratégia Nacional Total, concebida para sobrevivência do regime do *apartheid* e que esteve na base das constantes invasões sul-africanas a Angola e das alianças militares com a UNITA, permaneceu no governo de De Klerk que iniciou a política de abertura ao ANC.

A figura de Pik Botha foi sempre encarada com desconfiança por parte do Governo de Angola. As suas frenéticas movimentações e declarações quando a UNITA rejeitou os resultados eleitorais, suscitaram uma grande suspeição e foram recebidas com reservas, não apenas pelas autoridades angolanas como pela generalidade dos observadores. Pik Botha esforçou-se, então, por desempenhar um papel de protagonista nessa conjuntura, no sentido de sensibilizar a opinião pública internacional para a especificidade dos processos eleitorais em países africanos, para que flexibilizassem as leituras dos seus resultados. Pretendia abrir um precedente vantajoso para o Partido Nacional da África do Sul, face à sua mais que provável derrota quando aí se realizassem eleições. Pik Botha deslocou-se a Angola durante o mês de Outubro, onde permaneceu vários dias e manteve contactos com o governo, em Luanda e com Savimbi, no Huambo, sempre muito pouco transparentes. Propunha-se, mesmo, conduzir negociações paralelas.

Desagradados ficaram os membros da *troika* de observadores, porque as propostas de Botha não eram conciliáveis com os Acordos de Paz. Responsáveis portugueses chegaram a classificar a intervenção do ministro sul-africano como "uma jogada de má-fé absoluta". Pik Botha acabaria marginalizado de todo este processo e retirou-se da cena angolana, com menos aparato do que aquele com que tinha entrado. O seu papel não trouxera, porque não poderia trazer, nada de construtivo.

Com a aproximação das eleições na África do Sul, marcadas para Abril de 1994, que formalizariam o fim do *apartheid*, crescia a ansiedade entre os angolanos, enquanto a guerra prosseguia e as negociações de Lusaka se arrastavam. Pik Botha enganara-se e, ao contrário do que tentara, não seria a forma como tinham decorrido as eleições em Angola que iriam influenciar as eleições da África do Sul mas, pelo contrário, seriam estas que iriam contribuir para a conclusão do processo de paz Angolano.

O lento progresso de Lusaka, que se iniciara já havia seis meses e parecia num impasse, devia-se também à expectativa sobre o processo em marcha na única potência

regional que parecia, também ele, ameaçado de poder descarrilar com violência. Esta ameaça tinha origem em dois focos de potenciais tensões: os sectores mais extremistas do *apartheid*, radicalmente opostos à política de De Klerk e que contavam com substanciais apoios no interior das forças armadas e policiais; e o movimento zulu Inkatha, à cabeça do qual o seu chefe, Buthelezi, foi sempre um dos peões importantes do *apartheid* na desestabilização em toda a zona de influência da África do Sul. As ligações, com sinais muito suspeitos, entre estes dois setores, foram-se posteriormente clarificando com o processo do julgamento de um grupo de antigos generais da África do Sul, entre eles o então todo-poderoso ministro da defesa Magnus Malan. O processo referia-se ao tempo em que Buthelezi era chefe do governo do bantustão do Kwazulu, cuja existência era, já por si, uma forma de colaboração com o regime do *apartheid*, do qual os bantustões eram instrumentos úteis. A SADF teria, por meados da década de 80, treinado, a pedido do próprio Buthelezi, umas centenas de milícias zulus com os quais foram constituídos "esquadrões da morte", responsáveis por massacres de pessoas no Kwazulu desafiando a Buthelezi. O local onde estas milícias foram treinadas, na faixa de Caprivi, perto da área onde se situava a base da Jamba, da UNITA, legitimava suspeições de iguais envolvimento no treino de grupos da UNITA.

O período pré-eleitoral na África do Sul foi caracterizado por confrontos muito violentos, normalmente opondo elementos do Inkatha e do ANC na região do Kwazulu-Natal, com alguma frequência opondo mesmo zulus do Inkatha e zulus do ANC. A persistência da violência poderia pôr em causa o processo eleitoral e desacreditar o ANC, reforçando a contestação dos sectores mais radicais e interessados em demonstrar a indispensável manutenção do *apartheid* como garantia da estabilidade na região. Estabilidade que teria de passar pela prova da instabilidade nos países vizinhos, de maiorias negras, aliadas do ANC. Era o elevado preço que Angola e Moçambique, pagavam, desde 1974, pelos apoios que prestaram ao ANC e à SWAPO.

As eleições de Abril de 1994 na África do Sul acabaram por correr com relativa normalidade, graças à maturidade de Nelson Mandela, mas também à condescendência com que acabou por minimizar as constantes provocações de Buthelezi e do Inkatha. Foram do conhecimento geral as fraudes eleitorais cometidas no Kwazulu-Natal, onde a fiscalização não pôde atuar livremente e que tiveram expressão nos resultados ali obtidos pelo Inkatha.

Na África do Sul, as negociações durante o período de transição, que haviam envolvido o ANC, o Partido Nacional de De Klerk e o Inkatha, mas principalmente os

dois primeiros, tinham chegado a uma fórmula pela qual, apesar da prevista maioria absoluta do ANC, seriam chamados à participação no poder os seus mais diretos concorrentes, que eram, precisamente, o Partido Nacional e o Inkatha. Ao líder do segundo partido mais votado, que se previa ser Frederic De Klerk, seria atribuída uma vice-presidência e o líder do terceiro partido, Mangusutho Buthelezi segundo tudo indicava, teria um cargo ministerial no governo central. Só que, compreensivelmente, Nelson Mandela e o ANC, virtuais vencedores das eleições presidenciais e das legislativas com maioria absoluta, não queriam ver ameaçada a sua liderança no caso de eventual substituição, temporária ou definitiva, do presidente da República. Encontraram para isso uma fórmula, razoável, institucionalizando duas vice-presidências, a primeira das quais caberia ao partido mais votado e a segunda ao que ficasse localizado a seguir. Estaria, assim, constitucionalmente assegurado que a substituição de Nelson Mandela caberia, sempre, ao vice-presidente do ANC.

Em Lusaka, onde se desenvolviam esforços para se vincular o texto do acordo a compromissos que materializassem a reconciliação nacional através da participação da UNITA nas instâncias do poder, exerceram-se pressões no sentido de se aplicar em Angola o modelo sul-africano. Também se exerceram para o aplicar em Moçambique, depois das eleições, mas que Joaquim Chissano e a FRELIMO rejeitariam.

Mais uma vez Angola era pressionada para servir de laboratório a modelos estrangeiros. Em Bicesse imperara o modelo democrático tipo ocidental assente em partidos políticos. Não se dera o devido valor ao facto de, partidos políticos de tipo europeu, com estruturas e dirigentes, eles próprios, legitimados por processos democráticos internos incidindo em todos os níveis da pirâmide hierárquica, serem instituições que não estavam implantadas na generalidade das sociedades africanas. Nestas, principalmente naquelas que passaram por longas experiências de guerras de libertação e de guerras civis, o que existia eram estruturas herdadas dos movimentos de libertação, de tipo frentistas, constituídas na lógica de movimentos armados, cujas hierarquias nasciam de processos completamente diferentes, assentes muito mais em lideranças carismáticas e político-militares, do que em processos eletivos. Os acontecimentos pós-eleitorais em Angola haviam descreditado a cópia integral da matriz tipo ocidental e deram, então, lugar à tentação do modelo sul-africano. Transparecia daqui um certo amadorismo da comunidade internacional, uma política casuística, sempre pronta a correr atrás de modas.

Este modelo não ficaria explicitamente consignado na letra do Acordo de

Lusaka, mas ficaria implícito no Anexo sobre a Reconciliação Nacional. Era aqui que assumia importância a passagem, já atrás assinalada: “[...] será garantido ao presidente da UNITA um estatuto especial.” O que estava já no espírito dos negociadores de Lusaka era a atribuição de um cargo de vice-presidente a Jonas Savimbi.

Mas o dramatismo que envolveu a assinatura do Acordo de Lusaka, com a ausência do presidente da UNITA, lançava novas sombras sobre este complexo jogo de compromissos, que viu ameaçada a sua viabilidade tão duramente negociada.

Savimbi faz *mea culpa* ... mas o impasse persiste

Depois de ter primado pela ausência na assinatura do Acordo de Lusaka e de ter adiado sistematicamente o encontro com o presidente da República, recusando que tivesse lugar no interior de Angola, Savimbi viria a reunir-se com Eduardo dos Santos, quase seis meses depois da assinatura do Acordo, exatamente naquela mesma cidade.

Nos primeiros tempos pós-Acordo a situação pouco se alterou, com as forças por vezes numa proximidade perigosa, em clima de tensão propiciador de derrapagens do processo ao mínimo incidente. Os 45 dias relativos à primeira fase escoaram-se sem que, na prática, qualquer das etapas tenha sido verdadeiramente cumprida, para além da primeira que consistia na cessação das hostilidades *in situ*.

O impasse mantinha-se, a ONU adiava o envio dos contingentes da UNAVEM III enquanto não houvesse sinais concretos de que o cessar-fogo estava para durar. Inversamente os governantes angolanos consideravam que só com a presença dos militares da UNAVEM era possível consolidar o cessar-fogo. Só nos princípios de Maio de 1995 começaram a chegar a Angola contingentes militares para reforço da UNAVEM, o que deveria configurar o início da segunda fase do cessar-fogo. Quase seis meses depois da assinatura do Protocolo de Lusaka a sua aplicação estava já com quatro meses de atraso e alguns dos pressupostos da primeira fase, nomeadamente a libertação de todos os prisioneiros, o desengajamento das forças em contato, o repatriamento dos mercenários, não estavam totalmente cumpridos.

Em 6 de Maio, em Lusaka, encontravam-se o presidente angolano, José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi. Abriam-se novamente as comportas da esperança para os mais crédulos, com a exuberante declaração de Savimbi: “Eu afirmei ao senhor presidente da República que ele é o presidente da República do meu país. Então é o meu presidente.” Cético mantinha-se Durão Barroso, ministro dos Negócios

Estrangeiros português, cansado de tantos avanços e recuos: “E porque é que não disse isso depois das eleições? Se ele então tivesse chegado a essa conclusão, teria poupado dezenas de milhares de vítimas. Bom, mais vale tarde que nunca.”⁴⁶

Savimbi aproveitou este périplo fora de Angola para prosseguir no mesmo género de declarações, em jeito de autocríticas. Na África do Sul, em 18 de Maio, afirmava em conferência de imprensa: “[...] a última guerra civil, estritamente entre angolanos, foi estúpida.” Em 22 de Junho, nova conferência de imprensa em Brazaville, onde fazia o primeiro ato de contrição público:

“Para nós acabou a guerra suja que se seguiu à guerra da independência contra os portugueses. Fomos utilizados pelas grandes potências e hoje temos consciência do mal que fizemos aos angolanos [...] dizemos hoje que a paz é definitiva [...] A partir de hoje acabo com a guerra em Angola.”

Em 25 e 26 de Setembro Savimbi juntava-se em Bruxelas a Eduardo dos Santos, para a mesa redonda com doadores para a reconstrução de Angola. O presidente pretendeu, ao apresentar-se juntamente com o líder da UNITA, transmitir uma imagem de confiança no processo de paz, indispensável para cativar as boas vontades dos doadores. Depois da mesa redonda, em conferência de imprensa e ao lado do presidente, Savimbi afirmava: “Estou aqui para vos dizer que nunca mais trilharei os caminhos da guerra. Nem eu, nem o meu partido.” No regresso a África e passando por Lusaka, em nova conferência de imprensa Savimbi iria mais longe do que nunca no seu *mea culpa*: “O recomeço das hostilidades poderia ter sido evitado se houvesse da nossa parte a mesma determinação política que hoje nos anima [...] o que profundamente lamento, ao longo dos meus 37 anos de luta, foram os combates que voltámos a travar em 1992 [...]” E insistia: “Fomos utilizados pelas grandes potências e hoje temos consciência do mal que fizemos aos angolanos.”

Os resultados práticos iriam ficar bem longe destas declarações. O essencial, aquilo que sempre bloqueara o processo de paz, o desarmamento da UNITA, ia continuar adiado. Por outro lado Savimbi continuava a recusar dar o passo decisivo de sair do Bailundo e ir para Luanda. Em meados de Julho de 1995 ainda se pensou que a ida do secretário-geral da ONU a Luanda constituísse a oportunidade para se dar o encontro entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi na capital angolana. Mas nem Boutros Ghali o conseguiu. Como não o conseguiria o presidente da República

⁴⁶Declarações públicas em 9 de Maio.

Portuguesa, Mário Soares, em visita oficial em Janeiro de 1996, apesar das excelentes relações que fazia questão de manter com Savimbi.

Com o anúncio da visita oficial do presidente de Angola aos EUA, marcada para 7 de Dezembro de 1995, a UNITA tudo tentou para prejudicar o seu impacto e a situação em Angola conheceu um retrocesso. Sucederam-se incidentes militares em várias regiões do país, com acusações mútuas de violações do cessar-fogo.

O acantonamento e desarmamento das forças da UNITA, condição para avançar o projeto político da reconciliação nacional, esse continuava, praticamente, na estaca zero. Mais de um ano depois da entrada em vigor do Protocolo, com um congresso da UNITA e duas aplaudidas cimeiras entre Eduardo dos Santos e Savimbi pelo meio, a paciência da ONU continuava a ser posta à prova.

Madeleine Albright, embaixadora permanente dos EUA na ONU e que ia assumir a presidência do Conselho de Segurança, deslocou-se a Angola em meados de Janeiro para preparar a próxima reunião do Conselho de Segurança. De um encontro no Bailundo com Jonas Savimbi trouxe a garantia de que a UNITA iria começar a acantonar os seus efetivos. De regresso a Luanda declarava que a administração Clinton estava a dar ao líder da UNITA a última oportunidade de se transformar de guerrilheiro em personalidade política legítima, e acrescentava: “A UNITA necessita de dar um passo gigantesco para o aquartelamento das suas tropas e prometeu dá-lo. Mas eu disse ao doutor Savimbi que é mesmo preciso passar das palavras aos atos. A comunidade internacional está a perder a paciência.”

Voltavam a pairar sobre a UNITA ameaças de sanções que poderiam sair da reunião do Conselho de Segurança. E seria a ameaça de sanções que ia vergar Savimbi. A UNITA iniciava o acantonamento dos seus homens mas o governo e os observadores colocavam grandes reservas na qualidade do pessoal e material apresentado. O processo arrastava-se e a quase totalidade dos homens, demasiado jovens na sua maioria, estava longe de corresponder à imagem dos militares disciplinados e eficientes que se sabia constituírem as unidades das FALA, o material entregue não passava de material de refugio. Estava instalada a certeza, nos angolanos, nos observadores, na ONU, nos jornalistas, de que a UNITA estava, mais uma vez, a esconder um exército para o qual tinha, de resto, continuado a receber armamento.

Em 1 de Março o presidente Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi voltaram a encontrar-se, agora em Libreville. Os resultados objetivos destes encontros eram quase nulos, deles nunca saía qualquer verdadeiro impulso ao processo de paz. O secretário-

geral da ONU manifestava nos seus relatórios a opinião de que só o total acantonamento dos efetivos da UNITA era garantia do êxito do processo de paz e considerava que a UNITA arranjava pretextos para ir adiando o acantonamento, posições vivamente criticadas por dirigentes da UNITA. Nas vésperas da reunião do Conselho de Segurança, marcada para 8 de Maio, assistiu-se a um esforço do governo e da UNITA na apresentação de medidas que fossem ao encontro das exigências do Conselho.

O processo de paz continuava a marchar aos soluços, ao ritmo das reuniões do Conselho de Segurança, pois só avançava nas suas vésperas. A Resolução 1055 (1996) aprovada naquela reunião deixava transparecer um evidente pessimismo, decidia prolongar o mandato da UNAVEM apenas por mais dois meses e reafirmava a manutenção das sanções aplicadas contra a UNITA.

A grande questão que então mobilizava a atenção dos observadores era a do estatuto para Jonas Savimbi. Desde Lusaka sucediam-se afirmações e desmentidos em torno do estatuto de Savimbi, mais concretamente da sua aceitação, ou não, de uma vice-presidência. A UNITA punha em causa o facto de Savimbi não vir a ser "o" vice-presidente, mas apenas "um" vice-presidente e nem sequer o primeiro, pelo que queria decidir quem iria ocupar o cargo enquanto, tanto no entendimento do governo, como dos responsáveis da comunidade internacional, o lugar seria para Savimbi ou não seria para ninguém. Os mediadores da O.NU queriam corresponsabilizar Savimbi no poder, pessoalmente e não através de um seu representante, porque pensavam que seria a única forma de dar consistência ao processo de reconciliação nacional.

Se já não existiam outras alternativas a questão que se colocava era porquê o arrastar da decisão, para quê as manobras dilatórias? E seria que os atrasos dependiam só da UNITA?

Havia, racionalmente, algumas explicações que justificavam a convicção da UNITA de que, afinal, podia haver outras alternativas e que a situação não era irreversível. A UNITA estava a jogar estrategicamente com o fator tempo. A primeira explicação residia no campo institucional, na tentativa de fazer arrastar a indefinição do processo até expirar o prazo que deveria corresponder à legislatura vigente. A UNITA aceitara, no Protocolo de Lusaka, que só podiam realizar-se eleições quando a ONU verificasse e declarasse que estavam reunidas condições para tal. Era evidente que ao terminar a legislatura essas condições não estariam reunidas. Por outro lado, as exigências da UNITA obrigando ao recurso a um novo período de transição, retirariam todo o sentido às demoradas negociações que levaram à aprovação das disposições para

a reconciliação nacional e que constam do Protocolo de Lusaka, regulando os cargos ministeriais que à UNITA caberiam no governo e o preenchimento dos lugares de deputados da UNITA na Assembleia Nacional. O Protocolo de Lusaka caducaria antes de ter entrado em vigor. A UNITA teria, assim, conseguido o seu objetivo desde que, em 1992, recusara os resultados eleitorais e se lançara na guerra, que era o de poder negar legitimidade às instituições saídas das eleições de 1992, nas quais nunca teria participado. Prevendo o aproveitamento deste argumento a Assembleia Nacional, interpretando o Protocolo de Lusaka, já tinha prorrogado o seu próprio mandato por mais quatro anos. Prorrogação que dirigentes da UNITA tinham aparecido a contestar.

A segunda explicação respeitava às esperanças que a UNITA depositava nas eleições presidenciais dos EUA, que ocorreriam também no final desse ano. Uma eventual vitória do candidato republicano, aliada à maioria que este partido já tinha no Senado e na Câmara dos Representantes, poderia dar lugar a uma nova inflexão na política norte-americana para Angola. Eram conhecidas as reservas que alguns setores republicanos colocaram ao reconhecimento por Bill Clinton do Governo de Angola e a influência de que continuava a desfrutar o *lobby* da UNITA nos EUA. Savimbi ia certamente querer adiar o processo até às eleições norte-americanas.

A terceira explicação residia na ocupação pela UNITA de parte da zona diamantífera das Lundas e das vantagens que daí extraía. Enquanto essa situação lhe fosse, em termos materiais, mais vantajosa do que a participação nas instâncias do poder, iria adiar a sua saída. Esta ocupação violava frontalmente o Acordo de Paz de Lusaka, pois a UNITA só podia manter essa situação através de um forte dispositivo militar e da manutenção de largas partes do território sob seu controlo armado.

A quarta e última explicação ligava-se à frágil situação social que se vivia no país e, principalmente, nas zonas urbanas, nomeadamente em Luanda, controladas pelo governo e que era salientada nos relatórios periódicos do secretário-geral da ONU. As populações, amontoadas em redor das cidades, viam indefinidamente adiado aquilo que deveria ser, acima de tudo, o objetivo maior do processo de paz, a materialização da esperança em resultados palpáveis para os angolanos, os primeiros passos para que os angolanos se libertassem do inferno das condições sub-humanas em que a guerra os lançara, a desocupação, a marginalidade, a ignorância, a fome, a doença. O arrastamento desta situação ia minando a credibilidade do governo, mas também acentuando clivagens dentro do partido do poder e entre os órgãos de soberania. Havia todas as condições para graves convulsões político-sociais que podiam justificar eventuais

aventuras golpistas, que poriam em causa todos os compromissos negociais anteriores. À UNITA bastaria manter-se fora do conflito e dele retirar os possíveis dividendos políticos. Em caso de derrube do poder, beneficiaria sempre, porque deixaria de se confrontar com um poder legitimado pelas eleições e poderia passar a apresentar-se como parceiro para um novo período de transição, até à reposição de uma nova legalidade institucional.

Em princípio, o governo e o partido que o apoiava tinham todo o interesse na aceleração do processo, por quase todas as mesmas razões da UNITA mas com sinal contrário. Gostariam de ver concluído o processo de Lusaka dentro do prazo de validade do Acordo, as ações relativas ao cessar-fogo terminadas antes das eleições norte-americanas, de por fim à delapidação de recursos diamantíferos, de criar condições para minorar o sofrimento das populações e travar a degradação da sua imagem.

Havia, porém, sinais que mostravam que o empenhamento do aparelho do Estado, civil e militar, na aceleração da aplicação do processo de paz, não fosse tão grande como se justificaria. Multiplicavam-se denúncias de interesses situados aos mais diversos níveis, na garimpagem dos diamantes, nas aquisições de armamentos, nos abastecimentos militares, nos mercados paralelos. Afinal, benefícios que derivavam de situações de guerra, ou de paz instável, com as quais sempre lucram setores particulares, provavelmente ligados, ou mesmo comandados, por grandes redes internacionais.

A grande massa das populações, os que mais sofreram com os efeitos da guerra e que mais desejariam a consolidação do processo de paz, esses, continuavam a assistir, impotentes, aos jogos de poder, às movimentações das instâncias internacionais, mas também ao eterno adiamento das soluções para o drama do seu dia-a-dia. Drama para o qual as classes dirigentes pareciam insensíveis porque viviam num mundo aparte, cuja qualidade de vida nem sequer era muito afetada pelo impasse e, porventura, até beneficiava com ele.

No relatório de 27 de Junho de 1996 o secretário-geral da ONU mostrava-se pessimista. Havia alguns avanços mas insuficientes e considerava que as semanas que se avizinhavam seriam críticas. A UNITA continuava a adiar o aquartelamento das suas tropas enquanto muitos dos já aquartelados desertavam, o desarmamento não avançava e a retirada das FAA das suas posições tinha de ser corrigida. A formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) estava parada, a UNITA não contribuía com os seus elementos para o aparelho de Estado, central e local, prosseguia o impasse sobre a vice-presidência. A Resolução 1064 (1996) do Conselho de Segurança de 11 de

Julho fazia eco deste relatório.

A UNITA reunia em Congresso no Bailundo entre 20 e 27 de Agosto, do qual saiu a declaração formal da sua transformação de oposição armada em partido político. Era uma boa notícia e foi seguida de alguns sinais favoráveis. Em Dezembro nove generais da UNITA eram empossados em altos cargos do Ministério da Defesa e das FAA, entre eles Arlindo Pena Ben-Ben, nomeado vice-chefe do Estado-Maior General das FAA, número dois da hierarquia militar. A Luanda chegavam também os ministros designados pela UNITA para o GURN e os deputados para a Assembleia Nacional. E em Janeiro de 1997 Savimbi confirmaria, publicamente, que a UNITA já não tinha forças militares e se transformara em partido político.

10. GUERRA ÚLTIMO ATO – RECOMEÇO E FIM

O conflito regional envolvendo Angola e a República do Zaire reacendia-se, mas com contornos totalmente novos. O teatro de operações era agora o interior do Zaire, onde os rebeldes das Forças Democráticas de Libertação do Congo-Zaire (AFDL), lideradas por Laurent Kabila, conquistavam terreno a partir do extremo leste e o regime de Mobutu dava sinais de desagregação. O Governo de Angola e a UNITA travavam ali guerras por delegação, as FAA em apoio de Kabila e as FALA em apoio de Mobutu. Com as FAA tinham entrado também os refugiados catangueses que, há décadas, aguardavam a oportunidade e se tinham aliado à AFDL. Eram velhos ajustes de contas entre os catangueses e Mobutu e entre Angola e o Zaire. Era também um confronto direto entre o governo e a UNITA, só que na casa do vizinho. Inscrevia-se na manobra mais ampla que as FAA estavam a conduzir contra o reduto da UNITA nas zonas diamantíferas da Lunda Norte. O derrube de Mobutu, em Maio de 1997, foi a queda da última pedra da viragem estratégica em Angola que começara em Setembro de 1993 e que Savimbi nunca quis compreender. Luanda tinha agora um aliado na fronteira norte, a República Democrática do Congo (RDC) que recuperava a sua anterior designação.

Estava aberto o cenário para a progressão tática das FAA. Explorando o sucesso da mudança do regime em Kinshasa, as FAA apoiariam também o seu aliado Denis Nguesso, em Brazaville, no derrube de Pascoal Lissouba, apoiante da UNITA e da FLEC, em Cabinda. Washington viu com bons olhos estas intervenções das FAA nos seus vizinhos a norte. Angola dava os primeiros sinais de estar a tornar-se uma potência regional e os EUA começavam a ver em Luanda um bom aliado na região.

O mês de Junho de 1997 foi de intensos combates na Lunda Norte, mas incidentes armados proliferavam de novo por variadas regiões de Angola. Era óbvio que a UNITA continuava a dispor de forte potencial bélico, mas nem sequer podia invocar que as suas forças estavam a ser atacadas, uma vez que já tinha declarado o seu total desarmamento. A Resolução 1118 (1997) de 30 de Junho do Conselho de Segurança refletia as preocupações por este novo agravamento da situação. Foi ainda com esta Resolução que foi criada a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), com efeito a partir de 1 de Julho e que substituíra a UNAVEM III.

A Resolução do Conselho de Segurança 1127 (1997), de 28 de Agosto, regressava ao tom pessimista, considerando que a situação em Angola constituía uma

ameaça à paz e segurança internacional na região. Era a linguagem típica daquele órgão da ONU quando tinha que justificar a adoção de sanções. E assim foi. Mantinha a aplicação de sanções à UNITA aprovadas na Resolução 864 (1993), mas agravadas, com interdição de movimentações aéreas, de deslocamentos dos seus responsáveis, e com o encerramento das suas delegações no estrangeiro. A Casa Branca declarava-se completamente frustrada com o comportamento da UNITA e de Savimbi.

Mas a UNITA enfrentava também graves problemas internos. Nos finais de Agosto de 1997 Eugénio Manuvakola, que chefiara a delegação da UNITA às negociações de Lusaka e assinara o Protocolo em nome de Savimbi, chegava a Luanda depois de cerca de um ano impedido de sair da Jamba. Declarava-se em rotura com Savimbi mas não com a UNITA, e que não podia ir ao Bailundo porque a sua vida corria perigo. Considerava o movimento dividido entre os que acreditavam no Protocolo de Lusaka e os que se opunham à paz, entre os quais incluía Savimbi. Em 29 de Outubro o Conselho de Segurança da ONU aprovava a Resolução 1135 (1997) que confirmava as sanções contra a UNITA anteriormente decididas pela Resolução 1127, por este movimento continuar a não cumprir as obrigações assumidas em Lusaka.

O GURN aprovava uma medida tendente à solução do contencioso na região diamantífera na Lunda Norte. Assinou um Acordo que conferia à UNITA a participação com 25% na Sociedade de Desenvolvimento Mineira, de exploração de diamantes na área de Luzamba. O acordo impunha que a UNITA deixasse o controlo militar da área até 1 de Janeiro de 1998, a qual passaria para o controlo do GURN.

No ano de 1998 repetir-se-iam, a ritmo cada vez mais intenso e no mesmo tom, as resoluções da ONU que insistiam com a UNITA para que cessasse com as manobras dilatórias e com os ataques a elementos e instalações da MONUA. Em 20 de Março a Resolução 1157 (1998) determinava o início da redução das unidades militares da MONUA e o reforço dos meios policiais. Um mês depois a Resolução 1164 (1998) de 29 de Abril, recuperava o tom otimista, por o GURN e a UNITA terem avançado no processo de paz, incluindo o estatuto de Savimbi, a indicação pela UNITA de embaixadores, governadores e vice-governadores provinciais, a preparação da abertura da sua sede na capital e, finalmente, o termo das atividades da Vorgan como rádio partidária da UNITA, exigência em que a ONU vinha insistindo desde Lusaka. Mas em 12 de Junho já regressava o tom pessimista com a Resolução 1173 (1998). Congratulava-se com os passos dados pelo GURN mas recomendava-lhe que evitasse o uso excessivo da força e manifestava-se muito preocupada com o não cumprimento pela

UNITA das suas obrigações com os Acordos de Paz. Condenava a UNITA e a sua liderança, nomeadamente por impedir a extensão da administração do Estado às áreas por si ocupadas, por não completar a desmilitarização e estar, até, a reforçar as suas capacidades militares e pelos repetidos ataques armados à MONUA, às autoridades estatais e às populações. Daí o reforço das sanções com restrições de carácter económico e a ameaça de sanções adicionais.

Enquanto isto, a situação militar no terreno voltava a deteriorar-se, com a UNITA a reocupar algumas localidades que já tinham passado para a administração governamental e a intensificar ataques dispersos, ao mesmo tempo que intensificava severas críticas a Alioum Blondin Beye por este a acusar de manter homens armados escondidos. As preocupações do Conselho de Segurança eram manifestas nas suas sucessivas Resoluções, 1176 (1998) de 24 de Junho e 1180 (1998) de 29 de Junho.

Em 26 de Junho o avião em que seguia Alioum Blondin Beye explodia em pleno voo, ao largo da Costa do Marfim, morrendo todos os ocupantes. O representante especial do secretário-geral da ONU fazia um périplo por cinco países africanos para conseguir cortar abastecimentos de armas à UNITA e apertar as sanções determinadas pelo Conselho de Segurança. A última escala do avião tinha sido no Togo, na altura tido como o principal fornecedor de armas à UNITA. As suspeitas de atentado foram muitas, mas nunca foi tornado público o resultado de qualquer inquérito. O mistério sobre a morte de Blondin Beye permaneceria, como os de tantos atentados contra aeronaves ao serviço da ONU em Angola. Issa Djalló seria o substituto de Beye.

A partir dos finais de Agosto a situação em Angola degradava-se a ritmo alucinante. A UNITA declarava o corte de relações com todos os mediadores e observadores do processo de paz angolano, dirigentes e quadros membros do GURN e deputados na AN, entravam em rotura com Savimbi. Estes dirigentes, aos quais se juntava Eugénio Manuvakola, difundiam um manifesto em que analisavam a situação em Angola e anunciavam a Nova UNITA ou a UNITA Renovada, da qual excluía Savimbi e a sua *entourage* no Bailundo. Outros membros da UNITA no GURN e na AN demarcavam-se publicamente do manifesto e, embora reconhecendo que Savimbi tinha criado problemas, continuavam a confiar nele. Face a esta indefinição, o GURN e o presidente da AN suspenderam os membros da UNITA naqueles órgãos, por não se saber quem representava o quê. Os militares oriundos das FALA que, entretanto, vinham sendo integrados nas FAA, nomeadamente os seus generais entre eles Ben-Ben, davam sinais de coesão com a estrutura militar estatal e, em 10 de Setembro, sem

fazerem qualquer referência aos políticos dissidentes, exortavam os militares de Savimbi a cessarem as atividades bélicas.⁴⁷

Com a entrada no ano de 1999 combatia-se em três frentes, no Bié, no Huambo e em Malange. Em 26 de Janeiro a UNITA reconquistava uma capital provincial, M'Banza Congo, que as FAA retomariam pouco depois. O discurso repetitivo das Resoluções da ONU, mês a mês, era o eco da sua impotência. As Resoluções 1219 (1998) de 31 de Dezembro e 1221 (1999) de 12 de Janeiro referiam-se particularmente aos aviões da ONU abatidos e atacados, deixando implícitas suspeitas sobre as responsabilidades da UNITA.

Em 26 de Fevereiro terminava o Mandato da MONUA em Angola e a ONU decidia retirar todos os seus elementos das zonas de guerra. Obviamente que a sua missão ficara por cumprir. A Resolução 1237 (1999) de 7 de Maio fazia um balanço resumido e pouco favorável da ação da ONU em Angola, e voltava a referir a preocupação pelas demoras das investigações dos derrubes das aeronaves da ONU em “áreas controladas pela UNITA”. Pela primeira vez incluía a referência às “circunstâncias suspeitas” a explosão na Costa do Marfim do avião que transportava o representante especial do secretário-geral e outro pessoal da ONU. Com a Resolução 1268 (1999) de 15 de Outubro o Conselho de Segurança criava o Gabinete da ONU para Angola (UNOA), para um período de seis meses.

Ao longo do ano de 1999 as FAA foram preparando a ofensiva que culminou, em 24 de Setembro, com a conquista do quartel-general de Savimbi no Bailundo, seguida da conquista de Andulo. A manobra das FAA fora mais ampla e desalojara também as FALA dos seus bastiões no centro de Angola, nas províncias de Malange, Bié e Moxico. Nos finais de Outubro as FALA abandonavam também Maquela do Zombo, única povoação que detinham na Província do Zaire. Savimbi ia iniciar mais uma longa marcha com o que restava das suas tropas. Desde a queda do Bailundo estava numa fuga errante pelas matas do centro/leste da Angola, acompanhado dos seus mais fiéis e perseguido cada vez mais de perto pelas FAA. As FALA continuavam a executar ações isoladas de puro terrorismo e sem qualquernexo estratégico.

⁴⁷Nesse mesmo dia a UNITA retomava Maquela do Zombo e as FAA declaravam-lhe guerra total. Um Hercules 130 ao serviço da ONU despenhava-se na região do Huambo, presumivelmente abatido pela UNITA. Outro aparelho ao serviço da ONU, um Antonov 12, desaparecia na rota Luanda-Saurimo. Em 2 de Janeiro de 1999 outro Hercules 130 da ONU, era abatido na região do Huambo, por mísseis da UNITA, que anunciava ter também abatido um MIG 23 das FAA na mesma região.

Em 22 de Fevereiro de 2002 Jonas Savimbi era localizado, com as suas tropas, pelas forças das FAA que o vinham perseguindo quando, presumivelmente, tentava atingir a Zâmbia. A Operação Kissonde, das FAA, de perseguição, cerco e assalto, fora um sucesso e Savimbi morreu em combate. Disso davam nota o comunicado da UNITA e o comunicado das FAA.

Acabava a guerra em Angola que durara 41 anos.

Seguiram-se, de imediato, conversações em Luena que se concluíram em 30 de Março, com a assinatura do “Memorando Complementar ao Acordo de Lusaka” pelo general Nunda das FAA, em nome do GURN e do general Kamorteiro das FALA, em nome da direção política da UNITA. Presente estava o representante do secretário-geral da ONU, Mussagy Jechande, que formalizava o cessar-fogo a entrar em vigor em 4 de Abril. Com o título do documento, Memorando Complementar ao Acordo de Lusaka, o Estado Angolano queria garantir que não se tratava de um novo acordo, mas apenas de dar cumprimento ao Acordo de Lusaka, pelo que se vinha batendo desde 1994.

11. COMUNIDADE INTERNACIONAL

As grandes potências que, em 1975/76, haviam tido graves responsabilidades nas intervenções externas armadas em Angola, voltaram a tê-las em 1992/93, agora por demissão, num cenário resultante de uma conjuntura que haviam protagonizado e da qual o povo angolano saiu defraudado, por que acreditou e participou num processo de abertura democrática respeitando regras definidas do exterior e do qual veio a ser vítima, vendo-se de novo submetido a uma guerra generalizada.

Depois das eleições decorreram dois anos em tentativas negociais mediadas pela ONU, que a representante especial do secretário-geral Margaret Anstee relata, com muito detalhe e incontida frustração, no seu livro *Órfão da Guerra Fria*. Este período foi acompanhado por três entidades internacionais, a ONU, os EUA e Portugal, sendo indispensável conhecer melhor e com mais desenvolvimento as suas posições institucionais, por terem sido aquelas que mais responsabilidades e mais intervenção direta tiveram em todo o processo.

Às Nações Unidas coube a posição de maior relevo, pelo papel que assumiram na supervisão e fiscalização na aplicação do processo de paz, posicionando no país uma personalidade com o estatuto de representante especial do próprio secretário-geral e mantendo uma estrutura militar de acompanhamento, a UNAVEM. A ONU era a única instituição internacional que conjugava, simultaneamente, legitimidade e capacidade para poder intervir e obrigar as partes ao respeito pelos compromissos assumidos, o que lhe acarretava responsabilidades acrescidas.

Os EUA, para além de partilharem o papel de observador dos Acordos de Paz de Bicesse com Portugal e com a URSS (depois substituída pela Federação Russa) na *troika* de observadores, passaram a desfrutar, desde o fim da guerra-fria, de protagonismo num mundo que, em matéria de segurança, assumira características de unipolaridade. Mesmo no seio da ONU e, nomeadamente, do Conselho de Segurança, as suas posições eram determinantes, estando fora de causa qualquer resolução deste órgão que colidisse com os interesses de Washington na matéria em apreço.

Portugal não podia alienar as responsabilidades que, como antiga potência colonial, lhe cabiam, continuando presente no subconsciente coletivo dos portugueses a convicção de que a guerra que prosseguia em Angola mais não era do que o prolongamento da guerra colonial e da conturbada transição para a independência.

Portugal fora parte do Acordo do Alvor, fora o mediador dos Acordos de Paz de Bicesse, fora membro da *troika* de observadores. Era, entre estes, o que possuía um conhecimento mais íntimo da realidade angolana e participara ativamente na formação das FAA, que deveriam ter sido o instrumento decisivo para que o processo de paz definido em Bicesse e as eleições decorressem com normalidade.

Faremos ainda, em espaço próprio, uma referência mais sucinta a outras instâncias internacionais que, se bem que com responsabilidades secundárias, tiveram influência no processo, nomeadamente instituições africanas, OUA, GPLF, SADCC e instituições da CEE/UE.

A Federação Russa, herdeira da URSS no mosaico das grandes potências que tivera um influente papel em 1975/76, atravessava uma fase de apagamento na cena internacional pelo que, apesar de ter integrado a *troika* de observadores, não justifica referência especial relativamente ao período posterior a Bicesse.

Organização das Nações Unidas

Da ONU espera-se, por princípio, uma posição de imparcialidade face aos conflitos que é chamada a arbitrar se bem que, como é perceção geral, nunca o CS deixe de refletir os interesses das potências mais influentes e as contradições próprias da correlação de forças do sistema internacional dominante. Não é concebível, no mínimo, e a prática o tem comprovado, que do CS possam resultar decisões que vão contra os interesses das maiores potências, nomeadamente quando estão em jogo questões que com elas interferem diretamente. É a lógica do privilégio do direito de veto dos cinco membros permanentes e dela resultou, frequentemente, o impasse quando, no tempo da guerra-fria, se contrapunham os interesses dos dois blocos ou, mais objetivamente, das duas superpotências. Com o fim da guerra-fria e o esgotamento da lógica dos blocos, o CS passou a ser hegemonzado pelos EUA e, de então para cá, não era previsível que a neutralidade desejável, que deveria caracterizar as suas tomadas de posição, pudesse ir contra os interesses da única superpotência que sobreviveu ao desaparecimento do mundo bipolar.

Justifica-se esta advertência prévia quando está em análise a questão angolana, para que possamos estar prevenidos contra quaisquer preconceitos acerca da neutralidade das resoluções do CS, por surgirem frontalmente condenatórias de uma das partes e, muitas vezes, até laudatórias da outra. Estas posições, longe de revelarem

parcialidade, só podiam ser entendidas como resultado de uma incontornável realidade, que tinha a ver com as atitudes das partes angolanas perante os compromissos assumidos nos Acordos de Paz.

A este propósito importa ter presente as judiciosas considerações que, sobre a imparcialidade da ONU nas operações de manutenção da paz, fez Adam Roberts:

“Nas "UN peacekeeping", imparcialidade não é já, na prática, interpretada com o significado de imparcialidade em todos os casos entre as partes de um conflito. Em alguns conflitos pode, e até mesmo deve, ser mais dura com uma parte do que com a outra, ou ajudar mais uma do que a outra. Em vários casos, desde 1988 em que tem estado envolvida em "UN peacekeeping", tem também havido sanções económicas contra um dado Estado ou parte. Tem também havido alguns embargos de armas. Há ainda importantes elementos na noção de imparcialidade que não devem ser esquecidos, incluindo a ideia de que as Nações Unidas representam um conjunto de interesses, valores e tarefas que são distintos de alguns dos respeitantes a um qualquer dos beligerantes. Em algumas operações, imparcialidade pode significar, não imparcialidade entre os beligerantes, mas imparcialidade na condução das decisões do Conselho de Segurança.” (1994, pp. 159 e 160)

Quando a guerra recomeçou depois das eleições de Setembro de 1992, era presidente dos EUA George H. Bush, que fora vice-presidente de Ronald Reagan e, com ele, constituíra a dupla que mais apoiou e promoveu a UNITA e Jonas Savimbi. Mesmo depois do Acordo de Nova Iorque de Dezembro de 1988 nunca deixaram de afirmar o seu apoio à UNITA e a sua presença na *troika* de observadores tinha a marca do "protetor" deste movimento. Do lado contrário a presença da URSS tinha o sinal do "protetor" do Governo de Angola, mas a URSS implodira ainda antes das eleições angolanas e o seu membro na *troika* passara a representar a Federação Russa, cada vez mais dependente e subalternizada em relação aos EUA. Daí que, se as primeiras resoluções do CS pudessem, à partida, ser suspeitas de algum favoritismo, seria a UNITA que dele poderia beneficiar. O Governo de Angola estava em posição bem menos confortável. Isto seria, aliás, patente em todas as resoluções do CS, ao constatar-se a tibieza das medidas que delas resultavam, em nítido contraste com a dureza dos seus considerandos.

Outro aspeto que interessa previamente destacar no que se refere às resoluções do CS, é que foram, todas, aprovadas por unanimidade, refletindo não só um consenso acerca do conflito angolano como a natureza do novo sistema internacional. A bipolaridade pertencia ao passado.

Em 30 de Outubro de 1992 o CS reunia-se para tomar a sua primeira posição em relação à situação que se verificava em Angola depois das eleições. Como era norma, o

secretário-geral submeteu-lhe previamente o seu relatório, no qual afirmava que o principal motivo de preocupação era “[...] a retirada pela UNITA dos seus generais das forças armadas unificadas [...]” E acrescentava, “[...] a presença militar da UNITA é muito sensível em muitas províncias e nas principais cidades [...] um certo número de localidades e distritos foi ocupado pela UNITA, que afastou os representantes da administração central.” Este relatório era confirmado pelo general Unimna comandante militar da UNAVEM II que, em 29 de Outubro, denunciava que a UNITA ocupava várias áreas do centro de Angola.

Desta reunião do CS saíria a Resolução 785 (1992) de 30 de Outubro, na qual se afirmava “[...] profundamente preocupado pela deterioração da situação política e recrudescimento da tensão em Angola, profundamente preocupado também pelas informações sobre a recente tomada das hostilidades pela UNITA em Luanda e Huambo [...]” Logo a seguir, nas decisões que se seguiam aos considerandos, o número três “Condena energicamente qualquer retomada das hostilidades e exige, com carácter de urgência, que tais atos cessem imediatamente.” O número cinco “Reitera [...] a sua enérgica condenação dos ataques e acusações infundadas formuladas pela estação de rádio Vorgan da UNITA contra a representante especial do secretário-geral e a UNAVEM II.” E no número seis tornava clara a sua posição em relação ao ato eleitoral:

“Apoia a declaração da representante especial do secretário-geral em que se certifica que as eleições realizadas nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992 foram no geral livres e imparciais e exorta a UNITA e as outras partes do processo eleitoral de Angola a que respeitem os resultados dessas eleições.”

Era o primeiro sinal da contradição que ia assinalar o conjunto das resoluções, a distância entre a frontalidade das considerações iniciais e a ambiguidade das decisões. Note-se que esta resolução e, portanto, também o relatório do secretário-geral e as declarações do general Unimna, antecediam os acontecimentos que eclodiram em Luanda em 31 de Outubro, confirmando que a ONU não tinha dúvidas que as hostilidades já antes haviam começado e sobre quem caíam as responsabilidades do seu desencadeamento.

Em 18 de Novembro de 1992 a representante do secretário-geral da ONU em Angola dava a conhecer que recebera uma carta de Savimbi declarando aceitar os resultados das eleições, apesar de continuar a considerá-las fraudulentas. E o CS, nos considerandos da Resolução 793 (1992) que aprovou em reunião de 30 de Novembro de 1992, acolhia favoravelmente esta informação e mostrava satisfação com as

conversações que haviam decorrido na cidade do Namibe.

Quanto aos resultados eleitorais as declarações de boa vontade chocavam-se com a realidade dos factos, pois Savimbi recusava-se a acatar as consequências da aceitação dos resultados. Sem a garantia de que estes compromissos seriam traduzidos em atos, participação na Assembleia Nacional e no governo, viabilização da segunda volta das eleições presidenciais, extensão da administração do Estado a todo o território nacional, desarmamento e participação nas FAA, retirada de todas as cidades e áreas que ocupara militarmente, a mera declaração de que aceitava os resultados das eleições não tinha significado. A ONU depressa constatava que se haviam precipitado com a resolução 793 e, em todas as resoluções que se seguiram, o CS ia insistir com a UNITA para que aceitasse os resultados eleitorais e cumprisse os termos dos Acordos de Paz de Bicesse. Dois meses depois, já com Bill Clinton na presidência dos EUA, a Resolução 804 (1993) de 29 de Janeiro de 1993 mostrava-se desiludida com a UNITA, condenava as persistentes violações os Acordos de Paz, a não aceitação dos resultados das eleições, a retirada das novas Forças Armadas Angolanas, a ocupação pela força de capitais provinciais e municípios e a retomada das hostilidades. Ameaçava com medidas apropriadas para assegurar a aplicação dos Acordos de Paz, mas a ameaça demoraria muito tempo a concretizar-se.

A *troika* de observadores acompanhava a impaciência da ONU face ao fraco empenhamento da UNITA nas negociações que Margaret Anstee se esforçava por promover, sem sucesso. No terreno a UNITA continuava a progredir militarmente o que levou o CS a endurecer progressivamente o tom das suas resoluções enquanto fazia questão de se congratular com a colaboração do governo no processo de paz (Resoluções 811 (1993) de 12 de Março, 834 (1993) de 1 de Junho, 851 (1993) de 15 de Julho). O Conselho mostrava-se consciente de que os Estados vizinhos de Angola continuavam a não ser inocentes face ao agravamento da situação que ali se vivia.

Só em 15 de Setembro o CS ia passar das palavras aos atos. Claramente incomodado por a UNITA não ter correspondido às advertências das anteriores resoluções, difundia a Resolução 864 (1993) na qual reiterava muitas das posições anteriores, referia expressamente os frequentes ataques contra pessoal das Nações Unidas a trabalhar no fornecimento de assistência humanitária, considerando-os claras violações à lei humanitária internacional, e aprovava a aplicação de sanções a entrarem em vigor no prazo de dez dias:

“[...] decide, com vista a proibir toda a venda ou fornecimento de armas, material

com elas relacionado ou assistência militar à UNITA, bem como petróleo e produtos petrolíferos, que todos os Estados devam abster-se da venda ou fornecimento, por seus nacionais, pelos seus territórios, ou através de navios ou aviões usando as suas bandeiras, de armamentos de todos os tipos ou materiais com elas relacionados, incluindo armas e munições, veículos militares, equipamentos e sobressalentes a seguir mencionados, bem como de petróleo ou de produtos petrolíferos, originários ou não dos seus territórios, com destino ao território de Angola, através de outros pontos de entrada que não os mencionados numa lista a ser fornecida pelo Governo de Angola ao secretário-geral, que deverá prontamente notificar os Estados Membros das Nações Unidas [...]”

Ameaçava reforçar estas sanções no caso de a UNITA continuar a impedir o estabelecimento do cessar-fogo. Expirado o prazo de 10 dias, uma vez que o cessar-fogo não fora restabelecido, o presidente do CS difundiu uma declaração nos termos da qual passavam a vigorar as sanções. Esta importante Resolução 864 passaria a ser referência obrigatória em todas as que se seguiriam.

A posição do CS foi decisiva para levar a UNITA a negociar seriamente. É de crer que esta posição de firmeza do CS, se tivesse surgido mais cedo como a situação justificava, também a UNITA teria vergado mais cedo. O poder nos EUA já tinha mudado em Janeiro, as alterações na África do Sul estavam em marcha irreversível e, quanto à correlação de forças militares, as próprias sanções teriam, sem dúvida, acelerado a sua correção. A ONU foi muito mais lenta do que a marcha da situação real.

A comunidade internacional e em especial a ONU não podem alienar as responsabilidades que lhe couberam no descarrilamento do processo angolano e na demora em travar a extensão que a tragédia veio a atingir. Como zelador e fiador do processo de paz, tinha o estrito dever de vigiar o cumprimento das suas premissas. Como dinamizador e fiscal do processo eleitoral, competia-lhe assegurar a sua credibilidade e o acatamento dos seus resultados. Como responsável pela força de manutenção da paz, obrigara-se a impedir o regresso à guerra tanto mais que o governo, por cumprir com as suas exigências, desguarnecera as suas defesas e ficara à mercê da parte que violara os princípios. E certo que a UNAVEM II carecia de meios operacionais suficientes e nisso o governo angolano tinha responsabilidades, pelos obstáculos que colocou nas negociações de Bicesse.

Margaret Anstee, que fora substituída como representante especial do secretário-geral da ONU, em Junho de 1993, pelo maliano Alioune Blondine Beye, na mesa redonda promovida em Portugal em 27 de Outubro de 1993 não teve dúvidas em afirmar que “Angola foi considerada pela ONU de baixa prioridade [...] A comunidade

internacional subestimou o processo angolano, o projeto barato para Angola saiu caro.” E acrescentou que “As negociações, para terem êxito, precisam de um novo elemento, que são as sanções da ONU.”

As repetidas Resoluções do CS provam que, assim que a UNITA recusou os resultados eleitorais e regressou à guerra, a ONU logo a identificou como a parte violadora dos acordos e responsável pela agressão. Mas se a ONU era dura nas palavras, era ineficaz na ação. Alguns setores da comunidade internacional continuavam enleados na ambiguidade de encararem o conflito como sendo entre duas partes com idêntica legitimidade, perante as quais era necessária uma posição de neutralidade, ignorando que o conflito era entre um Estado soberano, institucionalmente reconhecido e um partido que se colocara na ilegalidade e era internacionalmente condenado, entre umas forças armadas institucionais de um Estado legítimo e um partido rebelde e ilegalmente armado. Depois das resoluções condenatórias não se justificavam complexos no julgamento das responsabilidades, de acordo com o conceito de neutralidade expresso por Adam Roberts, que até era funcionário superior da ONU.

O CS da ONU ia reconhecendo, penosamente, de resolução em resolução, que a UNITA não cumpria as suas exigências. Mas só em 15 de Setembro de 1993, quando a guerra já destruíra grande parte do país, causara dezenas de milhares de mortos e feridos, provocara milhões de refugiados, paralisara as estruturas do Estado retirando ao seu controlo três quartos do seu território, se resolveu, finalmente, a aprovar sanções.

Houve quem considerasse que a benevolência da ONU com a UNITA se devia, acima de tudo, ao papel negativo do secretário-geral Boutros-Ghali nas questões africanas, nomeadamente em Angola. A especialista em assuntos africanos Victoria Brittain, ao colocar a necessidade da substituição de Boutros-Ghali à frente da ONU, punha em relevo “[...] os erros de apreciação do secretário-geral na Somália, no Saara Ocidental, em Angola e no Rwanda – exatamente quatro dos países virtualmente destruídos pela sua política.”⁴⁸ Angola figurava, na opinião desta e de outros analistas, entre os casos que mais contribuíram para o descrédito da ONU na solução dos conflitos e cuja responsabilidade maior atribuíam ao secretário-geral.

Margaret Anstee, cujo livro é o relato mais minucioso do conturbado processo entre Bicesse e Lusaka, é muito severa com as partes angolanas, em particular com a UNITA, mas também não poupa os parceiros internacionais e a própria ONU. Como

⁴⁸ *Guardian Weekly*, 28 de Abril de 1996

sintetiza no título do livro, Angola foi órfão da guerra-fria porque a solução do conflito nunca foi encarado com prioridade pelos países importantes da cena internacional (1997, p. 674). E à missão da ONU faltaram-lhe meios para exercer o seu papel, “Uma das grandes lições de Angola é que os mediadores da Organização das Nações Unidas devem ter algum tipo de poder com o qual possam exercer pressão, ou proporcionar incentivos, segundo as circunstâncias.” (p. 675)

Depois do Acordo de Lusaka o cenário repetia-se. Multiplicavam-se as resoluções do CS, endurecia o seu discurso, focalizava-se nas sanções à UNITA responsabilizando-a pelos atrasos na aplicação do respetivo Protocolo. ONU esgotou-se nas suas resoluções que contribuíram para isolar internacionalmente a UNITA, mas que não resolveram o problema no terreno. A jornalista Augusta Conchiglia era muito frontal nas suas censuras à MONUA:

“Em Junho de 1998, apesar das numerosas ameaças e intimidações do Conselho de Segurança, o impasse era total: a UNITA não só impedia a normalização da situação no Bailundo e no Andulo como recuperava numerosas localidades multiplicando os ataques contra os postos de polícia e as violações do cessar-fogo proclamado em Setembro de 1993 [...] Savimbi pôde continuar o seu proveitoso tráfico de diamantes [...] A UNITA deixava cair a máscara: nunca tinha havido desmobilização e muito menos desarmamento. A MONUA tinha-lhe facilitado a tarefa [...]”⁴⁹

Em 1975 o processo do Alvor fracassara porque Portugal não pôde. Em 1992 e 1994 os processos de Bicesse e de Lusaka fracassaram porque a ONU não quis. E não quis porque os seus Estados-membros, sobretudo os membros permanentes do CS, assim o entenderam.

A ONU, nomeadamente o seu CS, responsável pela manutenção da paz e resolução dos conflitos, reflete as contradições dos seus Estados-membros, em particular dos membros permanentes que dispõem de direito de veto, da correlação de forças entre eles, mas também das situações internas em cada um deles. Angola, na transição para a independência e na fase pós-colonial que se seguiu, foi vítima de um contexto internacional instável, com a passagem do sistema internacional bipolar, que se esgotara com a implosão de uma das superpotências apoiante de uma das partes angolanas, para o sistema unipolar mal-definido da globalização, hegemónico pela superpotência restante que apoiava a outra parte. O CS passou a refletir as contradições da própria potência hegemónica, os EUA, quando esta se decidiu a rever a sua política

⁴⁹“O fracasso das Nações Unidas em Angola”, *Le Monde Diplomatique*, Ed. Portuguesa, Junho de 1999

de alianças na África Austral, na RAS, no Zaire, em Angola.

O grande problema da ONU em Angola resultou do facto de as potências dominantes no CS, quer no sistema bipolar quer no sistema unipolar, raramente terem sido neutros, terem sido quase sempre partes interessadas no processo e terem tardado a compreender o correto significado da neutralidade tal como o definiu Adam Roberts.

Outras instâncias internacionais

Não foi só a ONU que tornou públicas as suas posições sobre o reinício das hostilidades em Angola, depois das eleições de Setembro de 1992. Entre as organizações de países africanos sobressaía a OUA, aliás frequentemente citada nas Resoluções do CS da ONU, e as organizações regionais da África Austral, que se sentiam diretamente afetadas pela insegurança em Angola.

Em 11 de Dezembro de 1992 os chefes de Estado do GPLF, reunidos em cimeira em Harare, haviam divulgado um Comunicado Final no qual assumiam uma posição firme de desapontamento e espanto com a atitude da liderança da UNITA relativamente ao processo democrático, aos atos de violência cometidos pelas FALA e ao objetivo das eleições livres, dirigindo um apelo ao movimento e, em particular, a Jonas Savimbi, para que respeitasse o processo democrático e os desejos do povo angolano. E, a concluir, recomendavam que “[...] a Organização das Nações Unidas deveria ser fortemente solicitada para continuar a garantir e supervisionar o embargo de armas [...]”

Em 2 de Abril de 1993, nova Cimeira do GPLF em Harare, apreciou a informação que o presidente de uma Delegação de Alto Nível da OUA, o presidente do Zimbabwe Robert Mugabe, prestou, sobre uma visita a Luanda nos finais de Dezembro. No termo da reunião o Comunicado Final não poupava críticas à UNITA e a Jonas Savimbi, à sua recusa de se deslocar a Luanda para conversações com a Delegação de Alto Nível da OUA e se empenhar em qualquer forma de diálogo com a delegação. Insistia num papel maior da ONU em Angola para assegurar a efetiva manutenção da paz, no desarmamento completo do exército ilegal da UNITA. Considerava o Acordo de Bicesse a única fórmula viável para a paz e que a UNITA devia aceitar os resultados das eleições. A cimeira apelava à comunidade internacional para dar toda a assistência possível ao Governo de Angola, no legítimo direito de recorrer a todos os meios necessários para defender a sua soberania e integridade territorial.

Já antes, em Fevereiro de 1993, o ANC, partido de Nelson Mandela que estava a

assumir responsabilidades crescentes no processo de transição para o termo do *apartheid* na África do Sul, havia condenado veementemente “[...] a guerra lançada pela UNITA contra o povo e o governo eleito de Angola [...]”

Pela mesma altura o Conselho de Ministros da OUA, reunido em Addis Abeba, havia adotado uma resolução em que revelava a sua preocupação pela retomada dos combates em várias zonas do território angolano e pela deterioração contínua da situação sociopolítica e militar “[...] provocada pela ala militarista da UNITA e o seu líder [...]” e pelo facto de as principais disposições dos Acordos de Paz não terem sido aplicadas pela UNITA. Não tendo dúvidas sobre as causas e responsabilidades na deflagração do conflito, exortava a UNITA para que aceitasse os resultados das eleições democráticas e condenava-a pela sua retirada das novas FAA, pela ocupação pela força de povoações, comunas e cidades capitais de províncias e pela retomada de atividades militares em todo o território angolano, em violação dos Acordos de Paz. Apelava à UNITA para que cessasse todas as ações militares, integrasse as suas forças nas forças militares angolanas e retomasse o diálogo iniciado com o governo. Condenava “[...] vigorosamente os atos de carnificina de populações civis indefesas e a destruição de infraestruturas económicas, em resultado do reatamento de atividades militares iniciadas pela UNITA e seus mercenários”.

Todas estas posições foram retomadas numa declaração saída da cimeira da OUA de 30 de Junho de 1993, no Cairo, na qual se recomendava também ao CS da ONU a adoção de “sanções concretas” contra a UNITA.

O Parlamento Europeu (PE) tinha sido o primeiro fórum internacional a colocar a questão da aplicação de sanções. Numa resolução aprovada em 29 de Outubro de 1992 sugeria-as, sem nomear destinatários, mas para punir comportamentos: “Solicita que qualquer das partes que tente recomeçar as hostilidades seja condenada com a maior firmeza e submetida a sanções imediatas [...]” Escassos 20 dias depois, em 19 de Novembro de 1992, aprovava uma nova resolução na qual já distinguia responsáveis, “[...] a UNITA violou os acordos de Bicesse de Maio de 1991 ao não respeitar os resultados eleitorais [...]” Dois meses depois aprovava nova resolução na qual recordava que a responsabilidades da rutura dos acordos de paz cabia aos dirigentes da UNITA pela sua contestação aos resultados eleitorais e, mais dois meses decorridos, uma delegação do PE em visita a Luanda voltava a responsabilizar a UNITA pela situação de guerra que se vivia no país.

Em 22 de Abril de 1993, com uma nova resolução, o PE tomaria a posição mais

clara e mais severa sobre a iniciativa e a responsabilidade do reinício do conflito, considerando que a atual fase de hostilidades em Angola se iniciara em 4 de Outubro de 1992 por iniciativa expressa do presidente da UNITA. E acrescentava que, perante todas as iniciativas da comunidade internacional, nomeadamente da ONU, para conversações com vista a um cessar-fogo, os delegados da UNITA respondiam com evasivas, protelando todos os esforços para a paz e a retoma do processo democrático. Concluía que a direção do movimento se colocava à margem dos fundamentos da legitimidade democrática e dos princípios que regem as relações internacionais e o sentido humanitário. Por isso apelava a todos os responsáveis políticos de Angola, incluindo os da UNITA, bem como à sociedade civil, para que tudo fizessem para restabelecer a paz, a democracia, a convivência e a construção económica e social do país. A Resolução concluía com uma posição dura, pressionando a ONU e os países com responsabilidades nos Acordos de Bicesse a recorrerem a todos os meios para que as hostilidades fossem imediatamente suspensas e o processo de paz retomasse o seu curso. E solicitava à comunidade internacional a suspensão da assistência militar a Jonas Savimbi, condição essencial para o restabelecimento da paz, a abertura ao diálogo e a aplicação dos Acordos de Bicesse.

De salientar o implícito apelo à aplicação de sanções contra a UNITA e o reconhecimento de que, seis meses e meio depois do reinício da guerra, Savimbi continuava a receber apoio militar do exterior.

Antes da aprovação desta última resolução do PE havia-se efetuado uma Assembleia Paritária ACP-CEE (Países da África Caraíbas e Pacífico e da Comunidade Económica Europeia), em Gaborone, capital do Botswana, que decorrera entre 29 de Março e 2 de Abril de 1993. Na data do seu encerramento foi aprovada uma extensa resolução na qual, depois de contundentes considerandos historiando a situação interna de Angola desde as eleições julgadas livres e leais pelos observadores internacionais e sancionadas como tal pela ONU, terminava com um veemente apelo:

“[...] às Nações Unidas e aos países que contribuíram para a assinatura dos Acordos de Bicesse, a fazerem tudo para que a guerra cesse imediatamente e para que o processo de paz retome o seu curso [...] pede ao Congresso dos Estados Unidos que faça sentir à atual administração americana, por um lado, os compromissos assumidos por Washington em relação ao processo de paz e de democratização em Angola e, por outro lado, as promessas feitas pelos observadores americanos e as expectativas que elas suscitaram na população angolana – no que respeita ao reconhecimento rápido das instituições saídas das eleições, em conformidade com os princípios habituais que regem as relações

internacionais [...]”

A posição internacional era unânime e consensual em relação às causas e responsáveis pelo conflito angolano.

Estados Unidos da América

Os EUA tiveram sempre, desde a sua intervenção no Zaire e envolvimento no assassinato de Lumumba seguido do seu inicial apoio à UPA em 1961 quando, em Março, desencadeou a vaga de terrorismo no norte de Angola, compromissos e posições que denunciavam uma insuficiente informação e ausência de sensibilidade para a problemática africana. Sempre que estava em jogo o seu posicionamento geopolítico e geoestratégico, particularmente durante a guerra-fria, o que contava, como sucedia, aliás, em posição simétrica com a outra superpotência, era aquilo a que os centros de decisão americanos chamam os seus "interesses vitais". Daí o seu comprometedor apoio a Mobutu e ao desqualificado regime zaireense, as suas ligações ao sistema do *apartheid* na África do Sul, os comprometimentos com o regime colonial português nos anos que precederam o 25 de Abril. A Opção *Tar Baby* na administração Nixon-Kissinger foi o culminar da sujeição dos princípios aos interesses, com os custos para a sua política externa em África que estudiosos norte-americanos viriam mais tarde a denunciar.

A descolonização das colónias portuguesas e, em especial, de Angola, seria severamente penalizada por esta lógica da política externa norte-americana.

Na fase da transferência do poder em Angola o envolvimento e a liderança norte-americana da Operação IAfeature conduzida pela CIA que, segundo William Colby então diretor da Agência, visava a balcanização de Angola⁵⁰, redundou num tremendo fracasso que contribuiu para a crescente dependência do MPLA e, depois, o Governo da RPA, da URSS e dos seus aliados. Personalidades norte-americanas como o professor John Marcum, o cônsul geral em Luanda Tom Killoran, John Stockwell, apontam as erradas opções de Washington em Angola e as suas nefastas consequências.

Depois da independência de Angola os EUA deixaram cair a FNLA e apostaram em Jonas Savimbi e na UNITA. Apesar da Emenda Clark, apesar do enfeudamento da UNITA à política do *apartheid*, apesar das dúvidas que o sinuoso percurso de Savimbi levantava, impôs-se a lógica dos blocos da guerra-fria. Washington necessitava de um parceiro em Angola para compensar a dependência do Governo Angolano do bloco leste

⁵⁰ Entrevistado por Christopher Andrew, *Expresso*, 8 de Julho 1995.

que, afinal, os próprios EUA tinham ajudado a reforçar.

Frank Carlucci, que em 1975 era embaixador dos EUA em Lisboa, em entrevista ao *Expresso - Revista* de 6 de Agosto de 1994, confirmava: “É bastante óbvio que os Estados Unidos da América forneceram um apoio considerável à UNITA, independentemente de se saber se esse era ou não um plano acertado.” À pergunta do entrevistador sobre se era a medida certa para Angola, respondeu: “Provavelmente era, embora uma pessoa fique desapontada pela forma como Savimbi e o seu grupo se têm comportado ultimamente.” E prosseguiu, quando o jornalista lhe perguntou se as coisas podiam ter sido diferentes se os EUA tivessem apoiado o MPLA, “O MPLA era implacavelmente hostil aos Estados Unidos e tinha uma agenda totalmente diferente da nossa. Não acredito que estivessem minimamente empenhados no processo democrático. Não que Savimbi estivesse, mas pelo menos disse que estava.”

Melo Antunes descreve os esforços infrutíferos que, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, desenvolveu junto de Henry Kissinger e do presidente Ford para que invertessem a sua estratégia em relação a Angola, passando de uma política de hostilidade e de afrontamento para outra de aproximação e diálogo (pp. 219 e 220).

Natural era, por tudo isto, que a administração norte-americana, mesmo ainda na presidência republicana, se tenha sentido visivelmente incomodada com a reação de Savimbi à derrota nas urnas. Para o secretário de estado adjunto para os assuntos africanos, Herman Cohen, a retirada dos generais da UNITA das FAA fora “[...] um passo infeliz que não está de acordo nem com a letra, nem com o espírito dos acordos de paz [...]”⁵¹ Caía o mito do Jonas Savimbi democrata e combatente da liberdade, que Reagan e Bush tanto se tinham empenhado em fazer passar.

A 1 de Dezembro de 1992, quando as tropas da UNITA acabavam de ocupar as cidades de Uíge e Negage, o Departamento de Estado já responsabilizava a UNITA pelo recomeço do conflito. E pouco mais de um mês depois a delegação norte-americana em Luanda tornava pública uma declaração segundo a qual os EUA reconheciam que o Governo Angolano ganhara as eleições e que a UNITA respondera de forma inaceitável, pelo que os EUA reconheciam ao governo o dever de defender o seu país e o seu povo. Em 13 do mesmo mês, em visita a Paris, o secretário de estado insistia com o líder da UNITA para que aceitasse os resultados eleitorais e pusesse termo aos combates.

Estas tomadas de posição da administração norte-americana continuavam,

⁵¹ SIC, 6 de Outubro de 1992.

porém, envoltas num elevado grau de ambiguidade. Antes das eleições Washington fizera saber que, se o ato eleitoral fosse considerado válido pela ONU, reconheceria oficialmente o Estado angolano. Entretanto, apesar da declaração oficial da ONU de que as eleições haviam sido livres e justas e apesar ainda de o seu representante no CS votar favoravelmente as resoluções que ratificavam esta declaração e condenavam a UNITA por recusar os resultados, a administração americana refugiou-se no facto de não se ter completado a eleição do presidente da República para iludir esse seu compromisso retórico. O *lobby* da UNITA tinha peso em Washington e pressionava o Departamento de Estado para que não procedesse ao reconhecimento.

A capacidade operacional militar da UNITA devia-se, em grande parte, ao apoio que os EUA continuavam a prestar-lhe. A coordenação da atividade militar por toda a extensão do território angolano, a manutenção da cadeia de comando centralizada, a movimentação de tropas e de abastecimentos, só era possível porque a UNITA dispunha de excelente equipamento de comunicações fornecido pelos EUA e que continuava a operar através de uma rede assegurada por um satélite norte-americano. Se os responsáveis americanos tivessem querido, efetivamente, desativar a máquina militar de Savimbi e sustar os seus avanços, ter-lhes-ia sido extremamente fácil. O corte da utilização do satélite teria sido decisivo.

O “realismo” dos responsáveis norte-americanos teve a sua maior expressão nas palavras de Chester Crocker, secretário de estado adjunto para os assuntos africanos anterior a Herman Cohen e um dos principais artífices do apoio americano à UNITA. Não muito tempo depois das eleições, em entrevista a uma estação de televisão estrangeira retransmitida por um canal português, Crocker confirmava que os EUA se haviam comprometido a reconhecer o Governo de Angola que resultasse de eleições livres e concordava que essas condições estavam atingidas. Mas, acrescentava, o Estado de Angola mostrava um interesse tão grande nesse reconhecimento que devia pagar um preço por isso. Para este estadista, a promessa americana mais não era do que um cartão de crédito, que tinha de ser cobrado com juros. Perguntado ainda pelo entrevistador se, dado o comportamento de Savimbi, continuava a considerar o líder da UNITA um democrata, respondeu que democrata não seria a primeira característica que atribuiria ao senhor Savimbi. Ao contrário de Crocker, até Henry Kissinger subscreveu, com algumas dezenas de ex-governantes de todo o mundo, o "Apelo de Xangai" de 17 de Maio de 1993, no qual se pedia a todos os países que reconhecessem e estabelecessem relações diplomáticas com Angola.

Foram ambiguidades como estas que levaram Lúcio Lara, uma figura histórica do MPLA e que fora presidente da Assembleia Nacional de Angola, a subscrever, em 20 de Dezembro de 1992, uma "Carta Aberta" a Herman Cohen que constituía um verdadeiro grito de decepção e indignação face à “[...] atual guerra absurda, provocada pela louca megalomania que a comunidade internacional e a própria administração americana condenam, mas que puderam e não quiseram travar a tempo.” Lúcio Lara lembrava-lhe que já em 25 de Abril desse ano lhe manifestara a inquietação do povo angolano porque a UNITA se estava preparando para a guerra caso perdesse as eleições, ao que Cohen lhe respondera que Savimbi lhe assegurara pessoalmente que a UNITA estava fazendo todo o possível para assegurar o êxito do processo. Lara lamentava que Herman Cohen, com aquela resposta, como Pôncio Pilatos, lavasse as mãos do que viesse a acontecer, e recordava-lhe uma citação dele próprio, Herman Cohen, transcrita num artigo de Philippe Leymarie no *Le Monde Diplomatique* de Abril de 1992: “A África não merece que aí se corram riscos. É um continente de interesses geopolíticos muito pequenos.” Salientava ainda Lúcio Lara as vezes sem conta o Governo Angolano denunciara à *troika* de observadores e à UNAVEM o exército que a UNITA preparara no exterior e tinha entrado em Angola, e os paióis escondidos na mata que a UNAVEM encontrava quando atuava a tempo.

Lúcio Lara abria a carta com votos para que a futura administração Clinton pudesse ajudar com mais sucesso a restauração da paz ansiosamente esperada por todos os angolanos, esperanças que eram partilhadas por grande parte das pessoas que se preocupavam com o drama angolano já que Bill Clinton, eleito em 4 de Novembro, se comprometera na campanha eleitoral a reconhecer o Governo Angolano depois das eleições. A sua tomada de posse verificar-se-ia a 20 de Janeiro de 1993.

Até aí Washington só havia engrossado a voz quando a UNITA ocupara as instalações petrolíferas do Soyo, em 19 de Janeiro de 1993. Receava igual ação em Cabinda que afetasse as suas próprias instalações no enclave, pelo que o Departamento de Estado fez a primeira advertência: “[...] os Estados Unidos condenarão fortemente quaisquer ações da UNITA contra instalações ou pessoal americano em Cabinda.” Dois dias depois o representante norte-americano em Luanda, Edmund De Jarnette, visitava Cabinda e avisava: “Esta é a nossa gente. Mãos fora de Cabinda doutor Savimbi.” A rádio Vorgan, que tinha deixado pairar algumas ameaças a Cabinda, apressou-se a emendar a mão, pela voz de Jorge Valentim, garantindo que a UNITA não atacaria as instalações petrolíferas de Cabinda.

A mudança da presidência americana não produziu alterações imediatas. Em 9 de Março de 1993 o Departamento de Estado ainda fazia saber, em comunicado, que não considerariam o reconhecimento do governo de Angola enquanto não se chegasse a um acordo de paz. Oferecia um esplêndido argumento a Savimbi para adiar qualquer acordo, prosseguindo as manobras dilatórias que os próprios dirigentes estadunidenses vinham constatando e condenando, pois a UNITA continuava a desenvolver esforços, através dos seus *lobbies* nos EUA, para impedir o reconhecimento.

Mas as pressões contra a UNITA também aumentavam de tom nos EUA. Em Abril de 1993 o influente *New York Times* denunciava:

“[...] Savimbi insiste em que os rebeldes eram democratas e reclamavam a oportunidade de votar contra o governo esquerdista. Conseguiu o que queria, em Setembro, mas ao perder a primeira volta desistiu da segunda e voltou à luta com ferocidade. Savimbi foi capaz disso porque a UNITA enganou os termos do cessar-fogo, fingindo desmobilizar-se. Manteve uma tropa de trinta a trinta e cinco mil soldados, enquanto o governo, que totalizava três vezes mais, cumpria o acordo e reduzia o exército a dez mil. Os êxitos da UNITA, assim, resultam da traição e não da coragem.”

As Resoluções do CS, posteriores à posse de Bill Clinton, endureciam de tom e começavam a colocar a hipótese de sanções à UNITA.

Washington via com agrado as mudanças internas que o Governo de Luanda e o MPLA se esforçavam por exhibir, no regime político e nos seus fundamentos ideológicos. A aproximação ao Ocidente, a aceitação da liderança norte-americana por um país grande produtor de petróleo e que se perfilava como uma potência regional numa área conturbada, onde deixara de contar com o seu parceiro fiel, o Zaire de Mobutu, ia ao encontro dos interesses da hiperpotência global. Angola entrava no círculo dos amigos dos EUA.

Em 19 de Maio de 1993 o presidente Bill Clinton anunciava o reconhecimento do Governo de Angola, afinal sem esperar pela conclusão de novo acordo de cessar-fogo. A atitude da delegação da UNITA, que bloqueava as negociações que se arrastavam em Abidjan, terá sido decisiva para o *timing* escolhido por Bill Clinton. A sua declaração pública era o anúncio de novos tempos:

“Infelizmente, o partido que perdeu as eleições, a UNITA, retomou os confrontos, ainda mesmo antes de o processo eleitoral ter sido concluído, e recusa agora assinar o acordo de paz que se encontra sobre a mesa. O governo angolano, pelo contrário, concordou assinar o acordo e comprometeu-se perante a Assembleia Nacional, democraticamente eleita, a aceitar a participação da UNITA em todos os níveis do governo. Hoje, reconhecemos esses esforços, ao reconhecermos o governo de

Angola [...] Estou certo de que o governo angolano mereceu sobejamente o reconhecimento dos Estados Unidos.”

O reconhecimento do Governo de Angola pelo presidente norte-americano ia refletir-se na dureza da linguagem das resoluções do Conselho de Segurança, até culminarem nas sanções determinadas pela Resolução 864 de 15 de Setembro de 1993. Na sessão que aprovou esta resolução, o representante dos EUA afirmaria, entre outras palavras muito duras:

“A liderança da UNITA tem de entender que a comunidade internacional a considera responsável e não tolerará a sua tentativa continuada de infligir a guerra ao seu povo, num esforço para conquistar militarmente o que não conseguiu ganhar numa eleição democrática.”

Apesar de tudo isto a UNITA continuava a utilizar o satélite de comunicações americano, peça chave de toda a sua manobra militar.

Em 7 de Dezembro de 1995 o presidente José Eduardo dos Santos fazia a sua primeira visita oficial aos EUA, a convite do presidente Bill Clinton. Era a consagração das novas relações entre os dois Estados.

Em 15 de Dezembro de 1997 a Casa Branca classificava as ações e políticas da UNITA como uma anormal e extraordinária ameaça para a política externa dos EUA, e informava que ordenara o encerramento de todas as suas agências nos EUA, que proibira a venda ou qualquer forma de apoio pelos EUA ou por cidadãos americanos no fornecimento de meios aéreos ou suas componentes à UNITA. e que proibira os seus responsáveis de entrarem nos EUA. Era o resultado das sanções aprovadas pela Resolução 1127 (1997) de 28 de Agosto do CS.

A UNITA deixava, definitivamente, de contar com os favores de Washington, que passava a contar com um novo parceiro na África Austral, o Estado de Angola.

Portugal

Com a independência de Angola, em 11 de Novembro de 1975, as relações Estado a Estado entre Portugal e a República Popular de Angola atravessaram um período difícil. O recurso utilizado para a declaração da independência, ultrapassado que estava o Acordo do Alvor, e as ambiguidades que se verificavam ao nível do poder político em Portugal, atrasaram o reconhecimento do novo Estado angolano por parte do Estado português, que só veio a verificar-se em Fevereiro de 1976. Mas não deixara de enfrentar reservas do Governo Provisório, onde os dois maiores partidos portugueses, o

PS e o PPD, se pronunciavam contra o reconhecimento. No próprio Conselho da Revolução foi difícil vencer as divisões que se manifestavam sobre esta matéria.

Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros do VI Governo Provisório e membro do Conselho da Revolução, teve influência decisiva para que o governo e o conselho acabassem por aprovar o reconhecimento da RPA. Principal responsável por todos os principais documentos programáticos do MFA antes e depois do 25 de Abril, fora, a partir da aprovação da Lei Constitucional 7/74 de 27 de Julho que reconheceu o direito dos povos das colónias à autodeterminação e independência, o principal artífice das estratégias negociais de Portugal com os movimentos de libertação das colónias.

Na Parte Primeira assinalámos que a análise sistemática dos objetivos definidos, da legitimação das partes negociadoras, dos prazos estabelecidos, das tarefas executadas, dos condicionamentos enfrentados, demonstra que Portugal agiu, na fase da transferência do poder, dentro de uma lógica que configurava uma estratégia. Uma estratégia global para o conjunto das várias colónias e estratégias particulares para cada uma delas, dadas as suas especificidades próprias. O artífice dessa estratégia fora o principal ideólogo do MFA, o então major Ernesto Melo Antunes.

É certo que, *a posteriori*, se constatou que alguns dos objetivos perspetivados ficaram por atingir e, nesse particular, Angola destacou-se mas, honestamente, ninguém poderá afirmar que tal tenha resultado de menos empenhamento da parte portuguesa ou, sequer, de compromissos violados por Portugal.

Um dos objetivos visados por Portugal e o mais importante a longo prazo, era a criação de condições que assegurassem um relacionamento fraterno e frutuoso entre os povos e os Estados de Portugal e de cada um dos novos Estados independentes. Melo Antunes logo se apercebeu que o adiamento do reconhecimento da RPA pelo Estado Português, quando a maioria dos outros Estados, mesmo os europeus, já o estava fazendo, ia prejudicar seriamente aquele objetivo. O que o futuro imediato veio a comprovar. Portugal estava a ser ultrapassado por países do leste europeu, por países da Europa ocidental, pelo Brasil.

As relações institucionais só seriam desbloqueadas em 1978, com uma iniciativa dos dois presidentes, Ramalho Eanes e Agostinho Neto, que se encontraram em cimeira em Bissau entre 24 e 27 de Junho. Para esse encontro desempenhou papel de relevo o então presidente da República da Guiné-Bissau, Luís Cabral, e dele saiu o primeiro acordo geral de cooperação entre Portugal e Angola. Mas foi também importante, mais uma vez, a influência de Melo Antunes, pelas boas relações que mantinha com os

dirigentes angolanos e pelo justo crédito que, em matéria de política externa e, principalmente, de assuntos africanos, continuava a desfrutar junto do presidente Ramalho Eanes. O presidente da República Portuguesa, desde que assumira o cargo de chefe do estado-maior do exército depois do 25 de Novembro de 1975, sempre revelara uma correta interpretação do que devia ser a política externa de Portugal para com os países africanos suas antigas colónias, em defesa da preservação do interesse nacional, posição bem mais esclarecida do que a dos primeiros governos constitucionais.

Mesmo depois deste importante passo as relações nunca ultrapassaram um nível modesto, face ao papel que Portugal devia assumir com um país que fora sua colónia e com o qual desejava manter laços sólidos, particularmente no campo cultural. Situavam-se nitidamente abaixo daquele que vigorava com os outros países africanos de língua oficial portuguesa e, em Angola, sentia-se que Portugal não desenvolvia esforços que se traduzissem num papel relevante com vista ao termo da guerra que devastava o país.

Concluída a luta de libertação colonial o Governo Português revelava dificuldade em definir uma política autónoma perante a guerra civil angolana, e revelava-se demasiado condicionado pelas contradições que envolviam as duas outras componentes da guerra em Angola, a guerra-fria e o conflito regional. Na primeira, dada a sua subordinação à política do bloco ocidental liderado pelos EUA, era encarado com desconfiança pelo governo angolano, por sua vez demasiado dependente do bloco leste liderado pela URSS. Na segunda, deixava-se envolver no labirinto da ambiguidade dos seus compromissos com a África do Sul, com base no argumento da larga comunidade portuguesa emigrada neste país. Os condicionamentos da Opção *Tar Baby* e do Exercício Alcora ainda não estavam definitivamente ultrapassados.

Só com o fim da guerra-fria e com as perspectivas do fim do *apartheid* e da mudança de atitude da África do Sul, no contexto do conflito regional na África Austral, as relações entre Portugal e Angola se puderam libertar dos condicionamentos que as tolhiam. Foi assim que os primeiros passos, no sentido de uma eficaz aproximação institucional, começaram a verificar-se com o X Governo Constitucional presidido por Cavaco Silva e com Pedro Pires Miranda como ministro dos Negócios Estrangeiros. Vieram a ser consolidados com os XI e XII Governos Constitucionais, onde assumiu papel de destaque Durão Barroso, primeiro como secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e, depois, como ministro dos Negócios Estrangeiros. Aqueles governos de Portugal souberam aproveitar bem as circunstâncias internacionais favoráveis, vindo a desempenhar um papel determinante e positivo como moderador das

negociações que conduziram aos Acordos de Bicesse. As fragilidades que os Acordos vieram a revelar não retiraram mérito à iniciativa política que esteve na sua origem.

O papel desempenhado por Portugal, quer como moderador das negociações quer, posteriormente, no período de transição, como membro da *troika* de observadores e na formação das Forças Armadas Angolanas, foi geralmente considerado muito positivo e nele teve papel de relevo, além de Durão Barroso, o representante português na *troika*, embaixador António Monteiro. As vozes discordantes nesta apreciação global seriam a UNITA e Jonas Savimbi, que viriam a eleger o Governo Português, nomeadamente o primeiro-ministro e estas duas personalidades, como alvos preferenciais dos seus ataques. Se bem analisadas, verificar-se-á que todas as posições públicas daqueles responsáveis eram inteiramente consonantes com as posições dos órgãos colegiais que integravam, quer na *troika* de observadores, quer na ONU, quer no PE. Nenhuma posição portuguesa pecou por ter sido excessiva ou por ter ido além das destes órgãos. Mas era óbvio que o Governo Português e, principalmente, os seus elementos mais envolvidos, que tinham feito de Bicesse a grande bandeira da sua política africana, não escondiam o desapontamento com que encaravam a forma como Savimbi e a UNITA estavam a destruir a sua coroa de louros.

A principal preocupação do Governo Português era assegurar que as soluções que estavam em marcha, no sentido de impedir o agravamento e alastramento da guerra, se inserissem no quadro de Bicesse e no respeito pelos resultados eleitorais, que deveriam manter-se como pontos de referência de todos os desenvolvimentos futuros. Era uma posição de neutralidade mas não de passividade, de acordo com os princípios da ONU, que irritava a UNITA e a levou mesmo a pôr em causa a permanência de Portugal na *troika* de observadores e a pedir a sua substituição, pedido que ninguém atendeu e que o movimento rapidamente deixaria cair.⁵² Aliás, o papel positivo de Portugal foi frequentemente reconhecido pelos representantes especiais do secretário-geral da ONU, quer por Margaret Anstee, quer pelo seu sucessor Blondin Beye. Este não deixaria mesmo de considerar a presença de Portugal na *troika* como insubstituível. Tal não obstava, porém, a que UNITA centrasse em Portugal o seu ressentimento.

No patamar governamental Portugal nunca deixou de situar as relações ao nível Estado a Estado, se bem que deixasse que estas fossem, por vezes, interferidas por

⁵² António Monteiro em entrevista ao *Expresso* de 13 de Fevereiro de 1993 declarou que as FALA eram ilegais desde 27 de Setembro de 1992, e os únicos gerais eram os das FAA. António Monteiro limitava-se a transmitir uma opinião perfilhada pelo coletivo da *troika* de observadores.

outras vertentes, derivadas da sua qualidade de Estado observador. Havia compromissos assumidos no campo da cooperação, alguns até no período de transição pré-eleitoral com a participação da UNITA, que Portugal fez questão de respeitar, porque não era pelo facto de uma terceira parte ter desprezado a parcela que lhe cabia nesses compromissos que Portugal deveria renunciar àquilo a que se obrigara.

A questão angolana, com o reinício da guerra civil depois das eleições, voltaria a colocar em evidência as divisões que persistiam na sociedade portuguesa quando estavam em causa problemas relacionados com as antigas colónias e, em especial, com Angola. A joia da coroa permanecia viva no imaginário dos portugueses. Era por isso, natural, que estas divisões regressassem, agora, embora com algumas *nuances*.

Na fase da guerra civil pós-independência as simpatias e os ódios distribuía-se pelo MPLA e pela UNITA, tendo por base argumentos políticos bem determinados: filiações ideológicas, sensibilidades face ao conflito leste-oeste, atitudes durante a luta de libertação colonial, posicionamentos perante *o apartheid*. Eram estes os fatores que definiam as opções e separavam os campos. Na fase final da guerra civil, após as eleições, todos estes fatores se tinham diluído e deixavam de fazer sentido como suportes de alinhamento por um ou outro campo, ainda que deles tivessem ficado os traumas da memória histórica. O MPLA já revira os seus fundamentos ideológicos, a guerra-fria terminara, a guerra colonial estava enterrada, *o apartheid* agonizava. Já não se tratava de tomar posição num conflito entre dois partidos, mas sim num conflito que opunha um partido ilegitimamente armado a um governo politicamente legitimado, em que aquele partido também se colocava contra a comunidade internacional referenciada nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Obviamente que continuava a haver em Portugal setores que estavam com o Governo de Angola e com o MPLA porque sempre tinham estado, como havia outros que continuavam a mostrar-se do lado da UNITA só porque estavam contra o governo e o MPLA. Mas perfilava-se um outro posicionamento segundo o qual não se tratava de estar com um lado ou com o outro mas sim, apenas, estar contra ou a favor do comportamento de UNITA. Afinal, estar contra a UNITA era estar com a ONU, com a *troika* de observadores, com o PE, com a OUA, com o GPLF. Em parte foi assim que o conflito angolano passou a ser observado, passando importantes sectores políticos e sociais a manifestar-se contra a UNITA sem que por isso se tivessem aproximado mais do Governo de Angola.

Com as eleições legislativas em Portugal, de Outubro de 1995, que trouxeram o

PS de regresso ao governo, não se notaram alterações substanciais da política externa portuguesa na questão angolana. A posição do novo Governo Português que, aliás, vinha sendo coerentemente delineada pelos principais responsáveis socialistas em matéria de política externa, não podia afastar-se da que continuava a fazer vencimento na ONU, na *troika* de observadores, na UE. Se alguns sinais se podiam detetar na política externa do Governo Português saído das eleições de 1995, em relação a Angola, eles apontavam no sentido de um reforço da cooperação, quer ao nível Estado a Estado quer fomentando-a ao nível de setores empresariais privados.⁵³

Ao nível institucional português foram óbvias as dissonâncias entre o governo e o presidente da República, Mário Soares de que resultou uma imagem pública do presidente comprometida com a UNITA, que esta não deixava de aproveitar. Inversamente eram muito frias as relações entre o presidente da República Portuguesa e o Estado de Angola. O que não impediu que, quase a terminar o seu mandato, Mário Soares fosse convidado para uma visita de Estado a Angola, que sempre desejara. E, face aos complicados jogos de bastidores que se movimentaram no sentido de o presidente português poder corresponder aos desejos da UNITA e deslocar-se ao refúgio de onde Savimbi teimava em não sair, Mário Soares foi firme e não cedeu. Estava pronto a encontrar-se com Savimbi mas este que viesse, para isso, ao seu encontro em Luanda. Procurou dar um positivo contributo para o processo de paz angolano, que se teria verificado se tivesse juntado em Luanda o presidente da República de Angola e o presidente da UNITA. Não o tendo conseguindo o êxito da visita presidencial não se perdeu totalmente, mas não deixou de ficar algo esbatido, pois falhou no que poderia ter constituído o seu ponto mais significativo.

Com a tomada de posse do novo presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, entre os chefes de Estado convidados esteve o presidente angolano José Eduardo dos Santos, que seria o primeiro chefe de Estado que Jorge Sampaio recebeu em audiência oficial no palácio de Belém.

A presidência da República de Jorge Sampaio representava, para Savimbi, o fim de um apoio confortável, pelo menos no seu entendimento. Passado pouco tempo já estava a incluir o presidente português nas suas críticas. Que continuava a dirigir ao governo, agora do PS, com Guterres como primeiro-ministro, porque este insistia na

⁵³ A UNITA regozijou-se com a saída de Durão Barroso do governo mas logo mostrou as suas reservas com a nomeação de José Lamego para secretário de estado da Cooperação.

necessidade de a UNITA cumprir as exigências da ONU e da *troika* de observadores de que Portugal fazia parte.

Positiva foi, sem margem para dúvidas, a cooperação portuguesa no campo da organização, preparação e formação das FAA. Uma equipa de militares portugueses, dirigida pelo general Tomé Pinto conduziu, durante os meses que mediaram entre Bicesse e as eleições, uma ação de reconhecido mérito e que estava a ter resultados visíveis. Esse trabalho, que incidiu numa gama tão vasta e tão dispersa de matérias que iam da recuperação da funcionalidade das estruturas imóveis, à aquisição de uma nova mentalidade militar com a integração de quadros oriundos de dois exércitos até aí inimigos, à estruturação orgânica de um exército de características territoriais com as suas várias áreas funcionais, do pessoal, da logística, das operações, da instrução, até à formação técnica dos quadros aos vários níveis, foi de facto um trabalho notável, que honrou a cooperação militar portuguesa. O general João de Matos, chefe do estado-maior general das FAA, que liderou a viragem estratégica militar em Angola, não deixou de reconhecer publicamente o papel que as Forças Armadas Portuguesas haviam desempenhado na formação e recuperação das FAA.

Lamentavelmente, esse trabalho não estava suficientemente consolidado na data das eleições e a constituição das FAA unificadas não passou de um pretexto para que as eleições pudessem decorrer de acordo com os pressupostos e dentro dos prazos definidos em Bicesse.

PARTE TERCEIRA

CONCLUSÕES

A colonização portuguesa processou-se em três ciclos sequenciais, o do Oriente, o do Brasil e o de África, e são muitos os fatores constantes na análise dos contextos em que cada um deles se encerrou:

- todos ocorreram em período de crise grave e duradoira na metrópole;
- todos se inscreveram na respetiva conjuntura histórica e nos paradigmas prevalentes na correspondente época;
- e em todos eles a transferência do poder se enquadrou no modelo dominante na respetiva era histórica.

O fim do ciclo oriental do império ocorreu durante a crise da primeira metade do século XVII na metrópole, então sob o domínio da coroa espanhola. As novas potências marítimas, Inglaterra e Holanda, disputavam o domínio do mar à Casa de Habsburgo e, neste conflito, Portugal foi perdendo todas as suas possessões no extremo-oriental, com exceção dos territórios residuais de Goa, Damão, Diu, Macau e Timor. Não houve descolonização mas transferência de domínio colonial.

O encerramento do ciclo brasileiro deu-se com a metrópole em crise profunda no início do século XIX, com as invasões napoleónicas, a Coroa ausente no Brasil, o humilhante consulado britânico de Beresford, a Revolução Liberal. Era a hora do termo dos impérios coloniais nas Américas, inspirado na independência dos EUA em 1776 e nos ideais da Revolução Francesa. Hoje ter-se-ia chamado neocolonial porque foi liderado pelas minorias europeia e crioula, marginalizou as populações indígenas e não alterou as relações sociais vigentes. Correspondeu ao quadro político e social coevo em que cidadania, liberdade, democracia, eram valores reservados à burguesia, a classe revolucionária em luta contra os privilégios da aristocracia.

O termo do ciclo africano é mais conhecido. A metrópole atravessava a crise do estertor da ditadura do Estado Novo, da rotura do 25 de Abril de 1974 e do período revolucionário que se seguiu. As independências processaram-se na sequência de guerras de libertação prolongadas, conduzidas por movimentos nacionalistas liderados pelas maiorias negras, influenciados por ideologias pan-africanistas, terceiro-mundistas e marxistas, num contexto internacional que lhes era favorável. Foi para esses movimentos que se processaram as transferências de poder, na sequência de negociações e na linha dos paradigmas independentistas prevalentes na época.

É, assim, no quadro global da descolonização dos impérios europeus em África, que teve o seu apogeu nos anos que seguiram à Segunda Guerra Mundial, que deve ser encarada a descolonização das colónias portuguesas neste continente.

O destaque que se deu aos “Três D” do Programa do MFA, Democratizar, Descolonizar, Desenvolver, como símbolos dos grandes objetivos do 25 de Abril, em particular no que ao Descolonizar respeita, sem dúvida que com a melhor das intenções, contribuiu para alimentar um equívoco, que passaria a enformar a generalidade das abordagens que, em Portugal como nas outras antigas potências coloniais europeias, se dedicaram a esta matéria:

- interpretou-se a descolonização como a dinâmica desencadeada pelo colonizador a partir do momento em que reconhecia o direito à independência das colónias, definindo objetivos, fixando prazos, estabelecendo regras, liderando as negociações com o colonizado;
- entendeu-se a independência como uma concessão, como uma dádiva do colonizador que libertava o colonizado;
- tornou-se recorrente a referência à descolonização que nós fizemos, ao processo que nós conduzimos, à independência que nós concedemos.

A isso nos referimos, repetidamente, como os vícios de perspetiva do colonizador.

A realidade era bem outra e assim o entenderam autores independentes e, por maioria de razão, das antigas colónias, com uma perspetiva da descolonização mais ampla, que se iniciara com a tomada de consciência e o despertar dos colonizados para a luta de libertação que conduziram até lhes ser reconhecido o direito à independência, que se prolongara com as negociações e a transferência da soberania, e que prosseguira para além desta com a consolidação da identidade nacional. Identificaram a origem da descolonização com o próprio início da colonização e da resistência que suscitava, considerando descolonização e colonização como movimentos antagónicos de ação e reação de um mesmo fenómeno. É a tese da descolonização como uma conquista, como um processo através do qual o colonizado se liberta do jugo colonial, produto de uma dura e prolongada luta de libertação, que tem o colonizado como protagonista de todo este processo histórico.

A descolonização das colónias portuguesas em África inscreveu-se neste quadro atrás descrito. A entrada de Portugal no processo de descolonização verificou-se com o golpe de estado militar do 25 de Abril de 1974 que pôs termo à ditadura colonial,

quando ele já estava em marcha há décadas pela iniciativa dos povos das colónias e tinha atingido um adiantado patamar de desenvolvimento.

Dois momentos devem ser classificados como decisivos na entrada de Portugal nesse processo:

- o primeiro foi o próprio 25 de Abril; com o Programa do MFA, apesar das tímidas alusões a essa matéria, com a mensagem de abertura política anunciada, com o projeto libertador e democrático tornado público, com a adesão popular e a simpatia internacional que suscitou, Portugal batia à porta da descolonização e captava receptividade nos movimentos de libertação; foi o momento da rotura, logo a seguir bloqueado porque as exigências da Junta de Salvação Nacional e dos movimentos de libertação se chocavam nas prioridades, cessar-fogo para a primeira, reconhecimento do direito à independência para os segundos, criando um círculo vicioso;
- o segundo momento deu-se em 27 de Julho de 1974; com a aprovação da Lei Constitucional 7/74 rompia-se o círculo vicioso que bloqueava as negociações e abriam-se as portas para a entrada de Portugal no processo de descolonização; foi o momento da clarificação.

A rejeição do governo de Salazar das reiteradas propostas dos nacionalistas para negociações e a repressão violenta com que lhes respondeu, tornara inevitável a passagem ao patamar armado da luta de libertação. Foi a guerra colonial, que viria a constituir o fator central e decisivo da descolonização. Quando, depois do 25 de Abril, se entrou na fase das negociações e da transferência do poder, a guerra colonial constituiria o maior condicionamento que Portugal teve de enfrentar, condicionamento que não jogou a seu favor. Condicionamento em si mesma, mas geradora de outros importantes condicionamentos:

- a margem negocial de Portugal estava gravemente limitada e todos os principais obstáculos derivavam da guerra;
- a guerra impôs como primeira prioridade a negociação da paz;
- a guerra impôs a urgência das negociações;
- a guerra impôs o reconhecimento do direito à independência como condição *sine qua non* para o início das negociações;
- a guerra impôs os movimentos de libertação como os únicos e legítimos representantes dos povos das colónias com os quais se teria de negociar;

- a guerra impôs fraturas nas sociedades colonizadas que perturbaram seriamente as dinâmicas negociais;
- a guerra fragilizou as Forças Armadas Portuguesas quando Portugal necessitava de uma estrutura militar forte para negociar e para garantir a paz na transferência do poder;
- foi a guerra colonial que levou o Governo Português anterior ao 25 de Abril, em desespero de causa perante o agravamento da situação militar, a admitir soluções de independências unilaterais declaradas pelas minorias brancas, de tipo *apartheid*, para Angola e Moçambique, o que contribuiu, em elevado grau, para a gravidade que nestes territórios atingiram as intervenções externas armadas no quadro dos conflitos regionais e da guerra-fria.

A guerra colonial constituiu, também, o agente de um caso paradigmático em que o feitiço se vira contra o feiticeiro. Seria a guerra colonial que viria a despertar a consciencialização de amplos sectores da sociedade portuguesa para a questão colonial, acabando por atingir os sectores militares e, assim, contribuído para a dinâmica que culminaria no derrube da ditadura e poria termo ao regime colonial. Eis o grande paradoxo:

- a ditadura desencadeou a guerra para manter o sistema colonial;
- e seria a guerra que introduziria Portugal no processo de descolonização.

Os efeitos da guerra colonial perduraram muito para além do seu termo, influenciando decisiva e negativamente as fases subsequentes da descolonização, da transferência do poder, da independência e de consolidação da identidade nacional.

Tinha razão Melo Antunes quando recusava as teses da descolonização exemplar ou da descolonização possível. A participação de Portugal na descolonização nas colónias de África foi a que tinha de ser feita. Tendo-se em conta:

- os condicionamentos impostos pela comunidade internacional, nomeadamente pela ONU;
- a conjuntura africana da época e os valores e paradigmas políticos predominantes assentes no nacionalismo negro;
- a guerra colonial e a urgência de lhe pôr fim;
- a crise do fim da ditadura e a aceleração do processo revolucionário em Portugal;

o que tinha de ser feito era:

- reconhecer o direito à independência dos povos das colónias;
- negociar as transferências de poder com os movimentos nacionalistas que se haviam batido numa longa guerra de libertação;
- recusar modelos anacrónicos neocoloniais ou de tipo *apartheid*;
- defender os interesses de Portugal assegurando a cooperação futura com os novos Estados independentes.

A paz seria uma resultante de tudo isto. E isto foi o que foi feito.

Portugal teve de enfrentar o processo como um todo, mas teve também de encarar cada caso com as suas especificidades particulares. A fase da transferência do poder do processo de descolonização, que foi a única em que, de facto, Portugal participou, correspondeu a este pensamento estratégico. Melo Antunes foi quem melhor o explicitou e foi o seu principal artífice.

Passados anos sobre o fim do império, quando já se tornou insustentável argumentar contra a descolonização inevitável, as vozes nostálgicas do passado colonial mudaram de discurso. Passou a ser corrente ler-se e ouvir-se “eu até concordo com a descolonização, mas devia ter sido feita de outra maneira”. Para além de nunca adiantarem qual essa outra maneira, é uma afirmação carregada de contradições e equívocos. Deixam implícito o entendimento da descolonização como uma iniciativa protagonizada pelo colonizador. E não têm em conta que, estando colonização e descolonização intimamente ligadas, a descolonização só poderia ter sido diferente se diferente tivesse sido a colonização, se não tivesse havido uma exploração desenfreada, se não assentasse em profundas distorções sociais, étnicas e culturais, se não se fundasse num sistema por natureza violento, se não tivesse degenerado numa guerra colonial. Teria sido possível uma boa descolonização se tivesse havido uma boa colonização. Só que “boa colonização” é um oxímoro, associação de dois conceitos contraditórios e inconciliáveis. Como muito bem disse Melo Antunes, não há boas descolonizações porque nunca houve boas colonizações.

Um processo com esta complexidade, marcado por uma sucessão de roturas radicais, teria de arrastar um profundo impacto social. O qual deve ser registado em dois ângulos distintos, nas colónias e em Portugal.

Nas colónias foi o culminar de um longo período de sujeição e humilhação, de resistência à invasão, à ocupação, à escravatura, à migração forçada, à desapropriação

das terras, à alienação cultural, ao recrutamento compulsivo de mão-de-obra, ao “imposto de palhota”, à colonização. Mas também de cisões internas, de traições e alianças espúrias, feridas que se prolongaram e afetaram as fases da transferência do poder, da independência e da consolidação da identidade nacional. Perduram, ainda, nos novos países independentes, contradições que radicam no passado colonial e na descolonização. A euforia da libertação processou-se em paralelo com a angústia por uma violência que persistia, por ódios que minavam e atrasavam a desejada pacificação. E houve o impacto social decorrente de bruscas roturas na sociedade com a saída maciça dos colonos, nomeadamente nos meios urbanos mais dependentes da sua presença, o encerramento de estruturas produtivas, a carência de quadros e de mão-de-obra qualificada, o esvaziamento de serviços básicos da educação, da saúde, das comunicações e transportes, dos circuitos de distribuição, das redes de abastecimento de água e de energia. E foi difícil a adaptação a novas cooperações com culturas, hábitos, valores muito diferentes e que resultaram em rotundos fracassos.

Em Portugal o impacto social resultante da descolonização terá sido menos traumatizante, até porque se inscreveu num impacto mais amplo que foi o do 25 de Abril, do fim da ditadura, de um processo revolucionário libertador, mas em que se confrontaram projetos conflitantes. Psicologicamente deixou marcas, o despertar para o fim do império, o ruir de mitos que dominaram o imaginário de gerações, o regresso dos fantasmas da inviabilidade de Portugal reduzido às suas fronteiras europeias. O que foi compensado com o fim de uma guerra desgastante e que atingia a generalidade das famílias, com o regresso dos militares e o fim da ameaça da inevitável mobilização que, há mais de uma década, pairava sobre a juventude ao entrar na idade adulta.

O problema dos retornados produziu, provavelmente, o maior impacto social. A designação não é rigorosa, porque parte significativa dos que deixaram as colónias nem era originária da metrópole, muitos eram mesmo de origem africana e outros vinham com ideia de uma estadia temporária. Seria mais apropriado designá-los por refugiados. Afinal era uma mescla de refugiados e retornados que, inicialmente, se acolheram à proteção do Estado mas que, com o tempo, até porque as condições nos novos Estados independentes tardavam a tornar convidativo o regresso, se foram integrando na sociedade portuguesa. Foram centenas de milhares, inicialmente cerca de meio milhão, vindos na grande maioria de Angola e Moçambique, mas que foram aumentando. Portugal soube resolver com notável capacidade de resposta este desafio, melhor do que

outras potências coloniais com mais recursos, com situações nas metrópoles menos perturbadas, e que acolheram menores percentagens face à população total.

Foi uma situação complexa, alguns dos retornados reforçaram as fileiras da contrarrevolução, mas o impacto social acabou por ser menos grave do que de início se receava, porque a maioria fora uma emigração relativamente recente, de primeira ou segunda geração, tinham raízes familiares em Portugal e acabaram por ser facilmente absorvidos e integrados. E houve até reflexos positivos dessa integração. Os mais jovens distinguiam-se por uma escolaridade superior à média nacional, tinham adquirido um apreciável espírito de iniciativa, estavam habituados a enfrentar desafios. Passado pouco tempo já participavam ativamente na vida económica, social e cultural, nomeadamente no ensino e no pequeno comércio e até na vida política nacional e local.

A própria vaga de refugiados africanos, que foi engrossando em paralelo com a massiva emigração do resto de África, do Brasil, da Ásia e da Europa central e de leste, tornaram-se comunidades destacadas na sociedade portuguesa, na qual facilmente se integraram vindo muitos, progressivamente, a adquirir a nacionalidade portuguesa. Com o regresso das caravelas como, apropriadamente, João Paulo Guerra se referiu ao fim do ciclo africano do império, os portugueses não regressavam sós. E vinham bem acompanhados porque, afinal, todos vieram a contribuir para transformar, radicalmente, a realidade portuguesa.

As contribuições mais positivas e de maior impacto social, quer em Portugal quer nos países africanos de expressão oficial portuguesa, resultado da forma aberta e despida de obscuros projetos neocoloniais com que a parte portuguesa participou no processo de descolonização a partir do 25 de Abril, foram os alicerces que lançou para a cooperação futura. As exemplares relações de hoje com os PALOP e com a CPLP, assentam diretamente nesses alicerces. Se a guerra se tivesse prolongado, com uma provável sucessão de derrotas militares para Portugal, as condições em que as colónias chegariam às inevitáveis independências seriam muito diferentes, sem qualquer participação portuguesa. A cordialidade e as mútuas vantagens das relações privilegiadas entre Portugal e os países que tinham sido suas colónias, levaria muito mais tempo a recuperar-se.

Outra contribuição positiva de grande alcance foi a assunção, por vontade própria dos povos das antigas colónias, da língua portuguesa, da qual são hoje intérpretes destacados, com pujante divulgação e enriquecimento semântico.

O saldo final do processo de descolonização não pode limitar-se à avaliação dos custos, que foram dramáticos, para a geração que enfrentou a transferência do poder. Projetou-se no futuro que se seguiu. Sem se querer ir mais longe, não poderá deixar de se lhe associar a excelência das atuais relações e o prestígio de que Portugal goza junto dos países que foram suas colónias, os reflexos que a descolonização das colónias portuguesas da África Austral tiveram na abreviação da independência do Zimbábwe, da independência da Namíbia e do fim do *apartheid* na África do Sul. As independências das colónias portuguesas na África Austral foram momentos de rotura com uma projeção geopolítica regional e global, transcendente. O quadro geopolítico mudou radicalmente.

Hoje Angola e Moçambique já se contam entre os principais destinos da emigração portuguesa. Repete-se o fenómeno da emigração para o Brasil depois da independência. A propósito é oportuno lembrar Alexandre Herculano que terá afirmado “A nossa melhor colónia é o Brasil, desde que deixou de ser nossa colónia.” (M’ Bokolo, p. 319)

* * *

São de teor diferente as muito breves conclusões em relação à transferência da soberania nas colónias do extremo oriente.

Com a descolonização asiática que se seguira à Segunda Guerra Mundial o Estado da Índia, Macau e Timor passaram a ser pequenos enclaves coloniais em grandes potências regionais, Índia, China e Indonésia, membros destacados no chamado Terceiro Mundo e no Movimento dos Países Não-Alinhados.

Com as perspectivas das independências das colónias portuguesas em África, que se desenharam depois do 25 de Abril, face às influências e ambições dos colossos vizinhos, a especificidade de cada um dos territórios do extremo oriente seria decisiva para o caminho próprio que cada um deles acabaria por seguir.

As possessões da Índia já tinham sido anexadas unilateralmente pelo vizinho indiano na sequência da invasão de 1961, anexação que Portugal viria a reconhecer diplomaticamente, depois de 1974.

Macau, que fora sempre um caso atípico do colonialismo português tolerado pelo gigante chinês, foi pacificamente integrado na China por negociação bilateral, passando a gozar de um estatuto especial.

Timor-Leste esteve prestes a ter o mesmo destino de Goa Damão e Diu com a invasão indonésia em 1975. Não o teve porque o povo timorense resistiu ao invasor e,

enfrentando inenarráveis sacrifícios, conquistou o direito a ter o seu Estado independente.

* * *

Angola, o estudo de caso que inserimos neste trabalho, foi um exemplo notável de síntese de todos os traços da complexidade da colonização e descolonização das colônias portuguesas no continente africano. Para alguns constitui, mesmo, um caso paradigmático da história das descolonizações do século XX. A sua história é a de uma resistência continuada, quer no período pré-colonial quer no período colonial. E o seu percurso, desde o despertar proto-nacionalista, passando pela luta contra a dominação colonial, pela transição para a transferência do poder, até à independência e, por fim à consolidação da identidade nacional, cumpriu, rigorosamente, o faseamento de um processo de descolonização. Angola foi pioneira na dinâmica da descolonização das colônias portuguesas em África, na tomada de consciência proto-nacionalista, na organização para a luta de libertação, na passagem ao patamar da luta armada.

As suas potencialidades torná-la-iam a joia da coroa do império português em África, a colónia que Portugal tentou preservar a todo o custo, mas que também foi alvo da cobiça de outras potências coloniais e objeto de projetos neocoloniais, nomeadamente de uma independência declarada pela minoria branca.

Joa da coroa, fraturas graves no movimento nacionalista com três movimentos de libertação em conflito entre si, o mito da guerra colonial ganha em Angola, a particularidade do enclave de Cabinda suscitador de dinâmicas cisionistas internas e irredentistas nos países vizinhos, conspirações visando a independência declarada pela minoria branca, intervenções armadas externas fomentadas pelo quadro geopolítico global da guerra-fria e por um quadro geopolítico regional dominado pelo sistema do *apartheid* implantado na África Austral, foram fatores que se conjugaram para fazer de Angola o rubicão da descolonização nas colônias africanas, ou seja, o caso mais complexo, mais problemático, mais perturbado e mais violento.

A resistência dos povos de Angola e a descolonização seriam caracterizadas por uma violência permanente, resposta à violência permanente da ocupação, da colonização e das ambições neocoloniais.

Na época recente, pós-Segunda Guerra Mundial, a descolonização de Angola seria decisivamente marcada, como as restantes colônias portuguesas de África, pela guerra colonial (1961-1974), patamar armado da luta de libertação que a intransigência da ditadura salazarista impusera. Foi em Angola que se iniciou a guerra colonial que iria

afetar, de forma determinante e incontornável, a fase da transferência do poder, a única em que Portugal participou como parceiro no processo de descolonização.

A transferência do poder em Angola registou uma sequência de momentos decisivos até chegar ao momento culminante da independência. Para além dos momentos comuns a todas as colónias, e que já apontámos, o caso específico do processo angolano também teve as suas datas decisivas:

- em 14 de Junho de 1974 Angola regista o primeiro fato relevante e importante para a transferência do poder; foi o dia da assinatura de um acordo de cessação das hostilidades entre Portugal e a UNITA, o primeiro em todas as colónias portuguesas e que reconheceu à UNITA o estatuto de movimento de libertação que, até então, lhe era negado pelos outros movimentos e pela OUA;
- o segundo marco no processo angolano verificou-se a 17 de Julho de 1974, quando o MFA local forçou a Junta de Salvação Nacional a demitir o governador-geral Silvino Silvério Marques, nomeado já depois do 25 de Abril; a sua substituição por Rosa Coutinho, em 24 de Julho, deu um forte contributo para o reforço do papel do MFA em Angola e acelerou o processo de descolonização;
- em 12 de Outubro, em Kinshasa, Portugal e a FNLA negociavam com sucesso a cessação das hostilidades; foi a terceira data assinalável;
- seguiu-se o acordo de tréguas entre Portugal e o MPLA no Lunhamege, em 21 de Outubro, data a partir da qual Angola estava formalmente em paz ao fim de mais de 13 anos de guerra colonial; era o quarto momento marcante;
- no dia 15 de Janeiro de 1975 foi assinado o Acordo do Alvor, quadripartido, entre Portugal e os três movimentos de libertação, FNLA, MPLA e UNITA; era o quinto momento decisivo;
- em 22 de Agosto de 1975 o presidente da República Portuguesa suspende parcialmente o Acordo do Alvor, através do decreto-lei 458/A-75; foi a formalização de uma situação de facto, em que se reacendera a guerra civil, Angola era alvo de intervenções armadas externas, estavam paralisadas as estruturas governativas e inoperantes as Forças Militares Mistas, estava inviabilizada a transferência do poder nos termos estabelecidos no Alvor; a sexta data saliente tinha um sinal profundamente negativo;
- por último, obviamente, o 11 de Novembro de 1975, data da independência em que cessaria a soberania portuguesa e a mesma seria transferida para os

angolanos; a sétima data decisiva era também definitiva para a parte portuguesa, mas estava muito longe de o ser para os angolanos.

A persistência da violência, que caracterizou todo o processo de descolonização de Angola – que nesse aspeto não constituiu exceção – atingiria a maior gravidade na fase da transferência do poder e na fase posterior à independência. O pico da violência ocorreria depois dos Acordos de Paz de Bicesse, de Maio de 1991, que tinham sido assinados com o duplo objetivo da obtenção da paz interna e do estabelecimento de um regime democrático assente no sufrágio livre, direto e pluralista. As eleições de Setembro de 1992, declaradas pela ONU livres e justas estiveram na base do renascimento da guerra civil que alastrou a todo o país e se prolongou até 2002.

Os sucessivos acordos de paz celebrados, para a independência no Alvor (1975), para pôr termo à guerra civil em Bicesse (1991) e para recuperação deste último em Lusaka (1994), redundaram sempre em rotundos fracassos dando lugar a patamares de violência superiores aos precedentes. Estes últimos, conduzidos sob a égide da ONU, não contaram com o empenhamento a que se tinha obrigado no sentido de impedir o regresso à guerra. O papel da ONU e das grandes potências em África, e em Angola muito em especial, foi sempre dominado pela ligeireza, pela conveniência e pela hipocrisia política. Realidade bem expressa na frieza das palavras do secretário de estado adjunto norte-americano Herman Cohen, a propósito do fraco empenhamento face ao descarrilar do processo angolano pós-Bicesse: “A África não merece que aí se corram riscos. É um continente de interesses geopolíticos muito pequenos.”

Nenhum acordo pôs fim à guerra em Angola. Depois de mais sete anos de encontros e desencontros, de as Forças Armadas Angolanas terem recuperado o controlo de todos os centros urbanos e da totalidade do território nacional, de o presidente da UNITA, com o que restava das suas tropas, ter efetuado a sua segunda longa marcha, errante, a paz tardava. Estava escrito que a guerra só terminaria pela ação das armas. Em 22 de Fevereiro de 2002 Savimbi morria em combate com as Forças Armadas Angolanas no leste de Angola, perto da região que tinha sido a sua zona de refúgio na guerra colonial. A guerra em Angola terminava.

As últimas quatro décadas de guerra persistente culminaram séculos de resistência, que se tinha manifestado das mais diversas formas, muitas vezes armada. Depois de 1961 os angolanos combateram contra a potência colonial que conduziu a guerra colonial mais prolongada na África a sul do Sahara, confrontaram-se com a

maior potência regional, enfrentaram a maior superpotência global. Angola resistiu, sobreviveu, é hoje uma potência regional que tem voz no concerto das nações. As contradições internas, que são muitas, já não têm a ver com a descolonização.

A descolonização de Angola, mais do que qualquer das outras colónias africanas de Portugal, fez questão de dar, postumamente, razão a Amílcar Cabral, que tinha declarado que a etapa mais difícil viria depois da vitória sobre o colonialismo.

Mas fez também questão de confirmar que a independência não foi uma dádiva ou concessão do colonizador; foi uma muito dura, muito longa e muito sofrida, conquista do colonizado.

* * *

De tudo isto resulta uma conclusão final: o 25 de Abril ainda chegou a tempo de salvar a face e os interesses de Portugal no encerramento do ciclo do império. Apesar do sentido metafórico tem alguma razão Aristides Pereira quando diz que “Hoje ninguém tem dúvidas que Portugal foi salvo de um Diem Bien Phu graças ao 25 de Abril.”

Sem o 25 de Abril Portugal teria falhado o seu encontro com a descolonização. Sem a descolonização Portugal teria falhado o seu encontro com a liberdade.

BIBLIOGRAFIA

- ADEMAR, Carlos - *Vítor Alves o homem, o militar, o político*, Edições Parcifal, Lisboa, 2015,
- AFONSO, Aniceto - *História contemporânea de Portugal*, direção de João Medina, Ed. Multilar, Lisboa, 1988
- "A guerra colonial", *História de Portugal*, direção de João Medina, Volume XIII, Ediclube, Amadora, 1993
- *Diário da Liberdade*, Editorial Notícias/Associação 25 de Abril, Lisboa, 1995
- AFONSO, Aniceto e COSTA, Braz da - "Subsídios para a caracterização sociológica do movimento dos capitães (exército)", *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.º 15/16/17, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Maio de 1985
- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos - *Guerra colonial*, Editorial Notícias, Lisboa, 1997-1998
- *Alcora, o acordo secreto do colonialismo*, Divina Comédia, Lisboa, 2013
- AGUIAR, Luis - *Livro negro da descolonização*, Editorial Intervenção, Lisboa-Braga, 1977
- ALMEIDA, Diniz de - *Origens e evolução do movimento dos capitães*, Ed. Sociais, Lisboa, s/d
- *Ascensão, apogeu e queda do MFA* 1.º vol, Ed. Sociais, Lisboa, s/d
- AMARAL, Diogo Freitas do - *O antigo regime e a revolução, memórias políticas (1941-1975)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995
- AMORIM, F. Pacheco de - *Na hora da verdade*, Ed. do A., Coimbra, 1971
- ANDRADE, Mário Pinto de - *Origens do nacionalismo africano*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1997
- ANSTEE, Margaret Joan - "Vencer a desconfiança é um fator chave para a resolução diplomática de conflitos: lições retiradas das negociações para a paz em Angola", *Angola, transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento*, coordenação de Manuel Bravo, Hugin Editores, Lisboa, 1996
- *Órfão da guerra fria, radiografia de colapso do processo de paz angolano 1992/93*, Campo das Letras, Porto, 1997
- ANTUNES, José Freire - *Os americanos e Portugal, os anos de Richard Nixon 1969-1974*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1986
- *Guerra de África 1961-1974*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995
- *Jorge Jardim agente secreto*, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996
- ANTUNES, Melo - "A descolonização portuguesa: mitos e realidades", *História de Portugal*, direção de João Medina, Volume XIV Portugal democrático, Ediclube, Amadora, 1993
- ARON, Raymond - *Paix et guerre entre les nations*, Calmann-Lévy, Paris, 1962
- ARRIAGA, Kaulza de - "A defesa nacional portuguesa nos últimos 40 anos e no futuro", *Revista Militar* n.º 11-12, Novembro-Dezembro de 1966
- *Guerra e política*, Ed. Referendo, Amadora, 1987
- AVILLEZ, Maria João - *Soares, ditadura e revolução*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996
- BALBI, Adrien - *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, Tome Second, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, SA, Lisboa e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004
- BARRETO, João Loff - *The Timor drama, Timor News-letter*, Lisboa, 1981
- BARRENTO, António - *Olho do furacão; o fim do fim; Timor*, Fronteira do Caos, Porto, 2016

- BARROSO, Luís - *Salazar, Caetano e o reduto branco, a manobra político-diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, IESM, Lisboa, 2012
- BIRMINGHAM, David - *Frontline Nationalism in Angola & Moçambique*, Africa World Press, New Jersey, 1992
- BOTTI, Ferruccio - “Le concept de géostratégie et son application à la nation italienne dans les théories du général Durando (1846)”, *Stratégique* n.º 58, Institut de Stratégie Comparée, Paris, 2.º Trimestre 1995
- BOUTROS-GHALI, B. - *L'Organization de l'Unité Africaine*, Ed. Armand Colin, Paris, 1969
- BOXER, C. R. - *O império colonial português (1415-1825)*, Edições 70, Lisboa, 1981
- BRAGANÇA, Aquino de e WALLERSTEIN, Immanuel - *Quem é o inimigo?*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978
- BRAILLARD, Philippe e SENARCLENS, Pierre de - *O imperialismo*, Publicações Europa-América, Mem Martins
- BURCHETT, Wilfred - *Portugal depois da revolução dos capitães*, Seara Nova, Lisboa, 1975
- CAETANO, Marcello - *Tratado elementar de Direito Administrativo Vol I*, Coimbra 1944
- *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos*, Edições Ática, Lisboa, 1971
- *Depoimento*, Ed Record, Rio de Janeiro, 1974
- CALLENNEC, Sophie Le - “Idade de ouro ou crepúsculo da colonização 1910-1940”, *África Negra história e civilizações, Tomo II do século XIX aos nossos dias*, Edições Colibri, Lisboa, 2007
- CARDOSO, Silva - *Angola anatomia de uma tragédia*, Oficina do Livro, Lisboa, 2001
- CARRASCO, Carlos Antonio – *Los cubanos en Angola; bases para el estudio de una guerra olvidada (1975-1990)*, Editorial Aeronáutica, La Paz, 1997
- CARREIRA, Iko - *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996
- CARRILHO, Maria - *Democracia e defesa, sociedade política e forças armadas*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994
- CARVALHO, Otelo Saraiva de - *Alvorada em Abril*, Bertrand, Lisboa, 1977
- CASTANHEIRA, José Pedro - *Quem mandou matar Amílcar Cabral?*, Relógio d'Água Editores, Lisboa, 1995
- CASTRO, Armando - *O sistema colonial português em África*, Ed. Caminho, Lisboa, 1980
- CAYOLLA, Lourenço - *Sciencia de colonização*, Typografia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1913
- CERVELLÓ, Josep Sánchez - *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1993
- “Tribalismo e nacionalismo, UPA/FNLA” e “Dos primórdios à formação do movimento MPLA”, *Guerra colonial*, Diário de Notícias, Lisboa
- CÉSAIRE, Aimé - *Discurso sobre o colonialismo*, Cadernos para o Diálogo 2, Porto, 1971
- CHARNAY, Jean-Paul - *Essai général de stratégie*, Editions Champ Libre, Paris, 1973
- CHOMSKY, Noam - *Os Estados Unidos e Timor-Leste*, Ed. Mandrágora, Cascais, 1986
- CLAUSEWITZ, Carl Von - *Da guerra*, Perspectivas e Realidades, Lisboa, 1976
- CLEMENTE, Duran - “Descolonização – A Guiné, o 25 de Abril e o reconhecimento da sua independência”, *Conquistas da revolução*, Edições Associação Conquistas da Revolução, Lisboa, 2014

- COELHO, João Paulo Borges - African troops in the portuguese colonial army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique”, *Portuguese Studies Review* 10(1) (2002)
- COHEN, Saul Bernard - *Geografia y politica en un mundo dividido*, Ediciones Ejercito, Madrid, 1980
- CORRÊA, Elias Alexandre da Silva - *Historia de Angola*, Coleção dos Clássicos, Lisboa, 1937, Volumes I e II
- CORREIA, Pedro de Pezarat - "Portugal na hora da descolonização", in *Portugal Contemporâneo* direção de António Reis, Volume 6, Publicações Alfa, Lisboa, 1990
- *Descolonização de Angola, a joia da coroa do império português*, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1991 e Ler & Escrever, Luanda, 1991
- *Angola do Alvor a Lusaka*, Hugin, Lisboa, 1996
- “A descolonização”, *Portugal 20 anos de democracia*, coordenação António Reis, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994
- "Portugal na hora da descolonização", *Portugal contemporâneo*, direção de António Reis, Selecções do Reader's Digest, Vol 3, Lisboa, 1996
- “A participação local no desenvolvimento das campanhas; o recrutamento africano”, *Estudos sobre as campanhas de África*, Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 2000
- “Goa, mitos e equívocos”, *Revisitar Goa, Damão e Diu*, Liga dos Combatentes e Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar, Lisboa, 2010
- *Manual de geopolítica e geoestratégia*, Vol I e II, Almedina, Coimbra, 2010
- COSTA, António Augusto da - *A guerrilha e o caos militar colonial*, Lisboa, 1971
- COSTA, João Paulo - *Portugal no mundo* (direção de Luís de Albuquerque) Volume IV, Publicações Alfa, Lisboa, 1989
- COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), RODRIGUES, José Damião e OLIVEIRA, Pedro Aires - *História da expansão e do império português*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2014
- COSTA, Jorge, FAZENDA, Luís, HONÓRIO, Cecília, LOUÇÂ, Francisco E ROSAS, Fernando - *Os donos de Portugal*, Edições Afrontamento, Porto, 2010
- COSTA, Mário - *É o inimigo que fala, subsídios inéditos para o estudo da campanha da África Oriental 1914-1918*, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1932
- COUTO, Mia - *Interinvenções*, Caminho, Lisboa, 2013
- “Rir em Abril, dançar em Junho”, *Le monde diplomatique* (edição portuguesa), Cooperativa Outro Modo, Lisboa, Abril de 2004
- CRESPO, Manuel Pereira - *Porque perdemos a guerra*, Edições Abril, Lisboa, 1977
- CROCKER, Chester A. - *High noon in Southern Africa, making peace in a rough neighborhood*, W. W. Norton & Company, New York-London, s/d
- CRUZ, Carlos Benigno da - *S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência*, Moraes, Lisboa, 1975
- CRUZ, Pompílio da - *Angola os vivos e os mortos*, Intervenção, Lisboa, 1976
- CRUZEIRO, Maria Manuela - *Costa Gomes o último marechal*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998
- *Melo Antunes o sonhador pragmático*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004
- CUNHA, Silva e - *O ultramar a nação e o 25 de Abril*, Atlântica Editora, Coimbra, 1977
- DACOSTA, Fernando - “Os retornados”, *História de Portugal*, direção de João Medina, Vol XIV Portugal democrático, Ediclube, Amadora, 1993
- DAVIDSON, Basil - *As ilhas afortunadas*, Caminho, Lisboa, 1988

- DÉFARGES, Philippe Moreau - *Introduction à la géopolitique*, Éditions du Seuil, Paris, 1994
- DELGADO, Humberto - *Memórias de Humberto Delgado*, Coordenação de Iva Delgado e António Figueiredo, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1991
- DESCHAMPS, Hubert - *La fin des empires coloniaux*, Presses Universitaires de France, Paris, 1950
- DHADA, Mustafah - *O massacre português de Wiriamu, Moçambique, 1972*, Tinta da China, Lisboa, 2016
- DUARTE, Jorge Barros - *Ainda Timor*, Gatimor, Lisboa, 1981
- DUNN, James - *Timor, a people betrayed*, The Jacaranda Press, Australia, 1983
- ENDERS, Arnelle - *História da África lusófona*, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1999
- FANON, Frantz - *Os condenados da terra*, Editora Ulisseia, Lisboa, s/d
- FERNANDES, João - “A primavera marcelista”, *Marcello Caetano, Angola e o 25 de Abril*, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1995
- FERREIRA, Hugo Gil and MARSHALL, Michael W. - *Portugal's revolution: ten years on*, Ed. Cambridge University Press, Cambridge, 1986
- FERREIRA, José Medeiros - *O comportamento político dos militares, forças armadas e regimes políticos em Portugal no sec XX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992
- “A descolonização: seu processo e consequências”, *História de Portugal* Oitavo Volume, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993
- FERRO, Marc - *História das colonizações, das conquistas às independências, sécs. XIII a XX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996
- FIGUEIREDO, António de - *Memórias de Humberto Delgado*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1991
- FONTETTE, François de - *O racismo*, Livraria Bertrand, Amadora, 1976
- FOUBERT, Charles - *Portugal 1974-75 les armes de l'espoir*, IDOC, Paris, 1975
- FOUCAULT, Michel - *História da sexualidade I, a vontade de saber*, Relógio d'Água Editores, Lisboa, 1994
- FREIRE, João - *A colonização portuguesa da Guiné (1880- 1960)*, Comissão Cultural de Marinha, Lisboa, 2017
- FREYRE, Gilberto - *Um brasileiro em terras portuguesas*, Edições Livros do Brasil, Lisboa, 1954
- *Casa grande e senzala*, Edições Livros do Brasil, 1957
- FREITAS, Amadeu José, *Angola o longo caminho da liberdade*, Moraes Editores, Lisboa, 1975
- GALTUNG, Johan - *60 speeches on war and peace*, International Peace Research Institute of Oslo (PRIO), Oslo, 1990
- GAMITO, A. C. P. - *O muata Cazembe e os povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral*, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1937
- GLEIJESES, Piero - *Missões em conflito, Havana, Washington e África 1959-1976*, Editorial Caminho, Lisboa, 2004
- GOLIAS, Jorge Sales - *A descolonização da Guiné-Bissau e o movimento dos capitães*, Edições Colibri, Lisboa, 2016
- GRIMAL, Henri - *La decolonisation 1919-1963*, Librairie Armand Colin, Paris, 1965
- GRIMBERG, Carl - *História universal* Vol. 20, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1969
- GUERRA, Henrique - *Angola estrutura económica e classes sociais*, Edições ASA, Rio Tinto, 1988

- GUERRA, João Paulo - *Os flechas atacam de novo*, Ed. Caminho, Lisboa, 1988
 - *Memória das guerras coloniais*, Edições Afrontamento, Porto, 1994
 - *Descolonização portuguesa, o regresso das caravelas*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996 e 2009
- GUEVARA, Ernesto “Che” - *Congo o sonho africano*, Edições ASA, Porto, 2001
- HASTINGS, Adrian (Pde.) - *Wiryamu*, Edições Afrontamento, Porto, 1974
- HEIMER, Franz Wilhelm - *O processo de descolonização em Angola 1974-76*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980
- HOBBSAWM, Eric - *A era dos extremos, história breve do século XX 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa 1998
- IGNATIEV, O. - *Uma arma secreta em África*, Ed. Progresso, Moscovo, 1981
- JARDIM, Jorge - *Moçambique terra queimada*, Ed. Intervenção, Lisboa, 1976
- JOLLIFFE, Jill - *East Timor: nationalism and colonialism*, University of Queensland Press, Queensland (Australia), 1978
- JOHNSON, Phyllis and MARTIN, David - *The struggle for Zimbabwe*, Zimbabwe Publishing House, Harare, 1981
 - *Frontline Southern Africa destrutive engagement*, Four Walls Eight Windows, New York, 1988
 - *Apartheid terrorism*, Indiana, London, 1989
- JÚNIOR, Miguel e DIFUILA, Manuel Maria (Coordenadores) - *História militar de Angola*, Mayamba Editora, Luanda, 2015
- KALDOR, Mary - *New & old wars – organized violence in a global era*, Polity Press, Cambridge, 1999
- KAPUSCINSKI, Ryszard - *Another day of life*, Picador, London, 1988
- KENNEDY, Paul - *Ascensão e queda das grandes potências Vol. I*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1990
- KISSINGER, Henry - *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa, 1996
- KJELLÉN, Rudolf - *Der Stasst als lebensform*, Berlim, Kurt Vowinckel, 1923
- KOHEN, Arnold and TAYLOR, John - *An act of genocide: Indonesia's invasion of East Timor*, Tapol (UK), London, 1979
- KUNTZ, Joelle - *Les fuzils et les urnes*, Ed. Denoel, Paris, 1975
- LARA, Lúcio - *Um amplo movimento...*, Edição Lúcio e Ruth Lara, Luanda, 1997
- LARA, Paulo - “Balombo, 5 Outubro 1975/2015, a primeira vitória sobre as forças sul-africanas”, *Novo Jornal*, Luanda, 9 de Outubro de 2015
- LAURENT, Frédéric - *L'orchestre noir*, Ed. Stock, Paris, 1978
- LEAL, Cunha - *O colonialismo dos anticolonialistas*, Edição do autor, Lisboa, 1961
 - *A gadanha da morte*, Edição do autor, Lisboa, 1961
 - *A Pátria em perigo*, Edição do autor, Lisboa, 1962
 - *Cântaro que vai à fonte*, Edição do autor, Lisboa, 1963
 - *Ilusões macabras*, Edição do autor, Lisboa, 1964
 - *Textos antológicos de Cunha Leal*, Edições Cosmos, Lisboa, 1991
- LEANDRO, Garcia - *Macau nos anos da revolução portuguesa 1974-1979*, Gradiva, Lisboa, 2011
- LEME, Mário Matos e - *O 25 de Abril uma síntese uma perspectiva*, Ed. Notícias, Lisboa, 1986
- LEMOS, Viana de - *Duas crises*, Nova Gente Limitada, Lisboa, 1977
- LIGNE, Arthur - *Angola em chamas*, Ed. Literal, Queluz, 1977
- LOPES, Carlos - *A transição histórica na Guiné-Bissau*, Ed. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Bissau, 1987
- LOPES, José Vicente - *A explicação do mundo*, Spleen Edições, Cidade da Praia, 2004

- *Aristides Pereira, minha vida nossa história*, Spleen Edições, Cidade da Praia, 2012
- *Cabo Verde, as causas da independência*, Spleen Edições, Cidade da Praia, 2012
- LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira e COSTA, Jorge - *Os burgueses*, Bertrand Editora, Lisboa, 2014
- LOURENÇO, Eduardo - *Os militares e o poder*, Arcádia, Lisboa, 1975
- *O fascismo nunca existiu*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1976
- LUCCHAIRE, François - *Droit d'outre-mer*, Presses Universitaires de France, Paris, 1959
- M'BOKOLO, Elikia - *África Negra história e civilizações, Tomo II do século XIX aos nossos dias*, Edições Colibri, Lisboa, 2007
- MACQUEEN, Norrie - *The decolonization of Portuguese Africa*, Longman, London and New York, 1997
- MAGALHÃES, António Barbedo de - *Timor-Leste, mensagem aos vivos*, Limiar, Porto, 1983
- *Timor-Leste, interesses internacionais e actores locais*, Edições Afrontamento, Porto, 2007
- MAGALHÃES, José Calvet de - *Portugal e as Nações Unidas, a questão colonial (1955-1974)*, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Lisboa, 1996
- MAIER, Karl - *Angola, promises and lies*, Serif, London, 1996
- MAILLARD, Olivier - *La trahison du silence*, "Frères du Monde" n.º 48, Bordeaux, 1967
- MANDELA, Nelson - *Um longo caminho para a liberdade*, Planeta Manuscrito, Lisboa, 2012
- MARCUM, John - "Lessons of Angola", *Foreign Affairs* n.º 3, Washington, April 1976
- MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*, Palas Editores, Lisboa, 1974
- MARQUES, Alexandra - *Segredos da descolonização de Angola*, D. Quixote, Lisboa, 2013
- MARQUES, Silvino Silvério - *Portugal e agora?*, Ed. do Templo, Lisboa, 1978
- *Marcello Caetano - Angola e o 25 de Abril*, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1995
- MARTELO, David - *As mágoas do império*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1998
- *A espada de dois gumes*, Europa-América, Mem Martins, 1999
- *A imprevidência estratégica de Salazar*, Edições Sílabo, Lisboa, 2015
- MARTINS, Ferreira - *História do Exército Português*, Editorial Inquérito Limitada, Lisboa, 1945
- MATOS, Leonor Correia de - "Os problemas de fronteiras em Angola e Moçambique", *Portugal no Mundo* Volume 6, Direção de Luís Albuquerque, Publicações Alfa, Lisboa, 1989
- MEDEIROS, Carlos Alberto - "A população portuguesa ao longo de dois séculos (1790-1990)", *História de Portugal* Vol XV Adenda, direção de João Medina, Ediclube, Amadora, 1993
- MELO, Manuel José Homem de - *Portugal, o ultramar e o futuro*, Edição do autor, Lisboa, 1962
- MENDES, Carmen Amado - *As negociações de Macau 1986-1999*, Centro Científico e Cultural de Macau, Lisboa, 2016
- MENESES, Maria Paula, ROSA, Celso Braga e MARTINS, Bruno Sena - "Estilhaços do Exercício Alcora: o epílogo dos sonhos coloniais", *As guerras de libertação e os sonhos coloniais, alianças secretas, mapas imaginados*, Almedina, Coimbra, 2013
- MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena - "O Exercício Alcora no jogo das alianças secretas", *As guerras de libertação e os sonhos coloniais, alianças secretas, mapas imaginados*, Almedina, Coimbra, 2013

MESQUITELA, Clotilde - *Moçambique, 7 de Setembro*, Ed. A Rua, Lisboa, 1977

MONTECH, Alain - *Le poids des militaires portugais dans l'agencement politique et institutionnel de 1974 a 1982*, Ed. Centre d'Études et Recherches sur l'Armée, Université de Toulouse I, Toulouse

MONTEIRO, Cáceres - *Angola um país de vida ou de morte*, Ed. O Jornal, Lisboa, 1995

MORAIS, Carlos Alexandre - *A queda da Índia Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1995

MORAIS, Carlos Blanco de - *O direito à autodeterminação dos povos, o estatuto jurídico do Enclave de Cabinda*, Edições da Universidade Lusíada, Lisboa, 1998

MOREIRA, Adriano - *O drama de Timor, Intervenção*, Lisboa, 1977

NETO, Maria Eugénia e NETO, Irene (coordenadores) - *Agostinho Neto e a Libertação de Angola (1949-1974)*, Arquivos da PIDE-DGS, Fundação Dr. Agostinho Neto, Luanda, 2011

NETO, Sérgio - *Colónia mártir colónia modelo*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009

NEVES, Fernando - *As colónias portuguesas e o seu futuro*, Ed. Etc., Paris, 1974

N/N – *Portugal, dez anos de política de cooperação*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1995

N/N - *Cooperação técnico-militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Relatório de Actividades 1994*, Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 1995

NOGUEIRA, Franco - *As Nações Unidas e Portugal*, Ática, Lisboa, 1962

- *História de Portugal*, Edição Monumental II suplemento, Livraria Civilização, Porto, 1981

OLIVEIRA, Cesar - *Portugal, dos quatro cantos do mundo à Europa, a descolonização (1974-1976)*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996

OLIVEIRA, Pedro Aires de - “O ciclo africano”, *História da expansão e do império português*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2014

PACHECO, Carlos - *MPLA um nascimento polémico*, Vega, Lisboa, 1997

PAREDES, Margarida - *Combater duas vezes, mulheres na luta armada em Angola*, Verso da História, Vila do Conde, 2015

PÉLISSIER, René - *História das campanhas de Angola, resistência e revoltas, 1845-1941*, 2.^a Edição, Editorial Estampa, Lisboa, 1997

- *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, Editorial Estampa, Lisboa, 2006

PEPETELA - *Mayombe*, Edições 70, Lisboa, 1981

- *A geração da utopia*, Dom Quixote, Lisboa, 1992

PIMENTA, Fernando Tavares - *Branços de Angola, autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*, Minerva, Coimbra, 2005

- *Angola, os brancos e a independência*, Edições Afrontamento, Porto, 2008

- “O nacionalismo euro-africano em Angola”, *Descolonização, Volume 2 A luta pela libertação*, Verso da História, Vila do Conde, 2015

PIMENTEL, João Sarmiento - *Memórias do capitão*, Editorial Inova, Porto, 1974

PINTO, Alberto de Oliveira - *Cabinda e as construções da sua história 1783-1887*, Dinalivro, Lisboa, 2006

PIRES, Mário Lemos - *Descolonização de Timor: missão impossível*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1991

- *Relatório do governo de Timor (13 de Novembro de 1974 a 7 de Dezembro de 1975)*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1981

PUNA, Miguel Maria N'Zau - *Mal me querem*, Papiro Editora, Porto, 2011

QUEIROZ, Artur - *Angola a via agreste da liberdade*, Ulmeiro, Lisboa, 1978

RELA, José Manuel Zenha - *Angola, entre o presente e o futuro*, Escher e Agropromotora, Lisboa, 1992

RETBOLL, Torben - *East Timor, Indonesia and the western democracies*, Iwgia Document, Copenhagen, 1980

REZOLA, Maria Inácia - *Melo Antunes uma biografia política*, Âncora Editora, Lisboa, 2012

RISCADO, Francisco A. e outros - *Relatório da comissão de análise do processo de descolonização de Timor*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1981

ROBERTS, Adam - "The Crisis in Peacekeeping", *Nação e Defesa* n.º 71, Jul-Set 1994, IDN, Lisboa

ROCHA, Edmundo - *Angola, contribuição ao estudo da génese do nacionalismo angolano (período de 1950 a 1964)*, Dinalivro, Lisboa, 2009

RODRIGUES, Avelino, BORGA, Cesário e CARDOSO, Mário - *O movimento dos capitães e o 25 de Abril*, Planeta Manuscrito, Lisboa, 2014

- *Portugal depois de Abril*, Editor António Reis, Lisboa, 1976

- *Abril nos quartéis de Novembro*, Bertrand, Lisboa, 1979

SÁ, Tiago Moreira de - *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2011

SÁ, Victor de - *Repensar Portugal*, Horizonte, Lisboa, 1977

SANTOS, António de Almeida - *15 meses no governo ao serviço da descolonização*, Ed. ASA, Porto, 1975

- *Por favor preocupem-se!* - Editorial Notícias, Lisboa, 1998

- *Quase memórias* - Casa das Letras, Lisboa, 2006

SANTOS, Boaventura de Sousa - "Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade", *Novos Estudos*, N.º 66, Centro Brasileiro de Análise e Planeamento, São Paulo, Julho de 2003

SANTOS, Boaventura de Sousa, CRUZEIRO, Maria Manuela e COIMBRA, Maria Natércia - *O pulsar da revolução, cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*, Edições Afrontamento/Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, Porto, 1997

SARAIVA, José Hermano - *História de Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, 1983

SAVIMBI, Jonas - *Angola, a resistência em busca de uma nova nação*, Ed. A.P.R., Lisboa, 1979

SELVAGEM, Carlos - *Portugal Militar*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1931

SEMEDO, Fernando e GUERRA, João Paulo - *Operação África*, Ed Caminho, Lisboa, 1984

SEMPRUN, Jaime - *La guerre sociale au Portugal*, Éditions Champ Libre, Paris, 1975

SERRÃO, Veríssimo - "Marcello Caetano, confidências no exílio", *Diário de Notícias - Cultura*, 24 de Fevereiro de 1985

- *História de Portugal*, Ed. Verbo, Lisboa, 1986

SILVA, Pedro, ESTEVES, Francisco e MOREIRA Valdemar - *Angola, comandos especiais contra os cubanos*, Braga Editores, Braga-Lisboa, 1987

SILVA, Rui Ferreira da - "As colónias: da visão imperial à política integracionista", *Portugal contemporâneo* Vol IV, Publicações Alfa, Lisboa, 1990

- "No II Congresso da União Nacional, racismo e colonização étnica em Angola", *História* n.º 9, Edipresse/Projornal, Lisboa, Junho 1995

SILVA, Taborda e - "Política, segurança e defesa do Estado Português da Índia", *Revisitar Goa, Damão e Diu*, Liga dos Combatentes e Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar, Lisboa, 2010

- SIMÕES, Mónica Rafael - *A agenda perdida da reconstrução pós-bélica: o caso de Timor-Leste*, Quarteto, Coimbra, 2001
- SINGHAM, A. W. e HUNE, Shirley - “Não-Alinhados, um marco na história contemporânea”, *Cadernos do Terceiro Mundo*, n.º 92, Tricontinental, Lisboa, Ago 1986
- SMITH, Rupert - *A utilidade da força, a arte da guerra no mundo moderno*, Edições 70, Lisboa, 2008
- SOARES, Mário - *Portugal amordaçado*, Ed. Arcádia, Lisboa, 1974
- *Democratização e descolonização*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1975
- *Portugal que revolução? Diálogo com Dominique Pouchin*, Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1976
- SOTTO-MAIOR, R. - *A história de uma traição*, Ed. Alvorada, Luanda, 1985
- SOUSA, Marcelo Rebelo de - *Crónicas da revolução*, Edições Tenacitas, Coimbra, 2005
- SOUSA, Valdemiro - *Angola a guerra e o crime*, Ed. Formação, Lisboa, 1976
- SOUSA, Vinício de - *Racismo, opressão dos povos*, Arcádia, Lisboa, 1975
- SOUTO, Amélia Neves de - “Relações entre Portugal, África do Sul e Rodésia do Sul e o Exercício Alcora: elementos fundamentais na estratégia da condução da guerra, 1960-1974”, *As guerras de libertação e os sonhos coloniais, alianças secretas, mapas imaginados*, Almedina, Coimbra, 2013
- SPÍNOLA, António de - *Portugal e o futuro*, Ed. Arcádia, Lisboa, 1974
- *Ao serviço de Portugal*, Ed. Ática/Bertrand, Lisboa, 1976
- *Pais sem rumo*, Ed. SCIRE, Lisboa, 1978
- STOCKER, Maria Manuel - *Xequemate a Goa*, Temas e Debates, Lisboa, 2005
- STOCKWELL, John - *A CIA contra Angola*, Ulmeiro, Lisboa, 1979
- TAYLOR, John G. - *The indonesian occupation of East Timor 1974-1989, a chronology*, CIIR, London, 1990
- TELES, Patrícia Galvão - “A autodeterminação em Timor Leste: dos acordos de Nova Iorque à consulta popular de 30 de Agosto de 1999”, *Documentação e direito comparado*, n.º duplo 79/80, Ministério da Justiça, Lisboa, 1999
- THOMAZ, Luis Filipe F. R. - *O problema político de Timor*, Ed. Pax, Braga, 1975
- *Timor, autópsia de uma tragédia*, Ed. Autor, Lisboa, 1977
- URNOV, A. - *África do Sul contra África*, Ed. Progresso, Moscovo, 1982
- VALENÇA, Fernando - *As forças armadas e as crises nacionais, a abrilada de 1961*, Publicações Europa-América, Mem Martins
- Vários - *A descolonização portuguesa*, Grupo de Pesquisa sobre a Descolonização Portuguesa, Instituto Democracia e Liberdade, Lisboa, 1979
- *Os retornados, um estudo sociográfico*, IED, Lisboa, 1984
- *Conflictos, tensiones...*, IEPALA, Madrid, 1988
- *História contemporânea de Portugal*, direção de João Medina, Ed. Multilar, Lisboa, 1988
- *História de Portugal*, direção de João Medina, Volume XIII, Ediclube, Amadora, 1993
- *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1996
- “Portugal 1974 - 1984, dez anos de transformação social”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.º 15/16/17, Coimbra, Maio 1985
- *Portugal no Mundo*, direção de Luís de Albuquerque, Publicações Alfa, Lisboa, 1989
- *Portugal 20 anos de democracia*, coordenação António Reis, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994

- *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)* 1.º e 2.º volumes, EME, Lisboa, 1988
- *Seminário 25 de Abril 10 anos depois*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984
- *3.º Congresso da Oposição Democrática Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973*, Ed. Seara Nova, Lisboa, 1973 e 1974
- *História de Portugal* (direção de José Mattoso) Terceiro, Quarto e Quinto Volumes, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993
- *Revisitar Goa, Damão e Diu*, Liga dos Combatentes e Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar, Lisboa, 2010
- *O fracasso da Operação Savannah, Angola 1975*, organização de Miguel Junior, Mayamba Editora, Luanda, 2011
- *A batalha de Kifangondo 1975*, organização de Miguel Junior, Mayamba Editora, Luanda, 2013
- VAZ, Nuno Mira - *Opiniões públicas durante as guerras de África*, Quetzal Editores/Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 1997
- VENÂNCIO, Moisés - *The United Nations, peace and transition: lessons from Angola*, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Lisboa, 1994
- WAALS, W. S. Van der - *Guerra e paz, Portugal/Angola 1961-1974*, Casa das Letras, Alfragide, 2015
- WRIGHT, Richard - *Écoute, homme blanc*, Calmann-Lévy, Editeurs, Paris, 1959